UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FRANCISCO BARBOSA DE MACEDO

O (re)fazer-se da historiografia:

**a obra de E. P. Thompson na produção discente
do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp
(1982-2002)**

São Paulo
2017

FRANCISCO BARBOSA DE MACEDO

**O (re)fazer-se da historiografia:
a obra de E. P. Thompson na produção discente
do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp
(1982-2002)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

	Macedo, Francisco Barbosa
M141r	O (re)fazer-se da historiografia: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002) / Francisco Barbosa Macedo; orientador Lincoln Ferreira Secco. - São Paulo, 2017. 527f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica. 1. HISTORIOGRAFIA. 2. RECEPÇÃO. 3. E. P. THOMPSON. 4. TRABALHO. 5. UNICAMP. I. Secco, Lincoln Ferreira, orient. II. Título.

MACEDO, Francisco Barbosa de. **O (re)fazer-se da historiografia**: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Escrevo este trabalho na primeira pessoa do plural porque, ainda que eu seja o responsável pela escrita da tese, ele só foi possível pela colaboração de diversas pessoas e instituições às quais, possivelmente com esquecimentos, agradeço profundamente.

À Capes, pela concessão da bolsa para a realização desta pesquisa.

Ao Instituto Federal Minas Gerais, pela licença para capacitação.

Aos servidores do Campus Santa Luzia, pelo apoio e pela possibilidade de integrar uma equipe com tantos excelentes profissionais.

Aos meus alunos, por me estimularem a sempre querer aprender mais.

Aos funcionários das instituições nas quais consultei arquivos e livros, pela competência e prestatividade.

Às pessoas que me concederam entrevistas e àquelas que me levaram a elas, pela disponibilidade.

À Prof^{ra}. Dr^a. Marisa Midori Deaecto e ao Prof. Dr. Marcos Silva, pelos valiosos comentários que fizeram na qualificação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco, pela atenção, confiança e liberdade de trabalho.

Aos meus amigos, pelo companheirismo e pelos mais variados auxílios que, desde sempre, estiveram prontos a me prestar. Em minha lembrança, guardo incontáveis episódios que, em nossos encontros, espero rememorar.

Aos meus parentes, pela acolhida calorosa após meus longos afastamentos.

Aos meus pais, Enedina e Dalvino, e ao meu irmão, Adriano, pelas incontáveis experiências que temos compartilhado em nosso convívio familiar.

À Gabriele, por suas contribuições como minha primeira interlocutora/leitora e por querer partilhar uma vida comigo, algo que tem sido tão especial que, nem com todas as palavras do mundo, eu conseguiria descrever.

Resumo

MACEDO, Francisco Barbosa de. **O (re)fazer-se da historiografia**: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002). Tese (Doutorado). FFLCH-USP, São Paulo, 2017.

Esta tese investiga a recepção, entre 1982 e 2002, da obra de Edward Palmer Thompson (1924-1993) na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (PPGHU), instituição que se destacou, no período, pela elevada frequência, em teses e dissertações, de referências a textos thompsonianos e pelo envolvimento de discentes/docentes na produção de edições brasileiras de escritos do historiador inglês. Apontada, desde os anos 1980, como uma das principais influências na historiografia brasileira, a obra de E. P. Thompson tem recebido, mais recentemente, estudos sistemáticos sobre sua recepção no Brasil. Nesta pesquisa, apoiando-nos em considerações teórico-metodológicas de, especialmente, Roger Chartier (“leitura” e “apropriação”) e de Michel de Certeau (“operação historiográfica”) e em variada documentação (dissertações e teses, entrevistas, artigos e resenhas, balanços bibliográficos e documentos institucionais diversos do PPGHU), exploramos relações do mencionado processo de recepção com as transformações pelas quais passavam as instituições universitárias de produção historiográfica nacionais (salientando aspectos específicos da dinâmica institucional do PPGHU) e com as conjunturas sócio-político-culturais brasileiras do período (ênfatisando seus impactos sobre importantes concepções vigentes entre os historiadores). Investigamos, também, a circulação, no Brasil, das edições (nacionais e estrangeiras) de obras de E. P. Thompson, destacando as variadas formas de participação, em publicações brasileiras de textos do historiador inglês, de docentes e de discentes do PPGHU e, finalmente, analisamos as opções de leitura da obra thompsoniana que os últimos realizaram, as apropriações que empreenderam e os resultados destas nos trabalhos que produziram, sempre considerando como estes dialogaram com debates historiográficos e referências teórico-metodológicas que então hegemonizavam a produção dos (sub)campos disciplinares em que se inseriam. Em nossa pesquisa, fica evidente o caráter criativo/produtor do processo de apropriação empreendido pelo historiadores nacionais aqui enfocados, os quais se mostraram capazes de levar conceitos e noções de E. P. Thompson a terrenos e limites que, dificilmente, ele poderia imaginar.

Palavras-chave: Thompson; historiografia; recepção; trabalhadores; Unicamp

Abstract

MACEDO, Francisco Barbosa de. **The (re)making of historiography**: E. P. Thompson's work in student productions of the Postgraduate Programme in History of the University of Campinas (1982-2002). Tese (Doutorado). FFLCH-USP, São Paulo, 2017.

This thesis investigates the reception, between 1982 and 2002, of the works of Edward Palmer Thompson (1924-1993) in student productions of the Postgraduate Programme in History of the University of Campinas, also known as Unicamp, (PPGHU). The institution stood out during this period for the significant number of references to Thompsonian texts, both in theses and dissertations, and the involvement of students and academics in the production of Brazilian editions of the writings of the English historian. Since the 1980s, E.P. Thompson's work has been indicated as one of the main influences on Brazilian historiography, being the object of recent systematic studies on its reception in the country. Based on theoretical and methodological considerations, especially from Roger Chartier ('reading' and 'appropriation') and Michel de Certeau ('historiographical operation'), and varied documentation (dissertations and theses, interviews, articles and reviews, bibliographic assessments and diverse institutional documents from PPGHU), we explore the relationship between the reception process previously mentioned and the changes experienced by university institutions of national historiographic production (accentuating specific aspects of PPGHU institutional dynamics), while additionally considering the social, political and cultural conjuncture of Brazil in the period (emphasising its impact on important current concepts among historians). We also investigate the circulation of national and foreign editions of E. P. Thompson's works, underlining the different forms of participation, in Brazilian editions, of both academics and students from PPGHU. Finally, we analyse the reading options of the Thompsonian work chosen by the latter, their appropriation, and the results in the work produced, taking into account how students developed a dialogue with historiographic debates and theoretical-methodological references that dominated the disciplinary (sub)fields to which they belonged. It is evident from our research that there are both creative and productive characteristics in the process of appropriation performed by the national historians here analysed, who were capable of bringing E.P. Thompson's concepts to territories he could hardly have imagined.

Keywords: Thompson; historiography; reception; workers; Unicamp

*

Nota sobre a indicação das edições de livros

Sempre que as informações completas relativas a uma obra forem importantes para o argumento defendido nesta tese, adotaremos o seguinte padrão:

SOBRENOME, Nome. *Título*: subtítulo. Cidade: Editora, XXXX {Data de publicação da edição utilizada} (XXXX) {Data de publicação da primeira edição da obra utilizada} [XXXX] {Data de publicação da primeira edição do original, caso se trate de tradução}.

**

Nota sobre as referências bibliográficas presentes nas teses e nas dissertações

Sempre que citarmos trechos das teses e das dissertações empregadas, em nossa pesquisa, como obras/fontes, e neles estiverem presentes referências bibliográficas, manteremos o padrão que, na ocasião, o autor(a) adotou para estas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

E. P. Thompson e sua obra.....	27
1.1.Heranças familiares.....	28
1.2.Lutas antifascistas: experiências de voluntarismo e crença na ação humana.....	30
1.3.Ensinando e aprendendo: o lugar da experiência.....	31
1.4.The Making of the English Working Class (1963)	40
1.5.The Peculiarities of the English (1965): debates no interior da New Left.....	51
1.6.Rumo ao século XVIII.....	59
1.7.The Poverty of Theory (1978) e outros debates polêmicos dos anos 1970.....	90
1.8.Customs in Common (1991) e os últimos escritos thompsonianos.....	108
1.9.A obra thompsoniana sob o olhar de seus críticos.....	117
1.9.1.Sob o olhar crítico marxista.....	118
1.9.2.Sob o olhar crítico pós-moderno.....	129
1.10.Em defesa do legado thompsoniano: continuidade e renovação da história social.....	141

CAPÍTULO 2

E. P. Thompson na produção discente dos anos 1980.....	144
2.1.Instituições de produção historiográfica e mudanças na historiografia.....	144
2.2.Sociedade, historiadores e mudanças na historiografia.....	147
2.3.PPGHU, um novo “lugar” de produção historiográfica universitária: dinâmicas intra/interinstitucionais e a conjuntura da transição para os 1980.....	153
2.4.Circulação de edições de obras de Thompson entre discentes do PPGHU nos anos 1980.....	171
2.5.Trabalho e trabalhadores na Primeira República.....	179
2.5.1.Reunindo fragmentos I.....	224
2.5.2.A nova historiografia sobre o operariado da Primeira República: olhares divergentes...	227
2.6.Trabalho e trabalhadores do pós-1930.....	231
2.6.1.Reunindo fragmentos II.....	244
2.7.Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império.....	253
2.7.1.Reunindo fragmentos III.....	276
2.7.2.A nova historiografia sobre a escravidão: olhares divergentes.....	279
2.8.Reunindo fragmentos – à guisa de conclusão.....	287

CAPÍTULO 3

E. P. Thompson na produção discente dos anos 1990.....	289
3.1. <i>Instituições de produção historiográfica e mudanças na historiografia.....</i>	<i>289</i>
3.2. <i>Sociedade, historiadores e mudanças na historiografia.....</i>	<i>292</i>
3.3. <i>O PPGHU nos anos 1990: o deslocamento do lugar institucional da história social do trabalho – de área de concentração única a linha de pesquisa.....</i>	<i>307</i>
3.4. <i>Circulação de edições de obras de Thompson entre discentes do PPGHU nos anos 1990...315</i>	
3.5. <i>Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império.....</i>	<i>325</i>
3.5.1. <i>Reunindo fragmentos I.....</i>	<i>354</i>
3.5.2. <i>A nova historiografia sobre a escravidão: olhares divergentes.....</i>	<i>362</i>
3.6. <i>Trabalho e trabalhadores do pós-1930.....</i>	<i>369</i>
3.6.1. <i>Reunindo fragmentos II.....</i>	<i>404</i>
3.6.2. <i>A nova historiografia sobre os trabalhadores do pós-1930: olhares divergentes.....</i>	<i>412</i>
3.7. <i>Trabalho e trabalhadores na Primeira República.....</i>	<i>417</i>
3.7.1. <i>Reunindo fragmentos III.....</i>	<i>439</i>
3.7.2. <i>A nova historiografia sobre os trabalhadores da Primeira República: olhares divergentes....</i>	<i>443</i>
3.8. <i>Estudos diversos em história social da cultura.....</i>	<i>447</i>
3.8.1. <i>Reunindo fragmentos IV.....</i>	<i>474</i>
3.8.2. <i>A nova historiografia da cultura: olhares divergentes.....</i>	<i>476</i>
3.9. <i>Reunindo fragmentos – à guisa de conclusão.....</i>	<i>481</i>
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 484
 FONTES	 498
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 505

Introdução

Nesta tese, investigamos a recepção da obra de Edward Palmer Thompson (1924-1993) na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (PPGHU) no período que se estende de 1982 a 2002. Desde meados dos anos 1990, pelo menos, já se vem afirmando “a necessidade de abordar a penetração thompsoniana na historiografia brasileira”¹. Na década passada, voltou-se a salientar que, apesar da “boa recepção, os estudos que os historiadores britânicos influenciaram ainda não foram objeto de uma reflexão historiográfica sistemática”². Poucos anos depois, Müller e Munhoz também não hesitaram em reiterar que “pouco se escreveu sobre a influência dos trabalhos de Thompson na historiografia brasileira”³. Mattos, por sua vez, não apenas constatou a mesma carência como procurou revertê-la. Entretanto, como o próprio autor reconhece, o que era para ser “um estudo sobre a recepção de E. P. Thompson no Brasil” tornou-se, fundamentalmente, um livro sobre “a trajetória e as contribuições de Thompson para a historiografia contemporânea”⁴. Nos últimos anos, engrossando o que parece ser uma nova onda mundial de estudos sobre a obra thompsoniana⁵ e sua repercussão em diversos países⁶ – fenômeno impulsionado pelo quinquagésimo aniversário da primeira edição de *The Making* (1963) e o vigésimo da

¹ MUNHOZ, Sidnei. “Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos”. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 2, 1997, p. 182.

² NEGRO, Antonio L. e GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006, p. 220.

³ MULLER, R. G. e MUNHOZ, S. “Edward Palmer Thompson”. In: LOPES, Marco A. e MUNHOZ, S (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 48.

⁴ MATTOS, Marcelo B. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p. 7-8.

⁵ Em 2013 e 2014, foram realizados inúmeros eventos sobre E. P. Thompson e sua obra, quase sempre redundando em publicações, em diversos países. Cf., por exemplo, Brasil (<https://goo.gl/aFom5d>), Argentina (<https://goo.gl/DqQ9oM>); Espanha (<https://goo.gl/RaKZ4D>); Inglaterra (<https://goo.gl/LShg0f>) e Estados Unidos (<https://goo.gl/H8l7eq>). Acessos em 08/07/2016.

⁶ Mencionando apenas textos lidos para esta pesquisa e que serão abordados nas “Considerações finais” desta tese, temos: BARRET, J. R. “Making and Unmaking the Working Class: E. P. Thompson and the ‘New Labor History’ in the United States”. *Historical Reflections*, v. 41, n. 1, 2015; CURTHOIS, A. “History from Down Under: E. P. Thompson’s *The Making of the English Working Class* and Australia”. *Historical Reflections*, v. 41, n. 1, 2016 e NIETO, A. “Los usos de E. P. Thompson en la historiografía ‘argentina’: un itinerario posible”. *Rey Desnudo*, n. 3, 2013. Além desses três, os artigos da *International Review of Social History*, n. 61, 2016: WINANT, G., GORDON, A., BECKERT, S. and BATZELL, R. “Introduction: The Global E. P. Thompson”; HYSLOP, J. “E. P. Thompson in South Africa: The Practice and Politics of Social History in an Era of Revolt and Transition, 1976-2012”; ICHIHASHI, H. “The Reception of E. P. Thompson in Japan: The New Left, *The Making*, and ‘Moral Economy’”; KUČERA, R. “Facing Marxist Orthodoxy: Western Marxism, *The Making*, and the Communist Historiographies of Czechoslovakia and Poland, 1948-1990”; LINDENBERGER, T. “From Structuralism to Culturalism: The Protracted German Reception of *The Making of the English Working Class* and its Actuality Reassessed from a Post-Cold War Perspective”; POY, L. “Remaking *The Making*: E. P. Thompson’s Reception in Argentina and the Shaping of Labor Historiography”.

morte de Thompson (1993) –, têm emergido, no Brasil, alguns textos que buscam refletir, sistematicamente, sobre a recepção da obra do historiador inglês em nossa historiografia, sendo esta tese mais uma contribuição nesse sentido.

Em nossa investigação da recepção da obra thompsoniana na produção discente do PPGHU no período que se estende de 1982 a 2002, exploramos relações desse processo com as transformações pelas quais passavam as instituições universitárias de produção historiográfica nacionais (salientando aspectos específicos da dinâmica institucional do PPGHU) e com as conjunturas sócio-político-culturais brasileiras do período (ênfatisando seus impactos sobre importantes concepções vigentes entre os historiadores). Mapeamos, também, a circulação das edições (nacionais e estrangeiras) de obras de E. P. Thompson entre os discentes do PPGHU e, finalmente, analisamos as opções de leitura que estes realizaram, as apropriações que empreenderam e os resultados destas nos trabalhos que produziram, sempre considerando como estes dialogaram com debates historiográficos e referências teórico-metodológicas que então hegemonizavam a produção dos (sub)campos disciplinares em que se inseriam.

Ao analisar, fundamentalmente, teses e dissertações que listaram, em suas bibliografias, textos do historiador inglês, não buscamos apontar supostos equívocos, adequações ou desvios em relação ao que seria “a” leitura “correta” da obra thompsoniana. Com efeito, em nossa pesquisa, a leitura é vista como prática sociocultural dotada de historicidade. Apoiando-nos em Roger Chartier, entendemos que “as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que deles se apoderam”. Desse modo, como ressalta o historiador francês, devemos atribuir à “leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora, e não anulá-la no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores”⁷. Diversidade de leituras e pluralidade dos modos de

⁷ Para ambos os trechos citados, cf. CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: *Práticas da leitura*. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, 78-79. Outros aspectos da mesma discussão estão em CHARTIER, R. “História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação”. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 51-52. Em que pese as críticas de Chartier à “estética da recepção” (em especial, às limitações em que ela incorreria ao ignorar os suportes materiais do textos), é importante lembrar que, desde meados do século XX, importantes autores filiados a tal corrente teórica já apontavam o leitor, que interage com os textos a partir de horizontes de expectativas socio-historicamente definidos, como responsável pela permanente atualização das obras literárias do passado, garantindo a historicidade das mesmas. Cf. JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994; ZILBERMAN, R. “Recepção e leitura no horizonte da literatura”. *Alea*, v. 10, n. 1, 2008; ISER, W. “A interação do texto com o leitor”.

emprego do “objeto lido” apontam, ainda segundo Chartier, para a importância da noção de apropriação, que, atentando “às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido”, objetiva “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”⁸.

Na mesma linha das colocações de Chartier, mas tratando, especificamente, da circulação internacional de textos no campo das ciências humanas, Pierre Bourdieu não hesita mesmo em afirmar que:

o sentido e a função de uma obra estrangeira é determinado tanto ou mais pelo campo de chegada quanto pelo campo de origem. Em primeiro lugar porque o sentido e a função no campo de origem são muitas vezes completamente ignorados. E também porque a transferência de um campo nacional para um outro se faz por meio de uma série de operações sociais: uma operação de seleção (o que se traduz? O que se publica? Quem traduz? Quem publica?); uma operação de marcação (de um produto anteriormente ‘sem etiqueta’) pela editora, [a coleção, o tradutor e o prefaciador (que apresenta a obra se apropriando)] e (anexando-a a seu próprio ponto de vista e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de chegada e que só raramente realiza o trabalho de reconstrução do campo de origem, em primeiro lugar porque é muito difícil); uma operação de leitura, enfim, com os leitores aplicando à obra categorias de percepção e problemáticas que são produto de um campo de produção diferente.⁹

As leituras/apropriações da obra thompsoniana analisadas neste trabalho efetivaram-se no âmbito da historiografia, a qual, de acordo com Michel de Certeau, tem como objetivo desenvolver, em um discurso, a relação entre duas formas de realidade, que não podem ser eliminadas nem reduzidas uma a outra: “o real enquanto *é o conhecido* (aquilo que o historiador estuda, compreende ou ‘ressuscita’ de uma sociedade passada) e o real enquanto *implicado* pela operação científica (a sociedade presente à qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido)”¹⁰. Tal relação, segundo Certeau, só é possível por meio da articulação de um conjunto de elementos que constituem a “ciência histórica”, ou, como ele prefere, a “operação historiográfica”, isto é, a “combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*”. Premissas

In. LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁸ Para ambos os trechos citados, CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2.ed. Portugal: Difel, 2002, p. 26-27.

⁹ BOURDIEU, P. “As condições sociais da circulação internacional das ideias”. *Enfoques*, v. 1, n. 1, 2002, p. 4 (Grifos nossos). Algumas repercussões do fato de que “de um país para o outro os textos circulam sem seu devido contexto de produção”, são, também, exploradas por SILVA, Helenice R. “Transferência de saberes – modalidades e possibilidades”. *História: Questões & Debates*, n. 53, 2010.

¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 45-46.

das quais o discurso não fala, mas cuja análise nos permite “dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto”¹¹. O lugar social de produção da pesquisa historiográfica descrito por Certeau engloba tanto a inserção do historiador na sociedade presente (em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais etc.) quanto, especialmente, sua vinculação a uma “instituição do saber” (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.) à qual a produção historiográfica está articulada num dado momento histórico. Como os demais lugares sociais, aquele ocupado pelo historiador lhe permite um tipo de produção e lhe proíbe outros; torna certas pesquisas possíveis e outras impossíveis¹². O pertencimento a tal lugar é, largamente, definido pelo domínio do “*complexo de procedimentos* que caracteriza um período ou um setor da pesquisa”¹³. Essas práticas podem ser qualificadas como “científicas”, pois se estabelecem a partir de “um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados”¹⁴. Ainda que imprescindíveis à operação historiográfica, os procedimentos de análise (disciplina), bem como o “lugar social”, não subordinam a “escrita historiadora”, fazendo dela simples canal inerte e transparente para sua expressão¹⁵. Com efeito, mesmo permanecendo controlada pelas práticas das quais resulta, a “representação escriturária” configura-se como uma prática social produtora de sentido que obedece a regras próprias, das quais derivam uma série de imposições. A primeira delas, “a inversão da ordem”, “consiste em prescrever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da pesquisa”. Desse modo, se a prática investigadora “dá os seus primeiros passos na atualidade do lugar social, e do aparelho institucional ou conceitual, determinados ambos, a exposição segue uma ordem

¹¹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 66.

¹² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 69-77. Assim como Certeau, Bourdieu nos alerta quanto à importância de se “(...) escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. *Uma das manifestações mais visíveis da autonomia dos campos é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas.*” Cf. BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 21-22 (Grifos nossos). Cf., também, BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2013.

¹³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 114 (nota 56). Em outra passagem (p. 73), Certeau reitera o valor dos “métodos” na iniciação a um grupo (“é preciso aprender ou praticar os ‘bons’ métodos para ser introduzido no grupo”) e a importância deles como “força social” (“os métodos são meios graças aos quais se protege, se diferencia e se manifesta o poder de um corpo de mestres e de letrados”).

¹⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 109 (nota 5).

¹⁵ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 94-95.

cronológica. Toma o mais anterior como ponto de partida”. Uma segunda imposição do discurso é o “fechamento”, que deriva do fato de que enquanto “a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar”. Por fim, uma terceira imposição é a “substituição de um trabalho de lacuna por uma presença de sentido”, isto é, a escrita historiadora “preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta”¹⁶.

Além das indicações teórico-metodológicas de Certeau, Chartier e Bourdieu, mostraram-se, também, de grande importância na configuração de nossa pesquisa as reflexões de Ramos, em recente doutorado que se constitui no estudo mais sistemático sobre a recepção da obra E. P. Thompson em nossa historiografia¹⁷, o que nos obrigará, portanto, a retomá-lo em diversas passagens desta tese (particularmente, no Capítulo 2). Por ora, observemos que, ao analisar os modos pelos quais “os historiadores brasileiros dos anos 80 *usaram* elementos dos pensamentos de Thompson e de Foucault em suas pesquisas, bem como os *efeitos* deste *uso* nas transformações do conhecimento histórico no período”¹⁸, Ramos, diante da variedade e da quantidade de elementos passíveis de

¹⁶ Para outras instigantes considerações sobre a “escrita da história”, cf. CHARTIER, R. “A história entre narrativa e conhecimento”. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002; CHARTIER, R. “Figuras retóricas e representações históricas”. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002; SILVA, Helenice R. “A história como ‘a representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa”. CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. (org.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000; HOBBSAWM, Eric J. “A volta da narrativa”. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário”. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994; BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992; STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha História”. *Revista de História*, n. 2/3, 1991; NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

¹⁷ Interessado na “apropriação dos pensamentos” de Thompson e de Foucault na historiografia brasileira, Ramos tomou como seu *corpus* documental as dissertações e teses defendidas, entre 1980 e 1990, nos programas de pós-graduação em História de USP, UNICAMP, UNESP (Assis), UFPR, UFF e UFRJ. Além desse material, que corresponde a 65% da produção dos pós-graduados em História do período, o autor agregou a suas fontes entrevistas, periódicos e livros. Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. Tese (Doutorado). Assis: FCL-Unesp, 2014, p. 6. Ainda que embasados em pesquisas menos sistemáticas que a de Ramos, textos recentes que, também, trouxeram valiosas contribuições (as quais retomaremos ao longo da tese) ao debate são: MATTOS, Marcelo B. “E. P. Thompson no Brasil”. In: *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012 e NEGRO, Antonio L. “E. P. Thompson no Brasil: recepções e usos”. *Crítica Marxista*, n. 39, 2014.

¹⁸ Para as duas citações, cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 6. Mais adiante (p. 15), como esclarece o autor: “as questões que colocamos às obras/fontes são: O que e em que intensidade foi *apropriado*? Conceitos, métodos, conteúdos, concepções de história, etc. Como foi *apropriado*, sob que formas, condições ou injunções? Que efeitos teve essa *apropriação* no campo da história? Possibilitou o estudo de outros objetos ou temas, incentivou outras formas de escrita e a

apropriação (conceitos, métodos, concepções de história, formas de escrita e de análise/uso de fontes etc.), optou por descrever e selecionar aqueles que, a seu ver, mostraram-se predominantes nos textos de Thompson e de Foucault por ele analisados, constituindo, para orientar sua análise das teses e dissertações, o que denominou de “grade de leitura”. Esta, no caso do historiador inglês, teria como componentes centrais: história vista de baixo¹⁹; luta de classes como nexos explicativo ou sentido profundo que atravessa toda a história²⁰; narrativa sincrônica cerrada entre as fontes²¹; postura ético-político de “militante de base”²². O uso desses elementos – aos quais, eventualmente, Ramos acrescenta outros como: “experiência”, “simultaneidade das atividades humanas”, “economia moral”, “consciência de classe”, “poder como relação” etc. – configuraria o que Ramos denomina de “*apropriações teórico-metodológicas*”. Além destas, haveria ainda as “*apropriações de conteúdo*, que recuperam apenas certos argumentos, informações, proposta temática”. Nesse caso, o texto apropriado serve “como ‘fonte secundária’ ou como uma espécie de ‘modelo hipotético’ a ser testado por meio de outros métodos e noções que, algumas vezes, antagonizam com aqueles empregados pelos autores”²³.

utilização de outras fontes ou métodos de ‘provação’ etc. Serviu para confrontar ou corroborar outras teses, concepções ou, em suma, *práticas historiográficas*?”

¹⁹ “Este último [Thompson] está interessado em completar a ‘história oficial’ com a ‘história vista de baixo’ ou em reconstituir o que Foucault denominou de a ‘vida em um período’. Este empreendimento corresponde ao resgate dos grupos humanos, suas ações e formas de pensar ao longo da história, constituindo uma História Total capaz de verificar as regularidades do processo histórico e expressar a vida humana em suas múltiplas facetas.” Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 180.

²⁰ Do ponto de vista da análise documental, isso implica a adoção de um “método hermenêutico”. Isto é, para “atravessar” as relações de força nas quais os documentos se constituem, é necessário valer-se de técnicas de interpretação que, basicamente, operam de duas maneiras distintas, mas não excludentes: reunindo inúmeros indícios e articulando-os em um sentido de conjunto ou recuperando os múltiplos significados (dos discursos e práticas) em jogo numa dada época e os tornando inteligíveis aos leitores do presente. Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 180.

²¹ Na escrita thompsoniana, em que há grande volume de citações diretas seguidas por interpretações e pouco uso de dados estatísticos, expõe-se “um conjunto de elementos (fatos, ações, formas de pensar) que ocorrem ao mesmo tempo, opõem-se e se combinam produzindo um movimento contínuo e uma regularidade temporal”. Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 193. Sobre o modo como analisou as formas de escrita, Ramos esclarece (p. 17, Nota 13) que: “Sem recusar a capacidade da *escrita* produzir sentido, como apontado por Certeau [em *A escrita história*], neste estudo consideramos a *escrita* uma técnica de exposição que pode ser lógica (formalizada), narrativa, descritiva, etc.; portanto, um elemento das *práticas historiográficas*.”

²² “Sem dúvida a *operação historiográfica* de Thompson e suas atitudes atestam sua lealdade às experiências e ao conhecimento dos excluídos, subalternos, dominados etc.; mais que isso, o historiador inglês tomou partido dos oprimidos e os defendeu bravamente da ‘condescendência’. Além disso, procurou organizar e conduzir essas experiências por meio da única racionalidade que poderia levar à Verdade, o ‘socialismo humanista’.” Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 195.

²³ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 196.

Tais reflexões de Ramos, bem como as repercussões delas em sua tese, foram decisivas na definição de importantes escolhas de nossa pesquisa. Nesse sentido, optamos por priorizar, em nossa análise da recepção da obra de Thompson na produção discente do PPGHU, aquilo que Ramos definiu como “apropriações teórico-metodológicas”, uma vez que são elas que geram impactos mais profundos e duradouros na produção historiográfica. Por outro lado, entendemos que, mesmo formulada a partir de arguta leitura dos principais textos do historiador inglês e, inquestionavelmente, ressaltando elementos centrais das práticas historiográficas thompsonianas, a “grade de leitura” – solução encontrada por Ramos para lidar com um enorme volume de teses e dissertações – mostrou-se problemática em diversos aspectos, o que nos desestimulou de empregar procedimento similar. Afora nossas divergências pontuais com a caracterização dada pelo autor a alguns dos itens que integram a “grade de leitura”²⁴, o fato é que esta tendeu, como veremos no Capítulo 2 desta tese, a “prender” o olhar de Ramos a algumas apropriações, levando-o a subexplorar e, até mesmo, ignorar outras. Além disso, a “grade de leitura” sugere, implicitamente, que o “pensamento de Thompson” seria uma constante, um conjunto de elementos que não teriam sofrido inflexões, ao longo do tempo, e que se expressariam, de modo mais ou menos similar, em todos os textos do historiador inglês²⁵. Entretanto, como se poderá constatar no Capítulo 1 desta tese, essa proposição não se sustenta. Tomemos, como exemplo, o impactante conceito thompsoniano de classe. Em *The Making* (1963)²⁶, o historiador inglês sustenta o uso de classe como conceito histórico, isto é, para designar um conteúdo histórico real correspondente (empiricamente observável) que é, como identidade sócio-político-cultural, parte dos recursos cognitivos dos próprios sujeitos da sociedade analisada. Em *Eighteenth-Century* (1978)²⁷, após anos de pesquisa sobre o

²⁴ Em relação, por exemplo, à afirmação de Ramos de que Thompson está interessado em completar a “história oficial” com a “história vista de baixo”, veremos, no Capítulo 1 desta tese, que essa é uma leitura possível da noção de “história vista de baixo”, a qual, entretanto, foi, explicitamente, contestada por Thompson (que nunca secundarizou o estudo dos “de cima” e do Estado) e por outros praticantes da história social de matriz thompsoniana. Assim, pode-se sustentar que, quando clamava pela inclusão da visão/agência dos subalternos/dominados na análise histórica, o que o historiador inglês buscava construir era uma nova maneira de ver o processo histórico global e não produzir um simples “complemento”.

²⁵ Para sermos mais precisos, Ramos afirma (p. 178-179) que, para a abordagem que propõe, devemos “considerar os pensamentos de Thompson e de Foucault como uma “caixa de ferramentas” e não como um sistema fechado ou uma doutrina”. Com essa precaução, o autor chama a atenção para o fato de que seria possível a apropriação seletiva de itens da “caixa de ferramentas”. Por outro lado, com a “grade de leitura”, Ramos nos dá a entender que todos os itens da “caixa de ferramentas” estão disponíveis em todos os textos e do mesmo modo.

²⁶ THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Victor Gollancz, 1963.

²⁷ THOMPSON, E. P. “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Cass?”. *Social History*, v. 3, n. 2, 1978.

século XVIII, Thompson já admite o uso heurístico do conceito de classe, isto é, uma categoria da qual o pesquisador se vale para organizar evidências, mesmo quando os sujeitos estudados não se valham dela. Do ponto de vista das formas de escrita, há, também, diferenças significativas entre os dois textos: em *The Making*, buscando se distanciar do “teoricismo”, em um contexto de luta contra o formalismo dedutivo stalinista, Thompson foi, deliberadamente, comedido em suas declarações teóricas explícitas (restringindo-as, fundamentalmente, ao prefácio) e mobilizou amplo volume de citações diretas das fontes. Já em *Eighteenth-Century*, o historiador inglês mostrou-se disposto a lidar, aberta e detidamente, com diversos debates teóricos, em especial aqueles relativos às noções de classe e de luta de classes. Como nos mostram os historiadores brasileiros abordados nesta pesquisa, ler um texto ou outro poderia levar a caminhos diferentes. Salientemos, por exemplo, que ler *Eighteenth-Century* oferecia inúmeras reflexões que permitiam articular o uso heurístico de classe (e da noção de “luta de classes sem classes”) para se pensar a escravidão no Brasil, algo mais difícil – se não impossível – de se realizar a partir da leitura *The Making*. Assim, ao ler as fontes a partir de uma “grade de leitura”, Ramos tendeu a minimizar a forma seletiva – incluindo nisso uma ordem particular de leitura que nada deve à cronologia em que as obras thompsonianas vieram a lume em seu contexto de produção – por meio da qual os historiadores brasileiros se apropriaram dos textos do historiador inglês. Em nossa pesquisa, tal elemento ganha centralidade.

Evidentemente, os pontuais desacordos teórico-metodológicos que manifestamos em relação ao trabalho de Ramos em nada abalam as amplas contribuições por ele trazidas ao estudo da recepção da obra thompsoniana no Brasil. Uma delas, inclusive, foi significativa para reforçar nosso propósito de elaborar uma investigação focada (e, por isso, mais detalhada) sobre a produção discente do PPGHU que se valeu de textos do historiador inglês no período que se estende de 1982 a 2002. Com efeito, ainda que tenha constatado o uso de obras de Thompson e Foucault em todos os programas de pós-graduação abordados por ele na pesquisa (atingindo números bastante relevantes em alguns deles), Ramos salienta que, em termos quantitativos, “o valor relativo demonstra que a penetração dos pensamentos desses intelectuais foi *muito maior* na UNICAMP”²⁸. Enfim, embora o PPGHU não fosse a “única instituição promotora da apropriação” do

²⁸ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 487 (Grifos nossos). Em relação aos anos 1980, Ramos esclarece que, na Unicamp, cerca de 65% das teses/dissertações referenciaram Thompson e/ou Foucault. Já na USP, por exemplo, o percentual foi de 20%.

“pensamento de Thompson” – como, às vezes, alguns historiadores nos anos 1980 sugeriam –, ele era, certamente, um dos polos mais dinâmicos do processo.

O PPGHU iniciou suas atividades, em 1976, como Programa de *Mestrado* em História do Brasil²⁹, ocorrendo, somente em 1982, a defesa da primeira dissertação a listar uma obra thompsoniana em sua bibliografia³⁰, acontecimento tomado como marco inicial na periodização de nossa pesquisa (o que não nos impediu, é claro, de explorar aspectos dos primeiros anos de constituição do PPGHU). Em meados da década de 1980, criou-se o curso de doutorado. Na mesma ocasião, o PPGHU passou a contar com uma única área de concentração – História Social do Trabalho –, que abrigava cinco linhas de pesquisa: Escravidão e Trabalho Livre; Movimentos Sociais; Processo de Trabalho; Política e Trabalho; Cultura e Cidades. Em 1989, foi criada uma segunda área de concentração: História da Arte e da Cultura, na qual, entretanto, só aconteceriam defesas de mestrados até os anos 2000. Ao longo da década de 1990, em meio à notável ampliação e diversificação temática e teórico-metodológica da produção discente e docente do PPGHU, ocorreram, como veremos nesta tese, significativas reorganizações nas linhas de pesquisa e áreas de concentração. Contudo, somente em fins de 2002, os doutorados do PPGHU deixaram de ser, exclusivamente, defendidos na área de concentração denominada história social do trabalho, o que assinala a baliza final da periodização de nossa pesquisa. Ainda que se tratasse apenas de uma formalização burocrática do que já ocorria na prática, o descentramento da história social do trabalho – que deixou de ser área de concentração para se tornar apenas uma das oito linhas de pesquisa do programa³¹ – na organização institucional do PPGHU indica uma mudança interna no *status* do campo de pesquisa com o qual a obra de Thompson estava mais estreitamente identificada³² desde quando se iniciou, em fins dos anos 1970, sua recepção sistemática na historiografia brasileira.

²⁹ FENELON, Déa Ribeiro. “Programa de Pós-Graduação em História”. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 5, 1983. Cf., também, a página oficial do PPGHU em <http://goo.gl/i9uNaa> (Acesso em 03/2012).

³⁰ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 78*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1982 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

³¹ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”. *História*, n. 21, 2002, p. 76.

³² Segundo Marcelo B. Mattos, a historiografia do trabalho foi a “especialidade do conhecimento que mais diretamente foi afetada por sua [de Thompson] obra”, havendo “certo acordo nas avaliações historiográficas de que E. P. Thompson é a principal referência teórica dos historiadores do trabalho no Brasil, desde os anos 1980”. Para as citações, cf., respectivamente: MATTOS, Marcelo B. “E. P. Thompson no Brasil”. *Outubro*, n. 14, 2006, p. 96 e MATTOS, Marcelo B. “Referências teóricas da historiografia do trabalho: E. P. Thompson no Brasil em perspectiva comparada”. *I Seminário Internacional de História do Trabalho*. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 1-2.

Em que pese o gradual descentramento formal-burocrático, na organização do PPGHU, da história social do trabalho, esta continuou, nos anos 1990, ocupando lugar de destaque no conjunto da produção do programa, o que se deveu, como veremos nesta tese, tanto a renovadoras reconfigurações (temáticas, teórico-metodológicas etc.) que os pesquisadores imprimiram em seus objetos e à capacidade que demonstraram em dialogar com candentes questões colocadas pelo presente quanto a importantes rearranjos institucionais internos. Mesmo atualmente, vale destacar, o PPGHU ainda permanece largamente reconhecido por sua vinculação à história social do trabalho. Isso salta aos olhos quando analisamos, por exemplo, a edição das *VI Jornadas Nacional de História do Trabalho/II Seminário Internacional Mundos do Trabalho*, evento mais importante do país no campo da historiografia universitária do trabalho³³. Ocorrido em fins de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, ele contou com cerca de 220 participantes, entre os quais estavam pesquisadores brasileiros e estrangeiros e membros de organizações dos trabalhadores (sindicatos, centros de documentação etc.). Considerando apenas os doutorandos/doutores que desenvolviam/desenvolveram suas pesquisas em instituições universitárias brasileiras, contabilizamos 136 participantes. Eles faziam/fizeram seus doutorados em 22 instituições distintas, sendo que as cinco primeiras eram: Unicamp – 44 (32%); USP – 23 (17%); UFF – 15 (11%); UFRJ – 10 (7%) e UFRGS – 9 (7%)³⁴.

Além da elevada proporção de teses e dissertações que referenciaram textos thompsonianos e da forte vinculação ao campo de pesquisa com o qual a obra do historiador inglês esteve, pelo menos nos anos 1980 e 1990, mais estreitamente identificada, o PPGHU se destacou, também, pelo grande envolvimento de docentes e discentes a ele atrelados na produção – e mesmo na divulgação, por meio de resenhas e de artigos – de edições brasileiras das obras E. P. Thompson. Como veremos, professores e alunos do PPGHU, exercendo funções diversas (tradução, organização, direção de coleção, revisão técnica etc.), foram protagonistas na disponibilização em português dos textos thompsonianos mais utilizados na historiografia brasileira. Configurado ao longo das décadas de 1980 e 1990, tal quadro começaria a sofrer significativa mudança somente a partir do início do novo milênio. Com efeito, em 2002,

³³ Certamente, os Simpósios Nacionais da ANPUH reúnem grande quantidade de pesquisadores que se dedicam à temática. Entretanto, não se trata de um evento destinado, exclusivamente, aos historiadores do campo.

³⁴ Cf. <http://cpdoc.fgv.br/mundosdotrabalho> (Acesso em 02/2013). Vale ponderar que o fato de o evento ter ocorrido em uma cidade do Sudeste deve ter oferecido maiores restrições à participação de doutorandos/doutores do Norte e Nordeste do país.

marcando o início de uma série de publicações brasileiras do historiador inglês nas quais seria majoritária a participação de pessoas *não* vinculadas ao PPGHU³⁵, veio a lume a edição de *Os românticos – a Inglaterra na Era Revolucionária*³⁶, assinalando o começo da circulação, em português, da produção thompsoniana sobre o romantismo inglês, acontecimento que, como veremos nesta tese, parece indicar um novo momento da recepção da obra do historiador inglês no Brasil. Isso, contudo, seria objeto para uma outra tese. Nesta, que se pretende uma modesta contribuição ao crescente campo dos estudos de historiografia³⁷, iremos nos concentrar no intervalo 1982 a 2002, período em que, segundo alguns historiadores, teria ocorrido uma mudança do paradigma interpretativo hegemônico na produção acadêmica brasileira sobre a classe trabalhadora, fenômeno para o qual Thompson teria sido um “autor decisivo”³⁸ e o PPGHU um dos polos dinâmicos.

³⁵ Em período posterior ao abarcado por nossa investigação, o processo de tradução e apropriação de obras thompsonianas sofreu importantes acréscimos. Em 2011, foi disponibilizada, na internet, a tradução brasileira de *Carta Aberta a Leszek Kolakowski*. Acompanhando este texto, Mario Duayer, professor visitante da Faculdade de Serviço Social da UERJ, apresentou, também, uma versão brasileira da resposta de Kolakowski a Thompson e um artigo analisando o confronto de ideias entre os dois autores – DUAYER, Mario (ed.). *Debate Thompson x Kolakowski*. 2011. Disponível em <https://goo.gl/VWabYI> (Acesso em 08/03/2014). Em 2012, os leitores brasileiros já poderiam encontrar, em língua pátria, o pós-escrito que Thompson publicou, em 1976, com a edição revisada de seu *William Morris – romantic to revolutionary*: THOMPSON, E. P. “Pós-escrito: 1976”. Trad.: V. Valdez, T. Blauth e M. S. M. de Moraes. In: MÜLLER, Ricardo G. e DUARTE, Adriano L. (orgs.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó, SC: Argos, 2012. No trabalho de tradução, estiveram envolvidos, fundamentalmente, discentes e docentes da Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁶ THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era das revoluções*. Trad.: Sérgio Moraes de Rêgo Lins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1997]. O original em inglês é: THOMPSON, E. P. *The Romantics: England in revolutionary age*. New York: New Press, 1997.

³⁷ Sobre importantes aspectos do processo de formação do campo dos estudos de historiografia nos domínios da história e sua institucionalização como disciplina no Brasil e no mundo, cf. SILVA, Rogério F. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2001; CORRÊA, Maria A. Ayd. *De que lugares fala essa história?: as matrizes teórico-metodológicas na produção discente do PPG Stricto Sensu em História da UFF (1989 – 1996)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001; MALERBA, J. “Notas à margem – a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990”. *Textos de História*, v. 10, n. 1/2, 2002; MALERBA, J. “Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão”. *Varia História*, v. 17, 2003; MALERBA, J. (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009; BARROS, José A. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004; GODOY, J. M. T. “Formas e problemas da historiografia brasileira”. *História Unisinos*, n. 13, v. 1, 2009; GUIMARÃES, L. M. Paschoal. “Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões”. In: NEVES, M. P. N. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

³⁸ CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando. T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 22 (nota 15). Segundo os autores, em proposição que será retomada e problematizada ao longo desta tese, seria possível constatar a passagem do “paradigma da ausência” (que teria hegemonizado a produção acadêmica dos anos 1960 e 1970) ao “paradigma da ação” (predominante a partir dos anos 1980). Grosso modo, a partir dessa “virada historiográfica”, ter-se-ia constituído uma produção acadêmica que procurava captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas, enfatizando, desse modo, que escravos, libertos e trabalhadores urbanos são sujeitos possíveis de sua própria história.

Fontes

Nossa investigação embasou-se em um conjunto de fontes composto por dissertações e teses, entrevistas (realizadas por nós ou por outros pesquisadores) com docentes e discentes do PPGHU, balanços bibliográficos, artigos e resenhas (publicados em revistas acadêmicas e jornais) e variada documentação institucional do PPGHU.

As dissertações e teses defendidas no PPGHU entre 1982 e 2002 que arrolaram textos de E. P. Thompson em suas bibliografias constituem o subconjunto mais importante de nossa documentação. Elas responderam por 148 (37,6%) de um total de 394 trabalhos defendidos no período. Tal subconjunto foi abordado por meio de tratamento quantitativo e, fundamentalmente, qualitativo, o que nos demandou a construção de uma amostra a partir de alguns critérios de seleção. Nesse sentido, dentre os trabalhos que listaram textos thompsonianos em suas bibliografias, optamos por ler e analisar, integralmente, todas as *dissertações* defendidas nos anos 1980 e todas as *teses* concluídas no período 1990-2002³⁹ que vieram a ser publicadas como livros no Brasil⁴⁰. A partir dessa seleção, obtivemos um total de 61 trabalhos, os quais, como veremos, apropriaram-se da obra de E. P. Thompson de modos muito diversos, levando-nos a analisar mais detidamente e a conferir maior espaço à produção discente que “usou”, mais explicitamente, elementos thompsonianos.

Uma vez que obras historiográficas são tomadas como documentos centrais em nossa investigação, coloca-se a questão de como devemos proceder em relação a elas. Em recente artigo, buscando avaliar as características, possibilidades e desafios

³⁹ A opção somente pelos doutorados desse período se deve ao maior impacto que eles têm no campo. Por um lado, são trabalhos que, mais frequentemente, buscam intervir e problematizar debates teórico-metodológicos centrais do campo de investigação em que se inserem. Por outro, boa parte de seus autores se tornaram docentes/orientadores em instituições universitárias de produção historiográfica, passando suas apropriações da obra thompsoniana a contar com melhores condições de se difundir e se consolidar no campo.

⁴⁰ Nos anos 1990 e, talvez, em boa parte dos 2000, a publicação como livro de um trabalho elaborado em programa de pós-graduação em História era fator bastante relevante para que ele atingisse maior repercussão no campo em que se inseria. Igualmente, era, muitas vezes, um indício significativo da importância da pesquisa em relação à produção existente. Nesse sentido, no começo dos anos 2000, por exemplo, historiadores de algumas das mais importantes universidades públicas brasileiras encarregados pela Capes de produzir a avaliação trienal (1998-2000) dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em História apontavam a necessidade de “criar critérios mais eficientes de avaliação dos livros, os quais ocupam lugar central na produção historiográfica.” Cf. CAPES. *Avaliação Trienal (1998-2000) – História (Documento de Área)*. Disponível em goo.gl/GIXIL5 (Acesso em 02/01/2017), p. 4 (Grifos nossos).

metodológicos dos estudos de historiografia, campo de pesquisa em expansão no Brasil, Godoy aponta que:

(...) uma das contribuições mais interessantes dos estudos de historiografia se referem à pretensão de leitura e avaliação das obras dos historiadores enquanto documento, ou seja, como indício ou testemunho de dimensões variadas da realidade e do acontecer humano. Trata-se da tentativa de submeter os escritos dos historiadores aos procedimentos de crítica, aos quais, frequentemente, estes mesmos historiadores submetem seus materiais de investigação. (...). Nesse caso, os procedimentos típicos de crítica das fontes, recolhidos e sistematizados no século XIX e aperfeiçoados desde então, devem submeter-se a um trabalho de adaptação dadas as características próprias da fonte em questão.⁴¹

Independentemente do gênero de estudo de historiografia que esteja realizando (balanço bibliográfico, crítica historiográfica, história da historiografia etc.), o pesquisador deve, portanto, submeter as obras historiográficas à cuidadosa crítica interna e externa⁴². Tais procedimentos nos permitirão tomá-las como vigorosos indícios de dinâmicas institucionais, disciplinares, sociopolíticas nacionais etc.

Ainda que utilizadas, nesta pesquisa, como fontes secundárias, as entrevistas mostraram-se particularmente úteis para a abordagem de alguns subtemas (como, por exemplo, os significados de certas disputas teórico-metodológicas e os rearranjos institucionais no PPGHU). Nessa constatação, não há novidade, afinal, trabalhos que se dedicaram a investigar objetos similares ao aqui proposto insistiram na importância de se recorrer à história oral, uma vez que:

as fontes que possibilitam o acesso à história dos cursos [de História] costumam ser dispersas, fragmentadas e escassas, sobretudo se o objetivo for focalizar seu cotidiano. A recorrência à legislação e ao testemunho dos próprios historiadores é frequente, o que não deixa de ser emblemático, visto que, no domínio dos cursos que formam professores e pesquisadores – ou ainda, leitores e escritores profissionais –, poucos registros são produzidos sobre a experiência formativa, as práticas, os costumes e as múltiplas relações sociais tecidas em seus espaços. É um mundo marcado pela oralidade, pelos silêncios e recalamentos, quebrados de quando em quando pelas atas de reuniões, boletins e regimentos internos, memorandos, planos de ensino, avaliações, projetos e propostas curriculares.⁴³

Em nossa pesquisa, utilizaremos as *fontes orais* em constante *diálogo* com a documentação escrita. Mecanismos fundamentais da crítica documental (busca de consistência interna, conferência cruzada de detalhes de outras fontes, confronto da

⁴¹ GODOY, João M. T. “Alguns desafios dos estudos de historiografia”. *Projeto História*, n. 41, 2010, p. 197.

⁴² Sintética e precisa exposição dos elementos da “crítica metódica”, bem como de seus limites, permanece sendo BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 5.ed. Portugal: Europa-América, 1987.

⁴³ FRANZINI, F. e GONTIJO, R. “Apresentação – Dossiê ‘Os cursos de história: lugares, práticas e produções’”. *História da Historiografia*, n. 11, 2013, p. 13.

evidência com um contexto mais amplo etc.) orientarão nosso trabalho. Com entrevistas de história oral, o ponto crucial é atentarmos para as *condições de produção dessa fonte*, isto é, sua elaboração *intencional e a posteriori*. Nesse sentido, devemos acurar para as limitações e potencialidades que essa especificidade nos coloca⁴⁴. Vale destacar que as fontes orais nos permitem também um acesso privilegiado ao modo como os agentes sociais vivenciaram e significaram suas experiências, possibilitando-nos apreender interpretações divergentes e negociações no processo de construção da memória. Assim, levando em conta a dupla potencialidade da *história oral* (a de *evidência* sobre dados eventos sociais e a de *percepção singular* dos mesmos)⁴⁵, bem como o amplo debate acadêmico sobre sua metodologia⁴⁶, optamos pelo gênero denominado *história oral temática*⁴⁷.

Finalmente, ocupando, também, um lugar secundário entre as fontes empregadas nesta pesquisa, valemo-nos de uma variada e fragmentária documentação institucional do PPGHU a que conseguimos ter acesso (programas de disciplinas, prontuários de docentes, projetos coletivos de pesquisa etc.). Se, como nos alerta Le Goff, todo documento é monumento, isto é, um instrumento de poder e produto de determinadas relações de força⁴⁸, é indiscutível que os “registros” produzidos por instituições ou

⁴⁴ A entrevista de História oral, como toda fonte histórica, deve ser vista como um “documento-monumento”. Assim, precisamos “desmontá-la”, ou seja, ter em mente: as condições da relação entrevistado-entrevistador; as elaborações da memória e a “visão retrospectiva”; as estruturas narrativas das quais o entrevistado se utiliza etc. Cf. ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007 e ALBERTI, V. “Fontes Oraís: Histórias dentro da História”. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006. As dificuldades particulares em se realizar entrevistas com aqueles engajados em “campos científicos” são debatidas em BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 132. Para outros desafios metodológicos de pesquisas relativas ao campo intelectual, cf. SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

⁴⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 184.

⁴⁶ Cf., especialmente: HALL, Michael. “História oral: os riscos da inocência”. In: DPH-SP. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH-SP, 1988; PRINS, Gwyn. “História Oral”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992; BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; FERREIRA, M. M. (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994; BARBIERI, Mirta. “El contexto de producción de los relatos de vida”. *Neho-História*, n. 1, 1999; FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005; LIENHARD, M. “Los testimonios populares y la cuestión de su lectura”. *Cuadernos de Literatura*, v. 38, 2001.

⁴⁷ “Por partir de um assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou a opinião do entrevistador sobre algum ponto definido. (...) Nesse ramo da história oral, a hipótese de trabalho é testada com insistência e o recorte do tema deve ficar de tal maneira explícito que conste das perguntas a serem feitas ao colaborador. (...) o entrevistador pode e deve apresentar outras opiniões, contrárias, e discuti-las com o narrador. Tudo com a finalidade de elucidar uma versão contestada. (...) Devido a seu caráter específico, a história oral temática tem características bem diferentes da história oral de vida. Detalhes da história pessoal do narrador apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central.” Cf. MEIHY, José C. S. B. *Manual de história oral*. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 145-146.

⁴⁸ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996. p. 545-548.

deliberadamente para elas despertam ainda mais precauções no historiador. Tal documentação, entretanto, mesmo em seus silêncios, traz sempre significativos indícios sobre dissensos/consensos em torno de arranjos institucionais em curso. Cotejados com as fontes orais, esses documentos mostram-se ainda mais profícuos. Eles nos oferecem subsídios para pensarmos, por exemplo, sobre criações/extinções de áreas de concentração e linhas de pesquisa, (re)composições do corpo docente etc. Especialmente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa, ainda que não se possa preconceber que elas determinem as diretrizes das pesquisas desenvolvidas, é certo que podemos tomá-las como representativas das discussões que estão sendo travadas no interior de um dado programa. Aquelas “que obtiveram primazia e que foram oficializadas não só revelam escolhas como também denunciam recusas e permitem que se analise as razões das preferências por umas e não por outras, o que acaba por expressar as propensões daquele programa”⁴⁹. Enfim, docentes e discentes precisavam dialogar, ainda que das mais variadas maneiras, com a organização do programa de pós-graduação no qual desenvolviam seus trabalhos. A documentação institucional auxiliou-nos a apreender aspectos desse processo.

Capítulos

Esta tese encontra-se dividida em três capítulos.

No Capítulo 1, descrevemos, em amplos traços, a produção de E. P. Thompson – com especial destaque às obras que mais foram empregadas nas dissertações e teses aqui investigadas – e os diversos contextos em que ela foi elaborada, o que nos levou, forçosamente, a abordar a engajada postura thompsoniana em alguns dos debates historiográficos, teóricos e políticos mais significativos nos quais sua obra buscava se inserir. Na sequência, tratamos das críticas ao pensamento do historiador inglês que, em especial na Europa e nos EUA, obtiveram maior repercussão. Grosso modo, elas foram agrupadas em dois blocos: em um deles, reunimos as principais objeções de marxistas aos textos thompsonianos e, no outro, aglutinamos um variado contingente de autores filiados à virada linguística/cultural, que se desenvolveu, mais intensamente, a partir dos anos 1980, na esteira do pensamento pós-moderno. Além de oferecer ao leitor uma

⁴⁹ Maria A. Ayd Corrêa. *De que lugares fala essa história?...*, p. 29-30.

ampla amostragem das citações que povoaram, durante cerca de duas décadas, as dissertações e teses estudadas nesta pesquisa, o Capítulo 1, ao destacar aspectos dos sentidos e das funções da obra thompsoniana em seu “campo de produção”, aguça o olhar para a apreensão de sentidos e funções específicos assumidos por ela no “campo de recepção”, tornando mais visível o caráter criativo/produtor dos processos de apropriação empreendidos pelos historiadores brasileiros aqui enfocados.

Nos Capítulos 2 e 3, abordamos a recepção da obra thompsoniana na produção discente do PPGHU. O primeiro deles centra-se em trabalhos defendidos nos anos 1980 e o segundo naqueles concluídos nos anos 1990 e princípios dos 2000. Ambos os capítulos possuem a mesma organização. Começamos pela investigação de relações do processo de recepção da obra de E. P. Thompson na produção discente do PPGHU com as transformações pelas quais passavam as instituições universitárias de produção historiográfica nacionais (salientando aspectos específicos da dinâmica institucional do PPGHU) e com as conjunturas sócio-político-culturais brasileiras do período (enfatizando seus impactos sobre importantes concepções vigentes entre os historiadores). Na sequência, exploramos a circulação, no Brasil, das edições (nacionais e estrangeiras) de obras de E. P. Thompson, destacando as variadas formas de participação de docentes e discentes do PPGHU em publicações brasileiras de textos do historiador inglês. Por fim, passamos a analisar as opções de leitura que os discentes do PPGHU realizaram, as apropriações que empreenderam e os resultados destas nos trabalhos que produziram, sempre considerando como estes dialogaram com debates historiográficos e referências teórico-metodológicas que então hegemonizavam a produção dos (sub)campos disciplinares em que se inseriam. Esse último movimento nos levou a utilizar, intensamente, balanços bibliográficos e estudos de historiografia sobre a produção brasileira dos anos 1970, 1980 e 1990, especialmente aquela relativa à história do trabalho.

CAPÍTULO 1

E. P. Thompson e sua obra

Autor prolífico, militante de muitas causas, Edward Palmer Thompson construiu um legado intelectual e político cuja análise poderia nos levar aos mais variados caminhos, como nos revela a gigantesca bibliografia relativa a esse personagem. Diante disso, optamos por uma abordagem da vida e obra thompsonianas que, apesar de suas limitações, parece-nos a mais adequada aos propósitos desta pesquisa.

Em uma investigação que se propõe a explorar a apropriação do pensamento thompsoniano por historiadores brasileiros, parece-nos de pouca valia uma extensa apreciação exegética das obras do historiador inglês. Isso simplesmente nos levaria ao estabelecimento de uma interpretação “ortodoxa” que nós – e o leitor – poderíamos, em seguida, confrontar com as interpretações presentes nas produções historiográficas acadêmicas brasileiras aqui analisadas. Nada mais contrário aos fundamentos desta pesquisa, que entende o processo de apropriação como fenômeno prenhe de historicidade e que, portanto, só pode ser entendido em relação aos contextos – em suas múltiplas dimensões – nos quais foi realizado.

Assim, mais profícua parece ser a descrição, em amplos traços, da produção de E. P. Thompson – com especial destaque às obras que mais foram empregadas nas dissertações e teses aqui investigadas – e dos diversos contextos em que ela foi elaborada. Isso nos levará forçosamente a abordar a engajada postura thompsoniana em alguns dos debates historiográficos, teóricos e políticos mais significativos nos quais sua obra buscava se inserir. A opção por uma abordagem fundamentalmente descritiva tem ainda a vantagem adicional de oferecer ao leitor uma ampla amostragem das citações que povoaram, durante cerca de duas décadas, as dissertações e teses estudadas nesta pesquisa.

Após esse percurso pela produção thompsoniana, tratamos das críticas ao pensamento do historiador inglês que, em especial na Europa e EUA, obtiveram maior repercussão. Grosso modo, elas foram agrupadas em dois blocos. No primeiro, reunimos as principais objeções de marxistas aos textos thompsonianos. Já o segundo bloco aglutina um variado contingente de autores filiados à virada linguística/cultural, que se desenvolveu, mais intensamente a partir dos anos 1980, na esteira do pensamento pós-moderno.

1.1. Heranças familiares

“Mudamos várias vezes, mas independente da casa onde morássemos, ela sempre estava cheia de visitas. Em épocas de crise política, a empolgação era grande, com conversas que varavam noites e madrugadas. Geralmente, recebíamos acadêmicos, políticos e escritores do mundo todo”¹. Tais palavras, usadas por Kate Thompson, em carta recentemente enviada a uma publicação brasileira, para descrever a vida doméstica em que, como filha de Edward Palmer Thompson, cresceu, ecoam aquelas empregadas por seu pai, em 1992:

(...) durante toda a minha infância, recebemos visitas de pessoas extraordinárias. Um dia, foi Gandhi que se encontrou sentado num canto de nossa casa. Lembro-me principalmente de que o aparador estava guarnecido por uma montanha de uvas e de frutas diversas; eu era muito pequeno, mas estava bem consciente de que alguém muito importante estava lá. *Era sempre assim em nossa casa*. Nehru também foi nos ver e me ensinou como segurar um bastão de críquete.²

Os elementos de continuidade nos relatos de Kate e Edward Thompson sobre suas infâncias parecem nos indicar o considerável peso que as experiências familiares tiveram sobre importantes rumos dados por E. P. Thompson à sua vida. Assim, por exemplo, pouco antes de sua morte, em 1993, ao mesmo tempo em que ele afirmava nunca ter realmente decidido ser historiador, sugeria que: “Meu pai também era, à sua moda, um poeta, um historiador e um militante político, e suponho que me inspirei um pouco nele, inconscientemente”³. Na mesma ocasião, procurando ressaltar outros legados familiares que, com muito mais consciência levava adiante, lembrava que: “fui educado com a ideia justa, que espero ter transmitido corretamente a meus filhos, de que os governos são sempre enganadores e mais vale um governo fraco do que um governo forte”⁴. As significativas influências do círculo familiar sobre Thompson vieram não apenas de seu pai e de sua mãe. Como veremos, algumas de suas opções mais marcantes – sua adesão ao comunismo, por exemplo – estiveram relacionadas a William Frank, seu irmão mais velho.

Nascido em 1924, na cidade inglesa de Oxford, Edward Palmer Thompson era o segundo filho de Edward John e Theodosia Thompson. Quando nasceu, seus pais

¹ THOMPSON, Kate. “Algumas palavras”. *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014, p. 14.

² THOMPSON, E. P. “O Espírito *Whig* sem o Elitismo” (Entrevista). In: BOURDIEU, Pierre e MICELI, Sérgio (orgs.). *Liber – I*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 164 (Grifos nossos).

³ THOMPSON, E. P. “O Espírito...”, p. 163.

⁴ THOMPSON, E. P. “O Espírito...”, p. 164.

havia acabado de retornar à Inglaterra após um extenso período de atuação como missionários metodistas na Índia. Logo após o regresso, seu pai, que estabelecera sólidos vínculos com políticos e literatos indianos, renunciou ao ministério sagrado, tornando-se professor de bengalês na Universidade de Oxford, e ampliou seu engajamento na crítica às mazelas do imperialismo britânico, especialmente na Índia. Se, por via paterna, E. P. Thompson se vinculava ao Oriente, os laços maternos o ligavam aos Estados Unidos, local de visitas desde a infância devido aos parentes que sua mãe mantinha em sua terra natal. O deslocamento entre esses dois polos foi recorrente durante a vida de Thompson, que, desse modo, manteve e ampliou a rede internacional que herdara de seus pais⁵.

Ainda que, durante a infância e a adolescência de Thompson, seu pai já estivesse afastado do metodismo, é difícil imaginar que o wesleyanismo não tenha deixado suas marcas na educação dos filhos de Edward e Theodosia. Vale lembrar que, do mesmo modo que o pai, E. P. Thompson estudou na metodista *Kingswood School*. Experiências desse tipo, sugerem alguns, teriam contribuído para a profunda – e, às vezes, ácida – análise do metodismo empreendida pelo historiador inglês em *The Making of the English Working Class*⁶. Assim como buscou superar os resquícios de metodismo do pai, Thompson também ultrapassou os limites do liberalismo paterno. Na verdade, nesse movimento foi precedido pelo irmão Frank, que, tendo se filiado antes ao Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), abriu o caminho para que Edward fizesse o mesmo em 1942. De qualquer modo, tal movimento em direção ao comunismo por parte dos filhos de Edward John Thompson não deve ser visto como uma ruptura dramática. Ainda que com hesitações, nos anos 1930 e 1940, o próprio Edward John Thompson, um “liberal de esquerda”⁷, nas palavras de seu filho mais novo, radicalizou suas posições rumo a um engajamento mais decidido a favor da emancipação política da Índia.

⁵ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-65.

⁶ TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKE, T. “E. P. Thompson: a short introduction”. In: *E. P. Thompson and English Radicalism*. Manchester: Manchester University, 2015, p. 5. Cf., especialmente, Cap. 6: “O poder transformador da cruz”. In: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2: A maldição de Adão. Trad.: Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1963]. (Coleção Oficinas da História, v. 5).

⁷ THOMPSON, E. P. “O Espírito...”, p. 164.

1.2. Lutas antifascistas: experiências de voluntarismo e crença na ação humana

Por volta da mesma época em que aderiu ao PCGB, Thompson era aluno em Cambridge, onde foi eleito presidente do Clube Socialista Universitário e tomou contato com o marxismo por meio de textos de Christopher Hill e Christopher Caudwell. Entretanto, o historiador inglês observa que:

quando comecei meus estudos em Cambridge durante a guerra, *as pessoas eram menos marxistas do que comunistas*. Estavam muito engajadas num movimento político antifascista, do qual *o marxismo era uma forma um tanto obscura e intelectual*. Havia cursos de marxismo, mas era preciso ser excessivamente intelectual para perceber seu alcance. Foi, portanto, *a partir dos anos 60 que se passou de um engajamento antes de tudo político para um engajamento intelectual*, supondo uma formação intelectual específica.⁸

Os estudos de E. P. Thompson em Cambridge foram logo interrompidos devido à sua participação militar na Segunda Guerra Mundial, em que atuou no norte da África e como comandante de divisão de infantaria motorizada na Itália⁹. Seu engajamento apaixonado na luta antifascista fora precedido pelo de seu irmão Frank, que morreria durante a guerra em uma malsucedida missão que buscava apoiar os *partisans* da Bulgária. A perda do irmão, por quem tinha enorme admiração, teria grande impacto sobre Thompson. Desse episódio marcante, surgiria, em parceria com sua mãe, o primeiro livro do historiador inglês: *There is a spirit in Europe: a memoir of Frank Thompson*¹⁰.

Com o fim da guerra, Thompson retornou a Cambridge para concluir seus estudos. Nessa época, iniciou seu relacionamento com Dorothy Towers. Filiada à Liga Comunista desde 1939, Dorothy, que viria a produzir respeitada obra histórica sobre o movimento cartista, tornou-se a companheira de toda a vida de Thompson¹¹. Além disso, como lembra Kate Thompson, ela “foi a primeira e a melhor editora do meu pai, e

⁸ THOMPSON, E. P. “O Espírito...”, p. 171 (Grifos nossos). Em texto de 1986, Thompson afirma já ter lido uma obra de Christopher Hill pouco antes de ingressar na universidade. Cf. THOMPSON, E. P. “Agenda para una historia radical”. In: *Agenda para una historia radical*. Trad. Elena Grau. Barcelona: Crítica, 2000, p. 9. A tradução espanhola foi feita a partir de THOMPSON, E. P. “Agendas for a radical history”. *Radical History Review*, n. 36, 1986.

⁹ TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKE, T. “E. P. Thompson: a short introduction”. In: *E. P. Thompson and English Radicalism*. Manchester: Manchester University, 2015, p. 5. Há, também, menção à participação de Thompson em combates na França. Cf. DWORKIN, Dennis. “E. P. Thompson: historiador militante, militante historiador”. *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014, p. 93.

¹⁰ THOMPSON, E. P. e THOMPSON, T. J. *There is a spirit in Europe: a memoir of Frank Thompson*. London: Victor Gollancz, 1947. O livro é uma reunião de cartas escritas por Frank acrescida de um texto biográfico redigido por Thompson e sua mãe.

¹¹ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 69.

o trabalho dele foi altamente influenciado por suas opiniões”¹². Em 1947, ambos engajaram-se, na Iugoslávia, no projeto de construção de uma ferrovia. Se a guerra já havia produzido em Thompson o comprometimento em libertar as intenções daqueles, incluindo seu irmão, que “tomaram pela liberdade e pela derrota do fascismo”¹³, episódios como os vividos na Iugoslávia sustentaram sua fé no socialismo ao longo dos anos. Assim, duas décadas depois do ocorrido, podemos encontrá-lo afirmando que:

(...) ele [Marx] parece propor [para uma sociedade sem classes] não uma natureza angelical, mas homens que, no contexto de certas instituições e culturas, podem conceitualizar em termos de “nosso” ao invés de “meu” ou “deles”. Fui, em 1947, uma testemunha participativa do eufórico período após uma transição revolucionária, exatamente uma transformação de atitudes deste tipo. Os jovens camponeses iugoslavos, os estudantes e trabalhadores que construíam com moral alta sua própria ferrovia possuíam, sem dúvida, este novo conceito afirmativo de *nasha* (“nosso”), embora este *nasha* – o que pode ter sido favorável para a Iugoslávia – era em parte o *nasha* da consciência socialista, e em parte o *nasha* da nação. O fato de que aquele momento de euforia se mostrou evanescente – e que tanto a União Soviética quanto o “ocidente” fizeram o possível para reverter o impulso – não destrói a validade da experiência.¹⁴

Em termos mais gerais, é possível afirmar que as mobilizações populares antifascistas insurretas de 1943-1947 permitiram a Thompson vivenciar intensamente o que ele entendia como um momento prenhe de possibilidades, em que a ação humana consciente revelava suas potencialidades criativas¹⁵. Quando, na segunda metade dos anos 1940, tal quadro deu lugar à Guerra Fria, e a seu “poder monolítico dos dois blocos”, o desapontamento de Thompson foi grande: continha-se o voluntarismo, silenciavam-se as forças democráticas¹⁶.

1.3. Ensinando e aprendendo: o lugar da experiência

Em fins dos anos 1940, Edward e Dorothy Thompson estavam de volta à Inglaterra. Com o nascimento de Ben, primeiro filho do casal, e a necessidade de se estabelecerem profissionalmente, não tiveram muitas dúvidas quanto às suas opções:

¹² THOMPSON, Kate. “Algumas palavras”, p. 14.

¹³ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 51.

¹⁴ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*. Trad.: Mario Duayer. (Disponível online em <http://goo.gl/zixu17> desde 2011. Acesso em 08/03/2014), p. 87. A tradução brasileira foi feita a partir de THOMPSON, E. P. “An open letter to Leszek Kolakowski”. *Socialist Register*, v. 10, 1973. Sobre a construção da ferrovia, cf. THOMPSON, E. P. (ed.). *The railway: an adventure in construction*. London: The British-Yugoslav Association, 1948. Thompson organizou a coletânea de relatos de participantes da experiência e escreveu uma extensa crônica para o livro.

¹⁵ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 54.

¹⁶ DWORKIN, Dennis. “E. P. Thompson: historiador militante...”, p. 95.

Nunca me ocorreu, e acho que o mesmo acontece com a Dorothy, permanecer na universidade. Os doutorados e tudo o mais, isso não fazia parte de nossos planos. Depois da guerra, a sociedade era muito aberta, cheio de espaços a preencher, e isso era muito estimulante. Depois que resolvi que o ensino para adultos era o domínio no qual eu queria trabalhar – muitas pessoas estavam envolvidas nisso na época – não foi difícil para mim arranjar um posto. Assim, fiquei muitos anos em Yorkshire, onde aprendi muito, graças aos estudantes aos quais dava cursos no WEA (Associação de Educação dos Operários).¹⁷

Entre fins dos anos 1940 e meados dos anos 1960, eles residiram em Halifax. Nesse período, E. P. Thompson atuou como educador e pesquisador integral na área de inglês do Departamento de Estudos Extracurriculares da Universidade de Leeds, que mantinha convênios com Associação Educacional dos Trabalhadores¹⁸. Empregada na mesma área, Dorothy realizava pesquisa para diversos departamentos da universidade¹⁹. Como professor, Thompson, atuando em um contexto universitário permeado por anticomunismo, deve ter chocado alguns colegas quando, em uma das primeiras reuniões do corpo docente, declarou que seu objetivo era formar revolucionários²⁰. O meio para isso lhe parecia claro: “pretendia-se sobretudo apaixonar os estudantes, fazer com que sentissem as coisas”²¹. Em uma proposta como essa, Thompson “compreendia o valor da experiência” e “esperava dos alunos que utilizassem essa experiência para ir além dela”²².

Simultaneamente, o historiador inglês dedicava bastante tempo ao PCGB, chegando a ser eleito membro do Comitê Distrital de Yorkshire, o que, somado às suas atividades profissionais e à distância entre Halifax e Londres, colocou obstáculos à sua participação regular no famoso Grupo de Historiadores do Partido Comunista (1946-1956). Em relação ao “Grupo”, ainda que, eventualmente, tenha procurado combater o mito que se criara em torno dele, inclusive salientando que Dorothy participara mais do que ele²³, Thompson declarou, em inúmeras ocasiões, que seu trabalho deveria ser entendido como parte de uma tradição mais ampla. Em 1978, por exemplo, escreveu que:

¹⁷ THOMPSON, E. P. “O Espírito Whig...”, p. 167. Ainda que não tenha levado a tarefa ao fim, Thompson matriculou-se, no ano de 1950, em um curso de doutorado em Leeds. Seu primeiro tema de tese foi “Working-class adult education 1840-1860, with special reference to the West Riding” e o segundo “The background and origins of the formation of the Independent Labour Party in Yorkshire and its development between 1880 and 1900”. Cf. TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKE, T. “E. P. Thompson...”, p. 7.

¹⁸ FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 26.

¹⁹ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 70.

²⁰ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 82.

²¹ THOMPSON, E. P. “O Espírito Whig...”, p. 168-169.

²² PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 85.

²³ THOMPSON, E. P. “O Espírito Whig...”, p. 170.

Parecem-me perfeitamente inúteis as recentes tentativas de sugerir um rompimento na historiografia marxista britânica entre a obra de Maurice Dobb, e a historiografia da década de 1960 (inclusive meu próprio trabalho, e o de Eugene Genovese). Vejo, em ambos os lados dessa suposta “ruptura” uma tradição *comum* de historiografia marxista, submetida a um discurso empírico (embora com ênfases diferentes); e o “culturalismo” é um termo que rejeito.²⁴

Além de se filiar abertamente a Maurice Dobb e a outros personagens fundadores do Grupo de Historiadores do Partido Comunista, como Dona Torr, sabe-se que, diversas vezes, quando críticos apontavam ausências em seus textos, Thompson afirmou que trabalhos de seus (ex-)colegas de PCGB – Christopher Hill, Eric Hobsbawm etc. – complementavam ou fundamentavam sua própria obra. Nesse sentido, segundo Harvey Kaye, seria possível constatar, na produção de historiadores do “Grupo”, a partilha tanto de uma problemática teórica – a superação do determinismo econômico do modelo base/superestrutura – quanto de uma problemática histórica – a questão das origens, desenvolvimento e expansão do capitalismo, entendido não no sentido limitado de uma mudança econômica, mas como uma mudança social no sentido mais amplo²⁵. No tratamento dessas problemáticas, os historiadores do “Grupo” acabaram por desenvolver uma abordagem comum: uma análise da história centrada na luta de classes abordada a partir de baixo (*history from below* ou, em termos mais precisos, *history from bottom up*)²⁶. Tratava-se de produzir um modo de pensar, pesquisar, analisar e escrever a história que, partindo da experiência das classes subalternas, analisasse as relações dessas com as elites ou classes dominantes. Assim, os historiadores do “Grupo” insistiam na ideia de que:

the lower classes themselves have been active participants in the making of history, rather than merely its passive victims. Moreover, they show that such struggles and movements have been significant to the *totality* of historical development, i.e. to values and ideas as

²⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 [1978], p. 230 (nota 168).

²⁵ KAYE, Harvey J. *The British Marxist historians*. Oxford: Polity Press, 1984, p. 5.

²⁶ KAYE, Harvey J. *The British...*, p. 5-6. Segundo Kaye (p. 222-228), a noção de “história vista de baixo”, originalmente cunhada por Georges Lefebvre, serviria para denominar, nos anos 1980, diversas abordagens que dirigiam sua atenção para as vidas, atividades e experiências das “massas” (ou do povo). Para diferenciar a produção do “Grupo” da de historiadores vinculados a outras tradições (*Annales*, estudos da modernização, pesquisadores do ramo “radical-populista” etc.), Kaye defende o uso do termo “history from bottom up”: “they [the British Marxist historians] do not study peasant and working-class experience in isolation but, rather, consistently pursue their historical studies in the context of historically specific class relations and confrontations, that is, as history from the perspective of the bottom up. (...) the British Marxist historians never lose sight of the essential political dimension of that experience. That is, class relations are ‘political’ in that they always involve domination and subordination, struggle and accommodation. (...) their approach does not preclude serious attention being given to elites and ruling classes (...).”

much as to political economy, and they have, therefore, also contributed to the experiences and struggles of later generations.²⁷

Por meio de sua prática histórica, Dobb, Hill, Hobsbawm e Thompson, entre outros, teriam produzido coletivamente uma contribuição para a teoria social que foi o desenvolvimento do marxismo como uma “teoria de determinação de classe”, o que demandou a reformulação da “análise de classe” como “análise de *luta* de classes”. Nessa concepção, que não afirmaria que a formação de classe fosse independente de determinações objetivas e que classes pudessem ser definidas simplesmente como formações culturais, a noção de determinação foi reelaborada como “definir limites” e “exercer pressões”²⁸, abrindo espaço para a ação humana.

Os debates teóricos e as pesquisas dos historiadores do “Grupo” teriam estabelecido as bases para a produção de uma história nacional-popular, destacando a contribuição das lutas populares para as conquistas materiais e culturais do povo inglês. Tal concepção ganhava força na medida em que se coadunava com importantes demandas do contexto político da primeira metade dos anos 1950. Por um lado, o PCGB afastava-se progressivamente da estratégia “soviética” de revolução e esboçava a “via britânica para o socialismo”, que, basicamente, envolveria a busca do alargamento das conquistas democráticas, herdadas de lutas populares ancestrais, como caminho para a construção do socialismo. Por outro lado, no contexto da Guerra Fria, era exatamente a importância das lutas sociais do passado para a construção da democracia e da prosperidade britânicas que estavam sendo minimizadas por formulações anticomunistas que defendiam a superioridade do capitalismo como modelo de desenvolvimento econômico e apresentavam processos históricos decisivos como simples decorrência da racionalidade de leis históricas²⁹. Na medida em que, a partir da investigação histórica, membros do “Grupo” demonstravam, como já indicara Gramsci em termos teóricos, que a classe trabalhadora desenvolve sua própria concepção do mundo (que se manifesta em ação)³⁰, eles teriam colaborado de modo significativo para a cultura política britânica contemporânea, fomentando uma consciência histórica democrática e socialista³¹. Nas palavras de Kaye, que se coloca como um herdeiro dessa

²⁷ KAYE, Harvey J. *The British...*, p. 229.

²⁸ KAYE, Harvey J. *The British...*, p. 251.

²⁹ FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”, p. 31-32.

³⁰ KAYE, Harvey J. *The British...*, p. 245-246.

³¹ KAYE, Harvey J. *The British...*, p. 7. Especificamente sobre Thompson, Ellen M. Wood destaca o comprometimento dele, por toda a vida, com a ideia de que o socialismo somente poderia ser construído

tradição, buscava-se: “educar aqueles para os quais a luta é uma necessidade determinada do presente com as experiências históricas daqueles para os quais a luta foi uma necessidade determinada do passado”³².

A tese de Kaye sobre a produção coletiva dos historiadores do “Grupo” assenta-se em amplo conjunto de evidências. Contudo, na busca de manter seu fio condutor, ele tende a atenuar significativas diferenças de abordagem entre os autores que analisa. Muito mais problemática, na verdade insustentável em meados dos 1980, era a identificação implícita que Kaye promovia entre “historiadores marxistas britânicos” e “historiadores do PCGB”. Ainda que estes possam ser considerados o mais importante núcleo difusor da tradição historiográfica marxista britânica, o quadro era muito mais complexo, como o próprio Kaye salientou em outro livro publicado poucos anos depois:

The British Marxist historical tradition is hardly singular. *Consider the variety* in the following. The “debate on the transition to capitalism” initiated by Maurice Dobb’s *Studies in the Development of Capitalism*: originating in the deliberations of the *Communist Party Historians’ Group* and pursued on an international scale in the pages of the American journal, *Science & Society*, the debate established the framework for most of the historians’ later works. “*People’s History*”: imbued in the Historians’ Group by A. L. Morton’s pioneering synthesis, *A People’s History of England* [1938], and the efforts of Dona Torr, exemplified by *Tom Mann and His Times* [1956], this practice connects the senior historians with the *History Workshop movement* [1966] of socialist and feminist historians among the principal instigators of which has been Raphael Samuel, a schoolboy member of the original Historians’ Group. “*Labour history*”: fomented by the Society for the Study of Labour History [1960] which includes among its founders Eric Hobsbawm, John Saville and Dorothy Thompson, this field now encompasses both the chronicles of the “Labour Movement” and the broader history of the working class. “*Cultural Studies*”: originating in the writings of Richard Hoggart, Raymond Williams and Stuart Hall and pursued most energetically by the students and graduates of the Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies [1964], this enterprise was also clearly inspired by E. P. Thompson’s *The Making of the English Working Class*. And yet another strand of the “tradition” (...) represented by the work of Victor Kiernan, Ralph Miliband, John Saville and Perry Anderson, and more recently Philip Corrigan and Derek Sayer, has attended to ruling classes, power and the State.³³

por meio da autoemancipação da classe trabalhadora: “Essa proposição implica ser a classe operária o único grupo social a possuir não apenas um interesse imediato em resistir à exploração capitalista, mas também o poder coletivo adequado para destruí-la. A proposição também implica um ceticismo com relação à autenticidade – ou, na verdade, à probabilidade – da emancipação não conquistada pela atividade e pela luta, mas daquela que é ganha por procuração ou conferida por benefício. Quanto a isso não há garantias; entretanto, por mais difícil que seja construir a prática socialista a partir da consciência popular, não existe, de acordo com essa visão, nenhum outro material com que ela possa ser construída e nenhum outro socialismo que seja consistente com o realismo político e com os valores democráticos. Talvez a questão seja que o socialismo deverá se realizar dessa forma ou não se realizará de forma alguma.” Cf. “Classe como processo e como relação”. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad.: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2015 [1995], p. 95 (Grifos nossos).

³² KAYE, Harvey J. *The British...*, p. 248-249 (Grifos nossos).

³³ KAYE, Harvey. “E. P. Thompson, the British Marxist Historical Tradition and the Contemporary Crisis”. In: KAYE, Harvey and McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990, p. 253-254 (Grifos nossos).

Diferenças e conflitos no interior da variada tradição historiográfica marxista britânica descrita por Kaye deram origem a memoráveis e influentes debates. Alguns deles serão aqui detalhadamente abordados. Por ora, retornemos à indiscutível influência de membros do “Grupo” sobre a formação intelectual de Thompson, destacando-se a figura de Dona Torr, que “representava um exemplo e um incentivo para que Edward e Dorothy se dedicassem cada vez mais à pesquisa histórica”³⁴. Nas palavras de Thompson: “Ela foi sem dúvida o personagem mais marcante de todos os meus professores, de todo os meus amigos”³⁵. O encorajamento de Torr contribuiu para que o historiador inglês levasse adiante suas pesquisas sobre William Morris que, em 1955, resultariam na publicação de *William Morris: romantic to revolutionary*³⁶, primeira obra historiográfica de fôlego escrita Thompson. Seu estudo sobre o escritor, poeta e militante socialista vitoriano repercutiria, profunda e duravelmente, sobre futuros encaminhamentos políticos, teóricos e historiográficos de E. P. Thompson. Em Morris e, mais amplamente, na tradição romântica inglesa, cuja gênese pode ser remontada ao final do século XVIII, o historiador inglês encontraria elementos de oposição ao capitalismo, como a crítica moral, que lhe pareciam ausentes e necessários a certas vertentes do marxismo de meados do século XX. Thompson encontrou, também, algo que já lhe interessava como educador de adultos: a valorização de saberes de “homens mais simples”³⁷, o que ganhava contornos mais nítidos no conceito morrisiano de “experiência vivida”³⁸. Daí porque, retrospectivamente, Thompson visse sua obra sobre Morris como um revisionismo abafado³⁹.

Em 1956, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em que Nikita Krushev, secretário-geral da organização, apresentou um relatório secreto, mas que rapidamente se espalharia pelo mundo, sobre crimes cometidos durante a era Stalin (1927-1953), Thompson buscou fomentar o debate interno do PCGB. Ele acreditava que o stalinismo tinha sido um desdobramento *possível* (longe de ser o único)

³⁴ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 71.

³⁵ THOMPSON, E. P. “O Espírito Whig...”, p. 170.

³⁶ THOMPSON, E. P. *William Morris: romantic to revolutionary*. London: Lawrence and Wishart, 1955.

³⁷ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 87.

³⁸ MÜLLER, Ricardo G. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002, p. 75. Em 1968, Thompson proferiu uma palestra em que abordou aspectos fundamentais da trajetória da ideia de “experiência” na tradição romântica e na cultura inglesas. Postumamente, tais reflexões foram publicadas em THOMPSON, E. P. “Educação e experiência”. In: *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Trad.: Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1997].

³⁹ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary – Pós-escrito (1976)*”. Trad.: V. Valdez, T. Blauth e M. S. M. Moraes. In: MÜLLER, Ricardo G. e DUARTE, Adriano L. (orgs.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó, SC: Argos, 2012, p. 99.

da teoria marxista no interior de certas formas e equilíbrios de lutas de classe⁴⁰. Tal diagnóstico, que, naquele momento, pouco tinha de consensual, visto que parecia alargar a vulnerabilidade do comunismo às críticas dos ideólogos capitalistas que propagandeavam o vínculo necessário entre marxismo e stalinismo, estimulava Thompson a refletir sobre a criação de novas modalidades de intervenção política na luta de classes e a reformulação teórica de elementos da tradição marxista.

Entretanto, os canais de comunicação do partido mostraram-se pouco permeáveis a qualquer atividade crítica em relação ao stalinismo, o que levou Thompson e John Saville, também historiador e membro do PCGB, a lançarem o periódico independente *The Reasoner*⁴¹. Pressionados pela direção partidária a interromper a circulação da publicação, Thompson e Saville optaram por deixar a organização após o apoio do PCGB à ocupação de Budapeste por tropas da URSS. Mais amplamente, os acontecimentos de 1956 impulsionaram a saída de um quinto de membros do PCGB, incluindo a maioria dos historiadores do “Grupo”. Para boa parte desses militantes, a repressão ao movimento na Hungria revelava as barreiras à renovação dos partidos comunistas e a necessidade de se reorganizar o movimento comunista internacional além da órbita soviética⁴².

Persistindo em seus esforços para reacender os debates no interior da esquerda britânica, Thompson e Saville passaram a editar uma nova publicação denominada *The New Reasoner*. Nela, Thompson já apresentaria, em alguns artigos, posições que seriam reiteradas e desenvolvidas em seus trabalhos subsequentes. *Socialist Humanism: an Epistle to the Philistines* (1957) e *Agency and choice* (1958), por exemplo, já esboçavam críticas contundentes ao determinismo econômico, indicando a necessidade de resgatar a importância das relações socioculturais e da ação humana nos processos históricos⁴³. Iniciativas como a de Thompson e Saville fomentavam, na segunda metade

⁴⁰ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*. Trad.: Mario Duayer. (Disponível online em <http://goo.gl/zixu17> desde 2011. Acesso 08/03/2014), p. 2.

⁴¹ *Reasoner* era o nome do periódico publicado, a partir de 1808, por John Bone, ex-secretário da Sociedade Londrina de Correspondência, com o objetivo de reavivar o radicalismo jacobino na Inglaterra, bastante abalado, entre outras razões, pela coroação de Napoleão na França, episódio visto como um desvirtuamento da Revolução. Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3: A força dos trabalhadores. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 [1963]. (Coleção Oficinas da História, v. 8), p. 15.

⁴² PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 91-92. Cf., também: THOMPSON, E. P. “Through the smoke of Budapest”. *The Reasoner*, n. 3, 1956.

⁴³ THOMPSON, E. P. “Socialist Humanism: an Epistle to the Philistines”. *The New Reasoner*, n. 1, 1957 e THOMPSON, E. P. “Agency and choice”. *The New Reasoner*, n. 5, 1958. Entre opositores e defensores de Thompson, é comum a afirmação de que o pensamento político, teórico e historiográfico que ele apresentou ao longo da vida girou, com ênfases adequadas a diferentes contextos, em torno de sua

dos anos 1950, um movimento político mais amplo que ficou conhecido como *New Left*. Agrupamento heterogêneo, a *New Left*, que reunia dissidentes do PCGB (grupo ligado a *The Reasoner*), “desafetos dos adeptos do trabalhismo” e estudantes universitários socialistas (grupo *Universities and Left Review*), buscava, por meio da renovação da teoria e da prática, a construção do socialismo democrático⁴⁴.

Em que pese suas importantes especificidades, a *New Left* inseria-se em um processo mais amplo de transformação do marxismo intensificado a partir de 1956 e informado em seus traços fundamentais por três conjuntos de acontecimentos⁴⁵. O primeiro é o colapso do movimento comunista internacional “monocêntrico”, isto é, orientado pelo Partido Comunista da União Soviética, abrindo espaço para a pluralidade das vias nacionais para o socialismo e descentrando o modelo revolucionário bolchevique. O segundo é a alargamento da difusão do marxismo no que, à época, chamava-se de “terceiro mundo” (especialmente, na América Latina, África e sul da Ásia), colocando novas questões teóricas e de estratégia política. Finalmente, teríamos o conjunto representado pela maré radical de fim dos anos 1960, expandindo o debate marxista, mas fomentando, também, todos os tipos de revisionismo.

Entre as novas tendências de desenvolvimento do marxismo, algumas linhas de força se sobressaíram. Como deixara de existir *uma* ortodoxia dominante ou obrigatória, expandiu-se o pluralismo entre aqueles que se filiavam à tradição marxista. Assim como ficou mais difícil tachar interpretações heterodoxas como não marxistas, ficou mais fácil criticar os regimes socialistas existentes sem ter que romper os laços com Marx. Sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1950, mas com outro notável impulso no fim dos anos 1960, impôs-se outra importante tendência: o alargamento da penetração do marxismo no mundo acadêmico, o que fazia dos intelectuais uma significativa nova base social e fomentava a combinação do marxismo com diversas outras teorias. Atuando no interior de uma cultura universitária pluralista, muitos marxistas tiveram que interagir mais frequentemente com conhecimentos elaborados por não marxistas.

concepção, formulada nos anos 1950, do “humanismo socialista”. Este teria como elementos centrais: a rejeição dos “filistinismos” antitéticos da social democracia e do comunismo stalinista; a insistência em que a única rota genuína para a emancipação socialista estava em um caminho entre os dois; a afirmação da autonomia moral humana e dos poderes da agência histórica. A justaposição dos termos “humanismo” e “socialismo” (incluindo neste “marxismo”) mostrou-se prenhe de dificuldades teóricas. Cf. SOPER, Kate. “Thompson and socialist humanism”. In: TAYLOR, R. and FIELDHOUSE, R. (eds.). *E. P. Thompson and English Radicalism*. Manchester: Manchester University, 2015, p. 122-123.

⁴⁴ DWORKIN, Dennis. “E. P. Thompson: historiador militante...”, p. 96.

⁴⁵ Este parágrafo e o próximo são uma síntese de HOBBSAWM, E. J. “O marxismo hoje: um balanço aberto”. In: HOBBSAWM, E. J. (org.). *História do marxismo*. v. 11. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 13-66.

Tal prática relacionava-se com outra tendência do pós-1956: a disponibilidade do marxismo para reconsiderar não apenas a tradição marxista mas também a teoria do próprio Marx. Atitude então julgada central para revitalizar, modernizar e reforçar o marxismo, o qual, segundo Richard Johnson, tendeu a se desvencilhar, especialmente nos anos 1960 e em diferentes tradições nacionais, do economicismo e dos determinismos mecânicos, reforçando, em contrapartida, o interesse por aspectos culturais, experienciais ou ideológicos⁴⁶. Em texto do começo dos anos 1980, Hobsbawm avaliava que as tendências aceleradas a partir de meados dos anos 1950 representavam “a mais profunda fratura até aqui registrada na continuidade da tradição intelectual marxista”. Entretanto, o quadro não deveria ser visto como catastrófico, afinal, “o reconhecimento da necessidade de uma atualização radical do marxismo” era acompanhado da “convicção de que a teoria de Marx”, em seu todo, continuava a fornecer “uma orientação essencial para compreender e mudar o mundo”⁴⁷.

No contexto britânico, unificada pelas crises políticas da Hungria e de Suez, em 1956, a *New Left* ganhou força ao se engajar na Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND) do final dos anos 1950. Ao mesmo tempo, o movimento propunha-se a implementar um amplo repertório de ações: publicação de periódicos e livros, clubes de esquerda, grupos de debate, conferências, atividades educacionais e de propaganda etc. Até o começo dos anos 1960, Thompson dedicou-se febrilmente às atividades da *New Left*. Nesse período, ele teve fôlego tanto para produzir artigos sobre revolução e transição para o socialismo na Grã-Bretanha⁴⁸ quanto para escrever seu texto mais famoso e influente. Ainda que a pesquisa para *The making of the English working class*⁴⁹ tenha sido desencadeada por uma encomenda editorial, aceita por Thompson por motivos financeiros⁵⁰, não seria exagero afirmar que a obra, tomando rumo bastante distinto de seu impulso original, pode ser entendida como parte do engajamento thompsoniano em alguns dos debates mais relevantes para a *New Left* no período.

⁴⁶ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”. *History Workshop Journal*, n. 6, 1978, p. 80.

⁴⁷ HOBSBAWM, E. J. “O marxismo hoje: um balanço aberto”, p. 54-55.

⁴⁸ THOMPSON, E. P. “Revolution”. *New Left Review*, n. 3, 1960; THOMPSON, E. P. “Revolution again! or shut your ears and run”. *New Left Review*, n. 6, 1960. No mesmo período, críticas do historiador inglês ao reformismo foram reunidas em THOMPSON, E. P. (ed.). *Out of Apathy*. London: Steven & Sons/New Left Books, 1960.

⁴⁹ THOMPSON, E. P. *The making of the English Working Class*. London: Victor Gollancz, 1963.

⁵⁰ A pedido de um editor, Thompson deveria escrever uma história do movimento trabalhista britânico de 1832 a 1945. “Ele convenceu a editora a trazer o ponto de partida cronológico de volta para 1790, e o que veio a ser *A formação da classe operária inglesa* foi, na verdade, o primeiro capítulo de seu texto de pesquisa jamais concluído”. Cf. PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 126.

1.4. *The Making of the English Working Class* (1963)

The making é frequentemente considerado um marco na historiografia social britânica. Durante aproximadamente duas décadas, as críticas que recebeu pouco abalaram sua condição de parâmetro a partir do qual um amplo contingente de historiadores sociais ingleses empreendia suas pesquisas. Em fins dos anos 1980, William Sewell Jr. não hesitava em afirmar que:

E. P. Thompson's *The Making of the English Working Class* is the obligatory starting point for any contemporary discussion of the history of working class-class formation. The general transformation and revitalization of labour history over the past two decades can be read as a dialogue with Thompson; *The Making of the English Working Class* effectively set the agenda for an entire generation of labour historians.⁵¹

O clássico thompsoniano veio a lume num momento em que inovadoras pesquisas lançavam as bases das novas história social e do trabalho britânicas, as quais, ainda que um tanto imprecisamente, passaram a ser sinônimo de *history from below*⁵². Até poucos anos antes, os estudos sobre a classe trabalhadora britânica, por exemplo, limitavam-se, fundamentalmente, a quatro gêneros: histórias de sindicatos e partidos operários; biografias de líderes operários; histórias de doutrinas socialistas e investigações sobre “condições dos trabalhadores” (basicamente, estudos sobre elevação ou queda nos padrões de vida)⁵³. Os anos 1960 e 1970 viram esse quadro sofrer uma drástica transformação, dando lugar ao que, em retrospectiva e minimizando os colossais desafios enfrentados à época, muitos chamaram de “Era de Ouro” das novas história social e do trabalho⁵⁴. Nesse período, marcado tanto pela emergência de novas

⁵¹ SEWELL JR., W. “How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson's Theory of Working-class Formation”. In: KAYE, Harvey and McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990, p. 50.

⁵² “Hilton's writings on medieval peasant uprisings in *Bond Men Made Free: Medieval Peasant Movements and the English Rising of 1381* (1973), Hill's recovery of the radical fringe of the English Revolution in *The World Turned Upside Down: Radical Ideas During the English Revolution* (1972), and Hobsbawm's analysis of the labor movement in *Labouring Men: Studies in the History of Labour* (1964) and preindustrial forms of resistance in *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries* (1959) and *Bandits* (1969) provided exemplary models for history from below.” DWORKIN, Dennis. *Class struggles*. Edinburgh (UK): Pearson Longman, 2007, p. 51.

⁵³ SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 50. Seguramente alguns trabalhos iam além do que estabeleciam os gêneros dominantes. É o caso de obras de G. D. H. Cole (1889–1959), John R. Commons (1862–1945) e dos Hammond.

⁵⁴ Para os novos historiadores sociais do trabalho britânicos, um marco importante foi a fundação, em 1960, da *Society for the Study of Labour History*, um dos polos dinâmicos da elaboração e difusão de novas abordagens em história social, que tinha entre suas figuras principais Asa Briggs, Edward e Dorothy Thompson, Eric Hobsbawm, Sidney Pollard, John Saville, John F. C. Harrison, Royden

formas de democracia e estilos de vida (incluindo dramáticos episódios de revolta operária e estudantil)⁵⁵ quanto por sinais de erosão da cultura operária tradicional⁵⁶, ampliou-se o escopo do que se entendia por política e daqueles que contavam como agentes históricos, multiplicando os objetos da análise histórica⁵⁷. A teoria marxista, que ganhou espaço na produção historiográfica⁵⁸, viu suas tensões intrínsecas (estrutura/ação, vontade humana/determinismo, ser social/consciência social) receber interpretações inovadoras, das quais *The Making* tornou-se uma espécie de modelo⁵⁹.

A influência do livro rapidamente transbordou as fronteiras inglesas, contribuindo para que Thompson se tornasse um dos autores mais citados do século XX⁶⁰. O prefácio da obra, em especial, tem sido tão frequentemente mencionado que chegaria a rivalizar com aquele escrito por Marx, em 1859, para *Contribuição à crítica da Economia Política*⁶¹. A enorme repercussão de *The making* tem sido investigada por muitos pesquisadores, gerando uma ampla diversidade de reflexões, à qual, de certo modo, nossa própria pesquisa oferece, também, uma contribuição. Nesse momento, entretanto, interessa-nos delinear alguns elementos característicos da obra e compreender, em função do contexto em que foi produzida, aspectos do êxito que ela obteve.

The making não faz “concessão à erudição universitária”⁶² e não foi escrita pensando no público acadêmico. Ao produzir a obra, Thompson estava mais interessado em preocupações teóricas e filosóficas que surgiram em seus mais de dez anos como professor em cursos de extensão. Assim, quando imaginava seu público leitor, ele tinha em mente sindicalistas, funcionários de escritório, professores e também o público da

Harrison, Henry Pelling e Philip Bagwell. Cf. KIRK, Neville. “Challenge, crisis, and renewal? - themes in the labour history of Britain, 1960–2010”. *Labour History Review*, v. 75, in. 2, 2010, p. 169.

⁵⁵ PRICE, Richard. “Histories of Labour and Labour History”. *Labour History Review*, v. 75, n. 3, 2010, p. 267.

⁵⁶ Ainda que a defesa do conceito de classe tenha se mostrado exitosa no período, mostra-se pertinente a observação de Dworkin de que: “There was always something slightly nostalgic about scholars’ privileging of class in the 1960s and 1970s, since it coincided with the beginning of the break-up of the very working-class culture that was often being privileged.” Cf. DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 214.

⁵⁷ SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad.: Magda Lopes; São Paulo: Unesp, 1992, p. 40.

⁵⁸ “The new British social and labor history was by no means exclusively Marxist. However, E. P. Thompson – and other cultural Marxist historians – cast a long shadow on its growth and development.” Cf. DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 106.

⁵⁹ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 213.

⁶⁰ HOBBSBAWM, E. J. “E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 16.

⁶¹ SEWELL JR., W. “How classes...”, p. 51.

⁶² THOMPSON, E. P. “O Espírito Whig...”, p. 168-169.

esquerda, do movimento trabalhista e da *New Left*⁶³. Ainda assim, parece certo que boa parte do sucesso de *The making* relacionava-se, especialmente no mundo acadêmico, ao fato de que a obra enfrentava alguns dos mais significativos debates teóricos/políticos da historiografia inglesa dos anos 1960, oferecendo-lhes posicionamentos contundentes. Já nas primeiras páginas do livro, Thompson identificava seus adversários e apresentava suas discordâncias em relação a eles:

Este [livro] é antes um conjunto de estudos sobre temas correlatos do que uma narrativa sequenciada. Ao selecionar os temas, estava ciente de, por vezes, escrever contra o peso de ortodoxias predominantes. Há a *ortodoxia fabiana*, onde os trabalhadores em sua grande maioria são vistos como vítimas passivas do *laissez-faire*, com exceção de alguns organizadores com uma visão de longo alcance (especialmente Francis Place). Há a *ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos*, onde os trabalhadores são vistos como força de trabalho, migrantes ou dados de séries estatísticas. Há a *ortodoxia do “Progresso do Peregrino”*, onde aquele período é esquadrinhado em busca de pioneiros e precursores do Estado de Bem-Estar Social, progenitores de uma Comunidade Socialista ou (mais recentemente) precoces exemplares de relações industriais racionais. Cada uma dessas ortodoxias tem a sua validade. Discordo das duas primeiras porque tendem a obscurecer a atuação dos trabalhadores, e o grau com que contribuíram com esforços conscientes, no fazer-se da história. Discordo da terceira porque a lê a história à luz de preocupações posteriores, e não como de fato ocorreu. Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos.⁶⁴

A primeira e a terceira ortodoxias mencionadas por Thompson serviam, por exemplo, a setores do movimento trabalhista que desejavam enfatizar, em meados do século XX, apenas a história dos segmentos “ordeiros” da classe trabalhadora, que já teriam sido capazes de antever, desde os primórdios da implantação da ordem capitalista, possibilidades de, por meio de políticas gradualistas e constitucionalistas, lutar em seu interior⁶⁵. Contrariamente a isso, Thompson não exclui de *The making* outras facetas da classe trabalhadora, destacando que “nem sempre os ‘pobres de Cristo’ eram agradáveis”⁶⁶ e que os porta-vozes dos trabalhadores “questionaram não só as instituições políticas, mas também a estrutura social e econômica do capitalismo”⁶⁷.

⁶³ PALMER, Bryan D. “A História enquanto debate: a análise contestadora de ‘A Formação da Classe Operária Inglesa’”. *Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 10, 2013, p. 15.

⁶⁴ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1: A árvore da liberdade. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1963]. (Coleção Oficinas da História, v. 1), p. 12-13 (Grifos nossos).

⁶⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3: A força dos trabalhadores. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 [1963]. (Coleção Oficinas da História, v. 8), p. 169. A tradução brasileira foi realizada a partir da edição de 1963 e de THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class* (with new postscript). Harmondsworth: Penguin, 1968.

⁶⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 61.

⁶⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 31. Para Thompson, o luddismo, por exemplo, seria “um movimento de feição insurrecional, que oscilou continuamente à beira de objetivos revolucionários ulteriores” e o levante de Pentridge, em 1817, seria “uma das primeiras

Por sua vez, a ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos, no contexto da Guerra Fria, marcado pelo extraordinário crescimento econômico na Europa Ocidental e enfrentamento político com o comunismo, procurava, especialmente por meios estatísticos, demonstrar que o período da Revolução Industrial não havia sido catastrófico. No passado, assim como no presente, as “virtudes” do capitalismo poderiam ser demonstradas pela elevação do “padrão de vida”, isto é, pelo incremento do consumo da classe trabalhadora. Proposições como essas, sintetizadas em obras como *Capitalism and the Historians*, editada em 1954 por F. A. Hayeck, que futuramente viria a ser entendido como um dos fundadores do pensamento neoliberal, foram abertamente enfrentadas, como principais antagonistas, em *The Making*. Nesse sentido, Thompson procurou reconstituir a perspectiva dos trabalhadores sobre a Revolução Industrial, caracterizando-a como um doloroso processo de destruição dos “modos de vida” que procuravam defender.

Ao longo do livro, vemos que Thompson contrapunha-se, pelo menos, a mais duas outras “ortodoxias”: a das vertentes sociológicas positivistas e a do “marxismo dogmático”. Em relação à primeira, que apresentava a Revolução Industrial como integrante de um processo de “desenvolvimento”⁶⁸, Thompson objetava, por exemplo, que “industrialização” e “modernização” deveriam ser vistas como processos sociais abertos, cujo curso definia-se não por uma lógica universal que lhes seria intrínseca, mas por meio de lutas sociais⁶⁹. Estas, portanto, eram constitutivas dos fenômenos, não “distúrbios” ou “anomalias”⁷⁰. A investigação empreendida por Thompson em *The Making*, centrada na ideia da formação da classe como um “fato tanto da história

tentativas da história de se empreender uma insurreição totalmente proletária”. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3, p. 125 e 255 (respectivamente).

⁶⁸ E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 18.

⁶⁹ Ainda que *The making* apresente massivas evidências para sustentar tais concepções, é possível encontrar um certo tom evolucionista em alguns trechos da obra. Para um dos mais citados, cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 13.

⁷⁰ “(...) para Thompson, a Revolução Industrial (...) não é um fato anterior ao surgimento da classe operária. Ao contrário, a própria possibilidade de utilização da máquina e das energias inanimadas como instrumentos para a aceleração ilimitada da produtividade, bem como a redução do trabalho a um fator de produção a ser regulado por leis de mercado, foram o resultado da derrota dos movimentos de trabalhadores nos conflitos sociais, políticos e culturais do período. Foi portanto nesse mesmo processo, e não após o ingresso de uma massa amorfa e sem passado nas “Usinas de Satã”, que se forjou a classe operária no sentido dado ao termo pelo século XIX (...).” Cf. FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E. P. Thompson”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006, p. 209. Tendo recusado a determinação unívoca e direta do modo de produção, Thompson apresenta-nos, então, uma classe operária que não é “a herdeira social da burguesia, mas a herdeira das classes dominadas dos modos produção anteriores, cujas lutas ela continuará, sob novas formas, nas condições de dominação do capital.” Cf. SILVA, Sérgio. “Thompson, Marx, os marxistas e os outros”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 65-66.

política e cultural quanto da econômica”⁷¹, confrontava também, no presente, as vertentes sociológicas positivistas em suas afirmações de que, diante da afluência da classe trabalhadora no pós-guerra, os conceitos de classe e luta de classes não teriam mais valor explicativo⁷². Para Thompson, tais estudos, às vezes aceitos por revisionistas do *Labour Party*, pautando-se por reducionismo econômico e recortes sincrônicos, eram simplesmente incapazes de realizar uma análise classista⁷³.

Sobre o marxismo dogmático, Thompson, no início dos anos 1990, assim se expressaria:

The Making é de fato uma obra curiosamente polêmica, que ataca duas ortodoxias ao mesmo tempo, a história econômica quantitativa e o marxismo dogmático. (...) Minha crítica baseava-se na ideia da atividade espontânea dos trabalhadores, assim como na autenticidade das tradições intelectuais, algumas das quais anteriores à introdução da máquina a vapor, pois remontavam ao século XVIII. A esse respeito, eu já estava, portanto, em desacordo com o marxismo ortodoxo quando escrevi *The Making*. Mas essa discordância não era ainda tão consciente quanto no fim dos anos 60 e nos anos 70, quando precisamente resisti a essa tentativa de criar um marxismo teórico que sirva como norma (...).⁷⁴

Buscando se distanciar do “teoricismo”, em um contexto de luta contra o formalismo dedutivo stalinista, Thompson deliberadamente foi comedido em suas declarações teóricas explícitas em *The making*, restringindo-as principalmente ao prefácio⁷⁵. Parecia-lhe evidente que questões centrais do materialismo histórico só receberiam respostas adequadas por meio de árdua pesquisa empírica teoricamente informada. É nessa direção que apontam, já nas primeiras página do livro, suas sucintas proposições sobre classe como processo e relação:

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua história, e ao final, esta é sua única definição.⁷⁶

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.⁷⁷

Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica.⁷⁸

⁷¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 17.

⁷² DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 39.

⁷³ DWORKIN, Dennis. “E. P. Thompson: historiador militante...”, p. 99.

⁷⁴ THOMPSON, E. P. “O Espírito *Whig*...”, p. 173 (Grifos nossos).

⁷⁵ SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 51.

⁷⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 12.

⁷⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 9.

⁷⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 9.

A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir *em* relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.⁷⁹

Com tais proposições, Thompson lançava as bases da noção de “fazer-se” da classe, deixando claro que esse era “um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”⁸⁰: a classe operária “não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril”⁸¹. Como parte desse movimento de questionamento do mecanicismo presente no modelo base/superestrutura de que se valiam vertentes ortodoxas do marxismo, Thompson apresenta ainda uma compreensão própria do que seja a consciência de classe:

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.⁸²

Ao recusar a ideia de que a consciência de classe pudesse, eliminando-se quaisquer mediações e pressupondo-se um determinismo econômico direto, ser conhecida pelo simples exame das relações de produção, Thompson a caracterizava como fenômeno histórico, rompendo com visões teleológicas sobre “missões” de classe “inscritas” no modo de produção: a consciência de classe seria aquela que, no processo (histórico) de seu autoreconhecimento e construção, a classe efetivamente produzisse⁸³. Ao mesmo tempo, a consciência de classe assumia a condição de principal indício da formação de classe⁸⁴, o que se depreende de passagens como:

⁷⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 10.

⁸⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 9.

⁸¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 17.

⁸² THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 10.

⁸³ SILVA, Sérgio. “Thompson, Marx, os marxistas e os outros”, p. 66.

⁸⁴ Com mais exatidão, seguindo Ellen M. Wood, podemos afirmar que: “To accuse him [Thompson], however, of defining class ‘by reference to’ or ‘in terms of’ class consciousness instead of production relations is quite simply to miss the point. For Thompson, it is not a question of defining classes ‘by reference to’ class consciousness instead of production relations, but rather of investigating the processes by which the relations of production actually give rise to *class formations* and the ‘disposition to behave as a class’.” Cf. “The politics of theory and the concept of class: E. P. Thompson and his critics”. *Studies in Political Economy*, n. 9, 1982, p. 48.

(...) o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da “classe operária”. *Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos tipos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial.*⁸⁵

A concepção thompsoniana de consciência de classe amparava-se, fundamentalmente, na introdução da noção de “experiência”, definida como instância mediadora entre as “relações de produção” e a “consciência de classe”. Nesse sentido, como vimos, Thompson afirmou que a experiência é “determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” e que a “consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais”. Em outras raras observações gerais sobre “experiência”, Thompson afirmava, por exemplo, que “tanto as ideias quanto as instituições surgem em resposta a certas experiências comuns”⁸⁶ e, algumas páginas antes, havia indicado que “na prática, ela [a ideologia] multiplica-se de diversas maneiras sob o julgamento dos impulsos e da experiência”⁸⁷. Ainda que pouco acrescentem à definição da noção de “experiência”, colocações como essas permitiram a Thompson restabelecer a importância, na constituição dos processos históricos, de juízos de valor de sujeitos capazes de ação consciente. Como lembra Thompson, “eles [os valores] relacionam-se com a satisfação humana e com o curso das mudanças sociais, temas que o historiador tem de considerar, se quiser que a história ocupe um lugar entre as ciências humanas significativas”⁸⁸. Assim, por exemplo, para o historiador inglês, os debates sobre a Revolução Industrial não poderiam ficar restritos à discussão utilitarista sobre a elevação ou queda do “padrão de vida” dos trabalhadores. Eles deveriam abordar o fenômeno como “uma fase de transição entre dois modos de vida”⁸⁹ em que “havia duas visões alternativas e irreconciliáveis da ordem social humana se confrontando”⁹⁰. Embasado em tais reflexões, Thompson, levando a pesquisa histórica a novos territórios, apresentava em *The making* inúmeras evidências de que é “perfeitamente possível que médias estatísticas e experiências humanas conduzam a direções opostas”⁹¹.

⁸⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 16 (Grifos nossos).

⁸⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 316.

⁸⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 287.

⁸⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 341.

⁸⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 309.

⁹⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 32.

⁹¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 37.

Ainda que as proposições thompsonianas sobre “consciência de classe” e “experiência” sejam pouco desenvolvidas em termos teóricos explícitos em *The making*, é evidente que elas marcaram profundamente a obra, modelando, inclusive, sua própria organização. Nas palavras do próprio Thompson:

Assim está escrito o livro. Na Parte I, trato das tradições populares vigentes no século XVIII que influenciaram a fundamental agitação jacobina dos anos 1790. Na Parte II, passo das influências subjetivas para as objetivas – as experiências de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial que me parecem de especial relevância. Tento também avaliar o caráter da nova disciplina industrial do trabalho e da posição a esse respeito da Igreja Metodista. Na parte III, recolho a história do radicalismo plebeu, levando através do luddismo, até a época heroica no final das Guerras Napoleônicas. Finalmente, discuto alguns aspectos da teoria política e da consciência de classe nos anos 1820 e 1830.⁹²

Coerentemente, Thompson só se propõe a discutir “aspectos da teoria política e da consciência de classe nos anos 1820 e 1830” após compreender como, no contexto da década de 1790, “as experiências de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial” foram tratadas por “tradições populares vigentes no século XVIII” (“a tradição da Dissidência e sua modificação pelo revivalismo metodista; a tradição composta por todas aquelas vagas noções populares que se combinam na ideia de ‘direito de nascimento’ do homem inglês; e ambígua tradição da ‘turba’ do século XVIII”⁹³). Enfim, as novas relações de produção que se estabeleciam com a Revolução Industrial determinavam novas experiências dos trabalhadores. Estas, entretanto, não se refletiam mecanicamente em uma nova consciência de classe. Elas eram “tratadas em termos culturais”, inclusive por tradições intelectuais anteriores às novas relações de produção, para, aí sim, constituírem uma nova consciência de classe. Como insiste Thompson:

As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres – livres como Paine os legou ou como os metodistas os moldaram. O operário ou tecedor de meias eram também herdeiros de Bunyan, dos direitos tradicionais nas vilas, das noções de igualdade diante da lei, das tradições artesanais. Eles foram objeto de doutrinação religiosa maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada.⁹⁴

Valendo-se de tal amarração argumentativa, Thompson operacionalizava sua proposição de que “não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando

⁹² THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 12.

⁹³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 23.

⁹⁴ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 17-18.

eles mesmos operam durante um considerável período histórico”⁹⁵. Se a ênfase inovadora, dada, na primeira parte de *The making*, às “tradições populares vigentes no século XVIII” testemunha a importância atribuída por Thompson à cultura, isso não significa a afirmação de algum tipo de “determinismo cultural”. Durante toda a obra, Thompson situa cuidadosamente a ação humana em contextos particulares, evidenciando como os sujeitos operam escolhas fundadas nas lutas sociais em que estão inseridos:

(...) tanto o contexto político quanto a máquina a vapor tiveram a maior influência para a formação da consciência e das instituições da classe operária.⁹⁶

Podemos constatar parte da natureza verdadeiramente catastrófica da Revolução Industrial e algumas das razões pelas quais a classe operária se formou nesses anos. *O povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: exploração econômica e a opressão política.*⁹⁷

(...) a agitação dos anos 1790, embora durasse apenas 5 anos (1792-1796), foi extraordinariamente intensa e de grande alcance. *Alterou as atitudes subpolíticas do povo, afetou os alinhamentos de classe, e iniciou tradições que se prolongam até o século atual.*⁹⁸

Estes grupos plebeus [como a Sociedade Londrina de Correspondência], apesar de pequenos em 1796, criaram uma tradição política “subterrânea” que persistiu até o final das Guerras. *Alarmados com o exemplo francês, e envolvidos pelo fervor patriótico da guerra, a aristocracia e os industriais buscaram uma causa comum.*⁹⁹

Isolados de outras classes, os artífices, artesãos e diaristas radicais tiveram obrigatoriamente de alimentar tradições e formas de organização por sua própria conta. Assim, embora os anos de 1791-5 proporcionassem o impulso democrático, é nos anos de repressão que podemos falar de um amadurecimento de uma “consciência operária” diferenciada.¹⁰⁰

Moldado pela confluência de tendências diversas, o processo de formação da consciência política da classe trabalhadora inglesa foi marcado por crescente fortalecimento de um “impulso de esclarecimento racional”. Até mesmo o luddismo dos anos 1810 seria menos uma oposição “impensada” e “absoluta” às novas máquinas que um movimento dotado de alto grau de organização cujas concepções apontavam para “uma moralidade e uma economia política em alternativa às do *laissez faire*”¹⁰¹. Contudo, foi com o encerramento das guerras napoleônicas que artesãos e trabalhadores qualificados destacaram-se na intensificação de um esforço de autoaprendizagem, representado por eles como tarefa sóbria e austera, para dominar elementos centrais do

⁹⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 12.

⁹⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 21.

⁹⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 23 (Grifos nossos).

⁹⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 111 (Grifos nossos).

⁹⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 21 (Grifos nossos).

¹⁰⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 200 (Grifos nossos).

¹⁰¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3, p. 94-125.

novos padrões racionalistas e propagandeará-los entre outros grupos de trabalhadores¹⁰². Apesar de coexistir com outras vertentes, a cultura artesã radical e racionalista tornou-se o veio principal da “nova consciência de classe dos trabalhadores” que se mostrou madura na década de 1830. A partir daquela, estabeleceu-se uma “cultura verbalmente articulada do operariado”, que apresentava desenvolvimentos conscientes em termos de teoria operária radical e exposições de teoria sindical e socialista¹⁰³. Tal ênfase conferida por Thompson a aspectos racionais da emergente consciência de classe, em detrimento, por exemplo, de traços religiosos, estaria vinculada à sua busca por provar que, contrariamente às alegações vanguardistas do presente, os trabalhadores seriam capazes de elaborar, por si mesmos, suas próprias teorias (até mesmo revolucionárias), o que estabelecia as bases de uma política democrática participativa. Desse modo, política, teoria e história articulavam-se no texto thompsoniano¹⁰⁴, dando argumentos a críticos que viam o historiador inglês como o defensor de um “socialismo populista”¹⁰⁵.

Ainda que elencar e investigar as proposições teóricas explícitas apresentadas ao longo de *The making* seja importante, parece-nos mais profícua a ideia de que é a estrutura narrativa da obra que devemos “adotar como chave para compreender o método do autor”¹⁰⁶. É na seleção de materiais, no modo como os analisa e na forma como os articula entre si que devemos localizar a contribuição mais duradoura de Thompson, o que, inclusive, ajuda-nos a compreender a relevância da obra ainda hoje¹⁰⁷. Ao produzir *The Making*, Thompson – e coetâneos seus, como Eric Hobsbawm,

¹⁰² THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, p. 321-342.

¹⁰³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3, p. 406. Mais adiante (p. 439), Thompson acrescenta que: “É bastante fácil dizer que essa cultura era retrógrada ou conservadora. Bastante verdadeiro é dizer que um rumo das grandes agitações dos artesãos e trabalhadores por encomenda, mantido por cinquenta anos, era o de *resistir* a ser convertido em proletariado. Quando viram que essa causa estava perdida, logo tentaram novamente, nos anos [18]30 e [18]40, e procuraram alcançar novas formas, apenas imaginadas, de controle social.”

¹⁰⁴ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”. In: *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University, 1988, p. 70 e 81.

¹⁰⁵ “Essa discussão pertence ao seu [de Thompson] projeto maior de resgatar a ação das classes subordinadas de uma análise que efetivamente as relega à subordinação permanente, subjugação à hegemonia da classe dominante, antigas superstições e irracionalidades. Mas a ênfase que ele dá à transformação criativa de antigas tradições para atender a novas circunstâncias e para resistir a novas opressões representa também a reafirmação dos princípios materialistas contra as teorias da história que negam sua eficiência na explicação do processo histórico.” WOOD, Ellen M. “Repensar a base e a superestrutura”. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad.: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2015 [1995], p. 68.

¹⁰⁶ FORTES, Alexandre. “‘Miríades por toda a eternidade’: a atualidade...”, p. 203.

¹⁰⁷ FORTES, Alexandre e SILVA, Amanda. M. da. “Revisitando um clássico da história social: a estrutura narrativa de *A formação da classe operária inglesa*”. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas*, v. 29, n. 2, 2007, p. 19.

George Rudé, Richard Cobb e Albert Soboul – indicou-nos como elaborar uma narrativa histórica da constituição de um sujeito coletivo. Nas palavras de Sewell:

At the time Thompson wrote, most Marxist argumentation about class formation was highly determinist: factories produced a proletariat almost as mechanically as they produced cloth or rails. *Even non-Stalinist labor historians showed little curiosity about what workers actually felt, said, wrote, and did.* The conventional forms of historiography enabled them to write biographies of Fergus O'Connor or Jean Jaurès, or to write institutional histories of trade unions or the Independent Labor Party, but *before Thompson no one knew how to write the history of a class.* One of Thompson's lasting contributions to historiography was to show how workers could be given voices and wills and could be constituted as a collective agent in an historical narrative.¹⁰⁸

O intento thompsoniano repercutia de variadas maneiras em sua prática historiográfica. No caso da documentação utilizada em *The making*, isso é especialmente visível. Além da releitura original de fontes conhecidas, Thompson não hesitou em tratar como documentos cruciais inúmeras evidências desconsideradas ou vistas como de menor importância. Em *The making*, vamos nos acostumando a ver uma balada popular ou poema sendo mobilizados para confrontar uma série de dados estatísticos sobre, por exemplo, o aumento do preço do pão. Desde que lhe permitissem caracterizar múltiplos aspectos das relações sociais e investigar a agência dos sujeitos, Thompson empregava documentos das mais diversas naturezas: jornais, autobiografias, diários, atas de sessões parlamentares, panfletos, livros de poemas, relatórios de espões a serviço do governo, peças teatrais, cartas, processos judiciais, romances, estatísticas, canções, variados tipos de iconografia, documentação produzida pelo Estado, obras teológicas, hinos religiosos etc.

Na construção de sua narrativa, retirando o historiador do Olimpo e atribuindo-lhe o dever de incluir, na constituição de suas avaliações, a prévia e ampla compreensão dos valores dos agentes envolvidos no processo investigado, Thompson estabeleceu, também, a necessidade de distinção entre “duas espécies de juízo de valor”. A primeira delas, tomada por Thompson como seu principal foco de atenção, era composta por “valores partilhados pelos que viveram durante a Revolução Industrial”¹⁰⁹. Isso lhe permitiu “resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade”, demonstrando que “suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência”¹¹⁰. Com tais indicações,

¹⁰⁸ SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 53 (Grifos nossos).

¹⁰⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 343.

¹¹⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 13.

além de nos alertar contra os perigos do anacronismo, Thompson abria o caminho para que os “becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores”¹¹¹ reingressassem, com destaque, na narrativa histórica. Realizada tal tarefa, “em segundo lugar”:

*ele [o historiador] deverá emitir alguns juízos a respeito do processo global da Revolução Industrial, do qual nós próprios somos um produto. O nosso envolvimento certamente dificulta a emissão deste juízo. Ainda assim, poderá haver um certo distanciamento, se nos basearmos tanto na crítica “romântica” do industrialismo que se origina de uma parte dessa experiência, quanto no testemunho da tenaz resistência oferecida a ela pelos tecelões manuais e pelos artesãos urbanos ou rurais, que aderiram rapidamente a uma cultura alternativa. Ao acompanharmos a mudança, descobrimos como o que chegamos ao que somos hoje. Compreendemos mais claramente o que foi perdido, o que se conservou “subterraneamente” e o que ainda resta por resolver.*¹¹²

Sobre a narrativa de *The making*, uma derradeira observação se impõe. Após algumas dezenas de páginas em que analisa as tradições populares vigentes no século XVIII, Thompson afirma que: “demos essa longa volta para derrubar as muralhas chinesas que separam o século 18 do 19, e *se interpõem entre a história da agitação operária e a história cultural e intelectual do resto da nação*”¹¹³. A indicação é clara: a história operária deve ser narrada como parte da história da nação¹¹⁴. Tal proposição thompsoniana parece ter sido adotada por Perry Anderson em uma série de artigos publicada em meados dos anos 1960. As conclusões de Anderson, entretanto, iriam entrar em rota de colisão com várias convicções de Thompson, ensejando um período de grandes discussões no interior da *New Left*.

1.5. The Peculiarities of the English (1965): debates no interior da New Left

Desde princípios dos anos 1960, já ficava evidente que a *New Left* não conseguira levar adiante muitas de suas propostas. Cisões internas, incapacidade de

¹¹¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 13.

¹¹² THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 344 (Grifos nossos).

¹¹³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 111 (Grifos nossos). Vale destacar que, em diversas passagens de *The Making*, Thompson enfatiza a centralidade da classe operária para a conquista e manutenção de direitos que algumas interpretações “marxistas” recentes apontavam somente como herança do “individualismo burguês”. Segundo o historiador inglês: “(...) a ideologia operária que amadureceu nos anos 30 (e desde então resistiu, passando por várias versões) atribuiu um valor excepcionalmente elevado aos direitos de imprensa, expressão, reunião e liberdade pessoal.” Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3, p. 328.

¹¹⁴ Em *The Making*, Thompson “retoma o projeto de articulação de uma história popular inglesa, tendo como novo referencial político não mais a identificação de uma organização (o PC) como herdeira desta trajetória de lutas, mas as múltiplas experiências que expressam a classe trabalhadora em seu processo de constituição.” Cf. FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L. e FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”, p. 42.

estabelecer vínculos sistemáticos com organizações dos trabalhadores e até dificuldades em viabilizar economicamente certos projetos minavam a euforia da segunda metade dos anos 1950. Mesmo a *New Left Review* (NLR), periódico oriundo da fusão, em dezembro de 1959, entre *The New Reasoner* e *Universities and Left Review*, apontada como um dos êxitos do movimento, enfrentava grave crise financeira no início da década. Nesse quadro, a partir de 1963, decide-se passar a direção da revista ao grupo que, com a destacada figura de Perry Anderson, ficaria conhecido como segunda *New Left*¹¹⁵.

Atritos entre as duas gerações não tardaram. A partir de 1964, por meio de uma série de artigos, Anderson e Tom Nairn apresentaram um conjunto de teses sobre marxismo, história política e classe trabalhadora na Inglaterra que confrontava abertamente algumas das posições defendidas por importantes expoentes da geração anterior. Em *Origins of the present crisis*¹¹⁶, talvez o mais conhecido dos artigos de Anderson, ele afirmava que, em comparação com outras histórias nacionais – a francesa, em especial – a burguesia inglesa havia realizado uma revolução incompleta. Ainda que detivesse o poder econômico, ela nunca teria questionado o domínio político da aristocracia e proposto sua própria visão de mundo. Uma vez que as classes subordinadas herdaram e radicalizaram parte do arsenal ideológico das classes dominantes, tal burguesia industrial apática teria contribuído para a formação de um proletariado sem pretensão hegemônica, o que ajudaria explicar, inclusive, o fato de não ter se desenvolvido plenamente uma tradição marxista na Inglaterra¹¹⁷.

O debate no interior da *New Left* britânica, que atingiu dramaticidade com a renúncia do antigo quadro editorial da NLR, em 1964, era marcado por uma transição dotada de, pelo menos, três dimensões: geracional, política e teórica. Para Thompson e muitos que lhe eram mais próximos, a guerra, incluindo a participação dos comunistas e seus partidos nela, fora uma experiência marcante, o que não se verificava entre membros da segunda geração. Esta mostrava, ao contrário da geração anterior, pouco interesse pelas publicações de dissidentes e revisionistas do leste europeu, distanciando-se do humanismo e do antistalinismo implacável da “tradição de 1956”. Finalmente, na medida em que identificava uma falta de rigor teórico na produção

¹¹⁵ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*. Trad.: Mario Duayer. (Disponível online em <http://goo.gl/zixu17> desde 2011. Acesso em 08/03/2014), p. 12-13.

¹¹⁶ ANDERSON, Perry. “Origins of the present crisis”. *New Left Review*, n. 23, 1964.

¹¹⁷ DALAQUA, Renata H. “O debate no interior da *New Left* britânica: o significado da controvérsia entre Perry Anderson e E. P. Thompson”. *História Social*, n. 16, 2009, p. 216.

marxista britânica vigente, a nova geração da *New Left* buscava introduzir conceitos elaborados por intelectuais marxistas continentais¹¹⁸. Quase uma década depois que as duas gerações da *New Left* começaram a cruzar espadas, um ainda irado Thompson relembra que:

Aparentemente, éramos [os membros da primeira *New Left*] insuficientemente “rigorosos” – o que era verdade. Estávamos confinados a uma cultura nacionalista estreita e alheios ao discurso marxista verdadeiramente internacionalista: o que significa que, efetivamente, havíamos atentado sobretudo às vozes de Kolakowski, Hochfeld e Wazyk, de Tibor Dery e Illyes, de Basso e de Djilas, de C. Wright Mills e de Isaac Deutscher, e atentado de menos a um diálogo particular entre marxistas e existencialistas parisienses. E também não éramos intelectualmente “respeitáveis”: o que significa que nosso trabalho não era bem quisto em Oxford.¹¹⁹

Se a avaliação que Perry Anderson fazia da tradição marxista britânica, em meados dos anos 1960, era bastante questionável, o mesmo não se pode dizer do titânico esforço que, na mesma ocasião, ele passou a coordenar, por meio da *New Left Books* e da *New Left Review*, para a publicação de livros, entrevistas, correspondências e análises que permitissem ao público britânico maiores e melhores condições de apropriação de autores pouco lidos na Grã-Bretanha como: Lukács, Korsch, Gramsci, Benjamin, Horkheimer, Della Volpe, Marcuse, Lefebvre, Adorno, Sartre, Goldman, Colletti e Althusser¹²⁰. Esse conjunto de obras pertencia, segundo Anderson, à tradição do marxismo ocidental¹²¹, denominação atribuída por ele à corrente principal de desenvolvimento da teoria do materialismo histórico no período que se estende dos anos 1920 ao fim dos 1960. Tal tradição intelectual, que, apesar da diversidade interna, possuía certos traços comuns, teria nascido da derrota das revoluções proletárias nos centros capitalistas europeus avançados – fundamentalmente, na França, Alemanha e Itália – após a Primeira Guerra Mundial e se desenvolvido:

(...) no meio de uma crescente cisão entre a teoria socialista e a prática da classe operária. O abismo entre ambas, que começou a ser cavado pelo bloqueio imperialista ao Estado Soviético, veio a ser ampliado e consumado institucionalmente pela burocratização da URSS e do Comintern, durante o tempo de Estaline. Para os expoentes do novo marxismo surgido no Ocidente, o movimento comunista oficial representava a única encarnação real da classe operária internacional que para eles tinha algum significado – quer a ele tenham

¹¹⁸ DALAQUA, Renata H. “O debate no interior...”, p. 225-231.

¹¹⁹ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*. Trad.: Mario Duayer. (Disponível online em <http://goo.gl/zixu17> desde 2011. Acesso em 08/03/2014), p. 13.

¹²⁰ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Trad.: Carlos Cruz. Porto: Afrontamento, 1976, p. 6 e 39.

¹²¹ Anderson não criou o conceito de “marxismo ocidental”, mas deu novos contornos à noção, cujas origens podem ser remetidas aos anos 1920. Cf. COSTA NETO, Pedro Leão da. “Crítica ao conceito de marxismo ocidental”. *Crítica Marxista*, n. 38, 2014.

aderido, quer se lhe tenham aliado, quer o rejeitassem. O divórcio estrutural entre a teoria e a prática inerente à natureza dos partidos comunistas desta época impediu a consecução de um trabalho político-intelectual de conjunto do tipo do que definiu o marxismo clássico. Em consequência disso, os teóricos refugiaram-se nas universidades, afastando-se da vida do proletariado dos seus próprios países, e a teoria abandonou a economia e a política pela filosofia. Esta especialização conjugou-se com uma linguagem cada vez mais difícil, cujas barreiras técnicas eram função da sua distância das massas. Inversamente, ela conjugou-se também com um abaixamento do nível de conhecimento mútuo ou de comunicação internacional entre os próprios teóricos de diversos países. Por outro lado, a perda de todo e qualquer contacto dinâmico com a prática da classe operária deslocou a teoria marxista para os sistemas não-marxistas e idealistas de pensamento, tendo a primeira passado a desenvolver-se correntemente numa simbiose estreita, se bem que contraditória, com os últimos. Simultaneamente, o facto de os teóricos terem concentrado a sua atenção na filosofia profissional, conjugado com a descoberta dos primeiros escritos de Marx, conduziu a uma busca retrospectiva geral dos antepassados intelectuais do marxismo no anterior pensamento filosófico europeu e a uma reinterpretação do próprio materialismo histórico à luz desses mesmos antepassados. Este tipo de actuação teve um triplo resultado. Em primeiro lugar, assistiu-se a uma predominância notável do trabalho epistemológico, centrado essencialmente sobre os problemas do método. Em segundo lugar, o principal domínio concreto a que se aplicou o método foi a estética, ou, num sentido mais lato, as superestruturas culturais. Por fim, as principais inovações teóricas que se desenvolveram exteriormente a este campo, e que produziram – fundamentalmente de uma forma especulativa – novos temas ausentes do marxismo clássico, revelaram um firme pessimismo. O método como impotência, a arte como consolação, o pessimismo como sossego – não é difícil discernir certos elementos de tudo isto na configuração do marxismo ocidental. Aquilo que determinou esta tradição foi o se ter formado na derrota – as longas décadas de recuo e de estagnação, muitas delas realmente terríveis seja qual for a perspectiva histórica que se adopte, suportadas pela classe operária após 1920.¹²²

Como o próprio Anderson aponta, a obra de Gramsci é a que mais discrepa dessa caracterização geral do marxismo ocidental. Afinal, o comunista sardo, que poderia ser classificado em seus próprios termos como um intelectual “orgânico”, abordou sistematicamente as leis económicas da evolução do capitalismo como modo de produção, a máquina do Estado burguês e a estratégia da luta de classes para derrubá-lo. Ainda que tenha escrito sobre arte, Gramsci mostrou, recorrentemente, um interesse mais amplo na estrutura e função globais da cultura para os sistemas de poder político na Europa desde a época moderna. Finalmente, seus conceitos mais importantes, como o de hegemonia, não foram produzidos de modo puramente especulativo, mas em estreita conexão com investigações empíricas¹²³.

Ainda que tenha se mostrado refratário a alguns autores do marxismo ocidental (em especial, aos que não enxergariam nada além de epistemologia e ideologia), como veremos mais detidamente na polémica thompsoniana contra os althusserianos na década de 1970, Thompson não o recusou em bloco. Seu interesse maior, contudo, foi

¹²² ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*, p. 120-121.

¹²³ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*, p. 61-62, 101-102 e 106.

por Gramsci¹²⁴, aquele que mais destoava do conjunto. De qualquer modo, a resistência de Thompson relacionava-se mais ao fato de que Anderson e outros expoentes da segunda *New Left*, entusiasmados pelas virtudes da “recém-descoberta” tradição do marxismo ocidental, negavam à historiografia marxista e a outros ramos do pensamento britânicos qualquer contribuição relevante ao desenvolvimento teórico do materialismo histórico¹²⁵.

As análises, baseadas em um “inconfesso modelo de Outros Países”¹²⁶, apresentadas por Anderson e Nairn, a partir de meados dos anos 1960, iam na direção contrária àquelas que Thompson defendera, por exemplo, em *Williams Morris* e em *The making*: em que se valorizava a investigação dos processos peculiares por meio dos quais se construiu uma tradição de crítica anticapitalista na Inglaterra. Assim, já em 1965, Thompson, buscando estabelecer um debate direto com Anderson e Nairn, publicou o ensaio *The peculiarities of the English*¹²⁷.

Nesse texto, ao contrário do que ocorre em *The making*, Thompson mostra-se mais disposto a “isolar certos problemas teóricos relativos ao marxismo e à história”¹²⁸. Segundo ele, a partir das análises de Nairn e Anderson, seria possível identificar pelo menos cinco áreas problemáticas de um “modelo de processo histórico que, sem dúvida, derivou do próprio Marx”: “a questão do modo correto de emprego de *qualquer* modelo; a metáfora da base e superestrutura; a dificuldade na costumeira representação do processo ‘econômico’; o conceito de classe; e os problemas levantados por um modelo teleológico com vocação para questões do poder”¹²⁹. Para confrontar teoricamente as colocações de Anderson e Nairn em cada uma dessas áreas, Thompson recorre a formulações conceituais que vinha elaborando desde meados dos anos 1950 e

¹²⁴ Para as principais aproximações entre os pensamentos de Thompson e Gramsci, cf. VIEIRA, C. E. e OLIVEIRA, M. A. T. “Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação”. *Educação Sociedade*, v. 31, n. 111, 2010.

¹²⁵ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*, p. 42-43 e 133. Posteriormente, como veremos, Anderson já apresenta um juízo mais nuançado sobre as contribuições da historiografia marxista britânica. Cf. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985, p. 1-2.

¹²⁶ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 79.

¹²⁷ THOMPSON, E. P. “The peculiarities of the English”. *Socialist Register*, 1965. A tradução brasileira foi realizada a partir de THOMPSON, E. P. *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978. Sobre esta versão, esclarece Thompson: “Recuperei alguns cortes editoriais feitos no texto original”. Cf. THOMPSON, E. P. “Nota sobre ‘As peculiaridades dos ingleses’”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 181.

¹²⁸ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 155.

¹²⁹ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 156.

que, em *The making*, foram apenas parcialmente explicitadas e desenvolvidas. Contudo, se naquela obra eram vários os adversários confrontados, em *The peculiarities*, o antagonismo é basicamente com a inovadora e ascendente vertente inglesa de marxismo estruturalista, vista por Thompson, entretanto, como uma espécie de continuidade da “ortodoxia” marxista que enfrentava desde meados da década anterior.

Inicialmente, entende Thompson que o historiador sempre opera com modelos. Contudo, ao empregá-los, deve encará-los “com um ceticismo radical e manter-se aberto a respostas para evidências para as quais não tenha categorias”. Igualmente, deve “esperar por um delicado equilíbrio entre os procedimentos sintetizadores e os empíricos, uma disputa entre o modelo e a realidade”¹³⁰. Tal colocação thompsoniana, além de indicar limites para uma história comparada, deixava clara, por exemplo, a oposição do historiador inglês à ideia de um modelo de revolução “contra o qual todas as outras devem ser julgadas”¹³¹. Do ponto de vista das escolhas políticas contemporâneas, isso significava admitir múltiplas possibilidades de transição para o socialismo¹³².

Mencionando seu artigo *Socialist humanism* (1957), Thompson reafirma a “inadequação do modelo de base e superestrutura”, uma vez que ele desloca, na compreensão do processo histórico, o “intercurso dialético entre ser social e consciência social – ou entre ‘cultura’ e ‘não-cultura’”. Tal modelo, como metáfora da dialética da dinâmica social, tenderia a excluir atributos humanos¹³³, como a capacidade de se tornarem conscientes das condições constitutivas da consciência e atuar sobre elas, modificando-as. Ainda que “causalmente” condicionados por eventos econômicos, dever-se-ia “prestar atenção à autonomia dos eventos políticos ou culturais”¹³⁴.

No que tange à representação do processo “econômico”, Thompson começa lembrando que “a noção de relações econômicas (opostas às de relações sociais, morais, culturais) se revela como uma categoria analítica e não como uma distinção que possa ser confirmada pela observação empírica”. A ideia de que é possível isolar relações sociais econômicas das não econômicas é “produto de uma fase particular da evolução capitalista”. A luta contra a economia política teria marcado profundamente Marx e Engels, levando-os a oferecer o homem “econômico” revolucionário como a antítese do

¹³⁰ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 156.

¹³¹ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 99.

¹³² THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 144-145.

¹³³ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 157-158.

¹³⁴ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 159.

homem “econômico” explorado. Entretanto, salienta Thompson, a exploração pode ocorrer em diferentes âmbitos da vida social (no consumo, na cultura, na produção etc.) ou, sendo mais preciso, uma mesma relação de exploração pode se desdobrar em múltiplas dimensões. Desse modo, assim como William Morris o fez ao juntar a crítica romântica e marxista, Thompson entende que a sociedade capitalista funda-se sobre “formas de exploração *simultaneamente* econômicas, morais e culturais”, o que abre a possibilidade de diferentes caminhos para a irrupção da consciência política¹³⁵. Marcando um nítido distanciamento de vertentes ortodoxas do marxismo, Thompson não hesita em explicitar algumas das consequências políticas de suas proposições:

Primeiro, no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas), é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora; *estão, na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional*. Segundo, ao passo que uma forma de oposição ao capitalismo se constrói sobre o antagonismo econômico direto – resistência à exploração, seja como produtor, seja como consumidor –, outra forma é, exatamente, resistência à tendência inata do capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas. *As duas estão, de fato, inter-relacionadas, mas, de modo algum, não se sabe qual das duas será, ao final, a mais revolucionária.*¹³⁶

Na passagem acima, podemos ver que as proposições thompsonianas possibilitam-lhe entender movimentos de oposição ao capitalismo que não se construísssem exclusivamente a partir da exploração (direta) do trabalho. Foi isso que permitiu sustentar, em *The making*, a ideia de formação de uma classe operária que não era composta somente – e nem fundamentalmente – por trabalhadores fabris. Por sinal, Thompson reitera em *The peculiarities* a noção de classe apresentada em *The making*, enfatizando seu caráter dinâmico e o papel decisivo da ação humana no processo:

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, *é um acontecimento.*¹³⁷

A política atém-se, muitas vezes, exatamente a este ponto: como a classe acontecerá? Onde a linha será traçada? E o desenho dela não é (como o pronome impessoal induz a razão a aceitar) matéria de vontade consciente – ou até inconsciente – “dela” (da classe), mas

¹³⁵ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 163-166.

¹³⁶ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 167 (Grifos nossos).

¹³⁷ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 169 (Grifos nossos).

resultado de habilidade política e cultural. *Reduzir a classe a uma identidade é esquecer exatamente onde reside a agência, não na classe, mas nos homens.*¹³⁸

A quinta fraqueza do modelo utilizado por Anderson e Nairn residiria em sua teleologia. Segundo Thompson, “entre os marxistas”, há uma tendência a presumir que todos os fenômenos humanos podem, ou devem, ser assimilados a categorias de poder ou de classe. Assim, a história, especialmente a da classe trabalhadora, é avaliada em termos de “conquista do poder de classe”. Como já havia demonstrado em *The making*, Thompson entende que o historiador não pode se limitar a esse critério. Ao investigar a classe trabalhadora, ele deve estar interessado “na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido”. Nesse sentido, “qualquer visão mais madura da história (ou da realidade contemporânea) precisa, de alguma forma, combinar avaliações de ambos os tipos: dos homens como consumidores de sua própria existência mortal e como produtores de futuro”¹³⁹. Desse modo, não “estamos em condições de julgar a esquerda por suas falhas, a menos que possamos avaliar se ela logrou (ou não) influenciar eventos nesta ou naquela situação real”¹⁴⁰. Não há espaço para “fanfarronices do tipo *assim deveria ter sido*”¹⁴¹.

Ao mesmo tempo em que explicita, articula e desenvolve proposições teóricas presentes em textos anteriores, em *The peculiarities*, Thompson lança outras que seriam, em obras futuras, mais bem exploradas por ele. Afirma, por exemplo, que “as instituições governantes” frequentemente operam “com uma boa margem de autonomia (e, algumas vezes, com interesses bem definidos e próprios)”, em um contexto geral de poder de classe que “prescreve limites além dos quais esta autonomia não poderia ser estendida” e que “revela as questões que surgem para a decisão executiva”¹⁴². De passagem, ironiza o “voluntarismo elitista” que se insinuaria na visão de Anderson e Nairn dos intelectuais como a “encarnação de uma consciência política articulada” (*intelligentsia* marxista), que teria conduzido a classe operária inglesa na direção adequada¹⁴³.

Além de sua habitual indignação intelectual, fomentava o tom ríspido de *The peculiarities* o que Thompson considerava ter sido uma agressão iniciada pela nova direção da *NLR* aos fundadores da publicação, que teriam testemunhado sua “exclusão

¹³⁸ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 171 (Grifos nossos).

¹³⁹ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 171-172.

¹⁴⁰ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 139.

¹⁴¹ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 140.

¹⁴² THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 100-101.

¹⁴³ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 133-134.

das páginas da revista” e a “recusa tácita de suas posições políticas”¹⁴⁴. Para Thompson, os textos de Anderson e Nairn remetiam-lhe à atmosfera de 1956 – e a seu “som de uma tranca encerrando a experiência e a investigação” – com a qual ele e outros romperam. Parecia-lhe que o esforço da primeira *New Left* havia sido obliterado: “gafanhoto comeu nove anos”. Se este fosse o caso, como demonstrou em *The peculiarities*, ele e outros estariam dispostos a defender o legado de 1956¹⁴⁵. Entretanto, ainda que Anderson tenha respondido em tom visto por ele mesmo como mais agressivo que o adotado por Thompson¹⁴⁶, este optou, desencorajado por seus aliados, a não continuar o virulento debate divisionista nas fileiras da esquerda¹⁴⁷.

1.6. Rumo ao século XVIII

As dificuldades, os debates e as cisões no interior da *New Left* eram parte de um contexto no qual Thompson se viu em isolamento político¹⁴⁸. Ainda que desfrutasse de espaço para se expressar junto ao *The Socialist Register* e ao grupo que fundara o periódico em 1965, reunindo antigos camaradas de dissidência do PCGB, Thompson não se mostrava satisfeito com as possibilidades de intervenção política. Na segunda metade dos anos 1960, apesar de algumas iniciativas de atuação¹⁴⁹, Thompson se veria em situação ainda pior: mesmo se mantendo calado, ele discordava dos rumos seguidos por parte da esquerda no fim da década. Parecia-lhe incompreensível que houvesse movimentos intelectuais de esquerda que não se preocupassem em estabelecer contatos com o movimento operário e outros movimentos populares de maior amplitude:

A avaliação pouco otimista de Thompson da cena política e intelectual foi, em grande parte, derivada de sua relação com a cultura radical. Embora ele reconhecesse a importância do movimento contra a guerra do Vietnã e a luta pela democratização das universidades, em geral, ele se sentia distante do movimento estudantil e da contracultura. As origens deste estranhamento podem ser atribuídas à própria história política de Thompson. Um produto

¹⁴⁴ THOMPSON, E. P. “Notas sobre ‘As peculiaridades dos ingleses’”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 182. A tradução foi realizada a partir de THOMPSON, E. P. “A note on the texts”. In: *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978.

¹⁴⁵ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, p. 173.

¹⁴⁶ ANDERSON, Perry. “The Myths of Edward Thompson”. *New Left Review*, n. 35, 1966 e ANDERSON, Perry. “Socialism and pseudo-empiricism. *New Left Review*, n. 35, 1966. A mea-culpa está em ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985, p. 155.

¹⁴⁷ THOMPSON, E. P. “Notas sobre ‘As peculiaridades dos ingleses’”, p. 182

¹⁴⁸ DWORKIN, Dennis. “E. P. Thompson: historiador militante...”, p. 103.

¹⁴⁹ THOMPSON, E. P., WILLIAMS, R. e HALL, S. (eds.). *The May Day manifesto*. Hardmonsworth: Penguin, 1968.

da Frente Popular, Thompson colocou suas esperanças para uma transformação socialista em uma coalizão entre militantes da classe trabalhadora e simpatizantes de classe média, como ele próprio, uma coalizão que, às vezes, ele parecia acreditar ser a personificação do “povo”. Assim como outros socialistas tradicionais, ele viu a ordem social do futuro como uma extensão das instituições e da cultura da classe trabalhadora inglesa. Ele considerava a defesa da Nova Esquerda de um sistema de valores, parcialmente em débito com a crítica moral do romantismo tradicional e de William Morris (em grande medida por causa de sua própria influência), como uma alternativa ao materialismo vulgar do capitalismo de consumo e do revisionismo trabalhista. No entanto, apesar do entusiasmo de Thompson para com a Nova Esquerda, ele estava claramente apreensivo com as tendências em seu interior. Ele estava preocupado, por exemplo, que o movimento viesse a cair no controle de um grupo de intelectuais sem vínculos orgânicos com a classe trabalhadora. Ele estava apreensivo com a possibilidade da Nova Esquerda repensar a estratégia socialista, que poderia resultar no abandono da categoria marxista da luta de classes. E se Thompson estava animado com a participação política da juventude, ele ficava perturbado com o espírito anarquista desta política. Em suma, Thompson era crítico de alguns aspectos da Nova Esquerda, o que se tornaria mais evidente no final dos anos sessenta.¹⁵⁰

Do ponto de vista profissional, entretanto, as oportunidades do período mostraram-se muito mais promissoras. Em meados dos anos 1960, Edward e Dorothy mudaram-se para West Midlands, onde Thompson se tornaria Diretor do Centro de Estudos de História Social da recém-inaugurada Universidade de Warwick¹⁵¹. A partir dessa época, ele voltaria sua pesquisa histórica para o século XVIII inglês. Inflexão de rumos que alimentaria diversas especulações. Perry Anderson, em 1993, sugeriu, por exemplo, que:

Poderia se suspeitar que o tranquilo mundo do sindicalismo vitoriano, por não falar do posterior trabalhismo, não lhe atraía: um retrocesso sobre Morris. Mas se havia um elemento político em sua escolha, como certa resistência a buscar algo que poderia se parecer com o epílogo de *Guerra e Paz*, as razões pessoais deveriam ter mais importância.

Coincidindo com o deslocamento de período [de 1790-1830 para os princípios do século XVIII], houve uma mudança de residência. Em Yorkshire, ele vivia em uma arejada casa vitoriana, localizada acima das desoladas ruas de Halifax, em meio à horrível escória da revolução industrial. Em Worcestershire, seu lar era uma mansão georgiana, em um campo ondulante, que havia sido a propriedade de um bispo.¹⁵²

¹⁵⁰ DWORKIN, Dennis. “E. P. Thompson: historiador militante...”, p. 103-104. Em 1973, Thompson mantinha o tom ácido ao falar das manifestações de 1968, mas já admitia, também, que havia: “maneiras mais esperançosas de as ver: o desafio ao gaullismo, as grandes greves na indústria automobilística francesa, os primeiros grandes rombos no enorme e ritualizado tradicionalismo tanto das instituições acadêmicas francesas quanto da política automatizada e da ideologia automatizada do P.C.F. (Partido Comunista Francês).” Cf. THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*. Trad.: Mario Duayer. (Disponível online em <http://goo.gl/zixu17> desde 2011. Acesso em 08/03/2014), p. 10. De qualquer modo, a tese de que as novas formas políticas de 1968 teriam continuidades com as 1956 parece nunca ter sido reconhecida por Thompson. Cf. JOHNSON, R. “Contra el absolutismo”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984 [1981], p. 293.

¹⁵¹ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 133.

¹⁵² ANDERSON, Perry. “Diário de uma relação”. *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014, p. 198.

Independentemente de quais fossem suas motivações, o certo é que Thompson, além de aprofundar temas que já havia indicado em *The making*, lançou-se a novos terrenos de investigação. Ambos os movimentos repercutiriam substancialmente em suas proposições teórico-metodológicas. Já em 1967, Thompson publicaria o artigo *Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism*¹⁵³, indicando caminhos e conclusões originais para tópicos que já haviam rendido observações pontuais em *The making*¹⁵⁴. No artigo, Thompson reiterava que “é suspeita a tentativa de fornecer modelos simples para um processo único, supostamente neutro, tecnologicamente determinado, conhecido como ‘industrialização’”. Igualmente, recordava que “a transição não é para o ‘industrialismo’ *tout court*, mas para o capitalismo industrial”. “A ênfase da transição recai sobre toda a cultura: a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura”¹⁵⁵: “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”¹⁵⁶. Seguindo tais indicações gerais, Thompson procura, de modo inovador, compreender o processo pelo qual, mais intensamente desde fins do século XVIII na Inglaterra, o ritmo de trabalho irregular, muitas vezes baseado na “orientação pelas tarefas”, passou a ser suplantado pelo ritmo de trabalho regular, ligado à ideia de “uso-econômico-do-tempo”.

A transição para o capitalismo industrial, incluindo aí novas modalidades de percepção e medição do tempo, foi “peculiarmente demorada e carregada de conflitos na Inglaterra”¹⁵⁷. A formação de novos hábitos de trabalho e a imposição de uma nova disciplina de tempo, que levou várias gerações para se realizar, assentou-se em um amplo repertório de fenômenos: “divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes”¹⁵⁸. Mais uma vez, em sua oposição ferrenha ao utilitarismo, Thompson demonstrava que, buscando manter seus antigos hábitos de trabalho, houve resistência dos trabalhadores à ideia de que tempo era dinheiro. Somente em uma terceira geração de operários é possível se verificar a aceitação de tal preceito e se constatar a realização

¹⁵³ THOMPSON, E. P. “Time, work-discipline and industrial capitalism”. *Past and Present*, n. 38, 1967. A partir dessa versão, foi produzida a tradução brasileira: THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991].

¹⁵⁴ Cf., por exemplo, THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2, p. 292.

¹⁵⁵ THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, p. 288-289.

¹⁵⁶ THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, p. 304.

¹⁵⁷ THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, p. 288-289.

¹⁵⁸ THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, p. 297.

de “greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente”¹⁵⁹.

Em termos narrativos, o texto recorre, também, a elementos que haviam aparecido em *The Making*. Antes de discutir a experiência dos trabalhadores durante a Revolução Industrial, Thompson procura reconstituir diversos fios de tradições culturais vigentes no século XVIII. Mais uma vez, os trabalhadores não seriam tábula rasa sobre a qual as novas relações de produção se imprimiriam diretamente. A trama thompsoniana mostra-se aberta a múltiplos fatores: produção e acesso a instrumentos de mensuração do tempo (relógios), práticas sociais vinculadas ao trabalho doméstico, calendário anual de festas, pregações puritanas etc. Para Thompson, não bastaria tratar das novas pressões disciplinares sobre os trabalhadores. Era preciso reconstituir as condições a partir das quais elas se estabeleceram e, principalmente, como os trabalhadores (re)agiram em todo esse processo. Do mesmo modo que em *The Making*, a busca radical pela compreensão da experiência do outro em seus próprios termos, não impediria Thompson de pensar as repercussões do processo histórico estudado em seu próprio presente. Nesse sentido, *Time, work-discipline* se encerra com reflexões sobre as possibilidades de superação do “uso-econômico-do-tempo” nas sociedades capitalistas “maduras”. Recusando qualquer ideia de progresso linear na história, arremata Thompson: “as pessoas talvez tenham de reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial”¹⁶⁰.

Ao longo da próxima década, a obra histórica de Thompson continuaria dando incontáveis demonstrações de que o século XVIII era um campo fértil à pesquisa historiográfica e repleto de sugestões para repensarmos a contemporaneidade. Nessa direção, a publicação, em 1971, do artigo *The Moral Economy of the English Crowd in the 18th Century*¹⁶¹ foi um acontecimento seminal. No texto, usando criativamente uma vasta documentação¹⁶², Thompson evidenciaria o intenso conflito social em torno do estabelecimento da economia de mercado não regulado e de sua nova economia política.

¹⁵⁹ THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, p. 294.

¹⁶⁰ THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, p. 302.

¹⁶¹ THOMPSON, E. P. “The moral economy of the English crowd in the 18th century”. *Past & Present*, 50, 1971. A partir dessa versão, foi produzida a tradução brasileira: THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991].

¹⁶² A quantidade e a variedade de fontes empregadas no texto são assombrosas: cartas anônimas, processos judiciais, folhetos, manuais de economia, jornais, poemas, relatórios de enquetes promovidas pelo Estado, incontáveis livros de história local etc. Isso sem mencionar o exaustivo emprego de artigos e monografias. Praticamente, Thompson não escreve uma oração sem apoiá-la em uma fonte.

Segundo Thompson, os “paternalistas e os pobres continuavam a se queixar da extensão das práticas do mercado que nós, em retrospectiva, tendemos a admitir como inevitável e ‘natural’. Mas o que agora parece inevitável não era necessariamente aceito no século XVIII”¹⁶³. Especialmente nos contextos de escassez de cereais, as ações da multidão revelavam uma recusa da “desmoralização da teoria do comércio e do consumo”¹⁶⁴ pregada pela nova economia política. Ainda que, em linhas gerais, os argumentos apresentados por Thompson em *The Moral Economy* já estivessem esboçados em *The making*¹⁶⁵, podemos ver que, no artigo, o historiador inglês os aprimora bastante.

Em sua luta costumeira contra o reducionismo econômico – dessa vez propalado pelos “historiadores do crescimento” –, Thompson sustenta, em *The moral Economy*, a tese de que: o “motim da fome na Inglaterra do século XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros”¹⁶⁶. Aumento dos preços, maus procedimentos e fome não resultariam necessariamente em motins. No caso da Inglaterra do século XVIII:

*essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta.*¹⁶⁷

Cuidadosamente descrita por Thompson, a “economia moral dos pobres”, que informava a ação das multidões sediciosas e fixadoras de preço, seria uma reconstrução seletiva de um paternalismo constituído por elementos que poderiam ser remontados até o século XVI. De maneira ativa e autônoma, a multidão extraía “dele todas as características que mais favoreciam os pobres e que ofereciam uma possibilidade de cereais mais baratos”. Assim, ao se analisar a ação direta e coletiva da multidão, que era categoricamente reprovada pelos “valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista”, poder-se-ia se constatar que ela era sancionada por uma ética popular fundada em “noções gerais de direito”¹⁶⁸.

¹⁶³ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 158.

¹⁶⁴ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 161.

¹⁶⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 65-71.

¹⁶⁶ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 152.

¹⁶⁷ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 152 (Grifos nossos).

¹⁶⁸ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 167.

Chamavam a atenção de Thompson os vigorosos indícios de continuidade, no tempo e no espaço, da ação popular. O padrão de comportamento da multidão – cuja ação central “não é o saque dos celeiros, nem o furto de grão e farinha, mas ‘fixar o preço’”¹⁶⁹ – reproduzia “às vezes com grande precisão, as medidas de emergência em tempo de escassez, cuja operação, nos anos entre 1580 e 1630, foi codificada no *Book of Orders*”¹⁷⁰. Tal padrão, que se repetia “aparentemente de forma espontânea, em diferentes partes do país e depois da passagem de muitos anos tranquilos”¹⁷¹, pareceu a Thompson uma demonstração contundente da fragilidade de uma “visão espasmódica da história popular”:

Segundo essa visão, dificilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete ocasional e espasmodicamente na cena histórica, em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou auto-ativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos.¹⁷²

Para Thompson, durante o século XVIII, “a gente comum” fez da praça de mercado um “arena de guerra de classes”¹⁷³. Sua resistência ativa ao *laissez-faire* teve papel relevante na regulação do mercado¹⁷⁴, contribuindo, provavelmente, para evitar clássicas crises de subsistência na Inglaterra do século XVIII¹⁷⁵. Ainda que o motim enquanto protesto social não apresentasse “intenções políticas manifestas e articuladas”¹⁷⁶, com exceção, talvez, de um curto período no fim do século XVIII, a “economia moral” que o informava “supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem estar comum”¹⁷⁷.

Um dos elementos que mais se destacam em *The Moral Economy* é o aguçado interesse de Thompson pela cultura, especialmente pelos aspectos expressivos do protesto coletivo, o que lhe permitiu, por exemplo, desenvolver a própria noção de “economia moral”. Para ele, entretanto, tal tipo de investigação só atingia seu pleno significado quando necessariamente situada em uma peculiar configuração social. Em suas palavras: “as formas de ação que vimos examinando dependiam de um conjunto particular de relações sociais, o equilíbrio particular entre a autoridade paternalista e a

¹⁶⁹ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 176.

¹⁷⁰ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 176.

¹⁷¹ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 176.

¹⁷² THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 150.

¹⁷³ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 187.

¹⁷⁴ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 192.

¹⁷⁵ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 200.

¹⁷⁶ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 193-194.

¹⁷⁷ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 152-153.

multidão”¹⁷⁸. Os múltiplos elementos constitutivos desse “equilíbrio particular” seriam o principal tema de pesquisa de Thompson até o fim de sua vida, consolidando seu interesse pelo século XVIII. Ele raramente retornaria ao fim desse período e à quebra desse “equilíbrio particular”, que, relacionado ao processo de formação da classe trabalhadora, estivera no centro de *The Making*.

Em 1972, com o artigo *Rough Music: le charivari anglais*¹⁷⁹, Thompson apresentaria mais uma faceta do “equilíbrio particular”. A publicação do texto na revista *Annales* indicava a existência de alguns pontos de contato, pelo menos temáticos, entre as produções de Thompson e as da historiografia francesa vinculada ao periódico¹⁸⁰. Ao longo da década, entretanto, as diferenças de abordagem ficariam cada vez mais nítidas, marcando a distância de Thompson em relação a uma história das mentalidades¹⁸¹.

No artigo, que seria expandido e sofisticado no livro *Customs in Common*¹⁸², publicado em 1991, Thompson explica-nos que *rough music* é o termo utilizado na Inglaterra, desde o fim do século XVII, para se referir à “cacofonia rude, com ou sem ritual mais elaborado, empregada em geral para dirigir zombarias ou hostilidades contra indivíduos que desrespeitaram certas normas da comunidade”¹⁸³. As formas de *rough music* seriam, segundo Thompson, integrantes de um vocabulário simbólico “disponível a todos e que serve para a enunciação de muitas sentenças diferentes”¹⁸⁴. Expressando algo como o julgamento da comunidade sobre certos comportamentos, a *rough music* possibilitava dar voz a um conflito dentro da comunidade e regulá-lo “no âmbito de formas que estabeleciam limites e impunham restrições”¹⁸⁵. Tal vocabulário, assim como aquele da “economia moral”, seria “herdado seletivamente, por razões próprias” pela plebe, o que nos indicaria que, mesmo não sendo uma tradição plebeia exclusiva, a *rough music* lhe abria espaço para ação autônoma. Desse modo, a *rough music* seria

¹⁷⁸ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, p. 196.

¹⁷⁹ “Rough Music: le charivari anglais”. *Annales ESC*, ano 27, n. 2, 1972.

¹⁸⁰ Para uma avaliação de outras aproximações e distanciamentos entre Thompson e os *Annales*, cf. SILVA, Ana Rosa Cloclet. “Thompson e a primeira geração dos *Annales*: uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em história”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.

¹⁸¹ Em 1975, na obra *Whigs and Hunters*, que será discutida mais adiante, já podemos ver o historiador inglês fazer afirmações como: “O direito *importa*, e é por isso que nos incomodamos com essa história. E é também uma resposta àqueles pensadores universais, que se impacientam com tudo o que não seja a *longue durée* (...)”. Cf. THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro, 1997 (1987) [1975] (Coleção Oficinas da História, v. 7), p. 360.

¹⁸² THOMPSON, E. P. *Customs in Common*. London: Merlin, 1991.

¹⁸³ THOMPSON, E. P. “Rough music”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991], p. 353.

¹⁸⁴ THOMPSON, E. P. “Rough music”, p. 360.

¹⁸⁵ THOMPSON, E. P. “Rough music”, p. 366.

sempre “potencialmente subversiva, com seus ritos de inversão, suas blasfêmias e obscenidades”. Ao longo do século XVIII, “quando se alargou a distância entre a cultura dos patrícios e a dos plebeus, a *rough music* se tornou mais claramente uma forma plebéia”¹⁸⁶.

Em *Patrician society, plebeian culture*¹⁸⁷, artigo de 1974, Thompson se dedicaria a aprofundar sua constatação desse alargamento da “distância entre a cultura dos patrícios e a dos plebeus”, o que o levaria avançar em sua visão geral do quebra-cabeça da sociedade inglesa do século XVIII, já indicada em *The Moral Economy*. Em um contexto de alteração qualitativa das relações de produção e de equilíbrio particular da luta de classes (em que as elites optaram por um Estado fraco para assegurar certos direitos seus), “a análise permite-nos ver que o controle da classe dominante no século XVIII situava-se principalmente em uma hegemonia cultural, e somente secundariamente em uma expressão de poder econômico ou físico (militar)”¹⁸⁸. Diante das imagens de paternalismo fomentadas pela *gentry*, a plebe não se mostrara passiva, desenvolvendo apropriações seletivas das mesmas para levar adiante suas próprias demandas. Ao “teatro” utilizado pela *gentry* para “encenar” seu domínio (em especial por meio da Justiça), a plebe ofereceria um “contrateatro” de recusa à submissão (motins, ameaças anônimas etc.)¹⁸⁹. Desse modo, ainda que, quase sempre, atuando nos limites estabelecidos pela *gentry*, a plebe conseguira, em um processo conflitivo, impor concessões e obrigações. Mesmo não sendo uma formação de classe como as do século XIX, a plebe era, certamente, um agente político:

Even when the beast seemed to be sleeping, the tetchy sensibilities of a libertarian crowd defined, in the largest sense, the limits of what was politically possible. There is a sense in which rulers and crowd needed each other, watched each other, performed theater and countertheater to each other's auditorium, moderated each other's political behavior. *This is a more active and reciprocal relationship than the one normally brought to mind under the formula “paternalism and deference”*.¹⁹⁰

¹⁸⁶ THOMPSON, E. P. “*Rough music*”, p. 392.

¹⁸⁷ THOMPSON, E. P. “Patrician Society, Plebeian Culture”. *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, 1974.

¹⁸⁸ THOMPSON, E. P. “Patrician Society, Plebeian Culture”, p. 387. Nesse texto, Thompson sugere que hegemonia “física” (poder militar), “econômica” (controle dos meios de produção) e “cultural” (as imagens de poder e autoridade, as mentalidades populares de subordinação) podem se combinar de diversas maneiras dependendo dos contextos. Ainda que não faça menção a Gramsci, críticos do historiador inglês alegaram que ele estava se valendo do conceito de hegemonia do marxista italiano e usando-o de modo “culturalista”: “Very briefly, we may say that whereas Gramsci's conception concerns the relation of base to superstructure (or in Gramsci's terminology, of ‘structure’ to ‘superstructure’), it is appropriated by Genovese and by Thompson as a concept to do with culture and politics alone.” Cf. JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”. *History Workshop Journal*, n. 6, 1978, p. 91-92.

¹⁸⁹ THOMPSON, E. P. “Patrician Society, Plebeian Culture”, p. 400.

¹⁹⁰ THOMPSON, E. P. “Patrician Society, Plebeian Culture”, p. 395-396 (Grifos nossos).

Em um texto no qual desafiava abertamente a tese predominante de que o século XVIII transcorreria sem lutas sociais significativas, Thompson não se valeu de nenhuma nota de rodapé ou referência bibliográfica, sugerindo que suas colocações derivavam mais de um acúmulo de reflexões sobre as fontes¹⁹¹. Talvez, por isso, apressou-se em afirmar que desenvolveria suas posições e apresentaria mais evidências em seu “vindouro volume de estudos sobre história social do século XVIII, intitulado *Customs in Common*”¹⁹². Como sabemos, apenas em 1991, Thompson publicaria este livro, sofisticando e ampliando o artigo de 1974, o que redundou, em boa medida, no capítulo *The Patricians and The Plebs*¹⁹³. Retomaremos, então, as proposições thompsonianas mais gerais sobre a sociedade inglesa do século XVIII quando tratarmos de *Customs in common*. Por ora, exploremos algumas investigações thompsonianas mais específicas, publicadas ao longo dos anos 1970, que conferiram ainda mais sustentação empírica à sua convicção da necessidade se reconstituir a visão global sobre a sociedade inglesa do século XVIII.

Em 1975, Thompson publicaria de *The crime of anonymity*¹⁹⁴ em uma coletânea que organizara com outros ex-colaboradores de Warwick. Disposto a investigar formas específicas de protesto da sociedade sobre a qual se debruçava, Thompson afirma que: “em numerosíssimas ocasiões, ao longo do século XVIII e até bem avançado o século XIX, o único protesto conhecido era esta admonitória e anônima ‘voz do pobre’”¹⁹⁵. As cartas anônimas de ameaça seriam um dos registros que restaram dessa “voz”. Thompson reunira uma substancial quantidade delas a partir de um jornal que as publicava, geralmente sob ordem da Coroa, com o intuito de oferecer algum tipo de vantagem àquele que identificasse o autor. Diante da grande variedade de cartas, Thompson decidiu limitar seu estudo àquelas produzidas em três contextos: “cartas referentes a conflitos industriais; as surgidas em contextos agrários; e finalmente o grupo maior de cartas e folhas, as que se referem a preços e motins de subsistência e que

¹⁹¹ Portanto, nesse texto, ao contrário do que faria alguns anos depois (remetendo o leitor a textos de Gramsci e do historiador estadunidense Eugene Genovese), Thompson não nos oferece declarações explícitas sobre autores e obras que estariam influenciando suas elaborações sobre “paternalismo”.

¹⁹² THOMPSON, E. P. “Patrician Society, Plebeian Culture”, p. 382.

¹⁹³ No prefácio de *Costumes em comum*, Thompson observa que: “A ‘Introdução’ e ‘Patrícios e Plebeus’ incluem trechos publicados originalmente em ‘Sociedade patricia, cultura plebeia’, *Journal of Social History*, vol. 7, 4 (verão de 1974), e ‘A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes’, *Social History*, vol. 3, 2 (maio de 1978).” Cf. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991], p. 10.

¹⁹⁴ THOMPSON, E. P. “The crime of anonymity”. In: HAY, D., LINEBAUGH, P. e THOMPSON, E. P. (eds.). *Albion's Fatal Tree*. Harmondsworth: Penguin Books, 1975.

¹⁹⁵ THOMPSON, E. P. “El delito de anonimato”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989 (1979) [1975], P. 195.

passam, em 1795 e 1800, à sedição ‘jacobina’”. Ainda que vinculadas a uma série de motivos particulares, seria possível encontrar recorrentemente nelas “um sentido compartilhado de injustiça dos pobres em geral”¹⁹⁶. Mais do que simples expressão de insatisfação, Thompson notou que, apesar dos contextos diferentes, tais cartas “desempenhavam algumas vezes o papel de canal de ‘negociação’ dentro do equilíbrio paternalista-plebeu”¹⁹⁷.

Nesse sentido, a maior parte das cartas encontradas por Thompson referia-se a “preços de alimentos e práticas de mercado”, tema que já lhe chamara a atenção em *The Making* e em *The Moral Economy*. Sobre esse subconjunto específico de cartas, Thompson sentia-se seguro para afirmar que: “satisfaziam ao duplo propósito de ameaçar os ricos e dar publicidade às queixas e intenções de se amotinar da multidão”¹⁹⁸. A aparição dessas cartas seria “um sinal efetivo para que as autoridades intentassem conter os preços, regular os mercados, instituir subsídios ou ativar a caridade, em antecipação ao motim”¹⁹⁹. Diante de tais evidências, Thompson entendia que a imagem de moderado consenso, paternalismo e deferência que parece dominar a sociedade inglesa do século XVIII deveria ser bastante matizada, incluindo as múltiplas ações do “contraterror dos pobres”²⁰⁰. Em suas palavras:

De no haberse escrito nunca estas cartas podríamos suponer aunque *sería difícilmente demostrable*, que entre 1750 y 1810 Inglaterra fue siempre un país de moderado consenso, dentro del cual los órdenes inferiores mostraban su gratitud hacia el humanitario paternalismo con la debida medida de deferencia; o, si no exactamente así, una sociedad entonces en la cual hasta los años 1790 la *gentry* llegó a tener una hegemonía tan abrumadora que el orden impuesto parecía tan indisputable como la bóveda del cielo. *Al menos ha sido posible demostrar que aquí y allá se encontraba algo que no era precisamente deferencia.*²⁰¹

The crime of anonymity está bastante ligado ao livro *Whigs and Hunters* também publicado em 1975. O delito do anonimato era um dos crimes passíveis de punição com pena capital que passaram a constar na Lei Negra, decretada em 1723 e reelaborada e mantida até as primeiras décadas do século XIX. Os múltiplos conflitos e os intrincados arranjos sociais envolvidos na criação e aplicação dessa lei estão no centro da pesquisa de *Whigs and Hunters*. Originalmente, o texto sobre a Lei Negra deveria ocupar o lugar que foi preenchido por *The crime of anonymity* na coletânea sobre “história social do

¹⁹⁶ THOMPSON, E. P. “El delito de anonimato”, p. 196.

¹⁹⁷ THOMPSON, E. P. “El delito de anonimato”, p. 234.

¹⁹⁸ THOMPSON, E. P. “El delito de anonimato”, p. 202.

¹⁹⁹ THOMPSON, E. P. “El delito de anonimato”, p. 203.

²⁰⁰ THOMPSON, E. P. “El delito de anonimato”, p. 202.

²⁰¹ THOMPSON, E. P. “El delito de anonimato”, p. 234-235 (Grifos nossos).

crime na Inglaterra do século 18”²⁰². Entretanto, o que era para ser um artigo tornou-se um livro.

Ciente das inovações que apresentava em *Whigs and Hunters*, Thompson, já nas primeiras páginas do livro, procura caracterizá-lo como “um experimento historiográfico” e explicar os procedimentos que adotou:

parti da experiência de humildes moradores das florestas e segui, através de evidências contemporâneas superficiais, as linhas que ligavam-nos ao poder, em certo sentido as próprias fontes me obrigaram a encarar a sociedade inglesa em 1723 tal como elas a encaravam, a partir de “baixo”. Evitei, até o final do livro, qualquer descrição geral dessa sociedade que pudesse ter vindo a mim através das interpretações de outros historiadores. Evidentemente, não pretendo ter abordado o tema sem preconceitos e pressupostos: é claro que não esperava encontrar uma sociedade incorrupta ou totalmente justa. Mas o método e as fontes impuseram alguns controles aos meus pressupostos. Por isso, quando nos últimos capítulos, chego a tratar com um certo azedume a Walpole, Par Page ou Lorde Hardwicke, e o sistema jurídico e a ideologia *Whig* de modo mais geral, creio que é possível que eu os veja de forma muito semelhante à qual viam-nos, em sua época, William Shorter, o agricultor de Berkshire, ou John Huntridge, o estalajadeiro de Richmond.²⁰³

Em boa medida, nesse trecho, Thompson apenas explicita marcantes aspectos de práticas historiográficas adotadas por ele desde, pelo menos, *The Making*. Inicialmente, fica evidente a proposta de uma investigação “de baixo para cima” (“parti da experiência de humildes moradores das florestas e segui, através de evidências contemporâneas superficiais, as linhas que ligavam-nos ao poder”). Um pouco mais adiante, Thompson demonstra confiança nos mecanismos de controle que informam a produção historiográfica: “o método e as fontes impuseram alguns controles aos meus pressupostos”. Arrematando, ele afirma que, de certo modo, reconstruiu a “visão de baixo” sobre o governo do período e que se identifica com ela: sugere, assim, um dos papéis de uma historiografia engajada²⁰⁴. Provavelmente, o aspecto mais “experimental” da pesquisa resida na proposição de evitar, até o fim, “qualquer descrição geral dessa sociedade que pudesse ter vindo a mim através das interpretações de outros historiadores”. Tal procedimento relacionava-se com objetivo de explorar ao máximo a original documentação com a qual se deparara: três quartos do livro se baseavam em fontes manuscritas. A opção de Thompson repercutirá também na própria construção da narrativa de *Whigs and Hunters*: ainda mais intensamente do que em outras obras, uma

²⁰² THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro, 1997 (1987) [1975] (Coleção Oficinas da História, v. 7), p. 15.

²⁰³ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 17.

²⁰⁴ MÜLLER, Ricardo G. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002, p. 15.

utilização “cerrada”²⁰⁵ das fontes transparece em inúmeras citações diretas e indiretas ao longo do texto.

Intrigado com a constatação de que a Lei Negra criara cinquenta novos delitos capitais, vários deles relacionados à propriedade, Thompson questionou-se sobre o que teria levado à aprovação da lei e quem eram os “Negros”. O que teria, afinal, ocorrido para que, a partir do começo do século XVIII, habitantes de diversas regiões florestais – geralmente disfarçando-se, o que deu origem à denominação “Negros” – entrassem em recorrentes conflitos com os funcionários da floresta e com seus próprios senhores?

Como os Negros “não deixaram nenhum manifesto, nenhuma apologia expressa”, somente seria possível inferir algo sobre seus motivos se suas ações fossem situadas no “contexto mais completo possível”²⁰⁶. Ancorando-se na ampla documentação reunida, Thompson passa, então, a descrever cuidadosamente episódios de embates relativos à caça de animais proibidos (como o cervo), derrubada de árvores novas, pesca ilícita, ameaças por meio de cartas, denúncias, processos judiciais, julgamentos etc. Baseado nas evidências disponíveis, Thompson concluiu que a atividade Negra surgira “como uma reação à tentativa de reativação de uma autoridade florestal negligenciada”, o que provocara “indignação entre os habitantes da floresta de modo geral, fossem pequenos fidalgos (fora do círculo encantado dos favores da Corte), agricultores, artesãos ou diaristas rurais”. Mais do que a carne, a caça de cervos, por exemplo, objetivava atacar um dos símbolos “de uma autoridade que ameaçava sua [a dos habitantes da floresta] economia, suas lavouras e seus direitos agrários costumeiros”. Assim, os Negros deveriam ser vistos como “florestanos armados, impondo a definição de direitos a que a ‘gente do campo’ se habituara, e também (...) resistindo a parqueamentos privados que usurpavam terras cultivadas, sua lenha para o combustível e seus pastos”²⁰⁷. Em boa medida, o conflito derivava de duas visões distintas sobre a propriedade. Enquanto os florestanos recorriam a uma noção pré-capitalista de direitos de uso simultâneo sobre a mesma terra, a maioria dos fidalgos, crescentemente amparada por advogados, recorria ao direito de propriedade absoluta sobre os bens²⁰⁸.

Assim, a decretação da Lei Negra, em 1723, mais do que uma resposta à atividade dos “Negros”, deveria ser vista como parte do processo que, ao longo do

²⁰⁵ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 416.

²⁰⁶ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 62.

²⁰⁷ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 141-142.

²⁰⁸ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 325.

século XVIII, elevou a propriedade acima de todos os outros valores²⁰⁹. A aprovação da lei, portanto, serviria “acima de tudo ao interesse dos seus próprios defensores mais próximos”: ela “não seria possível sem um consenso anterior sobre os valores da propriedade na mente de toda a classe dirigente”²¹⁰. Ainda assim, a lei procurava assumir a “postura da imparcialidade” uma vez que, ao defender a inviolabilidade da propriedade, ela possibilitava definir os delitos “como crime contra coisas, e não como ofensas contra homens”²¹¹. Mais uma vez, como demonstrava Thompson, “difícilmente seria aquela sociedade [a Inglaterra do século XVIII] de consenso e submissão que às vezes se imagina”²¹².

Sanguinária em suas punições e frouxa em seus detalhamentos, durante décadas, a Lei Negra “se manteve disponível no arsenal dos processos judiciais”, de modo que “vários delitos podiam ser puxados e empurrados por todos os lados, até que coubessem dentro das formas jurídicas adequadas”²¹³. É provável que a Lei se mostrasse especialmente útil em contextos de “distúrbios rurais, principalmente quando combinados a uma insubordinação de classe – como, por exemplo, quando a resistência ao fechamento de terras comunais assumia a forma de disparos contra janelas, cartas de ameaça ou ferimentos intencionais ao gado”²¹⁴.

Em muitos trechos distribuídos ao longo do livro, Thompson oferece indicações de que a lei poderia ser entendida, fundamentalmente, como recurso mobilizado, instrumental e ideologicamente, pela classe dominante conforme seus interesses. Argumento que parece ainda mais evidente em passagens como:

(...) a principal desigualdade residia numa sociedade de classe onde os direitos de uso não-monetário estavam sendo reificados em direitos de propriedade capitalista, *através da mediação dos tribunais de justiça*.²¹⁵

É assombrosa a riqueza que se pode extrair de territórios dos pobres, durante o estágio de acumulação do capital, quando a elite predatória é numericamente reduzida e *o Estado e o direito aplainam os caminhos da exploração*.²¹⁶

A maior dentre todas as *ficções legais* é a de que lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a

²⁰⁹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 254.

²¹⁰ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 281-282.

²¹¹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 282.

²¹² THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 312.

²¹³ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 373-374.

²¹⁴ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 322-323.

²¹⁵ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 330 (Grifos nossos).

²¹⁶ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 330-331 (Grifos nossos).

considerações de conveniência. Dificilmente se veria isso na evolução da jurisprudência surgida com a Lei Negra.²¹⁷

Entretanto, quando chegamos às últimas páginas de *Whigs and Hunters*, deparamo-nos com um subitem final em que Thompson realiza uma calorosa defesa do “domínio da lei” como “bem humano incondicional”²¹⁸. O historiador inglês, ciente de que tal posicionamento poderia ser visto como inconsistente com o que apresentara em sua investigação sobre a Lei Negra, explica que:

Mostrei neste estudo uma oligarquia política a forjar leis duras e opressivas, para servir aos seus interesses próprios. Mostrei juízes que, tanto quanto os bispos, estavam sujeitos a influência política, cujo senso de justiça era uma farsa e cuja interpretação das leis só servia para ampliar seu viés de classe intrínseco. Na verdade, acho que este estudo mostrou que, para muitos da elite dirigente da Inglaterra, as regras jurídicas eram um incômodo a ser manipulado e torcido da maneira que conseguissem, e que a lealdade de homens como Walpole, Hardwicke ou Paxton à retórica da lei era, em larga medida uma farsa. *Mas disso não concluo que o domínio da lei em si fosse uma farsa. Pelo contrário, as restrições ao poder impostas pela lei parecem um legado tão considerável quanto qualquer herança transmitida pelas lutas do século 17 ao século 18, e uma realização cultural autêntica e importante da burguesia agrária e mercantil, com o apoio dos pequenos agricultores e artesãos.*²¹⁹

Para Thompson, a “retórica constitucionalista” elaborada, ao longo dos séculos XVI e XVII, pelas elites inglesas para se defender do absolutismo monárquico teria sido herdada e consolidada pela sociedade do século XVIII. Assim, “a lei assumiu um predomínio incomum naquele século, como principal ideologia legitimadora, deslocando a autoridade e as sanções religiosas dos séculos anteriores”. Buscou-se “projetar a imagem de uma classe dominante que estava, ela mesma, submetida ao domínio da lei”²²⁰. A própria Lei Negra “forçou os dominantes a agir apenas por vias permitidas pelas suas formas jurídicas”²²¹. Entretanto, o meio que as elites haviam escolhido para sua autodefesa, “por sua natureza intrínseca, não poderia ser reservado apenas para o uso exclusivo de sua própria classe. A lei, em suas formas e tradições, acarretava princípios de igualdade e universalidade, que teriam de se estender forçosamente a todos os tipos e graus de homens”²²². Desse modo, “os dominantes, quisessem ou não, em sentidos sérios eram prisioneiros de sua própria retórica; jogavam

²¹⁷ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 338 (Grifos nossos).

²¹⁸ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 357-358.

²¹⁹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 356-357 (Grifos nossos).

²²⁰ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 355.

²²¹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 359.

²²² THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 354.

os jogos do poder segundo regras que se adequavam a eles, mas não poderiam romper essas regras, ou todo o jogo viria abaixo”²²³.

Thompson procurava destacar que a necessidade de se valer de mediações legais, ainda que para oprimir, emergira em circunstâncias históricas peculiares. Devido ao “equilíbrio oculto das forças de classe”²²⁴, o poder fora impedido de atuar de modo “extralegal arbitrário” e as mediações legais tornaram-se o canal principal para se travar o conflito social. Segundo Thompson, ainda que não se possa postular a imparcialidade abstrata e extra-histórica das regras: “a noção de regulação e reconciliação dos conflitos através do domínio da lei – e a elaboração de regras e procedimentos que, ocasionalmente, tentaram uma abordagem aproximativa do ideal – parece-me *uma realização cultural de significado universal*”²²⁵.

Na Inglaterra do século XVIII, os dominados, ou pelo menos parte deles, em diversas ocasiões, não recusaram essa retórica como hipocrisia, mas se valeram dela²²⁶ para manter e conquistar direitos: “o que muitas vezes estava em questão não era a propriedade defendida pela lei contra a não-propriedade; eram as outras definições dos direitos de propriedade (...). Enquanto foi possível aos dominados – se conseguissem dinheiro e advogado – realmente lutariam por seus direitos por meios legais”²²⁷. Mesmo quando a retórica constitucionalista servia apenas como uma máscara do poder, ela abria a possibilidade de que os oprimidos a utilizassem para contestar seus opressores²²⁸. O “domínio da lei”, portanto, não significaria a negação da luta de classes, mas sua circunscrição em certos parâmetros:

A retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que imposturas. Simultaneamente podem modificar em profundidade o comportamento dos poderosos e mistificar os destituídos do poder. Podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas ao mesmo tempo refrear esse poder e conter seus excessos. *E muitas vezes é a partir dessa mesma retórica que se desenvolve uma crítica radical da prática da sociedade.*²²⁹

O historiador inglês sabia que suas proposições encontrariam diversos adversários. Entre esses, Thompson destacou e confrontou especialmente o “marxismo sofisticado [“estrutural moderno”], mas (em última instância) bastante esquemático” para o qual:

²²³ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 355.

²²⁴ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 361.

²²⁵ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 357 (Grifos nossos).

²²⁶ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 355.

²²⁷ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 351.

²²⁸ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 355.

²²⁹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 356 (Grifos nossos).

a lei é por definição, e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de uma “superestrutura” que se adapta por si só às necessidades de uma infra-estrutura de forças produtivas e relações de produção. Como tal, é nitidamente um instrumento da classe dominante *de facto*: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será propriedade e o que será crime –, e opera uma mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder de classe existente. Portanto, o domínio da lei é apenas uma máscara do domínio de classe. O revolucionário não precisa ter nenhum interesse pela lei, a não ser como um fenômeno de poder e da hipocrisia da classe dominante; seu objetivo deveria ser o de simplesmente subvertê-la.²³⁰

A ideia de que a lei pudesse ser entendida, simplesmente, como uma estrutura determinada e inerte parecia a Thompson uma espécie de ficção teórica sem amparo, por exemplo, no estudo da sociedade inglesa do século XVIII. Em sentido oposto, ele entendia que a lei “estava profundamente imbricada na própria base das relações de produção, que teriam sido inoperantes sem ela”²³¹. Uma vez que as relações de classe passaram a ser “mediadas pela lei”, aquelas se expressavam “não de qualquer maneira que se quisesse, mas *através das formas da lei*”. E a lei, como outras instituições que podem mediar relações de classes existentes, “tem suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes”²³². A proposição de que a lei, além de ideologia, deveria ser vista como “instituição” – “os tribunais, com seu teatro e procedimentos classistas) ou pessoas (os juízes, os advogados, os Juízes de Paz)” – e “enquanto lei” – isto é, “lógica, regras e procedimentos próprios”²³³ – levava Thompson a admitir uma autonomia relativa da lei. Em cada um de seus aspectos constitutivos, a lei dispunha de espaços para que a ação humana pudesse contestar seu recorrente papel de “instrumento” da dominação de classe:

Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. *Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa*. E, ademais, não é frequentemente que se pode descartar uma ideologia dominante como mera hipocrisia; mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos. No caso de uma formação histórica tão antiga como o direito, matéria cujo domínio exige anos de estudo exaustivo, *sempre existirão alguns homens que acreditavam ativamente em seus procedimentos próprios e na lógica da justiça*. O direito pode ser retórico, mas *não necessariamente uma retórica vazia*.²³⁴

²³⁰ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 350.

²³¹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 352.

²³² THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 353.

²³³ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 350-351 (Grifos nossos).

²³⁴ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 353-354 (Grifos nossos).

Como entender essa notável preocupação de Thompson em defender o “domínio da lei”? Por um lado, como ele mesmo insiste, ela se funda em seus estudos sobre o século XVIII, que o levaram a duvidar da equivalência simples (lei = poder de classe). Se trechos de *Whigs and Hunters* fomentam essa conclusão, Thompson poderia, em sentido contrário, lembrar diversos julgamentos estudados por ele, em *The Making*, que lhe ofereceram amplos indícios dos limites que a “retórica constitucionalista” impunha, mesmo em um contexto potencialmente revolucionário, à própria classe dominante²³⁵. Por outro lado, o esforço thompsoniano em distinguir e defender o “domínio da lei” do “poder extralegal arbitrário” alimentava-se de experiências e inquietações políticas de sua própria época. Nesse sentido, podemos lembrar de suas denúncias do stalinismo ou de seus temores de que, no contexto da Guerra Fria, os Estados ocidentais, cada vez mais, invadissem, de modo secreto, a vida de seus cidadãos, especialmente por meio da espionagem. “Neste século perigoso”, não reconhecer que “o domínio da lei em si, a imposição de restrições efetivas ao poder e a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder” seja “um bem humano incondicional” é um “erro temerário de abstração intelectual” em que têm incorrido “alguns marxistas modernos”. Tal posicionamento significava o abandono de “uma herança de luta *pela* lei, e dentro das formas da lei, cuja continuidade jamais poderia se interromper sem lançar homens e mulheres num perigo imediato”²³⁶.

Mais uma vez, Thompson não hesitava em, a partir de sua obra histórica, refletir sobre o presente e as possibilidades contemporâneas de ação para os socialistas. Se, em *Williams Morris*, indicara a necessidade de se reabilitar o utopismo na tradição comunista, e, em *The Making*, apresentara revitalizantes noções de classe e consciência de classe para se repensar os trabalhadores no pós-guerra, agora, em *Whigs and Hunters*, Thompson reiterava a importância da lei como terreno fundamental da luta de classes²³⁷. Indício seguro de que tais preocupações políticas coetâneas de Thompson não mitigavam a consistência historiográfica de suas obras é seu evidente e contínuo empenho no refinamento de seus recursos teórico-metodológicos para compreender, em suas especificidades, a sociedade inglesa do século XVIII. Ainda que fizesse isso em

²³⁵ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 356. Para algumas passagens *The Making* que já sugeriam conclusões desenvolvidas pelo historiador inglês em *Whigs and Hunters*, cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, p. 89-90.

²³⁶ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*, p. 357-358.

²³⁷ Segundo Perry Anderson: “Cada una de las obras mayores que [Thompson] ha escrito, y casi también cada una de las menores, concluye con una reflexión directa y manifiesta sobre su lección para los socialistas de nuestro tiempo.” Cf. ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985, p. 1-2.

todos os seus textos, Thompson escreveu, especialmente na segunda metade dos anos 1970, uma série de artigos em que abordava a questão, incluindo relações da História com outras disciplinas, de modo mais detido. Nesse grupo, poderiam ser incluídos textos como: *Anthropology and the discipline of historical context*²³⁸; *On History, Sociology and Historical Relevance*²³⁹; *Modes de domination et révolutions en Angleterre*²⁴⁰; *Folklore, Anthropology and Social History*²⁴¹ e “*Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Cass?*”²⁴².

No artigo *Modes de domination*, por exemplo, publicado, em 1976, na revista *Actes de la Recherche em Science Sociale*²⁴³, recentemente criada por Pierre Bourdieu, Thompson afirmava que a “característica particular do material oferecido ao historiador implica a redefinição das categorias de análise, que se efetua em um movimento dialético do material empírico às categorias”²⁴⁴. Assim, embasado em suas pesquisas sobre a sociedade inglesa do século XVIII, Thompson sustentava que:

o modelo proposto por alguns historiadores que reivindicam o marxismo é inadequado para construir uma história marxista da dominação de classe da *gentry* e das relações entre esta e a plebe. Isto nos levará a criticar um modelo da evolução histórica por meio grandes crises e rupturas (modelo “cataclísmico”); uma representação “hegemônica” da dominação de classe; um determinado economicismo (“marxista” e não marxista) que leva a negligenciar a análise da cultura popular; uma história em que as classes são entidades metafóricas e na qual falta uma sociologia das classes e das consciências de classe – procedimentos que são, em suma, característicos das tentativas de reconstrução e de reavaliação da história inglesa feitas por determinadas correntes da Nova Esquerda inglesa.²⁴⁵

²³⁸ THOMPSON, E. P. “Anthropology and the discipline of historical context”. *Midland History*, n. 3, v. 1, 1972.

²³⁹ THOMPSON, E. P. “On History, Sociology and Historical Relevance”. *The British Journal of Sociology*, v. 27, n. 2, 1976.

²⁴⁰ THOMPSON, E. P. “Modes de domination et révolutions en Angleterre”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 2, 1976.

²⁴¹ THOMPSON, E. P. “Folklore, Anthropology and Social History”. *Indian Historical Review*, v. 3, 1977.

²⁴² THOMPSON, E. P. “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Cass?”. *Social History*, v. 3, n. 2, 1978.

²⁴³ A tradução brasileira do artigo é THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001. Na edição nacional do texto (p. 203), observa-se que: “Artigo publicado em *Actes de la Recherche em Sciences Sociales* 2-3, 1976. Este texto é o resultado de uma série de respostas de E. P. Thompson a questões colocadas pelos participantes de um seminário ocorrido na École Normale Supérieure (1974-1975) sobre sociologia da cultura e modos de dominação. Esta publicação mantém apenas a exposição de Thompson, eliminando um comentário relativamente longo de um dos tradutores franceses, J. C. Chamboredon. Os fragmentos de diversos trabalhos do autor – muitos dos quais fazem partes de obras publicadas em edições brasileiras –, além das perguntas que Thompson respondeu foram eliminados. Tradução: Fernando Teixeira da Silva. Revisão: Sergio Silva.”

²⁴⁴ THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 207.

²⁴⁵ THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, p. 203-204.

O trecho acima ecoa teses que, em boa medida, Thompson já apresentara, dez anos antes, em *The Peculiarities*. Em ambos os textos, ele teve que lidar com as “diferenças de interpretação dos conceitos de classe e de desenvolvimento na historiografia marxista ou de influência marxista na França e na Inglaterra”²⁴⁶. Após mais de uma década de pesquisa sistemática sobre a sociedade inglesa do século XVIII, Thompson apresentava o modelo que lhe parecia o mais adequado a seu objeto. Ainda que a luta de classes estivesse no centro da proposição thompsoniana, as conclusões afastavam-se bastante de diversas vertentes do marxismo:

Nossa experiência tende a nos fazer resistir à concepção de imposição hegemônica da dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação. *Jamais houve época em que a dialética da imposição da dominação e da resistência a essa imposição não fosse central ao desenvolvimento histórico.* Mas, em *nossa história sem ruptura*, temos um movimento no qual a pressão vinda de baixo é contida no alto, absorvida, o que conduz a uma modificação da estrutura, seguida por uma nova pressão de baixo. As características particulares da dominação da *gentry* e de sua relação com a plebe *impedem a concepção de aparelhos jurídicos e do Estado como simples instrumentos flexíveis em todos os sentidos, das vontades da burguesia.* O modo particular de dominação da burguesia implicava um Estado frágil e, por consequência, uma grande poder da plebe, da arraia-miúda.²⁴⁷

Importante elemento do “grande poder da plebe” inglesa, no século XVIII, seria sua capacidade de (re)fazer sua própria cultura. Assim, no que diz respeito à “cultura popular”, Thompson afirma que “meu método implica também uma perspectiva um pouco diferente da desenvolvida pelos historiadores franceses”. Enquanto estes, seguindo Braudel, conceberiam a “mentalidade popular” como “uma formação involuntária à maneira de um dado físico”, sofrendo o peso de determinações da base (demográficas, agrárias, espaciais etc.), Thompson entende que sua concepção o levaria a privilegiar “o aspecto ativo, voluntarista, criador de valores da cultura popular”²⁴⁸. Antes que postular a autonomia da cultura popular, Thompson busca afirmar que esta é uma questão cuja resposta somente poderá ser elaborada por meio da pesquisa (interação dialética entre teoria e evidências), como de resto os historiadores devem proceder com todos os demais “silêncios de Marx”²⁴⁹. A chave desse tipo de investigação está em se compreender, em contexto, as relações de classe, as formas

²⁴⁶ THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, p. 204.

²⁴⁷ THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, p. 209 (Grifos nossos).

²⁴⁸ THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, p. 211.

²⁴⁹ THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, p. 207.

assumidas pela luta de classes e a correlação das forças em confronto²⁵⁰. Segundo Thompson, no caso da sociedade inglesa do século XVIII:

A atitude permissiva [da *gentry*] em face da vigorosa cultura popular pagã [plebeia], uma certa precaução e mesmo uma certa delicadeza de manipulação da turbulência popular ou, ainda, uma certa bajulação estendida dos pobres no que concerne às suas liberdades e seus direitos – tudo isso nos coloca diante de um problema que exige uma análise sutil das relações entre as classes. (...) O preço que a aristocracia e a *gentry* precisaram pagar, em contrapartida à fraqueza da monarquia e do Estado, foi a liberdade da multidão. (...) Só teria sido possível disciplinar a multidão se existisse uma classe dirigente unificada e coerente que aceitasse repartir amigavelmente os despojos do poder e governar por intermédio do controle sem limites que ela podia exercer sobre os meios de subsistência. Uma tal coesão não existiu em momento algum antes dos anos 1790 (...). Nessas condições, a dominação da *gentry* repousa em parte na encenação da hegemonia cultural. (...) Se a teologia está no centro da ideologia do século XVII, no século XVIII não há nenhuma dúvida de que esse lugar é ocupado pelo direito. (...) Analisei em “Patrician society, plebeian culture” as características desse estilo de dominação, encenação de uma hegemonia cultural à qual se contrapõe uma tradição subterrânea do terror popular.²⁵¹

Novamente, não é difícil constatar a centralidade da cultura nas análises de Thompson. Isso o confrontava com problemas relativos aos intercâmbios entre história e ciências sociais (em especial, a antropologia), que se lhe impuseram, mais recorrentemente, quando decidiu voltar suas pesquisas para a sociedade inglesa do século XVIII, governada em grande extensão pelo costume. Assim, desde o começo dos anos 1970, Thompson mostrou particular interesse em dialogar, por meio de resenhas, com trabalhos que buscavam aproximar História e ciências sociais, movimento defendido, ainda que pontualmente, por alguns historiadores sociais ingleses desde meados da década anterior²⁵². Pareciam-lhe instigantes as questões e os modos de ver propostos pelas ciências sociais, mas lhe preocupava a crescente tendência a abstrair “algumas conclusões antropológicas e sociológicas de seu contexto e transportá-las para outros, como se elas tivessem algum valor intrínseco como fato tipológico em relação todas as sociedades humanas”²⁵³. Para ele, qualquer evidência deveria ser estudada no interior de seu contexto histórico global, o que incluiria as normas e expectativas não de uma sociedade, mas de diferentes grupos sociais. Thompson via, também, na sociologia – e mesmo na antropologia – uma certa persistência do interesse pela quantificação. Esta, a seu ver, não poderia, por si só, revelar algo central para os historiadores: a “qualidade” e o “significado” das práticas humanas, isto é, as maneiras como os seres

²⁵⁰ THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, p. 222-223.

²⁵¹ THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, p. 223-224.

²⁵² Um bom marco é: THOMAS, Keith. “History and Anthropology”. *Past and Present*, v. 24, n. 1, 1963.

²⁵³ THOMPSON, E. P. “Anthropology and the discipline of historical context”. *Midland History*, n. 3, v. 1, 1972, p. 43.

humanos experienciam sua existência. Para essa tarefa, as fontes “literárias” seriam as mais importantes, o que demandava dos historiadores um maior domínio da “crítica textual”²⁵⁴.

Em 1976, Thompson voltou a abordar aspectos da relação entre História e ciências sociais, salientando que, nos vinte anos anteriores, havia se estreitado a lacuna metodológica entre esses campos de conhecimento, o que se devia mais ao empenho dos historiadores sociais do que ao empreendido por antropólogos e sociólogos²⁵⁵. No ano seguinte, em *Folklore, Anthropology and Social History*²⁵⁶, o tema das relações disciplinares recebeu de Thompson seu tratamento mais cuidadoso, revelando-nos um pouco mais sobre suas opções teórico-metodológicas. No artigo, em que se classificava como um “impostor”, devido ao seu “intermitente e eclético”²⁵⁷ conhecimento da antropologia ocidental, Thompson, declarando-se em sintonia com Keith Thomas e Natalie Zemon Davies, explicava que, em sua prática historiográfica:

o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia. Temos em comum o fato de descartarmos, resolutamente, tanto as categorias de explicação positivistas ou utilitaristas quanto sua infiltração na tradição economicista do marxismo.²⁵⁸

Como se vê, o historiador inglês mostrava-se seletivo e cuidadoso em suas aproximações com a antropologia. Ele era especialmente reticente às concepções que apresentavam uma visão totalizante e sistêmica da cultura, minimizando ou excluindo o papel ativo – e até consciente – dos sujeitos nos processos de transformação. Igualmente, pareciam-lhe duvidosas as abordagens antropológicas que se dedicavam à busca de formas “com uma função, ou significado, constante e transcultural”²⁵⁹. Em *Folklore, Anthropology and Social History*, citando seus estudos sobre o século XVIII – em particular, sua pesquisa sobre a *rough music* e o ritual da venda de esposas, que,

²⁵⁴ THOMPSON, E. P. “Anthropology and the discipline of historical context”, p. 49.

²⁵⁵ THOMPSON, E. P. “On History, Sociology and Historical Relevance”. *The British Journal of Sociology*, v. 27, n. 3, 1976, p. 387-390.

²⁵⁶ A tradução brasileira é THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001. Na edição nacional (p. 227), observa-se que: “Tradução de ‘Folklore, anthropology and social history’, *The Indian Historical Review*, n. 2, 1977. Este artigo é uma versão revista da palestra do autor no Congresso de História da Índia, em Calicute, Kerala, 30/12/1976. Tradução Antonio Luigi Negro.”

²⁵⁷ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 227-228.

²⁵⁸ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 229.

²⁵⁹ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 249.

apenas em 1991, seria publicado como artigo independente –, Thompson procurava fundamentar uma visão, que julgava adequada à prática historiográfica, em que se destacavam os aspectos contextuais, dinâmicos e conflitivos da cultura: “a história é uma disciplina do contexto e do processo: *todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto* e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas”²⁶⁰.

Para Thompson, os historiadores deveriam reconstituir o “contexto simbólico” em que os sujeitos estavam atuando, o que não excluía as formas, afinal, “se o que acontece dentro das formas muda, estas continuam importantes, e elas próprias informam o simbolismo oculto pertencente a uma comunidade”²⁶¹. Entretanto, o contexto simbólico somente seria adequadamente compreendido se reinserido no “contexto total”²⁶². Isto é, uma vez que o conteúdo fosse cuidadosamente situado em uma textura relacional específica, seria possível constatar se ele fora resignificado, revelando ambiguidades invisíveis em um primeiro momento. Foi isso que Thompson afirmou ter verificado no ritual plebeu de venda da esposa:

O ritual se revela, assim, em sua complexidade. À primeira vista, parece-nos uma forma sobrevivente de preço-da-noiva (*bridewealth*), ou talvez um simples ato de compra e venda de bens. Com uma coleira no pescoço, vendida no mercado de animais, a mulher era vista como uma propriedade ou um bicho. Eis o *non plus ultra* da ordem masculina dominante. Num segundo momento, *atravessando a forma, quando olhamos para as verdadeiras relações expressas no conteúdo*, a situação muda de figura. *Qualquer que seja sua origem ou seu simbolismo manifesto, o ritual foi adaptado aos novos propósitos* da regulação da troca de parceiros, mutuamente consensual. Embora encontremos maiores evidências de igualdade sexual que o esperado no primeiro momento, a venda de esposas ainda mantém a subordinação feminina.²⁶³

Adotando procedimento similar, Thompson conseguira analisar a economia moral da plebe como uma reconstrução seletiva de uma ideologia paternalista em um contexto em que os sujeitos disputavam distintas concepções sobre regulação do mercado. Do mesmo modo, o ritual da *rough music*, tantas vezes empregados para (re)estabelecer os parâmetros das relações conjugais, poderia ser, em um novo contexto, mobilizado para demonstrar, por exemplo, a desaprovação da comunidade à atitude dos fura-greves. Motim de fome, *rough music*, venda de esposas eram ações atípicas e,

²⁶⁰ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social, p. 243 (Grifos nossos).

²⁶¹ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 249.

²⁶² THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social, p. 238.

²⁶³ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 238 (Grifos nossos).

exatamente por isso, seriam, segundo Thompson, situações privilegiadas para se investigar as “normas surdas” daquela cultura²⁶⁴.

Ainda que visse na tradição marxista, à qual explicitamente se filia²⁶⁵, capacidade de repensar, especialmente por meio de Gramsci e seu conceito de hegemonia, aspectos simbólicos das “formas de dominação e controle da classe dominante”²⁶⁶, Thompson entendia que o intercâmbio com antropologia demandava uma “autocrítica” mais profunda:

se desejo efetuar uma junção não apenas com a “antropologia social” mas também com a antropologia marxista, estou convencido de que *devo abandonar o conceito, curiosamente estático, de “base” e “superestrutura”*, pelo qual, na tradição marxista dominante, a “base” vem identificada com o “econômico”, afirmando uma prioridade heurística das necessidades e comportamentos econômicos diante das normas e sistemas de valores.²⁶⁷

Como sabemos, as críticas thompsonianas ao modelo base/superestrutura remontavam à segunda metade dos anos 1950. Entretanto, o que vemos, agora, é Thompson radicalizando suas posições e propondo o abandono completo do modelo. “Por mais sofisticada que seja a ideia, por mais sutil que tenha sido seu emprego nas mais várias ocasiões, a analogia ‘base e superestrutura’ é radicalmente inadequada. Não tem conserto. Está dotada de uma inerente tendência ao reducionismo e ao determinismo econômico vulgar”²⁶⁸. Uma alternativa ao modelo, entretanto, estaria disponível na própria obra de Marx:

devemos nos recordar que, em outras ocasiões, ele [Marx] lançou mão de analogias bem diversas [da de base/superestrutura] para o processo histórico. Nos *Grundrisse*, ele escreveu: “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas relações que atribuem posição e influência a qualquer outra produção e suas relações. É uma iluminação geral, em que são imersas todas as cores e que modifica suas tonalidades particulares. É um éter especial a definir a gravidade específica de tudo o que de se destaca”.

No lugar da noção de primazia do “econômico” (mais “real” – com que as normas e a cultura são vistas como reflexos secundários –, o que *essa passagem enfatiza é a simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social*. Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subsequentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história. Estou colocando em questão – e os marxistas se quiserem abrir o diálogo honesto com os antropólogos, *devem* colocar em questão – a ideia de ser possível descrever um modo de produção em termos “econômicos” pondo de lado, como secundárias (menos “reais”), as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção.²⁶⁹

²⁶⁴ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 235.

²⁶⁵ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 252-253.

²⁶⁶ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 239.

²⁶⁷ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 252-253 (Grifos nossos).

²⁶⁸ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 256.

²⁶⁹ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 253-254 (Grifos nossos).

Ao localizar nos escritos de Marx uma nova “metáfora” para o processo histórico, notamos a evidente intenção de Thompson em permanecer no interior do que ele chama de “tradição marxista”. Contudo, sua proposição da “simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em *todos* os sistemas e áreas da vida social” implicava, também, rupturas com a “tradição”, demandando, por exemplo, importantes redefinições no que tange às relações entre o “ser social” e a “consciência social”. Esse movimento exigiria o reconhecimento prévio de que:

Dois erros arraigados na tradição marxista foram confundir o tão importante conceito de modo de produção (no qual as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo) com uma acepção estreita de “econômico” e o de, identicamente confundir as instituições, a ideologia e a cultura faccionária de uma classe com *toda* cultura e “moralidade”. Há modos pelos quais sua cultura e instituições podem ser proveitosamente examinadas como “superestruturas”, mas *esse método de análise se torna muito menos atrativo quando nos voltamos para a cultura, as normas e os rituais do povo sobre quem aquelas classes exerciam seu domínio, pois são comumente tidos como intrínsecos ao modo de produção em si, à reprodução tanto da vida mesma quanto dos meios materiais da vida.*²⁷⁰

Superada a noção estreita de “econômico” e indicada a possibilidade das classes se envolverem em dinâmicas culturais particulares, devido às maneiras específicas com que se relacionam com a reprodução da vida e dos meios materiais da vida, Thompson poderia sugerir diversas modalidades de interação entre o “ser social” e a “consciência social”:

A pressão do ser social sobre a consciência social se revela, agora, não tanto por meio da clivagem horizontal base e superestrutura, mas por meio de a) *congruências*, b) *contradição*, c) *mudança involuntária*. Por congruências, entendo as regras “necessárias”, as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas *vivem* relações produtivas particulares. (...) Por contradição quero dizer, primeiro, o conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local e ocupacional daqueles da sociedade “envolvente”. Em segundo lugar, conflito são as maneiras pelas quais o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna uma experiência vivida, dando origem à manifestação de valores antagonistas e a uma ampla crítica do “senso comum” do poder. Por mudança involuntária me refiro às mudanças ulteriores na tecnologia, demografia e por aí vai (a “vida material”, segundo Braudel: novas rotas comerciais, a descoberta de novas reservas de ouro, mudanças na incidência de epidemias, novas invenções mecânicas), cujas involuntárias repercussões afetam o modo de produção em si, alterando, perceptivelmente, o equilíbrio das relações produtivas.²⁷¹

A “analogia” sustentada por Thompson permitia-lhe afirmar, muito pouco ortodoxamente, que “a determinação em ‘última instância’ pode abrir seu caminho

²⁷⁰ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 259 (Grifos nossos).

²⁷¹ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 262.

igualmente tanto por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção muda, é a *experiência* de homens e mulheres existentes”²⁷². Com mais exatidão, é possível apontarmos que, em diversas passagens do texto, Thompson indica que é a luta de classes que se destaca como fator determinante das configurações assumidas pelos fenômenos sociais:

a consequência da reestruturação das *relações* de poder, das formas de dominação e da organização social *tem sempre sido um desdobramento do conflito*. A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas *o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma*. Isso significa *que a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas*.²⁷³

Visto que, para Thompson, forma e dinâmica da luta de classes são sempre imprevisíveis e específicas, os processos de transformação social só poderiam ser compreendidos por meio de investigação histórica. De maneira implícita, tais proposições já estavam presentes em *The Making*, quando, invertendo a ideia de que a industrialização “se teria imposto a capitalistas e trabalhadores”, Thompson demonstrava que “a grande indústria moderna é um resultado (histórico) da luta de classes”: a industrialização “seria o resultado de um processo histórico real, como todo processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois, por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal”²⁷⁴.

Somente quinze anos depois de *The Making*, a preeminência explicativa da luta de classes – aquilo que Kaye denominou como “teoria da determinação de classe” – receberia de Thompson um tratamento teórico mais explícito e detalhado no artigo *Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Cass?*²⁷⁵. Nesse texto, baseando-se em seu acúmulo de pesquisas sobre a sociedade inglesa do século XVIII, Thompson mostrava-se interessado nas “implicações teóricas desta formação histórica em particular para o estudo da luta de classes”²⁷⁶. Mais uma vez, as reflexões do historiador inglês pautavam-se, também, por um debate teórico/político contemporâneo em que ele procurava se posicionar. Segundo sua avaliação:

²⁷² THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 260.

²⁷³ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, p. 263 (Grifos nossos).

²⁷⁴ SILVA, Sérgio. “Thompson, Marx, os marxistas e os outros”, p. 64.

²⁷⁵ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?” In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 2.ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984 (1979). Esta tradução espanhola é feita a partir de THOMPSON, E. P. “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Cass?”. *Social History*, v. 3, n. 2, 1978.

²⁷⁶ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 30.

ha quedado claro *en años recientes que clase como categoría estática ha ocupado también sectores muy influyentes del pensamiento marxista*. En términos económicos vulgares, esto es sencillamente el gemelo de la teoría sociológica positivista. *De un modelo estático de relaciones de producción capitalista se derivan las clases que tienen que corresponder al mismo, y la conciencia que corresponde a las clases y sus posiciones relativas*. En una de sus formas (generalmente leninista), bastante extendida, *esto proporciona una fácil justificación para la política de “sustitución”*: es decir, la “vanguardia” que sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses (y conciencia) de ésta. Si ocurriera que “ésta” no tuviera conciencia alguna, sea lo que fuere lo que tenga, es una “falsa conciencia”. *En una forma alternativa (mucho más sofisticada) – por ejemplo, en Althusser – todavía encontramos una categoría profundamente estática*; una categoría que sólo halla su definición dentro de una totalidad estructural altamente teorizada, que desestima el verdadero proceso *experimental* histórico de la formación de las clases. *A pesar de la sofisticación de esta teoría, los resultados son muy similares a la versión vulgar económica*. Ambas tienen una noción parecida de “falsa conciencia” o “ideología”, aunque la teoría althusseriana tiende a tener un arsenal teórico mayor para explicar el dominio ideológico y la mistificación de la conciencia.²⁷⁷

Diante desse quadro, o historiador inglês, reiterava o que, como conclusões de sua pesquisa, apresentara no prefácio de *The Making*: classe é processo e relação. Todavia, agora, após anos de investigações sobre o século XVIII, Thompson propunha, também, a relevância do uso de classe como categoria histórica “heurística”:

Si volvemos a la clase como categoría histórica, es posible ver que los historiadores pueden emplear el concepto en dos sentidos diferentes: *a)* referido a un contenido histórico real correspondiente, empíricamente observable [que “surge del marco de la sociedad industrial capitalista del siglo XIX. Esto es, clase según su uso moderno sólo fue asequible al sistema cognoscitivo de las gentes que vivían en dicha época”]; *b)* como categoría heurística o analítica para organizar la evidencia histórica, con una correspondencia mucho menos directa. En mi opinión, el concepto puede utilizarse con propiedad en ambos sentidos; no obstante, surge a menudo la confusión cuando nos trasladamos de uno al otro.²⁷⁸

O uso de classe como categoria histórica “heurística” deveria ser cercado de cuidados. O historiador, evitando o anacronismo, não deveria procurar “ler retrospectivamente”, em sociedades distintas da capitalista industrial, “notações subsequentes de classe”²⁷⁹. Concordando com Hobsbawm, Thompson argumenta que, apesar dos problemas metodológicos, o uso da noção se justificaria por permitir organizar e compreender evidências, que, de outro modo, permaneceriam inexplicáveis²⁸⁰. Indo além das conclusões de seu (ex)-camarada de “Grupo”, Thompson acrescenta que:

²⁷⁷ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 35 (Grifos nossos).

²⁷⁸ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 36.

²⁷⁹ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 36-37.

²⁸⁰ Em nota à sua proposição, Thompson remete a HOBBSWAM, E. J. “Class Consciousness in History”. In: MESZAROS, Istvan (ed.). *Aspects of History and Class Consciousness*. London (UK): Routledge and Kegan Paul, 1971.

clase, en su uso heurístico es inseparable de la noción de “lucha de clases”. En mi opinión, se ha prestado una atención teórica excesiva (grande parte de la misma claramente ahistórica) a “clase” y demasiado poca a “lucha de clases”. En realidad, *lucha de clases es un concepto previo así como mucho más universal*. Para expresar-lo claramente: las clases no existen como entidades separadas, que miran en derredor, encuentran una clase enemiga y empiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, en relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones y en el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como consciencia de clase. *La clase y la consciencia de clase son siempre las últimas, nos las primeras, fases del proceso real histórico*. Pero, si empleamos la categoría estática de clase, o si obtenemos nuestro concepto del modelo teórico previo de una totalidad estructural, no lo creemos así: creemos que la clase está instantáneamente presente (derivada, como una proyección geométrica, de las relaciones de producción) y *de ello* la lucha de clase. (...) Todo este escuálido confucionismo que nos rodea (bien sea positivismo sociológico o idealismo marxista-estructuralista) es consecuencia del error previo: que las clases existen, independientemente de relaciones y luchas históricas, y que luchan *porque* existen, en lugar de surgir su existencia de la lucha.²⁸¹

Como se vê, para Thompson, a formação de classe, que resulta da luta de classes, não é um processo independente de “determinantes objetivos”. Relações de produção específicas são cruciais na estruturação da sociedade de “modos determinados”, no interior dos quais, as pessoas experimentam exploração (“econômica, militar”²⁸²) ou “a necessidade de manter o poder sobre os explorados”. Em torno desse antagonismo, desencadeia-se o processo de luta que levará os grupos em confronto a se constituírem em formações históricas bastante diversas. “As classes, em seu acontecer dentro das sociedades industriais capitalistas do século XIX, e ao deixar sua marca na categoria heurística de classe, *não podem de fato reclamar universalidade*”²⁸³. O resultado do processo é sempre imprevisível:

²⁸¹ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 37-38 (Grifos nossos).

²⁸² THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 38 (nota 36). Como bem esclarece Ellen M. Wood, “(...) the formula ‘class struggle without class’, which Thompson tentatively proposes to describe English society in the eighteenth century, is intended precisely to convey the effects of class-structured social relations upon agents without class consciousness and as a precondition to conscious class formations. Class struggle therefore precedes class, both in the sense that class formations *presuppose* an experience of conflict and struggle arising out of production relations, and in the sense that there are conflicts and struggles structured ‘in class ways’ even in social formations which do not yet have class-conscious class formations. (...) they [“objective relations of production”] matter in different ways in different historical contexts and only produce class *formations* as a result of historical processes. The point is to have a conception of class that turns our attention to precisely *how*, and in what different modes, *objective class situations* matter. (...) If Thompson effectively distinguishes between class *situations* and class *formations*, it is perhaps because, unlike those who equate class with production relations, he finds it necessary to distinguish between the *conditions* of class and class itself.” Cf. “The politics of theory and the concept of class: E. P. Thompson and his critics”. *Studies in Political Economy*, n. 9, 1982, p. 51.

²⁸³ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 39 (Grifos nossos).

no hay examen de determinantes objetivos (y desde luego, modelo teórico detenido por él) que pueda ofrecer una clase o conciencia de clase en una ecuación simple. Las clases acaecen al *vivir* los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al *experimentar* sus situaciones determinantes, dentro “del conjunto de relacionales sociales”, con una cultura y unas expectativas heredadas. De modo que, *al final, ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la “verdadera” formación de clase en una determinada “etapa” del proceso*. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define a sí misma en su efectivo acontecer.²⁸⁴

Em que pese os importantes matizes e redefinições apresentados por Thompson, o uso do termo “luta de classes”, quando aplicado a outras sociedades que não as capitalistas industriais, parecia deixar algum espaço para a ideia da existência de formações históricas idênticas às classes sociais do século XIX. Por isso, Thompson evitou, muitas vezes, os termos “classe” e “luta de classes” para se referir a “patrícios” (a *gentry* e a aristocracia) e “plebeus” (trabalhadores pobres, pequenos proprietários etc.), polos em torno dos quais se organizou o principal antagonismo da sociedade inglesa do século XVIII. É exatamente a caracterização dos elementos constitutivos e das formas assumidas por esse conflito que ocupará o maior espaço de *Eighteenth-Century*. Nesse sentido, segundo Thompson, o texto estaria bastante ligado às discussões que esboçara, em 1974, em *Patrician society, plebeian culture*²⁸⁵. Como já sabemos, em 1991, grande parte dos dois artigos foi reunida e desenvolvida por Thompson, em *Customs in Common*, nos capítulos *Introduction: Custom and Culture* e *The Patricians and The Plebs*, que veremos mais adiante.

Além das noções de “classe” e “luta de classes”, em *Eighteenth-Century*, Thompson, no intento de ajustar seu aparato teórico para compreender a sociedade inglesa do século XVIII, persistia na reelaboração de importantes aspectos dos conceitos de “paternalismo”, “hegemonia” e “cultura plebeia”. Ao longo dos anos 1970, Thompson realizaria diversos esforços nessa direção, valendo-se, inclusive, de importantes diálogos com historiadores estadunidenses da escravidão²⁸⁶, em especial Eugene Genovese²⁸⁷. Os refinamentos conceituais buscados por Thompson inseriam-se

²⁸⁴ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 39 (Grifos nossos).

²⁸⁵ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 13.

²⁸⁶ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 13 (nota 1).

²⁸⁷ Trabalhando em paralelo ou influenciando-se mutuamente, Thompson e Genovese produziram obras com diversos pontos de contato. Como lembra Richard Johnson: “Thus *Roll Jordan Roll* [1974] (surely to date Genovese’s masterpiece) is a kind of *Making* of the black nation, very clearly influenced by Thompson’s early work, with the same epic scope, the same emotional commitment to its main object — the culture of the slaves — and, as we shall see, the same theoretical and epistemological position. On the other hand, Edward Thompson’s later work — his sustained critique of received notions of eighteenth-century society and politics, and his exploration of the relations of ‘symbolic violence’ — seems to owe something to Genovese’s early discovery and use of Gramscian concepts in understanding the relations of

no objetivo mais amplo e complexo de elaborar uma “descrição holística” da sociedade inglesa do século XVIII. Afinal, “em uma sociedade qualquer dada não podemos entender as partes a menos que entendamos sua função e seu papel em sua relação mútua e em sua relação com o total”²⁸⁸. Assim, *Eighteenth-century* é mais um movimento thompsoniano para montar um único quebra-cabeça da sociedade inglesa do século XVIII com as várias peças que vinha (re)constituindo desde fins dos anos 1960. Entretanto, como o próprio Thompson reconhece, o texto era mais um amálgama de diversas reflexões que um artigo coerente²⁸⁹.

Retomando a tese que já sustentara em *Patrician Society, Plebeian Culture*, Thompson entendia que o elemento central para se compreender a sociedade inglesa do século XVIII era o particular equilíbrio que se estabelecera entre “*gentry*” e a “multidão”. Este se assentaria no “receio da *gentry* em relação ao Estado, a debilidade dos órgãos deste e a especial herança legal”. Para manter uma monarquia limitada e um Estado enfraquecido no plano interno, a aristocracia e a *gentry* pagavam o preço da “licenciosidade” da multidão. Este era o contexto decisivo da reciprocidade de relações entre governantes e governados²⁹⁰. Ignorar isso e, simplesmente, caracterizar a sociedade inglesa do século XVIII como paternalista, termo dotado de limitada especificidade histórica, pouco contribuía para diferenciá-la de outras formações sociais, o que Thompson, ironicamente, deixa evidente ao comparar duas descrições quase idênticas sobre grandes proprietários de terras do século XVIII: uma de donos de escravos na América portuguesa e a outra da *gentry* inglesa²⁹¹:

Podemos denominar una concentración de autoridad económica y cultural “paternalismo” si así lo deseamos. Pero, si admitimos el término, debemos también admitir que es demasiado amplio para un análisis discriminatorio. Nos dice muy poco sobre la naturaleza del poder y el Estado, sobre formas de propiedad, sobre la ideología y la cultura, y es incluso demasiado romo para distinguir entre modos de explotación, entre la mano de obra servil y libre.²⁹²

Para apreender as formas específicas do conflito social na sociedade inglesa do século XVIII, os historiadores deveriam revestir de ambiguidade dialética importantes

masters to slaves. ‘Hegemony’, in the shape of the slaveholder’s ‘paternalism’, is the main organising idea of *Roll Jordan Roll*, but is important in Genovese’s history as early as *The Political Economy of Slavery* [1965]. The same conception, also in the form of a (gentry) paternalism, is present in Thompson’s work from ‘The Moral Economy of the Eighteenth-Century Crowd’ [1971] onwards.” Cf. JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 82.

²⁸⁸ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 13-14.

²⁸⁹ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 30 (nota 1).

²⁹⁰ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 32.

²⁹¹ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 16-17.

²⁹² THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 17.

categorias a partir das quais os próprios agentes se pensavam. O paternalismo, por exemplo, deveria ser visto como uma “relação mutuamente admitida”²⁹³ em que tanto a *gentry* quanto a multidão atuavam como polos ativos: “o que é (visto de cima) um ‘ato de concessão’, é (visto de baixo) um ‘ato de conquistar’”²⁹⁴. Assim, quando se reconhece a hegemonia cultural da *gentry*, isso:

*no supone la admisión por parte de los pobres del paternalismo en los propios términos de la gentry o en la imagen ratificada que ésta tenía de sí misma. Es posible que los pobres estuvieran dispuestos a premiar con su deferencia a la gentry, pero sólo a un cierto precio. El precio era sustancial. Y la deferencia estaba a menudo privada de toda ilusión: desde abajo podía considerarse en parte necesaria para la auto conservación, en parte como la extracción calculada de todo lo que pudiera extraerse. Visto desde esta perspectiva, los pobres impusieron a los ricos ciertos deberes y funciones paternalistas tanto como se les imponía a ellos la deferencia. Ambas partes de la ecuación estaban restringidas a un mismo campo de fuerza.*²⁹⁵

A hegemonia cultural exercida pela *gentry* poderia definir os “limites externos do que era política e socialmente praticável e, por isso, influir sobre as formas do praticado”, mas, no interior das linhas desse traçado, “poderiam montar-se muitas distintas cenas e se desenvolver dramas diversos”²⁹⁶ (de resistência – e até oposição – ou de acomodação). Assim como Eugene Genovese sustentava, desde a primeira metade dos anos 1970, em seus estudos sobre a escravidão estadunidense, Thompson entendia que hegemonia implicava luta de classes e não teria nenhum sentido sem esta. A noção de hegemonia seria importante, exatamente, para se definir o conteúdo histórico da luta de classes em contextos de aparente consenso²⁹⁷. “Seja o que fosse essa hegemonia, não envolvia as vidas pobres e não lhes impedia de defender seus próprios modos de trabalho e descanso, criar seus próprios ritos, suas próprios satisfações e visão de vida”²⁹⁸. Por tudo isso:

El concepto de hegemonía es inmensamente valioso, y sin él no sabríamos entender la estructuración de relaciones del siglo XVIII. Pero *mientras que esta hegemonía cultural pudo definir los límites de lo posible, e inhibir el desarrollo de horizontes y expectativas alternativos, este proceso no tiene nada de determinado o automático*. Una hegemonía tal sólo puede ser mantenida por los gobernantes mediante un constante y diestro ejercicio, de teatro y concesión. En segundo lugar, la hegemonía, incluso cuando se impone con fortuna,

²⁹³ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 17-18.

²⁹⁴ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 40.

²⁹⁵ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 58-59 (Grifos nossos).

²⁹⁶ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 59.

²⁹⁷ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 59 (nota 60). De modo geral, Thompson recorre a GENOVESE, Eugene. *The world the slaveholders made*. Nova York, 1969 e GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll*. Nova York, 1974.

²⁹⁸ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 59.

*no impone una visión de la vida totalizadora; más bien impone orejeras que impidan la visión en ciertas direcciones mientras la dejan libre en otras. Puede coexistir (como en efecto lo hizo en la Inglaterra del siglo XVIII) con una cultura del pueblo vigorosa y autoactivante, derivada de sus propias experiencias y recursos. (...) Se sigue que no puedo aceptar la opinión, ampliamente difundida en algunos círculos estructuralistas y marxistas de Europa occidental, de que la hegemonía imponga un dominio total sobre los gobernados – o sobre todos aquellos que no son intelectuales – que alcanza hasta el umbral mismo de su experiencia, e implanta en sus espíritus desde su nacimiento categorías de subordinación de las cuales son incapaces de liberarse y para cuya corrección su experiencia resulta impotente. Pudo ocurrir esto, aquí y allá, pero no en Inglaterra, no en el siglo XVIII.*²⁹⁹

A cultura plebeia, “uma ameaça onipresente às descrições oficiais da realidade” era caracterizada por Thompson como:

establecida por la costumbre, alimentada por experiencias muy distintas de las de la cultura educada, transmitida por tradiciones orales, reproducida por ejemplos (quizás al avanzar el siglo, cada vez más por medios literarios), expresada en símbolos y ritos, y muy distante de la cultura de los que tienen el dominio de Inglaterra.³⁰⁰

Ainda que fosse conservadora em suas formas, uma vez que estas apelavam ao costume e tentavam fortalecer os usos tradicionais, a cultura da plebe, no século XVIII, era, frequentemente, rebelde em seu conteúdo³⁰¹. “A cultura conservadora da plebe resiste, muitas vezes, em nome do ‘costume’, àquelas inovações e racionalizações econômicas (...) que governantes e padrões desejavam impor”³⁰². Adotando para seu próprio uso a retórica da *gentry*³⁰³, apropriando-se seletivamente de costumes de uma antiga ordem paternalista ou reivindicando como costumes práticas bastante recentes³⁰⁴, a plebe conseguia, no interior de um particular equilíbrio, consolidar práticas e valores que “servem a seus próprios interesses”³⁰⁵.

Eighteenth-Century pode ser visto como um importante marco da produção thompsoniana sobre o século XVIII. O artigo assinala tanto o esforço de síntese de uma volumosa produção que se iniciara no fim dos anos 1960 quanto o início de uma interrupção das investigações de Thompson sobre o período, que só seriam consistentemente retomadas na segunda metade dos anos 1980. A extraordinária fecundidade que Thompson demonstrou durante cerca de uma década relacionou-se, em boa medida, com as energias liberadas pelo relativo distanciamento de certas

²⁹⁹ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 60 (Grifos nossos).

³⁰⁰ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 40.

³⁰¹ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 44.

³⁰² THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 45.

³⁰³ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 51.

³⁰⁴ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 45.

³⁰⁵ THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 50.

modalidades de engajamento político e com o fértil ambiente acadêmico que, até 1971, encontrou na Universidade de Warwick. Entretanto, com isso, não devemos imaginar um Thompson alheio à vida pública. Desde o início da década de 1970, em poucas, mas firmes intervenções, o historiador inglês marcaria suas posições em discussões polêmicas, inclusive com importantes repercussões sobre sua vida profissional.

1.7. The Poverty of Theory (1978) e outros debates polêmicos dos anos 1970

No fim dos anos 1960, Thompson e seus colaboradores de Warwick “voltaram as atenções aos estudos sobre o século XVIII inglês, enfocando principalmente as leis e os crimes, *juntos*”³⁰⁶. As publicações resultantes, algumas delas já abordadas neste texto, despertaram imenso interesse acadêmico e impulsionaram, ao longo dos anos 1970, a reconstrução da imagem dominante sobre aquele século da história inglesa. Entretanto, “já em 1968 [Thompson] demonstrava impaciência cada vez maior com as formas pelas quais um cargo com responsabilidades administrativas e de ensino”³⁰⁷ colocavam obstáculos à sua condição de escritor. Tal insatisfação o levou a deixar a universidade no começo dos anos 1970, quando uma greve de estudantes de Warwick e uma grande revolta que se lhe seguiu “apressaram e tornaram-se uma confirmação de sua saída”³⁰⁸.

Durante o movimento grevista, ao ocupar dependências administrativas da instituição, os estudantes encontraram documentos que comprovavam a colaboração de membros da direção universitária e da empresa proprietária da instituição com a Polícia para investigar as atividades políticas de David Montgomery, um pesquisador estadunidense da classe operária, visitante do Centro de Estudos de História Social³⁰⁹. Thompson avaliou o episódio como uma intolerável violação de direitos e procurou denunciá-lo das mais diversas maneiras. Entre os desdobramentos do debate, encontra-se a publicação ainda em 1970, de *Warwick University Ltd: industry, management and the universities*³¹⁰. Nesse trabalho de Thompson com os alunos, expunham-se “as estreitas relações de poder que estabeleciam o vínculo entre o capitalismo e a educação

³⁰⁶ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 137.

³⁰⁷ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 150.

³⁰⁸ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 156.

³⁰⁹ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 152.

³¹⁰ THOMPSON, E. P. (ed.). *Warwick University Ltd: industry, management and the universities*. Harmondsworth: Penguin, 1970.

superior em setores da produção em que havia a fusão entre a ideologia e os princípios da acumulação”³¹¹. Com a saída de Warwick, Thompson não perderia completamente seu vínculo com a universidade, atuando como palestrante, professor visitante ou bolsista em instituições da Europa, da América do Norte e da Índia.

Em 1973, com a publicação de *An open letter to Leszek Kolakowski*³¹², o historiador inglês “marcou sua saída do isolamento, na tentativa de esclarecer que rumos 1956 havia tomado, e de que formas”³¹³. O diálogo proposto ao filósofo polonês, figura de destaque da dissidência comunista no Leste europeu e estreito aliado em 1956, ofereceu a Thompson a ocasião para fazer um balanço do que lhe parecia ser a trajetória da *New Left* até aquele momento. Nesse sentido, ele ressaltava que os dissidentes do PCGB mantiveram-se, mesmo diante das crescentes hostilidades sofridas nos quadros da Guerra Fria, fieis ao comunismo³¹⁴, o qual, ainda acreditava Thompson, teria potencial de renovação a partir das forças democráticas existentes em seu interior (como indicaram a Revolução Húngara e a Primavera de Praga)³¹⁵. Eles teriam, também, permanecido no interior da tradição marxista, revisando-a, contudo, naqueles aspectos que puderam ser utilizados para a justificação do stalinismo³¹⁶. A partir dessa avaliação, o historiador inglês mostrava-se irado com o que entendia ser a adesão de Kolakowski à apostasia. Nesse sentido, o texto nos revela um Thompson, autointitulado “*Old Dissent*”, tomado pelos sentimentos de “injúria e traição”, ao lidar com a dissidência de um companheiro de longa data³¹⁷.

Depois de uma série de perseguições políticas na Polônia, Kolakowski emigrara, em fins dos anos 1960, para a Alemanha e depois para os EUA. Desde então, teria dirigido críticas inespecíficas à esquerda ocidental e às sociedades socialistas do Leste europeu, o que, no contexto ideológico capitalista, era transformado, segundo Thompson, em ataques à toda a esquerda e à qualquer possibilidade de ordem social comunista³¹⁸. Para o historiador inglês, a postura de Kolakowski enfraquecia ainda mais a já frágil posição da “tradição de 1956”. Esta, no mundo britânico, viveria uma situação particularmente difícil, visto que, desde meados dos anos 1960, estaria sendo

³¹¹ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 154.

³¹² THOMPSON, E. P. “An open letter do Leszek Kolakowski”. *Socialist Register*, v. 10, 1973.

³¹³ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 159.

³¹⁴ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*. Trad.: Mario Duayer. (Disponível online em <http://goo.gl/zixu17> desde 2011. Acesso em 08/03/2014), p. 4.

³¹⁵ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*, p. 89-90.

³¹⁶ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*, p. 16.

³¹⁷ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*, p. 9.

³¹⁸ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*, p. 44-45.

marginalizada, também, pelas vertentes marxistas estruturalistas em ascensão (especialmente, a althusseriana), capitaneadas por membros da segunda *New Left*. Em contraposição a teses defendidas por integrantes desta, Thompson reiterou sua visão sobre reformismo/transição para o socialismo e seu entendimento sobre a especificidade/originalidade da tradição marxista britânica. Em relação ao primeiro ponto, o historiador inglês afirmava que:

Não suponho – e isto é importante em vista da atitude desdenhosa, doutrinária e, finalmente, “anti-classe trabalhadora” de alguns sectários marxistas em relação ao “reformismo” – que todas as reformas, sem uma revolução cataclísmica instantânea, estejam seguramente fadadas ao fracasso. Aquelas reformas [conduzidas pelo movimento operário britânico no imediato pós-guerra], se sustentadas e expandidas por uma estratégia socialista agressiva, poderiam ter efetuado um tal cancelamento da lógica do capitalismo que o sistema teria chegado a um ponto de crise – uma crise não de desespero e desintegração, mas uma crise na qual a necessidade de uma transição revolucionária pacífica rumo a uma lógica socialista alternativa se tornaria, a cada dia, mais evidente e mais possível.³¹⁹

No que tange à defesa da tradição marxista britânica dos ataques da segunda *New Left*, que alardeava uma suposta superioridade do marxismo ocidental, Thompson retrucava, provocativamente, que, tirando Marx e Vico, seu “panteão mais íntimo seria um chá provinciano: um encontro de ingleses e anglo-irlandeses”³²⁰. Assim, não surpreende que, diante da pouca receptividade de Kolakowski ao diálogo³²¹ e do fortalecimento dos marxismos estruturalistas entre a esquerda britânica, Thompson tenha se optado pelo recolhimento³²² para trabalhar em uma nova edição de seu *William Morris*³²³. Como fizera em meados dos anos 1950, diante do que entendia ser um quadro de fechamento político e teórico, Thompson retornava a Morris em busca de

³¹⁹ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*, p. 67-68.

³²⁰ “Fale de livre-arbítrio e determinismo, e penso primeiro em Milton. Fale da desumanidade do homem, penso em Swift. Fale de moralidade e revolução, e minha mente se vai com a Solitária de Wordsworth. Fale dos problemas de auto-atividade e trabalho criativo na sociedade socialista, e num instante estou de volta com William Morris – uma abetarda-comum como eu, a quem nunca foi permitido estar na companhia de águias antiquadas mas “respeitáveis” tais como Kautsky ou Plekhanov, Bernstein ou Labriola – embora, dada a oportunidade, ele talvez lhes tivesse dado uma bicada ou duas na barriga.” Cf. THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*, p. 22-23.

³²¹ “I have no personal accounts to settle either with Communist ideology or with the year 1956; this was settled long ago.” Cf. KOLAKOWSKI, Leszek. “My correct views on everything”. *Socialist Register*, v. 11, 1974, p. 1.

³²² Por meio de artigos em jornais, Thompson continuou intervindo em debates que mobilizaram a sociedade britânica nos anos 1970: sistema público de saúde, sistema de júri, direito de greve etc. Esses textos foram reunidos no livro THOMPSON, E. P. *Writing by Candlelight*. London: Merlin, 1980.

³²³ THOMPSON, E. P. *William Morris: romantic to revolutionary*. (rev.) London: Merlin, 1976. A partir dessa edição, foi feita a tradução brasileira THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary – Pós-escrito (1976)*”. Trad.: V. Valdez, T. Blauth e M. S. M. Moraes. In: MÜLLER, Ricardo G. e DUARTE, Adriano L. (orgs.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó, SC: Argos, 2012.

elementos utópicos românticos que pudessem reabilitar o socialismo e enriquecer o marxismo.

A nova edição, publicada em 1976, trazia mudanças significativas, mas foi o pós-escrito adicionado ao livro que atraiu as atenções. Nesse texto, Thompson afirma que, em 1955, apenas vislumbrara, inclusive por sua fidelidade à ortodoxia marxista partidária³²⁴, o que agora lhe era evidente: a grandeza do pensamento de Morris decorria de ele não ter se tornado, pura e simplesmente, um marxista. O poeta socialista vitoriano teria integrado conceitos marxistas críticos e centrais à tradição do romantismo inglês, na qual se formara intelectualmente, produzindo algo original³²⁵. Assim, Morris deveria ser visto menos como um “marxista (conformado)” que um “romântico (transformado)”³²⁶. Tal transformação da tradição romântica não se deveria apenas à influência marxista, mas também a atributos intrínsecos ao romantismo, dos quais Morris teria podido extrair novos desdobramentos e apontar novas direções³²⁷. Sendo assim, a contribuição de Morris (e do romantismo) à crítica do capitalismo e ao projeto do socialismo era inovadora e não simples decorrência do marxismo. Morris trazia “preocupações, ênfase e vocabulário” próprios, complementando o pensamento marxista de fins do século XIX ao enfatizar a crítica moral ao processo capitalista e ao utilitarismo³²⁸:

Na crítica de Morris à sociedade capitalista, não há sentido em se considerar a moralidade como um aspecto secundário e o poder e as relações de produção como aspectos primários. A feiura das relações sociais vitorianas e “as vulgaridades da civilização” não eram “senão a expressão externa da baixeza moral inata à qual somos forçados pela nossa forma atual de sociedade...” Essa baixeza moral era “inata” à sua forma social: “economia” e “moralidade” estavam enredadas no mesmo nexo de relações sociais sistematizadas, e desse nexo deve resultar uma lógica econômica e moral. (...) Depreende-se que a revolta contra essa lógica deve ter um caráter igualmente “econômico” e “moral”.³²⁹

No fim do século XIX, Morris ofereceu a possibilidade de junção do marxismo a uma crítica romântica (transformada) do capitalismo. Entretanto, a tradição marxista, então liderada por Engels, desdenhou a originalidade de Morris. Carente de “autoconsciência moral (e inclusive de vocabulário)”, a “principal tradição do marxismo” teria sido levada “a algo pior do que a confusão”, como se poderia ver nas experiências socialistas contemporâneas. Para Thompson, vinte anos após sua ruptura

³²⁴ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary* – Pós-escrito (1976)”, p. 36-38.

³²⁵ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary* – Pós-escrito (1976)”, p. 51-52.

³²⁶ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary* – Pós-escrito (1976)”, p. 63-64.

³²⁷ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary* – Pós-escrito (1976)”, p. 52-53 e 58.

³²⁸ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary* – Pós-escrito (1976)”, p. 61-62.

³²⁹ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary* – Pós-escrito (1976)” p. 90-91.

com o PCGB, era evidente, portanto, que Morris oferecia à tradição comunista elementos não somente para a crítica do capitalismo do século XIX mas também do socialismo do século XX³³⁰. Na visão do historiador inglês, o stalinismo revelara em que poderia resultar uma “tradição marxista” que descartasse a ênfase romântica à ação humana, à subjetividade e aos valores morais.

Não seria exagero sugerir que Thompson se colocava como uma espécie de herdeiro de Morris em busca da junção que este tentara em fins do século XIX³³¹. Em *The Making*, Thompson já salientara o “fracasso” que fora, no nascedouro do capitalismo industrial, a não junção entre as críticas ao utilitarismo (“à enunciação do Homem Aquisitivo”) elaboradas (em paralelo, mas sem se encontrar) pelo romantismo e pela cultura radical dos artesãos³³². Morris, herdeiro e transformador da tradição romântica em fins do século XIX, buscou um novo tipo de junção, que Thompson tenta reatualizar no século XX. Esta preencheria “ausências” da tradição marxista, agregando não apenas força para a crítica do capitalismo, mas importantes contribuições para a construção de uma nova sociedade. Morris era qualificado por Thompson como “um marxista e um utópico”, epíteto para o qual “não devemos permitir nenhum hífen, nem um sentido de contradição entre os dois termos”³³³. Provavelmente, naquele momento, Thompson não definiria a si mesmo de modo muito diferente.

Com a segunda edição de seu *William Morris*, o historiador inglês reafirmava sua crença na riqueza da tradição marxista “insular”, que, como já vimos, parecia-lhe ter sido continuamente menosprezada, nos últimos dez anos, pela segunda *New Left*. Desse debate indireto, já esboçado em *Whigs and Hunters*, Thompson decidiu passar ao confronto aberto com as vertentes estruturalistas do marxismo, o que fez pela publicação, em novembro de 1978, do ensaio teórico *The Poverty of Theory: or an*

³³⁰ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary – Pós-escrito* (1976)”, p. 63-64.

³³¹ “Pode parecer que, na reavaliação proposta nesse pós-escrito, eu tenha me colocado como mais um ‘reivindicador’ de Morris, na tentativa de encaixá-lo em uma posição thompsoniana idiossincrática. Mas o caso é exatamente o contrário. Morris, em 1955, ‘reivindicou’ a mim.” Cf. THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary – Pós-escrito* (1976)”, p. 99 (Grifos nossos). Enfim, para Thompson seu objetivo principal na relação com Morris não era fazer um “revisionismo” da obra do poeta, mas um “revisionismo” de si mesmo, de sua relação com o marxismo e o comunismo.

³³² “(...) esses anos às vezes mostram não um desafio revolucionário, mas um movimento de resistência, onde tanto os românticos como os artesãos radicais se opunham à enunciação do Homem Aquisitivo. No fracasso em se chegar a um ponto de junção entre as duas tradições, algo se perdeu. O quanto foi, não podemos saber com certeza, pois estamos entre os perdedores.” Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3, p. 440. Para Thompson, somente William Blake esteve à vontade com ambas as culturas e interpretou uma tradição para a outra.

³³³ THOMPSON, E. P. “*William Morris: romantic to revolutionary – Pós-escrito* (1976)”, p. 71-72.

*orrery of errors*³³⁴. Na edição inglesa, o texto que dava título ao livro foi publicado juntamente com outros três: *Outside the Whale* (1960), *The Peculiarities of the English* (1965) e *An Open Letter do Leszek Kolakowski* (1973). Além de uma opção editorial, havia algo mais que os ligava: a defesa da tradição de 1956³³⁵. É desse ponto – e de seus desdobramentos em pesquisas nas duas décadas que se lhe seguiram – que Thompson confrontará a “prática teórica”, isto é, a variante de marxismo estruturalista desenvolvida pelo filósofo francês Louis Althusser e seus seguidores e vista pelo historiador inglês como a maior ameaça à “toda a tradição de análise marxista histórica e política substantivas e o conhecimento que vem proporcionando (ainda que provisório)”³³⁶.

Em *The Poverty*, podemos ver Thompson se posicionando abertamente em relação a outros importantes intelectuais que lhe eram contemporâneos. Assim, indica suas aproximações com Sartre³³⁷, Merleau-Ponty³³⁸, Bourdieu³³⁹ e mesmo com Cornelius Castoriadis, que abandonara o marxismo, mas se mantivera anticapitalista³⁴⁰. Igualmente, registra sua oposição a Foucault – visto como parte de “uma tradição francesa de epistemologia e estruturalismo idealista” e propositor de uma “história como estrutura sem sujeito, e na qual homens e mulheres são obliterados por ideologias”³⁴¹ – e à escola de Frankfurt – especialmente, por sua “acentuada ênfase no peso inelutável dos modos ideológicos de dominação”³⁴². Entretanto, o alvo perseguido por Thompson ao longo do ensaio são os “textos formativos críticos althusserianos”³⁴³: *A favor de Marx e Ler O Capital*³⁴⁴.

³³⁴ THOMPSON, E. P. *The poverty of theory and other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978.

³³⁵ MÜLLER, Ricardo G. “Revistando E. P. Thompson e a ‘Miséria da Teoria’”. *Diálogos*, v. 11, n. 1-2, 2007, p. 98-99.

³³⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 [1978], p. 12. A tradução brasileira é feita a partir de THOMPSON, E. P. *The poverty of theory: or an orrery of errors*. London: Merlin, 1978. Thompson concluiu este texto em fevereiro de 1978.

³³⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 124.

³³⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 193 e 270.

³³⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 193.

³⁴⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 186-187 e 229-230. Para uma síntese das confluências entre Thompson e Castoriadis, cf. ROMANI, Carlo Maurizio. “Experiências compartilhadas e autonomia popular na história social: aproximações entre E. P. Thompson e Castoriadis”. *Projeto História*, n. 48, 2013.

³⁴¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 220.

³⁴² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 205.

³⁴³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 12.

³⁴⁴ ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1965 e ALTHUSSER, Louis (org.). *Lire le Capital*. Paris: Maspero, 1965.

No que diz respeito a muitas de suas proposições fundamentais, *The Poverty* apenas reiterava, sintetizava e desenvolvia afirmações que Thompson já havia apresentado em textos como *The Making*, *The Peculiarities*, *Folklore* e *Eighteenth-Century*. Desse modo, juntamente com algumas novas elaborações conceituais e posicionamentos políticos bastante importantes, o que mais chama a atenção em *The Poverty* é a virulência da retórica thompsoniana, levada ao extremo de qualificar a obra althusseriana de “merda” não histórica³⁴⁵. Contudo, o historiador inglês via-se menos como agressor e mais como defensor de um legado que vinha sendo atacado, há cerca de uma década, por Althusser e seus acólitos³⁴⁶. Avaliava Thompson que “só em nossa época o stalinismo encontrou sua expressão teórica verdadeira, rigorosa e totalmente coerente. É o planetário de Althusser”: “em termos de teoria, [os althusserianos] são stalinistas. São os portadores daquelas ‘razões’ de irracionalidade e desumanidade contra as quais preparamos a agenda de 1956”³⁴⁷.

Na visão de Thompson, portanto, o althusserianismo vinha alargando sua influência entre marxistas ingleses por meio da desqualificação sistemática da tradição de 1956 e do humanismo socialista. A notável difusão do marxismo althusseriano – e, mais amplamente, dos diversos estruturalismos que se multiplicavam a partir dos anos 1960 – estaria relacionada, segundo Thompson, à conjuntura da Guerra Fria, o que ajudaria a explicar, inclusive, as especificidades teóricas do período em relações a outros significativos contextos do século XX:

As experiências das décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial predispueram os espíritos à adoção das premissas e dos termos do evolucionismo; a crise dos anos 1917 e 1936-1946 foi, como todos os momentos revolucionários, propícia às premissas e termos do voluntarismo. A estase sem precedentes e, no mais profundo sentido, o conservantismo histórico (a contínua reprodução de bens materiais e da ideologia, dentro de um circuito aparentemente fechado) inclinou acentuadamente os espíritos contemporâneos para as premissas e termos do estruturalismo.³⁴⁸

A ascensão do althusserianismo estaria relacionada, também, com uma “segregação intelectual e sociológica *de facto* entre a teoria e a prática”³⁴⁹. Desde os anos 1960, os intelectuais socialistas, inclusive participantes da *New Left*, estariam cada

³⁴⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 122.

³⁴⁶ THOMPSON, E. P. “La política de la teoría”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984 [1981], p. 307.

³⁴⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 157.

³⁴⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 87.

³⁴⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 203-204.

vez mais distantes da “experiência de atividade política de massa”³⁵⁰. Essa particular configuração sociológica da condição dos intelectuais somada ao contexto da Guerra Fria estabeleceria os elementos para um novo tipo de elitismo:

Mais uma vez os intelectuais – um grupo escolhido entre eles – receberam a tarefa de iluminar o povo. *Não há traço mais característico dos marxismos ocidentais, nem mais revelador de suas premissas profundamente antidemocráticas.* Seja Escola de Frankfurt ou Althusser, estão marcados pela *acentuada ênfase no peso inelutável dos modos ideológicos de dominação* – dominação que destrói qualquer espaço para a iniciativa ou criatividade da massa do povo – *uma dominação da qual só uma minoria esclarecida de intelectuais pode se libertar.* Sem dúvida, essa predisposição ideológica foi alimentada pelas experiências terríveis do fascismo, da doutrinação da massa pelos meios de comunicação, e do próprio stalinismo. *É, porém, uma triste premissa para a teoria socialista (todos os homens e mulheres, exceto nós, são originalmente estúpidos) e destinada a levar a conclusões pessimistas e autoritárias.* Além disso, ela provavelmente reforçará a falta de inclinação do intelectual para dedicar-se à atividade política prática. Na verdade o proletariado (ideal) pode, nesta ou naquela conjuntura crítica, passar subitamente, como uma falha geológica, a uma postura revolucionária, quando estará pronto a receber os serviços da Teoria. *Até lá, para que o incômodo de tentar comunicar – educar, agitar e organizar – quando a razão é impotente para penetrar a névoa da “ideologia”?*³⁵¹

Nessa passagem, é evidente a preocupação thompsoniana com o que via como desdobramentos políticos implícitos no marxismo althusseriano e em outras vertentes estruturalistas. Entretanto, o confronto político com Althusser deveria se dar em termos teóricos e, para isso, Thompson, em *The Poverty*, identificou e criticou o que lhe pareciam ser as proposições centrais do filósofo francês. Ao longo de todo o texto, Thompson deixa claro que travava seu debate com o althusserianismo não a partir do “marxismo” (isto é, um sistema fechado, uma doutrina), mas a partir da tradição do materialismo histórico – ou, mais especificamente, da “tradição do materialismo histórico e cultural”³⁵² – cujas “hipóteses” foram “apresentadas, entre 1845 e 1848, em *A ideologia alemã, A miséria da filosofia e Manifesto comunista*”³⁵³:

Devo, portanto, declarar inequivocamente que já não posso falar de uma tradição marxista única, comum. Há *duas* tradições, cuja bifurcação e afastamento foram lentos e cuja declaração final de antagonismo irreconciliável foi retardada – como fato histórico – até 1956. A partir de então foi necessário, na política e na teoria, declarar-se fiel a uma, ou outra.

O fosso que se abriu não foi entre diferentes ênfases ao vocabulário de conceitos, entre esta analogia e aquela categoria, mas *entre modos de pensar idealista e materialista, entre o marxismo como um fechamento e como uma tradição, derivada, de investigação e de*

³⁵⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 203-204. Especialmente sobre o caso da Grã-Bretanha, ver páginas 210 e 211.

³⁵¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 205 (Grifos nossos).

³⁵² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 182.

³⁵³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 180. Os adversários de Thompson amparavam-se, de modo geral, em: *O Capital, Grundrisse e Contribuição à crítica da Economia Política*.

crítica abertas. O primeiro é uma tradição de teologia. O segundo é uma tradição de razão ativa. Ambos podem buscar uma certa autorização em Marx, embora o segundo tenha credenciais imensamente melhores quanto à sua linhagem.³⁵⁴

Segundo Thompson, a “rachadura central”, que invalidaria o pensamento de Althusser como um todo, é a confusão que ele opera entre “procedimentos empíricos”/“controles empíricos” e “algo que ele chama de ‘empirismo’”³⁵⁵, o que levaria o filósofo francês à recusa de qualquer instância “extrafilosófica” para a verificação dos “êxitos e fracassos” do conhecimento teórico³⁵⁶. Tal posição epistemológica:

impede que [Althusser] compreenda os dois “diálogos” a partir dos quais se forma nosso conhecimento: primeiro, o diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem à experiência; segundo, o diálogo entre a organização teórica (em toda sua complexidade) da evidência, de um lado, e o caráter determinado de seu objeto, do outro. Em consequência da segunda deficiência, ele não pode compreender (ou deve representar erroneamente) o caráter daqueles procedimentos empíricos que são elaborados, nas diferentes disciplinas, não só para interrogar os “fatos”, como para assegurar que eles respondam não com a voz do interrogador, mas com a sua voz própria. Em consequência da primeira incapacidade, Althusser não pode compreender nem a gênese real, existencial da ideologia, nem as maneiras pelas quais a *práxis* humana contesta essa imposição ideológica e pressiona contra as suas amarras. Como ignora ambos os diálogos, não pode compreender como o conhecimento histórico “acontece” (como experiência), nem os procedimentos de investigação e verificação da disciplina histórica.³⁵⁷

Ao desconsiderar os dois diálogos apontados pelo historiador inglês, Althusser teria concebido a “prática teórica”, “um reducionismo idealista tão vulgar em seu economismo quanto qualquer coisa apresentada antes”³⁵⁸. Assumindo uma correspondência direta entre “modo capitalista de produção” e “capitalismo”³⁵⁹, Althusser nos conduziria ao “conceito explícito da história como um ‘processo sem sujeito’”, expulsando a “ação humana (exceto como ‘apoios’ ou vetores de determinações estruturais ulteriores)”³⁶⁰: assim como em outras extrapolações estruturalistas, a concepção do sujeito como simples função de estruturas levaria ao “terminal comum da não-liberdade”³⁶¹. Tais formulações althusserianas encontrariam,

³⁵⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 208 (Grifos nossos).

³⁵⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 42.

³⁵⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 45.

³⁵⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 42-43 (Grifos nossos).

³⁵⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 173.

³⁵⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 171. Inúmeros críticos de Thompson alegaram que o esforço de Althusser e seus seguidores fora exatamente elaborar a distinção teórica que o historiador inglês nega que tenham feito. Cf. WOOD, Ellen M. “Falling through the cracks: E. P. Thompson and the debate on base and superstructure”. In: KAYE, Harvey and McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990, p. 129.

³⁶⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 92.

³⁶¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 170.

segundo Thompson, respaldo em alguns escritos do próprio Marx. Nos *Grundrisse*, por exemplo:

O capital é uma categoria operativa que cria as leis de seu próprio desenvolvimento, e o capitalismo é o efeito, nas formações sociais, dessas leis. Esse modo de análise deve ser necessariamente anti-histórico, já que a história real só pode ser vista como a expressão de leis ulteriores (...). É um extraordinário modo de pensar, para um materialista, pois o capital tornou-se uma Ideia que se desdobra na história.³⁶²

Entretanto, afirma Thompson, a tradição do materialismo histórico, desenvolvendo as “hipóteses” propostas por Marx, constatou que este tivera:

uma intuição mais profunda, que na verdade *antecedeu* o *Grundrisse*: a de que a *lógica do processo capitalista encontrou expressão dentro de todas as atividades de uma sociedade e exerceu pressão determinante sobre o seu desenvolvimento e forma: dando-nos pois o direito de falarmos do capitalismo, ou de sociedades capitalistas*. Mas esta é uma conclusão muito diferente, uma conclusão criticamente diferente, que nos dá, de um lado, um estruturalismo organicista (em última análise, a Ideia de um capital que se desdobra a si mesmo) e, do outro, um processo histórico real.³⁶³

Desse modo, os interessados em investigar/compreender o “processo histórico real” deveriam atribuir centralidade aos dois “diálogos” negligenciados por Althusser. Em *The Poverty*, Thompson se dedica a caracterizá-los, explicitando e desenvolvendo conceitos que vinham informando sua prática historiográfica desde *The Making*. O mais importante deles – e, também, o mais questionado por seus críticos – era experiência. Esta é, inicialmente, descrita como uma modalidade de conhecimento, uma espécie de saber prático, sempre em ação, oferecendo respostas imediatas diante do devir do ser social:

a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.³⁶⁴

a experiência [longe de ser “um nível muito inferior de mentação”] é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites (...).³⁶⁵

A seguir, Thompson a caracteriza, retomando proposição já apresentada em *The Making*, como instância de mediação entre as pressões do ser social e conceitos/expectativas organizadores. Definição que, logo, tem seu entendimento dificultado, quando o historiador inglês afirma que não devemos supor o “ser social”

³⁶² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 73.

³⁶³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 74 (Grifos nossos).

³⁶⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 15.

³⁶⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 16.

como pura materialidade e a “consciência social” como pura idealidade, o que poderia ser compreendido como indicação de que os dois polos centrais à dialética do materialismo histórico só existem como experiência, que passaria, então, a abarcar os dois termos da relação que ela deveria mediar:

A experiência surge espontaneamente no ser social, *mas não surge sem pensamento*. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e *refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo*. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois *não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se um único dia sem pensamento*. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente (...).³⁶⁶

Prosseguindo em seu esforço para definir a noção que lhe é tão cara, Thompson abre novo campo de contradições ao reconhecer que, paralelamente à estrutura do modo de produção, existem outros sistemas em si mesmos estruturados (parentesco, ideologia etc.). Eles não seriam redutíveis ao modo de produção, mas, como são também experiência e esta “foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe”³⁶⁷, só nos restaria, então, atribuí-los ao modo de produção³⁶⁸:

quanto à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses *sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão* (sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou no Marx de **O Capital**, visa excluir): *parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulso milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico*, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de **classe** peculiares) sua pressão sobre o conjunto.³⁶⁹

Em que pese as dificuldades para esclarecer o conceito de experiência, Thompson nele insistia por não ver outro modo de recuperar, em uma interação na qual o ser é pensado e o pensamento vivido³⁷⁰, o caráter ativo dos sujeitos: “pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essas *experiências* em sua *consciência*

³⁶⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 16 (Grifos nossos).

³⁶⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 189.

³⁶⁸ VITORINO, Artur José Renda. “Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson.” (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998, p. 171-172.

³⁶⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 188-189 (Grifos nossos).

³⁷⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 17.

e sua *cultura*”³⁷¹. Consequentemente, as “maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação”³⁷²: “se voltarmos à ‘experiência’ podemos passar, desse ponto, novamente para uma exploração *aberta* do mundo e de nós mesmos”³⁷³. Assim, segundo Thompson, com o conceito de “experiência histórica”, entrariamos “diretamente nos silêncios reais de Marx”³⁷⁴, sendo um deles a cultura. Enredado pelos termos do embate com a Economia Política ou limitado pelo alcance do conhecimento disponível em sua época, Marx não teria avançado em direções que, agora, mostravam-se imprescindíveis. Recorrendo a elementos do romantismo inglês, que tão bem conhecia, Thompson salienta a necessidade de se admitir que:

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.³⁷⁵

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias.³⁷⁶

toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada “necessidade” há um afeto, ou “vontade”, a caminho de se transformar num “dever” (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores.³⁷⁷

A ênfase conferida por Thompson ao papel ativo dos sujeitos, por meio dos conceitos de “experiência” e “cultura”³⁷⁸, tinha como contrapartida a negação da eficácia e abrangência então atribuídas à ideologia por vertentes estruturalistas do marxismo:

Não estamos dizendo que os valores são independentes da coloração da ideologia (...). Mas supor a partir disso que sejam “impostos” (por um Estado!) como “ideologia”, é equivocarse em relação a todo o processo social e cultural. Essa imposição será sempre tentada, com

³⁷¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 182 (Grifos nossos).

³⁷² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 189.

³⁷³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 185.

³⁷⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 188.

³⁷⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 189.

³⁷⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 194.

³⁷⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 189-190.

³⁷⁸ Como aponta Ellen M. Wood, na visão thompsoniana, “experiência” e “cultura” eram os conceitos que permitiam explicar os meios pelos quais relações de produção poderiam produzir classes. Isso não significava negar as pressões determinantes das relações de produção, mas afirmar que o modo como elas (as pressões) operam é “uma questão histórica, portanto empírica e imediata”. Cf. “Classe como processo e como relação”. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad.: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2015 [1995], p. 90-91.

maior ou menor êxito, mas não pode alcançar nenhum êxito, a menos que exista uma certa *congruência* entre as regras e a visão-de-vida impostas e a questão necessária de viver um determinado modo de produção. Além disso, os valores, tanto quanto as necessidades materiais serão sempre um terreno de *contradição*, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos. (...) Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que estas pessoas são *tão* determinadas (*e não mais*) em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são *tão* “sujeitos” (*e não mais*) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral.³⁷⁹

Se, na defesa acalorada de Thompson da importância da cultura, podemos constatar sua disposição em discordar, se necessário, até de Marx, é importante ressaltar que *The Poverty* é, essencialmente, um livro para salvaguardar a “tradição do materialismo histórico” e afirmar o pertencimento thompsoniano a ela. Isso é especialmente visível na descrição que o historiador inglês realiza da história tanto como processo quanto como disciplina. Antes que totalidade estruturada, a história deveria ser entendida como processo estruturado, acentuando-se, desse modo, o aspecto dinâmico e o espaço para a ação humana (“prática humana não dominada”³⁸⁰):

A diferença entre “jogar” um jogo e ser jogado ilustra a diferença entre *a estruturação dos acontecimentos históricos governada por regras* (dentro da qual homens e mulheres continuam como sujeitos de sua própria história) e o *estruturalismo*.³⁸¹

É evidente que, quando dizemos não ser a história apenas processo, mas *processo com regularidades e formas inteligíveis*, a mente tem dificuldade em resistir à conclusão de que a história deve, portanto, ser *programada* de alguma maneira (...).³⁸²

O entendimento da história como processo estruturado só era possível a partir da insistência de Thompson em sua concepção reelaborada do conceito de determinação: “daí a importância – como Williams, eu e outros vimos insistindo há anos (...) de definir ‘determinar’ em seus sentidos de ‘estabelecer limites’ e ‘exercer pressões’, e definir ‘leis de movimento’ como ‘lógica do processo’”³⁸³. Tal redefinição conceitual, por sua vez, permitiria a Thompson reiterar que “as formações de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolvem num processo inacabado de *relação* – de luta com outras classes – no tempo”³⁸⁴.

³⁷⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 194.

³⁸⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 117.

³⁸¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 170 (Grifos nossos).

³⁸² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 102 (Grifos nossos).

³⁸³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 176-177.

³⁸⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 121.

Em *The Poverty*, a centralidade da luta de classes, já sustentada por Thompson em *Eighteenth-Century*, adquire um significado ainda maior, sendo identificada com o próprio processo histórico:

nunca nos agradou muito a analogia da luta de classes como motor da história. É que ela supõe duas entidades distintas: “história”, que é inerte, uma intrincada composição de peças; e um “motor” (luta de classes) que é colocado *nela*, e movimenta essas peças, ou as coloca em movimento. (...) *Mas a luta de classes é o processo (ou parte dele) e as classes em luta são o corpo (ou parte dele). Vista sob esse aspecto, a história é o seu próprio motor.*³⁸⁵

Na busca do entendimento de um processo com tais características, a História – que não deveria ser designada como ciência, mas como “Humanidade disciplinada”³⁸⁶ – deveria ser compreendida como um “conhecimento teoricamente informado” uma vez que:

é excepcionalmente difícil verbalizar, como “teoria”, a história como processo; e, em particular, nenhuma analogia com estruturas orgânicas ou mecânicas, e *nenhuma reconstrução estrutural estática, pode dar conta da lógica do processo histórico indeterminado, um processo que permanece sujeito a certas pressões. Em última análise, a lógica do processo só pode ser descrita em termos de análise histórica (...).*³⁸⁷

A construção da análise histórica se daria por meio de uma interação incessante entre teoria e evidências, sendo que as próprias categorias constitutivas da teoria seriam históricas. Afinal, entre o conhecimento histórico e a história “real” se estabeleceria “uma relação da apropriação ativa por uma parte (pensamento) da outra parte (atributos seletivos do real), e essa relação pode ocorrer *não em quaisquer termos que o pensamento prescreva*, mas de maneiras que são determinadas pelas propriedades do objeto real”³⁸⁸. Esse diálogo contínuo seria o procedimento disciplinar da História, seu “próprio discurso de demonstração”, o que Thompson denomina de “lógica histórica”³⁸⁹:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o

³⁸⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 123 (Grifos nossos).

³⁸⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 49-50 e 220 (nota 36).

³⁸⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 97 (Grifos nossos).

³⁸⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 26.

³⁸⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 48.

interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. (...) essa lógica não se revela involuntariamente; que a disciplina exige um preparo árduo; e que três mil anos de prática nos ensinaram alguma coisa. *É dizer que é essa lógica que constitui o tribunal de recursos final da disciplina: não – por favor, notem – a “evidência” por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira.*³⁹⁰

A “lógica histórica” constituiria um conjunto de premissas epistemológicas que serviria às distintas “ordenações interpretativas da evidência histórica”, incluindo o materialismo histórico, que somente se diferenciaria “por suas categorias, suas hipóteses características e procedimentos consequentes, e no reconhecido parentesco intelectual entre estas e os conceitos desenvolvidos pelos praticantes marxistas em outras disciplinas”³⁹¹. A partir da “lógica histórica”, se produziria um conhecimento incompleto, seletivo, limitado e definido pelas perguntas feitas às evidências (e os conceitos que informam essas perguntas). Tais características não invalidariam esse saber, apenas estabeleceriam o campo dentro do qual ele seria verdadeiro³⁹².

Com sua argumentação sobre a “lógica histórica”, Thompson procurava, ao contrário do que Althusser teria feito, reestabelecer as diferenças entre “controles empíricos” (que seriam indispensáveis à produção de conhecimento histórico) e “empirismo” (ideologia), negando o que via como teorismo idealista do filósofo francês. Em seu percurso, Thompson acabou por revelar como praticava o ofício de historiador e como se apropriava do materialismo histórico, produzindo um texto de grande importância aos interessados em compreender sua obra.

Tanto pela variedade, abrangência e complexidade dos temas tratados quanto pelo tom polêmico, *The Poverty*, proposto como uma intervenção política em termos teóricos, desencadeou, imediatamente, discussões acaloradas, dominando o debate intelectual na esquerda inglesa durante mais de um ano³⁹³. Um desses embates eletrizantes reuniu, em 1979 na Igreja de St. Paul em Oxford, Thompson, Richard Johnson e Stuart Hall. De modo geral, no mesmo tom duro e polêmico do ensaio, o historiador inglês reiterou suas posições nas respostas a seus críticos. Entretanto, alguns acréscimos importantes, no que tange às noções de cultura e experiência, foram realizados.

³⁹⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 49 (Grifos nossos).

³⁹¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 54.

³⁹² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 49-50.

³⁹³ HALL, Stuart. “En defensa de la teoría”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984 [1981], p. 277.

Assim como já fizera em *The Poverty*³⁹⁴, Thompson enfatiza que: “recuso sem reserva o epíteto de ‘culturalismo’ aplicado à tradição historiográfica marxista da qual se me considera representante”³⁹⁵. Segundo o historiador inglês, já em 1961, em crítica a Raymond Williams, ele declarou que:

*Cada teoría de la cultura debe incluir el concepto de la interacción dialéctica entre cultura y algo que nos es cultura. Debemos suponer que la materia prima de la experiencia vital está en uno de los polos y todas las disciplinas y sistemas humanos e infinitamente complejos, perspicuos y no perspicuos, formalizados en instituciones o dispersos de las maneras menos formales, que “manejan”, transmiten o tergiversan esta materia prima está en otro. Es el proceso activo – que es al mismo tiempo **el proceso a través del cual los hombres hacen su historia** – en lo que estoy insistiendo.*³⁹⁶

Procura lembrar Thompson que, se agora, em fins dos anos 1970, há tentativas de se lhe atribuir o rótulo de culturalista, no início dos anos 1960, atuavam sob tal denominação pesquisadores vinculados, por exemplo, ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Birmingham)³⁹⁷, que criticavam posições de marxistas como ele. Assim, *The Making* foi escrito “não somente durante um período de polêmicas contra o stalinismo e a histórica econômica positivista, *mas também durante um momento de crítica consciente e abundante do culturalismo*”³⁹⁸. Entende Thompson que seu conceito de experiência é uma boa expressão de sua concepção materialista. Por isso, refinando-o, reitera que:

experiencia es exactamente lo que constituye *el empalme entre cultura y no cultura*, la mitad dentro del ser social, la mitad dentro de la conciencia social. Quizás podríamos llamarlas experiencia I – la experiencia vivida – y experiencia II – la experiencia percibida.

Muchos epistemólogos y sociólogos contemporáneos, cuando oyen la palabra “experiencia”, alargan inmediatamente la mano hacia la experiencia II. Esto es, se mueven directamente hacia lo que Marx llamó conciencia social. Luego proceden a demostrar que la experiencia II es un medio muy imperfecto y falsificador, corrompido por intrusiones ideológicas, etcétera.

³⁹⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 230 (nota 168).

³⁹⁵ THOMPSON, E. P. “La política de la teoría”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984 [1981], p. 301.

³⁹⁶ THOMPSON, E. P. “La política de la teoría”, p. 303-304 (Grifos nossos). As críticas a Raymond Williams aparecem originalmente em THOMPSON, E. P. “The long revolution: part 1”. *New Left Review*, n. 9, 1961 e THOMPSON, E. P. “The long revolution: part 2”. *New Left Review*, n. 10, 1961.

³⁹⁷ O referido Centro, dirigido por Richard Hoggart em seus primeiros anos, manteve fortes restrições ao marxismo em seus anos iniciais. Quando Stuart Hall assumiu a direção, em fins dos anos 1960, houve uma guinada em direção ao “marxismo culturalista” numa complexa fusão de “structuralism and humanism, negotiated structure and agency, and drew on semiotics (particularly the version espoused by Roland Barthes), Western Marxist theory (Althusser but especially Gramsci), and British cultural Marxist approaches (Williams and E. P. Thompson).” Cf. DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 64-65 e 163.

³⁹⁸ THOMPSON, E. P. “La política de la teoría”, p. 303-305 (Grifos nossos).

Lo que vemos – y estudiamos – en nuestro labor son acontecimientos repetidos dentro del “ser social” – acontecimientos, de fato, que a menudo son consecuencia de causas materiales que suceden a espaldas de la conciencia o de la intención – que inevitablemente dan y deben dar origen a la experiencia vivida, la experiencia I, que no penetran instantáneamente como “reflejos” en la experiencia II, pero cuya presión sobre la totalidad del campo de la conciencia no puede ser desviado, aplazado, falsificado o suprimido indefinidamente por la ideología).³⁹⁹

As reelaborações do conceito de experiência⁴⁰⁰ e outras respostas de Thompson não pareceram suficientes a seus críticos. Até mesmo apoiadores do historiador inglês chegaram a afirmar que seus pronunciamentos teóricos não esclareciam suas práticas historiográficas e, no limite, contradiziam-nas⁴⁰¹. Não foram poucas as críticas de que Thompson mantinha-se preso às problemáticas de 1956, recusando-se a admitir que o estruturalismo althusseriano, ainda que negasse o humanismo socialista, era, também, uma alternativa inovadora ao reducionismo economicista⁴⁰². Outro ponto insatisfatório era o tratamento dado pelo historiador inglês à ideologia, o qual minimizava os vários modos pelos quais esta infiltrava a experiência. Thompson tenderia a “ver oposição e rebelião nas tradições e nos costumes populares, e o seu relato deixa pouco espaço para os impulsos regressivos da consciência popular ou para a frequência com que essa consciência é invadida por ideias da classe dominante”⁴⁰³.

O historiador inglês não se interessou em levar adiante tais discussões. Pouco tempo após o debate na Igreja de Saint Paul, já era possível constatar que Thompson estava em acelerada rota de afastamento do marxismo⁴⁰⁴. Se, em *The Poverty*, ele ainda demonstrava preocupação em refletir sobre o “comunismo libertário” e um “socialismo que fosse ao mesmo tempo democrático e revolucionário em seus meios, sua estratégia e seus objetivos”⁴⁰⁵, logo depois, verificar-se-ia seu distanciamento de tais temáticas.

³⁹⁹ THOMPSON, E. P. “La política de la teoría”, p. 314 (Grifos nossos).

⁴⁰⁰ Segundo Stuart Middleton, os distintos entendimentos que Thompson apresentou do conceito de experiência variaram de acordo com o adversário (economicistas, culturalistas, empiristas) contra o qual o historiador inglês mobilizava a categoria. No confronto com os economicistas, a experiência – e não a consciência – passaria a ser determinada pelas relações de produção. Na peleja com os culturalistas, experiência designaria fatores objetivos do processo de formação de classe (as transformações nas técnicas de produção e nas relações sociais. Enfim, aquilo que não é cultura). No desafio aos empiristas (econômicos), experiência denotaria um campo de juízos (especialmente, afetivos) dos sujeitos em relação aos processos que vivenciavam (o que ficaria, explícito, por exemplo, na distinção que Thompson opera entre padrão de vida e modo de vida). Cf. MIDDLETON, Stuart. “The concept of ‘experience’ and the Making of the English Working Class, 1924–1963”. *Modern Intellectual History*, n. 13, v. 1, 2016.

⁴⁰¹ WOOD, Ellen M. “Falling through the cracks...”, p. 135.

⁴⁰² WOOD, Ellen M. “Repensar a base e a superestrutura”. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad.: Paulo Cezar Castanheira São Paulo: Boitempo, 2015 [1995], p. 51-54.

⁴⁰³ WOOD, Ellen Meiksins. “Repensar a base e a superestrutura”, p. 68.

⁴⁰⁴ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 165 e 169.

⁴⁰⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 210.

Para essa rápida mudança de postura de Thompson, contribuíam tanto seu enfraquecimento com o marxismo enquanto teoria quanto sua avaliação de que, diante do recrudescimento da Guerra Fria, as urgências da luta política no presente demandavam outro tipo de concepção e intervenção. Durante a próxima década, Thompson se lançaria à causa pacifista, transformando a questão do desarmamento nuclear em uma das frentes para “reafirmar os direitos democráticos, deter as incursões do Estado nas capas do segredo e de atos clandestinos, que pervertiam a tradição de justiça popular, e tornar a cultivar a Árvore da Liberdade, há muito obscurecida pela Árvore do Dinheiro”⁴⁰⁶.

O jornalismo de Thompson dos anos 70 voltou-se para táticas defensivas, deixando a estratégia mais ampla de transformação socialista em suspenso. Conforme declarou em entrevista realizada em 1979, Thompson acreditava que os horizontes das possibilidades políticas estavam se estreitando, com as últimas décadas do século XX rumando inevitavelmente para o “controle de uma máquina do Estado muito poderosa”.⁴⁰⁷

A partir de fins dos anos 1970, Thompson daria início a uma volumosa produção de escritos sobre o desarmamento nuclear⁴⁰⁸, voltando, inclusive, a publicar na *New Left Review*, o que indicava que antigos desacordos haviam sido superados ou adquirido menos relevância⁴⁰⁹. Rapidamente, o historiador inglês se tornaria membro-fundador END (European Nuclear Disarmament)⁴¹⁰ – no qual assumiria um cargo de vice-presidente – e integrante do Conselho Nacional do CND (Campaign for Nuclear Disarmament). Em 1981, ele já discursaria para multidões de 250.000 pessoas, tornando-se uma das figuras públicas mais conhecidas da Inglaterra⁴¹¹. Em relação à corrida armamentista, diante da qual chegou a ver uma área bastante reduzida para a ação humana⁴¹², Thompson sustentava que a Grã-Bretanha deveria adotar uma posição de neutralidade ativa, não apoiando nenhum dos partidos ideológicos da Guerra Fria. Para Thompson, a política pacifista em que se engajava “tinha como objetivo primordial

⁴⁰⁶ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 165.

⁴⁰⁷ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 167.

⁴⁰⁸ Cf. THOMPSON, E. P. e SMITH, D. (eds.). *Protest and Survive*. Harmondsworth: Penguin, 1980 e MÜLLER, Ricardo G. “Exterminismo em E. P. Thompson: luta de classe e humanismo”. *Projeto História*, n. 48, 2013.

⁴⁰⁹ ANDERSON, Perry. “Diário de uma relação”. *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014, p. 197. Nesse texto, originalmente publicado em 1993, Anderson refere-se ao artigo THOMPSON, E. P. “Notes on exterminism: the last stage of civilization”. *New Left Review*, n. 121, 1980. A revista organizou ainda um debate, em torno do texto de Thompson, que daria origem ao livro THOMPSON, E. P et al. *Exterminism and Cold War*. London: Verso & New Left Books, 1982.

⁴¹⁰ TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKE, T. “E. P. Thompson: a short introduction”. In: *E. P. Thompson and English Radicalism*. Manchester: Manchester University, 2015, p. 12.

⁴¹¹ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 175-176.

⁴¹² DWORKIN, Dennis. “E. P. Thompson: historiador militante...”, p. 103.

quebrar as cadeias ideológicas do compromisso com a Guerra Fria”, o que implicava, inclusive, envolver as “vozes exiladas e encarceradas da dissidência soviética e do Leste Europeu”⁴¹³.

Se lembrarmos que, para Thompson, os estruturalismos – com suas decorrências teóricas e políticas – estavam vinculados ao contexto da Guerra Fria, talvez, não seja exagero afirmar que seu engajamento na luta pacifista pode ser visto, também, como uma maneira de, pela superação da polaridade estabelecida, criar condições mais favoráveis a uma revitalização da esquerda, o que incluía a democratização dos regimes socialistas do Leste europeu⁴¹⁴. No começo dos anos 1990, ele parecia satisfeito com o resultado de suas escolhas: “estou convencido de que o movimento pacifista teve uma contribuição importante na dispersão da Guerra Fria, que descera como uma nuvem de poluição sobre todos os setores da vida política e intelectual”⁴¹⁵.

Somente na segunda metade dos anos 1980, reduzindo o que vinha sendo uma dedicação integral à causa do desarmamento nuclear, Thompson começaria a encontrar algum espaço para retomar sua obra literária⁴¹⁶ e histórica. Seu primeiro objetivo foi viabilizar a publicação, anunciada há mais de uma década, de *Customs in Common*⁴¹⁷.

1.8. *Customs in Common* (1991) e os últimos escritos thompsonianos

O desgaste físico decorrente do intenso engajamento na luta antinuclear e uma sequência de episódios de doença contribuíram para a visível debilidade da saúde de Thompson a partir de fins dos anos 1980⁴¹⁸. Mesmo nessas condições, ele retomou seus estudos sobre o século XVIII, o que não ocorreu sem hesitações. Em 1988, por exemplo, convidado para atuar como professor visitante da Universidade de Queen, no Canadá, sentiu “certa insegurança em relação aos seus conhecimentos sobre história social, industrial, econômica e demográfica do século XVIII, decidindo que teria de

⁴¹³ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 184.

⁴¹⁴ SOPER, Kate. “Thompson and socialist humanism”. In: TAYLOR, R. and FIELDHOUSE, R. (eds.). *E. P. Thompson and English Radicalism*. Manchester: Manchester University, 2015, p. 134-135. Em 1985, em evento, realizado em Nova York, o historiador inglês não hesitou em afirmar que: “Si somos capaces de desestructurar la guerra fría, puede llegar una nueva época de ideas, como en las décadas de 1790 y 1640”. Cf. THOMPSON, E. P. “Agenda para una historia radical”. In: *Agenda para una historia radical*. Trad. Elena Grau. Barcelona: Crítica, 2000, p. 13.

⁴¹⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991], p. 9.

⁴¹⁶ Na segunda metade dos anos 1980, Thompson escreveu dois longos poemas (*Power and Names* e *The place called choice*) e o romance *The Sykaos Papers*.

⁴¹⁷ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 192-193.

⁴¹⁸ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 199.

declinar do curso de graduação sobre ‘*Costumes em Comum*’⁴¹⁹ e optaria por se concentrar apenas na década de 1790.

Em 1991, Thompson finalmente publicaria o livro que já anunciava desde meados dos anos 1970, *Customs in Common*⁴²⁰, composto por oito capítulos. Três deles são basicamente republicações de artigos já conhecidos: *The moral economy*, *Time, work-discipline* e *Rough Music*. Em resposta aos críticos, Thompson apresentou uma original discussão historiográfica em *The moral economy reviewed*. Ainda que retomasse reflexões anteriores, o texto *Custom, Law and Common Right* também era novo. *The Sale of Wives*, cujas proposições fundamentais já haviam aparecido em *Folklore, Anthropology and Social History*, tornou-se um capítulo independente abundantemente amparado em fontes. As principais teses presentes em *Patrician Society* e *Eighteenth-Century* foram fundidas e desenvolvidas em dois capítulos: *Introduction* e *The Patricians and The Plebs*.

Ao reunir antigos textos de Thompson sobre o século XVIII e agregar novas contribuições do historiador inglês ao tema, permitindo uma visão mais abrangente do período, a importância de *Customs* é inegável. Entretanto, a publicação padecia de diversos problemas em razão do longo período em que estivera “em suspenso” devido à absorvente militância antinuclear de Thompson. Assim, de acordo com Palmer:

A versão final de *Customs in Common* não poderia ser outra coisa que não um anticlímax intelectual. Alguns de seus trechos permaneceram em fase de produção por mais de vinte e cinco anos, e haviam, em versões publicadas anteriormente, aberto os olhos de estudiosos para novas formas de visão (...) ou dado margem a campos de estudo inteiramente novos – como o fez o ensaio acerca da economia moral do povo. Portanto era compreensível, talvez, que a comunidade acadêmica alimentasse a expectativa de que o livro continha essas considerações, em particular, no intuito de oferecer um *tour de force* interpretativo em torno do qual uma concepção inteiramente nova sobre a Inglaterra do século XVIII pudesse emergir. Ao invés disso, *Customs in Common*, pesquisado durante quase três décadas, coligido na esteira de um longo distanciamento dos interesses acadêmicos e retomado em meio às dificuldades do mau estado de saúde, optou por um objetivo mais modesto. Thompson apresenta seus ensaios em uma linguagem lentamente torneada, onde o leitor pode observar e fruir as oscilações do poder no século XVIII, em que novas formas de apropriação e autoridade dos aristocratas estão em choque perpétuo com as noções plebeias dos direitos costumeiros, que com efeito, são capazes de se fossilizar em uma determinada cultura, singularmente tradicionais, e face a ataques por parte das elite, rebeldes.⁴²¹

As limitações apontadas por Palmer estão longe de constituir, como ele próprio deixa claro, qualquer desestímulo à leitura de *Customs*. Abordemos, então, os capítulos

⁴¹⁹ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 201.

⁴²⁰ THOMPSON, E. P. *Customs in Common*. London: Merlin, 1991. A tradução brasileira é THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991].

⁴²¹ PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 202-203.

da obra em que há proposições originais ou desenvolvimentos significativos de debates anteriormente suscitados pelo historiador inglês. Começando por *Introduction: Custom and Culture*⁴²², vemos que Thompson esclarece que “todos os estudos reunidos neste livro estão ligados, por caminhos diferentes, ao tema do costume, assim como ele se manifestou na cultura dos trabalhadores no século XVIII e parte do XIX”⁴²³. Tal centralidade relacionava-se à constatação de que, no período indicado, o costume “constituía a retórica da legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado”⁴²⁴. Além de apresentar muitas afinidades com o direito consuetudinário, costume era o termo então empregado para se designar boa parte do que hoje denominamos por cultura⁴²⁵. Analisados em contexto, os costumes da sociedade inglesa do século XVIII revelavam, por uma série de fatores já abordados em outros textos thompsonianos, uma “profunda alienação entre a cultura patricia e a da plebe”⁴²⁶. Nessas condições, “o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”⁴²⁷, o que levava Thompson alertar que:

precisamos ter cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados”. Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sobre uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade, o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.

espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes e valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da

⁴²² THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991].

⁴²³ THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”, p. 13.

⁴²⁴ THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”, p. 17.

⁴²⁵ THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”, p. 14-15.

⁴²⁶ THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”, p. 13.

⁴²⁷ THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”, p. 16. Segundo Alexandre Fortes: “o aspecto central em que a temática da lei e dos direitos está presente em *A formação...*, e que, passando por *Senhores e caçadores* será objeto da reflexão de Thompson até *Customs in common*, é o da constituição e desenvolvimento das noções de justiça entre os dominados, o papel por elas desempenhados na sua vida, na luta por velhos e novos direitos e a relação de tensão e reapropriação a partir daí desencadeada com a ordem jurídico-político estabelecida.” Cf. “O direito na obra de E. P. Thompson”. *História Social*, n. 2, 1995, p. 95.

deferência. Desse modo, assim espero, a “cultura popular” é situada no lugar material que lhe corresponde.⁴²⁸

Mais uma vez, Thompson procurava reiterar e desenvolver sua concepção de cultura como fenômeno dinâmico, conflitivo, relacional e contextual, deixando evidente sua opção, fundada no materialismo histórico, por uma história *social* da cultura. Assim, de pouco serviria adjetivar a cultura plebeia como “popular”, “tradicional” etc. Como tantas vezes já chamara a atenção, a simples análise das formas não asseguraria automaticamente a compreensão do conteúdo e dos significados de uma cultura. Partindo desse pressuposto, Thompson reafirma sua posição de que, por meio de formas conservadoras, a cultura plebeia do século XVIII teria se mostrado, em um contexto específico, rebelde: “a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles se baseiam realmente em reivindicações muito recentes”⁴²⁹. Para compreender melhor essa identidade social ambígua, em que um mesmo indivíduo poderia oscilar entre a deferência e a rebeldia, Thompson recorria à noção gramsciana das duas “consciências teóricas” (a da práxis e a herdada do passado e absorvida acriticamente)⁴³⁰. Se, em seus artigos dos anos 1970, Thompson já mostrava segurança na mobilização de conceitos de Gramsci, em *Customs*, ele evidencia ainda mais confiança, recorrendo ao marxista italiano em diversas ocasiões.

Em *The Patricians and The Plebs*⁴³¹, Thompson retoma e refina as elaborações presentes em *Patrician society* e em *Eighteenth-Century*⁴³². Os matizes argumentativos introduzidos pelo historiador inglês baseavam-se em suas pesquisas ulteriores, em um vasto conhecimento de estudos dos anos 1970 e 1980 (alguns deles ainda nem mesmo publicados) e em maior domínio de alguns referenciais teóricos, como o do já citado Gramsci. O capítulo *The Patricians* pode ser visto como uma espécie de síntese do pensamento de Thompson sobre a sociedade inglesa do século XVIII, oferecendo-nos uma visão global de uma formação social sem recorrer à metáfora base/superestrutura:

⁴²⁸ THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”, p. 17.

⁴²⁹ THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”, p. 19.

⁴³⁰ THOMPSON, E. P. “Introdução: costume e cultura”, p. 19-21. Nas considerações que faz sobre Gramsci, Thompson recorre, basicamente, a: “Antonio Gramsci, *Selections from the prison notebooks* (1971); “T. J. Jackson Lears, ‘The concept of cultural hegemony: problems and possibilities’, *American History Review*, 90, 1985”.

⁴³¹ THOMPSON, E. P. “Patrícios e plebeus”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991].

⁴³² A maior parte dos argumentos presentes em *Eighteenth-Century* e excluídos de *The Patricians* pode ser lida em THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 269-281.

O que tenho tentado mostrar [neste texto], talvez repetitivamente, é que cada elemento dessa sociedade, considerado em separado, pode ter precedentes e sucessores, mas que, considerados em conjunto, formam uma soma que é maior do que a soma de suas partes: é um conjunto estruturado de relações, em que Estado, a lei, a ideologia libertária, as ebulições e as ações diretas da multidão, todos desempenham papéis intrínsecos a esse sistema, e dentro de limites designados por esse sistema, que são, ao mesmo tempo, os limites do que é politicamente “possível”, e num grau extraordinário, os limites do que é também intelectual e culturalmente possível.⁴³³

Thompson procurou, em *The Patricians*, empregar conclusões de seus estudos sobre práticas culturais dos “plebeus”, reafirmando sua caracterização dos diversos processos (econômicos, sociais, culturais, políticos etc.) constitutivos da peculiar relação estabelecida entre a “*gentry*” e os “trabalhadores pobres” e do significado específico assumido pelo “paternalismo” nesse contexto:

Considero essa noção de reciprocidade *gentry*-multidão, de “equilíbrio paternalismo-deferência”, em que os dois lados da equação eram, em certa medida, prisioneiros um do outro, mais proveitosa do que noções de “sociedade de uma só classe”, de consenso ou de uma pluralidade de classes e interesses. O que nos deve interessar é a polarização de interesses antagônicos e a dialética correspondente da cultura.⁴³⁴

Nessa configuração social peculiar, desenvolveu-se, como Thompson já afirmara nos anos 1970, uma forma específica de dominação em que:

o controle da classe dominante no século XVIII se localiza primordialmente numa hegemonia cultural, e só secundariamente numa expressão de poder econômico ou físico (militar). Dizer que era “cultural” não é dizer que fosse imaterial, demasiado frágil para a análise, insubstancial. Definir o controle em termos de hegemonia cultural não é desistir das tentativas de análise, mas se preparar para análise nos pontos em que deve ser feita: nas imagens de poder e autoridade, nas mentalidades populares da subordinação.⁴³⁵

Ao longo de *The Patricians*, Thompson identifica os diversos recursos simbólicos mobilizados pela *gentry* (especialmente a administração da justiça) e pela multidão (motins, ameaças anônimas etc.) em suas lutas. Igualmente, reitera a autonomia e o vigor da cultura plebeia, evidente em rituais como a venda de esposas e a *rough music*, mas lembra que “essa cultura plebeia está aprisionada nos parâmetros da hegemonia da *gentry*: os plebeus nunca deixam de estar cientes desse aprisionamento, conscientes da reciprocidade das relações *gentry*-multidão, alertas aos pontos em que podem exercer pressão em proveito próprio”⁴³⁶.

⁴³³ THOMPSON, E. P. “Patrícios e plebeus”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991], p. 77.

⁴³⁴ THOMPSON, E. P. “Patrícios e plebeus”, p. 68.

⁴³⁵ THOMPSON, E. P. “Patrícios e plebeus”, p. 46.

⁴³⁶ THOMPSON, E. P. “Patrícios e plebeus”, p. 70.

Em *Custom, Law and Common Right*⁴³⁷, Thompson retorna ao tema do costume como território do conflito de classe, lembrando que “na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como a práxis e igualmente como a lei”⁴³⁸. Interessava a Thompson não apenas a interface entre consciência costumeira e os usos do direito comum mas também aquela entre a lei e as ideologias dominantes⁴³⁹. Analisando o processo por meio do qual a “imaginativa economia dos direitos de uso coincidentes” foi suplantada pela noção de “propriedade rural absoluta”, Thompson conclui que, na Inglaterra do século XVIII, no momento dos cercamentos parlamentares, “empregava-se a lei como um instrumento de capitalismo agrário, favorecendo as ‘razões’ do agricultor. Quando se pretexta que a lei era imparcial, derivando as regras de sua própria lógica auto-extrapoladora, temos de replicar que tal pretexto era uma fraude de classe”⁴⁴⁰. A supressão dos direitos de uso coincidentes sobre a terra serviria a um duplo propósito: a liberação da terra para “desenvolvimento” agrícola e a privação dos trabalhadores de meios de subsistência para compeli-los ao trabalho assalariado.

Disputas jurídicas e os riscos da fúria do populacho diante de abusos impunham alguns limites à supressão de costumes⁴⁴¹, entretanto, em fins do século XVIII, “o Parlamento e a lei impuseram definições capitalistas à propriedade rural exclusiva”⁴⁴². Ainda que esse tenha sido vivido como um “momento catastrófico para a cultura dos costumes”, Thompson afirma, como já havia indicado, em 1976, no artigo *The Grid of Inheritance*⁴⁴³, que, há dezenas de anos, na maioria dos vilarejos, os direitos comuns vinham sendo monetarizados e submetidos aos imperativos do mercado. “Os usos do direito comum estavam presos por um fio à árvore da tradição, e muitos já mais do que maduros, prontos para cair”⁴⁴⁴.

Do ponto de vista teórico-metodológico, *Custom, Law and Common Right* propunha uma irônica observação sobre a “tradição marxista”. Chamando a atenção para o fato de que o “conceito de propriedade rural exclusiva” gestado na Inglaterra do

⁴³⁷ THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991].

⁴³⁸ THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”, p. 86.

⁴³⁹ THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”, p. 142.

⁴⁴⁰ THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”, p. 142.

⁴⁴¹ THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”, p. 96.

⁴⁴² THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”, p. 133.

⁴⁴³ THOMPSON, E. P. “The grid of inheritance”. In: THOMPSON, E. P., GOODY, J., THIRSK, J. (eds.). *Family and Inheritance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

⁴⁴⁴ THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”, p. 144.

século XVIII difundira-se pelo mundo por meio das ações colonizadoras britânicas, Thompson nota que:

O conceito foi levado pelo Atlântico até o subcontinente indiano e penetrou no Pacífico Sul por meio dos colonizadores, administradores e advogados britânicos que, embora soubessem da força dos costumes e sistemas fundiários locais, lutavam para interpretá-los segundo sua própria medida de propriedade. *É uma inversão interessante da esperada sequência de reciprocidade entre o “ser social” e a “consciência social”, a qual, na tradição marxista, costumava ser apresentada em termos de “base e superestrutura”.* Sem dúvida, as noções capitalistas dos direitos de propriedade surgiram dos longos processos materiais de mudança agrária, quando o uso da terra se desprende dos imperativos de subsistência e a terra se tornou acessível ao mercado. Mas agora esses conceitos e essa lei (ou a *lex loci* daquela região chamada Inglaterra situada numa ilha europeia) eram transportados e impostos a economias distantes em várias fases de evolução. Agora era a lei (ou a “superestrutura”) que se tornava o instrumento para reorganizar (ou desorganizar) os modos de produção agrários estrangeiros e, às vezes, para revolucionar a base material.⁴⁴⁵

Ao abordar experiências “coloniais” britânicas com o “conceito de propriedade rural exclusiva”, em *Custom, Law and Common Right*, vemos que Thompson apresenta, também, algumas indicações instigantes sobre o que poderíamos denominar de história comparada. Entretanto, é no capítulo *The moral economy reviewed* que ele apresentava reflexões mais sistemáticas em relação a tal tipo de abordagem. Para rebater críticos que insistiam em ver os motins analisados em *The moral economy* como uma resposta simples, direta e única à fome, Thompson explora diversos episódios, especialmente indianos, em que a escassez de alimentos não redundou em revoltas como as por ele estudadas na Inglaterra, dando lugar à inação ou a outros tipos de mobilização, como petições, jejuns, sacrifícios, orações etc⁴⁴⁶. Nesse movimento, Thompson afasta qualquer ideia de uma resposta “natural” à escassez de alimentos. Coerentemente, o historiador inglês também lembrava que:

Os resultados de “A economia moral” não podem ser transpostos a qualquer “mercado camponês”, nem todas as praças de mercado proto-industriais, nem à França revolucionária nos anos II e III, nem à Madrastra no século XIX. Alguns dos confrontos entre agricultores, negociantes e consumidores eram visivelmente semelhantes, mas eu os descrevi como foram elaborados no campo de força determinado das relações inglesas no século XVIII.⁴⁴⁷

Ainda que entendesse o fato de que muitos pesquisadores utilizassem, na falta de termo melhor, a noção de “economia moral” para descrever “a maneira como muitas

⁴⁴⁵ THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”, p. 134 (Grifos nossos).

⁴⁴⁶ THOMPSON, E. P. “Economia moral revisitada”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991], p. 206-208.

⁴⁴⁷ THOMPSON, E. P. “Economia moral revisitada”, p. 205.

relações ‘econômicas’ são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas”⁴⁴⁸, Thompson optava por afirmar que:

eu próprio tenho limitado o meu emprego aos confrontos na praça do mercado a respeito do acesso (ou direito de acesso) aos “artigos de primeira necessidade” – aos gêneros essenciais. A questão não é apenas que seja conveniente reunir num termo comum o feixe identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez, mas também as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises e a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida, conferem um peso “moral” particular ao protesto. Tudo isso, considerado em conjunto, é o que entendo por economia moral.⁴⁴⁹

Thompson via com interesse o emprego da noção em outros contextos. Principalmente no uso que se vinha fazendo do termo nos estudos camponeses, entendia como uma “vantagem” a “possibilidade de vê-lo [o termo] em operação dentro de culturas cujas premissas morais não são idênticas às da herança judaico-cristã”⁴⁵⁰:

A investigação comparativa do que é “moral” (quer como norma, quer como estrutura cognitiva) nos ajudará a compreender essas ideias. Ela constitui uma agenda para a pesquisa futura. Seria uma lástima deixar os futuros historiadores sem nada para fazer. De qualquer forma, se eu realmente fui o pai da expressão “economia moral” no discurso acadêmico corrente, o termo há muito tempo esqueceu a sua filiação. Não o renego, mas ele já atingiu sua maioridade, e não sou mais responsável por suas ações. Será interessante ver como isso vai continuar.⁴⁵¹

Em 1993, poucos anos após redigir as linhas acima citadas, Thompson faleceu, sendo impedido de realizar seu desejo de ver “como isso vai continuar”. Entretanto, antes de sua morte, mesmo com a saúde extremamente debilitada, ainda teve tempo de concluir um livro sobre as relações mantidas por seu pai com o poeta indiano Tagore⁴⁵² e outro, em que vinha trabalhando desde os anos 1960, sobre o poeta William Blake⁴⁵³. Sua esposa, Dorothy, colaboradora de Thompson em toda sua obra, continuaria o trabalho de divulgação da pesquisas do historiador inglês, especialmente por meio da organização de coletâneas de textos inéditos ou pouco conhecidos de E. P. Thompson, resultando em publicações como *The Romantics: England in Revolutionary Age*⁴⁵⁴.

⁴⁴⁸ THOMPSON, E. P. “Economia moral revisitada”, p. 258.

⁴⁴⁹ THOMPSON, E. P. “Economia moral revisitada”, p. 257.

⁴⁵⁰ THOMPSON, E. P. “Economia moral revisitada”, p. 261.

⁴⁵¹ THOMPSON, E. P. “Economia moral revisitada”, p. 266.

⁴⁵² THOMPSON, E. P. *Allien Homage*: Edward Thompson and Rabindranath Tagore. Delhi (India), 1993.

⁴⁵³ THOMPSON, E. P. *Witness Against the Beast*: William Blake and the Moral Law. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

⁴⁵⁴ THOMPSON, E. P. *The Romantics: England in revolutionary age*. New York: New Press, 1997. A partir dessa edição foi feita a tradução brasileira THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1997].

Nos últimos anos de sua vida, Thompson mostrou-se pouco entusiasmado pelos debates no interior da tradição marxista. Em 1985, em um evento, realizado em Nova York, que reuniu o historiador inglês e seus compatriotas Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Perry Anderson, Thompson afirmava que:

Tengo que decir honestamente, sin ningún sentido de crítica concreta o de afirmación teórica general, que cada vez estoy menos interesado en el marxismo como un sistema teórico. No soy pro, ni anti; sobre todo estoy aburrido de parte de la discusión que hay. Considero que parte de la discusión es una distracción de los problemas históricos, un impedimento para completar mi trabajo. (...)

Encuentro, en la tradición marxista – ahora hay muchos marxismos –, muchas cosas marcadas por lo que, en última instancia, es una definición capitalista, de la necesidad humana, aunque fuera un trastrocamiento revolucionario de aquella definición. Esta definición de la necesidad, en términos materiales económicos, tiende a imponer una jerarquía de causación que da una prioridad insuficiente a otras necesidades: las necesidades de identidad, las necesidades de identidad de género, la necesidad de respeto y posición social entre las mismas gentes trabajadoras. (...)

Me siento más cómodo con el término “materialismo histórico”. Y también con la opinión de que las ideas y los valores, están situados en un contexto material, y las necesidades materiales están situadas en un contexto de normas y expectativas; y de que uno da vueltas a esté multilateral objeto social de investigación. Desde una perspectiva es un modo de producción, desde otra un modo de vida⁴⁵⁵.

Em 1992, novamente questionado sobre a relação com a tradição à qual tantas vezes afirmara seu pertencimento – e com qual mantém raros diálogos explícitos nos textos originais de *Customs in Common* – Thompson assim se pronunciou:

recusei essa definição [“marxista”] em certas passagens de *The Poverty of Theory*, por exemplo. Daí em diante, não aceito mais a noção de marxismo como princípio incontestável, fundado num postulado central que legitima todo o resto. Como sistema, parece-me que ele se tornou uma verdadeira religião. Agora, falando disso, considero que existe uma tradição marxista internacional, que possui um vocabulário completo de conceitos cuidadosamente elaborados, que estão na base de inúmeros trabalhos, e dentre eles, pode-se escolher à vontade. *Suponho que eu seja pós-marxista em alguma coisa, ainda que não goste nada da expressão. Isso depende da pessoa à qual me dirijo.* Se estou com antimarxistas estritos, tenho tendência a voltar à ortodoxia marxista. Se estou com marxistas dogmáticos, afasto-me dela muito claramente.⁴⁵⁶

Na mesma ocasião em que proferia tais palavras, Thompson demonstrava muito mais interesse no romantismo inglês. Assim, ainda que tenha optado por despender energias para finalizar *Customs in Common*, ele considerava “até mais importante” escrever “um estudo do movimento romântico inglês da década de 1790”⁴⁵⁷, projeto não

⁴⁵⁵ THOMPSON, E. P. “Agenda para una historia radical”. In: *Agenda para una historia radical*. Trad. Elena Grau. Barcelona: Crítica, 2000, p. 10-11.

⁴⁵⁶ THOMPSON, E. P. “O Espírito Whig...”, p. 171 (Grifos nossos).

⁴⁵⁷ THOMPSON, Dorothy. “Prefácio”. In: THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1997], p. 7-8.

concluído e do qual *The Romantics* nos dá uma vaga ideia. Thompson parecia determinado a empregar suas últimas forças para dar conteúdo a uma afirmação que fizera, no começo dos anos 1970, em sua carta a Kolakowski:

O romantismo neste país fez uma crítica aos valores do capitalismo industrial que foi mais radical do que você parece supor; e Wordsworth chegou, em *The Prelude*, a um insight sobre a *égalité* do valor humano que se veria com alegria ser apropriado na cultura socialista.⁴⁵⁸

Ao que parece, foi esse um dos modos que Thompson encontrou, novamente, para manter viva a paixão por uma sociedade não capitalista, que se basearia não apenas em novas relações com os meios de produção da vida material mas também em uma nova “educação do desejo” que, atuando sobre a imaginação e a sensibilidade, possibilitaria a construção e enraizamento dos valores de uma nova ordem social⁴⁵⁹.

1.9.A obra thompsoniana sob o olhar de seus críticos

Como vimos, os textos thompsonianos dos anos 1950 e 1960 desempenharam, na Grã-Bretanha, um papel central na consolidação e ampliação do campo institucional da nova história social e, mais especificamente, da nova história do trabalho. Nesse quadro de pujante renovação da produção historiográfica sobre a classe trabalhadora britânica, a abordagem *from bottom up* descentrou o até então predominante foco nas organizações do movimento operário e suas lideranças. Os *cultural studies*, campo de investigação em processo de estabelecimento e expansão na Grã-Bretanha e nos EUA, também fizeram de *The Making* um de seus textos fundadores, reforçando a notoriedade de Thompson. Nos anos 1970, a influência da obra thompsoniana já poderia ser constatada em diversos campos disciplinares e nos cinco continentes⁴⁶⁰. Bastou mais uma década para que Thompson, de acordo com *Arts and humanities citation index*, assumisse o posto de historiador do século XX mais recorrentemente citado em todo o mundo⁴⁶¹. Essa crescente centralidade da obra thompsoniana foi acompanhada de perto

⁴⁵⁸ THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*, p. 106.

⁴⁵⁹ Em livro recentemente lançado, dois historiadores que trabalharam com Thompson, apesar de qualificá-lo como “polímata apaixonado e romântico”, entendem que, no contexto inglês, ele é melhor compreendido na tradição do radicalismo que “dating approximately from the seventeenth-century Civil War (with traces back to the fourteenth-century Peasants’ Revolt), which emphasises freedom, equality and democracy, within the framework of the law.” Cf. TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKE, T. “E. P. Thompson: a short introduction”, p. 2.

⁴⁶⁰ PRICE, Richard. “Histories of Labour and Labour History”. *Labour History Review*, v. 75, n. 3, 2010.

⁴⁶¹ HOBBSAWM, E. J. “E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 16.

pelo aumento e diversificação das críticas. A seguir, delinearemos os contornos gerais daquelas que obtiveram maior repercussão na Europa e nos EUA, destacando as que mais circularam entre os historiadores brasileiros objetos de nossa pesquisa.

1.9.1. Sob o olhar crítico marxista

Em 1980, quase duas décadas após a publicação de *The Making*, Perry Anderson constatava que, “surpreendentemente”, tinha havido, na esquerda, “muito pouca discussão historiográfica do livro”. Aparentemente, o “extraordinário poder” do clássico thompsoniano teria “inibido o fluxo de reflexão crítica e assimilação que habitualmente acompanha uma obra de tal magnitude”⁴⁶². O diagnóstico é acertado e diz muito sobre a ascendência de Thompson sobre as novas história social e do trabalho britânicas durante os anos 1960 e 1970. Nesse período, seria o próprio Anderson o responsável pelas tentativas mais aprofundadas de análise crítica do pensamento thompsoniano, o que fez por meio de artigos publicados em meados da década de 1960 e, de modo sistemático, em livro lançado no ano de 1980. Antes de nos dedicarmos aos argumentos dessa controvérsia, exploremos aqueles que tiveram menos repercussão, mas também trouxeram contribuições ao debate.

Quando publicou a edição revisada de *The Making*, em 1968, Thompson acrescentou ao livro um pós-escrito. Neste, não se deteve em objeções que tivesse recebido de marxistas e pareceu mais interessado em replicar afirmações de que ele mesmo seria um marxista ferrenho que teria imposto “a noção de classe sobre a evidência ao invés de observar uma ‘sociedade plural’”⁴⁶³. Se tivesse escrito o mesmo texto poucos anos depois, Thompson teria que, provavelmente, mencionar algo sobre críticas pontuais feitas por socialistas feministas revigoradas pela segunda “onda do feminismo”, impulsionada a partir das intensas e multifacetadas mobilizações que marcaram o ano de 1968. Com efeito, ao longo dos anos 1970, historiadoras feministas socialistas levaram adiante importantes estudos centrados no papel das mulheres no processo de formação de classe. Para tais pesquisadoras, o “resgate” dessas mulheres “ocultadas” era perfeitamente compatível com o arcabouço da narrativa classista

⁴⁶² ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985, p. 33-34. Vale lembrar, entretanto, que uma das primeiras resenhas do livro foi NAIRN, Tom. “The English working-class”. *New Left Review*, n. 24, 1964.

⁴⁶³ THOMPSON, E. P. “Postscript. In: *The making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1980 [1968], p. 935. Cf., também, TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKE, T. “E. P. Thompson: a short introduction”, p. 9.

thompsoniana, a qual precisaria apenas ser preenchida de modo mais equilibrado com os próprios recursos oferecidos pela abordagem da *history from below*⁴⁶⁴. Significativo exemplo de que havia um amplo terreno para a conciliação foi o *History Workshop*. Criado em 1966, no Ruskin College (Universidade de Oxford), por um coletivo de historiadores socialistas e feministas, o *History Workshop* tornou-se “agente fundamental da divulgação do evangelho da nova história social e do trabalho” e fez de *The Making* e da tradição a que pertencia uma de suas principais fontes de inspiração⁴⁶⁵.

Igualmente sem confrontos abertos e hostilidades, transcorreu o debate sobre a periodização da formação da classe operária inglesa, no qual se destacou Eric Hobsbawm. Este, desde meados dos anos 1960, encetou uma série de reflexões que, divergindo de Thompson, levaram-no a situar o processo de emergência da classe trabalhadora como coletivo social ou institucional nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX⁴⁶⁶. Em boa medida, o espaço para o diálogo foi assegurado pelo fato de que tanto Thompson quanto Hobsbawm davam ênfase ao entendimento de classe como categoria histórica, o que, como já vimos, não significava negar seu papel como categoria heurística. Uma zona de entendimento foi aberta pelo próprio Thompson ao afirmar, em *The Peculiarities*, que as classes trabalhadoras do período 1790-1848 e 1870-1950 eram fenômenos distintos. Assim, foi possível a Gareth Stedman Jones sugerir a noção de *remaking*⁴⁶⁷, indicando que a classe trabalhadora estaria, continuamente, sendo feita e refeita.

Na segunda metade dos anos 1970, o pensamento de E. P. Thompson foi confrontado com uma nova onda de reavaliações críticas na qual os debates assumiram um tom crescentemente belicoso. Em 1978, por exemplo, Richard Johnson se propôs a

⁴⁶⁴ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 139. Nessa linhagem de produção historiográfica, muito se destacou a figura de Sheila Rowbotham, autora do influente *Hidden from History: 300 Years of Women's Oppression and the Fight Against It*. London: Pluto, 1973.

⁴⁶⁵ DWORKIN, Dennis. “E. P. Thompson: historiador militante...”, p. 102-103.

⁴⁶⁶ HOBBSAWM, Eric. “As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial”. In: *Níveis de Culturas e Grupos Sociais*. Lisboa: Cosmos, 1974 (Obs.: o texto foi originalmente apresentado em um colóquio no ano de 1966); HOBBSAWM, Eric. “O fazer-se da classe operária, 1870-1914”. In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2.ed. Trad.: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. São Paulo: Paz e Terra, 1988 [1984] (Coleção Oficinas da História, v. 2), p. 275 (Obs.: o artigo foi originalmente escrito em 1981). Em texto de 1979, Eric Hobsbawm já havia antecipado algumas de suas posições, cf. “A formação da cultura da classe operária britânica”. In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2.ed. Trad.: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. São Paulo: Paz e Terra, 1988 [1984] (Coleção Oficinas da História, v. 2). Para uma análise das semelhanças e diferenças entre as posições dos dois historiadores, cf. NEGRO, Antonio Luigi. “Imperfeita ou refeita?: o debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa”. *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 31-32, 1996.

⁴⁶⁷ JONES, Gareth Stedman. “Working-Class Culture and Working-Class Politics in London, 1870-1900”: Notes on the Remaking of a Working Class”. *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, 1974.

submeter à crítica althusseriana as melhores práticas da historiografia marxista britânica⁴⁶⁸. A seu ver, já era hora de se superar o divórcio entre a tradição marxista estruturalista, que vinha ganhando terreno entre a intelectualidade britânica desde fins dos anos 1960, e a mais antiga tradição marxista historiográfica, visto que elas seriam complementares⁴⁶⁹. Mais precisamente, Johnson se debruça sobre os textos do que ele entendia ser um segundo momento da historiografia marxista britânica, iniciado em fins dos anos 1950, e do qual Thompson e o historiador estadunidense Eugene Genovese seriam os melhores modelos⁴⁷⁰. Essa segunda geração, ainda que mantivesse o “populismo” do projeto comunista anterior (isto é, o interesse em atitudes, crenças e ações coletivas do “povo”), teria realizado uma ruptura com o tipo de marxismo que seus mentores, Maurice Dobb e Dona Torr, tinham desenvolvido a partir do entreguerras. A ênfase de Dobb no modo de produção, nas transições econômicas e nas elaborações teóricas teria sido substituída pelo predominante interesse em cultura e experiência e por uma relação ambígua e não explicitada com a teoria e a abstração⁴⁷¹. Assim, o “marxismo culturalista” – ou “história humanista socialista” – teria como primeiro imperativo a compreensão e o respeito à autenticidade ou à validade/racionalidade das experiências e culturas que estão sendo abordadas, o que levaria a uma primazia das operações empíricas e à desconfiança em relação à teoria e aos modos abstratos de discurso, entendidos como esquematismos mentais apriorísticos⁴⁷². Mesmo quando realizavam empréstimos teóricos, os praticantes do “marxismo culturalista” – ou, simplesmente, “culturalismo” – nem sempre os teriam explicitado, sendo, por outro lado, extremamente escrupulosos em suas citações de fontes primárias. Seu antiteoricismo os teria conduzido a um empirismo similar ao que condenavam em abordagens, como a da história econômica, que se declaravam isentas de quaisquer influências teóricas ou ideológicas⁴⁷³.

Os “culturalistas” não estariam interessados na relação entre modo de produção e cultura, mas naquela entre classe e cultura, sendo tal ênfase em classe o que os levaria

⁴⁶⁸ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”. *History Workshop Journal*, n. 6, 1978.

⁴⁶⁹ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 79.

⁴⁷⁰ Os textos “exemplares” analisados por Johnson são: *The Making, Roll Jordan Roll* e *The Political Economy of Slavery*.

⁴⁷¹ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 81.

⁴⁷² JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 84.

⁴⁷³ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 85-86.

a continuar se vendo como marxistas⁴⁷⁴. Filiação questionada por Johnson, uma vez que eles tratariam classe simplesmente como uma relação intersubjetiva coletiva, sem enraizamento nas relações econômicas, e produziriam histórias superestruturais em que os fenômenos são reduzidos ao cultural e ao político⁴⁷⁵. Em *The Making*, por exemplo, as relações econômicas só existiriam nos sentimentos expressos pelos membros da classe. Se, na teoria, autores como Thompson e Genovese recusariam a distinção entre estrutura e superestrutura, eles teriam, na prática, dissolvido a primeira na segunda⁴⁷⁶. Seria igualmente suprimida qualquer noção manejável de determinação, uma vez que formulações “culturalistas” como “interação dialética”, “consonância” e “dois lados da mesma moeda” simplesmente produziram dilemas insolúveis⁴⁷⁷. Por todas essas vulnerabilidades, a história humanista socialista, que teria cumprido um destacado papel ao evidenciar a importância da intencionalidade, das experiências subjetivas e do significado profundo da cultura, mostrava-se inadequada, devendo incorporar as críticas do marxismo estruturalista (althusseriano, neoalthusseriano ou pós-althusseriano) rumo a uma maior abstração e a uma retomada do interesse pela análise das formas, tendências e leis do modo de produção capitalista⁴⁷⁸.

Os argumentos empregados por Johnson em sua análise do pensamento thompsoniano prefiguram uma certa linhagem de crítica marxista que, diante dos avanços das correntes pós-modernas e pós-estruturalistas nas décadas de 1980 e 1990, veria, na obra de Thompson, uma contribuição substancial, devido ao seu método e estilo de argumento, para a desconstrução e a dissolução do próprio conceito de classe⁴⁷⁹. Como já vimos, em *The Poverty*, Thompson reagiu, indignado às interpretações de Johnson, que já haviam sido esboçadas em textos anteriores⁴⁸⁰. Em dezembro de 1979, nos debates sobre o polêmico ensaio thompsoniano organizados na Igreja de St. Paul (Oxford) pelo *History Workshop*, Richard Johnson reiterou sua argumentação, sendo apoiado, em alguns aspectos por Stuart Hall, seu colega no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Birmingham). Embarcando na escalada de

⁴⁷⁴ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 87.

⁴⁷⁵ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 91.

⁴⁷⁶ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 91-92.

⁴⁷⁷ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 92.

⁴⁷⁸ JOHNSON, Richard. “Edward Thompson, Eugene Genovese, and socialist-humanist history”, p. 97-98.

⁴⁷⁹ CHANDAVARKAR, R. “‘The Making of the Working Class’: E. P. Thompson and Indian History”. *History Workshop Journal*, n. 43, 1997, p. 177.

⁴⁸⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*, p. 230 (nota 168).

hostilidades, Johnson afirmou que *The Poverty* era um texto “totalmente absolutista”, isto é, interpretava as divergências como oposições gerais: “uma posição total oposta a outra posição total”⁴⁸¹. Desse modo, eliminava-se o espaço para o diálogo intelectual. Stuart Hall também salientou tanto a notável cegueira de Thompson a tudo o que ocorreu política e teoricamente desde 1956 quanto o “brutalismo intelectual” presente em *The Poverty*⁴⁸². Esta última característica derivaria, em parte, da preferência thompsoniana pelo modo polêmico, o qual, em sua busca de condensação eficaz, simplificaria posições e argumentos complexos⁴⁸³. Com isso, convergências subjacentes e reais entre os pensamentos de Thompson e Althusser teriam ficado obscurecidas. Ambos se oporiam, por exemplo, às tendências reducionistas e economicistas do marxismo ortodoxo. Igualmente, ocupar-se-iam da especificidade de práticas distintas. Na investigação destas, eles operariam, sob terminologias diferentes, com noções de “totalidade complexa” e “autonomia relativa”⁴⁸⁴. Para Hall, contudo, o mais grave problema de *The Poverty* seria sua recorrente sugestão de uma teoria empiricista do conhecimento na qual o “pensamento” parece se fundir com o real, indicando-se que os “dados” expressariam seus significados sem a mediação de conceitos⁴⁸⁵. Postura teórica que se desdobraria nas insuficientes reflexões thompsonianas sobre aspectos problemáticos da noção de experiência⁴⁸⁶.

Ainda que os debates até aqui mencionados tenham levantado importantes objeções ao pensamento thompsoniano, não há dúvida de que, das fileiras do marxismo, o exame mais detalhado da obra de Thompson foi o realizado por seu compatriota Perry Anderson. Este publicou, em 1980, *Arguments within British Marxism*⁴⁸⁷, livro que tinha como objetivo declarado avaliar a justiça das críticas feitas por Thompson a Althusser em *The Poverty*, mas que acabou por assumir a forma de um abrangente estudo do pensamento de Thompson (como historiador e socialista) e de uma sistemática exposição das divergências com ele mantidas, desde meados dos anos 1960,

⁴⁸¹ JOHNSON, R. “Contra el absolutismo”, p. 287.

⁴⁸² HALL, Stuart. “En defensa de la teoría”, p. 286 e 280 (respectivamente). O apego leal e sentimental de Thompson ao comunismo de 1956 é, também, apontado em TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKEK, T. “E. P. Thompson: a short introduction”, p. 1.

⁴⁸³ HALL, Stuart. “En defensa de la teoría”, p. 280-281.

⁴⁸⁴ HALL, Stuart. “En defensa de la teoría”, p. 281.

⁴⁸⁵ HALL, Stuart. “En defensa de la teoría”, p. 282.

⁴⁸⁶ HALL, Stuart. “En defensa de la teoría”, p. 284.

⁴⁸⁷ ANDERSON, Perry. *Arguments within English Marxism*. London: New Left Books; Verso: 1980. Na análise que se segue, citaremos a partir da edição mais frequentemente utilizada nas teses e dissertações analisadas em nosso trabalho, isto é: ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985.

por Perry Anderson e, mais amplamente, pela segunda *New Left*. Começaremos pelos ataques às concepções teórico-metodológicas thompsonianas para, em seguida, esboçar as linhas gerais dos antagonismos políticos no interior da *New Left*.

Uma das objeções cruciais de Anderson diz respeito à visão thompsoniana do papel do agente humano na história, tema chave de toda obra do historiador inglês e que se relacionaria com seus caros conceitos de agência e experiência. Segundo Anderson, se concebemos “ação” como uma atividade consciente dirigida a objetivos, todos os sujeitos históricos estão envolvidos constantemente em ações das quais são “agentes”. Entretanto, nem todas as ações têm os mesmos objetivos, os quais poderiam ser classificados em, pelo menos, três tipos: os privados (por exemplo, a decisão de casar); os coletivos ou individuais de caráter público, mas, geralmente, sem intenção de transformar as relações sociais como tais (por exemplo, um movimento religioso) e, finalmente, os coletivos que visam à criação ou remodelação das estruturas sociais em sua totalidade (por exemplo, o estabelecimento de uma sociedade socialista). Em *The Poverty*, Thompson teria obscurecido as diferenças qualitativas entre esses três tipos de ação, deslizando do primeiro ao terceiro sentido do termo por meio do segundo⁴⁸⁸. Ao unir sob o rótulo de “ação”, atos de vontade cuja incidência social é profundamente “involuntária” e aqueles caracterizados por expectativas conscientes sobre sua própria incidência social, Thompson recairia em um erro conceitual e não seria capaz de avaliar a novidade representada pelo materialismo histórico, que teria dado a homens e mulheres meios para exercer “uma autêntica autodeterminação popular pela primeira vez na história”⁴⁸⁹. Implicitamente, Thompson teria identificado a noção de “ação histórica” a qualquer expressão de vontade ou aspiração, recaindo, assim, em uma espécie de voluntarismo que não dá a devida ênfase às dimensões “cognoscitivas da ação”, isto é, ao conhecimento, por exemplo, dos mecanismos sociais subjacentes da estabilidade ou da mudança política⁴⁹⁰. Para Anderson, as ações históricas de interesse são, fundamentalmente, aquelas autodeterminadas, ou seja, as que combinam vontade/aspiração (valor, eleição, decisão) e conhecimento (das leis mais profundas de uma formação social), sendo este elemento a base para o primeiro.

A importância do vínculo entre ação histórica e conhecimento leva Anderson a examinar a noção thompsoniana de experiência, que teria uma definição marcada por

⁴⁸⁸ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985, p. 20-22.

⁴⁸⁹ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 23.

⁴⁹⁰ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 26.

oscilações e incertezas que, essencialmente, lembram as ambiguidades do próprio uso cotidiano do termo. Por um lado, experiência designaria a maneira específica como um acontecimento (“ação objetiva”) é vivido, no interior de uma textura subjetiva, por um indivíduo ou grupo de indivíduos. Por outro, a noção de experiência indicaria um processo de aprendizagem subsequente a tais acontecimentos, “uma alteração subjetiva capaz de modificar ações objetivas posteriores”⁴⁹¹. Frequentemente, Thompson tenderia a subsumir o primeiro tipo de experiência ao segundo. Além disso, ele não nos ofereceria nenhum critério para atestar a validade da experiência seja em termos cognoscitivos, seja em termos morais. De fato, em certas passagens de *The Poverty*, Thompson daria mesmo a entender que a experiência, isto é, as lições que são ensinadas por certos processos não enunciados (vicissitudes ou calamidades, por exemplo) aos que os vivem são sempre corretas⁴⁹². Segundo Anderson, todavia, não seria difícil constatar que os “mesmos acontecimentos podem ser vividos por distintos agentes que extraíam deles conclusões diametralmente opostas”⁴⁹³, o que lançaria no terreno da indeterminação a conexão entre experiência e ação⁴⁹⁴. Tal existência de divergências e variações nas respostas não teria escapado a Thompson. Por isso, até mais recorrentemente, ele teria se valido de uma definição de experiência como setor objetivo do “ser social”, “manipulado e processado pelo sujeito para produzir uma ‘consciência social’ determinada. A possibilidade de ‘manipular’ a mesma experiência de diferentes formas está assegurada epistemologicamente”⁴⁹⁵. É o que ocorreria, por exemplo, em *The Making*, no qual uma experiência coletiva teria se convertido em uma consciência social. Tese em relação à qual Anderson mostra sua discordância por meio de uma análise cuidadosa do clássico thompsoniano publicado em 1963.

The Making estaria baseado em três teses teóricas. A primeira seria o princípio da “codeterminação”, que estabeleceria a paridade causal entre “ação e condicionamento”, algo expresso por Thompson na muito conhecida formulação: a classe operária “se fez a si mesma na mesma medida em que foi feita”. A segunda é o critério da consciência “como pedra angular da noção de classe”. Finalmente, haveria a tese da “conclusão”, isto é, a ideia de que a classe operária inglesa estaria formada no

⁴⁹¹ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 28-29.

⁴⁹² ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 30-32.

⁴⁹³ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 32.

⁴⁹⁴ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 88.

⁴⁹⁵ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 32.

começo dos anos 1830⁴⁹⁶. No que diz respeito à “codeterminação”, a tese de Thompson teria ficado sem comprovação, visto que ele não teria oferecido uma análise equilibrada das proporções entre “necessidade” e “ação”. Pelo contrário, o historiador inglês quase não teria analisado “o modo de produção como tal”, concentrando-se quase que exclusivamente na “experiência imediata dos produtores”. Na narrativa thompsoniana, somente haveria espaço para a “atividade autônoma da classe operária inglesa”⁴⁹⁷. Quanto à tese que converteria a consciência de classe em traço distintivo da formação de classe, Anderson a entende como um erro thompsoniano baseado na “generalização abusiva da experiência inglesa que ele estudou”, o que resultava em uma definição de classe excessivamente subjetivista e voluntarista⁴⁹⁸. O próprio Thompson teria se dado conta da insustentabilidade da definição de classe apresentada em *The Making* e a reformulado, por exemplo, em *Eighteenth-century English Society*, sem, contudo, conseguir resolver as fragilidades anteriores⁴⁹⁹. Por fim, restava a tese da “conclusão”, a qual estaria também equivocada, uma vez que, no período apontado por Thompson, a classe operária inglesa não seria predominantemente composta por trabalhadores empregados em estabelecimentos fabris. Pelo menos, seria necessário pensar-se, como o faz Gareth Stedman Jones⁵⁰⁰, em um *remaking* da classe operária inglesa profundamente relacionado à difusão da maquinofatura na segunda metade do século XIX⁵⁰¹.

Ainda que veja na obra de Thompson “o produto mais original do *corpus* da historiografia marxista inglesa para a qual contribuíram tantos eruditos de talento”⁵⁰², fica evidente que Anderson tem uma visão do materialismo histórico a partir da qual o pensamento thompsoniano é entendido como repleto de inconsistências. Nesse sentido, Anderson afirma que Thompson teria uma “nova leitura da trajetória intelectual de Marx”, não outorgando primazia nem aos primeiros escritos filosóficos nem às obras econômicas posteriores, mas concedendo uma importância capital aos textos polêmicos de meados da década 1840: *Manuscritos de 1844*, *A ideologia alemã*, *Miséria da Filosofia* e *Manifesto Comunista*. Dessa posição, decorreria a insuficiente atenção de Thompson àqueles que seriam os conceitos centrais da teoria do materialismo histórico:

⁴⁹⁶ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 35.

⁴⁹⁷ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 35-40.

⁴⁹⁸ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 44.

⁴⁹⁹ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 48-47.

⁵⁰⁰ JONES, Gareth Stedman. “Working-Class Culture and Working-Class Politics in London, 1870-1900”: Notes on the Remaking of a Working Class”. *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, 1974.

⁵⁰¹ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 49-50.

⁵⁰² ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 1.

forças produtivas, relações sociais de produção e modo de produção⁵⁰³. Por isso, a obra historiográfica de Thompson não nos oferece “um *conhecimento causal* do processo histórico capaz de servir de base a uma adequada prática política no presente”, mas simplesmente “um mostruário de exemplos morais que deve ser aprendido e transmitido para uma imitação ética”⁵⁰⁴. Seriam fragilidades dessa natureza, assim como outras já citadas, que explicariam, segundo Anderson, o limitado impacto do “thompsonismo” no desencadeamento de novas pesquisas, ao passo que o althusserianismo mostrava-se claramente “força intelectual capaz de estimular e inspirar investigações concretas”, indício do inegável impacto positivo de Althusser para o “verdadeiro desenvolvimento do materialismo histórico”⁵⁰⁵.

Como mencionado anteriormente, as divergências entre Thompson e Anderson não se restringiam ao campo teórico-metodológico, estendendo-se e se imbricando com antagonismos no terreno da política. Estes poderiam, segundo Anderson, ser agrupados em três grandes temas (“internacionalismo”, “utopia” e estratégia”) e teriam se iniciado no começo dos anos 1960, quando ele e outros colaboradores assumiram a direção da *New Left Review*. Anderson admite que, na série de artigos escritos por ele e Tom Nairn, em meados dos anos 1960, afirmou-se “imprudentemente” que a tradição marxista na Grã-Bretanha era débil e superficial, sendo necessária a utilização de categorias marxistas desenvolvidas na França e na Itália para se pensar a história britânica. Ainda que não tenha conferido o devido reconhecimento à obra de Thompson e de outros historiadores marxistas britânicos, Anderson entende que foi excessivo o tom da resposta dada em *The Peculiarities*, o qual, entretanto, foi rebatido, segundo o próprio Anderson, com vocabulário ainda mais virulento⁵⁰⁶. Na ocasião, Thompson foi tachado de “moralista” e “nacionalista”, acusações que, uma década e meia depois, Anderson avalia que precisariam ser reparadas.

Em *Arguments*, Anderson entende que ele e Thompson apenas se filiam a modelos diferentes de internacionalismo, o que se relaciona com suas distintas trajetórias políticas. Na formação de Thompson, a fusão de causas nacionais e internacionais nas lutas de resistência travadas pelos comunistas contra a ocupação alemã, durante a Segunda Guerra Mundial, teria se mostrado decisiva para sua

⁵⁰³ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 66-67. Os conceitos citados por Anderson teriam sido formalizados apenas nos anos 1850 e 1860.

⁵⁰⁴ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 94.

⁵⁰⁵ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 141-142.

⁵⁰⁶ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 155. O artigo mencionado a que Anderson faz alusão é: ANDERSON, Perry. “Socialism and pseudo-empiricism. *New Left Review*, n. 35, 1966.

concepção de “internacionalismo”. Esta teria sido reforçada com a nova orientação do PCGB, que, em 1951, aprovou sob os auspícios de Stalin, o documento *The British Road to Socialism*, no qual se enfatizava a peculiaridade das condições inglesas e o papel positivo do Parlamento⁵⁰⁷. Assim, em meados dos anos 1950, quando militantes críticos do stalinismo buscavam afirmar os valores do comunismo democrático, eles teriam enfatizado a importância dos recursos e das tradições inglesas sem entrar em choque com a direção do PCGB, que desde o início da década estimulava a valorização do passado nacional. Nesse contexto, Thompson escreveu seu *William Morris*. Finalmente, quando deixou o PCGB, em 1956, Thompson mais uma vez teria visto as lutas das dissidências comunistas nacionais como parte de um movimento internacional. Em diversas outras ocasiões futuras, o vínculo entre “nacionalismo cultural” e um certo internacionalismo prático-moral poderia ser encontrado no pensamento de Thompson⁵⁰⁸. Em contrapartida, a segunda *New Left*, segundo Anderson, formou-se no contexto reacionário e chauvinista dos anos 1950, o que a levou a entender internacionalismo como a recusa aberta das “mistificações nacionais ao nível político mais imediato”. Tal concepção redundou na subestimação das forças e recursos das tradições radicais inglesas e no esforço para se apropriar de um universo cultural mais amplo, em especial das elaborações do marxismo continental, construindo-se um internacionalismo “teórico”⁵⁰⁹. Outra aproximação “bastante lógica” e central para a segunda *New Left* foi em relação à tradição trotskista, algo inaceitável para dissidentes comunistas da primeira *New Left*, como Thompson⁵¹⁰.

No que diz respeito às utopias, Anderson considera que, em meados dos anos 1960, cometeu um grave erro ao classificar de “moralismo” todos os esforços político-teóricos thompsonianos relativos aos temas da “moral comunista”. Desse juízo, teria decorrido, por parte da segunda *New Left*, uma limitada consideração da obra de William Morris e a insensibilidade sobre a importância da “consciência moral” como agente vital na transformação histórica⁵¹¹. Os textos morrisianos, reconhece Anderson a

⁵⁰⁷ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 160. Em 1952, no XIX Congresso do PCUS, Stalin indicou que movimento operário internacional deveria engajar-se nas causas nacionais e democráticas.

⁵⁰⁸ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 160-163.

⁵⁰⁹ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 164-165.

⁵¹⁰ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 169. Segundo uma recente publicação sobre o pensamento de Thompson: “In common with most other ex-CP [Communist Party] intellectuals of 1956, he also had a deep antipathy to Trotskyism and to its 1970s offshoot, the neo-Trotskyist student movement.” Cf. TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKE, T. “E. P. Thompson: a short introduction”, p. 11-12.

⁵¹¹ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 174-175.

partir dos escritos de Thompson, apontariam para a questão da educação prévia do “desejo” e da “necessidade”, sem a qual a meta do comunismo é inalcançável⁵¹². Igualmente, indicariam que as imagens utópicas do futuro seriam indispensáveis para a luta revolucionária contra o reformismo do presente⁵¹³.

Outro campo de batalha entre Thompson e a segunda *New Left*, da qual Anderson se coloca como porta-voz, é o da estratégia socialista. Como militante comunista, Thompson viu o partido ao qual estava filiado aprovar, em 1951, o documento *The British Road to Socialism*. Neste, que teria sido revisado pessoalmente por Stalin, não há quaisquer menções aos princípios clássicos da III Internacional: ditadura do proletariado, duplo poder, destruição do aparato administrativo e repressivo do Estado burguês, democracia proletária etc. Pelo contrário, implicitamente indicava-se uma transição pacífica para o socialismo, na qual seria decisiva a transformação do Parlamento inglês em instrumento democrático da vontade da maioria da população para a construção de uma verdadeira democracia popular. Além disso, o documento deixava claro que a “via britânica para o socialismo” não apenas não se opunha, mas se apoiava, na defesa dos interesses nacionais e na independência da Grã-Bretanha⁵¹⁴. Na segunda metade dos anos 1950 e começo dos 1960, quando estava envolvido na criação da *New Left*, Thompson teria podido falar livre e publicamente sobre a transição ao socialismo, a qual qualificou como uma revolução, o que não significaria, contudo, a recusa de um caráter pacífico⁵¹⁵.

Grosso modo, Thompson acreditaria que, por meio de pressões reformistas em muitos campos, alcançar-se-ia um ponto de ruptura revolucionária no qual ocorreria um confronto, em toda a sociedade, entre duas formas de vida, entre dois sistemas. Ainda que se falasse em supressão de instituições, outras importantes passariam apenas por transformações, o que leva Anderson a concluir que o Thompson mantinha-se ligado às perspectivas estratégicas defendidas, nos anos 1950, pelo PCGB, sendo apenas suas propostas de democracia radical muito mais dignas de fé que as alardeadas pela rígida burocracia partidária. Em 1965, em *The Peculiarities*, Thompson manteria as linhas gerais do modelo, conferindo, todavia, mais importância à possibilidade de atuação de um partido político mais ou menos constitucional, fundado em instituições de classe e

⁵¹² ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 176-177.

⁵¹³ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 192.

⁵¹⁴ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 205-206.

⁵¹⁵ A temática da revolução é sistematicamente abordada em THOMPSON, E. P. “Revolution”. *New Left Review*, n. 3, 1960 e THOMPSON, E. P. “Revolution again! or shut your ears and run”. *New Left Review*, n. 6, 1960.

com uma estratégia socialista muito claramente articulada. O texto coletivo *The May Day Manifesto*, lançado em 1968, revelaria, segundo Anderson, que as posições de Thompson eram, em termos práticos, partilhadas por outros expoentes da primeira *New Left*. Ao longo da década de 1970, Thompson teria mantido as concepções estratégicas anteriores e marcado claramente sua distância em relação ao ressurgimento de concepções clássicas da revolução socialista no interior da tradição marxista. Indo além, na edição revisada de seu *William Morris*, publicada em 1976, Thompson teria suavizado a violenta polêmica com o reformismo presente na edição lançada em 1955, confirmando um movimento que já havia esboçado em *The Peculiarities*⁵¹⁶. Anderson e a segunda *New Left* divergiam largamente das posições thompsonianas, derivando sua concepção da estratégia de transição ao socialismo da tradição que englobava Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Gramsci, que teriam fornecido os princípios sobre os quais se fundou a III Internacional e que, posteriormente, teriam sido reelaborados na criação IV Internacional⁵¹⁷.

Tais críticas de Anderson, bem como outras provindas de autores marxistas, ficaram sem respostas. Como já vimos, Thompson optou por não prosseguir com os debates que, especialmente entre 1978 e 1980, agitaram os meios marxistas britânicos, preferindo concentrar suas energias no (re)florescente movimento pacifista. Se tivesse permanecido naquele terreno de querelas teóricas, Thompson o veria ser dramaticamente transformado ao longo dos anos 1980. Com efeito, ele testemunharia sua obra, todas as vertentes marxistas e, ainda mais amplamente, qualquer modalidade de história social terem seus fundamentos questionados pelas emergentes correntes pós-estruturalistas e pós-modernas. Vejamos mais de perto as linhas gerais dessa nova fonte de críticas que, para alguns, pareceu ser o início de um cataclismo.

1.9.2. Sob o olhar crítico pós-moderno

Nos anos 1980 e 1990, a análise de classe e, mais amplamente, as próprias abordagens sociais viram-se crescentemente fustigadas pela “virada” linguística/cultural associada ao pós-estruturalismo. Para as novas correntes teóricas em ascensão, a

⁵¹⁶ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 206-214. Como o próprio Anderson aponta, vale lembrar que, desde 1962, Thompson, juntamente com Dorothy, filiara-se ao *Labour Party*. Quando questionado, no começo dos anos 1980, afirmou: “Sou um membro do Partido Trabalhista (...). É o mesmo que ser um membro da raça humana. Você aceita sua condição sem entusiasmo.” Cf. PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson...*, p. 105.

⁵¹⁷ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia*, p. 215-216.

linguagem era vista como desempenhando um papel constitutivo na construção da realidade que ela descrevia, isto é, o ato de representação teria um papel ativo na “modelagem” do próprio objeto de conhecimento. Uma vez que a experiência e a consciência seriam linguisticamente ordenadas, os interesses grupais e individuais não deveriam ser vistos como enraizados em estruturas socioeconômicas objetivas. Na verdade, eles seriam produzidos por meio da linguagem e da cultura. O foco das investigações, portanto, deveria recair sobre as representações socioculturais dos atores históricos. Com a recusa da tese marxista de que o “ser social”, mediado pela experiência, oferecia a base para a consciência social, o terreno da política ganhava nova configuração, sendo libertado de sua dependência de determinantes socioeconômicos. A própria concepção de política, já alargada pela nova história social, era expandida ainda mais, visto que o poder seria constitutivo de todas as relações sociais⁵¹⁸.

A emergência das correntes pós-modernas deu-se no contexto de sociedades capitalistas avançadas profundamente transformadas por aceleradas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais nas três décadas que se seguiram ao pós-guerra. Grosso modo, observou-se nesses países: a substituição da economia manufatureira pela de serviços; o declínio da classe trabalhadora industrial (e a perda de força de suas organizações políticas); a consolidação e expansão da indústria cultural e do consumismo; a ascensão de uma nova direita (cujos expoentes foram Thatcher e Reagan) e as dificuldades da esquerda em lidar com a nova configuração social e as novas formas de política, fomentando, em seu seio, uma crise que seria ainda mais agravada pela derrocada do bloco socialista europeu no fim dos anos 1980. Igualmente crucial foi a emergência da política de identidade e dos novos movimentos sociais (feminista, ambientalista, antirracista, pelos direitos dos gays etc.), que, se tiveram sua visibilidade crescentemente expandida a partir de 1968, podem ter suas origens remetidas a movimentos dos anos 1950, como a Campanha pelo Desarmamento Nuclear e as lutas por direitos civis⁵¹⁹.

As múltiplas, contraditórias, híbridas e fluídas identidades dos novos movimentos sociais coadunavam-se com as oposições das teorias pós-modernas às narrativas universais e ao pensamento “essencialista”, desafiando as aspirações

⁵¹⁸ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 215-216.

⁵¹⁹ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 5-6 e 214-215; KIRK, Neville. “Challenge, crisis, and renewal? – themes in the labour history of Britain, 1960–2010”. *Labour History Review*, v. 75, n. 2, 2010, p. 175; ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

totalizantes da narrativa de classe⁵²⁰, acusada de marginalizar outras formas de identidade. As novas proposições teóricas questionavam a primazia analítica de “classe” e a própria noção de “social”, deslocando o interesse para outras identidades e determinações. Estas, muitas vezes, deixavam de ser econômicas e sociais para se tornar discursivas, culturais e políticas, o que significava manter-se, ainda que no polo oposto, no terreno das teorias dualistas que se afirmava superar⁵²¹. Nesse contexto, intelectuais de esquerda comprometidos com uma visão democrática radical e, até mesmo, com o socialismo, repensaram suas relações com o marxismo, abandonando-o ou reformulando-o em aspectos fundamentais.

Não tardou para que as novas abordagens linguísticas e culturais utilizadas para pensar o presente logo fossem estendidas às reflexões sobre o passado, minando as próprias bases das novas história social e do trabalho, que tinham no conceito de classe uma de suas mais importantes categorias organizadoras⁵²². Postulava-se, agora, que a consciência de classe deveria ser entendida não no contexto de estruturas de classe objetivamente analisáveis, mas como parte do “imaginário social”. Nesse sentido, os “novos” historiadores culturais não hesitavam em ver as esferas política e ideológica como produtoras dos próprios sentidos de “classe” e de “social”⁵²³. Enfim, classe seria produzida pela linguagem e pelo discurso, sendo um construto cultural, uma forma de representação. Mesmo entre historiadores sociais, ganhava terreno o entendimento de que, no passado, as identidades seriam mais complexas do que as narrativas de classe tinham permitido pensar até então e que classe seria apenas uma forma de identificação entre muitas outras (gênero, raça, etnicidade, nacionalidade etc.), não devendo ser vista de modo isolado ou ter status privilegiado⁵²⁴. Tais proposições e outras similares alcançaram especial repercussão em cinco grandes frentes de debates, envolvendo: historiadores, fundamentalmente dos EUA, dedicados à história social e do trabalho na França; historiadores sociais britânicos do trabalho; historiadoras feministas britânicas; historiadores britânicos e estadunidenses que investigavam os imbricamentos entre raça e classe e, finalmente, historiadores dedicados às sociedades coloniais e pós-coloniais, destacando-se o *Subaltern Studies Group*, que contava com grande presença de

⁵²⁰ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 219.

⁵²¹ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 212-213.

⁵²² DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 6-7.

⁵²³ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 216. Uma boa visão da diversidade existente entre os “novos” historiadores culturais no fim dos anos 1980 é HUNT, Lynn (ed.). *The New Cultural History*. Berkeley (CA): University of California, 1989.

⁵²⁴ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 5-7; FALER, Paul G. “E. P. Thompson and American History: a retrospective view”. *The History Teacher*, v. 28, n. 1, 1994, p. 34.

indianos. Para todos esses fervilhantes centros de críticas, as novas história social e do trabalho britânicas e, em especial, a obra de E. P. Thompson tornaram-se alvos prioritários.

Desde as décadas de 1960 e 1970, no contexto intelectual francês, diversas linhagens de pensamento que reivindicavam sua filiação a um amplo espectro de autores, indo de Jacques Derrida a Michel Foucault, passando por *annalistes* dedicados às *mentalités*, colocavam importantes questionamentos aos fundamentos da história social. Nos anos 1970, as clássicas interpretações sociais da Revolução Francesa já começaram a ser duramente atacadas por abordagens que enfatizavam a linguagem e a cultura políticas, destacando-se as obras de François Furet⁵²⁵. Na década seguinte, a teoria de classe marxista viu-se sob o fogo cerrado também no campo da história social do trabalho francesa, que contava com significativo contingente de pesquisadores estadunidenses. Entre os novos críticos, havia muitos estudiosos que tinham produzido relevantes investigações de evidente matiz thompsoniano⁵²⁶. Caso emblemático é o de William Sewell Jr. que, em 1989, sistematizou um conjunto de objeções ao pensamento thompsoniano elaboradas ao longo da década⁵²⁷.

Segundo Sewell Jr., apesar de muito citado, o prefácio de *The Making* não é, de modo algum, uma explicação teórica suficiente da prática historiográfica thompsoniana. Indo além, ele afirma que muito do que Thompson escreve no famoso texto é obscuro ou teoricamente problemático⁵²⁸. Na contramão de muitos críticos marxistas ortodoxos, Sewell Jr. entendia que *The Making* mantém a mesma “direcionalidade da explicação marxista clássica – a causação movendo-se de relações econômicas, para a experiência social, e daí para a consciência”⁵²⁹. Assim, Thompson teria nos oferecido menos uma teoria sistemática alternativa da formação de classe que ajustes pontuais à teoria do marxismo clássico, cuja correção essencial é admitida. O historiador inglês teria simplesmente “afrouxado” a teoria do determinismo econômico da formação de classe

⁵²⁵ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 92.

⁵²⁶ Um ramo mais heterodoxo de crítica foi protagonizado por obras como RANCIÈRE, Jacques. *La nuit des prolétaires: archives du rêve ouvrier* Paris: Fayard, 1981. O autor, filósofo de formação, propunha-se a recuperar a multiplicidade, a heterogeneidade e as formas contraditórias de existência da classe trabalhadora por meio das vozes que teriam sido sufocadas pela categorizações da história social que se filiava à tradição thompsoniana.

⁵²⁷ Pelo menos, desde SEWELL JR., William H. *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848*. Cambridge: Cambridge University, 1980.

⁵²⁸ SEWELL JR., “How classes are made...”, p. 51.

⁵²⁹ SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 54-57.

pela introdução da “amorfa” categoria experiência⁵³⁰: “relações de produção determinam a experiência largamente, mas presumivelmente não de modo completo, e a experiência de classe determina a consciência, embora mais frouxamente”⁵³¹. A explicação thompsoniana não introduziria nenhuma causa não econômica para o surgimento da consciência de classe. Ela apenas abriria espaço para a variação de como a consciência de classe surgiria em diferentes tempos e lugares. Seria descabido, portanto, o rótulo de “culturalista” que se tentava atribuir a Thompson, o qual seria mais adequadamente definido como “experencialista”⁵³².

Para Sewell Jr., ponto especialmente problemático na obra de Thompson seria a ausência de uma teoria da formação do discurso de classe. Em *The Making*, implicitamente, o historiador inglês operaria com a ideia de que ele emerge da transformação de discursos previamente existentes, mas não extrairia disso maiores desdobramentos. Sewell Jr., por sua vez, na medida em que atribui força causal ao discurso, não hesita em concluir que:

If class discourse is a transformation of pre-existing discourses, then national differences in forms and content of class-consciousness need not be attributed purely to the vagaries of agency, nor purely to different patterns of capital accumulation, but also to differences in the nature of the discourses that were transformed into class-consciousness. (...)

It is also very important to recognize that class discourse is only one of several discourses available to workers to conceptualize and act out their place in society and the State. (...) Which discourse prevails depends on changing political, economic and social conjunctures.⁵³³

⁵³⁰ Novamente, negando declarações explícitas de Thompson de que experiência seria a mediação entre relações de produção e a consciência de classe, Sewell Jr. afirma que categoria não pode desempenhar tal papel, uma vez que, em *The Making*, “working class formations is *nothing but* experience”. Sobre a definição de experiência em *The poverty*, acrescenta Sewell Jr.: “Thompson seems to be saying that the systems which constitute the realm of ‘experience’ (that is, kinship, custom, etc.) are not really systems after all, at least not of a type parallel to modes of production. These various crypto-systems are now portrayed as lacking the ‘coherence’ and the ‘determining pressures’ that Thompson attributes to ‘the system of (anti-) Political Economy’ – that is Marx’s materialist science of the mode of production. He asserts that the English Marxist historians have ‘found’ in their research that experience (including, remember, kinship, custom, etc.) has in the last instance been ‘generated in “material life” and ‘structured in class ways’. These crypto-systems apparently have been found to have no independent causal dynamics; hence they can be said to be, ultimately, experienced through class, whence all causal pressure flows. The crypto-systems that make up ‘experience’ are themselves an inert medium; their life is derived entirely from the dynamic of the mode of production.” Cf. SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 62.

Cf. SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 59-60.

⁵³¹ SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 56.

⁵³² “Thompson is not really a ‘culturalist’ – which implies someone who privileges culture over other types of explanations. He is, rather, an ‘experientialist’, whose narrative perspective privileges the point of view of concrete historical agents that of the theoretically self-conscious analyst.” SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 67.

⁵³³ SEWELL JR., W. “How classes are made...”, p. 72.

Da tentativa de combinar abordagens sociais e culturais, presente nos trechos citados, Sewell Jr. moveu-se, em poucos anos, para o terreno linguístico, propondo abertamente uma perspectiva pós-materialista para a história do trabalho⁵³⁴. Nessa ocasião, a avaliação de que a história social do trabalho francesa estava em crise ganhou terreno e passou a ser discutida por diversos autores. Sintomática do novo contexto foi a publicação da coletânea de ensaios *Rethinking Labor History: Essays on Discourse and Class Analysis*⁵³⁵, na qual se reconhecia que a nova história social do trabalho não apenas estava dividida em relação a métodos e conceitos básicos mas também em dúvida sobre suas próprias realizações anteriores. Como o subtítulo do livro explicitava, a necessidade repensar a história do trabalho decorria dos novos desafios colocados pela virada linguística⁵³⁶.

No contexto das novas história social e do trabalho britânicas, largamente influenciado pela obra de Thompson e de outros “marxistas culturais”, os primeiros textos apoiados nas novas perspectivas linguísticas/culturais vieram a lume no começo dos anos 1980⁵³⁷. Frequentemente, tem sido apontada como marco a publicação, em 1983, do ensaio *Rethinking Chartism* de Gareth Stedman Jones⁵³⁸. Em sua polêmica revisão interpretativa do Cartismo, Jones afirmava que o movimento não era a expressão política da consciência da classe trabalhadora (no contexto de uma nova experiência socioeconômica), mas a continuidade de tradições mais antigas de radicalismo político, cujo alvo era o monopólio político das classes governantes. Tal conclusão era alcançada por meio de uma análise em que a linguagem não era vista como simples meio passivo de expressão, mas como elemento estruturante da experiência. Nas palavras do próprio Jones:

⁵³⁴ SEWELL JR., William H., “Toward a Post-Materialist Rhetoric for Labor History”. BERLANSTEIN, Lenard R. (ed.), *Rethinking Labor History: Essays on Discourse and Class Analysis*. Urbana (IL): University of Illinois, 1993.

⁵³⁵ BERLANSTEIN, Lenard R. (ed.), *Rethinking Labor History: Essays on Discourse and Class Analysis*. Urbana (IL): University of Illinois, 1993.

⁵³⁶ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 95-96.

⁵³⁷ STEIMBERG, Marc W. “Culturally speaking: finding a commons between post-structuralism and the Thompsonian perspective”. *Social History*, v. 21, n. 2, 1996, p. 194-195.

⁵³⁸ JONES, G. Stedman. *Languages of class: Studies in English Working-class History (1832-1892)*. Cambridge: Cambridge University, 1983. Em tom menos provocativo, os argumentos principais já estavam em JONES, G. Stedman. “The language of Chartism”. In: EPSTEIN, J.; THOMPSON, D. (eds.). *The Chartist experience: studies in working-class radicalism and culture, 1830-1860*, London: Macmillan, 1982. As citações que se seguem serão feitas a partir de: JONES, G. Stedman. “Reconsideración del cartismo”. In: *Lenguajes de clase: estudios sobre la historia de clase obrera inglesa (1832-1892)*. Madrid: Siglo XXI, 1989.

O que se propõe (...) é um enfoque que intenta identificar e situar o lugar da linguagem e da forma, e que resiste à tentativa de converter as questões colocadas pela forma do Cartismo em questões de sua suposta essência. Argumenta-se que, se a interpretação da linguagem e da política é liberada das aderências sociais apriorísticas, torna-se então possível estabelecer uma relação entre ideologia e atividade mais estreita e precisa que a transmitida pelo quadro clássico do movimento.

O conceito de consciência de classe em Thompson supõe ainda uma relação relativamente direta entre “ser social” e “consciência social” que deixa pouco espaço ao contexto ideológico no qual se possa reconstruir a coerência de uma determinada linguagem de classe. (...) A consciência não pode se relacionar com a experiência a não ser que se interponha entre ambas uma determinada linguagem que organiza a compreensão da experiência, e é importante sublinhar que um mesmo conjunto de experiências pode ser articulado por mais de uma linguagem.⁵³⁹

Jones, que fora membro do conselho editorial da *New Left Review* entre 1964 e 1981⁵⁴⁰, não abandonava, portanto, a noção de classe e era bastante cuidadoso em suas afirmações. Explicitamente, insistiu que não objetivava substituir a interpretação social pela linguística: “o que se há de considerar melhor é a maneira em que ambas se relacionam. Em abstrato, a matéria determina a possibilidade da forma, mas a forma condiciona o desenvolvimento da matéria”⁵⁴¹. Em que pese tais precauções, o projeto revisionista de Jones desencadeou apaixonados debates⁵⁴².

Nos anos 1990, as sugestões de Jones para uma reformulação da história social foram levadas muito além, em especial por Patrick Joyce⁵⁴³ e James Vernon⁵⁴⁴. Acorados no pensamento pós-moderno (em especial, em Foucault e na teoria feminista pós-estruturalista), eles defenderam a substituição da história social por uma “história cultural do social” ou “história do social”, capaz de dar conta da historicidade das próprias categorias de pensamento. Para Joyce, era preciso reconhecer que era a linguagem, e não relações produtivas ou experiência, que construía uma “forma imaginada de um sujeito social”⁵⁴⁵. As identidades coletivas seriam, fundamentalmente, construtos discursivos e políticos, sendo classe apenas mais uma possibilidade.

⁵³⁹ JONES, G. Stedman. “Reconsideración del cartismo”, p. 90-91 e 97 (respectivamente).

⁵⁴⁰ Desde seu primeiro livro, JONES, G. Stedman. *Outcast London: A Study in the Relationship Between Classes in Victorian Society*. Harmondsworth (UK): Penguin, 1971, já era evidente um especial interesse pelas questões ideológicas.

⁵⁴¹ JONES, G. Stedman. “Reconsideración del cartismo”, p. 91-92.

⁵⁴² Para uma síntese, cf. STEIMBERG, Marc W. “Culturally speaking: finding a commons between post-structuralism and the Thompsonian perspective”. *Social History*, v. 21, n. 2, 1996 e FONTES, Paulo. “Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of Class* de Stedman Jones”. *Locus: Revista de História*, v. 4, n. 2, 1998.

⁵⁴³ JOYCE, Patrick. *Visions of the People: Industrial England and the Question of Class (1848–1914)*. Cambridge (UK): Cambridge University, 1991 e JOYCE, Patrick. *Democratic Subjects: The Self and the Social in Nineteenth-Century England*. Cambridge (UK): Cambridge University, 1994.

⁵⁴⁴ VERNON, James. *Politics and the People: A Study in English Political Culture (c. 1815–1867)*, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

⁵⁴⁵ STEIMBERG, Marc W. “Culturally speaking...”, p. 195.

Diferentemente de Jones, Patrick Joyce não se limitou a investigar a linguagem em suas expressões políticas formais, abarcando a estrutura simbólica da vida comunitária cotidiana (vestimenta, gestos, espaço físico construído) e mesmo as linguagens das artes populares (*music hall*, literatura dialetal etc.)⁵⁴⁶.

Patrick Joyce e James Vernon salientaram, também, que a virada linguística oferecia os recursos necessários para se investigar os modos pelos quais identidades de classe imbricavam-se com outras, particularmente as de gênero⁵⁴⁷. Tal proposição, na verdade, já vinha sendo defendida, desde os anos 1980, em trabalhos de historiadoras feministas. Nestes, apontavam-se direções distintas das que vigoraram na maior parte da década anterior, quando, apesar das críticas à cegueira da *history from below* ao papel das mulheres na história, via-se na própria abordagem uma solução para preencher a “ausência”⁵⁴⁸. Agora, buscava-se não mais “suplementar” os relatos históricos existentes, o que somente reforçava o status marginal das mulheres, mas desconstruir os pressupostos das explicações históricas dominantes, colocar gênero no centro da escrita histórica e produzir novas sínteses. Ao invés de um estudo das mulheres, devia-se se produzir um exame da construção histórica das relações de gênero⁵⁴⁹.

Uma versão mais radical dessas propostas, especialmente direcionada às novas história social e do trabalho, foi apresentada por Joan Scott, gerando controvérsias entre as próprias feministas. Em 1988, ela publicou o influente ensaio *Women in The making of the English working class*, cuja primeira versão datava de 1983⁵⁵⁰. Segundo a autora, passado o calor da defesa thompsoniana do socialismo humanista nos anos 1960, seria visível que as premissas de *The Making* repousam, confortavelmente, no interior de uma tradição ortodoxa marxista em que o interesse partilhado que constitui classe permanece, de algum modo, imanente às relações produtivas⁵⁵¹. Thompson não teria submetido a um exame crítico a própria categoria de classe como um conjunto de termos conceituais para a identidade coletiva e a ação política. Ele teria, brilhantemente, capturado os termos do discurso da classe operária por meio do conceito de classe que

⁵⁴⁶ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 124-125.

⁵⁴⁷ STEIMBERG, Marc W. “Culturally speaking...”, p. 196.

⁵⁴⁸ As distintas correntes de crítica feminista à obra de Thompson são sumarizadas em MARTINS, Ana Paula Vosne. “Possibilidades de diálogo: classe e gênero”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.

⁵⁴⁹ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 138-142.

⁵⁵⁰ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”. In: *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University, 1988. Outros ensaios do livro também obtiveram grande repercussão.

⁵⁵¹ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”, p. 69-70.

tinha sido formulado no século XIX e usado no século XX. Thompson apenas sancionava e reproduzia “um particular conceito de classe”⁵⁵², ignorando o fato de que este, tanto no processo histórico quanto na triunfalista narrativa do historiador inglês, teria se construído num jogo de forças políticas que excluiu outros significados possíveis. Assim, valendo-se de uma análise das estratégias textuais e dos conteúdos do clássico thompsoniano, Scott não hesita em afirmar que:

*In The Making of the English Working Class, the male designation of general concepts is literalized in the persons of the political actors who are described in strikingly detailed (and easily visualized) images. The book is crowded with scenes of men busily working, meeting, writing, talking, marching, breaking machines, going to prison, bravely standing up to police, magistrates, and prime ministers. This is preeminently a story about men, and class is, in its origin and its expression, constructed as a masculine identity, even when not all the actors are male. For, of course, there are women in The Making of the English Working Class. Women are identified by name, they are given a certain agency, and they are not all of one type. Indeed, the range is from Mary Wollstonecraft and Anna Wheeler, who spoke out for women's rights, through Richard Carlile's radical female followers, to religious visionaries like Joanna Southcott. Yet the organization of the story and the master codes that structure the narrative are gendered in such a way as to confirm rather than challenge the masculine representation of class. Despite their presence, women are marginal in the book; they serve to underline and point up the overwhelming association of class with the politics of male workers.*⁵⁵³

Thompson operaria, portanto, com uma definição “universalizada” de classe, não se dando conta de que a representação de política de classe de que se vale é marcada por elementos de gênero em seus aspectos constitutivos centrais⁵⁵⁴. Isso decorreria não apenas do fato de o historiador inglês reproduzir a ideia particular de classe dos agentes históricos que estudava, mas de seu próprio comprometimento com uma política de “igualdade humana total” entre homens e mulheres, descartando a necessidade de atenção especial às diferenças de gênero em suas análises. Tendo escrito *The Making* antes do novo contexto criado pela política feminista de fins dos anos 1960 e começos dos 1970, Thompson recusaria ideias como “igualdade na diferença”⁵⁵⁵.

Diante das limitações intrínsecas do conceito de classe presente na obra de Thompson e na tradição dela derivada, Scott, ela mesma autora de trabalhos de inspiração thompsoniana no passado, aponta como solução uma profunda mudança de concepção epistemológica. Historiadores como Thompson presumiriam a “realidade” da classe trabalhadora e se veriam documentando essa realidade antes que ajudando a construí-la. Entretanto, afirma Scott, é preciso reconhecer que a escrita da história

⁵⁵² SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”, p. 71.

⁵⁵³ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”, p. 72 (Grifos nossos).

⁵⁵⁴ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”, p. 83.

⁵⁵⁵ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”, p. 75.

desempenha um papel “na criação de identidades individuais e coletivas – identidades de gênero assim como de classe”⁵⁵⁶. A identidade, como apontariam as teorias pós-estruturalistas do discurso, não deveria ser entendida como reflexo de uma “realidade essencial”, mas como uma questão de lealdade política, o que demandava ênfase no estudo da organização da representação, do contexto e da política de qualquer “sistema representacional específico”. Assim, seria possível produzir uma narrativa em que classe e gênero se imbricassem “como representação, como identidade, como prática social e política”⁵⁵⁷.

Criticado por, implicitamente, conceber a identidade de classe como neutra em termos de gênero, Thompson não escaparia de objeção similar no que diz respeito à raça. Tal debate apareceu mais cedo e ganhou mais escala nos EUA⁵⁵⁸, mas foi também importante no contexto intelectual britânico. Se gênero tornou-se parte do vocabulário das ciências humanas e sociais apenas nas últimas décadas do século XX, raça e racismo, entendidos como sistemas de diferenças construídos cultural e historicamente, eram categorias há mais tempo estabelecidas. Portanto, os estudiosos que analisavam os imbricamentos entre raça e classe defrontaram-se mais cedo com o problemático legado da teoria marxista, que tendia a ver raça e racismo como decorrentes de contradições econômicas⁵⁵⁹. Em sentido oposto, o movimento crescente, nos EUA e na Grã-Bretanha, mais intensamente a partir dos anos 1980, foi a de “conceber raça como tendo sua própria especificidade, irreduzível a outras forças sociais, políticas e culturais – como classe e gênero – contudo modelada por elas também”⁵⁶⁰.

Praticantes estadunidenses da *history from below*, como Herbert Gutman⁵⁶¹, foram acusados de não ter dado suficiente atenção ao racismo da classe trabalhadora branca⁵⁶². No mundo britânico, Stuart Hall e Paul Gilroy deram vazão a questionamentos de aspectos centrais das novas história social e do trabalho⁵⁶³. O primeiro destacou que classe era filtrada por categorias raciais, sendo o racismo um

⁵⁵⁶ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”, p. 83-84.

⁵⁵⁷ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”, p. 87-88.

⁵⁵⁸ FALER, Paul G. “E. P. Thompson and American History: a retrospective view”. *The History Teacher*, v. 28, n. 1, 1994, p. 34.

⁵⁵⁹ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 162. Frutíferas reflexões sobre entrelaçamentos entre classe e raça já estavam presentes em textos do entreguerras, como DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America (1860-1880)*. New York: Simon and Schuster, 1935.

⁵⁶⁰ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 163.

⁵⁶¹ GUTMAN, Herbert G. *Work, Culture, and Society in Industrializing America: Essays in American Working-Class and Social History*, New York: Knopf, 1976.

⁵⁶² DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 183.

⁵⁶³ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 165-168.

elemento central nas dinâmicas internas da própria classe trabalhadora⁵⁶⁴. Paul Gilroy, por sua vez, era particularmente crítico ao fato de a esquerda britânica, incluindo Thompson, ter se apropriado da ideia de “britishness” sem desconstruir os elementos raciais e imperialistas presentes nesse discurso de nacionalidade⁵⁶⁵. Em ambos os lados do Atlântico, em contraposição ao etnocentrismo que se via no “inglês livre de nascimento”⁵⁶⁶ de *The Making*, propunha-se a ênfase na investigação das dimensões raciais e globais da experiência da classe trabalhadora moderna forjada no interior do capitalismo global⁵⁶⁷.

Os elementos eurocêntricos da narrativa de classe e o insuficiente tratamento do imperialismo estiveram, também, no centro da crítica que historiadores vinculados ao *Subaltern Studies Group* dirigiram à nova história social inglesa⁵⁶⁸. Desde o fim dos anos 1970, tais pesquisadores, bastante vinculados à *history from below*, vinham investigando opressão e resistência nos quadros do mundo colonial e pós-colonial asiático⁵⁶⁹. O próprio termo “subalterno”, utilizado para designar variados grupos não pertencentes às elites, era uma apropriação da obra de Gramsci, revelando as conexões dos estudos “subalternos” com a tradição marxista⁵⁷⁰. Entretanto, por recorrentemente terem que lidar com fontes arquivísticas e textos historiográficos produzidos pelo regime colonial, tais pesquisadores logo se interessaram pelo estudo das representações, valendo-se de teorias sobre produção textual e construção de narrativas. Tratava-se de apreender não apenas o que os textos queriam dizer, mas como eles produziam significados. Numa recapitulação das mudanças em curso, um importante historiador indiano avaliava, em meados dos anos 1990, que:

By the late 1980s, the Subaltern school had drifted away from Thompson and down the road to post-modernity. Increasingly, their project disclosed little coherence beyond the title that bound their volumes together as a slogan. By 1981, when the first volume of Subaltern Studies appeared, Thompson’s *Making* had acquired the status of a classic and it remained an inspirational text. But it had already been severely interrogated, sometimes by the research it had inspired, and the subject had inevitably moved on. When Subaltern Studies

⁵⁶⁴ HALL, Stuart. “Race, Articulation, and Societies Structured in Dominance”. In: *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Paris: Unesco, 1980.

⁵⁶⁵ GILROY, Paul. “*There Ain’t No Black in the Union Jack*”: The Cultural Politics of Race and Nation. Chicago (CA): University of Chicago, 1991.

⁵⁶⁶ TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHEK, T. “E. P. Thompson: a short introduction”, p. 15.

⁵⁶⁷ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 218.

⁵⁶⁸ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 219.

⁵⁶⁹ CHANDAVARKAR, R. “‘The Making of the Working Class’: E. P. Thompson and Indian History”. *History Workshop Journal*, n. 43, 1997, p. 180. A participação de pesquisadores no Grupo, em que se destacavam os indianos, era bastante fluida, sendo a publicação dos *Subaltern Studies*, a partir de 1981, um elemento que deu mais estabilidade e repercussão às pesquisas produzidas.

⁵⁷⁰ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 189.

moved towards ‘popular culture’ in their third volume (1984), its historiographical moment had already begun to pass, not least under the weight of a post-structuralist and Foucauldian critique.⁵⁷¹

Embarcando na virada linguística e cultural, tais autores passaram a ver a própria categoria “subalterno” como um produto da linguagem e da cultura⁵⁷². Tais esforços desconstrucionistas, somados às teorias pós-coloniais (especialmente, nas formulações de Edward Said e Gayatri Spivak), levaram os historiadores “subalternos” a se opor, nos anos 1990, a quaisquer pretensões universais de modelos e categorias do Ocidente⁵⁷³.

A profundidade, amplitude e repercussão das críticas pós-modernas ao pensamento thompsoniano, às novas história social e do trabalho e, mais amplamente, a todas as abordagens sociais remodelaram, irremediavelmente, o campo historiográfico. O conceito de classe não mais desfrutaria do poder explicativo que, nas ciências sociais e humanas, se lhe atribuía nos anos 1960 e 1970⁵⁷⁴. As obras de E. P. Thompson, antes vistas como decisivas para o alargamento dos interesses de uma história do trabalho que parecia limitada e estéril (especialmente, pelo quase exclusivo foco em instituições), era, agora, tachada de estreita e enviesada, interessando-se somente por luta de classes e pouco atenta aos diversos conflitos e relações de poder no interior da classe trabalhadora, que minavam a própria formação de classe⁵⁷⁵. No contexto intelectual anglo-saxônico, os anos 1980 assinalaram o fim da “Era de Ouro” da nova história social e, mais particularmente, da nova história do trabalho, subcampo disciplinar que, nas duas décadas precedentes, mostrara-se núcleo central de difusão de novas abordagens e de inovações temáticas⁵⁷⁶. Contudo, ainda que o quadro fosse de crise⁵⁷⁷, os vaticínios de morte foram rebatidos com pujantes movimentos de renovação da história social, o que, muitas vezes, fez-se a partir do legado thompsoniano⁵⁷⁸.

⁵⁷¹ CHANDAVARKAR, R. “‘The Making of the Working Class’: E. P. Thompson and Indian History”. *History Workshop Journal*, n. 43, 1997, p. 189.

⁵⁷² DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 199-200.

⁵⁷³ CHANDAVARKAR, R. “‘The Making of the Working Class’”, p. 190. Um bom exemplo dessa linhagem de estudos é: CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University, 2000.

⁵⁷⁴ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 2.

⁵⁷⁵ FALER, Paul G. “E. P. Thompson and American History: a retrospective view”, p. 35.

⁵⁷⁶ PRICE, Richard. “Histories of Labour and Labour History”, p. 264-267.

⁵⁷⁷ TAYLOR, Miles. “As guinadas linguísticas na história social britânica”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998, p. 77.

⁵⁷⁸ KIRK, Neville. “Challenge, crisis, and renewal? – themes in the labour history of Britain, 1960–2010”. *Labour History Review*, v. 75, n. 2, 2010.

1.10. Em defesa do legado thompsoniano: continuidade e renovação da história social

Entre os, agora, “velhos” novos historiadores sociais britânicos, não faltaram os que procuraram ver, pelo menos num primeiro momento, seus críticos pós-modernos como protagonistas de uma moda passageira de determinismo linguístico e cultural que afirmava o domínio inescapável das ideologias. Entretanto, emergiram, já nos anos 1980, respostas complexas em que se salientava que as abordagens sociais, especialmente as que se vinculavam ao legado thompsoniano, nem tinham sido indiferentes nem seriam incapazes de incorporar elementos centrais dos desafios pós-modernos⁵⁷⁹.

Chegou-se mesmo a afirmar que muito da obra de Thompson teria prefigurado argumentos pós-modernos cruciais devido à centralidade conferida por ele à experiência (e ao “tratamento cultural” que ela receberia) e às especificidades dos contextos sociais e culturais (e suas diferenciações e tensões internas)⁵⁸⁰. O historiador inglês teria atribuído autonomia à cultura, à política e à linguagem, admitindo a força determinante do discurso, visto como estruturante da realidade, canalizador da agência e arena para conflitos fundamentais. No espaço que teria aberto entre o “ser social” e a “consciência social”, Thompson situaria o discurso como mediador do engajamento das pessoas com o mundo social, estabelecendo as bases para a agência humana e a diacronia da mudança social. Assim, para ele, a “linguagem política, em particular, antes que epifenômeno para identidades pré-estabelecidas pela estrutura social, condiciona, necessariamente, identidades de mobilização como classe”⁵⁸¹. Ainda que tal leitura da obra de Thompson seja possível, é inegável que ele nunca explorou diretamente alguns dos desafios pós-modernos, como, por exemplo, os aspectos de gênero na formação de classe por meio da linguagem⁵⁸².

Não bastaria, portanto, àqueles que desejavam manter a vitalidade da história social a reafirmação de antigos pressupostos, seria preciso que se lançassem, também, a

⁵⁷⁹ STEIMBERG, Marc W. “Culturally speaking: finding a commons between post-structuralism and the Thompsonian perspective”. *Social History*, v. 21, n. 2, 1996.

⁵⁸⁰ CHANDAVARKAR, R. “The Making of the Working Class”, p. 183.

⁵⁸¹ STEIMBERG, Marc W. “Culturally speaking...”, p. 201-202.

⁵⁸² No começo dos anos 1990, pouco antes de sua morte, Thompson admitia que: “(...) creio que Joan Scott, e ela não é a única, faz uma crítica importante de *The Making*, e que preciso manter em mente: a própria classe operária era uma estrutura, uma construção mental masculina. Acho que eu não o tinha percebido verdadeiramente, ela soube mostrar isso com clareza. (...) Seja como for, acho que é muito justo e fundamental dizer que a formação das classes e da consciência de classe sempre tiveram conotações masculinas.” THOMPSON, E. P. “O Espírito *Whig*...”, p. 174-175.

novas direções⁵⁸³. Assim, desde os anos 1980, eles têm intensificado seu interesse pelo papel da linguagem e da cultura no processo de formação de classe⁵⁸⁴. Igualmente, tem sido alargada e sofisticada a investigação das complexas articulações das identidades de classe com diversas outras (raça, gênero, etnicidade, nacionalidade, espaço etc.), emergindo arranjos variados – e, às vezes, inconsistentes – entre abordagens sociais e culturais⁵⁸⁵. Superando os limites nacionais e apreendendo melhor as dinâmicas do imperialismo, investigações de fenômenos transnacionais têm, também, remodelado a compreensão do processo de formação de classe⁵⁸⁶. Este, na esteira das críticas pós-modernas, passou a ser visto em termos ainda mais contingentes e dinâmicos do que os indicados por Thompson. Afinal, agora, estudavam-se mais detidamente os elementos desagregadores (como a multiplicidade de identidades), as relações de poder no interior da classe trabalhadora (no local de trabalho, na família, na política etc.)⁵⁸⁷ e a “intrincada maquinaria da dominação de classe” (formação das classes dominantes, complexidades do aparato estatal, processos de hegemonia etc.)⁵⁸⁸.

Em maior ou menor proporção, textos de críticos do pensamento E. P. Thompson, das diversas vertentes aqui abordadas, circularam entre autores dos trabalhos que são objeto de nossa pesquisa. Tais leituras influenciaram o próprio processo de recepção da obra do historiador inglês, como procuraremos salientar nos capítulos seguintes. Entretanto, ainda mais central para nossa investigação são as diversas maneiras pelas quais esses pesquisadores ofereceram suas próprias respostas a tais críticas na medida em que precisavam superar impasses vinculados aos objetos específicos a que se dedicavam. Como veremos, nesse movimento, eles revelaram, não

⁵⁸³ KAYE, Harvey. “E. P. Thompson, the British Marxist Historical Tradition and the Contemporary Crisis”. In: KAYE, Harvey and McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990, p. 258.

⁵⁸⁴ McNALLY, David. “Língua, história e luta de classes”. In: WOOD, E. M. e FOSTER, J. B. (orgs.). Trad.: Ruy Jungman. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

⁵⁸⁵ DWORKIN, Dennis. *Class struggles*, p. 220-222.

⁵⁸⁶ LINDEN, Marcel Van der. “História do Trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, 2009; PRICE, Richard. “Histories of Labour and Labour History”. *Labour History Review*, v. 75, n. 3, 2010; LINDEN, Marcel van der. “Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial”. *História*, v. 24, n. 2, 2005.

⁵⁸⁷ GEARY, Dick. A “virada linguística”: pós-modernismo e história do trabalho. *Perspectiva*, v. 18, n. 33, 2000; SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Unicamp, 2004; KIRK, Neville. “Cultura: costume, comercialização e classe”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

⁵⁸⁸ KAYE, Harvey. “E. P. Thompson, the British Marxist Historical Tradition...”, p. 259.

poucas vezes, originalidade e criatividade para manter o intenso processo de renovação da história social brasileira que se iniciara na segunda metade dos anos 1970.

CAPÍTULO 2

E. P. Thompson na produção discente dos anos 1980

Neste capítulo, exploraremos a recepção da obra thompsoniana na produção discente do PPGHU concluída nos anos 1980. Iniciaremos o percurso investigando relações desse processo com as transformações pelas quais então passavam as instituições universitárias de produção historiográfica nacionais (salientando importantes aspectos específicos da dinâmica institucional do PPGHU) e com a conjuntura sócio-político-cultural brasileira do período (enfatizando seus impactos sobre importantes concepções vigentes entre os historiadores). Na sequência, mapearemos a circulação das edições de obras de E. P. Thompson entre os discentes do PPGHU, passando, depois, a analisar as opções de leitura que realizaram, as apropriações que empreenderam e os resultados destas nos trabalhos historiográficos que produziram.

2.1. Instituições de produção historiográfica e mudanças na historiografia

Os anos 1970 e, especialmente, os 1980 foram marcados pela expansão e consolidação das instituições universitárias brasileiras de produção historiográfica, tornando-as, praticamente, polo exclusivo da elaboração de conhecimento historiográfico no país. Após a reforma universitária de fins dos anos 1960, a qual extinguiu o regime de cátedras e estabeleceu a estrutura departamental, novas diretrizes foram definidas para os cursos de pós-graduação¹, que se multiplicaram rapidamente. Entre 1971 e 1974, instalaram-se 8 cursos de mestrado. Ao final da década seguinte, eles já eram 16. Se, no começo dos anos 1970, o único curso de doutorado era o ofertado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1989, havia mais quatro outras opções². O reflexo no número de trabalhos concluídos não tardou a se manifestar,

¹ O sistema federal de pós-graduação unificou as formas de funcionamento e avaliação das atividades de pesquisa nesse nível. As novas exigências da Capes “não só provocaram a necessidade de adequação dos programas às novas regras, como também incentivaram os historiadores a participar da definição da política nacional de pós-graduação”. Cf. FERREIRA, Antonio Celso. “A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento”. In: GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 324.

² Em 1989, os cursos de mestrados em funcionamento (e suas respectivas datas de implantação) eram ofertados por: USP (1971), UFF (1971), UFPR (1972), PUC-SP (1972), UFGO (1972), PUC-RS (1973), UFPE (1974), UFSC (1975), UnB (1976), UNICAMP (1976) e UFRJ (1979), UNESP/Assis (1980), UNESP/Franca (1980), UFRGS (1985), UNISINOS (1987) e PUC-RJ (1988). Na mesma ocasião, os cursos de doutorado eram mantidos por: USP (1971), UFSC (1981), UFF (1984), UNICAMP (1984) e

saltando-se, por exemplo, de 275 dissertações defendidas no período 1973-1979 para 665, no período 1980-1989³.

Além de intensificar a profissionalização e a especialização dos historiadores, o novo quadro institucional foi fator decisivo no movimento de renovação que, mais nitidamente a partir dos anos 1980, marcou a historiografia nacional. Tal processo, que não excluiu a continuidade de importantes tendências que haviam renovado a historiografia na década precedente⁴, caracterizou-se, entre outros aspectos, pela diversificação dos referenciais teórico-metodológicos, multiplicação de objetos de pesquisa, ampliação do repertório de fontes e introdução de novas modalidades de escrita do texto historiográfico⁵.

Procurando contrastar as principais características da produção historiográfica brasileira dos anos 1960/1970 e as da que emerge no período 1970/1980, Igor Ramos⁶ afirma que as condições sociopolíticas dos anos 1960 e 1970 “induziram uma ‘aglutinação’ dos historiadores em torno de um problema comum, o regime civil-militar”. Nesse contexto, especialmente na década de 1970, entre os intelectuais brasileiros estabeleceu-se uma hegemonia cultural da esquerda, ganhando espaço as concepções teórico-metodológicas vinculadas ao marxismo⁷. Para os intelectuais do período, conhecer e mudar o país eram necessidades que se imbricavam. A compreensão dos problemas nacionais permitiria ao intelectual assumir um papel de condutor, colocando-se como “vanguarda” do próprio processo de transformação. Atentos às questões relativas à modernização do país que lhes eram contemporâneas, os historiadores mostraram-se especialmente interessados em abordagens

PUC-RS (1986). Cf. FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*: elementos para uma avaliação historiográfica. v. 1. Ouro Preto: UFOP, 1994, p. 34-35.

³ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, p. 42.

⁴ As “inovações nas técnicas de pesquisa, no tratamento das fontes, na orientação metodológica, abrindo-se o leque tradicional de fontes históricas” são temas de livro pioneiro sobre a produção historiográfica dos anos 1970: LAPA, José R. A. *A historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981, p. 44.

⁵ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, p. 21-22.

⁶ O que se segue, nos próximos dois parágrafos, quando não indicado por nota de rodapé específica, é uma síntese do Capítulo 4 – Parte II (pp. 198-249) de RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica* – as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese (Doutorado). Assis: FCL-Unesp, 2014.

⁷ Livro clássico sobre o tema é PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990 (especialmente, os capítulos 3 e 4). Vale lembrar, contudo, que, na historiografia acadêmica dos anos 1970, permanecia significativa a quantidade de trabalhos amparados em muito empirismo e pouca reflexão teórico-metodológica. Cf. MOTA, Carlos G. “A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação e crítica”. *Debate e Crítica*. São Paulo, n. 5, 1975, p. 4 e LAPA, José R. Amaral. *A historiografia brasileira contemporânea*, p. 9.

socioeconômicas, sendo praticamente obrigatórias referências aos estudos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Algumas das mais recorrentes influências estrangeiras no período vinculavam-se ao marxismo e aos *Annales* (primeira e segunda gerações)⁸, destacando-se as menções a Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Eric Hobsbawm, Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Albert Soboul, Ernest Labrousse, Marc Bloch, Lucien Febvre, Jacques Godechot e Fernand Braudel⁹. Assim, na produção historiográfica brasileira, predominava um modelo interpretativo mais “formalista”, isto é, aquele em que a “explicação parte de pressupostos, categorias e relações lógicas muito bem definidos, para compreender o ‘social concreto’ brasileiro e suas peculiaridades”. Na mesma direção, ainda que bem delimitados (espacial e temporalmente), os objetos sempre deveriam ser explicados em sua articulação com um referencial de totalidade¹⁰. Completando os traços mais característicos da produção historiográfica do período, haveria o predomínio de uma escrita “lógico formal” combinada com uma “narrativa sintética”¹¹.

Tal quadro teórico-metodológico começaria a se modificar a partir da segunda metade dos anos 1970, com a introdução de noções da Nova História francesa (terceira geração dos *Annales*), da micro-história italiana e do materialismo histórico e cultural. Ao longo dos anos 1980, os novos referenciais teórico-metodológicos difundiram-se em um contexto de “consolidação do predomínio da História Social”¹² e, desse modo:

(...) emerge uma historiografia preocupada em compreender as relações cotidianas, resgatar e valorizar o pensamento e as ações dos dominados. (...) Nela não predomina a

⁸ Para uma análise dos *Annales* em termos de gerações, cf. BURKE, P. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1992.

⁹ Na mesma linha das considerações de Ramos (e acrescentando nomes como Lukács, Gramsci e Hannah Arendt), mas dando especial ênfase às inovações da historiografia dos anos 1970, cf. BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 70*. 2.ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

¹⁰ Em tom descontraído, mas revelador, uma historiadora afirma que: “Alguns de nós que nesses anos [fins dos 60 e durante os 1970] escrevemos dissertações ou teses, hoje [meados dos anos 1990] brincamos que *era então necessário primeiro resolver que modo de produção vigorava no país, para depois poder começar o trabalho*.” Cf. BORGES, Vavy P. “Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 442 (nota 38) (Grifos nossos).

¹¹ “(...) uma codificação do conjunto de fatos em uma totalidade, que se desdobra no tempo de acordo com um padrão lógico de desenvolvimento. Além disso, recorrem a citações diretas e indiretas, informações estatísticas, utilizam gráficos e tabelas, entre outros recursos para fornecer ‘dados objetivos’.” Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 193.

¹² FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, p. 33-34. Com certa ironia, um historiador brasileiro afirmava, em fins dos anos 1980, que: “poder-se-ia dizer que, muito provavelmente, nove entre dez historiadores consideram-se historiadores sociais hoje em dia.” Cf. BATALLA, Cláudio H. M. “A história social em questão”. *História. Questões & Debates*, n. 17, 1988, p. 229.

preocupação em constituir categorias, mas sim em narrar às lutas cotidianas, descrever as estratégias empreendidas por diferentes agentes sociais e o significado dessas atitudes para estes agentes; enfim, deixou de “julgar” e passou a “resgatar”.¹³

Nesse processo de crescimento dos enfoques socioculturais e, mais raramente, culturais, em detrimento dos socioeconômicos, despertaram-se acalorados debates na “comunidade dos historiadores”. Particularmente estudos sobre novas temáticas, como bruxaria, sexualidade, corpo, loucura e imaginário, que não chegaram a representar nem 5% da produção historiográfica acadêmica da década de 1980, receberam duras críticas e deram origem a gracejos até hoje presentes na memória de historiadores universitários¹⁴.

Como se vê, além de ser um período de significativas mudanças na produção historiográfica, incluindo as próprias condições institucionais de sua elaboração, os anos 1980 foram, também, palco de importantes disputas entre operações historiográficas distintas e, às vezes, antagônicas. Investigando a recepção da obra de E. P. Thompson na produção discente do PPGHU necessariamente voltaremos a nos confrontar com significativos aspectos desses processos nas páginas seguintes. Por ora, situemos a expansão e consolidação das instituições universitárias de produção historiográfica em um contexto mais abrangente, isto é, aquele da sociedade brasileira.

2.2. *Sociedade, historiadores e mudanças na historiografia*

Não apenas a “comunidade dos historiadores” passava por transformações no período mencionado. Mais amplamente, a sociedade brasileira experimentava grandes inflexões na medida em que expressivos segmentos da população engajavam-se, especialmente a partir de fins dos anos 1970, na luta para pôr fim à Ditadura Civil-Militar e levar adiante a redemocratização do país. Não raramente lembrada como a “década perdida”, devido aos momentos de significativa retração do produto interno

¹³ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 485.

¹⁴ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, p. 57. Crítica contundente à Nova História francesa pode ser encontrada em CARDOSO, Ciro F. “Uma ‘Nova História’?”. In: *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. Sobre os gracejos em relação às novas temáticas, Antonio Celso Ferreira lembra, por exemplo, que a obra *Literatura como missão* (São Paulo: Brasiliense, 1983), apresentada dois anos antes na USP como tese de doutorado por Nicolau Sevcenko, foi “apelidada à época, de jocosa e, equivocadamente, de ‘literatura como omissão’ por estudantes de esquerda, impacientes diante dos temas ditos ‘alienados’ que alguns professores escolhiam para estudar.” Cf. “A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento”. In: GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 340.

bruto, de desemprego e inflação crescentes e de acelerada expansão do endividamento público, os anos 1980 foram, também, período de importantes “ganhos” democráticos para amplos setores da população brasileira ou, no mínimo, de alargamento e diversificação dos espaços das lutas sociais por direitos. Pensada nesses termos, a década de 1980 é marcada por desdobramentos de tendências que se fizeram mais visíveis na segunda metade dos anos 1970, sendo uma das principais a emergência dos “novos” movimentos sociais¹⁵.

Quando, em 1976, na cidade de São Paulo, milhares de mulheres articuladas a partir de clubes de mães vinculados aos chamados setores “progressistas” da Igreja Católica participaram de grande reunião para debater a elevação do “custo de vida” e propor aos governantes, por meio de abaixo-assinados, medidas para enfrentar o problema, elas deram maior visibilidade pública a modalidades de organização fortemente baseadas no cotidiano que, desde o começo dos anos 1970, vinham sendo gestadas entre os trabalhadores e outras camadas populares. Geralmente realizadas no interior das fábricas, as greves de maio de 1978, que eclodiram entre os metalúrgicos do ABC paulista e rapidamente ganharam a adesão de outros operários paulistas, também colaboraram para a visibilidade anteriormente mencionada, contra-atacando o silenciamento repressivo imposto, nos anos anteriores, por patrões e pelo Estado autoritário. Tais demonstrações de capacidade organizativa logo ganharam as ruas e se corporificaram em um variadíssimo conjunto de ações coletivas e instituições, tornando os trabalhadores atores de peso no cenário público da luta pelo fim da Ditadura Civil-Militar, no qual buscaram intervir com reivindicações próprias em relação ao processo de redemocratização¹⁶.

Por meio de suas multifacetadas ações e organizações (sindicatos, partidos, associações de bairro, movimentos rurais, clubes de mães etc.), os trabalhadores participaram, às vezes como protagonistas, dos mais relevantes episódios políticos dos anos 1980, como, por exemplo: eleições estaduais de 1982, campanha *Diretas Já*, elaboração da Constituição de 1988 e eleições presidenciais de 1989¹⁷. Não foram poucos os membros da “comunidade dos historiadores” e de outros segmentos

¹⁵ PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

¹⁶ MACEDO, Francisco B. *A greve de 1980*: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos do ABC paulista. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

¹⁷ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicalismo e democracia no Brasil*: atualizações – do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002.

intelectuais que, também, envolveram-se ativamente nesses acontecimentos¹⁸. Buscando caracterizar a conjuntura em que escreveu, na primeira metade dos anos 1980, o seu *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub, doutorando no PPGHU entre 1985 e 1989, recorda-se que:

O tempo e o lugar de um livro explicam muito de seu feitio. A pesquisa e a redação deste aqui ocorreram em meio a um turbilhão político contínuo: ressurgimento dos movimentos sociais de massa no país, luta pela derrubada da ditadura militar, anistia, redemocratização, eleições para governador, campanha para as Diretas-Já. Tempo que deixou saudade, não apenas pelo motivo próprio da juventude vivida e ida. *Era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva*. À história pertencia também a empreitada de produzir conhecimento histórico. Surgiam novos programas de pós-graduação, os debates teóricos alargavam-se, as possibilidades de pesquisa e exploração de fontes inéditas apareciam a cada dia. *O que lembro deste livro e daquela época é de um estado de excitação política e intelectual constante, que parecia mais do que idiossincrasia individual*.¹⁹

Certamente, a “excitação política e intelectual” experimentada por Chalhoub era “mais do que uma idiossincrasia pessoal”. Segundo Igor Guedes Ramos, em recente trabalho sobre a historiografia brasileira dos anos 1980, estava em curso uma mudança na própria “postura ético-política”²⁰ predominante entre os intelectuais:

Nos anos 60/70 predominou entre os intelectuais brasileiros a noção de que eram os únicos capazes de escapar das “ideologias” e compreenderem cientificamente a sociedade brasileira, os vícios e virtudes de seus inúmeros agentes, postura que denominamos de intelectual *vanguardista*. Ao contrário, na década de 1980, começa a predominar a noção de que os intelectuais são apenas mais um agente da sociedade, sua função é compreender os significados das ações e formas de pensar dos outros agentes, resgatá-las, divulgá-las e não julgá-las a partir de um critério universal. Em geral, esses historiadores tomaram partido dos agentes subordinados ou dominados (escravos, operários, miseráveis, mulheres etc.), denominamos essa postura intelectual de *militante de base*. Esta última foi alimentada teoricamente pela noção de “intelectual específico” de Foucault e pela crítica de Thompson ao marxismo “formalista” dos althusserianos e de parte da Nova Esquerda inglesa.²¹ Assim, a função do intelectual seria favorecer a (re)ativação do pensamento e da ação desses grupos marginalizados, em prol da constituição de uma sociedade mais justa e

¹⁸ Sobre o crescente estreitamento, a partir de meados dos anos 1970, dos vínculos dos intelectuais acadêmicos com o campo da política (inclusive, a institucional), Cf. LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

¹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas: Unicamp, 2001, p. v-vi (Grifos nossos).

²⁰ Com o termo “postura ético-política”, o autor designa “dois aspectos”, sempre imbricados, da “postura dos intelectuais”: “O aspecto ético que se refere à representação que o indivíduo tem de si mesmo em relação aos outros grupos socioculturais, seu papel ou função em relação a estes, o conjunto de regras ou valores que regem sua forma de se comportar perante os outros. E o aspecto político que se refere a suas representações de sociedade, de história e projeção de futuro, elementos que constituem uma matriz de práticas e discursos para gestão e transformação da sociedade.” Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 69.

²¹ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 478. Utilizando termos distintos dos empregados por Ramos, mas diagnosticando, também, a mudança na postura ético-política dos intelectuais, cf. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*, p. 240.

igualitária. Deste modo, consideramos que esta outra historiografia não é menos engajada, contudo, emerge outra forma de engajamento (...).²²

Nas afirmações de Ramos – que correspondem mais ao que se passou na significativa parcela do campo intelectual próxima política e ideologicamente da esquerda ou, mais amplamente, no agrupamento que Pécaut denominou “intelectuais de oposição”²³ – salienta-se que a mudança ético-político que ganhava impulso entre os intelectuais era fomentada, também, pela apropriação de novos referenciais teórico-metodológicos, destacando-se o thompsoniano e o foucaultiano. Em outra passagem, Ramos é ainda mais enfático sobre os “atrelamentos” entre nova conjuntura sócio-político-cultural nacional, mudanças na postura ético-política dos intelectuais, contexto de expansão/consolidação das instituições universitárias de produção historiográfica e emergência de outras práticas historiográficas na “comunidade dos historiadores”:

(...) na transição dos anos 70 para os 80 emergiu outra “atmosfera intelectual” no Brasil que denominamos de “utópica”; pois, descreve o surgimento de uma grande expectativa de mudança na sociedade brasileira que foi inscrita, pelo esforço de alguns historiadores, em um trabalho de “renovação” da historiografia e de postura do historiador perante a sociedade. Essa “atmosfera utópica” se articulou com a “consolidação dos programas de pós-graduação”, impulsionando a apropriação e o desenvolvimento de outras *práticas historiográficas* na década de 1980.²⁴

(...) o que temos são duas atmosferas históricas distintas (60-70 e 70-80) que favorecem determinados posicionamentos por parte dos historiadores, uma espécie de *húmus* em que certas *práticas historiográficas* podem florescer com maior facilidade em relação a outras. E, o mais importante, é que os historiadores que viveram a “passagem” para os anos 80, se esforçaram para construir *práticas historiográficas* que consideravam condizentes com as “novas” condições históricas – ressurgimento dos movimentos sociais (principalmente as greves do ABC paulista), enfraquecimento e fim do regime civil-militar, Diretas-Já, elaboração da “Constituição Cidadã” etc. Para ajudar a responder aos “novos” problemas, sem dúvida, os pensamentos de Thompson e de Foucault foram uma opção disponível e eficaz (...).²⁵

²² RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 203. O Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado, em 1962, a partir da cadeira de Sociologia I da USP, por iniciativa de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, é um bom exemplo de instituição assentada na concepção do intelectual como agente imparcial, capaz de conduzir intervenção na realidade social da maneira mais eficiente. Cf. ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

²³ Investigando cientistas sociais cariocas e paulistas que, nos anos 1970/80, pesquisaram os movimentos sociais emergentes no período, Marco Antonio Perruso afirma que: “Boa parte do campo intelectual brasileiro já não desejava mais ser a vanguarda iluminada dos trabalhadores. Os que ainda raciocinavam nesses termos, intelectuais ligados ao marxismo ortodoxo, ao PCB, ao PC do B etc., não estavam mais em condições de agir enquanto vanguarda do movimento operário e popular, pois já ultrapassados, em termos de influência, pela CUT e pelo PT na maioria dos movimentos sociais relevantes. Os “novos” intelectuais pretendiam estar ao lado dos trabalhadores, não acima deles. (...) Os intelectuais universitários eram um ator político dentre outros atuantes no “novo” campo popular, assim como a Igreja Católica progressista.” Cf. *Em busca do “novo”*, p. 488 (Grifos nossos).

²⁴ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 215.

²⁵ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 203-204.

Segundo Fico e Polito, no “imaginário” sobre a produção histórica na segunda metade dos anos 1980, fomentado, inclusive, pela mídia à época²⁶, o PPGHU seria um dos polos dinâmicos das novas “práticas historiográficas”, que se consubstanciavam, por exemplo, na incorporação dos já mencionados referenciais teórico-metodológicos e em um programa de pesquisas largamente dedicado a novas temáticas relativas a sujeitos históricos subalternos (operários, escravos etc.)²⁷. Tal imagem, já questionada pelos autores, é devidamente matizada pelo estudo de Ramos, cuja análise das teses e dissertações dos anos 1980 constata, por exemplo, o uso de obras de Thompson e Foucault em todos os programas de pós-graduação abordados por ele na pesquisa (USP, UNICAMP, UNESP-Assis, UFPR, UFF e UFRJ), atingindo, inclusive, impacto quantitativo bastante relevante em alguns deles. Em que pese essa importante ponderação, Ramos reconhece que, em termos quantitativos, “o valor relativo demonstra que a penetração dos pensamentos desses intelectuais foi *muito maior* na UNICAMP”²⁸.

Em artigo recente, buscando, também, investigar a recepção da obra thompsoniana no Brasil, Antonio Luigi Negro aproxima-se de algumas proposições de Ramos. Segundo o autor, entre os anos 1970 e o começo dos anos 2000, Thompson foi adotado por uma “rede tramada entre Campinas e São Paulo bem como Rio e Niterói”²⁹, composta por cientistas sociais e historiadores. Mesmo enfatizando que o processo de apropriação em curso “não se fez apenas com um número exato de instituições mas com os sujeitos das pesquisas, fossem os pesquisadores, fossem os sujeitos pesquisados”³⁰, o artigo de Negro detém-se, fundamentalmente, sobre autores/trabalhos que estavam vinculados à Unicamp, USP, UFF e UFRJ/Museu Nacional³¹, situando os textos pioneiros dos anos 1980 numa conjuntura em que:

(...) a luta contra a ditadura no Brasil *deu mais ânimo ao interesse pelos trabalhadores*. Notava-se então o incerto processo de formação da classe trabalhadora e não o seu clímax

²⁶ Cf., por exemplo, “Tradição, volver: nem só de datas e fatos vive a História”. *Veja*, 24/01/1981. Nesta matéria, são entrevistados três docentes do PPGHU (Edgar S. Decca, Maria S. Bresciani e Ítalo Tronca).

²⁷ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, p. 160.

²⁸ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 487 (Grifos nossos).

²⁹ NEGRO, Antonio Luigi. “E. P. Thompson no Brasil: recepções e usos”. *Crítica Marxista*, n. 39, 2014, p. 151-152.

³⁰ NEGRO, Antonio Luigi. “E. P. Thompson...”, p. 154.

³¹ Em texto que busca fazer uma apresentação da obra de Thompson, mas toca em alguns aspectos de sua recepção no Brasil, R. G. Müller e S. Munhoz indicam, também, a PUC/SP como *locus* importante nesse processo. Cf. “Edward Palmer Thompson”. In: LOPES, Marco A. e MUNHOZ, S (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 50.

(a classe com consciência de classe). *Thompson foi percebido*, em dias de tremenda repressão, como *uma chance para mover e arejar a pesquisa feita pelas ciências humanas*. A conjuntura formada tanto com a *derrota da esquerda armada* quanto com a transparente – e hercúlea – *força e criatividade do povo comum* (ou da gente trabalhadora) *dissolveu a segurança* daqueles que estavam certos de que “só os marxistas possuíam a verdadeira receita para a transformação da sociedade”. (...) Do chão das fábricas, das ruas nos bairros operários, das ruas do canavial e do engenho, dos mais variados locais – o templo e o xangô, o assentamento e a vila –, jorrava a energia que dera sangue ao cruel “milagre” econômico. *Tal ímpeto não só atraiu o imaginário acadêmico como também o modificou*. Em suma, a espontaneidade popular, bem com sua história eram a chave para a democracia.³²

Notemos que, assim como Ramos, Negro atribui grande importância à conjuntura da “passagem” para os anos 1980 no processo de recepção da obra de Thompson no país. Entretanto, enquanto Negro fala que “a luta contra a ditadura no Brasil *deu mais ânimo* ao interesse pelos trabalhadores”³³, Ramos destaca que “na transição para os anos 80 *se atrelou* as mudanças que ocorriam e as possibilidades de melhoria da sociedade brasileira, a uma necessidade de se estabelecer outras *práticas historiográficas*, distintas daquelas predominantes na década de 1960/70”³⁴.

Nesta seção da tese, partindo de um olhar focado nos arranjos intrainstitucionais (isto é, no interior do próprio PPGHU) e interinstitucionais (isto é, em relação a outros programas de pós-graduação em História, em especial ao da USP), acrescentaremos mais elementos às proposições de Negro e Ramos e, ao mesmo tempo, problematizaremos o “atrelamento” apontado pelo último. Nesse sentido, sugeriremos uma maior autonomia das instituições universitárias de produção historiográfica em relação à conjuntura da virada para os anos 1980, o que nos levará a ressaltar a habilidade de alguns historiadores em mobilizá-la para a obtenção de mais legitimidade para posições que já vinham defendendo e assim conquistar espaço intrainstitucional e interinstitucional. Por meio desse percurso, exploraremos aspectos cruciais do processo pelo qual a “história social do trabalho” e a obra de E. P. Thompson ganharam, ao longo dos anos 1980, centralidade na produção discente do PPGHU.

³² NEGRO, Antonio Luigi. “E. P. Thompson...”, p. 153 (Grifos nossos). O trecho entre aspas em meio à citação do texto de Negro é de: THOMPSON, Dorothy. “Marxismo e História”. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 216.

³³ NEGRO, Antonio Luigi. “E. P. Thompson...”, p. 153 (Grifos nossos).

³⁴ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica...*, p. 479 (Grifos nossos).

2.3.PPGHU, um novo “lugar” de produção historiográfica universitária: dinâmicas intra/interinstitucionais e a conjuntura da transição para os 1980

Em 1974, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, então professores do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, empenhavam-se na aquisição do “mítico” arquivo reunido pelo militante sindical e anarquista Edgard Leuenroth, que morrera poucos anos antes. Iniciadas em 1971, as conversações só estavam avançando devido à intervenção do professor Azis Simão, docente da USP com vínculos nos meios anarquistas³⁵. A imensa quantidade de documentos, especialmente periódicos, relativos ao movimento operário da Primeira República parecia ainda mais valiosa aos olhos dos dois pesquisadores, que há pouco haviam defendido seus doutorados em temas relacionados àquele vasto conjunto de fontes³⁶: “era como se estivéssemos numa máquina do tempo, descreve Pinheiro”³⁷. O arquivo ficaria sob responsabilidade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)³⁸. Entretanto, argumentava-se sobre sua importância para o PPGHU, que receberia seus primeiros ingressantes em 1976/1977. Inclusive, em 1974, justificando a (re)contratação – para o período 1975-1977 – de Michael Hall, que também já trabalhara no IFCH no primeiro semestre de 1971, ressaltava-se que ele iria “colaborar na implantação do Mestrado de História, bem como no que se refere ao Centro de Documentação do IFCH”³⁹. Afinal, “seu profundo conhecimento da imprensa social no início do século XX no Brasil, o torna elemento indispensável para a exploração do arquivo Leuenroth, adquirido pela Unicamp. Seu trabalho certamente propiciará a intensificação de pesquisas que se utilizam desse

³⁵ “Histórias pitorescas do AEL, que está completando 30 anos.” *Jornal da Unicamp*, 11 a 17/10/2004.

³⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio M. S. *La fin de la Premiere Republique au Bresil: crise politique et revolution 1920-1930*. Tese (Doutorado). França: Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, 1971 (Orientador: Serge Hurtig) e HALL, Michael M. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*. Tese (Doutorado). EUA: Columbia University, 1969 (Orientador: Lewis Hanke).

³⁷ “Histórias pitorescas do AEL, que está completando 30 anos.” *Jornal da Unicamp*, 11 a 17/10/2004.

³⁸ Criado em 1972, o IFCH tem sua origem no Departamento de Planejamento Econômico e Social, o primeiro da área de humanidades da Unicamp, inaugurado no começo dos anos 1970, e basicamente formado por professores e ex-alunos “marxistas” dos cursos da Cepal no Rio de Janeiro e São Paulo. Cf. CAVALCANTE, Emanuel Candeia. *A repercussão do conceito de experiência de E. P. Thompson na historiografia brasileira: um estudo sobre a Unicamp e Sidney Chalhoub (1980-1998)*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2010, p. 131. Cf., também, OROZCO, Elena Maritza L. *Estudo de uma comunidade científica na área das ciências sociais: o caso do IFCH da Unicamp*. Dissertação (Mestrado). Campinas: IG-Unicamp, 1994.

³⁹ Carta do Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck (Diretor do IFCH) ao Magnífico Reitor da Unicamp, 02/02/1974, folha 21. (Vida Funcional – Prontuário: Michael M. Hall). Arquivo da Secretaria de Graduação do Departamento de História da Unicamp.

valioso acervo”⁴⁰. Cerca de três décadas e meia depois, tais expectativas, pelo menos na avaliação de Edgar Salvadori de Decca, que também estaria entre os primeiros docentes do PPGHU, parecem ter sido largamente superadas, pois:

A criação do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), em 1974, *transformou a história do Brasil*. Por meio dos documentos que integram o seu acervo, foi possível dar voz a segmentos importantes da população, como trabalhadores e movimentos sociais, que foram ignorados pelo relato oficial elaborado pelas elites dominantes.⁴¹

No mesmo evento de inauguração da nova sede do AEL, em 2009, Marco Aurélio Garcia, que, tendo retornado da França em fins dos anos 1970, trabalhou em projetos ligados à organização da documentação do arquivo e, logo depois, ingressou como docente no Departamento de História da Unicamp⁴², fez questão de enfatizar outro aspecto da aquisição do AEL em 1974:

A ação inicial de Michael e Paulo Sérgio *foi uma ação militante*, que não faz parte das práticas acadêmicas tradicionais, assim como de todos que vieram posteriormente. O Arquivo tinha como ímã os acervos de Leuenroth e Octavio Brandão, e era preciso atrair outros que poderiam se constituir em novos focos de atração. Fazer do AEL o que é hoje, só foi possível porque *muito além de orientações de caráter acadêmico ou de preocupações administrativas, tínhamos o espírito militante*. Isso é que deu vida ao Arquivo.⁴³

Na mesma ocasião, Paulo Sérgio Pinheiro, reforçando a linha argumentativa de Garcia, salientava que:

As observações de fora são de que, quando se está em um regime autoritário, não existe sociedade civil, academia ou intelectuais – estão todos submetidos. É claro que há presos, torturados, desaparecidos, mas há outros que sobrevivem e *têm que enfrentar o regime com outras formas de militância, não só de política aberta*.⁴⁴

As colocações de Pinheiro ecoavam aquelas proferidas, em 1994, por Francisco Foot Hardman, seu orientando na segunda metade dos anos 1970 e um dos primeiros a

⁴⁰ Ofício 271/74 ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, folha 23. (Vida Funcional – Prontuário: Michael M. Hall). Arquivo da Secretaria de Graduação do Departamento de História da Unicamp.

⁴¹ “Nova sede vai permitir que AEL quadruplique número de consultas”. *Jornal da Unicamp*, 23 a 29/11/2009, p. 11 (Grifos nossos).

⁴² Carta de Déa Ribeiro Fenelon à Comissão de Contratação da Unicamp apresentando Marco Aurélio Garcia, 02/07/1982, fl. 38. (Vida Funcional – Prontuário: Marco Aurélio Garcia). Arquivo da Secretaria de Graduação do Departamento de História da Unicamp.

⁴³ “Nova sede vai permitir...”, p. 11 (Grifos nossos).

⁴⁴ “Nova sede vai permitir...”, p. 11 (Grifos nossos).

demonstrar as potencialidades do AEL na renovação da historiografia sobre o operariado da Primeira República⁴⁵:

Havia, pois, esse esforço, esse nosso apego em preservar algo, em produzir algo no sentido dessa preservação *que se vinculava deliberadamente a uma perspectiva clara de resistência*. Resistência a um só tempo política – nossa atividade era de antemão adversa a uma regime totalmente avesso a esse tipo de organização da memória – e cultural – professores e estudantes reunidos, numa certa utopia humanística herdeira de maio de 1968, nesse espaço ainda incipiente da universidade, tentando solidariamente sobreviver e manifestar modos diversos de sentir e viver, signos, linguagens e experiências até bem pouco submersas.

Assim, um fio prolongado de continuidade histórica parecia *ligar a militância histórica e heroica do movimento operário a esses esforços primeiros de organização do AEL* (...) Essa linha de resistência continuada vazava períodos e chegava até a alguns dos sobreviventes do furacão repressivo de final dos anos 60 e início dos 70 que, arduamente, ajudavam a construir o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na recém-nascida Universidade de Campinas (...).⁴⁶

Entretanto, em 2004, Paulo Sérgio Pinheiro, quando o AEL completava seu trigésimo aniversário, optou por revelar outra faceta do processo de aquisição do arquivo, sugerindo que ela passava, também, pela busca de construir um perfil institucional que conferisse singularidade à Unicamp:

Ouvi falar da provável e mítica existência do acervo de Leuenroth, pela primeira vez, num encontro internacional de história em Amsterdã, em janeiro de 1971. Foi quando André Villalobos, a quem devo ter vindo para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, me falou da Unicamp, do nosso saudoso mestre Michel Debrun e também que *Fausto Castilho* [então diretor do IFCH] *queria criar um arquivo de documentação social como contraponto ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas*. Foi Michael Hall quem me confirmou a existência do acervo. Na verdade, *a história do AEL começa em 1971, e não devemos esquecer que era o final da ditadura Médici*, recorda Paulo Sérgio Pinheiro (...).⁴⁷

Nota-se que, num momento de auge da Ditadura Civil-Militar, alguns anos antes da visibilidade pública alcançada pela intensa mobilização de variados novos movimentos sociais brasileiros, membros da “comunidade dos historiadores” já empreendiam significativas ações no sentido de reunir condições para aprofundar o

⁴⁵ HARDMAN, Francisco Foot. *A estratégia do desterro: situação operária e contradições da política cultural anarquista (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1980 (Orientação: Paulo Sérgio Pinheiro).

⁴⁶ Para as duas citações, cf. HARDMAN, Francisco Foot. “Arquivo como resistência: para um fichamento dos anos 70”. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 268-269 (Grifos nossos).

⁴⁷ “Histórias pitorescas do AEL, que está completando 30 anos.” *Jornal da Unicamp*, 11 a 17/10/2004 (Grifos nossos). Provavelmente, Castilho soubesse das pretensões de se criar o CPDOC, cuja oficialização ocorreu somente em 1973. Desde então, essa instituição vem mantendo um dos mais importantes acervos documentais do país, especialmente focado nas elites políticas nacionais. Cf. <http://goo.gl/AMNp2Z> (Acesso em 10/2014).

conhecimento historiográfico sobre os trabalhadores do país⁴⁸. Tal postura emergia da combinação de elementos diversos: interesses de pesquisa, posicionamentos políticos e, até mesmo, uma busca de diferenciação institucional. Não devemos, contudo, supor que esse tipo de ação gozasse de apoio incondicional, não enfrentando nenhum obstáculo intrainstitucional. Segundo Pinheiro, o AEL, por exemplo, “depois da saída de Berlinck [da direção do IFCH, em 1976] e de Zeferino [reitor da Unicamp, em 1978]”, foi “considerado um hóspede intruso no IFCH, sendo ameaçado de despejo quase toda semana”⁴⁹. Ainda que, desde meados dos anos 1970, já provesse fontes para algumas das mais inovadoras pesquisas historiográficas sobre o operariado, somente em meados dos anos 1980, o AEL teria passado a desfrutar de maior estabilidade⁵⁰. Esta derivava, em boa medida, da utilização cada vez mais intensa do arquivo por parte de pesquisadores vinculados ao PPGHU. Para isso, colaborava o aumento das investigações em história social do trabalho, que, na metade dos anos 1980, seria institucionalizada como área de concentração única do PPGHU, o que nos revela a posição hegemônica que esta então desfrutava. Entretanto, assim como a consolidação do AEL, não devemos ver no estabelecimento dessa hegemonia um processo linear, afinal, o lugar assumido pela história social do trabalho implicou reduzir o espaço de outras abordagens sobre o tema do trabalho, existentes no PPGHU desde seu início. Recuperemos, então, alguns aspectos dessa cambiante trajetória, não poucas vezes presente na história de um mesmo pesquisador.

Atualmente, um internauta que queira saber mais sobre o PPGHU e se dirija ao sítio do mesmo lerá que:

O Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp que completou trinta anos em 2006, surgiu como Programa de Mestrado em *História do Brasil* refletindo, por suas referências teóricas, abordagens e métodos, *tendências inovadoras* da historiografia brasileira. *Essa fase inicial foi importante para a recuperação da memória política das*

⁴⁸ Francisco Foot Hardman, por exemplo, lembra que: “(...) a partir do final de 1972, teve início meu projeto de iniciação científica, sob orientação de Paulo Sérgio Pinheiro; tratava-se de levantamento bibliográfico sobre o trabalhador urbano-industrial no Brasil, no período 1889-1945. Integravam-se aí, quase que naturalmente, enfoques da ciência política, história social e da sociologia do trabalho. Lembremos que essa ênfase, *numa perspectiva historiográfica de revisão do movimento operário coincidia com o refluxo deste num momento político dos mais repressivos: o governo Médici*. Nesse momento, já fazia as primeiras checagens das listas originais datilografadas dos acervos de Edgard Leuenroth, que finalmente foi adquirido e incorporado ao IFCH, em 1974. *Ao lado disso, a chegada do historiador Michael Hall contribuiu enormemente para o avanço dessa ainda nova, entre nós, linha de pesquisa*.” Cf. “Arquivo como resistência: para um fichamento dos anos 70”. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 273 (Grifos nossos).

⁴⁹ “Histórias pitorescas do AEL, que está completando 30 anos.” *Jornal da Unicamp*, 11 a 17/10/2004.

⁵⁰ “Histórias pitorescas do AEL...”.

*classes trabalhadoras, com estudos sobre a vida cotidiana, a vida fora das fábricas e a cultura popular.*⁵¹

Se contrastarmos os termos empregados nessa descrição sobre a produção do PPGHU até meados dos anos 1980 com uma série de documentos do período, não é difícil verificarmos a tentativa de se projetar sobre o passado uma imagem de homogeneidade difícil de sustentar. Nesse sentido, vale lembrar que a primeira dissertação defendida no PPGHU, apresentada em 1980, era intitulada *Campesinato e capitalismo: formas de extração do trabalho excedente camponês na economia cafeeira paulista*⁵². Poucos meses depois, outro trabalho era concluído: *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*⁵³. No ano seguinte, uma única defesa: *Os trabalhadores e a 'redemocratização': estudo sobre o Estado, os partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e imediato pós-guerras*⁵⁴. Quatro anos depois, poderíamos ver a defesa de *O PCB e a linha do manifesto de agosto: um estudo*⁵⁵. Dificilmente esses trabalhos enquadram-se entre os “estudos sobre a vida cotidiana, a vida fora das fábricas e a cultura popular” descritos no sítio da instituição.

Incongruências semelhantes afloram em artigo de 1983 sobre o PPGHU, no qual Déa Ribeiro Fenelon, outra pioneira e então coordenadora do programa, explicava que ele foi, em meados dos anos 1970, “organizado em uma perspectiva interdisciplinar, privilegiando como *área de concentração a História do Brasil*”⁵⁶. A partir desta, foi definida a temática central “Transformações internas na passagem de uma produção agrária para uma produção industrial (1850-1960)”, em torno da qual foram estabelecidos dois projetos de pesquisa: “Capitalismo e Agricultura (1850 até o presente)” (Projeto 1) e “Formação do Trabalhador Assalariado Urbano (1900-1945)” (Projeto 2). Ressaltava-se que, na abordagem da temática central, seria levada em

⁵¹ Cf. <http://goo.gl/i9uNaa> Acesso em 03/2012 (Grifos nossos).

⁵² BARREIRO, José Carlos. *Campesinato e capitalismo: formas de extração do trabalho excedente camponês na economia cafeeira paulista*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1980 (Orientador: José Roberto do Amaral Lapa).

⁵³ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1980 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

⁵⁴ ALEM, Sílvia Frank. *Os trabalhadores e a 'redemocratização': estudo sobre o Estado, os partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e imediato pós-guerras*. Dissertação (Mestrado). Campinas, 1981 (Orientador: Michael Hall).

⁵⁵ LONER, Beatriz Ana. *O PCB e a linha do manifesto de agosto: um estudo*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1985 (Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca).

⁵⁶ FENELON, Déa Ribeiro. “Programa de Pós-Graduação em História”. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 5, 1983, p. 61.

consideração a “inserção do Brasil no sistema da divisão internacional do trabalho”⁵⁷. No Projeto 1, a “preocupação central” era “estudar a especificidade da agricultura na sociedade capitalista no Brasil”⁵⁸. Considerando a “problemática mais abrangente do desenvolvimento do capitalismo no Brasil”, no Projeto 2, o foco recaía sobre “desenvolvimento das relações sociais de produção no setor urbano, buscando compreender o crescente processo de subordinação do trabalho ao capital, numa relação contraditória que se procura captar em todos os seus níveis e aspectos”⁵⁹.

A partir da descrição de Fenelon, fica evidente a centralidade da temática do trabalho no PPGHU. Entretanto, quando analisamos os termos utilizados pela autora, não encontramos, de maneira tão explícita, o intuito de “recuperação da memória política das classes trabalhadoras” – como indicado no atual sítio do PPGHU – e, mais facilmente, deparamo-nos com a presença de noções vinculadas às vertentes mais formalistas do marxismo. No mesmo sentido, chama a atenção o fato de que os 10 ingressantes anuais do PPGHU, que não precisavam apresentar projeto para iniciar o curso de Mestrado, deveriam, já nos dois primeiros semestres, frequentar as disciplinas “História Econômica Geral” e “História Econômica do Brasil”⁶⁰.

Se o relato de Fenelon parece contrariar a memória que hoje é lançada sobre os primeiros anos do PPGHU, há outros indícios que a confirmam, sugerindo que eram variadas – às vezes até contraditórias – as iniciativas institucionais para estimular os rumos da pesquisa. Em 1982, em texto da própria Fenelon sobre projeto de levantamento de fontes iniciado em 1979, no Departamento de História da Unicamp⁶¹, a partir do qual surgiriam diversas dissertações, vemos um recorrente interesse por uma abordagem social para a história do trabalho. Assim, já nas primeiras linhas, Fenelon avalia que:

(...) na literatura sobre a industrialização brasileira, quando se pensa a origem do processo de industrialização, se toma o desenvolvimento de relações produção equacionadas em termos de progresso técnico, concentração do capital, natureza do capital, etc. sem perceber que *o movimento que engendra tais apropriações deve ser visto como o desenvolvimento de relações sociais de produção, que não podem ser reduzidas aos mecanismos de funcionamento da vida econômica*. Afirmar que o processo de desenvolvimento capitalista é o processo de desenvolvimento de relações sociais de produção significa explicitar que a industrialização não pode ser vista como um processo retilíneo, impulsionado por um motor

⁵⁷ FENELON, Déa Ribeiro. “Programa de Pós-Graduação...”, p. 61-62.

⁵⁸ FENELON, Déa Ribeiro. “Programa de Pós-Graduação...”, p. 62.

⁵⁹ FENELON, Déa Ribeiro. “Programa de Pós-Graduação...”, p. 62.

⁶⁰ FENELON, Déa Ribeiro. “Programa de Pós-Graduação...”, p. 66.

⁶¹ FENELON, Déa Ribeiro. “Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil (1889-1945)”. *Revista Brasileira de História*, n. 3, 1982.

todo poderoso, o Capital, mesmo porque o próprio Capital deve ser visto como uma relação social. Em outras palavras, *tomar a industrialização como um processo de desenvolvimento das relações sociais significa assumir a ideia de que esse processo é por si só conflituoso e definido por esse conflito.*⁶²

Em que pese o lugar de destaque conferido à luta de classes nesse trecho, poucas páginas depois, em seção do texto escrita por um dos subgrupos do projeto⁶³, lemos que a legislação brasileira sobre o setor industrial seria “determinada pelo caráter de classe do Estado, e da correlação de forças no interior da sociedade civil, pelas necessidades suscitadas pelo desenvolvimento histórico do processo de acumulação”⁶⁴. Contudo, tal resiliência da terminologia de vertentes mais formalistas do marxismo pouco se estende e logo somos informados que:

No início da pesquisa, referenciava-se neste tema [“Legislação Social”] as leis pertinentes à formação do mercado de trabalho (imigração e migrações internas), leis destinadas à repressão do movimento político da classe operária e principalmente leis relativas à regulamentação do contrato e das condições de trabalho. *A partir de um maior contato com as fontes, outros aspectos foram surgindo, e a compreensão deste tema vai se enriquecendo para englobar: decretos referentes a casas de correção, hospícios, orfanatos, associações assistenciais, escolas agrícolas e patronatos, como indicações para formas de criar, estabilizar e controlar contingentes de força de trabalho; ou a formação de sociedades de seguros mútuos operários, contendo em caráter embrionário aspectos de previdência social.*⁶⁵

Outro subgrupo do projeto⁶⁶ também alegava que fora o contato com as fontes que tinha apontado para a necessidade de se romper com a concepção “que ao se referir à força de trabalho considera-a como mais um fator de produção”⁶⁷. Pelo contrário, o “operário” deveria ser pensado como “agente social”, que não pode ter sua vida entendida como algo dividido “em dois mundos distintos e estanques: dentro e fora da fábrica. Na sua luta e na luta para a sua subordinação, os dois mundos se unificam, mesmo porque nunca estiveram separados”⁶⁸. Segundo os pesquisadores, esse “repensar do nosso próprio objeto de pesquisa” indicava a necessidade de “ampliação dos

⁶² FENELON, Déa Ribeiro. “Fontes para o Estudo...”, p. 80 (Grifos nossos).

⁶³ Texto produzido pelo subgrupo dedicado à linha de pesquisa “Legislação e Indústria no Brasil – 1889/1945”, constituído por José Flávio de Oliveira, João Batista Mazziero e Maria Antonieta Antonacci e coordenado por Maria Clementina Pereira Cunha.

⁶⁴ FENELON, Déa Ribeiro. “Fontes para o Estudo...”, p. 85.

⁶⁵ FENELON, Déa Ribeiro. “Fontes para o Estudo...”, p. 88 (Grifos nossos).

⁶⁶ Texto produzido pelo subgrupo dedicado à linha de pesquisa “Fontes para o Estudo das Condições de Vida e Trabalho do Operariado Industrial no Brasil (1889-1945), constituído por Antonio Paulo Rezende, Heloísa de Faria e Kazumi Munakata e coordenado por Maria Aparecida Guzzo Decca.

⁶⁷ FENELON, Déa Ribeiro. “Fontes para o Estudo...”, p. 90.

⁶⁸ FENELON, Déa Ribeiro. “Fontes para o Estudo...”, p. 93-94.

pressupostos teóricos”⁶⁹. Até mesmo o foco exclusivo sobre o operariado industrial deveria ser reconsiderado, afinal, outros setores de assalariados urbanos “enfrentam condições de vida (e trabalho, é claro) bastante semelhantes” e “talvez, mais importante, desenvolvem sua prática política no interior do movimento geral da classe”⁷⁰. Tais reflexões não se esgotaram no projeto de levantamento de fontes. Maria Auxiliadora Guzzo Decca, por exemplo, coordenadora de um dos subgrupos do projeto e mestrande do PPGHU, apresentou, em 1983, sua dissertação intitulada *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*⁷¹. Podemos mencionar, também, Maria Clementina Pereira da Cunha, outra coordenadora de subgrupo do projeto e professora do Departamento de História da Unicamp, que, em 1986, defendeu, na USP, seu doutorado sobre o Hospital Psiquiátrico do Juqueri⁷². Ambas, vale acrescentar, listaram obras de Thompson em suas referências bibliográficas.

Se, na análise do relato de Fenelon e outros pesquisadores do PPGHU sobre o projeto “Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil (1889-1945)”, o que prepondera são inquietações e buscas de alternativas, em artigo publicado por Fenelon, na metade dos anos 1980, o que encontramos é o delineamento preciso de uma abordagem e de um programa de pesquisas. Nesse sentido, o título do texto já é bastante eloquente: “Trabalho, cultura e história social – perspectivas de investigação”⁷³. Na mesma ocasião em que o artigo foi publicado, institucionalizava-se a nova área única de concentração no PPGHU, “História Social do Trabalho”, que abrigaria cinco linhas de pesquisa: “Escravidão e trabalho livre”; “Movimentos sociais”; “Processo de trabalho”; “Política e trabalho”; “Cultura e cidades”⁷⁴. Assim, parece-nos que o texto de Fenelon, originalmente apresentado como conferência no encontro paulista de 1984 da ANPUH, reúne significativos indícios de debates e expectativas daquele momento.

Inicialmente, procurando identificar as concepções historiográficas das quais a nova abordagem pretende se diferenciar, a autora afirma que:

⁶⁹ FENELON, Déa Ribeiro. “Fontes para o Estudo...”, p. 95.

⁷⁰ FENELON, Déa Ribeiro. “Fontes para o Estudo...”, p. 95-96.

⁷¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*. Dissertação (Mestrado): Unicamp, 1983 (Orientadora: Déa Ribeiro Fenelon).

⁷² CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 1986 (Orientador: José Witter).

⁷³ FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, cultura e história social – perspectivas de investigação”. *Projeto História*, v. 4, 1985.

⁷⁴ Cf. <http://goo.gl/i9uNaa> (Acesso em 03/2012).

(...) quando se assumiu a classificação e a teorização dos “modos de produção” como categorias-chave capazes de explicar tudo, muitos historiadores acabaram por elevá-los às categorizações esquemáticas, estanques e estáticas, perdendo todo o caráter de dinamismo que o social carrega e marcando a historiografia com a inelutável teoria mecanicista de etapas a superar.

Por outro lado, existe também hoje, outro tipo de chamada visão progressista, que até se diz revolucionária, que percebendo um destino ou caminho inevitável como forma única de superação do capitalismo, procura colocar e subordinar qualquer projeto da classe trabalhadora a serviço da construção e complementação do projeto da outra classe, pela atuação nas brechas, pela teoria do mal menor, nas opções políticas, pensando com isto fazer avançar o caminho da revolução.⁷⁵

Para que a história fosse retirada dos “esquemas em que se aprisionou” e o historiador pudesse atuar “neste renovar de nossa visão de passado” seria preciso:

(...) entender de uma nova maneira as relações de dominação, no cotidiano da sociedade e de seus diferentes sujeitos, encarando-as como o real que constitui historicamente, através da experiência do homem, no refazer a sua própria natureza e não apenas como resultado de determinações estruturais dadas. Problematicar o “como” e o “porquê” isto acontece, deve ser, para nós a intenção principal das investigações de que estamos falando. E falar da experiência dos homens significa compreender como campo de luta em que ela se manifesta, todos os aspectos da vida, que carregam em sua constituição a potencialidade contraditória do social e da luta.⁷⁶

(...) o desenvolvimento da pesquisa em História Social do Trabalho, aí compreendida também a cultura, ameaça uma forma tradicional de conhecer a realidade, quebra padrões estabelecidos, temas consagrados, periodizações impostas e nos obriga não apenas a repensar todas essas questões, mas a colocar novas perspectivas, que nem sempre “ganham” a unanimidade.⁷⁷

Ainda que Fenelon recorra a Foucault⁷⁸ e a vários autores vinculados à historiografia francesa⁷⁹ e (social) inglesa⁸⁰, são as menções a Thompson⁸¹ que perpassam e organizam seus principais argumentos ao longo do artigo, no qual, além de se elencar um amplo repertório de temas de pesquisa, destaca-se que a história social do

⁷⁵ Para ambas as citações, cf. FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, cultura...”, p. 23.

⁷⁶ FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, cultura...”, p. 23.

⁷⁷ FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, cultura...”, p. 29.

⁷⁸ É citado: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal Editores, 1981.

⁷⁹ São citados: LABROUSSE, Ernest (org.). *História Social: problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Cosmos, 1973; LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

⁸⁰ São citados: HOBBSBAWM, Eric. “From Social History to the History of Societies”. *Daedalus*, Winter, 1971; JONES, Gareth Stedman. “Working class culture and urban life”. *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, Summer, 1974; LINEBAUGH, Peter. “Crime e industrialização”. In: PINHEIRO, Paulo S. (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁸¹ Os textos citados são: THOMPSON, E. P. “The politics of theory”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *People’s history and socialist theory*. London, 1981; THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; THOMPSON, E. P. “La economía ‘moral’ de la multitud en Inglaterra del siglo XVIII”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

trabalho mantém um forte interesse pela política, a qual estaria presente em “todo o espaço de luta de classes”⁸².

Escritos na primeira metade dos anos 1980, os três textos de Fenelon aqui analisados são bastante sugestivos quanto à trajetória de fortalecimento da abordagem da história social do trabalho no PPGHU, pelo menos como orientação institucional predominante para a produção discente. Tal configuração, assumida pelo processo, amparava-se na conjunção de variados elementos. Como os próprios textos de Fenelon indicam, o trabalho intensivo com as fontes existentes no AEL e outras que a ele eram acrescentadas fomentavam diversas inquietações, que se desdobravam tanto na busca por novos documentos quanto por novos referenciais teórico-metodológicos. Ou, como já disse Marco Aurélio Garcia, destacando a importância do AEL na historiografia da Unicamp: “as fontes permitiram certa renovação da historiografia, ao passo que a historiografia, renovada, permitiu a busca de novas fontes e a revalorização de outras”⁸³.

Paralelamente, desde a segunda metade dos anos 1970, Michael Hall, em especial, vinha empreendendo esforços para divulgar, no PPGHU, a produção da historiografia social inglesa, especialmente textos de E. P. Thompson⁸⁴. Como lembra Edgar Salvadori de Decca:

Quando cheguei à Unicamp [em meados dos anos 1970] os professores americanos que aqui já estavam, principalmente o professor Michael Hall, tinham essa curiosidade pela história “vinda de baixo”, e através deles nós tomamos contato com toda essa bibliografia, com todos esses autores.⁸⁵

O relato de Decca pode, provavelmente, ser estendido a outros membros do primeiro grupo de docentes do PPGHU, que, em sua maioria, provinham da USP⁸⁶. Entre os “americanos” apontados por Decca, estava, também, Peter Louis Eisenberg. Este estudioso da “história social das economias de exportação” tivera uma primeira

⁸² FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, cultura...”, p. 28.

⁸³ “Histórias pitorescas do AEL, que está completando 30 anos.” *Jornal da Unicamp*, 11 a 17/10/2004.

⁸⁴ Entrevista com Michael M. Hall, concedida ao autor em 23/07/2013.

⁸⁵ Entrevista com Edgar de Decca (concedida em 03/2001). In: MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 272.

⁸⁶ Em 1983, dos 14 docentes do PPGHU, 9 haviam se titulado na USP: Ademir Gebara (Mestre), Alcir Lenharo (Mestre), Edgar Salvadori de Decca (Doutor), Héctor Hernán Bruit (Doutor), Ítalo Arnaldo Tronca (Doutor), Jaime Pinsky (Livre-Docente), Maria Clementina Pereira da Cunha (Mestre), Maria Sylvia de Carvalho Franco (Livre-Docente) e Maria Stella Martins Bresciani (Doutora). Os não uspianos eram: Déa Ribeiro Fenelon (Doutora – UFMG), José Roberto do Amaral Lapa (Doutor – F.F.C.L. de Marília), Marco Aurélio Garcia (Bacharel – UFRN), Michael Hall (Doutor – Columbia) e Peter Louis Eisenberg (Doutor – Columbia). Cf. FENELON, Déa Ribeiro. “Programa de Pós-Graduação em História”. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 5, 1983, p. 62-63.

passagem pela Unicamp no período 1971-1972, retornando definitivamente no ano de 1975 e permanecendo até sua morte em 1988⁸⁷. Segundo Robert Slenes, mais um “americano” que, em 1983, se tornaria docente do PPGHU e se posicionaria no campo da história social de matriz thompsoniana⁸⁸:

Peter teve uma influência decisiva na vida intelectual no Departamento de História da Unicamp, não apenas como pesquisador mas também como docente e através de seu relacionamento no dia-a-dia com os colegas. Durante muito tempo ele foi um dos principais elos intelectuais entre as duas grandes linhas de pesquisa do Departamento – a de escravidão e a de classe operária enfatizando a necessidade de se situar o escravo e o homem livre pobre também dentro do processo de trabalho e de *analísá-los como agentes históricos, com sua própria cultura e racionalidade* (algo que boa parte da historiografia dos anos 1950 e 1960 – e até mais recentemente – recusava-se a fazer).⁸⁹

Além dos “americanos” que se estabeleciam permanentemente, o PPGHU contou, ao longo dos anos 1980, com a presença temporária de importantes historiadores anglo-saxões, geralmente especialistas em história social: Peter Linebaugh, Dale Tomish, Barbara Weinstein, David Montgomery, Rebecca Scott etc⁹⁰. Ao mesmo tempo, entre os docentes brasileiros do PPGHU, ampliavam-se as fileiras dos praticantes da história social, seja pelo aprofundamento na abordagem, como aconteceu com Maria Clementina Pereira Cunha, seja pelo ingresso de novos professores, como o de Sidney Chalhoub, em 1984⁹¹, e o de Silvia Hunold Lara, em

⁸⁷ SLENES, Robert. “Dizendo adeus a Peter L. Eisenberg”. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1988, p. 287.

⁸⁸ Entrevista com Robert Slenes, concedida a Maria de Fátima Novaes Pires. In: *Politeia – História e Sociedade*, v. 10, n. 1, 2010, p. 26. Segundo Silvia Hunold Lara: “um dos primeiros trabalhos a analisar a relação senhor-escravo no Brasil a partir da noção thompsoniana de paternalismo, ainda que preferindo o termo ‘clientelismo’, foi o de Robert W. Slenes e Pedro Carvalho de Mello. ‘Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888’. In: *IX Congresso Mundial de sociologia*. Uppsala, agosto de 1978 (mimeo)”. Cf. “‘Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História*, 12, 1995, p. 47 (nota 12).

⁸⁹ SLENES, Robert. “Dizendo adeus a Peter L. Eisenberg”, p. 288 (Grifos nossos). A possibilidade de Eisenberg operar como “elo”, apontada por Slenes, pode ser remetida ao próprio doutoramento do primeiro, defendido em 1969, que abordou um período avaliado como “de transição”. Cf. EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira de Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁹⁰ Entrevista com Edgar de Decca (concedida em 03/2001), p. 272. Além de pesquisadores em início de carreira, o IFCH já recebia para palestras, em meados dos anos 1970, pesquisadores bem estabelecidos (“estrela da esquerda mundial”), como Eric J. Hobsbawm. Cf. “Histórias pitorescas do AEL, que está completando 30 anos.” *Jornal da Unicamp*, 11 a 17/10/2004.

⁹¹ A noção thompsoniana de experiência, por exemplo, já foi habilmente empregada em CHALHOUB, Sidney. *Lar, trabalho e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. Dissertação (Mestrado). Niterói: UFF, 1984 (Orientador: Robert Slenes).

1986⁹². Para esses, acrescentemos, E. P. Thompson já era, na ocasião, uma referência teórico-metodológica importante.

Essa intensa movimentação intrainstitucional, que confluía para o fortalecimento da história social do trabalho, ganhava “mais ânimo”, como já afirmou Antonio Luigi Negro⁹³, na particular conjuntura sócio-político-cultural brasileira desencadeada na “transição para os anos 1980”, marcada pela multifacetada e contundente presença pública dos novos movimentos sociais. Como lembrou Sidney Chalhoub: “havia a sensação de viver esses momentos da história em que o futuro está aberto, pode de fato acontecer”⁹⁴. Já Edgar Salvadori de Decca, retomando aspectos do processo que viemos analisando até aqui e acrescentando outros, afirma que:

Não, [na USP não era possível efetivar as mudanças e realizar as inovações] jamais. *Não seria um bom caminho para se chegar a uma grande renovação historiográfica, como a que fizemos na Unicamp. Nosso questionamento vinha de diversas direções e o nosso grupo pôde contar com o que havia de mais inovador no campo da História Social.* Para a Unicamp, vieram os professores americanos Michael Hall e Peter Eisenberg, autores de importantes pesquisas sobre a formação do mercado de trabalho livre no Brasil, além de historiadores de enorme vitalidade e desejo de renovação como a Déa Fenelon. Vou dar um exemplo, enquanto eu e o Carlos Alberto Vesentini na USP desmontávamos a charada do edifício político Vargas e do discurso dos vencedores, percebíamos como aquele discurso ocultava algo que era a chave dele mesmo: isto é, a luta de classe. *Na Unicamp, iniciava-se um inovador trabalho de recuperação da memória política das classes trabalhadoras* (tais como os estudos sobre o anarquismo). Aqui na Unicamp também já havia pesquisas estudando vida cotidiana, a vida fora das fábricas e a cultura popular. Então que tipo de cultura interessava aos trabalhadores? Que tipo de lazer lhes interessava? Qual era a vida, como era a família operária, como era o seu cotidiano? Se modificava toda a perspectiva mais tradicional. Essa guinada foi mais violenta do que imaginávamos. (...) *Essas posturas muito inovadoras estavam sendo esboçadas naquela época e apontavam para uma perspectiva nova na área da pesquisa histórica. A Unicamp procurava dar respostas a estas mudanças ecoando até as transformações do conjunto da sociedade.* Hoje talvez ninguém tenha mais grande interesse por esses estudos – por sujeitos sociais como trabalhadores, operários, escravos –, mas eles foram fundamentais para nós, pois permitiram abrir todo um programa de pesquisa e renovação historiográfica.⁹⁵

No relato de Decca, a centralidade assumida pela história social do trabalho no PPGHU é explicada, também, a partir da dinâmica interinstitucional da produção historiográfica acadêmica. Tendo realizado seu doutorado na USP entre 1973 e 1979, ele afirma ter constatado, nessa instituição, obstáculos para “uma grande renovação historiográfica”. No PPGHU, onde ingressou em meados dos anos 1970, o historiador já

⁹² Proposições thompsonianas sobre hegemonia, paternalismo e luta de classes já estão presentes em LARA, Silvia. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Tese (Doutorado): FFLCH-USP, 1986 (Orientador: Fernando Novais).

⁹³ NEGRO, Antonio L. “E. P. Thompson...”, p. 153.

⁹⁴ Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Claudia Engler Cury e outros. *Saeculum Revista de História*, n. 20, 2009, p. 185-186.

⁹⁵ Entrevista com Edgar de Decca (concedida em 03/2001), p. 271.

afirma ter encontrado “posturas muito inovadoras [que] estavam sendo esboçadas naquela época e apontavam para uma perspectiva nova na área da pesquisa histórica”. Nesse quadro de busca de consolidação inter/intrainstitucional da história social do trabalho, a visibilidade pública crescente das mobilizações populares na “transição para os anos 1980” poderia trazer grande legitimidade para as novas práticas historiográficas. Com efeito, num contexto de intensos engajamentos políticos, incluindo o da comunidade universitária, pelo fim da Ditadura Civil-Militar, afirmar que opções temáticas e teórico-metodológicas de um dado agrupamento de historiadores estavam “ecoando até as transformações do conjunto da sociedade” não era algo insignificante. Pelo contrário, tal conexão, naquela conjuntura, poderia trazer mais recursos para se fortalecer nas disputas intra/interinstitucionais⁹⁶.

Com nossa argumentação, não pretendemos negar a muito difundida tese da importância da conjuntura da “transição para os anos 1980” ao processo de consolidação da abordagem da história social do trabalho, incluindo nisso a crucial recepção da obra de Thompson. Nosso intuito é, apenas, sugerir a relevância de uma maior atenção às dinâmicas internas da “comunidade dos historiadores”, as quais, acreditamos, não devem ser vistas como simples reflexo de outros processos sociais. Destacamos essa autonomia não para postular o isolamento da “comunidade dos historiadores”, mas para avançar no conhecimento das maneiras específicas pelas quais esta *refratou e respondeu* a questões colocadas por outras dinâmicas sociais, articulando-as às suas próprias demandas internas.

Alguns aspectos centrais da chave interpretativa que estamos sugerindo já estão presentes, em artigo de 1990, escrito por Adalberto Marson, então docente do PPGHU. Ainda que em um tom que nos parece atribuir excessiva instrumentalização da temática dos movimentos sociais por parte dos historiadores, Marson, buscando avaliar o que se produzira, desde fins dos anos 1970, sobre a história do trabalho, coloca em discussão:

a consistência lógica dessa correlação de causa e efeito [“a invasão do tema classe operária nos espaços acadêmicos” sendo associada “ao ressurgimento movimento sindical na segunda metade dos anos 70”] e o fato de os historiadores, com base nela, *legitimarem seus*

⁹⁶ Segundo Marco Antonio Perruso, cientistas sociais paulistas e cariocas que, nos anos 1970 e 1980, estudaram os emergentes movimentos sociais do período – muitas vezes, até se engajando neles – agregaram às suas carreiras universitárias a “legitimidade de intérpretes das lutas dos setores populares”. Naquele contexto, o aprofundamento das relações entre campo intelectual e campo dos movimentos populares “trazia mais bônus do que ônus às suas carreiras acadêmicas”. Cf. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 289 e 483 (respectivamente).

projetos em nome de um *presumível* compromisso de colaboração espontânea com os “movimentos sociais”, de modo a fazerem sua produção historiográfica aparecer como uma expressão latente das aspirações da classe operária. Ora, sempre que alguém busca algum tesouro, costuma previamente munir-se de um roteiro mínimo de orientação, e o caso que estamos discutindo não foge à regra. *A recuperação que se pretendia da classe operária expressava, antes de mais nada, uma mudança teórica e metodológica que já estava sendo debatida e procurada dentro da historiografia do trabalho e dos “movimentos sociais”*. Basta que examinemos os autores em que a historiografia emergente no Brasil buscou seus apoios e seus termos de comparação: aí estava em curso uma procura de novos métodos de investigação *que pouco ou nada tinha a ver com as greves do ABC*.⁹⁷

Corroborando as afirmações de Marson, como vimos, significativas ações intra/interinstitucionais que poderiam confluir para uma hegemonia da história social do trabalho no PPGHU vinham se delineando desde meados dos anos 1970. Contudo, essa se configura institucionalmente apenas em meados dos anos 1980. Assim, matizando as colocações de Igor Ramos, parece-nos que a conjuntura da “transição para os 1980” deveria ser vista menos como a desencadeadora de mudanças em práticas historiográficas e em concepções ético-políticas dos intelectuais e mais como um fenômeno do qual se extraía legitimidade para ampliar/intensificar algo que já vinha sendo praticado/almejado por segmentos da “comunidade dos historiadores”. Insistimos, contudo, que a mencionada confluência com a “voz das ruas” declarada por historiadores do período não deve ser vista como algum tipo de exercício retórico apenas para conquistar posições na “comunidade dos historiadores”. Não bastasse a vasta e qualificada produção historiográfica em que tais posicionamentos resultaram, alguns desses historiadores procuraram até mesmo engajar-se, nos anos 1980, em espaços políticos construídos pela mobilização operária/popular⁹⁸. Esta era, no limite, aguardada/desejada por muitos.

Nesse sentido, mais uma vez matizando a interpretação de Igor Ramos, é importante salientar que importantes mudanças nas concepções ético-políticas dos intelectuais, que se consubstanciam plenamente na “transição para os anos 1980”,

⁹⁷ MARSON, Adalberto. “Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais”. In: BRESCIANI, M. S.; SAMARA, E. M. e LEWKOWICZ, I. *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992, p. 42 (Grifos nossos).

⁹⁸ No caso específico do PPGHU, por exemplo, após as vitórias eleitorais dos candidatos petistas Luiza Erundina (São Paulo) e Jacó Bittar (Campinas), nas eleições municipais de 1988, assumiram cargos ou colaboraram nessas administrações: Déa Ribeiro Fenelon, Silvia Hunold Lara, Maria Clementina Pereira Cunha, Marco Aurélio Garcia e Michael Hall. No caso de Campinas, vale apontar, a Secretaria de Cultura, comandada por Marco Aurélio Garcia, articulou a publicação de *Trabalhadores*, periódico voltado para o público sindical. A revista, além de ter seu conselho editorial composto por sindicalistas e professores do IFCH/Unicamp, teve a grande maioria de seus textos escritos e editados por discentes e docentes do PPGHU. Cf. *Trabalhadores*, n. 1 (“Escravos”), 1989; *Trabalhadores*, n. 2 (“Trajetória do movimento operário”), 1989; *Trabalhadores*, n. 3 (“Imigrantes”), 1989; *Trabalhadores*, n. 4 (“Fábrica e cidade”), 1989; *Trabalhadores*, n. 5 (“Eleições”), 1990; *Trabalhadores*, n. 6 (“Classes perigosas”), 1990.

podem ter seu desencadeamento remetido ao fim anos 1960 e começo dos 1970. Antonio Luigi Negro, por exemplo, apontou, como um dos traços decisivos da conjuntura em que se deu a recepção da obra de Thompson, “a derrota da esquerda armada”⁹⁹. Ainda que ironicamente, Edgar Salvadori de Decca, também, acentua a ideia de que a derrota política, representada pela implantação da Ditadura Civil-Militar, deixara suas marcas em instituições acadêmicas de produção historiográfica:

Em torno da criação da Unicamp, ou melhor dos cursos superiores em Ciências Humanas desta Universidade existe muito folclore, sendo o mais bem humorado aquele que explica a criação desses cursos como prêmio de consolação às lideranças estudantis dos anos sessenta.¹⁰⁰

O impacto da derrota, somado à intensa mobilização dos trabalhadores “na transição para os anos 1980”, levou, como já afirmou Negro, à dissolução da “segurança daqueles que estavam certos de que ‘só os marxistas possuíam a verdadeira receita para a transformação da sociedade’”. Assim, quando as greves de maio de 1978 eclodiram entre os metalúrgicos do ABC paulista e rapidamente ganharam a adesão de outros trabalhadores industriais paulistas, já houve intelectuais que as viram como ação operária autodeterminada, assinalando a presença dos trabalhadores na disputa pela condução dos rumos da política nacional¹⁰¹. Autor dessa interpretação, Kazumi Munakata, então mestrando no PPGHU e pouco tempo depois docente no Departamento de História da Unicamp, afirmou, em 2010, que sua leitura era uma “aposta heurística”, afinal, era “uma época em que a produção acadêmica ousava apostar, *expressando as expectativas dos autores*, fazendo disso a chave da análise”¹⁰². Mais de três décadas depois da escrita de seu texto, questiona-se o ex-militante do Partido Operário Comunista sobre:

⁹⁹ Análise acurada do processo pelo qual, entre fins dos anos 1960 e meados dos 1970, os “intelectuais brasileiros de oposição” passaram, crescentemente, a se “situar” no interior da sociedade – isto é, não mais acima de outras categorias sociais – e tornaram “democracia” a “palavra-chave” de seu discurso foi magistralmente realizada por PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990 (especialmente, os capítulos 3 e 4).

¹⁰⁰ DECCA, Edgar Salvadori de. “A pós-graduação em História”. *Projeto História*, v. 4, 1985, p. 86. Criada em meados dos anos 1960 para ser, especialmente, um centro voltado para a pesquisa tecnológica, a Unicamp recebia grande interesse dos militares comprometidos com projetos desenvolvimentistas. Cf. CAVALCANTE, Emanuel Candeia. *A repercussão do conceito de experiência de E. P. Thompson na historiografia brasileira: um estudo sobre a Unicamp e Sidney Chalhoub (1980-1998)*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2010, p. 121-125.

¹⁰¹ MUNAKATA, Kazumi. “O lugar do movimento operário”. In: *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo/ANPUH – Movimentos Sociais*. Araraquara: Unesp, 1978.

¹⁰² MUNAKATA, Kazumi. “O lugar do movimento operário: o lugar e o tempo de ‘O lugar do movimento operário’, 30 anos depois”. *História e Perspectivas*, n. 43, 2010, p. 13 (Grifos nossos).

(...) o que poderia escrever [em 1978] um jovem estudante, formado na tradição do chamado “marxismo ocidental”, que acabara de abandonar o marxismo-leninismo por considerá-lo extremamente conservador, pois essa ortodoxia pretendia substituir o proletariado pelo Partido? O que eram essas greves senão a confirmação da autonomia operária, sem “senhores, patrões, chefes supremos” como propugnava o hino *A Internacional*? “A emancipação da classe trabalhadora deve ser obra dos próprios trabalhadores”, também vaticinavam os estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores, redigidos por Marx.¹⁰³

Em chave interpretativa distinta, mas também remetendo a um processo de transformações ético-políticas entre intelectuais que se desencadeou em fins dos anos 1960 e começo dos 1970, Luzia Margareth Rago, discente do curso de mestrado do PPGHU entre 1980 e 1984, afirma, em sua dissertação, que:

Gostaria de começar este trabalho reportando-me ao final dos anos 60. Momento que para minha geração teve um significado profundo ao explodir com valores, crenças e modelos que nos pareciam os únicos caminhos possíveis de serem percorridos. Trajetórias prontas, conhecidas desde há muito. Ao mesmo tempo, este momento foi fundamental para nossas vidas ao apontar um outro campo de possibilidades que nos fez repensar a história numa nova perspectiva, negadora de qualquer determinação necessária e inevitável.¹⁰⁴

A crise destes estranhos modelos de inscrição no social não será discutida aqui. No entanto, começo por falar dela pela experiência de um passado recente vivido pessoalmente com muita intensidade e que tem tudo a ver com o percurso desta dissertação. Afinal, a sensação no final dos anos 60 e por vários anos da década seguinte foi a de que um mundo novo se abria, mas ao mesmo tempo, a de que a estrada se interrompia e de que não havia mais trilhos pela frente. Alguma coisa como um desenho em que se apagam repentinamente os traços e as direções sem deixar nenhuma linha à vista. Na vertigem do escuro, algumas vozes muito especiais sinalizaram outros rumos, aparecendo como referências luminosas e bem-vindas num campo aberto e inexplorado.¹⁰⁵

Desde meados dos anos 1970, inquietações, reflexões e expectativas desse tipo encontraram na história social do trabalho uma canalização possível, o que se reforçou e se ampliou na conjuntura da transição para os anos 1980¹⁰⁶. A institucionalização como área de concentração única do PPGHU, em meados dos anos 1980, alargou as possibilidades de recrutamento de novos pesquisadores, não raras vezes entusiasmados com a intensa onda de mobilização popular/operária que se via no país. Entretanto, no fim da década, esse quadro já tinha sofrido significativas inflexões. Vejamos.

¹⁰³ MUNAKATA, Kazumi. “O lugar do movimento operário: o lugar e o tempo...”, p. 12 (Grifos nossos).

¹⁰⁴ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei: liberalismo e experiência anarquista na República*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1984, p. 1.

¹⁰⁵ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei...*, p. 2-3.

¹⁰⁶ Alguns elementos desse argumento estão esboçados em: DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. “Historiografia e movimento operário: o novo em questão”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 65, 1987, p. 123.

Em 1985, interessado em sindicalismo e movimentos sociais, Fernando Teixeira da Silva, que se tornaria docente do Departamento de História da Unicamp no começo dos anos 2000, decidiu tentar o ingresso no curso de mestrado do PPGHU: “Eu sabia que a Unicamp já estava se tornando ali, vamos dizer, uma ‘Meca’, se não em história social, pelo menos em história do trabalho”¹⁰⁷. Dirigindo-se, no final dos anos 1980, ao PPGHU com interesses e visão similar às de Silva sobre o PPGHU, Alexandre Fortes relata ter encontrado um quadro institucional um tanto desanimador:

Nos dias da seleção de mestrado [no ano de 1989] eu fui apresentado ao Hélio da Costa, em virtude de alguns amigos em comum. Ele já estava cursando o mestrado desde não me lembro quando, porque antigamente os mestrados na Unicamp se estendiam às vezes por muitos anos, às vezes mais do que um doutorado hoje em dia. O Hélio era também uma pessoa com experiência de militância, vindo de uma família operária do ABC, e que já tinha inclusive participado em uma das greves de São Bernardo. Sua pesquisa era sobre comissões de fábrica no pós-guerra, as organizações de base operária e suas relações com o comunismo, e seus argumentos questionavam muito fortemente as teses do Francisco Weffort. Mas, *quando eu encontrei o Hélio pela primeira vez, antes de fazer a seleção, ele estava extremamente desanimado, a ponto de me dizer: “Ah, que bom que você veio, tomara que você consiga entrar, mas isso que você sabe da Unicamp, de ser um ‘grande centro de estudos de história operária’, isso já está acabando, já não tem mais ninguém se interessando por isso”*. Ele parecia realmente deprimido. Depois eu conheci o Gino [Antonio Luigi Negro], já como parte da minha turma, estudando o período pós-1964 no ABC, com foco muito grande na indústria automobilística, e eu com esse estudo sobre Porto Alegre. *Nós éramos os dois, numa turma de onze, que estudavam movimento operário, na linha de pesquisa chamada “Trabalho e Movimentos Sociais”*. Tinha gente estudando escravidão, Flávio Gomes, por exemplo, também é da nossa turma de mestrado, assim como a Magda Ricci, a Regina Xavier (que é professora da UFRGS há bastante tempo), o José Roberto Franco Reis, que é do Rio de Janeiro. (...) *Mas quem estava carimbado como “movimento operário”, seguindo uma linha bem “thompsoniana”, éramos principalmente eu e o Gino. E a gente ouvia também dos demais colegas coisas do tipo: “você são os últimos dos moicanos. Quando saírem, não esqueçam de apagar as luzes e fechar a porta!”*. Não era um momento muito favorável para os estudos sobre o operariado.¹⁰⁸

Segundo o relato de Fortes, os estudos sobre classe operária, um dos polos dinâmicos da pesquisa em história social do trabalho no PPGHU desde a segunda metade dos anos 1970, pareciam encontrar-se, no fim da década de 1980, em um movimento de declínio. Na mesma direção, em meados dos anos 1990, Cláudio Batalha, docente do PPGHU desde 1986, diagnosticou o que seria, em fins dos anos 1980, uma grave “crise” das investigações sobre o operariado, a qual se estenderia para além do PPGHU e estaria relacionada a diversos fatores: 1) a fragmentação do campo de estudo e a aproximação com outras áreas de conhecimento conduzindo a uma crise de

¹⁰⁷ Entrevista com Fernando Teixeira da Silva, concedida ao autor em 17/03/2014.

¹⁰⁸ Entrevista com Alexandre Fortes, concedida a PAZ, A.; PESSOA, A.; CARDOSO, A.; SANTIAGO, C.; LEAL, D.; CASTRO, L. em 08/2014. Cf. “História Social do Trabalho no Brasil: conversa com Alexandre Fortes”. *Revista Litteris*, n. 14, 2014, p. 4-5 (Grifos nossos).

identidade; 2) o interesse que o movimento operário despertara na academia e na sociedade no início dos anos 1980 fora excepcional; 3) perda de interesse editorial por textos que tratavam do tema; 4) o descenso do movimento operário sindical em fins da década de 1980; 5) a crise da esquerda, agravada pelo desmantelamento do “socialismo real” (muitos daqueles que produziam trabalhos sobre a história operária se identificavam, em algum grau, com a esquerda); 6) como o movimento operário sindical não ocupa mais o primeiro plano, a história operária parecia não ter mais valor explicativo para o presente; 7) crença no desaparecimento do próprio objeto, isto é, da classe operária¹⁰⁹.

Ainda que, alguns anos depois, avaliações similares às de Fortes e Batalha tenham se mostrado exageradas e mesmo equivocadas¹¹⁰, elas parecem ter sido, naquela conjuntura, relevantes para institucionalização de significativas mudanças na organização do PPGHU. Assim, em 1989, foi criada a segunda área de concentração do programa: História da Arte e da Cultura. Em que pese os vários elementos apontados por Batalha, o novo lugar da história social do trabalho no PPGHU passava, também, por dinâmicas intrainstitucionais. Entre o corpo docente, havia aqueles interessados em novas temáticas e abordagens teórico-metodológicas. Personagens que se mostraram institucionalmente decisivos em ações que, na primeira metade dos anos 1980, levaram à hegemonia da história social do trabalho, como Edgar Salvadori de Decca¹¹¹ e Maria Stella Bresciani¹¹², moviam-se em novas direções¹¹³. Até mesmo pesquisadores que, na primeira metade dos anos 1980, haviam produzido importantes mestrados em história social do trabalho no PPGHU, como Luzia Margareth Rago, mostravam-se, no fim da

¹⁰⁹ BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 154. Vale observar que o diagnóstico de “crise” já havia sido apresentado pelo autor em BATALHA, Cláudio H. M. “Movimento operário: qual história?”. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

¹¹⁰ Como o próprio Cláudio H. M. Batalha ponderou em “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”. *História*, n. 21, 2002.

¹¹¹ DECCA, Edgar Salvadori de. “E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 109-110.

¹¹² Entrevista com Kazumi Munakata, concedida ao autor em 24/05/2014. Cf., também, BRESCIANI, Maria. S. “Introdução”. In: PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (1988).

¹¹³ No começo dos anos 1990, Luzia Margareth Rago entendia que Edgar Salvadori de Decca e Maria Stella Bresciani teriam, desde seus doutorados (defendidos, respectivamente, em 1979 e 1976), levantado questões e aberto caminhos que se encontravam mais próximos do pensamento foucaultiano (ainda que não tenham citado o filósofo francês) e mais distantes da história social. Cf. “As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea”. *Anos 90*. v. 1, n. 1, 1993, p. 122-123.

década, voltados para outros rumos¹¹⁴. Evidentemente, a criação de uma nova área de concentração alterava também o mecanismo de recrutamento de discentes, afinal, era cada vez mais difícil contemplar, em uma área única, as diferentes expectativas sobre as prioridades institucionais de pesquisa¹¹⁵.

Entretanto, em direção oposta à indicada pelos rearranjos institucionais e pelos prognósticos da virada para os 1990, a produção em história social do PPGHU – incluindo os estudos sobre trabalho e, mais especificamente, os relativos à classe operária – demonstrou grande vitalidade nos anos 1990¹¹⁶. Elementos de ordem diversa contribuíram para isso, como veremos no próximo capítulo desta tese. Agora, voltemos nossa atenção para as apropriações da obra de Thompson na produção discente do PPGHU ao longo dos anos 1980. Iniciemos com uma breve caracterização da circulação dos textos do historiador inglês entre tais pesquisadores. Afinal, sabendo as obras que tinham à disposição e a frequência com que as utilizaram, poderemos dimensionar mais adequadamente as opções de leitura que efetivaram.

2.4. Circulação de edições de obras de Thompson entre discentes do PPGHU nos anos 1980

Em 1981, um frequentador de livrarias nacionais poderia se deparar, nas estantes, com a recém-lançada edição de *A miséria da teoria*, o controverso ensaio que, apenas três anos antes, E. P. Thompson havia publicado na Inglaterra. Entretanto, se perguntasse sobre a disponibilidade, em português, do livro *The Making of the English Working Class*, conhecido na Grã-Bretanha desde 1963, o atendente teria que solicitar ao interessado leitor que retornasse seis anos depois. A decepção de nosso imaginário comprador poderia ter sido ainda maior caso indagasse por uma edição nacional comercial com o polêmico ensaio *The Peculiarities of the English*, publicado em inglês no ano de 1965. Afinal, ele seria informado que deveria esperar duas décadas! Leitor acurado de livros em português, nosso interessado em textos thompsonianos retornaria frustrado para casa por não poder conhecer melhor, por meio do cotejamento da leitura das três obras que procurou, importantes aspectos, por exemplo, da gênese e desenvolvimento do conceito de classe em E. P. Thompson.

¹¹⁴ RAGO, Luzia Margareth. “As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea”. *Anos 90*. v. 1, n. 1, 1993.

¹¹⁵ Entrevista com Michael M. Hall, concedida ao autor em 23/07/2013.

¹¹⁶ Até 2002, os doutorados do PPGHU continuaram sendo defendidos na área de concentração “História Social do Trabalho”.

Nessa hipotética narrativa e nas sumárias indicações temporais nela apresentadas, fica evidente que a disponibilização das obras thompsonianas em português parece pouco dever à cronologia ou outros componentes do contexto em que foram produzidas, sugerindo-nos um processo de apropriação em que elementos constitutivos do contexto de recepção mostraram-se bem mais decisivos. De modo geral, tal característica tem sido vista de forma negativa. Em meados dos anos 1990, por exemplo, Déa Ribeiro Fenelon, docente atuante na estruturação e consolidação do PPGHU entre meados dos anos 1970 e 1980, declarava que:

tantos anos depois, alguns ainda absorvem Thompson de maneira acrítica e de certa forma “primitiva” ou como “modelo”, *sem perceber as nuances das modificações operadas por ele mesmo*, ou a riqueza das discussões daí advindas e por *não acompanharem o debate que se estabeleceu depois*. De outra forma, alguns de seus mais ferozes críticos, entre nós, ainda *combatem hoje posições que nem ele mesmo defenderia da mesma maneira*, algum tempo depois, porque esclareceu dúvidas, reavaliou críticas, reviu categorias, realizou outras pesquisas e também afirmou entendimentos.¹¹⁷

Quinze anos depois das queixas de Fenelon, em tom similar, Munhoz e Müller destacavam:

a existência de uma vasta produção acadêmica em que é possível observar o emprego inadequado da obra de Thompson. (...) Sobre esse assunto, de certa forma espinhoso e merecedor de minucioso estudo, é possível observar as inúmeras tentativas de utilização dos conceitos ou ideias desenvolvidos por Thompson ao mesmo tempo em que eram valorizados modelos estruturalistas, tão combatidos pelo autor. Parte do ocorrido resulta de *leituras inadequadas* tanto dos textos produzidos em um campo quanto no outro. Porém, *também é o resultado de um processo inadequado de apropriação das ideias desenvolvidas por Thompson e que, de forma bastante célere, foram descontextualizadas, vulgarizadas e descaracterizadas*.¹¹⁸

É certo que a peculiar sequência por meio da qual os textos thompsonianos foram apropriados na produção historiográfica brasileira teve impactos no modo como os pesquisadores nacionais compreenderam conceitos-chave elaborados pelo historiador inglês. Entretanto, em partes vindouras desta tese, antes que atentar para supostas “inadequações” oriundas desse fenômeno, procuraremos identificar, descrever e compreender as repercussões efetivas que tais especificidades do processo de apropriação tiveram na produção historiográfica acadêmica aqui investigada. Por ora, apenas delinearemos alguns aspectos da disponibilização dos textos thompsonianos em

¹¹⁷ FENELON, Déa Ribeiro. “E. P. Thompson – História e Política”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 78-79 (Grifos nossos).

¹¹⁸ MÜLLER, Ricardo G. e MUNHOZ, S. “Edward Palmer Thompson”. In: LOPES, Marco A. e MUNHOZ, S (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 51 (Grifos nossos).

português, incluindo também as necessárias observações sobre edições estrangeiras que foram empregadas pelos pesquisadores aqui estudados.

Começamos pela publicação, em 1981, de *A miséria da teoria*¹¹⁹, primeira edição brasileira de um texto thompsoniano. Como muitos já apontaram, a exclusão de três ensaios da edição inglesa¹²⁰ e o subtítulo da obra em português (“uma crítica ao pensamento de Althusser”) sugerem que, do ponto de vista editorial, objetivava-se enfatizar a polêmica entre o historiador inglês e o filósofo francês¹²¹. Não havia interesse, portanto, em apresentar um conjunto de textos que oferecesse ampla amostra do pensamento de Thompson, especialmente de suas relações com a *New Left* e a tradição de 1956. Comercialmente, a opção editorial era compreensível. De acordo com Silvia Hunold Lara, que, em meados da década de 1980, se tornaria docente do PPGHU, “não podemos nos esquecer que até quase o início dos anos 1980, Thompson era praticamente desconhecido no Brasil”, quadro que, exceção feita a referências esparsas por parte de estudiosos da classe operária, se manteria “até quase meados da década de 1980”¹²². Escritos de Althusser, por sua vez, já estavam bem sedimentados em universidades brasileiras, desfrutando seu marxismo estruturalista de espaço considerável¹²³. Provavelmente, foi apostando nesse mercado que a editora Zahar, que já publicava obras de Althusser, decidiu lançar o ensaio thompsoniano na coleção *Biblioteca Ciências Sociais*. Para uma editora reconhecida por publicar livros de autores vinculados à esquerda, Thompson encaixava-se como uma crítica, no interior do marxismo, ao estruturalismo¹²⁴. Tendo oferecido poucas declarações teóricas explícitas em *The Making* e recorrentemente se mostrado contrariado com debates acentuadamente teóricos, Thompson, provavelmente, acharia irônico que seu primeiro livro em português pudesse alimentar a imagem de que ele fosse, fundamentalmente,

¹¹⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 [1978].

¹²⁰ Eram eles: “Outside the Whale” (1960), “The Peculiarities of the English” (1965) e “An Open Letter to Leszek Kolakowski” (1973).

¹²¹ LARA, Silvia H. “Peculiaridades no Brasil”. *Topoi*, 3, 2001, p. 175-177. Vale apontar que, desde os anos 1960, especialmente por meio de “marxistas acadêmicos” como José Arthur Giannotti, Fernando Henrique e Octávio Ianni, já havia, no Brasil, uma corrente de crítica à obra Althusser. Cf. SILVA, Luiz F. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003, p. 132.

¹²² LARA, Silvia H. ““Blowin’ in the Wind”: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 50.

¹²³ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 70*. 2.ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 33-34.

¹²⁴ MÜLLER, Ricardo G. e MUNHOZ, S. “Edward Palmer Thompson”, p. 37-38.

um polemista no campo da teoria. Sobre *A miséria*, vale lembrar ainda que, apesar da importância da obra, ela não seria novamente editada no Brasil.

Em 1985, os brasileiros passaram a contar com mais dois textos thompsonianos em língua pátria. *Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização e Europa, o elo mais frágil da Guerra Fria* integravam o livro *Exterminismo e Guerra Fria*¹²⁵, que cerca de três anos antes fora publicado na Europa. Assim como em *The Poverty*, nota-se a relativa rapidez da tradução da obra para o português. Abordando o tema do desarmamento nuclear no contexto da Guerra Fria, os textos de Thompson poderiam interessar a amplos setores da esquerda. Mais uma vez, ironicamente, a publicação desses escritos thompsonianos não parecia colaborar muito para fortalecer a imagem de Thompson como renomado historiador. Dessa vez, a condição de ativista antinuclear é que ganhava mais subsídios. Estes, contudo, não foram levados muito adiante. Afinal, a extensa produção thompsoniana relativa à causa do desarmamento, assim como outros textos essencialmente políticos de E. P. Thompson, não voltaria a dar origem a traduções brasileiras.

O lançamento, em 1987, de *A formação da classe operária inglesa*¹²⁶ e de *Senhores e Caçadores*¹²⁷ projetaria, de modo durável, a figura de Thompson como historiador. Integrando a *Coleção Oficinas da História*, as edições nacionais dos livros thompsonianos foram possíveis graças ao trabalho de um grupo de historiadores basicamente vinculados ao PPGHU. A tradução coube a Denise Bottmann, ex-mestranda do PPGHU e então docente do Departamento de História da Unicamp¹²⁸, e os trâmites editoriais, incluindo conversações com Thompson, a Edgar Salvadori de Decca¹²⁹, docente do PPGHU desde a segunda metade dos anos 1970. Do ponto de vista editorial, a essa altura, a publicação de textos historiográficos thompsonianos já contava com uma demanda ansiosa, tornando o negócio bem mais atrativo. *A formação*

¹²⁵ THOMPSON, E. P. et al. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹²⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1: A árvore da liberdade. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1963] (Coleção Oficinas da História, v. 1); THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2: A maldição de Adão. Trad.: Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1963] (Coleção Oficinas da História, v. 5); THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3: A força dos trabalhadores. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1963] (Coleção Oficinas da História, v. 8).

¹²⁷ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro, 1997 (1987) [1975] (Coleção Oficinas da História, v. 7).

¹²⁸ MÜLLER, Ricardo G. e MUNHOZ, S. "Edward Palmer Thompson", p. 37. O volume 2 de "*A formação...*" é traduzido por Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida.

¹²⁹ DECCA, Edgar S. "E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário", p. 109.

mostrou-se um sucesso imediato de vendas, o que, muito provavelmente, estava relacionado à “circulação dos textos de Thompson pelos cursos de pós-graduação em História, Sociologia e Educação no período imediatamente anterior”¹³⁰.

Dividida em três volumes, assim como uma edição espanhola¹³¹ que, desde fins dos anos 1970, circulava entre historiadores nacionais, a “tardia” tradução brasileira de *A formação*, que mesmo assim é anterior à primeira versão francesa do livro¹³², fora feita a partir das edições inglesas de 1963¹³³ e 1968¹³⁴. Esta continha um pós-escrito, excluído da publicação nacional, em que Thompson respondera a seus críticos. Provavelmente, a exclusão esteja associada ao fato de que a maior parte do texto era dedicada a densos debates historiográficos ingleses, julgados, talvez, de pouco interesse ou de difícil compreensão para os leitores brasileiros.

Na orelha do volume um de *A formação*, escrita por Decca, que poucos anos antes lançara o seu *Silêncio dos Vencidos*¹³⁵, no qual não se menciona o historiador inglês, Thompson é caracterizado como “um historiador comprometido com as causas populares e crítico vigoroso da ideologia dominante”. O livro “não polemiza apenas com a *propaganda dos vencedores*, critica também as concepções marxistas sobre a Classe Operária que a transformaram no resultado da equação vapor + sistema industrial, num mero fator de produção”. Assim, *A formação* deveria ser vista como “a história de uma experiência de uma cultura popular”. Na segunda metade dos anos 1980, portanto, acrescentavam-se significativas contribuições à imagem de um Thompson historiador da classe operária, crítico do determinismo econômico-tecnológico presente em vertentes do marxismo e pesquisador interessado na cultura¹³⁶. O perfil militante de Thompson, entretanto, continuava a merecer destaque. Já na orelha de *Senhores e Caçadores*, Michael Hall, outro docente do PPGHU, detendo-se menos na figura do historiador inglês, optou por destacar que, na obra, “Thompson elabora uma interpretação do direito que rejeita a noção de lei como simples máscara para a

¹³⁰ MULLER, Ricardo G. e MUNHOZ, S. “Edward Palmer Thompson”, p. 50.

¹³¹ THOMPSON, E. P. *La formación histórica de la clase obrera*: Inglaterra – 1780-1832. Barcelona: Laia, 1977 (3 vols.).

¹³² FONTES, P. (Mediador); FORTES, A.; RAMALHO, J. R.; LOPES, J. S. L. “50 anos de ‘A Formação da Classe Operária Inglesa: E. P. Thompson e as Ciências Sociais no Brasil’”. (Mesa-redonda). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, abril de 2013. (Cf. Áudio 1, 31min45seg.).

¹³³ THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Victor Gollancz, 1963.

¹³⁴ THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class* (with new postscript). Harmondsworth: Penguin, 1968.

¹³⁵ DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹³⁶ Na orelha do volume três, Edgar de Decca optou por ressaltar o “estilo desconcertante” de Thompson e seu “texto ao mesmo tempo literário, jornalístico e de uma riqueza histórica impressionante.”

dominação de uma classe. O direito irrompe nessas páginas como campo complexo de lutas”.

Reforçando a imagem que vinculava o PPGHU à obra de Thompson – algo que também ocorria por meio da publicação de trabalhos de discentes e docentes do programa na mesma coleção em que eram lançados os livros do historiador inglês¹³⁷ –, a resenha de *A formação e Senhores*, em, à época, prestigiosa revista da grande mídia, coube a Cláudio Batalha, outro docente do PPGHU¹³⁸. No texto, o autor não hesita em classificar Thompson como “um dos mais proeminentes historiadores marxistas vivos”, esclarecendo, contudo, que o inglês não via o marxismo “como uma ciência que estabeleça as leis da História” e que ele rompera com Partido Comunista da Grã-Bretanha desde 1956¹³⁹. Em fins dos anos 1980, uma década após a publicação de *The Poverty*, Thompson, muito provavelmente, não aceitaria a denominação de “marxista” sem maiores questionamentos. Por outro lado, tomaria de bom grado o destaque dado por Batalha a seu perfil de ativista político que “tem empregado todas suas energias na campanha pelo desarmamento nuclear”. Thompson ficaria ainda mais exultante com as afirmações de seu resenhista de que, para além de seus “aspectos inovadores no campo da historiografia”, as duas obras então lançadas no país “estimulam reflexões sobre o momento hoje vivido no Brasil, onde o direito à cidadania é uma das questões em discussão na Constituinte”. Em que pese o tom contundente dessas afirmações sobre a importância da obra de Thompson para se pensar o presente e o passado da sociedade brasileira, somente na segunda metade dos anos 1990, voltaríamos a contar com a publicação de livros completos do historiador inglês. Assim, vejamos o que os discentes do PPGHU fizeram, nos anos 1980, com os textos thompsonianos que tinham à disposição.

¹³⁷ Alguns exemplos são: DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operária em São Paulo (1920-1934)*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Coleção Oficinas da História, v. 3); AZEVEDO, Célia M. Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro imaginário das elites (século XIX)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da História, v. 6); LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (Coleção Oficinas da História).

¹³⁸ Para todas as citações desse parágrafo, BATALHA, Cláudio. “Face obscura: a Inglaterra desvendada por E. P. Thompson”. *Veja*, 27/01/1988, p. 101.

¹³⁹ Ainda no fim dos anos 1980, Cláudio Batalha, resenhando a obra HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Trad.: de Waldea Barcellos e Sandra Bedian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 para uma revista de esquerda, voltou a se referir a E. P. Thompson e salientou que: “A idéia de uma *história que parta de baixo*, ou seja, de uma história que ao invés de estudar as classes dominantes e suas instituições, particularmente o Estado, preocupe-se sobretudo com a existência e os projetos das classes subalternas, está associada à chamada *história marxista inglesa*, ainda que não seja exclusividade desta.” Cf. BATALHA, Claudio H. M. “Da ótica do trabalhador”. *Teoria e Debate*, v. 3, 1988, p. 50.

Se considerarmos a frequência de referenciamento das edições brasileiras acima apresentadas na produção historiográfica acadêmica aqui analisada, atentando, simultaneamente, para a circulação de edições estrangeiras, constatamos que, entre 1980, início da defesa de mestrados no PPGHU, e 1989, contabilizam-se 48 trabalhos apresentados, contando-se apenas um doutorado. Desse total, 19 (ou 39,6%) referenciaram, em suas bibliografias, alguma obra de E. P. Thompson, atingindo-se um total de 35 referências assim distribuídas: *Tradición, revuelta y consciencia de clase* (15 ou 42,86%); *La formación histórica de la clase obrera*¹⁴⁰ (5 ou 14,29%); *A miséria da teoria* (4 ou 11,43%); *The Making of the English Working Class* (2 ou 5,71%) e *Time, work-discipline and industrial capitalism* (2 ou 5,71%). Além dessas, foram referenciadas uma única vez: *Whigs and Hunters*; *Patrician Society, Plebeian Culture*; *A formação da classe operária inglesa*; *Senhores e Caçadores*; *The moral economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*; *Anthropology and the discipline of historical context* e *Folklore, anthropology and social history*.

Muitas vezes lembrado por *A formação*¹⁴¹, vemos que o Thompson apropriado pelos discentes do PPGHU nos anos 1980 é, preponderantemente, aquele das pesquisas sobre a sociedade inglesa do século XVIII, incluindo as reflexões mais explicitamente teórico-metodológicas de Thompson que resultaram de seu engajamento nesse campo de pesquisas. A obra mais referenciada do período, *Tradición, revuelta y consciencia de clase*¹⁴², não existe como livro em inglês, sendo uma coletânea, em espanhol, de artigos de Thompson sobre o século XVIII reunidos e publicados, em 1979, pelo historiador catalão Josep Fontana. Além de uma apresentação escrita por Fontana (*E. P. Thompson: Historia y lucha de clases*) e de uma entrevista com Thompson, o livro trazia os artigos: *La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?*¹⁴³; *La economía*

¹⁴⁰ THOMPSON, E. P. *La formación histórica de la clase obrera*: Inglaterra – 1780-1832. Barcelona: Laia, 1977 (3 vols.).

¹⁴¹ Em 2002, por exemplo, após analisar 15 trabalhos, oriundos de diferentes universidades, que teriam tido, nos anos 1980, destaque na renovação da historiografia brasileira sobre a “atuação libertária” na Primeira República, Allyson Bruno Vianna não hesitou em afirmar, contrariando o que constatamos na produção discente do PPGHU, que: “o não lançamento, no Brasil, de *A Formação...* de Thompson antes de 1987, não impediu que esse livro figurasse como referência quase onipresente na produção dos anos de 1980 que aqui se aborda.” Cf. *A historiografia da atuação libertária*: a produção dos anos 80. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: UFC, 2002, p. 126 (Grifos nossos).

¹⁴² *Tradición, revuelta y consciencia de clase*: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1989 (1979).

¹⁴³ THOMPSON, E. P. “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Cass?”. *Social History*, v. 3, n. 2, 1978.

“moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII¹⁴⁴; *El entramado hereditario: un comentario*¹⁴⁵; *El delito de anonimato*¹⁴⁶ e *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*¹⁴⁷.

Silvia Hunold Lara lembra que, quando ingressou na pós-graduação em História da Universidade de São Paulo, em fins dos anos 1970, a coletânea organizada por Fontana já circulava entre alunos em cópia xerox¹⁴⁸. Na mesma direção, mas tratando do acesso, no mesmo período, a textos thompsonianos por parte de discentes do PPGHU, Déa Ribeiro Fenelon afirma que:

Lembro-me de nossas dificuldades para fazer chegar até aos alunos de Mestrado em História, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas primeiras turmas de 1976/1977, alguns dos artigos de Thompson sobre a questão da “Lucha de clases sin clase...” [sic], “Tiempo y disciplina en la sociedad industrial...” [sic], “La economía moral del siglo XVIII...” [sic], “Patrician society, plebeian culture...” e muitos outros que acabaram por nos chegar em espanhol, reunidos por Joseph Fontana, em *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, em 1979. Mas ficava a maior parte da obra, não só de Thompson, mas de outros e do debate ou das polêmicas geradas em torno de suas posições só acessíveis a quem dominava a língua inglesa. Várias promessas frustradas e adiadas, promessas de que *The making of the English working class* seria traduzido para o próximo ano, mas estas só se concretizaram em 1987, quando a editora Paz e Terra lançou o 1º volume em português. Dificuldades quanto à cessão dos direitos autorais, tradução etc. retardaram o aparecimento da obra em português, pois a 1ª edição, em língua inglesa, surgira em 1963. Edições em espanhol eram disputadíssimas, mas o debate se fragilizava pela incapacidade da maioria de acompanhar seus desdobramentos, ler as revistas especializadas etc.¹⁴⁹

A constatação de que, quantitativamente, os artigos de *Tradición* estavam mais presentes na produção discente do que obras como *The Making* (em inglês, espanhol ou português) é um dado significativo para refletirmos sobre as apropriações efetivadas pelos discentes do PPGHU ao longo dos anos 1980. Podemos supor, por exemplo, que, devido à leitura de *Lucha de clases*, por sinal, o artigo mais referenciado no período, eles estavam bastante familiarizados com os abertos ataques thompsonianos ao marxismo-leninismo, com sua defesa do uso heurístico do conceito de classe (algo que recusara em *The Making*) e com sua formulação teórica sobre a centralidade (e, até mesmo, a universalidade) da luta de classes na dinâmica do processo histórico. Tais

¹⁴⁴ THOMPSON, E. P. “The moral economy of the English crowd in the 18th century”. *Past & Present*, n. 50, 1971.

¹⁴⁵ THOMPSON, E. P. “The grid of inheritance”. In: THOMPSON, E. P., GOODY, J.; THIRSK, J. (eds.). *Family and Inheritance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

¹⁴⁶ THOMPSON, E. P. “The crime of anonymity”. In: HAY, D.; LINEBAUGH, P. e THOMPSON, E. P. (eds.). *Albion’s Fatal Tree*. Harmondsworth: Penguin Books, 1975.

¹⁴⁷ THOMPSON, E. P. “Time, work-discipline and industrial capitalism”. *Past and Present*, n. 38, 1967.

¹⁴⁸ LARA, Silvia H.. “Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson...”, p. 50 (nota 20).

¹⁴⁹ FENELON, Déa Ribeiro. “E. P. Thompson – História e Política”, p. 78.

elementos poderiam ser bastante proveitosos, por exemplo, aos discentes que buscavam confrontar bem estabelecidos trabalhos fundados nas vertentes marxistas explicitamente criticadas pelo inglês ou àqueles mestrandos/doutorandos que intentavam pensar a escravidão brasileira a partir do conceito de luta de classes. Por outro lado, parece razoável conjecturar que as poucas referências a *The Making* contribuíram para uma menor familiaridade dos discentes do PPGHU com a escrita thompsoniana do texto historiográfico, o que nos ajuda a compreender a existência de dissertações/teses em que, apesar da declarada adesão a referenciais teórico-metodológicos de E. P. Thompson, mantinham-se os elementos de uma escrita bastante vinculados a modalidades mais formalistas do marxismo.

De qualquer modo, apenas a análise qualitativa dos trabalhos do período pode nos revelar as nuances das apropriações das obras de Thompson empreendidas pelos discentes do PPGHU. Para levarmos adiante essa tarefa, optamos por organizar as dissertações/teses que se valeram de textos do historiador inglês, na quase totalidade estudos sobre trabalhadores (livres ou escravizados), em três agrupamentos: “Trabalho e trabalhadores na Primeira República”; “Trabalho e trabalhadores do pós-1930” e “Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império”. Grosso modo, no fim dos anos 1970, cada um desses blocos contava com um conjunto de trabalhos principais que haviam estabelecido tendências teórico-metodológicas dominantes no tratamento da temática do trabalho/trabalhadores. Elas serão sucintamente descritas no início de cada um dos agrupamentos, afinal, a nova produção necessariamente tinha que dialogar com o “saber estabelecido”. Na sequência, dentro de cada bloco, serão analisadas, por ordem cronológica de data de defesa, as dissertações/teses dos discentes do PPGHU que se apropriaram de obras de Thompson, destacando-se, especialmente, os usos de referenciais teórico-metodológicos do historiador inglês e seus efeitos.

2.5. Trabalho e trabalhadores na Primeira República

Foi somente a partir de fins dos anos 1950 que os trabalhadores (urbanos e rurais), incluindo os do primeiro período republicano, tornaram-se objeto de estudo sistemático das ciências humanas e sociais na universidade brasileira, o que resultou em

importantes publicações na década de 1960¹⁵⁰. Antes disso, de modo similar ao que ocorreu em quase todos os países do mundo¹⁵¹, a literatura sobre o tema, especialmente aquela dedicada ao operariado, tinha sido produzida por sindicalistas e ativistas políticos de esquerda ou por jornalistas e advogados não raramente vinculados ao movimento operário¹⁵². Tal produção, centrada na visão do operariado como agente relevante no processo histórico, ia na contramão das análises dos chamados “pensadores autoritários”, que, desde os anos 1930 e 1940, negavam qualquer presença significativa dos trabalhadores e, mais amplamente, sustentavam a visão de uma sociedade brasileira sem “classes organizadas” e sem “opinião pública”¹⁵³.

Estabelecendo maior ou menor diálogo com a produção precedente, os estudos acadêmicos publicados, mais intensamente, a partir de meados dos anos 1960, em sua ampla maioria escritos por cientistas sociais, abriram caminhos inovadores, reafirmando a participação social e política dos trabalhadores urbanos e rurais no contexto da Primeira República¹⁵⁴. O foco recaiu, largamente, sobre a questão do sindicalismo como elemento chave para a organização e atuação política dos trabalhadores e para suas relações com o poder do Estado¹⁵⁵. De modo geral, para tal bibliografia, 1930 tornou-se marco ruptural no processo de formação do proletariado e nos padrões de organização sindical, salientando-se que, ao longo dos anos 1920, a classe operária teria perdido “sua autonomia, espontaneidade e ímpeto revolucionário”¹⁵⁶.

Segundo a emergente “corrente de interpretação sociológica” – que operava com a noção de “modernização” e explorava a dualidade “arcaico-moderno” – fator decisivo

¹⁵⁰ GOMES, Ângela C. e FERREIRA, Marieta M. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *Estudos históricos*, v. 2, n. 4, 1989, p. 260.

¹⁵¹ PRICE, Richard. “Histories of Labour and Labour History”. *Labour History Review*, v. 75, n. 3, 2010, p. 266.

¹⁵² Para boa amostra da produção não-universitária: RODRIGUES, Leôncio M. e MUNHOZ, Fábio A. “Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil”. *Estudos Cebrap*, n. 7, 1974, p. 155 e DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. “Historiografia e movimento operário: o novo em questão”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 65, 1987, p. 113.

¹⁵³ GOMES, Ângela C. e FERREIRA, Marieta M. “Primeira República...”, p. 261. Cf., também, PAOLI, M. Célia. “Sobre as classes populares no pensamento sociológico”. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. Um dos mais citados representantes do pensamento autoritário é Oliveira Vianna.

¹⁵⁴ Em relação aos trabalhadores rurais, os temas privilegiados pelos estudos dos anos 1960 foram os movimentos messiânicos de Canudos, Contestado e Juazeiro, além da questão do cangaço. Cf. GOMES, Ângela C. e FERREIRA, Marieta M. “Primeira República...”, p. 263.

¹⁵⁵ Dedicaram importantes seções ao operariado da Primeira República: SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966 e RODRIGUES, José A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

¹⁵⁶ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. *Dados*, n. 17, 1978, p. 70.

para explicar as mudanças, após 1930, nas “atitudes operárias”, incluindo as adesões político-ideológicas, era a composição da classe trabalhadora¹⁵⁷. A intensificação dos fluxos populacionais internos, a partir dos anos 1930, teria incorporado à classe operária um grande contingente de migrantes nacionais de origem rural recente, o que teria resultado em padrões de “comportamento operário” distintos dos vigentes na Primeira República¹⁵⁸.

Publicados, em sua maioria, após o golpe civil-militar de 1964, os estudos da “corrente de interpretação sociológica”, que muitas vezes pensavam a classe trabalhadora brasileira à luz de paradigmas estrangeiros (europeus ou estadunidense) de formação do proletariado, tenderam a enfatizar as fraquezas político-organizacionais do operariado brasileiro (e até mesmo da burguesia urbana), atribuindo-as, recorrentemente, a determinações econômico-demográficas¹⁵⁹. Outra tendência dos mencionados estudos foi generalizar para o Brasil o que, supostamente, seria o caso paulista, geralmente investigado a partir de exígua base empírica¹⁶⁰.

Mesmo quando se buscava apontar os limites das análises da “corrente de interpretação sociológica”, mais próxima do estrutural-funcionalismo¹⁶¹, por meio do marxismo, este, frequentemente, era apropriado, também, numa chave bastante estruturalista e formalista. Nesse sentido, em meados dos anos 1970, Pinheiro, em texto que propunha novos rumos para a pesquisa sobre o operariado, observava que, na produção sociológica hegemônica vigente, “parece ter-se perdido de vista foi o fato de que as características relativas à composição [da classe operária] tendem a ser redefinidas pelas relações sociais a que está submetido o operário no processo de industrialização”¹⁶². Contudo, poucas linhas adiante, na contramão da ênfase dada às “relações sociais”, Pinheiro não hesitava em afirmar que:

¹⁵⁷ DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. “Historiografia e movimento operário: o novo em questão”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 65, 1987, p. 116.

¹⁵⁸ Expoente da “corrente de interpretação sociológica” no tratamento do operariado da Primeira República é RODRIGUES, Leôncio M. *Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

¹⁵⁹ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo...”, p. 70. Vale lembrar que, por meio de comparações com “o paradigma da classe operária típica”, lideranças operárias brasileiras das primeiras décadas do século XX partilharam, também, visões negativas sobre o proletariado do país. Cf. BATALHA, Cláudio H. M. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade”. *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23-24, 1991, p. 116.

¹⁶⁰ BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”, p. 150.

¹⁶¹ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo...”, p. 71-72.

¹⁶² PINHEIRO, Paulo S. “Trabalho industrial no Brasil: uma revisão”. *Estudos CEBRAP*, n. 14, 1975, p. 123.

“(...) o seu desenvolvimento [da classe operária brasileira no início do século XX] estava submetido à dependência sofrida pela acumulação de capital industrial em relação ao capital agrário-mercantil. As análises do período parecem ter esquecido que a classe operária em sua existência permanente é parte viva do capital: sua estrutura ocupacional, as formas de trabalho e sua distribuição através das indústrias da sociedade são determinadas pelo avanço do processo de acumulação de capital.”¹⁶³

Em 1974, um outro balanço da produção sociológica sobre sindicalismo e trabalhadores industriais no Brasil concluía que a “literatura relativa à história do sindicalismo brasileiro não é extensa” e que eram exceções trabalhos como o de Azis Simão, que recorreu a “fontes primárias no período anterior a 1930”. Igualmente escassos eram os estudos sobre “as condições de vida e de trabalho do proletariado nas fases iniciais da industrialização”, dispondo-se apenas de informações fragmentárias espalhadas por diversas obras¹⁶⁴. Assim, quando, em meados dos anos 1970, os historiadores universitários brasileiros ingressaram sistematicamente no campo de estudos sobre o operariado da Primeira República¹⁶⁵, eles encontraram inúmeros terrenos inexplorados pela frente. Para percorrê-los, dispunham de caminhos que já vinham sendo indicados, desde a segunda metade dos anos 1960, por brasilianistas estadunidenses: uso intensivo dos jornais da imprensa operária; revisão da suposta origem urbana da maioria dos imigrantes da Primeira República; questionamentos sobre a exclusividade das doutrinas anarquistas nos meios sindicais; constatação da presença de tensões étnicas entres os imigrantes etc¹⁶⁶. A partir de tais elementos e da introdução de outros, os historiadores universitários brasileiros passaram, rapidamente, a hegemonizar a pesquisa sobre o operariado da Primeira República, quadro que se consolidaria nos anos 1980¹⁶⁷.

¹⁶³ PINHEIRO, Paulo S. “Trabalho industrial no Brasil: uma revisão”, p. 125 (Grifos nossos).

¹⁶⁴ RODRIGUES, Leôncio M. e MUNHOZ, Fábio A. “Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil”. *Estudos Cebrap*, n. 7, 1974, p. 156.

¹⁶⁵ Vale lembrar, contudo, o pioneirismo de CARONE, Edgard. *A Primeira República*. São Paulo: Difel, 1969. Na Parte III (“Classes Sociais”), encontram-se informações sobre os principais agrupamentos políticos da classe operária na Primeira República e sobre entidades de representação sindical.

¹⁶⁶ Cf., por exemplo, HALL, Michael M. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*. Tese (Doutorado). EUA: Columbia University, 1969; DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977; MARAM, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁶⁷ Para uma detalhada análise dos livros produzidos nos anos 1970 e 1980 que mais inovações trouxeram ao campo dos estudos sobre o operariado da Primeira República, cf. RAMOS, Igor G. *O messianismo acadêmico: a redenção pela classe operária – uma análise da produção acadêmica das décadas de 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado). Londrina: UEL, 2009 e VIANA, Allyson B. *A historiografia da atuação libertária: a produção dos anos 80*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: UFC, 2002.

Em 1976, foi publicado *Trabalho urbano e conflito social*, de Boris Fausto¹⁶⁸, primeiro estudo histórico produzido em âmbito universitário sobre o movimento operário¹⁶⁹. Ainda que o livro traga importantes inovações (amplo embasamento empírico; atenção à dimensão cultural do projeto anarquista; comparação das experiências operárias carioca e paulista etc.) e incluía até mesmo uma menção a *The Making*, no prefácio¹⁷⁰, Fausto mantém a centralidade das determinações socioeconômicas na explicação dos “limites” da consciência de classe do operariado. Isso não foi empecilho para que a obra indicasse novos caminhos para a pesquisa e apontasse a demanda por novos referenciais teórico-metodológicos. Assim, em 1980, aprofundando questões levantadas por Fausto, Hardman, por exemplo, apresentou pesquisa focada na política cultural anarquista¹⁷¹. Pouco tempo depois, ele e Leonardi, valendo-se da noção de classe presente em *The Making*, mas sem deixar de lado o diálogo com clássicos da tradição marxista, discutiram definições sociologizantes de classe, que, ao tratá-la como estrutura ou categoria, esvaziavam seu sentido histórico¹⁷².

O dealbar dos anos 1980 foi, ainda, momento da publicação de uma coletânea de documentos sobre o operariado da Primeira República que trazia, em sua introdução, algo como um manifesto por uma nova história do trabalho. Segundo Pinheiro (o mesmo que vimos poucas linhas atrás) e Hall, ambos docentes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, a “intenção, em parte, é apontar linhas de pesquisa que podem ser exploradas”. Nesse sentido, apoiando-se, destacadamente, nas definições thompsonianas de “luta de classes”, “formação de classe” e “consciência de classe”, apropriadas a partir do artigo *Eighteenth-Century English Society*, os autores avaliavam que:

¹⁶⁸ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Difel, 1976.

¹⁶⁹ O trabalho de Fausto é a primeira obra historiográfica de fôlego. Contudo, é importante apontar a existência do artigo: NEVES, Maria C. B. “Greve dos Sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa”. *Revista de Administração de Empresas*, v. XIII, n. 92, 1973.

¹⁷⁰ Em que pese o pioneirismo da menção a Thompson, Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes a avaliam como “sem grande repercussão”. Cf. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006, p. 221.

¹⁷¹ HARDMAN, Francisco Foot. *A estratégia do desterro: situação operária e contradições da política cultural anarquista (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1980 (Orientação: Paulo Sérgio Pinheiro). Cf., também, HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Na mesma linha de pesquisa: PRADO, Antonio A. *Libertários: memórias, lutas e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁷² HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

Durante muito tempo a história da classe operária ficou reduzida às instituições sindicais e partidárias, geralmente limitadas ao contingente dos que militavam no movimento operário. Porque a classe operária não era levada em conta, passou-se a tomar as lideranças e os militantes pela classe inteira, perdendo-se com isto a história da experiência dos trabalhadores. Nessa perspectiva, a luta de classes foi adquirindo um caráter de um conceito cada vez mais abstrato e formal, desencarnado da vida dos trabalhadores e ritualisticamente localizado, quando muito, na estrutura econômica.

*(...) queremos contribuir para que a história dessa classe venha a situar-se numa perspectiva mais larga, preocupada em abranger a classe operária em seu modo de vida em suas práticas cotidianas, captando a complexidade de sua expressão na sociedade.*¹⁷³

*(...) muito do que foi produzido até agora revela mais o que os estudiosos imaginavam que a classe operária devia ter sentido ou pensado do que aspectos reais da condição operária.*¹⁷⁴

Foi nesse contexto, no qual se via, ainda, o despontar de trabalhos que questionavam a ideia de absoluta descontinuidade entre o pré e o pós-1930¹⁷⁵, que emergiu a expressiva produção discente do PPGHU sobre o operariado da Primeira República. Na mesma ocasião, outros programas de pós-graduação também expandiram sua produção sobre a temática, contribuindo para a ampliação e diversificação da historiografia sobre a classe operária¹⁷⁶. Como já vimos, o contexto sócio-político-cultural brasileiro da transição para os anos 1980 deu grande impulso ao crescente interesse que, desde a década anterior, historiadores vinham demonstrando pelos trabalhadores. Exploreemos, agora, detalhadamente, as apropriações dos textos thompsonianos por parte dos discentes do PPGHU e seus efeitos na produção historiográfica sobre o operariado da Primeira República.

Em dezembro de 1982, Antônio Rezende¹⁷⁷ apresentou o primeiro trabalho discente defendido no PPGHU a mencionar, no corpo do texto ou em nota de rodapé, uma obra thompsoniana. Em janeiro do mesmo ano, Amnéris Maroni, já havia listado um texto de E. P. Thompson na bibliografia de sua dissertação¹⁷⁸, o que não ocorrera nas três defesas anteriores realizadas no PPGHU: *Campesinato e capitalismo* (1980), *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista* (1980) e *Os trabalhadores e a redemocratização* (1981).

¹⁷³ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. "Introdução". In: *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. v. 2. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Funcamp, 1981, p. 9. Nesse conhecido texto, há também referências a Michelle Perrot, Stefano Merli e Cornelius Castoriadis.

¹⁷⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. "Introdução", p. 11.

¹⁷⁵ GOMES, A. M. C. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

¹⁷⁶ BATALHA, Cláudio H. M. "A historiografia da classe operária no Brasil...", p. 152-153.

¹⁷⁷ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1982 (Orientador: Arnaldo Ítalo Tronca).

¹⁷⁸ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 78*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1982 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

Na primeira página da dissertação de Rezende, somos informados que o texto foi concluído em 1981. Por isso, o autor não deve ter tido tempo hábil para ler e incorporar *A miséria da teoria*, publicada em edição brasileira nessa mesma ocasião. Ainda que, desde fins dos anos 1970, já circulasse entre discentes do PPGHU, a edição espanhola de *The Making*, Rezende registra apenas a leitura de *Tradición, revuelta*.

A pesquisa de Rezende tem por objetivo investigar a “prática política da classe operária em Pernambuco, de 1900/1922 ou mais especificamente a análise das correntes/tendências políticas nela existentes”¹⁷⁹. Na exploração desse tema, o autor vale-se da noção thompsoniana de consciência de classe para negar, explicitamente, o modelo base/superestrutura, ao qual, entretanto, Rezende recorre, ainda que o atenuando, como se vê abaixo e em diversas outras ocasiões, para explicar/compreender os fenômenos por ele analisados:

As determinações não se dão, mecanicamente, ao ponto de afirmamos que, para tal tipo de relações sociais de produção e ou tal tipo de forças produtivas, teremos conseqüentemente um operariado mais ou menos consciente e combativo [inserção da Nota 29]. A constatação de que setores da classe operária estavam subordinados às corporações e às sociedades beneficentes dirigidas pelos “socialistas cristãos” e de que os outros socialistas, fundadores do Centro Operário, não tinham conseguido maior avanço das suas propostas, *fica mais compreensível diante do conhecimento das determinações estruturais da época*. E nos leva a concluir que as poucas greves ou manifestações de protesto que houve contra a exploração visavam ao atendimento de reivindicações de caráter corporativo, sem uma articulação mais evidente entre as diversas categorias e sem matizes ideológicas definidas. [Nota 29] Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979. Em um dos ensaios publicados nesta antologia, “Lucha de clases sin clases”, Thompson faz excelentes colocações sobre a questão da consciência de classe, com as quais concordamos. Vê sobretudo pp. 33/39.¹⁸⁰

Ao estudar o período 1900/1922 a partir da noção thompsoniana de consciência de classe, Rezende abertamente quer se distanciar de leituras marxistas-leninistas¹⁸¹, que, na ausência de um partido e de uma vanguarda, teriam visto o movimento operário da Primeira República, em que teriam se destacado “socialistas” e “anarco-sindicalistas”, de modo bastante negativo:

Estudar a classe operária dentro de uma formação social exige um *conhecimento das limitações conjunturais e estruturais que acompanham a sua luta*. Querer mitificá-las, exigir um comportamento político sem analisar as correlações de força, é negar a complexidade que atravessa a luta política. Se a classe operária não age como força

¹⁷⁹ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 8.

¹⁸⁰ Para as duas citações, cf. REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 43 (Grifos nossos).

¹⁸¹ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 55-56 (nota 13), 137-138, e, especialmente, 179-180 (nota 18).

revolucionária da sociedade, conduzida por uma vanguarda organizada em um partido, ela estará descumprindo sua “missão histórica” ou ainda não atingiu o nível de consciência suficiente do sentido do seu papel no processo histórico. Efetivamente, isso é um tipo de colocação que em nada contribui. É preciso salientar que uma classe social, na maioria das vezes, não se apresenta como um todo político homogêneo. Ocorre, também, de haver disputas no seu interior, algo não incomum, com tendências se outorgando o direito de representar os verdadeiros interesses da classe.¹⁸²

Não podemos tomar, portanto, a análise apenas nas bases dos avanços e recuos (afinal qual o significado disso?), de derrotas irreversíveis, mas construir um tipo de análise que nos dê condições para se conhecer a trajetória política da classe operária até o momento presente, sem preconceitos, sem querer obscurecer certos aspectos de sua prática política, por julgá-los, a priori, insignificantes ou atrasados.¹⁸³

Em sua análise, Rezende procura caracterizar os trabalhadores como sujeitos ativos, que, atuando em relação a outros grupos sociais, participaram da definição de rumos da história nacional¹⁸⁴. Ainda que se preocupe com elementos de uma história vista de baixo, vemos que Rezende atém-se, fundamentalmente, às organizações dos trabalhadores e suas lideranças. Mais amplamente, o autor opõe-se a uma historiografia que se caracterizaria por “excessiva preocupação com o econômico, a falta de dados empíricos, o partidarismo”¹⁸⁵.

Do ponto de vista das fontes, Rezende esforça-se para demonstrar que existiam documentos que viabilizariam o estudo do objeto que se propõe a investigar, sugerindo-nos a existência, no meio acadêmico, de alguma desconfiança sobre as possíveis limitações para se escrever uma história da classe operária. Servindo-se largamente de fontes existentes no AEL, como jornais da imprensa operária ou “relatórios do projeto ‘Fontes para o estudo da Industrialização no Brasil’, Unicamp – Finep, 1979/1980”¹⁸⁶, o trabalho de Rezende sugere-nos que o vínculo existente com o PPGHU mostrava-se decisivo não apenas para a escolha da temática, mas para o próprio desenvolvimento da pesquisa. Ao trabalhar com fontes produzidas por organizações e líderes de instituições dos trabalhadores, o autor produz, fundamentalmente, uma história dos setores organizados da classe operária, pouco avançando em direção a uma história operária em sentido amplo.

No que diz respeito à organização da narrativa, Rezende poderia ter iniciado a dissertação com um capítulo descritivo das “forças produtivas” e das “relações de produção” no estado de Pernambuco nas primeiras décadas do século XX. Entretanto,

¹⁸² REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 6 (Grifos nossos).

¹⁸³ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 3.

¹⁸⁴ Cf., por exemplo, REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 11, 12 e 114.

¹⁸⁵ Cf., por exemplo, REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 1.

¹⁸⁶ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 111.

interessado na consciência de classe do operariado pernambucano e afirmando que ela não pode ser mecanicamente derivada de uma análise das forças produtivas, Rezende dedica-se, fundamentalmente, à análise de documentos produzidos por lideranças das principais organizações operárias existentes em Pernambuco, construindo uma narrativa que se baseia na sucessão cronológica de hegemonias de organizações dos trabalhadores.

Rezende julga, continuamente, as opções políticas dos atores que analisa. Em certa passagem, avalia, por exemplo, que: “este atrelamento evitava um avanço na luta, pois mascarava as contradições, forjava ilusões, fazia com que a classe operária tivesse seus falsos vencedores, os socialistas, como símbolo da sua luta e dos seus interesses”¹⁸⁷. Entretanto, reiteradamente, critica esse tipo de postura, indicando que o historiador deveria, principalmente, pautar-se pela compreensão:

É claro que evitaremos, no entanto, fazer um julgamento político de tal ou qual tendência. O nosso objetivo é compreender a sua prática e as suas conseqüências dela advinda para a continuidade da luta contra a exploração, sem querer cobrar certo tipo de comportamento, o que nos tornaria um ambíguo e anacrônico profeta “a posterior” da História.¹⁸⁸

O autor procura pensar as especificidades do operariado pernambucano em relação ao de São Paulo e do Rio de Janeiro, questionando-se, inclusive, sobre a necessidade de se reconsiderar as próprias problematizações:

Entrando, porém, na história do nosso trabalho, quando nos propusemos a fazê-lo nos defrontamos, inicialmente, com uma dificuldade bem específica: uma historiografia voltada, exclusivamente para o que ocorreu no Rio e em São Paulo. Que “hipóteses” poderíamos levantar para começarmos nossa pesquisa? Não seria um grave erro transpor as questões, mecanicamente, sem ter nem mesmo conhecimento factual da prática política da classe operária em Pernambuco? E nos perguntamos também, se não estaria a Historiografia recaindo na falha anterior de apenas estudar o famoso eixo cafeeiro e suas ramificações mais diretas? Por que não ampliar esse quadro. Por que não apagar a impressão de que a História do Nordeste se resume ao ciclo da cana-de-açúcar e aos desmandos dos seus “coronéis”? E sua importância no Brasil República eclipsou-se magicamente?¹⁸⁹

Contudo, a própria instituição à qual Rezende estava vinculado – isto é, o PPGHU – ofereceria obstáculos ao estudo das peculiaridades regionais:

O projeto do Departamento de História, ao qual estávamos vinculados, tinha como proposta básica o *estudo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com uma posição crítica*

¹⁸⁷ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 63.

¹⁸⁸ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 11.

¹⁸⁹ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 6.

*diante dos outros trabalhos existentes. Mas estava, implicitamente, colocado que esse projeto convergia para o estudo do capitalismo no sudeste, visando conhecer mais profundamente o processo de acumulação resultante da cafeicultura. No campo das lutas sociais isso também se refletia.*¹⁹⁰

Por fim, destaquemos que, mesmo remetendo os leitores aos estudos de Thompson em *Tradición, revuelta* bastante marcados pela atenção à cultura, no trabalho de Rezende não se vê esse mesmo tipo de preocupação, o que o distancia do uso da noção de formação de classe como fenômeno econômico, político e cultural.

Em 1983, Maria Gitahy¹⁹¹ fez a defesa da dissertação de mestrado que, desde 1977, vinha elaborando. A autora referencia, na bibliografia de sua dissertação, quatro textos de E. P. Thompson: um capítulo de *The Making, A miséria, Tradición, revuelta* e *La formación histórica*. Somente a obra *A miséria* é mencionada no corpo do texto ou em notas de rodapé. Em uma dessas referências explícitas, lemos que:

Todo este material [as fontes] foi interrogado, entre outras formas, “como elos numa série linear de ocorrências ou fatos contingentes – isto é, a história ‘tal como realmente aconteceu’ (mas nunca poderá ser plenamente conhecida) – *na construção de uma exposição narrativa*; sendo esta reconstrução (por mais desprezada que seja pelos filósofos, sociólogos e por um número crescente de historiadores contemporâneos que se deixaram atemorizar pelos primeiros) uma constituinte essencial da disciplina histórica, um pré-requisito e premissa de todo conhecimento histórico, a base de qualquer noção objetiva (distinta da teórica) de causação, e preliminar indispensável à construção de uma exposição analítica ou estruturada (que identifica relações estruturais ou causais) mesmo que no curso desta análise a narração primitiva sequencial sofra ela mesma uma transformação radical (...) [inserção da Nota 4]

[Nota 4] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 38-39.¹⁹²

Como se vê, Gitahy mobiliza Thompson para sustentar opções teórico-metodológicas relativas tanto à investigação quanto à exposição (ou, sendo mais precisos, à construção do texto historiográfico). Assim como ao historiador inglês, antes que apresentar longos debates sobre categorias lógico-formais, interessava a Gitahy confrontá-las com evidências, fomentando um processo de investigação que culminaria na constituição de uma narrativa sobre o objeto específico investigado:

Há poucos quilômetros dos corredores “interdisciplinares” do IFCH, desde a graduação, eu iniciara minha experiência como professora de História em cursos de madureza. *Esta e*

¹⁹⁰ REZENDE, Antônio P. M. *A classe operária em Pernambuco*, p. 6 (Grifos nossos).

¹⁹¹ GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos (1889-1910)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1983 (Orientador: Boris Fausto).

¹⁹² Para as duas citações, cf. GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 8.

outras vivências dos anos setenta também marcaram minhas opções com relação a um texto de História: eu queria uma narrativa. Teoricamente informada, claro; politicamente posicionada, claro; mas isenta de jargão acadêmico ou da última “análise de conjuntura” (arrgh!) dos grupos que atuavam na cena estudantil. Eu queria um texto em que não fosse preciso afirmar que se tratava da “ótica do conflito” entre capital e trabalho ou que “a luta de classes é o motor da história” [inserção da Nota 1] mas que esta fluísse, mais ou menos, como flui a vida.

[Nota 1] Estas questões foram aprofundadas, entre outros por Hobsbawm, E. J. “Labor History and Ideology” in *Journal of Social History*, v. 7 (4), 1974 e Haupt, George. “Pourquoi l’histoire du mouvement ouvrier?” in: *L’histoire et le mouvement social*. Paris. F. Maspero, 1980. p. 17-44.¹⁹³

Ao abordar os trabalhadores do Porto de Santos no período 1889 a 1910 – fundamentalmente por meio das greves de 1889, 1891, 1897, 1905 e 1908 –, Gitahy pautou-se pela “reconstituição das possibilidades reais com que se enfrentam os operários deste setor fundamental”, a “percepção [dos trabalhadores] destas ações e as atitudes práticas que acabaram por assumir” e por “reencontrar o papel destes atores na complicada teia histórica em que se constrói a classe operária brasileira”¹⁹⁴. Ao longo de todo o texto, a autora mobiliza, implicitamente, a noção thompsoniana de formação de classe, destacando a centralidade da agência dos trabalhadores nesse processo. Articulando volumosa análise quantitativa em vívido relato qualitativo, Gitahy mostra-se atenta a diversificadas determinações¹⁹⁵ (oscilações da economia, estrutura ocupacional, características do mercado de trabalho etc.), tomando-as como elementos que exercem pressão e impõem limites às ações dos trabalhadores. Entretanto, é sempre a luta de classes que define o curso dos fenômenos¹⁹⁶, constituindo o próprio processo de formação de classe:

O movimento operário mudara. Agora [no fim da primeira década do séc. XX] ele já tinha esse nome. “Companheiros”, “sindicatos”, “krumiros”, “greve geral”, outro vocabulário se desenhava. Uma experiência nova e um novo personagem marcavam sua presença no cenário da cidade. Experiência ampla (porque não só aí se travavam estas batalhas) e particular. Se Santos não era mais a mesma “cidade negra”, coalhada de barcos a vela entre pontes esboroadas, também não eram os mesmos os homens que enchiam os porões dos navios cada vez maiores.¹⁹⁷

Gitahy não oblitera uma série de fenômenos contraditórios no processo de formação de classe: divergências políticas entre distintas organizações que se propõem a

¹⁹³ Para as duas citações, cf. GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 6 (Grifos nossos).

¹⁹⁴ GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 299.

¹⁹⁵ Para uma boa síntese, cf., especialmente, GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 107-108 e 127.

¹⁹⁶ Para uma boa síntese, cf., especialmente, GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 287.

¹⁹⁷ GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 297.

representar os trabalhadores, clivagens étnico-raciais etc. Na mesma direção, a autora não avalia a atuação política do operariado a partir de qualquer teleologia. Pelo contrário, busca situá-la em contextos específicos, esforçando-se para reconstituir os diversos elementos que comporiam a trama da “experiência política” do operariado¹⁹⁸. Gitahy baseia, largamente, sua pesquisa em jornais, destacando-se o grande acervo de imprensa operária disponível no Arquivo Edgard Leuenroth¹⁹⁹. Ainda que as fontes lhe permitam falar com mais segurança sobre as organizações dos trabalhadores, Gitahy procura, de diversas maneiras, tratar da classe em termos mais amplos.

Ao lado de clássicos do marxismo (Rosa Luxemburgo, Gramsci), Gitahy lista, em sua bibliografia, obras relativamente recentes de historiadores vinculados à história social, como E. J. Hobsbawm, Michelle Perrot, Gareth Stedman Jones, Joan Scott, não faltando, também, referências a produção das ciências sociais uspianas sobre sindicalismo (Francisco Weffort, Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues etc.).

Outra dissertação defendida em 1983 foi a de Maria A. G. Decca²⁰⁰. A obra não cita nenhum texto thompsoniano ao longo do trabalho, mas referencia, na bibliografia, *Tradición* e uma edição inglesa de *The Making*. No mesmo lugar, também são listadas obras de A. Gramsci, E. Hobsbawm, H. Lefebvre, K. Marx e Raymond Williams.

Procurando especificar suas preocupações em relação ao objeto delineado no título de sua dissertação, Decca afirma que pretende:

(...) contribuir para o conhecimento das condições de existência dos trabalhadores fora da esfera da produção num período e local determinados. Por outro lado, busca apreender como a vida operária em seus vários aspectos se constituiu a partir da prática de diferentes agentes históricos e grupos sociais na capital do Estado. Desde o aparecimento do operariado como força social importante em São Paulo, nos fins do século XIX, sua presença fora dos ambientes de trabalho foi objeto de preocupação crescente no interior de uma sociedade onde a ordem urbano-industrial se acentuava. Empenhos repressivos ou mais persuasivos dos setores dominantes em relação ao viver operário sempre se alteraram

¹⁹⁸ Tratando da greve de 1891, por exemplo, Gitahy afirma que: “Para entender o contexto em que será travada esta luta será preciso ter em mente outro problema difícil de ser avaliado: o da experiência política adquirida durante as campanhas abolicionistas e republicana, tanto no que diz respeito à burguesia, quanto às camadas populares.” Atenta a tais aspectos, Gitahy chega, inclusive, a sugerir que, se considerarmos a experiência política dos trabalhadores, poderíamos ver continuidade onde alguns marcos da história política “tradicional” sugerem apenas ruptura: “Encontramos, por exemplo, Eugênio Mansuit, descrito como ‘mulato pernóstico’, ex-marinheiro da Armada Imperial, um dos principais propagandistas da Abolição, em 1912, sendo preso durante a greve da Docas (...)” Cf. GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 43-44 (ambas citações).

¹⁹⁹ GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 9.

²⁰⁰ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1983 (Orientação: Déa Ribeiro Fenelon).

desde as primeiras décadas do crescimento industrial e urbano da cidade. No entanto, os mesmos têm uma especificidade histórica nas décadas de vinte e trinta.

Se de um lado as condições da vida operária parecem ter sido objeto de maior atenção na década de vinte, principalmente por parte dos poderes públicos, não se pode negligenciar o fato de que o operariado que se insurgia, aberta ou veladamente em São Paulo, também refletiu acerca de sua situação e condição.²⁰¹

Mobilizando uma vasta documentação (relatórios e estatísticas produzidos por diversos órgãos estatais; teses médicas; pesquisas sociológicas; anais de congressos sobre moradia; imprensa operária etc.), Decca constrói uma abordagem fundamentalmente descritiva em relação ao seu tema. Considerando que seu trabalho apresentava substanciais novidades em termos de objeto e de abordagem, chama a atenção a raridade de debates teórico-metodológicos explícitos na dissertação. Um desses momentos encontra-se no Capítulo 2, dedicado à “dominação do operário fora dos locais de trabalho”. Segundo Decca:

Como se sabe a “estratégia capitalista de dominação” do cotidiano operário fora das fábricas, locais de trabalho, foi extremamente complexa e pode ser vista sob inúmeros aspectos e múltiplos ângulos [inserção da Nota 1]. Foram múltiplas, por exemplo, as estratégias de poder e controle sobre o operariado, sendo levadas a cabo por agentes históricos concretos, nem sempre ligados diretamente ao capital, pertencentes a diferentes grupos sociais, localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos, em agências vinculadas ou não ao poder público etc. Essas múltiplas estratégias de poder e controle emergiam pontual e “inconscientemente” no interior da sociedade capitalista visando conformar o operariado à ordem burguesa [inserção da Nota 2].

[Nota 1] FENELON, Déa Ribeiro – *Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil 1889-1945*, Revista Brasileira de História, São Paulo, nº 3: 79-115, março 1982.

[Nota 2] JONES, Gareth S. – *Outcast London*, Harmondsworth, Middlesex, England, Penguin Books, 1976; “Le Londres des Reprouvés: de la “demoralization à la “degenerescence” in *L’Haleine des Faubourgs*, Recherches, Foutenay-sou-Bois, 1978, pp. 37-38; MURAD, Lion; Zylberman, Patrick – *Le Petit Travaillleur Infatigable*, Recherches, Paris, 1976; FOUCAULT, Michel – *La Verdad e las formas jurídicas*, Barcelona, Gedisa, 1980, pp. 89-115; MURAD, Lion; Zylberman, Patrick – *Le soldat du travail (Guerre, Fascisme et Taylorisme)*, Recherches, Paris, 1978.²⁰²

Como se vê, além de recorrer a um texto de sua orientadora, Decca, mencionou obras da historiografia social inglesa, da historiografia francesa e de Michel Foucault. Amparada em tal arranjo, a autora, ao longo do capítulo, mostrou-se interessada em práticas discursivas e não-discursivas ou, em suas próprias palavras: “como a dominação do operário fora das fábricas, dos locais de trabalho *tentava se efetivar e se efetivava* na cidade de São Paulo através de inúmeras formas de controle”²⁰³.

²⁰¹ Para ambas as citações, cf. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*, p. vii.

²⁰² Para todas as citações dessa passagem, cf. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*, p. 39-40.

²⁰³ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*, p. 40 (Grifos nossos).

No Capítulo 3, dedicado a apreender a resistência do operariado e a visão dos trabalhadores sobre a “condição operária”, inclusive explorando o processo de construção de identidades coletivas²⁰⁴, a autora não explicita referências teórico-metodológicas, que poderiam ser abundantemente obtidas nos textos, por exemplo, de Hobsbawm e Thompson que Decca lista na bibliografia de sua dissertação. Opções desse tipo ajudam-nos a compreender porque autora, ainda que trate o cotidiano operário como um campo de ações de dominação e resistência, não avance na discussão sobre as possíveis relações desse conjunto de práticas sociais e o processo de formação de classe. Entretanto, Decca não nega essa problemática. Assim, mesmo afirmando que “a experiência operária só pode ser dimensionada pontual e difusamente”²⁰⁵, procura situar sua pesquisa em uma linhagem de trabalhos que, de algum modo, abordaram a questão:

Inúmeros trabalhos historiográficos têm se preocupado com as condições mais gerais de existência da classe operária, situando diversamente seus interesses e preocupação. *Este estudo se inspirou originalmente nas indagações de Michael Hall sobre a formação da classe operária no Brasil*, na crítica historiográfica realizada por Carlos Vezentini e Edgar de Decca e nas discussões realizadas no programa de pós-graduação sobre o trabalho assalariado e urbano. Mais recentemente, as linhas de pesquisa do projeto FINEP/Departamento de História da – UNICAMP colocavam novas indagações que foram incorporadas ao trabalho.²⁰⁶

Finalmente, vale acrescentar que, ao configurar um novo objeto, Decca procurou pensá-lo a partir de uma periodização específica:

Neste trabalho não se encontram os cortes cronológicos mais convencionais da historiografia (antes de trinta – pós trinta) uma vez que o recorte temático pretende ultrapassar a cronologia estabelecida pelos acontecimentos políticos valorizados pelas classes dominantes. Não se busca tampouco uma generalização ou tipologia da dominação burguesa (formas de Estado, liberal ou autoritário, oligárquico ou ditatorial etc.) e da ação operária. Pretende-se talvez muito menos. Em um estudo localizado, de “curta duração”, sobre a vida operária fora das fábricas, o intuito foi muito mais o de perceber a constituição de um determinado cotidiano em São Paulo.²⁰⁷

Em que pese as observações acima, Decca não agregou mais argumentos a essa discussão, não apresentando, inclusive, maiores justificativas para a periodização que delimita a investigação.

²⁰⁴ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*, p. 99.

²⁰⁵ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*, p. 125.

²⁰⁶ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*, p. viii (Grifos nossos).

²⁰⁷ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*, p. viii.

Abordando um curto intervalo temporal, bastante conhecido pela intensidade e quantidade de greves, temos a pesquisa de Hebling Campos²⁰⁸, mais uma dissertação apresentada em 1983. Na bibliografia, Campos referencia duas edições das obras de Thompson: *La formación histórica de la clase obrera* – ainda que nas notas de rodapé mencione a edição em inglês – e *Tradición, revuelta*. Chama a atenção a autora não listar, na bibliografia, *A miséria da teoria*. Outro elemento digno de nota, devido à excepcionalidade, é o fato de Campos referenciar um texto que busca analisar e debater a obra de Thompson²⁰⁹. Segundo a autora, sua pesquisa:

(...) tem como tema o estudo do movimento operário nos anos de 1917 a 1921 nos dois maiores centros industriais do Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo. Ao destacarmos estes anos da história da classe operária brasileira visamos, antes de tudo, aprofundar a descrição e a reflexão de uma intenção: o sonhar libertário.²¹⁰

Avaliando os resultados que alcançou, Campos declara que:

Embora reconhecendo a necessidade de um maior aprofundamento na história da classe [que “vai muito além do estudo das manifestações explícitas e organizadas no seio de instituições como sindicatos ou organizações políticas”], no seu sentido mais abrangente, e não só no seu movimento organizado, como era minha intenção ao iniciar este trabalho, tive que, no caminho percorrido, fazer um recorte que me foi sugerido pelas fontes disponíveis e pela limitação do tempo.²¹¹

Campos afirma que investigará as mobilizações operárias não somente pelo que elas se propunham a enfrentar de modo pragmático (carestia, aumento da exploração, desemprego etc.), mas, especialmente, os discursos que justificam as mobilizações a partir da crença na potencialidade revolucionária da classe operária, que, construtora de um novo mundo, deve antes imaginá-lo ou, nas palavras da autora, “sonhá-lo”²¹².

Os referenciais teórico-metodológicos thompsonianos são centrais no trabalho de Campos, o que fica explícito já nas primeiras páginas:

Mas perceber que neste momento, dentre o aglomerado de fatos, de golpes e contra-golpes, *havia algo mais que se traduzia em termos culturais*, ainda que não estivesse sendo colocada a questão da vanguarda disciplinada para a tomada do poder do Estado, foi fundamental e extremamente revelador. Isto implicou no ato de distingui-lo, separá-lo e na

²⁰⁸ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1983 (Orientador: Michael Hall).

²⁰⁹ JOHNSON, Richard. “Thompson, Genovese and socialist humanist history”. *History Workshop Journal*, n. 6, 1978.

²¹⁰ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 1.

²¹¹ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 1.

²¹² CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 29-30.

discussão do seu sentido e significado. E nisto a leitura de E. P. Thompson sobre a história da classe operária inglesa foi fundamental [inserção da Nota 1].

Foi fundamental perceber, contradizendo a maioria das leituras feitas sobre o movimento operário organizado sobre base anarquista e sindicalista revolucionária que, com a orientação dessas vanguardas, os trabalhadores dos grandes centros industriais do país (nestes anos que permeiam o final da Primeira Guerra Mundial e principalmente o pós-guerra), experimentando a exploração, identificando pontos de interesse comuns entre si e antagônicos a outros homens, lutam por essas questões e neste processo de luta chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. Entendemos esta como “(...) a maneira como se traduzem estas experiências em termos culturais, encarnando-se em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (Thompson, p. 8).

[Nota 1] E. P. Thompson. *The Making of the English Working Class*, New York, 1966²¹³

Em Campos, diferentemente de Rezende e Gitahy, a cultura assume lugar de destaque na pesquisa. O “sonhar libertário”, um construto de variadas práticas socioculturais, é tomado como o eixo privilegiado para a análise da luta de classes nas primeiras décadas do século XX. As noções thompsonianas de formação de classe e consciência de classe perpassam e organizam toda a dissertação de Campos. Segundo a autora, a apropriação dos referenciais teórico-metodológicos thompsonianos teriam lhe permitido “perceber” o operariado da Primeira República de um modo que contradizia “a maioria das leituras feitas sobre o movimento operário organizado sobre base anarquista e sindicalista revolucionária”. Em boa medida, essa nova percepção consistia, mais uma vez retomando Thompson, em compreender a validade das aspirações dos libertários “dentro dos parâmetros de sua própria experiência”. Bastante convicta em relação aos novos referenciais que adotava para investigar seu objeto, Campos, sugerindo-nos um momento de ruptura em termos de produção acadêmica sobre a classe operária, afirmava sentir “horror” ao ver trabalhos que não operavam com a noção de classe como processo e relação e com a de consciência de classe como fenômeno histórico:

Chegava-se à conclusão de que a classe operária brasileira da Primeira República era fraca (pequena, composta de um grande número de mulheres e crianças) e mal conduzida, isto é, com uma liderança que se guiava por uma ideologia pequeno-burguesa. *O meu horror* era ver que com estes pressupostos – composição da classe e orientação ideológica – subtraía-se da classe operária a sua própria identidade. Ora, a classe se constitui no processo de luta, quando ao criarem-se laços de solidariedade entre os indivíduos, enfrenta o patronato (e o Estado). A consciência que é produzida nesse momento é registrável, às vezes comparável, mas não existem “desajustes” na história, nem atrasos, nem falsa consciência.²¹⁴

²¹³ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 3-4 (Grifos nossos).

²¹⁴ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 2 (Grifos nossos).

Fundamentalmente, o trabalho de Campos erguia-se contra o que ela denominava de “historiografia marxista-leninista”, a qual, devido às opções políticas dos libertários, teria construído uma visão negativa dos mesmos²¹⁵. Julgada em seus próprios termos e situada em uma conjuntura específica, a atuação dos libertários nas primeiras décadas do século XX deveria ser vista como um momento significativo no processo de formação da classe operária brasileira:

A brecha que se abre nesses anos, embora tenha se constituído numa causa e caminho esquecido, e negado pelas releituras de seus próprios dirigentes posteriormente fizeram, *se vista à luz de uma problemática não posterior, revela o desenvolvimento da consciência de classe e de formas correspondentes de organização política e trabalhista* (associações de bairros, sindicatos, sociedade de socorro mútuo, caixas beneficentes, escolas, orquestras, grupos teatrais, periódicos, centros de estudo etc.) *assim como tradições intelectuais operárias, padrões ou modelos comunitários de classe e um sentimento de estrutura de classe.*²¹⁶

Ainda que, ao longo da dissertação, descreva diferenças entre as classes operárias das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em termos bastante estruturais (distribuição dos empregos por setor, ocupação do espaço urbano etc.), Campos explora, fundamentalmente, o fenômeno em termos de correlação de forças e de formas assumidas pela luta de classes. Recorrentemente, o conceito de formação de classe é retomado: não para se negar o peso de determinações, mas para evitar correlações simples a partir delas:

(...) salta aos olhos, porém, a necessidade de maiores pesquisas que não só escapem a tentação de estabelecer correlações simples entre variáveis econômicas e políticas e comportamento operário, mas que permitam o contato com o passado dos homens, de modo a se perceber como ele se constitui. Isto implica em perseguir os passos através dos quais a burguesia e o operariado chegam a se conhecer como classe. Seriam os passos do pensar e do sentir de cada grupo.²¹⁷

Avaliar a história do movimento operário nos anos de 1917 a 1921 no Rio de Janeiro e São Paulo, mostrou que é impossível ligar o ascenso das lutas a uma causa, ou a um conjunto delas. Sempre sobre aquele componente de indeterminação. Isto porque vem do coletivo que é, basicamente, circunstancial e virtual. Porque em julho de 1917, por exemplo, as respostas do movimento operário são diferentes no Rio de Janeiro e em São Paulo.²¹⁸

Identificar, descrever e compreender a agência dos trabalhadores são procedimentos que permeiam toda a dissertação de Campos:

²¹⁵ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 13-14.

²¹⁶ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 4 (Grifos nossos).

²¹⁷ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 153.

²¹⁸ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 163.

Refletir acerca daqueles trabalhadores que pararam as máquinas, ou as boicotaram; diminuíram seus ritmos, impediram suas velocidades; transformaram os bairros e as cidades em espaços públicos, os politizaram; criaram espaços; refletir sobre eles é reconhecer as suas vontades. O que os fez objeto de atenção do historiador é que em meio a sua heterogeneidade, apesar de destinados à submissão, a laboriosidade, é que eles, em alguns momentos, se permitiram ter vontades. Isto apareceu de maneiras diferentes nas duas cidades [São Paulo e Rio de Janeiro] e em cada categoria profissional (ou mesmo dentro de cada uma). Privilegiar, portanto, a diferença dos motivos e das ocasiões, não igualar o que é desigual, significa entender a classe no seu sentido histórico e não como algo dado a partir de alguma determinação coletiva.²¹⁹

Ainda que Thompson seja claramente a principal referência de Campos, a autora estabelece diversos tipos de diálogos entre obras/conceitos do historiador inglês e aqueles de outros autores. Se com Thompson era possível abordar a disciplinarização no espaço fabril, Foucault (*Microfísica do poder* e *História da Sexualidade I*) permitirá a Campos extrapolar o tema para “a vida cotidiana, o espaço de vida privado das pessoas”²²⁰. Combinando isso com seu entendimento da noção foucaultiana de poder (“o poder possui positividade, pois o seu interesse está no corpo humano, com o sentido do seu aprimoramento, adestramento, para com maior eficácia controlar e gerir a vida social”²²¹), Campos sustenta a ideia de que o descenso do movimento operário, a partir de 1920-1921, não deveria ser visto apenas em sua relação com a repressão mas também pela “introjeção [por parte do operariado] de valores e crenças (através da construção da alternativa nacionalista, da religiosidade, do sindicato amarelo, das instituições beneficentes, das escolas etc.). A dominação imposta foi auto-justificada, ou melhor, assumiu-se valores que levavam ao auto-controle, à aceitação da vida de exploração, e o capital”²²².

O pensamento de Thompson é, também, aproximado ao de Walter Benjamin para se legitimar a produção de uma história que explore sentidos “diversos da história do vencedor”²²³. Por outro lado, o questionamento thompsoniano dos determinismos econômicos ganha o reforço de Paul Veyne²²⁴ e de Cornelius Castoriadis²²⁵. Finalmente,

²¹⁹ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 164.

²²⁰ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 8.

²²¹ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 9.

²²² CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 163.

²²³ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 12.

²²⁴ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 29. A referência é simplesmente “Paul Veyne, ‘A História Conceitual’. In: *História: Novos Problemas*, p. 67”.

²²⁵ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 99-100. A referência a Castoriadis é “A instituição imaginária da sociedade. RJ: Paz e Terra, 1982”.

a noção de fazer-se da classe e de agência humana recebe o apoio de F. Nietzsche a partir de seu *Assim falava Zaratustra*²²⁶.

Campos buscou construir a imagem de um “movimento operário heterogêneo”²²⁷ (estrutura ocupacional, sexo, rendimento, qualificação profissional, opção política, origem étnica etc.), o que, por si, não inviabilizaria a ação coletiva. No uso das fontes, a autora não hesita, mesmo que pontualmente, em recorrer a obras literárias, de autores como Lima Barreto e Antonio de Alcântara Machado, para caracterizar o cotidiano de bairros populares nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente²²⁸. A documentação produzida pelo Estado (relatórios, boletins, registros diplomáticos etc.) é bastante mobilizada²²⁹. Entretanto, o trabalho de Campos assenta-se, fundamentalmente, no emprego massivo de jornais operários, boa parte deles disponível no AEL. Ainda que esse amplo conjunto documental permitisse pesquisas bastante originais como a de Campos, ele, como a própria autora reconhece, acabava por manter a investigação do processo de formação de classe bastante vinculado às organizações formais dos trabalhadores.

Ao investigar o movimento operário da Primeira República, Campos oscilou entre a busca da compreensão, suspendendo tanto quanto possível seus juízos, e a identificação:

O moralismo e o dogmatismo que impregnaram o discurso e a ação destes operários são inegáveis. Foram tão fortes que, ao realizar a pesquisa e decidir os recortes, enfim, *ao relatar a aventura libertária, me recusei quase que totalmente, a comentá-los*. Decidi por valorizar a resistência e indicar algumas pistas para os motivos que levaram os trabalhadores a sucumbirem. É importante notar que, apesar das aparências e de alguns “deslizes”, não tive a intenção de fazer uma recuperação, ou uma exaltação, do anarquismo. Pelo contrário, só tentei salientar que, com, esta ideologia, apesar dela e dos seus limites, este foi um momento de constituição da classe operária.

Antes que reclamem que este título [Campos refere-se ao título da conclusão, “Uma Brilhante Utopia”] é muito vago, vou esclarecê-lo. O sonhar libertário foi uma utopia – algo próximo do mítico. Mas foi uma daquelas vontades que fazem com que o estudo da história do movimento operário tenha algum sabor para o candidato à Academia. *Sem alguma valorização pessoal em relação a este sonhar*, que foi também notavelmente moralista, disciplinador e utópico, seria impossível encontrar alguma razão, que não meramente acadêmica, para a dissertação.²³⁰

²²⁶ Cf. CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 49. A referência é: “F. Nietzsche, ‘Assim falava Zaratustra’ in *Os pensadores*. São Paulo. Abril Cultural, 1978”.

²²⁷ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 27.

²²⁸ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 15 e 22 (por exemplo).

²²⁹ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 174 (por exemplo).

²³⁰ Para ambas as citações, CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*, p. 163 (Grifos nossos).

No que diz respeito à estratégia narrativa, Campos mantém muito do que era praticado em abordagens anteriores. Ela, por exemplo, inicia sua dissertação buscando caracterizar, em termos bastante estruturais, as diferenças entre as cidades e o operariado carioca e paulistano. Entretanto, faz isso para acentuar as diversidades, mesmo no interior de cada um dos polos da comparação. Além disso, dessa primeira descrição, Campos não se propõe a tirar nenhuma conclusão direta sobre, por exemplo, as opções políticas preponderantes entre o operariado das duas cidades. Com tais procedimentos e outros anteriormente descritos, a autora levava a pesquisa historiográfica sobre o operariado da Primeira República a terrenos bastante distintos daqueles frequentados pela produção de meados dos anos 1970.

Como se verá, o mesmo pode ser dito sobre a dissertação de Heloísa Cruz²³¹. A autora vale-se somente de *Tradición, revuelta*. Mais especificamente, a citação é de um trecho do artigo *La sociedad inglesa*. Chama a atenção o fato de a autora não ter mencionado *La formación*, visto que o domínio do idioma não seria empecilho, e nem *A miséria*. Tal ocorrência torna-se ainda mais significativa quando sabemos que, na dissertação de Cruz, a noção de formação de classe é central. Notemos, assim, especificidades do processo de apropriação: mobilizava-se uma noção fundamental de E. P. Thompson sem que se tivesse contato com os múltiplos elementos da prática historiográfica thompsoniana articulados no tratamento da categoria. Finalmente, vale apontar, na bibliografia da autora, constam, ainda, obras de Gareth Stedman Jones, Richard Cobb e Eric Hobsbawm.

A pesquisa de Cruz é dedicada aos trabalhadores em serviços na cidade de São Paulo no período 1900-1920, inserindo-se em um projeto mais amplo, com grande participação de Déa Fenelon, orientadora de Cruz, sobre “a formação do trabalhador assalariado urbano”. Diante de um largo predomínio de estudos sobre operariado fabril, Cruz afirma que “a definição específica pelos trabalhadores em serviços nasceu de uma postura de teimosia”²³², entretanto:

Não se tratava de questionar o estudo do universo da fábrica e do operariado, mas centralmente sua eleição enquanto lugar privilegiado e agente exclusivo do processo de transformação das sociedades capitalistas (...). Trabalhar com o setor de serviços,

²³¹ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços: dominação e resistência (1900-1920)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1984 (Orientadora: Déa Ribeiro Fenelon).

²³² CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. ii.

acreditávamos, abriria espaço para o questionamento e discussão dessa postura que relaciona de forma direta e inequívoca inserção na produção e prática política.²³³

Segundo Cruz, boa parte desses problemas derivariam da “literatura de tradição marxista”²³⁴. Todavia, foi em Thompson, um historiador que, reiteradamente, colocou-se, no mínimo, como pertencente à tradição do “materialismo histórico”, que a autora afirmou ter encontrado amparo teórico-metodológico para abordar os trabalhadores em serviços:

Na verdade, o desenvolvimento da investigação e sua articulação *só se tornou possível quando recuperamos a experiência e a vivência da luta como a dimensão fundamental do acontecer das classes*. Nesta direção marcam nosso trabalho as discussões levadas a cabo no interior do grupo de pesquisa sobre trabalho e política ligado ao Departamento de História da UNICAMP e a conseqüente convivência com os trabalhos de Thompson, Stedman Jones entre outros.²³⁵

(...) quando evidenciamos o silêncio da literatura sobre os trabalhadores em serviços, não estamos preocupados com questões relativas à “exatidão da informação histórica”. Da mesma forma, não estamos nos propondo a estudar os trabalhadores em serviços como “a parte que falta” e que portanto seria complementar ao estudo do operariado fabril no que diz respeito à composição da classe neste momento histórico. Antes, a preocupação central que nos anima é a de recuperar a experiência de luta de classes destes trabalhadores como um momento de constituição da classe. Neste caminho buscaremos trabalhar com a perspectiva proposta por Thompson (...).²³⁶

Ao entender a classe como relação e processo, rompendo a ideia de um determinismo econômico unívoco, Thompson, na leitura de Cruz, estimularia os historiadores a se dedicarem a segmentos de trabalhadores pouco investigados. Assim como o historiador inglês, a autora não recusa qualquer ideia de determinação, mas busca pensá-la no plural e sem negar espaço à ação humana:

Além da inserção geral no processo produtivo, as condições de luta e organização, as relações no interior do processo de trabalho, a natureza e o grau de relações com o público e com as diversas agências governamentais são algumas das determinações concretas que fizeram com que ferroviários, caixeiros, telefonistas ou motoneiros estivessem submetidos a formas diferenciadas de controle e dessem a estas práticas de controle respostas de resistência ou de acomodação também diferenciadas.²³⁷

No decorrer de nosso trabalho, sem minimizar o pressuposto teórico que define os trabalhadores em serviços como trabalhadores improdutivos, *buscamos principalmente discutir como essa determinação foi apreendida e experimentada no interior da luta*. Discutida nesta direção, a questão da inserção na produção adquire novos significados e conotações. Torna-se importante, num primeiro momento, ressaltar que para os protagonistas do embate o fato desses trabalhadores estarem alocados em atividades não

²³³ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. ii-iii.

²³⁴ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. 100.

²³⁵ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. iii-iv (Grifos nossos).

²³⁶ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. 41-42. Na sequência, Cruz remete ao artigo *La sociedad inglesa* e a definição de classe/formação de classe lá presentes.

²³⁷ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. 46.

fabris, da esfera da circulação ou nos serviços públicos, em nenhum momento significou a sua exclusão do movimento da classe.²³⁸

Menos intensamente que Rezende, Gitahy e Campos, Cruz mostra-se atenta a movimentos grevistas. Parte importante de seu trabalho de pesquisa, entretanto, canalizou-se na exploração de outras questões, como o papel da polícia na constituição de um mercado de trabalho assalariado urbano – seja pela vigilância e fiscalização de trabalhadores em serviços que atuavam em espaços públicos, seja pela implementação de práticas para distinguir, na população, os segmentos “ativos” dos “inativos” (segundo a disciplina capitalista do trabalho). Nesse sentido, a autora acrescenta que a violência policial não deveria ser tomada como um dado fixo, devendo ser historicizada²³⁹. A partir de tais temas, Cruz chamava a atenção para “as interpretações desenvolvidas por estudos europeus sobre as relações entre crime e industrialização”, mencionando “a influência principalmente dos trabalhos de Michel Foucault e dos estudos sobre crime e industrialização desenvolvidos por historiadores anglo-saxões, como Peter Linebaugh, na produção das ciências sociais brasileira nos anos recentes”²⁴⁰.

Fortemente marcados pela apropriação da obra thompsoniana, trabalhos como os de Gitahy, Campos e Cruz mostram-se atentos à diversidade da classe, mas não perdem de vista os processos pelos quais ela pode se constituir enquanto coletividade. Enfim, são pesquisas que pensam a unidade na diversidade, mas se distanciando de elementos homogeneizadores oferecidos, por exemplo, por algumas interpretações estruturalistas:

*Sem a intenção de estabelecer generalizações sobre o setor de serviços, a partir de determinações estruturais, pretendemos antes discutir os caminhos de constituição destas atividades, buscando aprofundar nossa compreensão sobre o processo de formação do mercado de trabalho urbano e, das práticas de dominação e resistência engendradas em seu interior.*²⁴¹

Discutir a experiência dos trabalhadores em serviço como parte da experiência do proletariado urbano no período da Primeira República, significou enfrentar questões relativas ao seu processo de “diferenciação” no interior da classe. *No decorrer do trabalho de pesquisa buscamos incorporar a tensão resultante da proposta de aprender a experiência destes trabalhadores como parte da vivência da classe, mas que se constituía a partir de condições diversas de outros contingentes do proletariado, principalmente do proletariado fabril.*²⁴²

²³⁸ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. 100-101 (Grifos nossos).

²³⁹ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. 83-86.

²⁴⁰ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. 80-81 (incluindo a nota 3).

²⁴¹ CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. 7 (Grifos nossos).

²⁴² CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços*, p. 100 (Grifos nossos).

Em termos narrativos, Cruz não apresenta inovações significativas, iniciando seu texto com uma longa caracterização quantitativa dos trabalhadores em serviço na cidade de São Paulo no período estudado. No que tange às fontes, além do intenso uso de jornais (incluindo os operários), Cruz mostra grande domínio da documentação produzida em diversos âmbitos do Estado: recenseamentos, relatórios de ministros e de chefes de polícia etc.

Trabalho que estabeleceu uma relação bastante ambígua com os referenciais teórico-metodológicos thompsonianos é a dissertação de Silvia Andrade²⁴³, apresentada em 1984. A autora não encontraria dificuldades para, por meio de seus colegas e professores do PPGHU, ter acesso a *Tradición* e *La formación*. O idioma também não seria empecilho, já que, na bibliografia da dissertação, encontramos referência a *El desarrollo del capitalismo en Rusia*, de Lênin. Entretanto, a autora valeu-se apenas da leitura de *A miséria da teoria*. Na bibliografia, são listadas, também, obras de Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Edgar Carone. Da Unicamp, textos de Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro.

Segundo Andrade, seu objetivo é “estudar a classe operária daquele que foi o principal centro industrial do Estado [de Minas Gerais] nas primeiras décadas do século XX: o município de Juiz de Fora”²⁴⁴. Mais especificamente, buscava-se “investigar a relação entre capital-trabalho, tomando como ponto de partida o trabalhador que vende a sua força de trabalho”²⁴⁵. “Nosso objetivo está centrado na investigação das suas [da “classe operária”] formas de articulação: como se organiza e como encaminha a luta pelas suas reivindicações. (...) Daí, privilegiarmos as associações operárias e as greves”²⁴⁶.

A única citação explícita de um texto thompsoniano é feita pela autora logo nas primeiras páginas de sua dissertação:

Imprimimos ao trabalho o caminho da reconstrução detalhada e interrogamos os fatos “como elos numa série linear de ocorrências, ou fatos contingentes – isto é, a história ‘tal como aconteceu’ (mas nunca poderá ser plenamente conhecida) – na construção de uma exposição na narrativa” [inserção da Nota 3].

²⁴³ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1984 (Orientador: Michael Hall).

²⁴⁴ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 7.

²⁴⁵ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 9-10.

²⁴⁶ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 10.

[Nota 3] E. P. THOMPSON. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 38.²⁴⁷

Lembremos que Gitahy valeu-se do mesmo trecho, estendendo-se, contudo, um pouco mais na citação. É interessante notar que, mais uma vez, Thompson é empregado quase como um “teórico da História”. Enfim, ele é mobilizado não apenas para discutir um tema relativo à “história do trabalho”, mas para discutir a História “em geral”. Gitahy utilizou esse trecho para justificar, explicitamente, sua opção por uma narrativa. Andrade parece citar o trecho com finalidade similar. Na dissertação de Andrade, encontramos ainda o que parece ser uma menção implícita ao conceito thompsoniano de experiência:

Fica claro, no transcorrer do trabalho, que existe em Juiz de Fora, nas primeiras décadas do século, *uma classe operária adquirindo experiência na luta pela defesa de seus interesses*. Como também o faziam os operários dos grandes centros. E, como eles, percorrendo um caminho configurado pelas condições de desenvolvimento das relações capitalistas vigentes no Brasil.²⁴⁸

Em passagens como a anteriormente citada, notamos que Andrade está atenta à agência dos trabalhadores – algo largamente sustentado por suas documentadas análises das greves de 1912, 1920 e 1924 dos operários juiz-foranos. Entretanto, nesse e em outros trechos, a autora apresenta, também, afirmações que ecoam elementos de vertentes mais formalistas/estruturalistas do marxismo (“caminho configurado pelas condições do desenvolvimento das relações capitalistas vigentes no Brasil”). Em dado momento, inclusive, Andrade apresenta uma noção de classe distante daquela (processo/relação) recorrentemente apresentada nos textos thompsonianos:

Por mais limitada que seja a área de nossa pesquisa, não a pensamos nunca isolada e afastada da classe operária brasileira, constituída, a nosso ver, por *todos aqueles que vendem sua força de trabalho no processo de produção capitalista então vigente no Brasil*.²⁴⁹

Nesse fragmento, que vem logo após a já mencionada citação de *A miséria da teoria*, fica sugerido que, para a autora, a classe define-se automaticamente pela relação de um certo agrupamento de pessoas com os meios de produção. Entretanto, ao longo

²⁴⁷ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 11.

²⁴⁸ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 261 (Grifos nossos).

²⁴⁹ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 11-12 (Grifos nossos).

da dissertação, não faltam passagens em que a autora procura afastar-se de variantes estruturalistas do marxismo:

Aqui [no Capítulo 1], queremos situar a Juiz de Fora das décadas de 1910 e 1920, no sentido de captar o nível de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas locais, sem perder de vista o significado em relação ao desenvolvimento do capitalismo em Minas Gerais e no Brasil. *Com o cuidado de não pensar o movimento da classe operária como decorrente do nível de acumulação de capital na cidade*, mas, vê-lo como uma *instância concreta na qual a classe operária se move no dia-a-dia da sua luta*.²⁵⁰

Sob a orientação de Michael Hall, parecia ser difícil não relativizar certos pressupostos de vertentes mais formalistas do marxismo, os quais, contudo, parecem influenciar a própria organização textual da dissertação. Começa-se com uma descrição da migração, distribuição dos trabalhadores pelos setores econômicos etc. Depois, um breve histórico de organizações dos trabalhadores e, finalmente, as ações coletivas. Estas, como já dito, não são vistas como simples epifenômenos de dinâmicas estruturais, sendo, portanto, cuidadosamente exploradas. A agência dos trabalhadores passa a ser vista como fenômeno complexo, constituído por múltiplas variáveis. Por isso, assim como já haviam feito Rezende, Gitahy, Hebling e Cruz, Andrade vale-se largamente de jornais – especialmente operários – para investigar os movimentos paredistas. Do mesmo modo, vemos a recorrência do uso intensivo de citação diretas das fontes na própria construção do texto. Justificando-se a esse respeito, a autora afirma que:

(...) esclarecemos que frequentemente usamos a transcrição literal porque julgamos que ela traduziria melhor o que queríamos expressar e porque a maior parte das fontes que consultamos o foram pela primeira vez. Era importante, portanto, que nós a utilizássemos de forma a deixá-las falar por si mesmas.²⁵¹

Mais uma vez, as fontes disponíveis no AEL se mostrariam imprescindíveis, revelando a “impossibilidade de abarcar o movimento operário em todo o Estado, tal era o volume de dados disponíveis, apesar de fragmentados”²⁵². Além de se valer também de uma série de documentos produzidos por órgãos públicos estaduais e municipais, a autora lançou-se à busca de arquivos particulares de familiares de operários e, até

²⁵⁰ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 14-15 (Grifos nossos).

²⁵¹ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 13.

²⁵² ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 6.

mesmo, “contatos com operários e operárias sobreviventes”²⁵³, o que redundou em um emprego, ainda que bastante reduzido, de fontes orais²⁵⁴. Tal ação mostrava coerente com as preocupações da autora em superar uma “história oficial onde o vencido não tem vez”²⁵⁵.

Ainda que se proponha, explicitamente, a evitar julgar as opções políticas dos operários²⁵⁶, o que pratica a maior parte do tempo, Andrade pensa as greves, fundamentalmente, por sua eficácia política, pouco atentando a aspectos expressivos/simbólicos das ações coletivas dos trabalhadores.

Entre as justificativas de sua pesquisa, Andrade cita a necessidade de descentralização “geográfica” dos estudos sobre a classe operária:

A localização do tema em Minas Gerais se prende à necessidade de descentralização da pesquisa histórica em relação a São Paulo e Rio de Janeiro e de evidenciar a importância de trazer à luz como se movimenta a classe operária no Estado que embora não possuísse uma indústria tão desenvolvida como a dos dois estados vizinhos, contava com unidades fabris tradicionais e com centros industriais de alguma importância.²⁵⁷

A crítica de Andrade não era um ato isolado. Como já vimos, em 1982, Rezende já se queixava, por exemplo, da falta de estudos sobre Pernambuco. O fato do PPGHU, visto como um centro de estudos sobre o operariado, receber pesquisadores de diversos estados do Brasil já contribuía para uma certa descentralização. Andrade, por exemplo, é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, o que deve ter influenciado seu interesse pelo operariado juiz-forano.

Finalmente, vale apontar certa inércia do que poderíamos chamar de influência das vertentes mais estruturalistas do marxismo na organização do texto das dissertações do PPGHU apresentadas até aqui. Começa-se com uma descrição de fatores estruturais: migração, distribuição dos trabalhadores por setores econômicos etc. Depois, um breve histórico de organizações dos trabalhadores e, finalmente, as ações coletivas (fundamentalmente, greves). Enfim, não houve, até agora, uma tentativa de organização geral do texto similar à existente em *The Making*, obra que, como temos visto, era pouco referenciada no período.

²⁵³ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 8-9.

²⁵⁴ Cf., por exemplo, ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 67.

²⁵⁵ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 8.

²⁵⁶ Cf., por exemplo, ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 144.

²⁵⁷ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora*, p. 6.

Significativas inovações na escrita do texto historiográfico podem ser, por sua vez, encontradas na dissertação de Margareth Rago, defendida no ano de 1984²⁵⁸. A autora menciona *Tradición, revuelta* e a edição espanhola de *La formación*. Além de obras de Foucault, na bibliografia, destacam-se diversos textos contemporâneos da historiografia francesa, trabalhos de Hobsbawm e livros de Cornelius Castoriadis. Das dissertações apresentadas anteriormente neste capítulo, é a que mostra a maior diversidade teórico-metodológica entre autores listados na bibliografia. Segundo a autora, o objetivo da pesquisa é:

mostrar como nas primeiras décadas do século desenvolve-se uma *vasta empresa de moralização da classe operária emergente no país*, cujo eixo principal é a *formação da figura do novo trabalhador, dócil e produtivo*. Este projeto de integração do proletariado ao universo dos valores burgueses, que se forma paulatinamente, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização do trabalhador, atingindo-o tanto no interior da fábrica quanto fora dela. Buscando redefinir sua maneira de viver, de sentir, de pensar e agir, a partir da domesticação de seus hábitos tradicionais e da erradicação de práticas consideradas incivilizadas e perniciosas. Para tanto, *a redefinição da família* constitui uma peça mestra. Um novo modelo de mulher, voltado para a intimidade do lar, um cuidado todo especial com a infância, redirecionada para a escola, fundam a possibilidade do *nascimento da intimidade operária*, para a qual se destinam habitações higiênicas e confortáveis.

Evidentemente, para realizar estas utopias reformadoras, as classes dominantes tiveram de enfrentar a resistência tenaz do modo cultural de um proletariado que preservava suas tradições e seus costumes, que criava um saber próprio e que possuía referências específicas sobre as mesmas questões. Além do mais, acenando com a perspectiva da construção de um mundo novo, onde inexistiriam a exploração do trabalho assim como todas as formas de dominação, onde os direitos fundamentais do homem estariam assegurados para todos, os libertários, portadores de um projeto de transformação radical da sociedade, apareceram como depositários da esperança de realização dos anseios de uma classe negada e oprimida em todos os momentos de sua vida cotidiana.²⁵⁹

Na investigação dos discursos das “classes dominantes” e do operariado sobre a fábrica, a mulher, a infância e o espaço urbano (habitação), Rago mobiliza intensamente conceitos foucaultianos (“silenciamento”, “modelos normativos”, “ordem disciplinar” etc.) que, entretanto, articulam-se numa chave interpretativa thompsoniana em torno da noção de formação de classe. Como deixa claro, nas páginas finais de sua dissertação, Rago entende ter investigado a história de uma classe que “sem dúvida se fez num processo de luta cujas marcas se mantiveram profundas, a despeito de toda tentativa de

²⁵⁸ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei: liberalismo e experiência anarquista na República*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1984 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

²⁵⁹ Para as duas citações, cf. RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 4.

silenciamento”²⁶⁰. Interessada em explorar a constituição e entrelaçamento de práticas discursivas, Rago faz isso em uma narrativa que se organiza a partir da noção de luta de classes. Como vimos em dissertações anteriores, tais diálogos entre Thompson e Foucault não eram raros na produção discente do PPGHU.

Apesar de se valer do conceito de formação de classe, investigando esta última como relação e processo, Rago faz poucas referências explícitas a Thompson. Quando ocorrem, elas, quase sempre, referem-se não a uma discussão teórico-metodológica, mas a alguma relação em termos de conteúdo (informação/tema etc.) que Rago queira estabelecer entre sua pesquisa e obras de Thompson. Vejamos um exemplo bastante esclarecedor:

A leitura [por parte dos operários] aparece como uma ameaça de perigo [para os patrões], assim como toda circulação de informações, discussões políticas, ou propaganda, na medida em que possam significar uma tomada de consciência por parte do trabalhador [inserção na Nota 9].²⁶¹

[Nota 9] E. P. Thompson, em seu livro *La formación histórica de la clase obrera*, Barcelona, Ed. Laia, Cap. 16, pinta também com cores vivas este momento da repressão patronal à cultura da classe operária.²⁶²

O momento em que Rago buscou legitimar, mais detidamente, sua utilização de uma noção thompsoniana foi na passagem em que discutiu a ideia de “contra-teatro”, relacionada ao conceito de hegemonia na obra de E. P. Thompson. Segundo a autora:

A condenação veemente [por parte de anarquistas] das atividades festivas, de bebedeiras, farras, freqüências a bares e bordéis, fumo, nesta perspectiva, visaria menos à repressão e à vigilância efetivas, isto é, teriam menos uma função negativa do que visariam funcionar como *mecanismo de auto-defesa e de proteção da classe trabalhadora frente à violência da dominação classista*. Como outros tantos grupos políticos que se consideram representantes do proletariado, os anarquistas se vêem na obrigação de defender os representados contra a ação punitiva dos dominantes. *Reprimir o alcoolismo, a embriaguez, o fumo, condenar o boteco e o bordel, significa proibir tudo o que possa dar margem ou pretexto para o poder atacar. O reforço da sanção moral poderia ser uma maneira de escapar da penalidade do Estado e da violenta repressão policial que recaía sobre o trabalhador e os pobres em geral* [inserção na Nota 69].²⁶³

[Nota 69] Thompson, E. P. “Lucha de clases sin clases?”. In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*, Barcelona, Ed. Crítica, 1979. Neste excelente artigo, o autor mostra como a cultura dos dominantes pode ser reapropriada no interior das práticas dos trabalhadores. Para Thompson, o conceito de hegemonia está intimamente ligado à ideia de encenação e teatro. Neste, a construção de um contra-teatro por parte dos dominados marca a possibilidade da imprevisibilidade da ação.²⁶⁴

²⁶⁰ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 311.

²⁶¹ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 34.

²⁶² RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 90-91.

²⁶³ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 179-180 (Grifos nossos).

²⁶⁴ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 187 (Grifos nossos).

Entende-se, da explanação de Rago, que “os anarquistas” reforçavam o discurso moralizador das “classes dominantes” sobre certas práticas existentes entre os trabalhadores visando “defender os representados contra a ação punitiva dos dominantes”. Isto é, ajustando-se aos padrões veiculados nos discursos das “classes dominantes”, os trabalhadores deixariam de sofrer certas repressões. Entretanto, uma vez que a relação entre esses dois elementos (ajustamento – não repressão) já estava, expressamente, definida no discurso dirigido pelas “classes dominantes” aos trabalhadores, fica difícil constatar o campo de “imprevisibilidade da ação” que se constituiu para os dominados a partir da “reapropriação”. Em trecho anterior, ainda que sem referência explícita a Thompson, Rago também utilizou a noção de contra-teatro, mas em um sentido bastante diferente:

A preocupação dos jornais operários ao retratarem as condições de trabalho da mulher atém-se, portanto, ao aspecto moral da relação de dominação exercida no interior da fábrica. A mulher como pessoa ingênua, pura, “calada como um cordeiro”, pede a interferência e o socorro do militante masculino. Denunciando a exploração do trabalho feminino sempre sob o ângulo do atentado ao pudor, o discurso operário reforça a representação da fábrica como espaço pouco indicado para a delicada presença feminina e, deste modo, a intenção de preservação da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino da produção e de valorizar a força de trabalho do homem. *Por outro lado, pode-se pensar nestas construções do discurso anarquista como um contra-teatro operário que, ao enfatizar os apelos da repressão machista dos dominantes, abre caminho para uma tomada de posição protetora da mulher: se a mulher deve ser a figura frágil como clama o discurso do poder, por que não tratá-la como tal? Por que patrões e contramestres não se relacionam com ela como uma figura delicada, materna e sensível?*²⁶⁵

Nesse caso, Rago apresenta-nos o “discurso do poder” sendo convertido em base para a contestação/reivindicação, configurando-se uma evidente situação de reapropriação. Se o discurso das “classes dominantes” postulava uma figura feminina delicada, sensível e maternal, por que os industriais não tratavam assim as mulheres quando elas estavam empregadas nas fábricas? Como Thompson tantas vezes chama a atenção, as classes dominantes podem, no exercício da hegemonia, definir os terrenos onde os conflitos serão travados, mas dificilmente poderão eliminar os conflitos e definir todas as formas que eles poderão assumir. Desse modo, os dominados podem se reapropriar do discurso dos dominantes, revestindo-o de uma ambiguidade/ambivalência para exprimir suas próprias reivindicações. Tais elementos parecem estar ausentes no primeiro uso mencionado que Rago fez da noção de “contra-

²⁶⁵ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 111 (Grifos nossos).

teatro”. No limite, a autora sugeriu que havia um “teatro”: os anarquistas buscavam estimular os trabalhadores a agirem conforme certas normatizações burguesas para que eles assim se livrassem da repressão. Na medida em que os trabalhadores se mostrassem capazes de agir de acordo com a “ética moral dominante”, as desqualificações e a repressão de que eram alvo não mais encontrariam justificativas. Já no segundo caso de utilização da noção de contra-teatro, Rago caracteriza uma ocorrência em que a partir do “discurso de poder”, os trabalhadores construíram “a possibilidade da imprevisibilidade da ação”.

Do ponto de vista dos recortes espaciais e temporais, há bastante inovação no trabalho de Rago. Como está interessada, especialmente, na constituição de práticas discursivas, a autora não hesita em valer-se de documentação de diversos lugares e períodos. Assim, cita, em um mesmo argumento, um jornal operário carioca de começos do século XX e uma tese da área de medicina produzida na Bahia trinta anos depois. A autora procura certas regularidades e rupturas discursivas. Entretanto, vale destacar que, de modo geral, prevalecem as fontes relativas a São Paulo e Rio de Janeiro (jornais operários, teses de faculdades de medicina, documentação variada de órgãos do poder público etc.). A autora pouco caracteriza os *loci* de produção de discursos. Mostra-se interessada em indicar uma certa presença, em diversos pontos, de um mesmo discurso, de um fluxo, que se articula de modos incertos. Entretanto, Rago busca localizar inflexões nos discursos e em suas articulações. O que faz, por exemplo, na análise da mudança do “regime disciplinar” buscado pelos industriais após as manifestações operárias de 1917/1920, abrindo-se caminho para o taylorismo²⁶⁶.

Como já apontado, Rago dedica-se, fundamentalmente, à investigação de práticas discursivas: o “discurso operário” e o “discurso dos industriais” em relação ao trabalho infantil, por exemplo. O mesmo se dá com a construção dos “modelos normativos” elaborados, por exemplo, pelos médicos. Admitindo que existam sujeitos, pouco sabemos como eles lidam com esses “discursos” e “modelos normativos”. Contudo, em alguns casos, a autora procura contrastar práticas discursivas e não-discursivas. No que diz respeito, por exemplo, às imagens de fragilidade, de passividade e de subserviência da mulher – construídas por discursos médicos e mesmo operários –, Rago apresenta indícios da participação – e mesmo de organização – de mulheres em greves.

²⁶⁶ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 71.

Em relação à construção da narrativa, a autora é bastante original. Trata-se de um trabalho sobre formação de classe, mas sem uma parafernália de dados sobre estrutura produtiva, categorias profissionais, distribuição de trabalhadores por setor, curvas de dados sobre crescimento da economia etc. Em alguns momentos, Rago utiliza informações dessa natureza, mas sua preocupação é fundamentalmente com práticas discursivas, ressaltando a luta de classes no terreno da cultura e já mobilizando recursos teórico-metodológicos que apontam para o que, nos anos 1990, seria nomeado como tensionamentos/complementaridades entre discursos de classe e gênero²⁶⁷.

Finalmente, a autora demonstra tanta convicção na importância das propostas anarquistas para o presente que suas críticas ao “marxismo” pouco se apoiam em autores como Thompson e Foucault. Em boa medida, ela opta por recorrer aos pensamentos libertários do século XIX e das primeiras décadas do século XX:

Ao contrário do marxismo, o anarquismo não se afirma como ciência, nem pretende obter um conhecimento totalizante, científico e objetivo da realidade social como fundamento para a atuação política. Nem mesmo se coloca como uma teoria completa ou como um sistema acabado, único capaz de conhecer cientificamente a história e, portanto, de elaborar as estratégias e táticas de luta “verdadeiras e corretas” para a ação revolucionária.²⁶⁸

(...) para os anarquistas, a instituição da sociedade igualitária decorre da criatividade dos sujeitos históricos reais de acordo com suas experiências vivenciais e não com o desenvolvimento inelutável das forças produtivas, em virtude do acirramento das contradições inerentes ao sistema capitalista. Diferentemente do marxismo, o anarquismo não atribui papel essencial ao proletariado industrial, classe portadora do universal para Marx e seus discípulos. Nem mesmo o conceito de classe é fundamental para o pensamento anarquista como o é para marxistas. Os anarquistas não reconhecem este ser do proletariado revolucionário determinado por sua inserção no processo de produção. (...) Como a revolução social não decorreria, segundo os libertários, do desenvolvimento necessário e positivo das forças produtivas, não acreditavam que a transformação radical da sociedade começasse por países mais industrializados, onde os operários seriam mais conscientes, como dizem os marxistas.²⁶⁹

A transformação revolucionária da sociedade passa [para os anarquistas] pelo questionamento prático e imediato das relações de poder, onde quer que se constituam, o que evidentemente inclui todo um sistema ético e um conjunto de valores estabelecidos pela cultura burguesa num longo e lento processo. Mas esta revolucionarização da maneira de viver depende fundamentalmente da atuação dos sujeitos históricos em busca de uma nova forma social e não do amadurecimento das “condições objetivas”, independentes da ação subjetiva voluntária.²⁷⁰

Assim sendo, todos devem estar empenhados nesta mudança revolucionária da sociedade, porque ela parte de uma vontade pessoal. Nesse sentido, os anarquistas afirmam uma concepção de história que faz dela um processo de criação permanente dos sujeitos históricos e não o resultado de determinações econômicas independentes da intervenção humana. Se a história é criação, a pedagogia, visando formar um homem novo, constitui o valor social mais seguro e indispensável para a construção do novo mundo. A questão se

²⁶⁷ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 100.

²⁶⁸ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 241-242.

²⁶⁹ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 242-243.

²⁷⁰ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 244.

coloca, portanto, em um campo de luta que podemos definir como sendo o da *moral* e não o da *política* propriamente dito.²⁷¹

Por meio desses contrastes, Rago articulava o diálogo entre passado e presente, legando-nos alguns indícios sobre suas afinidades políticas. Apesar das duras críticas ao “marxismo”, sabemos que isso não impediu a autora de conferir destaque aos referenciais teórico-metodológicos thompsonianos em seu trabalho, sugerindo-nos que, para Rago, o historiador inglês não caberia na definição de “marxismo” que ela mesma nos apresenta.

Abordando questões trabalhadas por Rago, mas demonstrando uma maior proximidade com o que, nos anos 1970 e 1980, era denominado “história das mulheres”²⁷², Eliane da Silva Lopes apresentou, em 1985, sua dissertação²⁷³. A autora lista quatro textos de Thompson em sua bibliografia *La formación; Tiempo, disciplina; Patrician Society* e *La sociedad inglesa*. Entretanto, apenas os dois primeiros são citados ao longo da dissertação. Trata-se da primeira referência a *Patrician Society* em uma produção discente do PPGHU, o que não resultou, entretanto, em uma mobilização explícita do texto thompsoniano.

Na bibliografia e nas citações ao longo do texto, são frequentemente mencionados textos foucaultianos (*História da sexualidade; Microfísica do poder; A verdade e as formas jurídicas* e *Vigiar e Punir*). Assim como em grande parte das dissertações até aqui analisadas, lista-se, também, *L'institution imaginaire de la société*, de Cornelius Castoriadis. Finalmente, vale destacar as menções a dois livros de Gareth Stedman Jones: *Outcast London* (1970) e *Working-class culture e working-class politics in London* (1973), obras em que Jones ainda está trabalhando em trilhas próximas às de Thompson.

Segundo Lopes, sua pesquisa “tem como objetivo o estudo do processo de formação da trabalhadora urbana no Brasil entre 1900 e 1922”²⁷⁴. Nesse sentido, inicialmente, a autora explora as variadas imagens sobre a mulher produzidas por

²⁷¹ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei*, p. 244.

²⁷² Para as diferenças entre “história das mulheres” e “história das relações de gênero”, cf. PRIORE, Mary Del. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998 e SOIHET, Rachel. “História das mulheres”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²⁷³ LOPES, Eliane da Silva. “*Fragmentos de mulher*”: dimensões da trabalhadora (1900-1922). Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1985 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

²⁷⁴ LOPES, Eliane da Silva. “*Fragmentos de mulher*”, p. 1.

padrões, legisladores, educadores e militantes libertários. Na sequência, investiga dois processos de trabalho que, no período, contavam com grande presença feminina (fiação/tecelagem e costura), ressaltando suas especificidades em termos de estratégias de dominação/exploração e de práticas de resistência. Por fim, Lopes concentra-se em algumas das mais destacadas militantes do período, acompanhando seus engajamentos em organizações e mobilizações, bem como os variados modos como compreendiam a situação da mulher e projetavam imagens de futuro.

Lopes busca construir uma pesquisa/narrativa em que a temática da “mulher trabalhadora” situa-se na chave interpretativa da luta de classes. Diferentemente de outros trabalhos discentes do PPGHU, a autora opta por recorrer à definição thompsoniana de classe presente em *La formación*²⁷⁵. Em outra passagem, Lopes cita *Tiempo, disciplina* para discutir quais seriam, em relação ao trabalho fabril, as especificidades do trabalho doméstico, que “é em certa medida orientado pelo ritmo das tarefas diárias submetido à lógica da natureza, bastante preso às convenções de uma sociedade ‘pré-industrial’”²⁷⁶. Finalmente, em uma menção implícita a *La formación*, a autora recupera a crítica de Thompson às interpretações que, ao definir uma missão histórica ao proletariado, recaem sistematicamente na prática do anacronismo:

O que nos interessa perceber, na tentativa de constituição destas idéias alternativas [dos libertários atuando no Brasil nas primeiras décadas do século XX], seus reais sentidos, os seus sucessos e fracassos (deixando de lado os julgamentos contemporâneos que lhes atribuem anacronismo, dogmatismo ou reacionarismo), é que estes movimentos referem-se aos becos sem saída, às causas esquecidas, aquelas proposições alternativas que, se não realizadas, não foi por fraqueza ou incapacidade daqueles que nelas acreditavam, mas frequentemente porque outra dominação se impôs.²⁷⁷

Ainda que a interpretação em termos de lutas de classes, na acepção thompsoniana, seja estruturante na dissertação de Lopes, é possível notar que, na realização da pesquisa e na construção do texto, a autora valeu-se largamente de noções foucaultianas, o que se reflete em uma grande atenção aos “modelos normativos”²⁷⁸. A combinação de indicações teórico-metodológicas foucaultianas e thompsonianas permitia a Lopes elaborar afirmações como:

²⁷⁵ LOPES, Eliane da Silva. “*Fragmentos de mulher*”, p. 4-5.

²⁷⁶ LOPES, Eliane da Silva. “*Fragmentos de mulher*”, p. 6.

²⁷⁷ LOPES, Eliane da Silva. “*Fragmentos de mulher*”, p. 42.

²⁷⁸ Cf., por exemplo, LOPES, Eliane da Silva. “*Fragmentos de mulher*”, p. 18.

a formação de um contingente de mulheres e homens disciplinados, moralizados, implicava em certas relações sociais que, engendrando-se em todos os pontos da sociedade, acabam por construir uma ampla e generalizada rede de instituições e de relações de poder que disseminam eficientes e sutis mecanismos de dominação, cujos objetivos eram a formação de uma sociedade em função dos interesses de organizar, disciplinar e controlar através da sujeição completa daqueles homens e mulheres que se viam constrangidos de se submeter ao poder da dominação burguesa.²⁷⁹

Assim como em outros trabalhos discentes do PPGHU lidos até aqui, quando se trata de criticar a “tradição marxista-leninista e estruturalista”, Lopes vale-se não de Thompson, mas de Cornelius Castoriadis:

a motivação para estudar a produção da figura da trabalhadora partiu da constatação de que existe nos trabalhos acadêmicos limites muito definidos no que diz respeito a essa questão. Neles frequentemente não se ultrapassa um ponto de vista estritamente econômico que considera a mulher um dentre os fatores de produção (quase sempre na condição de exército industrial de reserva); não se supera também uma postura política que só reconhece a participação feminina quando enquadrada nas formas organizadas institucionalmente dentro do movimento operário.²⁸⁰

Neste trabalho, tentamos ultrapassar os limites do viés econômico impostos pela produção acadêmica a essa figura particular, assim como não privilegiamos unicamente as formas organizadas de manifestação. *Concordamos com alguns pensadores, como por exemplo, Cornelius Castoriadis [L'institution imaginaire de la société. Paris: Seuil, 1975], que consideram importante não restringir o campo de análise ao âmbito daquele terreno que, na tradição marxista-leninista e estruturalista, tradicionalmente se delimitou como político, excluindo assim uma série de manifestações operárias não explícitas e não organizadas em instituições como partidos e sindicatos.*²⁸¹

Não fica muito claro o “recorte espacial” da autora, mas, na maior parte do tempo, ela trata de São Paulo. Os referenciais teórico-metodológicos empregados pela autora não tiveram impacto perceptível em sua definição da periodização, o que pode se concluir da justificativa que Lopes apresenta:

Os anos iniciais do século me atraíam. Razões objetivas como a intensificação da industrialização e da movimentação social, o desabrochar de atividades militantes de mulheres, a disponibilidade das fontes impressas, basicamente os jornais operários, junto com um subjetivismo atávico – o fascínio pela época, trajes, música, dança, certos personagens marcaram a escolha de um determinado período: 1900/1922.²⁸²

Do ponto de vista da pesquisa e da construção da narrativa, Lopes, em sintonia com a dissertação de Rago, por exemplo, busca destacar, especialmente no que diz

²⁷⁹ LOPES, Eliane da Silva. “Fragmentos de mulher”, p. 116.

²⁸⁰ LOPES, Eliane da Silva. “Fragmentos de mulher”, p. 2.

²⁸¹ LOPES, Eliane da Silva. “Fragmentos de mulher”, p. 3 (Grifos nossos). O livro citado entre colchetes é o que autora lista na bibliografia. Mais uma vez, vale lembrar que a mesma crítica ao marxismo-leninismo poderia ser feita por meio de Thompson. O historiador inglês poderia ser manejado para criticar o reducionismo econômico e estreitas concepções do que seria o campo da política.

²⁸² LOPES, Eliane da Silva. “Fragmentos de mulher”, p. 236.

respeito ao sexo, a heterogeneidade no interior da classe operária, indicando conflitos/tensões internos. Outro aspecto importante de se ressaltar, ainda que tenha um espaço muito modesto na dissertação, é a utilização de fontes orais. São dois depoimentos de trabalhadoras dos ramos estudados pela autora, sendo um deles coletado pela própria Lopes²⁸³. De resto, as fontes empregadas pela autora são as geralmente utilizadas pelos demais trabalhos analisados até aqui, com grande destaque para os jornais operários do AEL.

Em 1988, Myriam Bahia Lopes apresentou mais uma dissertação sobre tema relacionado ao operariado da Primeira República em que ocorre a combinação de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos e foucaultianos²⁸⁴. A autora valeu-se de *The Making* e *Tradición*. Entretanto, o autor que se destaca nas referências bibliográficas é Michel Foucault (*História da loucura, O nascimento da Clínica* e muitos outros). Em sua dissertação, a autora citou Thompson apenas uma vez e de maneira bastante marginal:

O sentido evolutivo imprimido à história da remodelação urbana e das campanhas sanitárias do período revela uma observação não crítica da sociedade carioca. A recente historiografia referenda o recorte contemporâneo ao caracterizar o início do século como momento de substituição do “Passado Colonial agrário” pelo “Presente urbano”; época de afirmação da modernidade brasileira [inserção da Nota 2]. Versão onde o processo histórico surge como decorrente da sucessão de dois tipos.

[Nota 2] Produção historiográfica pautada por uma leitura específica da “Revolução Industrial”. Sobre a utilização dos conceitos *indústria* e *técnica*: Thompson. E. P. *The making of the English Working class*, Penguin, 1979 e *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, Barcelona, Critica/Grijalbo, 1979²⁸⁵

Apesar dessa menção, o que predomina largamente no trabalho de Lopes é uma pesquisa sustentada amplamente em Foucault, na qual a autora procura, fundamentalmente, reconstruir as formações discursivas do saber médico-sanitarista sobre a remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro no período estudado. Lopes apresenta uma escrita historiográfica bastante distinta dos trabalhos lidos até aqui. Mais do que evidenciar hipóteses e teses, a autora apresenta ao leitor algo como imagens justapostas sobre subtemas que optou por abordar.

²⁸³ LOPES, Eliane da Silva. “Fragmentos de mulher”, p. 166.

²⁸⁴ LOPES, Myriam Bahia. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro: 1890-1920*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1988 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

²⁸⁵ LOPES, Myriam Bahia. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana...*, p. 3.

A autora adota uma postura bastante crítica em relação à bibliografia existente sobre o tema por ela investigado, sendo claramente identificáveis objeções a interpretações oriundas do materialismo histórico:

*O móvel da ação [isto é, da história da remodelação urbana e das campanhas sanitárias do período] não se encontra porém nas relações estabelecidas entre os personagens, e está situado extra-cena no espaço reservado ao movimento do capital. A comparação com o teatro de marionetes é contundente; os personagens são movidos pelo manipulador de bonecos situado fora do alcance dos olhares da platéia, geralmente acima do cenário.*²⁸⁶

Outra crítica de Lopes à historiografia sobre o tema é que ela silencia sobre as divergências entre os próprios médicos no que diz respeito à vacinação obrigatória. Procura destacar a autora que havia, mais amplamente, um movimento internacional de resistência à obrigatoriedade da vacinação, contando com “ativistas” nos EUA, França, Inglaterra, Bélgica etc. No caso brasileiro, o conflito delineou-se entre os médicos clínicos da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil e aqueles, vinculados aos órgãos públicos, atuando na área sanitária²⁸⁷.

Na análise da Revolta da Vacina, ocorrida no ano de 1904, a autora concentra-se nos alvos dos revoltosos, o que lhe permite interpretar o fenômeno como uma manifestação contra o modo antidemocrático pelo qual as reformas de “modernização” da cidade vinham sendo realizadas:

Há uma subversão das fronteiras que delimitam o espaço público e o privado. A multidão parte do centro, em passeatas, ocupando as ruas, estorvando o tráfego, criando barricadas e deixando a cidade no escuro. A idéia de que, a partir da remodelação do espaço, são criados novos hábitos na população é invertida. A nova forma de apropriação do espaço criada pela multidão, se traduz como negação das normas de gestão da cidade moderna. A fragilidade da associação dos termos progresso, urbanização e civilidade é expressa na leitura da ação popular durante a Revolta da Vacina. Os ataques à materialidade da representação, cartão postal do Brasil, colocam a descoberto o reduzido número de beneficiados pela remodelação urbana. Este setor privilegiado da população é tomado pelo pânico diante da multidão e solicita a ação da polícia para garantir o funcionamento da cidade moderna. O caráter antidemocrático da reforma da cidade vem a público.²⁸⁸

A “subversão” dos códigos inscritos no espaço é simultaneamente um investimento popular criativo de apropriação da cidade e justificativa tecida para a violência reativa das autoridades. As forças repressivas responderam ao ataque dos signos da metrópole moderna com a necessidade forjada de defesa da propriedade, impedindo o “retrocesso à barbárie” e garantindo a “campanha de civilização do Rio de Janeiro”.²⁸⁹

²⁸⁶ Para as duas citações, cf. LOPES, Myriam Bahia. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana...*, p. 3-4 (Grifos nossos).

²⁸⁷ LOPES, Myriam Bahia. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana...*, p. 85 e 89.

²⁸⁸ LOPES, Myriam Bahia. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana...*, p. 98.

²⁸⁹ LOPES, Myriam Bahia. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana...*, p. 117.

O trabalho de Lopes oscila metodologicamente. Em certas passagens, entende-se que certas formações discursivas desencadeiam, quase que automaticamente, certas práticas. Em outros momentos, como na análise da Revolta da Vacina, temos uma história social da cultura que, facilmente, poderia ser remetida a textos thompsonianos como *La economia moral*.

Em 1988, é defendida a primeira dissertação do PPGHU a referenciar a edição brasileira de *A formação*. Entretanto, ao longo de seu trabalho, Josué Pereira da Silva²⁹⁰ não cita o famoso livro de E. P. Thompson, recorrendo somente ao artigo *Tiempo, disciplina* e ao original do mesmo em língua inglesa. Na bibliografia de Silva, estão presentes leituras bastante frequentes entre os alunos do PPGHU nos anos 1980: Cornelius Castoriadis (*A instituição imaginária da sociedade e L'expérience du mouvement ouvrier*), Michel Foucault (*História da loucura, Microfísica do poder, Vigiar e Punir, As palavras e as coisas*) e Eric Hobsbawm (*Os trabalhadores*).

Em sua dissertação, Silva investiga as lutas e os debates travados, entre 1906 e 1932, em torno do estabelecimento da jornada de trabalho de oito horas no Brasil. Segundo o autor, o tema tem sido geralmente investigado a partir de considerações econômicas ou dentro da problemática mais ampla das “condições de trabalho”. Não se dedicando atenção suficiente a outros elementos que teriam incidência decisiva na questão. Nesse sentido, afirma Silva que:

(...) as razões que têm impedido uma contínua e significativa redução na duração do trabalho devem ser buscadas *além do estrito campo da economia*. Devem ser buscadas na própria necessidade de autopreservação dessa civilização, que, por ser fundada no trabalho, impõem que este seja a única razão da existência das pessoas e que ocupe a maior parte do tempo de suas vidas.

Foi partindo deste tipo de indagação que decidi procurar na fala daqueles que vivenciaram a experiência conflituosa – da luta e de resistência – em torno da duração do trabalho possíveis respostas para minhas indagações. Escolhi para tanto o período de 1906 – quando o Primeiro Congresso Operário colocou em pauta a luta pelas oito horas de trabalho – a 1932, data em que a lei estabelecendo a jornada de oito horas foi regulamentada.

(...) a relação entre duração do trabalho e as concepções a respeito da ideia de trabalho constitui-se na minha hipótese de trabalho. Daí porque *escolhi como temas, além da duração do trabalho propriamente dita, o trabalho e a figura do trabalhador, pois a meu ver a forma como eles se faziam representar no imaginário daqueles sujeitos da história seria fundamental para entender o próprio discurso sobre a duração do trabalho*.²⁹¹

²⁹⁰ SILVA, Josué Pereira da. *Três discursos, uma sentença*: a duração do trabalho em São Paulo (1906-1932). Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1988 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

²⁹¹ Para esse bloco de citações, cf. SILVA, Josué Pereira da. *Três discursos, uma sentença*, p. 26 (Grifos nossos).

Silva vale-se do artigo thompsoniano *Tiempo, disciplina*, juntamente com escritos de Max Weber, Jean-Pierre Vernant e Jacques Le Goff e outros, para discutir “diferentes noções de trabalho e de tempo ao longo da história do ocidente”²⁹². Thompson e Le Goff são especialmente destacados por não se limitarem apenas à correlação entre mudanças nas relações de trabalho e nas formas de ver o tempo, mas explorarem “as mudanças na representação do tempo” a partir “de um contexto mais amplo que envolvia todas as estruturas sociais, desde as mudanças na mentalidade, como o surgimento dos novos valores capitalistas (...) até as transformações técnicas”²⁹³.

Apesar de mencionar explicitamente o artigo thompsoniano e de não citar nenhuma obra de Foucault, é neste que Silva parece fundamentar suas opções teórico-metodológicas. Com efeito, nos três capítulos de sua dissertação, o autor dedica-se a reconstituir os discursos de operários, políticos e patrões sobre a redução da jornada de trabalho. Apesar de apresentarem diferentes percepções sobre a temática, os “três discursos” confluem para “uma sentença”: a valorização do trabalho, o que, segundo Silva, acaba por se configurar como grande obstáculo à redução da jornada. Em que pese suas divergências, todos os atores operam no “mesmo campo imaginário”²⁹⁴. Assim, como reduzir aquilo que se defende como tão fundamental aos seres humanos? Somente rompendo-se com essa formação discursiva, os trabalhadores poderiam se lançar em uma etapa das reivindicações sobre redução da jornada.

Destaca-se na dissertação de Silva o esforço em investigar um importante aspecto cultural na questão da redução da jornada de trabalho. Entretanto, mais do que explorar como os distintos agentes travavam uma luta no terreno da cultura, Silva se preocupa em demonstrar como eles estavam presos a um mesmo “pressuposto”: a valorização do trabalho. Com efeito, a onipresença dessa formação discursiva parece reduzir a capacidade de ação dos diversos sujeitos, o que parece ir na contramão, por exemplo, do que E. P. Thompson apresenta em *A formação*.

Apropriação mais impactante e abrangente dos referenciais teórico-metodológicos thompsonianos é encontrada na dissertação de Durval Albuquerque

²⁹² SILVA, Josué Pereira da. *Três discursos, uma sentença*, p. 4.

²⁹³ SILVA, Josué Pereira da. *Três discursos, uma sentença*, p. 8.

²⁹⁴ SILVA, Josué Pereira da. *Três discursos, uma sentença*, p. 191.

Jr.²⁹⁵. O autor referencia, em sua bibliografia, *A miséria da teoria e Tradición, revuelta*. Mais uma vez, vale lembrar que, no PPGHU, ele não teria dificuldade para ter acesso à edição espanhola de *La formación*²⁹⁶. Desse modo, é razoável admitir que Albuquerque Jr. optou pelas duas obras thompsonianas que leu. Em uma dissertação na qual debate exaustivamente suas opções teórico-metodológicas, Albuquerque Jr. parece ter escolhido textos thompsonianos mais explicitamente teóricos, que lhe permitiriam, por exemplo, um cotejamento mais sistemático com textos teóricos foucaultianos (*Arqueologia do saber; História da Sexualidade - I; Microfísica do poder; As palavras e as coisas*). É importante notar que, mesmo reiteradas vezes mencionando e contestando proposições que poderiam ser identificadas a vertentes “ortodoxas” do marxismo, Albuquerque Jr. não as referencia em autores específicos.

Segundo Albuquerque Jr., sua pesquisa procura “explicar o porquê da seca [no “Norte”/“Nordeste”] ter se tornado uma problema regional e nacional a partir da grande seca de 1877”²⁹⁷. Nesse sentido, o autor propõe-se a:

Pensar a seca como “invenção” histórica dos homens, em seu falar, em seu imaginar, nas suas lutas, e não apenas como fenômeno natural, mas como fato histórico (...).²⁹⁸
O que tentamos perceber neste trabalho é pois, a origem de um novo discurso em torno da seca, que a transformou em “problema do Norte” e a colocou como principal arma estratégica na luta dos diferentes agentes sociais desta região, cada um usando-a como argumento para a defesa de seus interesses e pontos de vista, como arma estratégica nos entrelagos das lutas e conflitos sociais.²⁹⁹

Do ponto de vista teórico-metodológico, Albuquerque Jr. organizou sua investigação em três movimentos principais:

Para entender o por quê da problematização da seca neste momento e o seu deslocamento para o centro do discurso regional como o “problema da região”, recorremos a uma *análise estrutural* da sociedade “nortista” neste período, *buscando uma explicação para este fato, a partir da conjuntura* que a cercou. Tentamos também *perceber a formação de um discurso em torno do fenômeno*, o “discurso da seca”, que a transforma em tema privilegiado e explicação para todos os problemas enfrentados pela região, além de servir de pretexto para reivindicações às mais diversas, desde investimentos na região até a própria manutenção das relações de poder aí presentes.³⁰⁰

²⁹⁵ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Campinas: Unicamp, 1988 (Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes).

²⁹⁶ Isso sem mencionar que, no ano anterior ao da defesa da dissertação de Albuquerque Jr., foram lançadas as edições brasileiras de *Senhores e A formação*.

²⁹⁷ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Campinas: Unicamp, 1988, p. v.

²⁹⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 414.

²⁹⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 8.

³⁰⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. v (Grifos nossos).

*Na constituição do discurso da seca vão se inter cruzar vários discursos que se preocupam com o tema, desde o discurso popular até o discurso oligárquico, passando pelos discursos da Igreja, dos técnicos e da “literatura regionalista”. Todos irão veicular uma imagem da seca, bem como ligar esta a outros temas de interesses de cada grupo ou instituição social. Estes vários discursos sobre a seca ao se conflitarem darão origem a um discurso outro, o discurso dominante sobre o fenômeno, o “discurso da seca”, que não é redutível a nenhum destes em particular.*³⁰¹

Por fim, procuramos *demonstrar as conseqüências práticas deste discurso, e como estas, levam a reformulações táticas e estratégicas no próprio discurso.*³⁰²

Fundamentalmente, Albuquerque Jr. sustenta suas opções teórico-metodológicas a partir de textos de Thompson e de Foucault. Como temos visto, tal combinação não era incomum, na década de 1980, na produção discente do PPGHU. Entretanto, Albuquerque Jr. é o primeiro a discuti-la mais detida e explicitamente, evidenciando pontos de aproximação e distanciamento entre os dois autores. Coerentemente com sua opção – seguindo na mesma direção apontada por Thompson, mas sem citá-lo –, a primeira preocupação de Albuquerque Jr. é realizar a crítica ao determinismo do modelo base/superestrutura, marcando seu distanciamento em relação à “visão mais ortodoxa que se filia ao marxismo”, mas sem abandonar o método materialista por completo:

Esta análise de discurso [sobre a seca, elaborado pelos diferentes agentes sociais que atuavam no espaço de ocorrência do fenômeno] não foi feita vendo a produção de ideários como meras inversões imaginárias do real e como misticismo das ideias a moverem-se sobre seus pés espirituais para os homens de carne e osso dominem e explorem os outros homens também de carne e osso [inserção da Nota 6]. *Não vemos aqui as ideias como mero reflexo das estruturas econômicas e sociais: embora achemos indispensável para compreendê-las que levemos em conta tais estruturas, as ideias são vistas aqui como produções históricas que estão ligadas à realidade social como um todo. Ainda que discordando da visão mais ortodoxa que se filia ao marxismo, recorreremos a seu método sempre que achamos necessário fazer a ligação entre o imaginário que analisamos e as condições econômicas, sociais e políticas concretas que lhe serviram como suporte.* Achamos que as manifestações discursivas são também compreensíveis a partir dos condicionamentos históricos concretos que as cercam.³⁰³

[Nota 6] Esta visão, que nasce da leitura muito apresada que se faz da *Ideologia Alemã*, detendo-se quase sempre em sua primeira parte, sem levar em conta a análise que Marx faz dos discursos filosóficos alemães; já foi magistralmente criticada por Marilena Chauí na apresentação que faz para a coletânea *Ideologia e a Mobilização Popular*. Ver CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho – *Ideologia e Mobilização Popular*, págs. 9-16.³⁰⁴

Indicando a necessidade de se separar ideias que teriam nascido “da leitura muito apresada” de textos de Marx daquilo que efetivamente poderíamos localizar nos textos do filósofo alemão, Albuquerque Jr. evidencia seu intuito de não recusar o

³⁰¹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. v-vi (Grifos nossos).

³⁰² ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. vi (Grifos nossos).

³⁰³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 4-5 (Grifos nossos).

³⁰⁴ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 4.

marxismo em bloco, mas de disputar uma concepção em seu interior. Propondo-se a fazer a “ligação entre o imaginário que analisamos e as condições econômicas, sociais e políticas concretas que lhes serviram de suporte”, o autor indicava sua intenção de permanecer no campo da história social. Entretanto, observemos que Albuquerque afirma que “as manifestações discursivas são *também* compreensíveis a partir de condicionamentos históricos concretos que as cercam”, não deixando dúvidas de que as formações discursivas seriam “compreensíveis” a partir de outros elementos que não aqueles por ele mencionados, o que nos leva a pensar sobre quais seriam eles. Pergunta prontamente respondida pelo autor:

(...) foi necessário que fizéssemos uma análise interna dos próprios discursos particulares, que percebêssemos as alterações que se davam ao nível dos enunciados e dos conceitos, e como estes discursos embora ligados a uma estrutura social, possuem uma lógica interna, constituem um mundo discursivo, onde as lutas, as trocas e os conflitos também estão presentes. O mundo dos discursos se compõe de uma multiplicidade de elementos discursivos, que são utilizados por diferentes agentes sociais, que com eles elaboram seus discursos tendo sempre em mente alcançar um objetivo, que é político, que depende de luta. Por isso consideramos toda formação discursiva como uma formação tática, como fazendo parte de uma estratégia que permite um dado agente social alcançar um objetivo [inserção da Nota 7].

[Nota 7] Estas questões metodológicas acerca da análise do discurso, bem como tal visão teórica são encontradas em FOUCAULT, Michel – História da Sexualidade. Vol. I (A Vontade de Saber), págs. 93-97.³⁰⁵

Nesses trechos, fica nítido o esforço de Albuquerque Jr. para combinar pensamento foucaultiano e marxismo “não ortodoxo”. Assim, ainda que afirme que “os discursos *embora ligados a uma estrutura social, possuem lógica interna*, constituem um mundo discursivo”, o autor opera com a ideia de que há sujeitos dotados de agência histórica e que eles mobilizam elementos discursivos para travar suas lutas. Nas palavras do próprio Albuquerque Jr.:

Os discursos dos diversos agentes e instituições sociais da região de ocorrência da seca foram analisados por nós, utilizando duas perspectivas metodológicas: uma que buscava ligá-los às condições históricas concretas, que os percebia como elaborações em torno da realidade econômica, social e política, aproximando-nos assim da perspectiva marxista; outra que os via como construções discursivas, que possuíam uma historicidade ao nível do próprio discursivo [sic] e que representavam descolamentos táticos nos enunciados e conceitos que compunham o “mundo dos discursos” ou a epistémé daquele momento histórico neste espaço, aproximando-nos de uma análise arqueológica dos discursos, tal como pensada por Michel Foucault [inserção da Nota 8].

[Nota 8] Sobre as análises arqueológicas empreendidas por Foucault, ver MACHADO, Roberto – Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault, notadamente entre as páginas 161 e 185.³⁰⁶

³⁰⁵ Para ambas as citações, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 5.

Como já dito, Albuquerque Jr. mostra-se preocupado em justificar sua opção teórico-metodológica detalhadamente, situando-a em quadro em que os métodos disponíveis se mostravam incompletos, o que obrigava os historiadores a “tentar” arranjos que fossem adequados às questões que se propunham investigar:

Consideramos ambos os métodos insuficientes por si sós. O próprio Foucault reconheceu que sua arqueologia nem chegava a ser uma teoria. Ademais, *existem várias críticas atuais de marxistas à visão de ideologia como mero reflexo do real*. No entanto, nas suas últimas obras Foucault já apontava para uma análise do discurso que não ficava apenas ao nível dos próprios discursos e que não buscava apenas desvendar sua arqueologia. Suas análises em torno da ligação saber-produção discursiva e poder apontavam cada vez mais para a necessidade de se fazer a ligação entre a produção discursiva e produção cotidiana da vida, em todos os seus aspectos. *Por essas razões, optamos pela tentativa de utilizar as duas perspectivas, mesmo sabendo que são opções metodológicas diferentes* [inserção da Nota 9].

[Nota 9] A dificuldade de articular uma análise que levasse em conta os acontecimentos discursivos e os não-discursivos, a falta de sistematização de um método que permitisse apreender as relações entre a ordem dos discursos e a ordem dos acontecimentos econômicos e sociais foi justamente o que levou Foucault a considerar que sua “arqueologia” do saber não constituía uma teoria. Ver FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, p. 41.

A crítica de Thompson a esta visão mecanicista de ideologia que foi desenvolvida no interior do marxismo e que se fez presente com muita intensidade nos trabalhos de autores como Althusser, é uma indicativo de que os *outros caminhos teórico-metodológicos devem ser seguidos quando se trata de fazer “história das ideias”*. Ver THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (uma crítica do pensamento de Althusser), notadamente os capítulos XIV e XV.³⁰⁷

Se, anteriormente, não mencionou quais seriam os autores que esposam a tal “visão mais ortodoxa que se filia ao marxismo”, foi a E. P. Thompson que Albuquerque Jr. explicitamente recorreu quando buscou fundamentar a perspectiva metodológica existente no interior do marxismo da qual se valerá. Ainda que ressalte ser ela “diferente” da abordagem foucaultiana, não as via como incompatíveis, mas complementares. Afirmando que ambas eram “insuficientes”, sugere Albuquerque que a melhor solução seria uma combinação das duas. Tal tipo de reflexão estava subjacente em outras dissertações defendidas no PPGHU em anos anteriores. Entretanto, o trabalho de Albuquerque Jr. é o primeiro a explorar mais explícita e sistematicamente aspectos da combinação teórico-metodológica de textos thompsonianos e foucaultianos. A necessidade de um tratamento tão cuidadoso da questão deve chamar nossa atenção. Em

³⁰⁶ Para ambas as citações, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 161 a 185.

³⁰⁷ Para esse bloco de citações, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 6 (Grifos nossos).

1988, data da defesa, Albuquerque Jr. parece atuar em um contexto no qual as diferenças entre os dois autores não podem ser tomadas como algo secundário.

Por quais razões, durante anos, discentes do PPGHU não viram necessidade de apresentar uma discussão mais detida sobre suas apropriações de Thompson e Foucault e agora veem? Parte da resposta, talvez, esteja no maior conjunto de leituras foucaultianas realizado por Albuquerque. Enfim, um maior conhecimento das obras mais explicitamente teóricas de Foucault era importante para se precisar diferenças em relação a outras correntes teórico-metodológicas. Contudo, como discutiremos na seção “Trabalho e trabalhadores do pós-1930”, há mais elementos envolvidos no fenômeno.

De qualquer modo, Albuquerque Jr. mostra-se cuidadoso em evidenciar, para sustentar sua escolha teórico-metodológica, diversas aproximações entre Thompson e o Foucault:

Esta visão da história como sendo cotidianamente produzida, e dos fatos históricos como uma manifestação não só material, como espiritual, cultural e imaginária [inserção da Nota 10], nos aproximou dos trabalhos do historiador inglês E. P. Thompson, que nos forneceu uma opção teórico-metodológica nova no campo do marxismo, que de certa forma pode se constituir no ponto de contato entre esta corrente teórica e os trabalhos de Foucault [inserção da Nota 11].

[Nota 10] A noção de “experiência humana” desenvolvida por Thompson permite perceber a história concreta dos homens, como produzida cotidianamente e carregando em si ao mesmo tempo componentes materiais e não-materiais que se completam. Estas experiências acumuladas dariam origem a diferentes culturas que podem conviver em uma mesma época, embora, tal convívio seja conflituoso. Ver THOMPSON, E. P. “O termo ausente; experiência”. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (uma crítica do pensamento de Althusser), págs. 180-201.

[Nota 11] A aproximação entre Thompson e Foucault também se dá quando o trabalho destes autores chama “a atenção para outros momentos da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas não-organizadas dos diversos grupos sociais que a ela se opõem, notadamente do proletariado. Os conflitos entre concepções culturais diferentes, entre “experiências de vida” antagônicas que perpassam o social, se aproximam da concepção foucauldiana de poder, em que a oposição a este e o seu próprio exercício compõem uma rede que se espalha por todo o social. Se os discursos foucauldianos são manifestações de saber em ligação direta com o poder, as diferentes culturas de Thompson, permitem pensar em diferentes saberes, que portanto, originam diferentes discursos, sempre como estratégia de poder, ou como oposição tática, como astúcia, contra este.

Veja a análise das práticas culturais dos anarquistas, feita por Margareth Rago, em obra recente, *que também lança mão desta perspectiva metodológica de aproximação do marxismo expresso por Thompson e as análises de Foucault*. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar* (A utopia da cidade disciplinar). Brasil (1890-1930).³⁰⁸

Buscando mais legitimidade para a aproximação dos pensamentos de Thompson e Foucault, Albuquerque Jr. cita a dissertação de Rago, defendida em 1984, sugerindo que o procedimento que ele propõe já havia sido praticado com êxito no interior do

³⁰⁸ Para todas as citações, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 6-7 (Grifos nossos).

próprio PPGHU. Na nota 11, o autor aponta o destaque que Thompson e Foucault dariam a “outros momentos da dominação burguesa” e a “recuperar práticas políticas não-organizadas”. Nas dissertações do PPGHU apresentadas anteriormente, vimos a abordagem desses tópicos sendo recorrentemente fundamentadas a partir de textos de Cornelius Castoriadis. Albuquerque também destaca outros conceitos thompsonianos como “experiência humana” e “cultura” (entendida como campo de conflitos). Admitindo que a “luta de classes, afinal, se dá também no plano do imaginário, da ideologia, dos discursos”³⁰⁹, Albuquerque Jr. apropria-se, também, da noção de hegemonia apresentada por Thompson no artigo *La sociedad inglesa*:

A visão de hegemonia não como um controle total, um discurso onipotente que dá conta de responder a todas as questões, não como um controle ideológico que dá conta de todas as operações cotidianas dos diversos agentes sociais, mas como simples demarcação de limites de um “campo de força” *dentro do qual é possível atuarem diferentes visões, ou como chama Thompson, diferentes culturas* [inserção da Nota 12], notadamente nas sociedades pré-capitalistas, se aproxima da visão foucauldiana do mundo dos discursos como “um campo de correlação de forças”, onde os discursos se movimentam como elementos ou blocos táticos, onde não se deve imaginar a divisão entre discurso admitido e excluído, mas como um mundo em constante movimento, em que admissões e exclusões fazem parte desses deslocamentos e, portanto, são estratégicos, ou seja, politicamente definidos [inserção da Nota 13].

[Nota 12] Ver THOMPSON, E. P. – Lucha de Clases Sin Clases? In Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase, pág. 45.

[Nota 13] Ver FOUCAULT, Michel – História da Sexualidade. Vol I (A Vontade de Saber), págs. 95-96.³¹⁰

Ainda que sem explicitá-la, Albuquerque Jr. valeu-se, também, da noção thompsoniana de economia moral, quando procurou, por exemplo, questionar o suposto caráter intrinsecamente conservador do cordel, uma das fontes por ele utilizadas para apreender o discurso popular sobre a seca:

(...) o cordel é, às vezes, identificado com o conservadorismo, embora este conservadorismo traga ambiguamente embutidos em si a revolta, a rebeldia, que se manifesta quando este mundo tradicional do qual é defensor se vê ameaçado [inserção da Nota 15].

[Nota 15] O potencial de revolta presente numa cultura tradicional e a importância para o surgimento de uma consciência de classe, que surge do choque entre os partidários da tradição e os partidários da mudança, do moderno, foi magistralmente demonstrado pelo historiador inglês Edward P. Thompson, em “Tradicion, Revuelta, y Consciencia de Clase (Estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial)”, notadamente no artigo: “Economia Moral de la Multitud”. Editorial Crítica, Barcelona.³¹¹

³⁰⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 266.

³¹⁰ Para todas as citações, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 6-7 (Grifos nossos), p. 6-8.

³¹¹ Para todas as citações, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 90.

É claro que os dominados visam repudiar, redefinir ou alterar as relações de dominação quando agem violentamente. Só que no discurso camponês, esta violência aparece como uma busca de reconstruir o passado, retornar a uma rotina de dominação onde às custas de uma luta cotidiana o homem pobre elaborou estratégias que lhe permitiam ter um espaço próprio dentro destas relações [inserção da Nota 101]. O conflito latente que existia nestas relações se manifesta quando o camponês considera sua situação insuportável.

[Nota 101] Ver THOMPSON, Edward P. – “La Sociedad Inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin Clases? In Tradicion, Revuelta e Consciencia de Clase.”³¹²

Assim, apoiando-se em Thompson, Albuquerque Jr. sustenta que os “dominados” seriam capazes de produzir cultura de modo autônomo, configurando-a como um terreno de luta de classes:

(...) os dominados também possuíam sua opinião acerca do que estava ocorrendo em sua região e esta era também um elemento formador de “opinião pública” mais geral. *Somos contrários aqui à ideia de que a ideologia ou o discurso dominante seja a ideologia ou o discurso da classe dominante e que este discurso dê conta da realidade e todas as questões, não dando espaço às manifestações de ideologia e discursos diferentes desta* [inserção da Nota 5]. Pelo estudo que fizemos da literatura de cordel dá para perceber que os dominados tinham uma opinião sobre o que ocorria, diferente da opinião dos dominantes, e a manifestava, contribuindo para a formação de uma terceira imagem da realidade que nasce do próprio confronto das várias visões. *A luta de classes, afinal, se dá também no plano do imaginário, da ideologia, dos discursos.* Esta ideia de um discurso dominante monolítico, fechado e ao qual toda a realidade se submete consideramo-la profundamente questionável [inserção da Nota 6].

[Nota 5] E. P. Thompson defende esta idéia da possível separação e até de antagonismo entre a cultura dos pobres e a cultura da elite. Analisando a desagregação da sociedade paternalista na Inglaterra e o progressivo predomínio das relações capitalistas, o autor demonstra que a plebe vivencia com traumas este processo, e contra ele articula formas de resistência que passam por uma consciência deste processo de mutação. A cultura tradicional não está sujeita em suas operações cotidianas ao domínio ideológico dos poderosos. Cultura tradicional, mas cultura rebelde, com a qual os dominados mantinham seu espaço dentro das relações sociais. THOMPSON, E. P. – Lucha de Clases Sin Clases? In Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase, págs.. 43, 44 e 45.

[Nota 6] Vivíamos um período no Norte que podemos caracterizar como Thompson o faz para a Inglaterra do século XVIII, ou seja, um período de antíteses culturais, um período em que conviviam lado a lado signos aparentemente antagônicos, uma cultura tradicional e uma cultura racionalizadora. A hegemonia da elite agrária impõe apenas limites dentro dos quais podem germinar diferentes corpos culturais, dando origem a uma forma diferenciada de discursos que se inter cruzam e contribuem para a elaboração de um produto final misto e cheio de contradições. Ver THOMPSON, E. P. – Lucha de Clases sin Clases? in Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase, pág. 45.³¹³

Considerando as fontes empregadas, parece-nos que o uso de folhetos de literatura de cordel foi uma das mais importantes repercussões das opções teórico-metodológicas de Albuquerque Jr. Por meio deles, o autor pôde sustentar a tese da existência de uma “opinião popular” sobre seca, da qual, inclusive, o discurso da

³¹² Para as duas citações, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 149-150.

³¹³ Para as três citações, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 266-267 (Grifos nossos).

oligarquia dominante “nortista”/“nordestina” incorporou elementos, revelando um processo de circularidade cultural não admitido, por exemplo, por vertentes mais ortodoxas do marxismo³¹⁴. Do ponto de vista da estratégia narrativa, é possível afirmar que, iniciando com uma análise estrutural/conjuntural da sociedade “nortista” de fins do século XIX e finalizando com as repercussões práticas do discurso sobre a seca e as alterações deste em função daquelas, Albuquerque Jr. buscou manter alguma proximidade com o terreno da história social.

2.5.1. *Reunindo fragmentos I*

Como vimos até aqui, conceitos-chave thompsonianos foram, basicamente, apropriados na contraposição a noções que eram identificadas com vertentes do marxismo vistas como dominantes. Estas, além de raras vezes terem seus adeptos referenciados, foram, geralmente, identificadas em termos bastante amplos: “o marxismo” (Rago), “leituras marxistas leninistas” (Rezende), “historiografia marxista-leninista” (Campos), “literatura de tradição marxista” (Cruz), “tradição marxista-leninista e estruturalista” (Lopes) e “visão mais ortodoxa que se filia ao marxismo” (Albuquerque Júnior). Antes que criticar a imprecisão – às vezes, caricatural – dessas descrições, parece-nos mais interessante sugerir que, em um período de disputas entre referenciais teórico-metodológicos, elas parecem ter desempenhado o importante papel político de oferecer uma imagem genérica do “inimigo” a ser confrontado, propiciando um conjunto heterogêneo de alianças contra ele. De qualquer modo, é inegável que os textos thompsonianos de fins dos anos 1970, com seus ataques abertos a importantes vertentes do marxismo (em particular, o leninismo e o althusserianismo), ofereciam ampla munição aos discentes do PPGHU nos embates que procuravam travar.

A uma concepção de classe caracterizada como estática, estrutural e determinista, visto que poderia ser inferida diretamente das relações de produção, contrapôs-se a noção thompsoniana de classe como processo e relação. Associada a ela, geralmente, vinha a ideia de formação de classe, abrindo-se espaço para a consideração de componentes diversos: econômicos, sociais, políticos, culturais etc. Muitas vezes, era a leitura de *La sociedad inglesa del siglo XVIII* que estava na base dessas apropriações, que, por sinal, repercutiram de modo bastante diverso nas dissertações. Em Andrade,

³¹⁴ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia*, p. 267.

que optou somente pela leitura de *A miséria*, a classe continuou emergindo no âmbito da produção³¹⁵. Com Decca, que apenas listou Thompson na bibliografia, somos lançados à vida fora das fábricas, mas sem maiores considerações sobre a relação entre essas múltiplas experiências e a formação de classe. No trabalho de Andrade, vimos, também, a possibilidade da justaposição de afirmações thompsonianas e de termos oriundos dos vocabulários de vertentes mais formalistas/estruturalistas do marxismo. Em Campos e Rago, foi a dimensão cultural do processo de formação de classe que ganhou destaque. Cruz, por sua vez, ao romper com a relação direta e inequívoca entre inserção na produção e prática política, optou por se dedicar aos trabalhadores do setor de serviços.

A centralidade conferida por Thompson à luta de classes no processo de formação de classe e, mais amplamente, na configuração dos processos históricos também encontrou seguidores. Mais uma vez, a leitura mais comum na base dessas apropriações era *La sociedad*. Combinações de Thompson com Castoriadis e/ou Foucault foram, frequentemente, empregadas para se propor a multiplicidade de espaços/formas da luta de classes, estendendo-a além das instituições políticas formais, ainda que estas, de modo geral, não tenham sido desconsideradas. Como já dito, não seria difícil sustentar tais proposições a partir, por exemplo, das pouco referenciadas obras *The Making* e *Whigs and Hunters* e, até mesmo, de ensaios presentes em *Tradición*. Por meio de arranjos teórico-metodológicos diversos, as imagens da luta de classes se pluralizaram. Decca pesquisou-a no cotidiano extra-fábril. Rago, Hebling e, em certa medida, Albuquerque Júnior investigaram-na, no âmbito da cultura. Inclusive, para agregar mais elementos ao estudo da luta de classes no terreno da cultura, Rago e Albuquerque empreenderam, a partir de *La sociedad*, apropriações da noção thompsoniana de hegemonia e de outras a ela relacionadas, como “contra-teatro”.

O papel central da luta de classes vinculava-se, na obra de E. P. Thompson, à ideia de agência (capacidade de ação) também dos dominados/subalternos. Tal noção foi largamente apropriada pelos discentes do PPGHU. Análises acuradas de greves tornaram-se uma das principais maneiras de investigar essa agência (Rezende, Gitahy, Hebling, Cruz, Andrade etc.). Nesse sentido, a imprensa operária foi essencial para que se deixasse para trás a imagem das greves como meros epifenômenos de dinâmicas

³¹⁵ Como veremos mais adiante, tal proposição é, explicitamente, defendida em outros trabalhos que também se valeram de Thompson, sendo o mais emblemático: MARONI, Amnérís Angela. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 78*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1982 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

estruturais. No bloco “Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império”, veremos que Azevedo³¹⁶ e Lamounier³¹⁷ fizeram, também, da noção de agência escrava o fundamento de uma nova interpretação de processos como a abolição e o estabelecimento de um mercado de trabalho livre no país, o que abriu caminho para o uso da ideia thompsoniana de “luta de classes sem classes” para se pensar o sentido político/coletivo da ação dos escravos.

A negação do modelo base/superestrutura levou discentes do PPGHU a explorarem, também, a noção de “experiência”, o que, como sabemos, poucas vezes amparou-se em leituras de *A miséria* e *The Making*. Ao mobilizar esse “conceito de junção” thompsoniano, os pesquisadores ampliaram as possibilidades de abordagem das diversidades existentes entre os trabalhadores: étnico-raciais (Gitahy), setor de atividade (Cruz), sexo (Rago e Lopes) etc. O foco na experiência e na agência dos dominados/subalternos era indispensável para se concretizar a proposta de uma história vista de baixo – entendida por alguns discentes do PPGHU como o oposto da “história do vencedor” (Azevedo) e da “história oficial” (Andrade), ainda que o produto de suas pesquisas seja uma “história de baixo para cima”, isto é, sem desconsideração das relações com as classes dominantes. O interesse em uma história vista de baixo, que impulsionava, também, o questionamento das periodizações existentes (Gitahy e Decca,), estimulava a releitura de fontes conhecidas e a busca por novas. Assim, ao lado do uso intensivo da documentação operária do AEL, nota-se, por exemplo, ensaios de utilização de fontes orais (Andrade, Lopes) e da literatura (Albuquerque Júnior, Campos).

A nova relação com as fontes era também fomentada pela apropriação do conceito thompsoniano de consciência de classe. Com efeito, esta deveria ser descrita e compreendida, negando-se quaisquer teleologias. Além disso, uma vez que a consciência de classe se constituía na luta de classes e esta se realizava em variados espaços/formas, era preciso investigar uma grande diversidade de práticas sociais, o que demandava o alargamento do espectro de fontes.

Evidentemente, as variadas apropriações teórico-metodológicas da obra thompsoniana tendiam a fomentar mudanças na construção do próprio texto dos

³¹⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário das elites: racismo, imigrantismo e abolicionismo* em São Paulo. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1985 (Orientador: Peter Louis Eisenberg).

³¹⁷ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1986 (Orientador: Michael Hall).

discentes do PPGHU. Nesse sentido, vimos Gitahy e Andrade, por exemplo, recorrerem a *A miséria* para justificar sua opção por uma narrativa. Seguramente, a “narrativa sincrônica cerrada entre as fontes”, expressão usada por Igor Ramos para denominar a escrita thompsoniana, era bastante adequada para, por exemplo, descrever a experiência e a consciência de classe dos dominados/subalternos. Entretanto, a apropriação de elementos da escrita thompsoniana pelos discentes do PPGHU também se mostrou bastante heterogênea. Em alguns trabalhos (Andrade, Cruz, Hebling), detalhadas descrições estruturais da sociedade mantiveram seu espaço. É possível sugerir que, para esse quadro, contribuía a baixa frequência de menções a *The Making* e a *Whigs and Hunters*, obras thompsonianas frequentemente destacadas por seus atributos narrativos. Seguramente, em *Tradición*, havia bons exemplos da escrita thompsoniana (*La economía*, *El delito*). Aparentemente, contudo, os discentes do PPGHU mostravam-se mais interessados nas seminais discussões teóricas presentes em *La sociedad*.

2.5.2.A nova historiografia sobre o operariado da Primeira República: olhares divergentes

Na segunda metade dos anos 1980, duas historiadoras do movimento operário propuseram-se a fazer um balanço da produção historiográfica sobre o tema, dando ênfase aos estudos que emergiram ao longo da década³¹⁸. Apresentavam juízo bastante positivo sobre a renovação em curso no campo de estudos. Esta teria sido iniciada em fins dos anos 1970, quando alguns trabalhos lançaram as bases de uma visão a partir da qual “o operariado deixará de ser considerado atrasado, o sindicato não mais será visto como o único campo de ação da classe operária e a resistência operária expressar-se-á também fora do sindicato”³¹⁹. Desse modo, teria se rompido com “uma história operária reduzida a uma história institucional”, modelo que teria sido instituído “nos princípios do pacto populista” e não teria sido devidamente criticado na produção das ciências sociais dos anos 1960 e 1970 sobre o operariado³²⁰. Ainda que não propusessem o fim

³¹⁸ DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. “Historiografia e movimento operário: o novo em questão”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 65, 1987.

³¹⁹ DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. “Historiografia e movimento operário”, p. 119. Além da importante influência de autores estrangeiros (Thompson, Foucault, Castoriadis, Habermas), os pesquisadores nacionais que teriam lançado novas bases seriam: MUNAKATA, Kazumi. “O lugar do movimento operário”. In: *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo/ANPUH – MOVIMENTOS SOCIAIS*, ocorrido na UNESP de Araraquara 1978; CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978 e VIANNA, Werneck. *Apontamentos sobre a questão operária e sindical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³²⁰ DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. “Historiografia e movimento operário”, p. 121.

das pesquisas sobre o sindicalismo, as autoras louvavam o fato de que, nos estudos que emergiam nos anos 1980:

*a prática política institucional cede lugar ao novo. Agora, o olhar do analista se volta para o modo de vida dos operários, suas práticas econômicas, os processos de trabalho na fábrica, a resistência no cotidiano fabril, as práticas culturais, as formas de controle social, o trabalho feminino, os mecanismos de poder utilizados para subordinar a mulher operária etc. A unidade do novo não significa, entretanto, que não existam diferenças: os matizes se revelam na escolha e no tratamento de seu objeto, enriquecendo as diversas práticas sociais até então ocultas.*³²¹

Em tom similar, alguns anos depois do fim da década de 1980, Cláudio Batalha, docente do PPGHU, avaliava o período como uma espécie de “Era de Ouro” da historiografia brasileira sobre operariado, especialmente o da Primeira República. Entre os vários elementos que teriam contribuído para esse quadro, ele destacava: as greves a partir de 1978 no ABC paulista; a diminuição da repressão política; o crescimento do movimento de contestação direta da ditadura militar; o maior espaço para a história operária nos programas de pós-graduação; o interesse dos editores em publicar livros nesse campo; a contribuição e influência da produção historiográfica vinda do exterior (Thompson, Hobsbawm, Castoriadis, Georges Haupt, Michelle Perrot, Gareth Stedman Jones, Herbert Gutman); as críticas à história tradicional do movimento operário e as mudanças de abordagem na história operária. Em decorrência desses fatores, teria ocorrido uma notável ampliação e diversificação de temas, enfoques, fontes, permitindo que se passasse de uma *história do movimento operário*, isto é, da fração organizada da classe, para uma *história operária*, ou seja, uma análise não apenas de sindicatos, partidos e correntes ideológicas, mas também de diversas outras dimensões da vida do operariado. Como vimos em outra seção desta tese, Batalha não deixava de apontar problemas que teriam emergido no fim da década 1980 e se projetavam no decênio seguinte. Isso, entretanto, apenas reforçava a imagem de que os anos 1980 tinham sido uma período de extraordinárias realizações³²².

Envolvidos, por meio de suas pesquisas e/ou de seus orientandos, na renovação da historiografia sobre o operariado, era de se esperar que Dutra, Grossi e Batalha a caracterizassem como um fenômeno, fundamentalmente, positivo. Entretanto, tal posição estava longe de ser consensual. As críticas aos novos estudos partiam de variadas origens. Evidentemente, não faltaram réplicas dos que tinham seus trabalhos ou

³²¹ DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. “Historiografia e movimento operário”, p. 126.

³²² BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária...”, p. 152-154.

opções teórico-metodológicas questionados. Contudo, detenhamo-nos no caso de uma bem estabelecida historiadora que, no intervalo de uma década, passou de entusiasmada apoiadora a crítica mordaz dos novos estudos sobre operariado.

Em 1982, Emília Viotti da Costa escreveu um artigo otimista sobre os rumos que tomavam os estudos sobre o movimento operário, “campo mais controverso na historiografia brasileira de nossos dias” devido aos “debates que brotam naturalmente de querelas acadêmicas, *em consequência da crescente competição nos meios universitários*”, e aos “conflitos ideológicos e políticos do momento”³²³. Segundo Costa, “a revisão” que está em curso “enriquece a nossa visão dando-nos um quadro cada vez mais complexo e variegado”³²⁴. Além disso, destacava a autora:

O que é novo na historiografia em questão é a maior preocupação dos historiadores em ancorarem suas conclusões em bases empíricas mais sólidas. Esta tendência resulta, em parte, das *exigências acadêmicas* que têm levado a uma crescente profissionalização do historiador e, em parte, da *multiplicação de arquivos* e centros de pesquisa dedicados ao estudo da classe operária e suas lutas. Haja visto o arquivo Edgard Leuenroth na Universidade de Campinas e a Fundação Giangiacomo Feltrinelli, para citar apenas dois dos que têm sido mais utilizados nos últimos tempos. O acesso a novos documentos tem contribuído, tanto quanto o debate político dos últimos anos, para a revisão das imagens tradicionais da classe operária e da sua participação política na Primeira República. Para isso também tem contribuído a *influência de alguns pesquisadores estrangeiros cujas obras sugeriram questões novas e propuseram novos tipos de abordagem*. Não é por acaso que a partir dos estudos de E. P. Thompson, Michelle Perrot, Stefano Merli, Cornelius Castoriadis, Juan Martinez-Alier, os pesquisadores brasileiros estejam prestando maior atenção à cultura operária, às condições de trabalho nas fábricas e ao impacto das transformações tecnológicas no movimento operário.³²⁵

O tom entusiasmado de 1982 deu lugar, em 1990, a uma postura reticente. Os estudos revisionistas dos anos 1980 teriam dado origem, na historiografia do movimento operário, a uma tendência “culturalista”, a qual, frequentemente, estava em antagonismo com os antigos e novos representantes da tendência “estruturalista”. Sintetizando as principais diferenças entre as duas abordagens, Costa afirma que:

Etapas do desenvolvimento econômico e do processo de acumulação de capital, mudanças no tamanho das fábricas, melhorias tecnológicas, mudanças na composição da força de trabalho, a importância relativa do setor industrial; formas de dependência econômica, a natureza do sistema político, conflitos entre elites, formas de imperialismo, todos aqueles fatores que no passado eram considerados cruciais para o entendimento da consciência dos trabalhadores e seu comportamento político já não são considerados tão significativos. Os historiadores da nova geração tendem a dar mais importância ao político do que ao econômico e privilegiam o aspecto ideológico sobre o político. Em vez de examinar a

³²³ COSTA, Emília Viotti da. “A nova face do movimento operário na Primeira República”. *Revista Brasileira de História*, v. 2, n. 4, 1982, p. 217 (Grifos nossos).

³²⁴ COSTA, Emília Viotti da. “A nova face do movimento operário...”, p. 218.

³²⁵ COSTA, Emília Viotti da. “A nova face do movimento operário...”, p. 217-218 (Grifos nossos).

forma através da qual as mudanças das estruturas econômicas, políticas e sociais afetam o movimento operário e investigar a relação entre formas de acumulação do capital e formação da classe operária, ou o papel do Estado no processo de acumulação de capital e sua política em relação aos trabalhadores, a nova geração de historiadores prefere examinar a maneira pela qual a ação dos trabalhadores força a mudança econômica e política. Os temas de interesse da nova historiografia são as impressões subjetivas dos trabalhadores, os vínculos entre práticas políticas e discursos políticos, as experiências dos trabalhadores nos locais de trabalho e nos bairros operários, suas formas de apropriação e reinterpretação da cultura da elite, e a maneira pela qual os trabalhadores interpretam o passado e visualizam o futuro.³²⁶

Um dos pontos mais questionados pela autora era a centralidade atribuída pela tendência “culturalista” à “experiência”. Após lembrar que E. P. Thompson e Raymond Williams estavam entre as principais referências teórico-metodológicas da “nova história do trabalho”, Costa apontava a imprecisão metodológica do conceito e as dificuldades de definição que lhe acompanhavam, resultando em graves problemas de operacionalização da pesquisa³²⁷. Em que pese essa e outras limitações da tendência “culturalista”, Costa ainda via nela importantes corretivos à tendência “estruturalista”. Desse modo, insistia na necessidade de se produzir uma “síntese” entre as duas tendências. Caso contrário, a “nova história do trabalho, em vez de representar um salto para frente, pode facilmente se transformar numa história da vida quotidiana, um gênero muito em moda na década de 50, com conotações profundamente conservadoras”³²⁸.

Poucos anos depois, Costa continuava a defender uma “nova síntese” entre abordagens “estruturalistas” e as “anti-estruturalistas”. Estas, contudo, eram criticadas do início ao fim do artigo. O argumento central da autora era que, na “nova história social do trabalho”, na qual o “empirismo” havia virado uma moda, o “cultural, o político, a linguagem deixaram de ser determinados para serem determinantes. A consciência passou a determinar o ser social”³²⁹. Para Costa, o que começara como uma crítica ao mecanicismo, ao reducionismo economicista e à separação entre infra e superestrutura terminara com uma total inversão da dialética:

³²⁶ COSTA, Emília Viotti da. “Estrutura *versus* experiência: novas tendências na historiografia do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde o que se ganha”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 29, 1990, p. 6. Em ressalva importante, Costa (p. 5) aponta que: “Seria errôneo pensar que os debates entre ‘estruturalistas’ e ‘antiestruturalistas’ ou culturalistas refletem conflitos entre marxistas e não-marxistas. Ambas as tendências se encontram dos dois lados.”

³²⁷ COSTA, Emília Viotti da. “Estrutura *versus* experiência”, p. 7.

³²⁸ COSTA, Emília Viotti da. “Estrutura *versus* experiência”, p. 10.

³²⁹ COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27, 1994, p. 12.

Ao reducionismo econômico substituiu-se um novo tipo de reducionismo: cultural ou lingüístico, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior, apenas se inverteram os termos do discurso historiográfico. A um tipo de reificação opôs-se um outro. O que se assistiu foi uma mera inversão de duas posturas igualmente insatisfatórias, nenhuma das quais faz jus à complexidade da dialética e da teoria práxis.³³⁰

Em seus artigos de 1990 e 1994, Costa não dirigiu críticas diretas a E. P. Thompson. Entretanto, deixou claro, no primeiro texto, que a obra do historiador inglês e o conceito de experiência eram influências fundamentais na produção da “nova história social do trabalho”. Indiretamente, afirmava, portanto, que as apropriações dos referenciais teórico-metodológicos thompsonianos eram uma das forças dinâmicas no processo que, em 1994, a própria Costa denominaria de “inversão da dialética”. Críticas dessa natureza tiveram algum impacto sobre as leituras dos textos thompsonianos nos anos 1990, repercutindo sobre a recepção da obra do historiador inglês na produção discente do PPGHU, que, em certos casos, dialogou com os questionamentos levantados³³¹. Isso, contudo, é assunto do próximo capítulo desta tese. Por ora, permaneçamos nas dissertações/teses dos anos 1980.

2.6. Trabalho e trabalhadores do pós-1930

Ainda que cientistas sociais tenham produzido, a partir de fins dos anos 1950, os estudos universitários pioneiros sobre trabalho e trabalhadores na Primeira República, é certo que seu maior interesse tenha sempre se dirigido ao período 1945 a 1964, quando o sindicalismo corporativista convive com os partidos políticos, havendo recuos para a década de 1930, quando o modelo teria sido montado³³². Independentemente dos recortes temporais privilegiados, é importante destacar que a emergente produção universitária deu origem a análises consistentes sobre a presença dos trabalhadores nas sociedade brasileira, rompendo com a imagem, bastante difundida entre a

³³⁰ COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida”, p. 13.

³³¹ Em 1994, por exemplo, promoveu-se, na Unicamp, um seminário comemorativo dos 20 anos do Arquivo Edgard Leuenroth. Convidado para o evento, o historiador britânico Daniel James apresentou alguns argumentos semelhantes ao de Emília Viotti da Costa. Ainda que recusasse a ideia de necessária antinomia entre “estrutura” e “ação” (termo que seria intercambiado, às vezes, por “cultura” e “experiência”), James reconhecia a ausência de um “paradigma geral explicativo” que ocupasse o núcleo da história do trabalho, o que decorreria das dificuldades metodológicas de se escrever “uma história dos trabalhadores ‘estruturalmente condicionada e dotada de agentes’”. Cf. JAMES, Daniel. “O que há de novo, o que há de velho?” Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Ângela M. C. *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 123.

³³² GOMES, Ângela C. e FERREIRA, Marieta M. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *Estudos históricos*, v. 2, n. 4, 1989, p. 261.

intelectualidade, em que eles apareciam “como agregado amorfo sem vida própria (nas vertentes dos pensamentos autoritários e nacionalistas) ou como derivação abstrata de uma filosofia da história (na vertente da produção comunista local)”³³³.

Nos novos estudos universitários que abordavam os trabalhadores pós-1930, assim como naqueles dedicados ao primeiro período republicano, destacou-se, nos anos 1960, a “corrente de interpretação sociológica”, que, como vimos, buscava identificar os determinantes estruturais do comportamento operário, sendo a origem rural recente do crescente fluxo de migrantes nacionais que recompunha o operariado pós-1930 o principal deles³³⁴. Tal origem seria a chave para se explicar as dificuldades de “ajustamento” desses trabalhadores ao mundo urbano-industrial e a consequente ausência de estabilidade profissional, de padrões de ação coletiva, de tradição e de crenças nascidas no e para o trabalho industrial³³⁵. Na medida em que o operariado recomposto pelas migrações internas entenderia seu recrutamento ao mundo urbano-industrial como uma promoção social em relação ao pregresso “mundo tradicional”, teria se estabelecido uma acomodação à ordem social que, combinada à estrutura sindical burocratizada implantada a partir dos anos 1930, resultaria em passividade política, abrindo caminho para o fenômeno do populismo³³⁶.

Como já vimos, publicados, em sua maioria, após o golpe civil-militar de 1964 (entendido, muitas vezes, como marco de uma derrota política dos trabalhadores), os estudos da “corrente de interpretação sociológica” tenderam a enfatizar o que seriam as fraquezas político-organizacionais do operariado pós-1930³³⁷. Entretanto, uma vez que

³³³ PAOLI, Maria C.; SADER, Eder e TELLES, Vera S. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983, p. 132-133. Sobre o empenho dos sociólogos do trabalho dos anos 1950/1960 em diferenciar sua produção dos estudos “militantes” (especialmente, os do PCB), cf. BRAGA, Ruy e SANTANA, Marco Aurélio. “O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil”. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, 2009.

³³⁴ Mesmo balanços críticos à produção dessa corrente insistem em apontar que: “A preocupação com as pesquisas empíricas fez com que esta produção sociológica nos deixasse muitas análises de aspectos culturais e das condições sociais de diferentes extratos das classes dominadas: negros, migrantes rurais, operários de bairros industriais, comunidades de cidades do interior.” Cf. PAOLI, Maria C.; SADER, Eder e TELLES, Vera S. “Pensando a classe operária”, p. 134.

³³⁵ Texto precursor e modelar da “corrente de interpretação sociológica” é LOPES, Juarez R. B. “Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação”. In: HUTCHINSON, Bertram. *Trabalho e mobilidade*. Rio de Janeiro: CBPE, 1960. Igualmente impactante foi a coletânea de textos de cientistas sociais brasileiros publicados na revista *Sociologie du Travail*, n. 4, 1961.

³³⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Trabalho industrial no Brasil: uma revisão”. *Estudos CEBRAP*, n. 14, 1975, p. 123.

³³⁷ Tendência oposta prevalecia na avaliação do operariado pré-1930, que, formado majoritariamente por imigrantes e orientado pela ideologia anarquista, teria conseguido “garantir sua autonomia, espontaneidade e ímpeto de luta”. Cf. SANTANA, M. A. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999, p. 105.

tais pesquisas explicavam os padrões de consciência e ação políticas como decorrência de determinantes estruturais (incluindo os relativos ao tipo de industrialização), havia pouco espaço para se responsabilizar politicamente o movimento operário e sindical pela dissolução da ordem liberal em 1964. Em outras palavras, o referencial teórico-metodológico, ao praticamente eliminar qualquer autonomia da política, limitava as possibilidades de crítica às opções das lideranças operárias (sindicais e partidárias), especialmente sua adesão à estrutura sindical corporativista e ao discurso nacional-desenvolvimentista. Esse aspecto foi importante para que, a partir de fins dos anos 1960, emergisse e ganhasse força a “corrente de interpretação política” nas pesquisas relativas aos trabalhadores do período 1930-1964³³⁸.

De modo geral, a nova corrente, capitaneada por cientistas políticos, também salientava as debilidades político-organizacionais da classe operária, mas buscava explicá-las por meio dos aspectos conscientes da ação política organizada dos trabalhadores e suas lideranças³³⁹. Ampliando a autonomia do campo político, tal linhagem de estudos dirigia seu foco ao Estado, aos partidos políticos, à ideologia, ao sindicalismo e às estratégias/táticas das lideranças operárias, elucidando a montagem do sistema corporativo e a emergência do fenômeno populista em termos fundamentalmente políticos. Categorias originárias do marxismo, como estrutura e conjuntura, e suas complexas relações tornaram-se centrais nas pesquisas da “corrente de interpretação política”, que, aprofundando suas críticas aos “automatismos estruturais” da corrente sociológica, aumentou sua influência durante os anos 1970³⁴⁰. Entretanto, em meados da década, cientistas sociais já demonstravam insatisfação com as abordagens existentes e apontavam novos caminhos. Pinheiro, por exemplo, observava que:

(...) é necessário alargar o campo da análise da classe operária além dos limites da própria classe e de sua participação política estrita. Várias direções de pesquisa se oferecem para a

³³⁸ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. *Dados*, n. 17, 1978, p. 70-71. Vale destacar que importantes autores das correntes “sociológica” e “política” mantiveram vínculos com o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (1962-1969) e/ou com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (criado em 1969), entidades em cuja organização destacou-se a figura de Fernando Henrique Cardoso.

³³⁹ Trabalhos clássicos da “corrente de interpretação política” são: WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra”. *Estudos CEBRAP*, n. 4, 1973 e WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e Política*. Tese (Livre Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 1972.

³⁴⁰ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário”, p. 78-80. É importante ressaltar que, em ambas as correntes, eram notáveis os esforços para a superação do “economicismo”. Cf. SILVA, Luiz F. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentis, 2003, p. 110.

realização desse objetivo. Entre essas, primeiramente, cumpre *aprofundar o estudo das condições da exploração da mão-de-obra operária* no lento processo de industrialização do Brasil. *Antes de mais nada, é preciso realizar uma descrição da classe operária a partir da configuração dada à população trabalhadora pelo processo de acumulação do capital.* Além de realçar a maneira concreta mediante a qual *a classe operária e o processo de trabalho eram dominados e moldados pela acumulação de capital*, seria preciso construir uma nova visão das classes dominantes.³⁴¹

Pouco tempo depois, na mesma direção de Pinheiro, Vianna foi mais incisivo na crítica às duas correntes hegemônicas na produção das ciências sociais brasileiras sobre trabalhadores e sindicalismo, a qual, vale salientar, passou por grande expansão ao longo década de 1970, mesmo na “fase de grande passividade do sindicalismo”³⁴². Um aspecto problemático comum a ambas seria o predomínio de pesquisas carentes de suporte empírico³⁴³. Entretanto, a principal limitação das duas era que, apesar de incorporarem elementos do marxismo³⁴⁴, elas falhavam em levar adiante o que seria central nesse referencial teórico-metodológico, isto é, pensar “a classe operária e as demais classes em seu específico sistema de oposição no interior de um modo de produção capitalista, num estágio de desenvolvimento dado”³⁴⁵. Diante desse quadro, Vianna sugere que os elementos para tal abordagem, baseada no que o autor avalia ser um uso mais rigoroso do marxismo, estavam sendo gestados durante a década de 1970. Nesse sentido, teria sido pioneiro o trabalho de Francisco de Oliveira³⁴⁶, que examinou, por exemplo, o papel da legislação trabalhista e dos processos migratórios acelerados pós-1930 do ponto de vista da acumulação capitalista, abrindo caminho para uma série de investigações³⁴⁷. Tais pesquisas, que buscam pensar os temas relativos aos trabalhadores em necessária associação com a história do capitalismo no país, “acentuam que a história da classe operária não pode ser lida como uma livre construção

³⁴¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Trabalho industrial no Brasil: uma revisão”, p. 123 e 124 (respectivamente) (Grifos nossos).

³⁴² RODRIGUES, Leôncio M. e MUNHOZ, Fábio A. “Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil”. *Estudos Cebrap*, n. 7, 1974, p. 164.

³⁴³ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo...”, p. 66 e 80.

³⁴⁴ Sobre a incorporação de componentes do marxismo (especialmente, do “método dialético de análise” e de categorias como “falsa consciência”/“consciência possível”) por cientistas sociais brasileiros (particularmente, os uspianos), cf. SILVA, Luiz F. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003 e RODRIGUES, Lidiane S. *A produção social o marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário em São Paulo (1958-1978)*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2011.

³⁴⁵ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo...”, p. 77.

³⁴⁶ OLIVEIRA, F. “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. *Estudos CEBRAP*, n. 2, 1972.

³⁴⁷ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo...”, p. 84-85. O autor situa seu próprio trabalho nessa linhagem: VIANNA, Luiz W. *Sindicato e liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

sua, mas principalmente de como foi objeto do poder regulatório e repressivo do Estado”³⁴⁸.

Quase ao mesmo tempo em que Vianna descrevia os principais traços do que parecia se consolidar como uma nova corrente, significativa parcela da produção em ciências sociais dava indícios de que se movia em direção bastante diferente, elegendo como prioridade “captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas”³⁴⁹. Com isso, “as análises que subsumiam os trabalhadores às determinações estruturais da industrialização, à lógica da acumulação capitalista e às escolhas políticas da esquerda passaram por profundo escrutínio”³⁵⁰. Buscando compreender/explicar a emergência, em fins dos anos 1970, dos novos movimentos sociais, que, muitas vezes, organizavam-se e agiam às margens dos canais institucionais tradicionais, diversos cientistas sociais voltaram sua atenção não apenas para sindicatos, partidos e correntes ideológicas mas também para diversas outras dimensões da vida do operariado (locais de moradia e de trabalho; formas de lazer, de religiosidade, de saber etc.). Assim, nos novos estudos, os trabalhadores urbanos passavam a ser vistos como “sujeitos [múltiplos] de práticas diversas que recobrem os vários campos de sua experiência”³⁵¹. Nesse contexto, referências a textos thompsonianos não tardaram a aparecer³⁵².

Em fins dos anos 1970, cientistas sociais já mobilizavam *The moral economy*, juntamente com textos de Eric Hobsbawm e Georges Rudé sobre revoltas da multidão no período pré-industrial, para, na explicação dos quebra-quebras de trens no Brasil dos anos 1970, apreenderem a racionalidade específica presente nesses eventos, destacando as motivações e o sentido político dessas mobilizações³⁵³. Por sua vez, em estudos sociológicos sobre o novo sindicalismo, que compunha o amplo espectro de mobilizações populares que emergira nas lutas contra a Ditadura Civil-Militar em fins

³⁴⁸ VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo...”, p. 86.

³⁴⁹ PAOLI, Maria C.; SADER, Eder e TELLES, Vera S. “Pensando a classe operária...”, p. 130. Em estudo sobre a produção das ciências sociais dos anos 1970 e 1980, Marco Antonio Perruso sustenta que, no período, teria ocorrido uma “inflexão fenomenológica do pensamento social brasileiro” na abordagem sobre movimentos sociais. Cf. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

³⁵⁰ CHALHOUB, S. e SILVA, F. T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 30.

³⁵¹ PAOLI, Maria C.; SADER, Eder e TELLES, Vera S. “Pensando a classe operária...”, p. 149.

³⁵² Os próximos dois parágrafos são uma síntese do Capítulo 4 (pp. 205-253) de MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. O referido capítulo, vale acrescentar, retoma e desenvolve argumentos que haviam sido apresentados em MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. “Thompson no Brasil”. *Outubro*, n. 14, 2006.

³⁵³ MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. “A Revolta dos Suburbanos ou ‘Patrão o Trem Atrasou’”. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1978.

dos anos 1970, são encontradas referências, por meio de textos como *La sociedad inglesa del siglo XVIII* e *The Making*, às noções thompsonianas de experiência e de classe social (entendida como processo e relação)³⁵⁴. Importantes estudos antropológicos dos anos 1980 também mobilizaram as noções thompsonianas de classe/consciência/formação de classe, presentes em *The Making*, bem como as referências de Thompson à “teatralização da dominação”/“contra teatro do terror popular” e à lei/direito, apresentadas em seus escritos sobre o século XVIII, incluindo *Senhores*³⁵⁵.

O crescente usos de textos de E. P. Thompson contribuiu para que obras do historiador inglês assumissem um lugar não desprezível entre as referências de cientistas sociais brasileiros dos anos 1980. As menções a conceitos thompsonianos se combinavam, frequentemente, com aquelas a autores vinculados a outras linhagens teóricas, sendo as mais frequentes: representação e imaginário (Cornelius Castoriadis)³⁵⁶; poder e controle social (Michel Foucault)³⁵⁷ e autonomia (Mario Tronti³⁵⁸ e Toni Negri³⁵⁹). De modo geral, tais arranjos teóricos procuravam rejeitar determinismos e compreender a marcante presença “autônoma” dos trabalhadores na cena política dos anos 1980, mas sem recusar a existência de elementos objetivos para se pensar as classes. Por diversos caminhos, buscavam-se novos termos para definir os sujeitos coletivos do presente, tendência que, logo, passou a fomentar o repensar sobre os trabalhadores do período 1930-1964, especialmente a questão do populismo³⁶⁰. Grosso modo, as “pesquisas realizadas na década de 1980 recusaram as teses que

³⁵⁴ Um dos mais citados exemplos é: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

³⁵⁵ Obra recorrentemente citada é: LOPES, J. S. L. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília: UnB/Marco Zero, 1988.

³⁵⁶ Especialmente: CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1975] e CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1974].

³⁵⁷ Entre as mais repetidas: FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977 [1975] e FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

³⁵⁸ TRONTI, Mario, *Operários e capital*. Porto: Afrontamento, 1976.

³⁵⁹ NEGRI, Toni. *Del Obrero-masa al obrero-social*. Barcelona: Anagrama, 1980.

³⁶⁰ Influentes trabalhos do período são: GOMES, Ângela C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988 e PAOLI, M. C. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira”. In: LOPES, José S. L. (coord.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

apontavam para a fragilidade e inconsciência da classe trabalhadora e da classe burguesa, privilegiando o Estado como sujeito do processo histórico”³⁶¹.

Concentrando seus esforços no, até então pouco visitado por eles, período 1930-1945³⁶², os historiadores universitários somaram-se à onda revisionista dos anos 1980 sobre o intervalo 1930-1964, a qual abarcava variadas temáticas, relacionadas ou não aos trabalhadores, e aprofundava, não raramente, tendências esboçadas nos anos 1970³⁶³. Apesar desse quadro favorável, poucos trabalhos discentes do PPGHU concluídos nos anos 1980 valeram-se de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos para repensar os trabalhadores do pós-1930. Vejamos mais de perto as dissertações que foram produzidas³⁶⁴.

A dissertação de Regina Weber³⁶⁵ é a única produção discente do PPGHU concluída nos anos 1980 que empregou sistematicamente referenciais teórico-metodológicos thompsonianos para abordar os trabalhadores do período 1930-1964. A autora recorreu a *La formación e Tradición, revuelta*. Alegando que seu trabalho não é uma monografia, mas a “trajetória de alguns indivíduos em direção a algumas fábricas [em Ijuí/RS] e seu percurso dentro destas: como ali chegaram, como ali trabalharam e como ali viveram”³⁶⁶, a autora afirma que uma discussão conceitual sobre todos os temas tratados é “impossível de ser executada nos limites de uma tese de mestrado”³⁶⁷.

³⁶¹ CAPELATO, Maria H. R. “Estado Novo: novas histórias”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 187.

³⁶² Vale lembrar, contudo, que, já nos anos 1970, historiadores haviam produzido importantes e polêmicos trabalhos sobre a Revolução de 1930 e temas a ela relacionados, como o tenentismo. Cf. BORGES, Vavy P. “Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998 e DECCA, Edgar S. “A revolução acabou”. *Revista Brasileira de História*, v. 10, n. 20, 1991.

³⁶³ Uma boa amostra dos principais debates então travados é apresentada em: GOMES, Ângela C. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. *Estudos Históricos*, n. 34, 2004.

³⁶⁴ Três outras dissertações poderiam ser resenhadas nesse agrupamento dedicado às pesquisas que abordaram a temática trabalho/trabalhadores do pós-1930. Entretanto, as três apenas referenciaram, sem repercussões significativas, o texto *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*. Por isso, optamos por não expô-las mais detidamente. São elas: LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A eleição dos excluídos: a resistência do místico Galdino*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1986 (Orientador: Peter Louis Eisenberg); GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1986 (Orientador: Héctor Hernan Bruit Cabrera); TENCA, Álvaro. *Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria nos anos 30*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1987 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

³⁶⁵ WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril*: história oral em Ijuí/RS. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1989 (Orientador: Michael Hall).

³⁶⁶ WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril*, p. 4.

³⁶⁷ WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril*, p. 5.

Entretanto, Weber é bastante explícita em relação à sua adesão aos referenciais teórico-metodológicos thompsonianos, incorporando-os intensamente ao longo de seu texto.

A pesquisa tem como objeto a “formação do trabalhador fabril”, isto é, as “experiências de proletarização”³⁶⁸ dos trabalhadores ijuinses no período 1935-1945. A autora aborda esse processo por meio dos seguintes eixos: migração, mercado de trabalho, processo de trabalho, condições de trabalho e relações de trabalho. Uma das principais inovações da pesquisa era tratar desses múltiplos aspectos a partir da fala dos próprios operários e operárias, o que levou a autora a uma investigação fundamentalmente baseada em fontes orais. Justificando tal procedimento, Weber afirma esperar:

com esse estudo de caso acerca dos trabalhadores ijuinses, poder contribuir para o melhor conhecimento dessa classe social em sua dimensão nacional e histórica, *enxergando-a por outro ângulo que não o da “fala dos outros”*. Por outro lado, o recorte local e regional e uma das diferenças desse estudo em relação a outros do mesmo gênero: o espaço privilegiado para a análise não é uma região industrializada, nem uma grande fábrica, mas um núcleo urbano de economia diversificada, própria de áreas de colonização.³⁶⁹

Em relação às suas referências teórico-metodológicas, a autora declara que:

A influência de uma certa vertente da historiografia inglesa, presente, por exemplo na obra de Edward P. Thompson, com a qual me familiarizei antes de elaborar o projeto de tese, é inegável, bastando então reportar-me ao famoso Prefácio de *The Making of the English Working Class* ou ao seu epílogo; ou ainda ao item IV de “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle without Class?” e à resposta à primeira, pelo menos, questão posta ao autor em ‘An Interview with E. P. Thompson’ [inserção da nota 2]. [Nota 2] E. P. Thompson, *La formación Histórica de La Clase Obrera*, p. 7-14 e 531-562; *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?* in: *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*, p. 38-39; Una entrevista con E. P. Thompson, *idem*, p. 295.³⁷⁰

Dos textos citados, a autora se apropriará, principalmente, das noções de experiência e de classe (como processo/relação). A entrevista mencionada por Weber é a que arremata a coletânea *Tradición, revuelta*. Na resposta apontada pela autora, Thompson afirma que *The Making* foi escrito para polemizar com a “história econômica”, bastante contaminada pela “ideologia capitalista”, e com “as notações economicistas simplificadas do marxismo”. Escrevendo no final dos anos 1980, Weber chama a atenção para o fato de que sua apropriação da obra de E. P. Thompson inseria-se em uma linhagem que remontava a meados dos anos 1970:

³⁶⁸ WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril*, p. 189.

³⁶⁹ WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril*, p. 6 (Grifos nossos).

³⁷⁰ Para ambas as citações, cf. WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril*, p. 5.

As concepções presentes nas páginas [de textos thompsonianos] acima referenciadas e outras similares já foram *debatidas e reelaboradas* por historiadores e outros cientistas sociais brasileiros *mescladas a discussões suscitadas pelas especificidades da realidade nacional*. Vários estudiosos, alguns dos quais foram meus professores no curso de mestrado, já se posicionaram nesse diálogo acadêmico; remeter o leitor a seus textos me parece ser a melhor maneira de situar esta tese dentro de certos referenciais teóricos. Veja-se, por exemplo, “A posição do discurso acadêmico frente à classe operária”, de Edgar de Decca; a “Introdução” do 2º volume de *A classe operária no Brasil*, onde Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall conseguem, em seis páginas, contextualizar historicamente o assunto a nível nacional e fazer associações com estudos de pesquisadores de outros tantos países; a “Introdução” de Vera M. C. Pereira em *O Coração da Fábrica*; o ensaio “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico” de três professores, na época da publicação do artigo, do Departamento de Ciências Sociais da USP e a “Introdução: formas de proletarianização, história incorporada e cultura operária” de José Sérgio Leite Lopes [inserção da nota 3].

[Nota 3] E. de Decca, *O silêncio dos vencidos*, p. 31-38; P. S. Pinheiro e M. Hall, *A classe operária no Brasil (1889-1930)*: documentos, p. 9-14; V. M. C. Pereira, *O coração da fábrica*, p. 17-33; M. C. Paoli, E. Sáder e V. da S. Telles, *Revista Brasileira de História*, p. 129-149, J. S. L. Lopes, in *Cultura & Identidade Operária*, p. 11-32³⁷¹

Claramente, Weber procura se situar como mais uma pesquisadora que se vale de uma opção teórico-metodológica já bem firmada na produção nacional. Entretanto, vale observar que três dos cinco textos citados pela autora não fizeram referências a obras de E. P. Thompson: *O silêncio dos vencidos*, *O coração da fábrica* e *Pensando a classe operária*. Assim, eles devem fazer parte dos estudos que se valeram de concepção teóricas “similares” às thompsonianas, indicadas mas não explicitadas pela autora. De qualquer modo, nota-se que Weber procurou delinear uma linhagem de estudos na qual os trabalhadores eram caracterizados como agentes, o que geralmente se atrelava ao interesse dos pesquisadores por uma “história vista de baixo”. Finalmente, observemos que Weber identifica o PPGHU (“alguns dos quais foram meus professores no curso de mestrado”) como um dos *loci* em que as concepções thompsonianas e “outras similares” foram “debatidas e reelaboradas”, sendo “mescladas a discussões suscitadas pelas especificidades da realidade nacional”.

Em linhas gerais, a preocupação de Weber é oferecer uma visão ampla da experiência dos trabalhadores industriais ijuíenses, ressaltando tanto heterogeneidades locais quanto imbricamentos com processos que operavam em escalas mais amplas (por exemplo, a implementação da legislação trabalhista). Ainda que tenha se detido apenas no espaço de trabalho e no acesso a ele, Weber claramente opera com a noção de formação de classe thompsoniana, propondo-se a estender suas pesquisas em outras direções, afinal: “uma identidade comum aos trabalhadores precisa ser buscada

³⁷¹ Para ambas as citações, cf. WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril*, p. 5-6 (Grifos nossos).

analisando-se todos os lugares sociais por eles freqüentados – e aqueles dos quais estão excluídos –; destarte, a trajetória palmilhada nestas páginas é apenas *parte* da trajetória dos operários na cidade”³⁷².

Ainda que tenha ido muito além do período 1930-1964, configurando o que, hoje, chamaríamos de uma obra de “história do tempo presente”³⁷³, campo de pesquisa que ampliava seus praticantes na década de 1980, o trabalho de Amnérís Maroni³⁷⁴ será, também, analisado nesse bloco dedicado a trabalhos relativos ao pós-1930. Defendida em janeiro de 1982, a dissertação de Maroni foi o primeiro trabalho discente do PPGHU a listar uma obra thompsoniana em sua bibliografia, no caso *Tradición*. Entretanto, a autora opta por sustentar, explicitamente, suas opções teórico-metodológicas em Cornelius Castoriadis³⁷⁵, Michel Foucault³⁷⁶, Lucio Magri³⁷⁷, S. Marglin³⁷⁸ e Simone Weil³⁷⁹.

Segundo Maroni, iniciadas em alguns dos setores mais modernos da indústria brasileira, caracterizados por uma organização capitalista do processo de trabalho com marcantes elementos fordistas/tayloristas, as greves de maio 1978 tanto se valiam quanto questionavam essa organização, sendo tal reconhecimento indispensável para a correta compreensão daquele fenômeno grevista:

A dinâmica que configurou o movimento de maio/78 encontra a sua lógica nas práticas de resistência operária à organização do processo de trabalho capitalista. Tendo como reivindicações aumentos salariais, melhores condições de trabalho e, em muitos casos, o reconhecimento da estabilidade de órgãos de representação surgidos na luta, o movimento, enquanto *práxis*, foi obrigado a defrontar-se com a organização capitalista do processo de

³⁷² Para ambas as citações, cf. WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril*, p. 190-191 (Grifos nossos).

³⁷³ BARROS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis (RJ): Vozes: 2004, p. 146.

³⁷⁴ MARONI, Amnérís Angela. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 78*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1982 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

³⁷⁵ CASTORIADIS, C. “Introducción: la cuestión de la historia del movimiento obrero. In: *La experiencia del movimiento obrero: como luchar* 1. Barcelona: Tusquets Editores, 1979 e CASTORIADIS, Cornelius. “Sur le contenu du Socialisme III: la lutte des ouvriers contre l’organisation de l’entreprise capitaliste”. In: *L’expérience du Mouvement Ouvrier*, 2. Paris: Unión Générale D’Editions, 1974.

³⁷⁶ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977 e FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³⁷⁷ MAGRI, Lucio. “Las actuales luchas obreras en Europa”. In: *Movimiento Obrero e Acción Política*. México: Era, 1975.

³⁷⁸ MARGLIN, S. “Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões?). In: GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

³⁷⁹ WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

trabalho. Das práticas de sabotagem – principalmente a operação tartaruga – à greve uma série de práticas se fizeram presentes para criar a necessária *comunicação horizontal* (visando a articulação do movimento em cada fábrica) e dar conta do *enfrentamento com as chefias*.³⁸⁰

Implícito neste combate, um elemento torna-se revelado: para o desencadeamento do conflito, a própria racionalidade que o capital imprime no processo de produção é levada em conta. Se se quiser, há uma *apropriação coletiva* pelos operários dessa racionalidade que se exprime através da fragmentação do tempo e do trabalho, da dispersão particular do espaço, das técnicas de comando do capital (particularmente quanto a seu sistema de sinalização), da dinâmica dos mecanismos repressivos etc. É este *saber coletivo* que se torna elemento fundamental para o desencadeamento e sustentação da luta.³⁸¹

As formas de ação de maio de 78 não eram, no entanto, inéditas. A dinâmica desse movimento – com as particularidades que descrevemos acima – esteve presente no transcorrer de toda a década de 70, marcando o movimento operário. Maio de 78 representou sua emergência explícita no social e a sua especificidade residiu nas proporções assumidas pelo movimento.³⁸²

Construindo uma análise centrada na luta de classes na qual se evidencia a agência dos trabalhadores, que se apropriaram de uma racionalidade concebida para lhes dominar e a converteram em base para sua ação de resistência, Maroni facilmente poderia ter incorporado, mais abertamente, algum elemento das reflexões thompsonianas, mas optou por destacar outros autores, como Foucault.

Segundo Maroni, os movimentos grevistas de 1978 deixavam evidente o silenciamento político/historiográfico que, desde as primeiras décadas do século XX, abatera-se sobre as lutas e formas de organização elaboradas pelos trabalhadores no âmbito da produção:

É interessante, porém, notar que o *espaço da fábrica* há muito perdeu o lugar privilegiado que as atuais [as greves de Maio/78] lhe conferem. Esse negligenciamento não se deu, porém, casualmente. Nele está presente uma intencionalidade política. Assim é que, no momento mesmo em que o movimento operário italiano e alemão mostravam sua originalidade criando formas alternativas de organização através dos conselhos de fábrica – que se recusaram a submeter-se quer aos sindicatos, quer aos partidos políticos –, o II Congresso da Internacional Comunista em 1920 redefinia as prioridades das organizações operárias. Nessa redefinição, os conselhos operários e as organizações sindicais deveriam subordinar-se aos partidos comunistas. A este último, elemento estratégico para o bolchevismo, deveriam submeter-se as demais organizações operárias.³⁸³

*Esse processo histórico que implicou na submissão aludida, explica também a ótica pela qual o movimento operário passou a ser analisado. Em outras palavras, explica por quê, o movimento operário, nas análises historiográficas, só é apreendido pela ótica **sindical** e/ou **partidária**.* Acompanhando o processo histórico que implicou no privilegiamento desses lugares para a expressão operária, a historiografia também silenciou a respeito da opressão e da resistência operária na fábrica.³⁸⁴

O “esquecimento”, a “não-legitimidade” de certos conflitos inscrevem-se, por vezes, em um inversão curiosa: *em nome do marxismo, a luta de classes é desconsiderada*. Ou seja,

³⁸⁰ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 71.

³⁸¹ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 80.

³⁸² MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 71.

³⁸³ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 196-197.

³⁸⁴ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 198 (Grifos nossos).

apreende-se do processo de lutas somente os elementos que confluem para a justificação de projetos políticos já elaborados.³⁸⁵

Para que o fenômeno das mobilizações operárias de fins dos anos 1970 não permanecesse “na obscuridade, à sombra de uma metodologia incapaz de explicitá-las”³⁸⁶, Maroni mobilizou o já citado repertório de autores. Igualmente, ela teve que deixar “em segundo plano o discurso explícito das lideranças e ativistas sindicais”, conferindo maior atenção às práticas que eles empreendiam tanto no cotidiano fabril quanto nos momentos de realização de greve, as quais, segundo Maroni, constituíam o “discurso da ação”. É este que evidencia a fábrica e, mais especificamente, a organização capitalista do processo de trabalho, como condição e alvo da ação grevista dos trabalhadores³⁸⁷. Nesse ponto também, não é demais lembrar que Maroni poderia remeter seu foco sobre práticas não-discursivas dos trabalhadores a textos thompsonianos como *La economia moral*. O mesmo não ocorrendo, contudo, com a tese da autora de que a classe emerge, ao que parece, exclusivamente, no interior do próprio processo de trabalho:

(...) a fábrica revelou-se como uma estrutura de poder *que engendra a sociedade de classes*. (...) Uma intensa luta desenvolveu-se no âmbito da fábrica durante o conflito, desfazendo a unidade do que se homogeneiza sob o rótulo de “proletariado”. *É nesse processo de luta que as classes sociais se definem*.³⁸⁸

Ao centrar sua análise das greves de Maio/78 na luta travada pelos trabalhadores a partir e contra a organização capitalista do processo de trabalho, Amnéris Maroni procurou rebater interpretações da sociologia uspiana sobre os trabalhadores dos setores mais modernos da indústria brasileira que indicavam a pequena capacidade de engajamento político desses operários³⁸⁹ ou seu interesse em negociações puramente contratuais³⁹⁰, ampliando suas vantagens relativas em relação aos trabalhadores de setores menos dinâmicos da economia.

³⁸⁵ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 2 (Grifos nossos).

³⁸⁶ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 2.

³⁸⁷ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 3-4.

³⁸⁸ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 9.

³⁸⁹ Amnéris Maroni debate as teses apresentadas em duas obras de Leôncio Martins Rodrigues: *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970 e *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1970.

³⁹⁰ Amnéris Maroni diverge das posições de Maria Hermínia Tavares de Almeida apresentadas em: “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. *Debate e Crítica*, n. 6, 1975 e “Desarrollo capitalista y acción sindical”. *Revista Mexicana de Sociología*, n. 55, 1978.

Se o silenciamento da luta e formas de organização na produção foi uma ação política, a explicitação das mesmas também o é. Nesse sentido, Maroni claramente opõe-se à ideia de que fenômenos como as greves de Maio/78 devam ser “totalizados” por alguma estrutura outra, como, por exemplo, um partido³⁹¹. Ao assumir tal posição, a autora situava-se em relação aos debates que, no começo dos anos 1980, atravessavam o meio sindical e o processo de reconstrução dos partidos políticos no país.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho de Maroni, apresentado em 1982, deu início a um fenômeno bastante frequente nas dissertações por nós analisadas anteriormente neste capítulo e presente, também, como veremos na próxima seção, em estudos sobre escravidão elaborados por discentes do PPGHU nos anos 1980: a combinação, em modos e graus variados, de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos com os provenientes de outros autores, destacando-se as apropriações oriundas de obras de Michel Foucault e Cornelius Castoriadis.

Tais arranjos teórico-metodológicos não se limitavam à produção discente do PPGHU e, especialmente, as combinações que envolviam Thompson e Foucault renderam, já nos anos 1980, debates entre os historiadores. Inclusive, em recente e aprofundado trabalho sobre a historiografia brasileira da década 1980, Igor Ramos buscou apreender a “renovação” por que passou a historiografia do período por meio, fundamentalmente, da chave interpretativa “entre Thompson e Foucault”³⁹². Segundo o autor, no começo dos anos 1980, o uso simultâneo de Thompson e Foucault em uma mesma pesquisa não fomentou questionamentos ou discussões significativas. A partir da segunda metade dos anos 1980, afloraram juízos divergentes sobre o uso simultâneo dos dois autores, sendo negado (como combinação epistemologicamente inconsistente) ou aceito (como diálogo possível e importante para a construção do conhecimento histórico). Dessa divergência de avaliações, logo se passou à crescente polarização, com a tendência a destacar “as *diferenças* ou *incompatibilidades* entre Thompson e Foucault”³⁹³, caminhando-se para a necessidade de se optar por um dos dois pensamentos. No fim da década, já se requeria a “decisão” de se escolher entre um e outro, sendo que, no PPGHU, ela era:

³⁹¹ MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*, p. 198.

³⁹² RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica* – as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese (Doutorado). Assis: FCL-Unesp, 2014. Mesmo no mundo anglo-saxônico, importantes historiadores do trabalho propuseram combinações entre Foucault e Thompson para reconstruir o campo de estudos. Cf. DWORKIN, Dennis. *Class struggles*. Edinburgh (UK): Pearson Longman, 2007, p. 89.

³⁹³ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 248.

(...) perpassada por diferentes motivações: foi uma “decisão” para retomada da lógica epistemológica desses pensamentos; foi uma “decisão” relacionada com a tomada de posição que envolvia a luta pela hegemonia doutrinária dentro da instituição; e/ou foi uma “decisão” relacionada com o abandono de um antigo adversário (marxismo-leninismo) e o estabelecimento de um novo, para esta última “decisão” foi preciso antes tomar uma posição entre História Social e História Cultural (...), a partir do final da década de 1980 emerge uma divisão na Unicamp que se consolida com a instituição da área de concentração de História Cultural na década de 1990, até então os estudos culturais eram apenas uma linha de pesquisa da História Social.³⁹⁴

A chave interpretativa “entre Thompson e Foucault”³⁹⁵ permitiu a Ramos formular uma leitura instigante sobre a historiografia dos anos 1980. Entretanto, o foco, praticamente exclusivo, sobre o uso simultâneo ou isolado dos dois autores levou Ramos a pôr em segundo plano outros arranjos teórico-metodológicos também bastante frequentes no período. Do ponto de vista de nossa pesquisa e da produção específica aqui analisada, é importante salientar que Thompson foi combinado, às vezes *em posição secundária*, com outros autores, sugerindo-nos que, no antagonismo, em especial contra vertentes mais formalistas do marxismo, mobilizavam-se diversos referenciais disponíveis. Em não raras ocasiões – algumas delas bastante significativas – posições facilmente sustentáveis a partir do historiador inglês foram amparadas em outros autores, indicando-nos que, na década de 1980, os referenciais teórico-metodológicos thompsonianos não desfrutavam da preeminência que, como veremos, historiadores universitários brasileiros – especialmente, os que tiveram vínculos com o PPGHU – procuraram, nos anos 1990 e 2000, atribuir-lhes retrospectivamente.

Analisemos mais detidamente as evidências que nos levaram a tais proposições, considerando, inclusive, qual seria o papel dessa memória que sugere uma certa primazia dos referenciais teórico-metodológicos thompsonianos já na década de 1980.

2.6.1. Reunindo fragmentos II

Em meados dos anos 1990, Cláudio Batalha, docente do PPGHU desde 1986, avaliando a transformação pela qual passou, nos anos 1980, a historiografia brasileira sobre o operariado, não hesitava em afirmar que:

³⁹⁴ RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 245.

³⁹⁵ RAMOS, Igor Guedes. “A historiografia brasileira do trabalho: entre Thompson e Foucault”. In: MATA, Sérgio R.; MOLLO, Helena M.; VARELLA, Flávia F. (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009.

a contribuição e a influência da produção historiográfica vinda do exterior, não podem ser desprezadas para explicar esse quadro [de ampliação/mudança da história operária]. Um *papel primordial* coube à historiografia marxista inglesa, particularmente, *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Thompson, cujo original data de 1964 [sic], e *Trabalhadores e Mundos do Trabalho*, de Eric Hobsbawm. Mas também tiveram repercussão as críticas à história do movimento operário tradicional em textos como Cornelius Castoriadis e Georges Haupt.³⁹⁶

O “papel primordial” da obra de Thompson voltou a ser enfatizado, em 2009, por dois outros dois docentes do PPGHU, em balanço sobre a história social do trabalho³⁹⁷ brasileira produzida nos últimos trinta anos. Segundo eles, seria possível verificar, a partir dos anos 1980, o crescente predomínio de um novo paradigma interpretativo na produção acadêmica brasileira sobre a classe trabalhadora. Assim, tomam como sua problemática central:

(...) a análise da mudança de paradigmas de interpretação sobre o lugar dos escravos e dos assim chamados trabalhadores livres nos estudos acadêmicos. Do “paradigma da ausência”, que identificava na experiência dos historiadores brasileiros uma história lacunar e em descompasso com outros *modelos* nacionais, pesquisas nas últimas três décadas passaram a configurar um “paradigma da agência”, segundo o qual as ações de escravos, libertos e trabalhadores urbanos resultam de negociações, escolhas e decisões frente às instituições e aos poderes normativos.³⁹⁸

Buscando ressaltar sua tese da passagem do “paradigma da ausência” ao “paradigma da agência”, Chalhoub e Silva deram ao seu artigo o título de *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Como os autores explicam, essa escolha remetia ao “muitíssimo influente”³⁹⁹ artigo *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico*, publicado, em 1983, na *Revista Brasileira de História*, pelos cientistas sociais Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles⁴⁰⁰. Nesse texto, os autores criticavam o “paradigma da ausência” nos estudos sobre o operariado, apontando a necessidade de sua superação, o que já estaria ocorrendo na medida em que pesquisas tomavam como diretriz “captar nas experiências dos dominados a

³⁹⁶ BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil”, p. 152.

³⁹⁷ Vale observar que, desde fins dos anos 1980, parte dos docentes e dos discentes do PPGHU dedicados às pesquisas sobre escravidão insistem em ver tal campo de estudos como parte da “história social do trabalho”. Cf., por exemplo, LARA, Sílvia H. “Trabalhadores escravos”. *Trabalhadores*, n. 1, 1989.

³⁹⁸ CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 14.

³⁹⁹ CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário...”, p. 25-26.

⁴⁰⁰ PAOLI, Maria C.; SADER, Éder e TELLES, Vera S. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983.

inteligibilidade de suas práticas”⁴⁰¹. Na intertextualidade proposta por Chalhoub e Silva, fica evidente a intenção de apontar a continuidade e o êxito que propostas delineadas no início dos anos 1980 atingiram em fins dos anos 2000. Para que isso ocorresse, afirmam os docentes do PPGHU, E. P. Thompson teria sido um “autor decisivo”⁴⁰². Contudo, se nos dirigirmos ao “muitíssimo influente” texto de 1983, não encontraremos lá nenhuma referência a textos do historiador inglês. Por outro lado, a primeira nota remete o leitor a *L’expérience du mouvement ouvrier*, de Cornelius Castoriadis⁴⁰³. Ainda mais intrigante é constatar que a mesma ocorrência se repete em outro muito citado artigo da época, *Alargando a história da classe operária*⁴⁰⁴, escrito com propósitos similares aos de Paoli, Sader e Telles. Na verdade, o segundo caso é ainda mais surpreendente, uma vez que seus autores são os docentes unicampistas Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro.

Certamente, os autores de ambos os artigos conheciam, em maior ou menor extensão, a obra de Thompson⁴⁰⁵. Os próprios Hall e Pinheiro, como já vimos, haviam apresentado, em 1981, outro “texto-manifesto” com um programa de pesquisas sobre classe operária amparado, largamente, em noções e citações de E. P. Thompson⁴⁰⁶. Assim, o que tais ocorrências nos sugerem é que, em um período de disputas para se estabelecer um novo “paradigma” nos estudos relativos aos trabalhadores, as referências a Thompson não eram tidas como indispensáveis e nem teriam que ocupar sempre lugar de destaque. Havia outros referenciais teórico-metodológicos a partir dos quais se poderia criticar o “paradigma da ausência”, podendo noções thompsonianas serem combinadas com eles em posição secundarizada ou nem mesmo serem utilizadas. Como vimos, ocorrências desse tipo foram, diversas vezes, constatadas na análise das dissertações defendidas no PPGHU, entre 1980 e 1989, que listaram obras de Thompson em suas bibliografias.

Assim, noções thompsonianas eram, frequentemente, mobilizadas como parte de uma “frente ampla” de críticas a vertentes do marxismo indicadas, geralmente, de

⁴⁰¹ PAOLI, Maria C.; SADER, Éder e TELLES, Vera S. “Pensando a classe operária...”, p. 130.

⁴⁰² CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário acadêmico”, p. 22 (nota 15).

⁴⁰³ A citação exata é “CASTORIADIS, C. ‘La question de l’histoire du mouvement ouvrier’. In *L’expérience du mouvement ouvrier I: comment lutter*. Paris: UGE, 1974, p. 67 e segs.”

⁴⁰⁴ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo S. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. *Remate de Males*, n. 5, 1985.

⁴⁰⁵ Em relação aos sociólogos citados, cf. PERRUSO, Marco A. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 122-125.

⁴⁰⁶ PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael M. “Introdução”. In: *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. v. 2. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Funcamp, 1981.

maneira imprecisa⁴⁰⁷, procedimento que parece se dever tanto à ampla sedimentação de que tais correntes desfrutavam quanto à estratégia de definição, em amplos traços, do “adversário” para facilitar a união dos críticos, conformando um leque amplo de alianças. Aparentemente, como apontou Ramos, até o fim dos anos 1980, no enfrentamento do que se via como um “adversário comum”, diferenças epistemológicas entre aliados foram secundarizadas. No fim da década de 1980, o “adversário comum” já parecia enfraquecido e a história social do trabalho assumira um lugar de centralidade, abrindo-se espaço para que as diferenças no interior da “frente ampla” aflorassem com mais intensidade.

Se, no começo dos anos 1980, Amnérís Maroni pôde mobilizar, simultaneamente, referenciais teórico-metodológicos de E. P. Thompson e Michel Foucault sem maiores explicações, no final da década, como vimos na seção sobre “Trabalho e trabalhadores na Primeira República”, Durval Muniz Albuquerque Júnior entendeu ser necessário apontar que os autores tinham “opções metodológicas diferentes”, mas que elas poderiam ser utilizadas de maneira complementar, passando a detalhar cuidadosamente como isso seria feito. Quase duas décadas depois dessa decisão, Albuquerque Júnior buscou esclarecê-la, acrescentando alguns desdobramentos que se lhe seguiram:

Dois anos depois de haver defendido a Dissertação, 1990, volto à UNICAMP para cursar o Doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se *agora* dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que *a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E. P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha Dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada “velha guarda marxista”, haviam sido rompidos* com a aposentadoria da maioria dos professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações, resolvo estrategicamente apresentar um projeto apoiado na obra de Thompson.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ “Leituras marxistas-leninistas” (Maroni); “historiografia marxista-leninista” (Campos); “literatura de tradição marxista” (Cruz); “visão mais ortodoxa que se filia ao marxismo” (Albuquerque Júnior); “tradição marxista-leninista e estruturalista” (Lopes) etc.

⁴⁰⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “A invenção de mim”. Rio Grande do Norte, 2005 (Memorial Acadêmico de Concurso Público para Professor Titular do Departamento de História da UFRN) *apud* SANTOS, Wagner G. “Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno”. *Revista de Teoria da História*, n. 7, 2012, p. 137 (Grifos nossos).

Em que pese tal declaração, Albuquerque Júnior produziu uma tese em que Thompson não é referenciado, o contrário acontecendo com Foucault⁴⁰⁹. Luzia Margareth Rago já havia trilhado caminho similar. Como vimos, em 1984, ela não hesitou em valer-se de Thompson e Foucault. Contudo, quando, em 1990, apresentou sua tese de doutorado⁴¹⁰, textos do historiador inglês já não eram mais listados em sua bibliografia. Em artigo de 1993, a autora justificou sua opção pela necessidade de restabelecer a coerência epistemológica, visto que passara a entender como incompatíveis os pensamentos de Thompson e Foucault, especialmente por este postular, na contramão do primeiro, a “*eliminação do sujeito enquanto agente histórico fundamental*”:

Ao mesmo tempo que me deslumbrava com Foucault, eu me fascinava com Thompson e ficava num dilema muito grande por não saber de qual dos dois gostava mais. Mas naquela época [primeira metade dos anos 1980], estávamos ainda tomando contato com estes autores e a questão não estava colocada de uma maneira tão precisa como hoje. Não foi só eu que fiz este casamento, porém concordo que *são casamentos impossíveis*. Penso então nestes trabalhos que *oscilaram entre uma história genealógica, em que os agentes sociais aparecem como efeitos do poder e da emergência dos saberes, e a valorização das suas existências sociais numa atitude militante, nitidamente; preocupada em realçar a importância da ação do sujeito na história*. Essa tensão encontra-se em vários estudos, sobretudo naqueles voltados para a condição operária e os movimentos sociais. (...) Então isso é uma questão muito problemática porque, se de um lado a historiografia brasileira cresce com a descoberta dos “vencidos” — é uma avalanche de produções sobre os operários, as minorias, etc. — buscando desfazer seus “silêncios” e colocá-los como protagonistas centrais da história, por outro lado, *usando Foucault, dissolvía-se o sujeito*. Então havia trabalhos sobre escravidão, negros, loucos, prostitutas, crianças, etc., preocupados em dar voz aos “vencidos” e, portanto, em afirmar a ação do sujeito e mostrar que o escravo, o operário, a prostituta, o louco não eram tão passivos, inexistentes, atrasados e irracionais, mas que eles também tinham propostas, também eram combativos, também sabiam se organizar com partido ou sem partido algum. Eu, por exemplo, queria mostrar que o anarquismo era uma força, que os libertários sabiam se formular a despeito dos intelectuais orgânicos. Mas *isso era muito contraditório porque, ao mesmo tempo em que trabalhava com a tendência de dar voz aos “vencidos” e retirar os pobres do silêncio, mostrando sua racionalidade, ao contrário do que o discurso liberal afirmava, utilizava Foucault, que dissolvía o sujeito e o mostrava como efeito das redes de relações e da formação de saberes*.⁴¹¹

⁴⁰⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1994 (Orientador: Robert Slenes e Coorientador: Alcir Lenharo).

⁴¹⁰ RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1990 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

⁴¹¹ RAGO, Luzia Margareth. “As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea”. *Anos 90*, v. 1, n. 1, 1993, p. 133-134 (Grifos nossos). Na mesma direção de Rago, em texto que coteja as diferenças teórico-metodológicas entre Thompson e Foucault, Durval M. Albuquerque Jr. esclarece que: “A história de Foucault não é uma história sem sujeito, como critica Thompson, apenas os sujeitos não são uma aparição fenomênica de uma essência transcendental, de uma entidade chamada Homem.” Cf. “Experiência: uma fissura no silêncio”. In: *História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 140.

Em sentido oposto ao de Rago, mas no mesmo movimento, lembremos que, em 1989, a dissertação de Regina Weber citou textos thompsonianos, mas nenhum de Foucault. Caso ainda mais significativo é o de Sidney Chalhoub, que se valeu, em seu *Trabalho, lar e botequim*, de Thompson e Foucault, mas não listou, em 1989, nenhuma obra do último em seu *Visões da liberdade*⁴¹², primeiro doutorado concluído no PPGHU e que será analisado na próxima seção. Como o próprio autor esclarece:

Em *Trabalho, Lar e Botequim* [dissertação defendida em 1984] havia uma cristalização menor dessas divisões entre perspectivas teóricas, não havia muito problema em incorporar num mesmo trabalho elementos foucaultianos, thompsonianos, que depois foram se cristalizando nessas igrejinhas que existem hoje na academia. Naquela época era importante ler Foucault e Thompson, bem como incorporar uma leitura da tradição antropológica, para lidar com a ideia de cultura, interpretada como cultura dos trabalhadores, dos escravos.⁴¹³

Por sinal, o doutorado de Chalhoub pode ser tomado como um marco na produção discente do PPGHU no que diz respeito à extensão e intensidade da mobilização da obra de E. P. Thompson⁴¹⁴, situando-a na posição de mais destacado referencial teórico-metodológico para a prática da história social⁴¹⁵. Refletindo sobre a segunda metade dos anos 1980, Chalhoub avalia que:

*Eu acho que já é outro momento. Aí já se tem uma leitura muito mais refletida de E. P. Thompson. Vários anos de cursos, seminários na Unicamp, na segunda metade dos anos 1980, com o grupo de professores que lá estava. Visões da Liberdade se beneficiou, também, de uma feliz coincidência institucional, digamos. Eu fiz concurso para o Departamento de História em 1984 e comecei a dar aulas em 1985. Paralelamente, fazia os seminários e realizava a pesquisa do doutorado. Eu vinha daquela pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores, não tinha muita experiência com o tema da escravidão, que era contudo o assunto de meu projeto de doutorado. Então o Departamento de História da Unicamp resolveu investir na formação de um grupo de historiadores da escravidão. Peter Eisenberg e Robert Slenes já estavam lá, logo em seguida vieram Leila Algranti, Silvia Lara e Célia Azevedo.*⁴¹⁶

Caminho semelhante ao das combinações entre Thompson e Foucault, mas

⁴¹² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1989 (Orientador: Robert Slenes).

⁴¹³ Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Atílio Bergamini e outros. *Aedos*, v. 1, n. 1, 2008, p. 213 (Grifos nossos).

⁴¹⁴ Como veremos, são listados na bibliografia: *Time, Work-discipline; The moral economy; Anthropology and the discipline; Folklore, anthropology; A miséria e Senhores e caçadores*.

⁴¹⁵ A preferência de Chalhoub estendia-se à sua atividade docente no Departamento de História da Unicamp. Em fins dos anos 1980, por exemplo, ele já ofertava cursos sobre “historiografia inglesa” quase que exclusivamente focados na obra de Thompson. Cf. CAVALCANTE, Emanuel C. *A repercussão do conceito de experiência de E. P. Thompson na historiografia brasileira: um estudo sobre a Unicamp e Sidney Chalhoub (1980-1998)*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2010, p. 150.

⁴¹⁶ Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Claudia Engler Cury e outros. *Saeculum Revista de História*, n. 20, 2009, p. 190-191.

desdobrado em um intervalo temporal mais extenso, foi experimentado pelos arranjos que utilizavam, simultaneamente, o historiador inglês e Cornelius Castoriadis, que, inclusive, teve a apresentação da edição brasileira de um de seus livros mais importantes escrita por Marco Aurélio Garcia⁴¹⁷, docente do Departamento de História da Unicamp desde o começo dos anos 1980.

Segundo Fernando Teixeira da Silva, professor do Departamento de História da Unicamp desde princípios dos anos 2000, quando ele ingressou no curso de mestrado do PPGHU, em 1987, “o impacto muito grande foi, pelo menos inicialmente, a leitura do Castoriadis. Eu acho que tirava a gente daquele sufoco do marxismo pesado. Ao mesmo tempo, eu acho que eu meio que filtrava – muita gente estava fazendo – o Thompson via Castoriadis”⁴¹⁸. Tais aproximações entre o filósofo greco-francês e o historiador inglês eram, até certo ponto, autorizadas pelo último, que, em *The Poverty*, não hesitou em se dirigir ao primeiro em tom elogioso, apontando que:

O impulso [diante do “economismo vulgar” e o “idealismo” que devastam o marxismo] é fugir dessa cena de devastação, em prol de nossa sanidade mental. Homens honrados como Cornelius Castoriadis, que não abandonou nem por um instante sua luta contra o capitalismo, deixaram a tradição marxista desse modo: vêem-na como irreparável, inerentemente elitista, dominadora e antidemocrática (os “cientistas” e os demais) e condenada pelos seus frutos ortodoxos e stalinistas. E concordo com boa parte da sua crítica (uma saudação, velhos camaradas do *Socialisme ou Barbarie!*); a outra parte, eu a apresentei com meus próprios termos. Mesmo, porém, em sua acerba polêmica com o “marxismo”, vemos que estão empregando – e de maneira muito melhor – conceitos aprendidos inicialmente em Marx.⁴¹⁹

Em que pese tais colocações, não faltaram críticas de historiadores brasileiros à “tentativa de casar Thompson e Castoriadis feita na Unicamp. Tentaram juntar um filósofo de direita e que não trabalha com o conceito de classe social, como é o Castoriadis, com um pensador de esquerda”⁴²⁰. Nos anos 1980, esse tipo de ataque pouco abalou os experimentos teórico-metodológicos que, no PPGHU, combinavam Thompson e Castoriadis, vindo a encontrar alguma ressonância somente nas décadas seguintes. Nesse sentido, Alexandre Fortes, que ingressou no curso de mestrado do

⁴¹⁷ CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. Seleção de textos e apresentação: Marco Aurélio Garcia; Trad.: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁴¹⁸ Entrevista com Fernando Teixeira da Silva, concedida ao autor em 17/03/2014.

⁴¹⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 186-187 (Grifos nossos). Para uma análise das convergências entre os pensamentos dos dois autores, cf. ROMANI, Carlo Maurizio. “Experiências compartilhadas e autonomia popular na história social: aproximações entre E. P. Thompson e Castoriadis”. *Projeto História*, n. 48, 2013.

⁴²⁰ Entrevista com Ciro Flamarion Cardoso. In: MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 228.

PPGHU em 1990, aponta que:

Thompson chegou ao Brasil sendo lido simultaneamente com outros autores como Cornelius Castoriadis e os autonomistas italianos: Mario Tronti, Antônio Negri, e outros, num contexto em que “autonomia” era uma palavra de ordem do próprio movimento operário brasileiro e dos novos movimentos sociais, então, há uma mistura, digamos assim, um caldo de cultura: o surgimento do PT, a afirmação do *Novo Sindicalismo* e a chegada desses outros referenciais que estão sendo absorvidos simultaneamente. E aí, nessa mistura tem a lógica de uma visão autonomista francesa, italiana, que tem muito pouco a ver com a história porque ela deriva mais do campo da filosofia, ou até da antipsiquiatria, em uns autores como Félix Guattari, que *hoje, com um pouco mais de distanciamento, eu acho que não se coaduna às vezes tão bem com a abordagem histórica propriamente dita da escola britânica, mas ela tinha uma proximidade política muito grande na época*. Tanto assim que o Castoriadis é um dos poucos autores franceses – na verdade, ele é grego, mas é conhecido como um filósofo francês – que o Thompson elogia (...).⁴²¹

Nos anos 1990, entretanto, Fortes e outros discentes do PPGHU interessados no operariado do período pós-1930 se deslocariam da chave interpretativa que lia Thompson objetivando pensar a autonomia para outra que focalizava na questão da hegemonia, renovando a atenção em relação aos textos do historiador inglês sobre o século XVIII⁴²². Nesse movimento, reduzia-se a importante centralidade que os referenciais teórico-metodológicos de Castoriadis desfrutara nos anos 1980⁴²³.

Com nossas afirmações não pretendemos negar a importância de Thompson na “virada historiográfica” dos anos 1980: nós mesmos a demonstramos neste capítulo. Queremos apenas salientar que não partindo de um conjunto de obras tomadas como aquelas que mais impactaram a historiografia do período, mas tomando uma série documental que corresponde a boa parte da produção de uma instituição vista como um dos centros dinâmicos da “virada historiográfica”, deparamo-nos com um processo de

⁴²¹ Entrevista com Alexandre Fortes, concedida a PAZ, A.; PESSOA, A.; CARDOSO, A.; SANTIAGO, C.; LEAL, D.; CASTRO, L. em 08/2014. Cf. “História Social do Trabalho no Brasil: conversa com Alexandre Fortes”. *Revista Litteris*, n. 14, 2014, p. 9-10 (Grifos nossos). Para um texto, bastante citado nos anos 1980, em que a combinação de leituras apontada por Fortes é bastante visível, cf. GARCIA, Marco Aurélio. “São Bernardo: a (auto)construção de um movimento operário – notas para discussão”. *Desvios*, n. 1, 1982.

⁴²² Entrevista com Fernando Teixeira da Silva, concedida ao autor em 17/03/2014.

⁴²³ O interesse pela “autonomia” operária, que encontrava amplo apoio na obra de Castoriadis, relacionava-se com marcantes elementos da conjuntura da “transição para aos anos 1980”. Como apontam Fernando Teixeira da Silva e Sidney Chalhoub: “No contexto das greves ocorridas no final dos anos 1970 em São Paulo e na região do ABC e suas consequências políticas, como a emergência do novo sindicalismo e a crítica à crença na possibilidade de um Estado protetor e avalista de direitos do trabalhador, não espanta que os estudiosos se mostrassem curiosos sobre a história operária das primeiras décadas do século XX, pois que ela parecia oferecer a imagem da autonomia originária – e perdida – dos trabalhadores. Tal imagem de autonomia e diversidade do movimento operário do início do século parecia mais compatível com a desenvoltura do novo sindicalismo (...)” Cf. “Sujeitos *no* imaginário acadêmico”, p. 30-31.

apropriação da obra thompsoniana não linear e repleto de matizes. Algo que, não raras vezes, é minimizado até mesmo na memória de importantes agentes do mesmo.

Deixando a UFF e chegando ao PPGHU em 1984, Sidney Chalhoub recorda-se que “E. P. Thompson era totalmente periférico na UFF. Quando cheguei à Unicamp encontrei uma ‘*thompsomania*’ total que nunca existira na UFF, pelo menos não naquela época”⁴²⁴. Por sua vez, Edgar Salvadori de Decca, que se tornou docente do PPGHU na segunda metade dos anos 1970, lembra que:

Era a historiografia francesa que predominava [na USP no fim dos anos 1960 e início dos 1970]. Na verdade quem introduziu uma vasta literatura inglesa nos cursos universitários de História fomos nós da Unicamp. A Unicamp de fato não seguiu a escola francesa dos *Annales*, que dissimulava a luta de classes. *Nós queríamos uma escola historiográfica que falasse da luta de classes e isso era a escola inglesa; a história marxista dos historiadores ingleses. (...) Com ele [E. P. Thompson], começamos a aprofundar a questão do fazer-se dos sujeitos históricos, como os sujeitos históricos se constituíam; esse era o nosso projeto. Nós não vamos estudar os grandes sujeitos históricos, mas os sujeitos anônimos, os “pequenos sujeitos”. Então o nosso projeto tinha um horizonte bastante nítido nesse aspecto. E nós tínhamos um respaldo intelectual enorme. Com o Thompson, com o Hobsbawm você nunca está mal acompanhado, sempre tem uma retaguarda muito boa.*⁴²⁵

Enquanto no relato de Chalhoub sugere-se uma ampla predominância, no PPGHU, dos referenciais teórico-metodológicos thompsonianos em meados dos anos 1980, no de Decca, ela é projetada ainda mais para o passado, como se fosse uma espécie de “pedra fundamental” do PPGHU. Como vimos, tais considerações encontram pouco respaldo em nossa análise qualitativa das dissertações defendidas no período 1980-1989 no PPGHU que citaram obras de Thompson. Os números apontam, também, um quadro distinto das colocações de Chalhoub e Decca: entre 1980 e 1989, cerca de 60% dos trabalhos apresentados na instituição *nem mesmo listaram* qualquer obra do historiador inglês. Quando as referenciaram, contrariando a afirmação de Batalha sobre o “papel primordial” de *A formação*, as menções a *The Making* (em inglês, português ou espanhol) foram largamente suplantadas por aquelas a *Tradición, revuelta y consciencia de classe*.

⁴²⁴ Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Claudia Engler Cury e outros. *Saeculum Revista de História*, n. 20, 2009, p. 189 (Grifos nossos). Entretanto, pensando em escala nacional, Sidney Chalhoub afirmou, na mesma entrevista (p. 188-189), que: “a influência de Thompson se torna muito mais evidente no Brasil depois das traduções da Editora Paz e Terra, que são da segunda metade dos anos 1980 em diante. Eu acho que começa com aquela coleção que o Edgar de Decca coordenava”.

⁴²⁵ Entrevista com Edgar de Decca (concedida em 03/2001). In: MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 267-268 (Grifos nossos).

Qual seria o papel dessa memória que sugere uma preeminência, já nos anos 1980, dos referenciais teórico-metodológicos thompsonianos na produção discente do PPGHU e, conseqüentemente, na renovação historiográfica iniciada naquela década? Para um personagem como Decca, decisivo na disponibilização de obras do historiador inglês no Brasil, não deixa de ser uma maneira de reforçar sua própria importância naquele que teria sido um momento de “virada” na produção historiográfica nacional. Para aqueles, como Batalha, Chalhoub e Teixeira, que, nos anos 1990 e 2000, mantiveram-se, ainda que em graus variados, vinculados à obra thompsoniana, enfatizar a preeminência dos referenciais teórico-metodológicos do historiador inglês naquele que é tido como período crucial no desencadeamento de uma renovação da historiografia brasileira, pode ser visto como uma forma de se obter mais legitimidade para a continuidade e ampliação da recepção da obra do historiador inglês. Enfim, ao se apontar o “papel primordial” da obra thompsoniana nos anos 1980, reforçava-se sua imprescindibilidade, especialmente para a produção discente dos 1990 e 2000 do PPGHU sobre trabalhadores (livres e escravizados), que, como veremos no próximo capítulo, via-se, em boa medida, como desdobramento da renovação historiográfica iniciada nos anos 1980.

2.7.Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império

Foi, também, nos anos 1950, que teve início, na universidade brasileira, a primeira grande onda de estudos das ciências humanas e sociais sobre a escravidão. Mais uma vez, o terreno foi largamente hegemonizado pelos cientistas sociais, os quais tiveram, entretanto, que dialogar com uma significativa literatura nacional sobre o tema, que estabelecera, nas décadas anteriores, um conjunto de proposições bastante difundidas entre a intelectualidade. Descrevê-las, ainda que brevemente, é passo imprescindível para se aferir a profundidade da ruptura que se produziu, a partir de meados do século XX, com os novos estudos universitários que vieram a lume, os quais, por sua vez, estariam entre os alvos prioritários das críticas da renovada produção historiográfica que emergiria nos anos 1980.

Desde fins do século XIX, apoiando-se em autores clássicos do racismo “científico” europeu, intelectuais brasileiros produziram obras em que a escravidão e o negro eram apresentados como fatores deletérios no processo histórico de formação da

sociedade brasileira. Em alguns casos, a escravidão era revestida de alguma positividade, uma vez que teria estabelecido limites às influências africanas e imposto alguma disciplina aos negros, descritos como naturalmente inferiores devido às inescapáveis determinações biológicas de sua raça. Baseados em tais concepções, não foram poucos os autores que, ainda nas primeiras décadas do século XX, continuavam a propor o “embranquecimento” da população brasileira como elemento necessário ao progresso civilizacional do país⁴²⁶.

Influente contraponto à literatura racista então existente foi a publicação, em 1933, de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre⁴²⁷. Amparando-se em intenso diálogo com a antropologia cultural estadunidense e em fontes inovadoras, o clássico livro do escritor pernambucano destacava-se pela “percepção da importância da escravidão nas relações sociais do país e a tomada de consciência da mestiçagem”⁴²⁸. Contudo, a ênfase nas contribuições positivas dos africanos e seus descendentes para a formação social do Brasil era acompanhada por uma visão elogiosa das características que teriam conformado a escravidão brasileira, essencialmente branda e benevolente. Em uma sociedade perpassada por relações paternalistas, predominaria a empatia entre as raças e a amenidade nas relações senhor-escravo, o que explicaria a miscigenação, central para a redução das profundas hierarquias sociais. Tais ideias de Freyre reforçaram concepções que, nos anos 1930 e 1940, buscavam descrever o Brasil como uma espécie de “democracia racial”. Imagem que correu o mundo e influenciou autores, especialmente estadunidenses, os quais acentuaram o que seriam os traços mais desumanos da escravidão no mundo anglo-saxônico⁴²⁹.

Assim como *Casa Grande e Senzala*, outros estudos dos anos 1930 também enfatizaram a dimensão cultural na análise da formação da sociedade brasileira, sendo *Raízes do Brasil*, publicado, em 1936, por Sérgio Buarque de Holanda, um dos mais importantes. Nessa obra, entretanto, o enfoque recai, quase que exclusivamente, sobre a

⁴²⁶ Um panorama geral dessa produção é apresentado em: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. São marcos do pensamento racista e das propostas de “embranquecimento” as obras de Oliveira Vianna, especialmente: *Populações meridionais do Brasil* (1920) e *Evolução do Povo Brasileiro* (1923).

⁴²⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 28.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

⁴²⁸ SOUZA, Laura de M. “O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentários de quatro trabalhos recentes sobre escravidão no Brasil colonial”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 134.

⁴²⁹ QUEIROZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 104-105.

persistência das heranças ibéricas na cultura nacional⁴³⁰. Desse modo, é em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, que voltaremos a encontrar, em 1942, um tratamento mais amplo sobre o escravismo e o negro na sociedade brasileira⁴³¹. Elaborado a partir de referenciais teórico-metodológicos marxistas, o livro não era indiferente à dimensão cultural, mas buscava entendê-la a partir das relações de produção e das estruturas produtivas estabelecidas desde o período colonial, as quais seriam determinadas pelo “sentido da colonização”, isto é, o atendimento das demandas mercantis metropolitanas⁴³². Essa mesma lógica explicaria o uso intensivo de africanos escravizados como força de trabalho na colônia e a condição anárquica, inorgânica e desenraizada do segmento da população composto pelos homens livres destituídos dos meios de produção⁴³³. Inseridos na principal relação de trabalho da colônia, os negros escravizados, dados os aspectos degradantes da escravidão, teriam sua capacidade (re)produção cultural profundamente limitada. Afinal, “a determinação econômica e a alienação dela resultante fechariam o seu campo de expectativas, não lhe restando nenhum estímulo para assumir um ‘comportamento construtivo’, para investir na formação de uma ‘família estável’ ou para se empenhar no trabalho que lhe cabia”⁴³⁴.

A partir dos anos 1950, emergiu na universidade brasileira a produção da “escola sociológica paulista” sobre a escravidão e a presença do negro na sociedade brasileira pós-abolição⁴³⁵. Em contundente diálogo crítico com o pensamento freyriano e a ideia de democracia racial, a nova linhagem revisionista de estudos – em que era possível se identificar tanto inovadoras combinações de elementos marxistas e weberianos quanto permanências de aspectos do estrutural-funcionalismo⁴³⁶ – enfatizava não apenas a violência e a crueldade da escravidão mas também a amplitude e a persistência do

⁴³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴³¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁴³² PERICÁS, Luiz Bernardo e WIDER, Maria Célia. “Caio Prado Júnior”. In: SECCO, Lincoln e PERICÁS, Luiz B. (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁴³³ PINTO, Diana B. Corrêa. *A produção do novo e do velho na historiografia: debates sobre a escravidão*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2003, p. 26-29.

⁴³⁴ PINTO, Diana B. Corrêa. *A produção do novo e do velho na historiografia*, p. 33.

⁴³⁵ As origens dessa corrente de pesquisa/interpretação podem ser remetidas a BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: CEN, 1959. Importantes aspectos dessa publicação, que resultava de pesquisa patrocinada pela Unesco, foram, posteriormente, desenvolvidos na USP, redundando em obras como: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2v. São Paulo: Dominus, 1965; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962 e IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.

⁴³⁶ SILVA, Luiz F. *Pensamento social brasileiro*, p. 34 e 109.

racismo na sociedade brasileira⁴³⁷. Segundo Cardoso, por exemplo, determinada em seus aspectos fundamentais pelas necessidades da acumulação capitalista, a escravidão teria levado tanto à coisificação objetiva (isto é, sua condição de mercadoria) quanto à coisificação subjetiva (isto é, sua autoconcepção como não-homem) dos cativos⁴³⁸. Para afirmar sua humanidade, restaria ao escravo apenas a violência (do suicídio ao assassinato do senhor) e a fuga⁴³⁹. Uma vez que a maioria dos cativos não teria se engajado nessas formas de luta, abateu-se sobre eles os efeitos devastadores da escravidão. Estes colocariam obstáculos gigantescos à constituição de nexos sociais significativos entre os escravos, levando-os a uma condição anômica. Assim, no pós-1888, como nos informa Florestan Fernandes, diante da falta de um projeto político de “integração”, os ex-escravos e seus descendentes teriam sido lançados em uma ordem social competitiva na qual dispunham de escassa possibilidade de êxito.

Desde meados dos anos 1960, muitas vezes em sintonia com posições da “escola sociológica paulista”, historiadores universitários escreveram trabalhos de grande relevância sobre a escravidão⁴⁴⁰. Entretanto, foi na década de 1970 que a historiografia universitária produziu um substancial conjunto de estudos sobre a temática. Influenciados, principalmente, pela escola dos *Annales* e vertentes do marxismo, tais trabalhos apresentaram abordagens inovadoras e deram ensejo a grandes polêmicas, destacando-se os acalorados debates relativos ao “modo de produção”⁴⁴¹.

Trilhando caminhos abertos por Caio Prado Jr., mas lançando-se a novas direções, Fernando Novais sustentou que as características assumidas pela colônia portuguesa na América somente poderiam ser entendidas nos quadros do “Antigo sistema colonial”, o qual, por sua vez, deveria ser pensado no interior do processo de acumulação primitiva que permitiu o surgimento do capitalismo industrial na Europa⁴⁴².

⁴³⁷ Vale lembrar que foram apontados, também, problemas metodológicos da obra de Freyre, como a equivocada generalização no tempo e no espaço de uma modalidade específica de escravidão. Cf. QUEIRÓZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

⁴³⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962, p. 155.

⁴³⁹ A partir de fins dos anos 1950, ganha força, também, uma importante corrente de estudos que, sem deixar de apontar a violência como viga mestra da escravidão, concentra seu interesse na rebeldia negra. São significativos expoentes: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo; Edições Zumbi, 1959 e FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1973.

⁴⁴⁰ Um dos clássicos do período é: COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966.

⁴⁴¹ PINTO, Diana B. Corrêa. *A produção do novo e do velho na historiografia*, p. 44.

⁴⁴² NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: CEBRAP, 1974.

Contrapondo-se a importantes aspectos das proposições de Novais, Jacob Gorender⁴⁴³ e Ciro Cardoso⁴⁴⁴ destacaram-se na elaboração da teoria do “modo de produção escravista colonial”, o qual, afirmavam, teria relativo grau de autonomia, devendo, portanto, ser cuidadosamente investigado em seus mecanismo internos de organização e reprodução sistêmica. Em que pese as significativas discordâncias entre os autores mencionados, todos eles operavam no terreno das vertentes estruturalistas do marxismo, indicando-nos a grande influência de que elas desfrutavam no período. Eles partilhavam, consequentemente, a concepção de que a realidade social era “uma *totalidade* articulada por determinantes gerais e crivada por contradições”⁴⁴⁵. Ainda que os estudos que tomavam o “modo de produção” como categoria explicativa central não ignorassem a contradição entre senhores e escravos, esta era, frequentemente, secundarizada nas investigações, pouco se avançando em pesquisas empíricas sobre as formas e repercussões desse conflito⁴⁴⁶.

Tal quadro começou a se modificar já na segunda metade dos anos 1970, quando alguns brasilianistas buscaram analisar mais detidamente a grande variedade de formas de luta travadas pelos cativos no interior da própria relação escravista, sugerindo, por exemplo, que os escravos se (re)apropriavam de elementos do paternalismo do senhores segundo seus próprios interesses, o que indicava a necessidade de se investigar as visões escravas das escravidão⁴⁴⁷. Com velhos ou novos enfoques, expandia-se, também, o uso sistemático de certos tipos de fontes, como os “autos-crime”⁴⁴⁸. Em 1979, Kátia

⁴⁴³ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. Vale apontar que, apesar de não ser um historiador universitário, Gorender produziu trabalhos de grande rigor científico que impactaram os meios acadêmicos.

⁴⁴⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. “O modo de produção escravista colonial na América”. In: SANTIAGO, Théo A. (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

⁴⁴⁵ PINTO, Diana B. Corrêa. *A produção do novo e do velho na historiografia*, p. 49-50.

⁴⁴⁶ É importante frisar que, em termos teóricos, partidários do “modo de produção escravista colonial” postulavam a luta entre senhores e escravos como o polo central do conflito social sob a escravidão. Isso resultou, por exemplo, em trabalhos que exploraram a possibilidade de espaços de autonomia escrava, como: CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou Camponês?: o proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴⁴⁷ Impossível não mencionar o clássico artigo sobre a revolta dos escravos do Engenho Santana: SCHWARTZ, Stuart. “Resistance and accommodation in eighteenth century Brazil: the slaves view of slavery”. *The American Historical Review*, 57 (1) 1977. Segundo Silvia H. Lara: “um dos primeiros trabalhos a analisar a relação senhor-escravo no Brasil a partir da noção thompsoniana de paternalismo, ainda que preferindo o termo ‘clientelismo’, foi o de Robert W. Slenes e Pedro Carvalho de Mello. ‘Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888’. In: *IX Congresso Mundial de Sociologia*. Uppsala, agosto de 1978 (mimeo)”. Cf. “*Blowin’ in the wind*”: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 47 (nota 12).

⁴⁴⁸ QUEIRÓZ, Suely R. R. *Escravidão negra em São Paulo: um estudos das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

Mattoso publicou, em francês, *Ser escravo no Brasil*⁴⁴⁹, livro apontado, frequentemente, como “prenúncio” de importantes aspectos que, nos anos seguintes, caracterizariam a nova produção historiográfica brasileira sobre a escravidão⁴⁵⁰. Nessa obra, amparada em ampla documentação sobre a escravidão em Salvador, Mattoso questionava a imagem do escravo como “vítima absoluta da escravidão”, afirmando sua capacidade de desenvolver “estratégias de sobrevivência e negociação, no sentido de ampliar seus espaços de autonomia econômica, social e cultural, ainda sob o cativo, mas também buscando superar o cativo”. Sem negar a importância da violência, a autora salientava, também, “outros métodos mais sutis de dominação” vigentes no escravismo⁴⁵¹.

Ainda que tais caminhos pioneiros já estivessem esboçados no fim da década de 1970, foi nos anos 1980 que a onda de renovação teórico-metodológica ganhou escala na historiografia brasileira sobre a escravidão. Assim, em 1989, após constatar o crescimento da publicação de trabalhos e teses universitárias sobre a temática, algo que teria contado com o estímulo das efemérides relacionadas ao Centenário da Abolição⁴⁵², um balanço bibliográfico do período não hesitou em afirmar que o “estudo da escravidão no Brasil é hoje um dos campos mais férteis de nossa historiografia”⁴⁵³. Sem dúvida, a obra de E. P. Thompson era um dos elementos dessa fertilidade, o mesmo ocorrendo com a produção discente do PPGHU, que passamos agora a analisar.

O trabalho de Célia Azevedo⁴⁵⁴ é a primeira dissertação defendida no PPGHU que trata de um tema relacionado à escravidão e que referencia uma obra de E. P. Thompson em sua bibliografia: *Tradición, revuelta*. Chama a atenção o fato de a autora não ter se valido de *La formación*, obra que, como sabemos, circulava entre os alunos do PPGHU, especialmente considerando que a narrativa apresentada por Azevedo

⁴⁴⁹ MATTOSO, Katia de Queirós. *Être esclave au Brésil*. Paris: Hachette, 1979. A primeira edição em português é: MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁴⁵⁰ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 14.

⁴⁵¹ REIS, João José e SOUZA, Evergton Sales. “Kátia Mytilineou de Queirós Mattoso”. *Afro-Ásia*, n. 48, 2013, p. 369-370.

⁴⁵² A ampla produção acadêmica do período não foi elaborada em um contexto de festejos. Pelo contrário, criado em 1978, o Movimento Negro Unificado teve importante papel em denunciar, no Centenário da Abolição, os limites do fim da escravidão e as mazelas enfrentadas pela população negra no presente. Cf. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 6.

⁴⁵³ SOUZA, Laura de M. “O escravismo brasileiro nas redes do poder”, p. 134.

⁴⁵⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário das elites: racismo, imigrantismo e abolicionismo em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1985 (Orientador: Peter Louis Eisenberg).

organiza-se de modos que muito lembram aqueles presentes no clássico livro thompsoniano. Do ponto de vista das referências teórico-metodológicas, além de Thompson, a autora recorre, talvez de modo mais intenso que ao historiador inglês, a textos de Cornelius Castoriadis, como se verá mais detidamente. Michel Foucault é mobilizado, fundamentalmente, por suas afirmações sobre determinados conteúdos. Destacam-se, ainda, na bibliografia empregada pela autora, textos clássicos de Marx e de historiadores estadunidenses da escravidão (especialmente, Eugene Genovese).

Azevedo investiga a instituição do mercado de trabalho livre no Brasil do século XIX. Segundo a autora, ao longo deste século, o tema do “negro livre” teve grande espaço no debate público brasileiro, dando origem a, pelo menos, três propostas distintas: a emancipacionista, a imigrantista e a abolicionista. A primeira e a terceira partilhavam a ideia de aproveitamento do próprio negro no mercado de trabalho livre. Contudo, enquanto emancipacionistas vislumbravam um longo processo de transição, com forte atuação disciplinadora do Estado, abolicionistas, especialmente no período imediatamente anterior à Lei Áurea, pautaram-se pela exigência de liberdade imediata e incondicional. Os imigrantistas, por sua vez, elaboraram a proposta de substituição do negro pelo imigrante. Evidenciar os diversos aspectos que levaram essa alternativa a se sobrepor, pelo menos em São Paulo, às outras duas é a tarefa que Azevedo realiza na segunda parte de sua dissertação. Na compreensão desse processo, a autora formula seu problema/hipótese nos seguintes termos:

Partindo da constatação crítica de que a situação marginal do negro em relação aos trabalhadores estrangeiros tem sido tratada na maioria dos estudos como algo já dado e inevitável, em decorrência de uma suposta influência deformadora da escravidão e conseqüente incapacidade do negro para o trabalho não imediatamente coercitivo, proponho-me a responder à seguinte questão: até que ponto a imagem de uma massa inerte, desagregada, inculta, sem grande importância naquele momento, na medida em que já teria saído marginal da escravidão, não surgiu do âmbito de formulações de teor étnico-racista que justamente procurariam com isso justificar a necessidade de imigração européia em substituição ao negro?⁴⁵⁵

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa de Azevedo procura destacar a centralidade da ação humana na configuração dos processos históricos, salientado, especialmente, a agência dos escravos. Assim, já na introdução de sua dissertação, Azevedo remete ao texto *La sociedad inglesa*, artigo thompsoniano de fins dos anos 1970, para afirmar que:

⁴⁵⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 5-6 (Grifos nossos).

Há ainda um aspecto essencial que não encontra lugar em toda esta discussão referente à irracionalidade da escravidão, assim como a de seus agentes de trabalho em contraposição à racionalidade do trabalho livre e de seus agentes por excelência, os imigrantes europeus. Refiro-me à faceta esquecida de uma história desumanizada, ou seja, à multidão de indivíduos que anonimamente fazem a história, vivendo em seus cotidianos diferenciados social e culturalmente, relações de amizade e de conflito e construindo num processo de tensões, embates e acomodações os próprios resultados históricos que anos depois serão tomados como ponto partida pelos pesquisadores de sua época [inserção da Nota 18].⁴⁵⁶

[Nota 18] E. P. Thompson chama a atenção para este aspecto em “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?” In: *Tradición, revuelta e consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979. Também faz o mesmo, Peter Linebaugh em “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1984.⁴⁵⁷

Logo na sequência, ainda que não remetendo explicitamente a Thompson, Azevedo realiza uma dura crítica das interpretações que se pautam pelo determinismo econômico e que negam a concepção de história como processo aberto construído pela luta de classes:

Raramente entrevistas a não ser quando se tem uma perspectiva explicitamente antropológica, as relações humanas (e sociais) ficam obscurecidas pela visão das relações de produção determinadas por aquele esquema implacável do desenvolvimento das forças produtivas. Ao final de tudo o que nos resta é reconhecer uma realidade imanente à história – ou no caso deste trabalho, a tão mencionada “lógica do capital” –, e a partir dos resultados tidos por inevitáveis (frutos dessa mesma lógica...) procurar explicar porque se formularam determinadas políticas, porque se construíram determinadas instituições, porque determinados agentes se marginalizaram em vidas miseráveis enquanto outros ascenderam social e politicamente.

Mas se ao invés disso nos perguntássemos como se chegou a tais resultados; se ao invés de simplesmente aceitarmos os resultados históricos – procurando sempre justificá-los à luz de uma pretensa racionalidade histórica, fôssemos aquém deles buscando os caminhos que neles resultaram; talvez então se pudesse tomar a história como uma grande viagem, do tipo daquelas que não se conhece o destino e em que os viajantes lutam para atingir os fins de seu interesse, chocando-se ao mesmo tempo com os desejos de outros indivíduos igualmente empenhados em vencer a trajetória da vida da melhor maneira possível.⁴⁵⁸

Coerentemente com tal proposta, Azevedo sustenta a tese de que a vitória da proposta imigrantista em São Paulo deu-se, a partir de fins dos anos 1870, num contexto em que, desde a década anterior, a população escrava intensificava suas ações de insubordinação⁴⁵⁹. Medidas institucionais, como a Lei do Ventre Livre (1871), teriam sido vistas pelos escravos como indicadores de que o fim da escravidão era uma questão de tempo, estimulando, assim, ações que pudessem abreviar essa espera (“impaciência dos escravos pela liberdade”⁴⁶⁰). Portanto, na interpretação de Azevedo, os escravos são

⁴⁵⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 11.

⁴⁵⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 23.

⁴⁵⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 11-12.

⁴⁵⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 333.

⁴⁶⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 316.

caracterizados como agentes que, num processo de lutas de classes, disputavam os próprios rumos da abolição e da constituição de um mercado de trabalho livre:

A minha hipótese é que o imigrantismo, bem como a formulação correspondente de seu ideário racista deve ser visto tal qual uma arma ou instrumento político, manejado contra os negros, adversários temidos do cotidiano passado, presente e futuro, e cuja resistência disseminada, e por isso mesmo difícil de ser coibida, objetiva-se de alguma forma neutralizar, substituindo-os por uma massa de imigrantes brancos. *Metodologicamente portanto, isto significa interpretar a história como um processo circunstancial, sem determinações fixas e isoladas, ou como um movimento incessante e imprevisível de conflitos de classes e conflitos inter-classes.*⁴⁶¹

Até agora ouvimos os ecos das revoltas de escravos nas fazendas e vilas a ressoar no recinto da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, *impulsionando por um lado a votação de drásticas medidas anti-tráfico e por outro a própria formação de uma forte corrente de políticos imigrantistas, sobretudo a partir dos últimos anos da década de 1870.*⁴⁶²

São estes conflitos ou mesmo a latência destas disputas cotidianas, disseminadas, não necessariamente captadas ou reconhecidas pelas instituições dominantes como a “causa” do seu agir, que impulsionam os sujeitos sociais a tomarem atitudes políticas sempre constantemente reformuladas. *A mentalidade (ou a consciência) se faz nestas lutas, sob a impulsão delas e nelas se refaz, não guardando portanto uma relação causal direta e racionalmente emanada de estruturas econômicas* [inserção da Nota 122].⁴⁶³

[Nota 122] A respeito do conceito de classe utilizado aqui, ver E. P. Thompson, “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?”. In: op. cit.⁴⁶⁴

Nas passagens anteriores, fica bastante evidente a intensa apropriação de conceitos-chave thompsonianos por Azevedo. A autora utilizou a noção de classe como relação/processo e a de consciência de classe como fenômeno histórico. Negou, também, qualquer forma de determinismo (especialmente, o econômico), colocando a luta de classes no centro do processo histórico. Isso sem mencionar a afirmação específica de conteúdo histórico: o imigrantismo/racismo foi uma arma de que se valeram os dominantes diante do fortalecimento da posição dos escravos/ex-escravos na luta de classes. Enfim, os escravos têm agência. Não são passivos. Suas ações, mesmo quando isoladas, têm um sentido político que influencia o curso dos processos históricos.

Em que pese as menções a Thompson, em outras opções teórico-metodológicas decisivas, que, inclusive, poderiam ser sustentadas a partir do historiador inglês, é a Cornelius Castoriadis que Azevedo recorre:

Há ainda outro aspecto a ser ressaltado em relação à postura metodológica adotada nestes estudos relativos à abolição. Só se reconhece importância às lutas que aparecem de forma

⁴⁶¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 269 (Grifos nossos).

⁴⁶² AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 310 (Grifos nossos).

⁴⁶³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 270 (Grifos nossos).

⁴⁶⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 301.

explícita, isto é, aquelas cujas razões podem ser remetidas às premissas adotadas e que atestam uma racionalidade do desenvolvimento histórico. Já as pequenas lutas disseminadas pelo cotidiano, não organizadas num todo coerente e dotado de ideário próprio, e quase sempre reprimidas e derrotadas, são deixadas de lado. Segundo Castoriadis, estas são “lutas implícitas” aparecem como elementos indefinidos que não se encaixam na pressuposição da racionalidade já dada no real e não passam pelas instituições desse mesmo real, sendo em decorrência relegadas como algo sem maior importância. Por isso mesmo não merecem espaço em pesquisas e são minimizadas ou mesmo silenciadas pela produção historiográfica [inserção da Nota 3].⁴⁶⁵

[Nota 3] Ver C. Castoriadis, op. cit. e em especial o texto “Dúvidas na história das lutas operárias”, in *Oitenta*, Porto Alegre, LP&M, nov/dez 1979, vol. 1.⁴⁶⁶

Quando se trata de criticar investigações marxistas sobre o tema a que se dedica, Azevedo opta, mais uma vez, por amparar-se em Cornelius Castoriadis:

(...) nos estudos mais recentes que reconhecem a resistência secular dos negros, a ideia que se passa é de que o negro, apesar de toda a sua rebeldia, estava impossibilitado de conferir um sentido político em suas ações, dadas as próprias condições objetivas de um modo de produção que os reduziria irremediavelmente à alienação ou à incapacidade de assumir por si só uma consciência de classe.⁴⁶⁷

Preocupados em apresentar o movimento da história à luz da luta de classes, estes estudos [que “têm origem no ideário marxista”] perdem-se porém nos meandros de uma postura racionalista que se remete a todo instante à estrutura econômica em busca de uma explicação última para os eventos históricos. De acordo com ela, as classes sociais são determinadas por esta estrutura ou pelas condições objetivas de um dado momento histórico, enquanto suas consciências expressam esta mesma estrutura ou o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, dependendo da posição econômica ocupada por cada uma delas.⁴⁶⁸

Ao invés de possibilidade, a história seria algo fechado em determinações objetivas, cuja totalidade possuiria um sentido de destinação, conduzindo a um “fim da história”, segundo expressão de Cornelius Castoriadis [inserção da Nota 1].⁴⁶⁹

[Nota 1] Ver a respeito dessa crítica aos fundamentos marxistas, Cornelius Castoriadis – *A instituição imaginária da sociedade*, RJ, Paz e Terra, 1982, pp. 68-69. Já de uma perspectiva marxista, Maria Sylvia de Carvalho Franco critica aqueles que tomam as formulações de Marx para reduzi-las a “modelos” (...), “Organização Social do Trabalho no Período Colonial”, in Paulo Sergio Pinheiro (coord.). – *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*, RJ, Paz e Terra, 1984.⁴⁷⁰

Novamente, ainda que pudesse ter sustentado a tese da agência escrava e a crítica ao determinismo econômico a partir de E. P. Thompson, Azevedo decidiu fundamentá-la em Castoriadis. Nesse momento, confrontando toda uma vertente historiográfica que “tem origem no ideário marxista”, a autora não via maiores problemas em se valer, simultaneamente, de referenciais teórico-metodológicos não marxistas e thompsonianos, estes, por sinal, não são, explicitamente, filiados ao

⁴⁶⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 309-310.

⁴⁶⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 352.

⁴⁶⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 306.

⁴⁶⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 307.

⁴⁶⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 307.

⁴⁷⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 351 (Grifos nossos).

marxismo pela autora. Entretanto, para indicar que entre os próprios marxistas haveria diferentes vertentes, Azevedo vale-se de uma menção a Maria Sylvia de Carvalho Franco, relativizando, assim, a ideia de uma homogeneidade resultante do “ideário marxista”.

Ao recusar a imagem do negro livre “inadaptável” ao mercado de trabalho brasileiro que se (re)configurava em fins do século XIX, vendo-a como parte das ações das elites para responder ao crescente fortalecimento dos escravos na luta de classes, Azevedo abertamente rebate afirmações que, reproduzindo alguns aspectos dessa imagem, estruturavam, desde os anos 1960, importantes trabalhos de conhecidos expoentes da sociologia uspiana:

Desde a publicação do livro de F. Fernandes em 1964 [*A integração do negro na sociedade de classes*] – cujo valor inestimável, diga-se de passagem, é o de ter revelado uma sociedade profundamente racista –, prevalece na historiografia da transição este quadro bem montado da marginalização inevitável do negro por força da própria herança da escravidão carregada por ele. Ao negro apático, despreparado em termos ideológicos para o trabalho livre, costuma-se contrapor o imigrante disciplinado e responsável, já suficientemente condicionado à ética do trabalho assalariado, em que capacidades de iniciativa e de auto-sacrifício combinam-se de forma maleável a fim de atender aos anseios de mobilidade e ascensão social. Além disso e também ao contrário do imigrante, o negro não possuiria aqueles laços familiares tão necessários para a reprodução e estabilidade de sua força de trabalho.⁴⁷¹

Outros importantes estudos secundaram as proposições de Florestan Fernandes, dentre os quais destacam-se os de Fernando Henrique Cardoso [*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*], Octávio Ianni [*Raças e classes sociais no Brasil; Escravidão e Racismo; Metamorfoses do Escravo*] e José de Souza Martins [*Imigração e a Crise do Brasil Agrário; O cativo da terra*]. Também para estes o ex-escravo se negava ao trabalho ou então era incapaz de se adequar aos esquemas contratuais do trabalho livre, deixando-se vencer facilmente pela concorrência dos imigrantes europeus no mercado de compra e venda de força de trabalho. Assim tornou-se possível justificar a necessidade da política de imigração européia, empreendida principalmente a partir das últimas décadas do século XIX, com um argumento certo: o despreparo e a incapacidade do ex-escravo não deixou outra alternativa aos governantes esclarecidos e progressistas de então, a não ser atrair uma massa enorme de europeus em substituição ao negro no mercado de trabalho livre.⁴⁷²

Para Azevedo, portanto, um conjunto de expoentes da sociologia uspiana, apesar de buscar uma visão crítica sobre o racismo na sociedade brasileira, acabava por reiterar certos aspectos da tese étnico-racista dos imigrantistas sobre a inadaptabilidade da ex-população escrava para atuar em um mercado de trabalho livre. Alguns dos elementos centrais dessas proposições eram confrontados pela própria pesquisa de Azevedo. No enfretamento de outros, ela recorria a pesquisas de professores do PPGHU. Robert

⁴⁷¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 7.

⁴⁷² AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 6-7. Os livros de Cardoso, Ianni e Martins não são referenciados nas notas desse trecho pela autora. As indicações que incluímos nessa citação foram extraídas da bibliografia de Azevedo.

Slenes, recém-chegado ao PPGHU, por exemplo, era mobilizado para contestar a tese de que “o negro não possuiria aqueles laços familiares tão necessários para a reprodução e estabilidade de sua força de trabalho”⁴⁷³. O próprio orientador de Azevedo, Peter Eisenberg, propiciava aos seus alunos do PPGHU ocasiões para que repensassem o tema do negro livre e, mais amplamente, do trabalhador nacional do século XIX. Segundo a autora:

Por último, mas não menos importante, é preciso lembrar aqui o seminário de Peter sobre um ensaio de sua autoria, “O Homem Esquecido: O Trabalhador Livre Nacional no Século XIX – Sugestão para uma Pesquisa” [Anais do Museu Paulista/USP, tomo XXVIII, separata, 1977/1978] que realmente me abriu novas perspectivas para encarar a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.⁴⁷⁴

Para Azevedo, o discurso construído pelas elites sobre o negro livre marcava tão profundamente os temas da abolição e da formação do mercado de trabalho livre que, ao se trabalhar com a noção da agência escrava nesses processos, até mesmo as periodizações tradicionalmente aceitas deveriam ser revistas:

Por isso mesmo, por privilegiarem a ação da classe dominante e/ou classe média, estes estudos acabam por assumir a fala desses agentes, ficando assim *o objetivo de resgatar a ação dos dominados, no caso, os escravos*, obscurecido e mesmo sem sentido, uma vez que toda a pesquisa – não importa o quanto rica seja –, confluirá para demonstrar o seu papel auxiliar na História. *A própria periodização escolhida para estes estudos prende-se a razões expostas pelas falas daqueles que conseguiram se impor no cenário político-institucional, os vencedores da história.* Assim, como os abolicionistas passaram a atuar mais enfaticamente na década de 1880, combinando a atuação parlamentar e propaganda impressa e oral com movimentados comícios e manifestações de rua, esta época costuma ser eleita para a abertura das pesquisas.⁴⁷⁵

Focada na província de São Paulo, a dissertação de Azevedo vale-se de tipos documentais bastante recorrentes na produção historiográfica: livros, jornais, atas de sessões do poder legislativo provincial, relatórios dos chefes de polícia etc. Entretanto, como vimos, não há dúvida de que o “olhar” lançado a esse conjunto de fontes foi inovador em diversos aspectos.

⁴⁷³ “Robert Slenes contesta este ponto de vista de F. Fernandes e que a historiografia em geral assume. Ver a respeito – *Escravidão e Família*: casamento e compadrio entre os escravos de Campinas no século XIX (mimeo., pesquisa em andamento).” Cf. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 20 (nota 9).

⁴⁷⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 21. Na bibliografia, a autora também lista: EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977; EISENBERG, Peter L. “Escravo e proletário na história do Brasil”. *Estudos Econômicos*, IPE/USP, v. 13, n. 1, 1983.

⁴⁷⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário...*, p. 309.

Importantes inovações, particularmente em termos de abordagem, também estão presentes no trabalho de Maria Lúcia Lamounier⁴⁷⁶, primeira dissertação defendida no PPGHU a valer-se de *Whigs and Hunters*, por sinal, o único texto thompsoniano referenciado pela autora. Em relação à bibliografia, é importante destacar o intenso uso de textos de professores do PPGHU, especialmente de Michael Hall e de Ademir Gebara. Em boa medida, o trabalho de Lamounier está relacionado ao artigo, publicado em 1983, por Michael Hall e Verena Stolcke sobre o estabelecimento do trabalho livre nas fazendas paulistas⁴⁷⁷, no qual o principal argumento é que as inflexões nas modalidades de “contratos de trabalho” deviam-se à dinâmica da luta de classes.

Em sua dissertação, Lamounier se dedica ao estudo da “Lei de locação de serviços de 1879”. Aprovada em dezembro do ano anterior na Câmara dos Deputados, ela:

regulamentava os contratos efetivados especificamente na agricultura, com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições dos sistemas de parceria agrícola e pecuária e locação de serviços. Cuidando principalmente das garantias necessárias para o cumprimento dos contratos, a nova lei de locação de serviços previa com acuidade as faltas e negligências dos contratantes e dispunha detalhadamente do processo e das penalidades competentes. Inovava em muitas de suas disposições instituindo novos moldes de relações entre os fazendeiros e seus trabalhadores. A grande novidade, ficava, sem dúvida, por conta das disposições anti-greves, as primeiras na legislação brasileira. Afinal, até então, quando os trabalhadores faziam as chamadas paredes, deviam ser processados individualmente, pois não havia um dispositivo na legislação que permitisse processá-los coletivamente.⁴⁷⁸

Sendo mais específica, Lamounier esclarece que seu objetivo é “perceber o conteúdo, significado e implicações das leis de locação de serviços, particularmente a lei de 1879, suas relações com a Lei do Ventre Livre, e com os movimentos de tensão entre fazendeiros e trabalhadores, movimentos reivindicatórios e/ou grevistas ocorridos nas décadas de 50, 60 e 70”⁴⁷⁹. Na própria maneira como Lamounier formula seu objetivo, é fácil notarmos a incorporação de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos, o que, de qualquer modo, a autora deixa bastante explícito em outra passagem do texto:

⁴⁷⁶ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1986 (Orientador: Michael Hall).

⁴⁷⁷ STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. “Introdução do trabalho livre nas fazendas de Café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983.

⁴⁷⁸ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 1.

⁴⁷⁹ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 17.

Ora, entendemos que as condições de estruturação e regulamentação de um mercado de trabalho livre se constituem no embate de relações de exploração e ação e resistência dos trabalhadores a esta [inserção da Nota 3]. E que neste espaço de conflito a lei deve ser vista não como algo passivo e reflexivo, mas como força ativa e parcialmente autônoma [inserção da Nota 4]. *O papel das leis deve ser analisado para além de uma função meramente instrumental de um poder de classe. Ou antes, pensamos, a lei deve ser vista, e aqui concordamos com Thompson* [inserção da Nota 5], *como agenciando as relações entre as classes, como mediação e reforço destas relações e, ideologicamente, como aquilo que lhes fornece legitimação: a lei mediatiza as relações entre as classes ou as classes não se expressam aleatoriamente, mas através das formas da lei.* Enquanto ideologia, a lei é referida à ação dos homens e aparece como constitutiva do social – espaço onde se constituem as relações entre os homens, e através das quais é constituído –, campo onde adquire um caráter de *concretude* e *movimento*. A lei, ao agenciar as relações entre as classes, definindo um campo (também simbólico) de ação dos homens não pode ser de forma evidente parcial e injusta. Na sua forma de ideologia o direito não se apresenta como um corpo de regras e normas que paira sobre o conjunto social, ou mesmo como uma instância separada e “dominante” a que os homens estariam submetidos. O direito – instituindo formas de relações entre as classes e sendo aí, ao mesmo tempo (no mesmo lance) instituído, exercendo uma função de legitimação – não pode ser pensado em termos de uma “ilusão”, “mistificação”, ou “maniqueísmo” de grupos. As leis definindo e sendo definidas neste espaço de relações entre os homens têm de ser vistas neste mundo “vívido” de significados e valores e “experimentado” na prática.⁴⁸⁰

[Nota 3] O que ele (o capitalista) conseguirá extrair como rendimento efetivo vai depender de uma luta que não se interromperá nem por um segundo durante a jornada de trabalho. Cf. CASTORIADIS, C. “Dúvidas na história das lutas operárias”. In *Oitenta*. Porto Alegre (1), primavera 1979, p. 120-121.

[Nota 4] GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon, 1974, p. 26. O estudo de Genovese fornece elementos preciosos para se pensar o papel de uma legislação em sociedades escravistas e a função “hegemônica” da lei. A ideia de “hegemonia”, que desde Gramsci, é central no marxismo ocidental, implica antagonismos de classe e, para uma época histórica dada, a habilidade de uma classe particular em situar ou conter estes antagonismos num terreno onde sua legitimidade não possa ser perigosamente questionada. A hegemonia de alguns grupos sobre o conjunto da sociedade pressupõe, pois, para se efetivar, um nível de legitimidade juridicamente fundada. Para a ideia de “hegemonia” como um sistema vívido de significados e valores, experimentados como práticas, e sentidos ativamente, ver: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 110-137.

[Nota 5] THOMPSON, E. P. *Whigs and Hunters (The origins of the Black Act)*. Harmondsworth: Penguin, 1977, p. 262-263.⁴⁸¹

Lamounier articulou, em um parágrafo, referências a Castoriadis, Eugene Genovese, Thompson e Raymond Williams (e mais vagamente a Gramsci). A partir de *Whigs and Hunters*, a autora facilmente conseguiria sustentar a hipótese de que a luta de classes é elemento decisivo no processo em que se definem as condições de estruturação e regulamentação de um mercado de trabalho livre. Entretanto, ela opta por indicar o caráter contínuo/generalizado da luta de classes por meio de C. Castoriadis. Por sua vez, é a Genovese que a autora recorre para caracterizar “a lei como força ativa e parcialmente autônoma”, vinculando essa discussão ao conceito de hegemonia, que é remetido a Gramsci e Raymond Williams. Ainda que iniciada a partir de Genovese, a

⁴⁸⁰ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 9-11 (Grifos nossos).

⁴⁸¹ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 9-11 (para as notas 3, 4 e 5).

negação da “função meramente instrumental da lei” é desenvolvida, fundamentalmente, a partir das indicações apresentadas por Thompson, em *Whigs and Hunters*. Assim, em Lamounier, como já vimos em outras dissertações, a centralidade da luta de classes e a agência dos trabalhadores nos processos históricos – elementos que, hoje, quase automaticamente vinculamos à obra de Thompson – são discutidas, também, a partir de outros autores, entre os quais se destaca Cornelius Castoriadis.

Coerentemente com suas referências teórico-metodológicas, “tentando privilegiar”, como escreve Lamounier, “as ações dos homens, suas motivações e suas lutas”, a dissertação apresenta diversos indícios que “nas relações de força entre os vários atores em cena, forjam-se e delineiam-se diversas possibilidades para a transição”⁴⁸²:

Neste momento privilegiado, onde modos diversos e possíveis de transformação se manifestavam, cristalizações de relações particulares de trabalho não se verificaram ao léu. Definidas nos termos dos vários tipos de contratos de serviço então utilizados (parceria, locação de serviços, salários (tipo Nova-Louza) e outros mistos, *foram o resultado das experiências de conflitos, da luta entre a atuação dos fazendeiros e ação de resistência dos trabalhadores*.⁴⁸³

Nesse processo, em que, na luta de classes, novas relações de trabalho se forjavam, surge, também, a Lei de 1879, que tanto expressava quanto buscava conformar conflitos e relações fundamentais da sociedade brasileira de fins do século XIX:

Entendemos que o papel da lei deve ser delineado tanto a partir da seleção particular das experiências que lhe forneceram os fundamentos quanto das possibilidades de relações que tal seleção apontava.⁴⁸⁴

Tateando nas novas relações que se estabeleciam, os fazendeiros buscavam as condições de garantir suas expectativas de lucro e a recuperação em tempo previsto do capital investido. Como um meio de restringir os conflitos a limites e condições desejáveis, apelava-se para alterações nas disposições contratuais, demarcando mais explicitamente os termos dos contratos ou introduzindo um novo sistema de trabalho, e lançava-se mão de pormenorizados regulamentos internos às colônias, bem como de modificações nas disposições legais que regulamentavam e garantiam o cumprimento dos contratos de trabalho. *Estas tentativas de delimitação do espaço em que devia se acomodar contratados e contratantes – formas e regras que demarcavam o campo de atuação dos agentes e mediação entre eles – eram resultantes de relações de força entre os fazendeiros e seus trabalhadores. Constituíam uma seleção particular das experiências de conflito vivenciadas por estes agentes, buscando eliminar os pontos de divergência e cuidando de manter (ou reforçar) a relação diferenciada de poder existente entre contratados e contratantes*.⁴⁸⁵

⁴⁸² LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 167.

⁴⁸³ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 162 (Grifos nossos).

⁴⁸⁴ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 4.

⁴⁸⁵ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 162 (Grifos nossos).

Como se pode constatar, Lamounier investiga a transição da escravidão ao trabalho livre como um longo processo de luta de classes em que, além dos conflitos entre imigrantes/escravos e fazendeiros, são consideradas também as divergências no interior da elite, especialmente aquelas que se estabeleciam entre proprietários de terras do “norte” e do “sul”. Na narrativa da autora, as ações dos trabalhadores, mesmo sendo realizadas fora daqueles que eram considerados como os principais espaços político-institucionais do período, acabam por repercutir sobre esses últimos. Tais argumentos questionavam, como vimos na dissertação de Célia de Azevedo, muitas das produções historiográficas então existentes. Apesar disso, Lamounier raramente identifica seus “antagonistas”. Na passagem abaixo, por exemplo, em que pese o tom da afirmação, a autora nem mesmo indica em nota os alvos de seu comentário:

O modo pelo qual se passou da escravidão ao trabalho livre no Brasil, usualmente referido em termos de um “período de transição”, é tema constante em nossa historiografia. Tal acontecimento por vezes é analisado ora encarnando o caráter de uma linearidade através da qual se reduzem a diversidade e a complexidade das relações que o compõem, ora sob o jugo de determinações econômicas às quais escapa a dinâmica própria da atividade dos homens.⁴⁸⁶

Em termos de fontes, Lamounier apoia-se, fundamentalmente, naquelas produzidas em instituições estatais: atas de reuniões, discursos proferidos em assembleias legislativas, pareceres, relatórios, projetos de leis, legislação promulgada etc. Enfim, a autora não trabalhou com uma documentação que lhe permitisse se aproximar mais do ponto de vista dos escravos/imigrantes sobre a luta de classes travada. Nesse sentido, lembremos que Thompson, em *Whigs and Hunters* buscou caracterizar, em detalhes, os “Negros” e suas ações antes de adentrar os salões em que a Lei Negra era elaborada.

Diferentemente da dissertação de Lamounier, a tese de Sidney Chalhoub⁴⁸⁷, defendida em 1989, é um trabalho focado nas “visões” dos subalternos. Trata-se da produção discente do PPGHU que, nos anos 1980, mais se valeu, em extensão e intensidade, de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos, sendo mencionados os textos: *Time, Work-discipline; The moral economy; Anthropology and the discipline*;

⁴⁸⁶ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão...*, p. 167.

⁴⁸⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1989 (Orientador: Robert W. Slenes).

Folklore, anthropology; A miséria e Senhores e caçadores. Ao redor desse núcleo principal, agregaram-se outras leituras para fundamentar alguns aspectos dos procedimentos investigativos ou da construção do objeto e das hipóteses. Carlo Ginzburg foi acionado para sustentar a opção por um paradigma indiciário⁴⁸⁸. Robert Darnton por seus esforços numa abordagem interpretativa das culturas⁴⁸⁹. Sidney Mintz por oferecer uma leitura antropológica atenta à historicidade das crenças, valores e padrões de conduta⁴⁹⁰. Finalmente, apontam-se autores da historiografia estadunidense sobre escravidão que, desde o início dos anos 1970, vinham tentando resolver o “aparente paradoxo entre a constatação da eficácia da política de domínio senhorial e a contínua descoberta de práticas culturais autônomas por parte dos escravos”, incluindo concepções próprias sobre a liberdade⁴⁹¹. Apoiado nesse conjunto de referenciais teórico-metodológicos, Chalhoub configurou seu propósito de:

(...) contar uma história do processo de abolição da escravidão na Corte. A narrativa se tece a partir da ideia de que é possível entender aspectos deste processo através da recuperação de diferentes interpretações ou visões de cativo e de liberdade existentes no período, assim como das lutas das personagens históricas produtoras destas diferentes interpretações ou visões.⁴⁹²

Como indicado nesse trecho, o autor buscava empreender uma análise de transformações sociais específicas na qual os conflitos em torno de valores, crenças, normas e alternativas de condutas desempenhassem um papel ativo no processo histórico. Nessa perspectiva, as “visões” de cativo e liberdade, forjadas pelos escravos a partir de suas experiências e lutas cotidianas, teriam sido decisivas para o colapso da escravidão na Corte. Tais visões informariam um amplo conjunto de práticas dos cativos, as quais, mesmo que, frequentemente, manifestassem-se como repetidas ações particulares similares, acabavam por assumir um sentido político geral, contribuindo para inviabilizar a própria continuidade da escravidão. Segundo Chalhoub, a tese de que os escravos agiram “de acordo com lógicas e racionalidades próprias”, que

⁴⁸⁸ GINZBURG, Carlo. “Morelli, Freud and Sherlock Holmes: Clues and Scientific Method”. *History Workshop Journal*, n. 9. 1980.

⁴⁸⁹ O livro citado é: DARNTON, R. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁴⁹⁰ Entre outros textos, remete-se o leitor a: MINTZ, Sidney W. “American Anthropology in the Marxist Tradition”. In: MAQUET, Jacques e DANIELS, Nancy (eds.). *On Marxian Perspectives in Anthropology: essays in honour of Harry Hoijer*. Malibu: Udena Publications, 1984.

⁴⁹¹ Entre as várias referências, destacam-se: GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made*. New York: Random House, 1974; GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery and Freedom: 1750-1925*. New York: Pantheon, 1975 e FONER, Eric. “O significado da liberdade”. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1988.

⁴⁹² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. vi.

o autor busca apreender por meio “autos criminais” e “ações cíveis de liberdade”⁴⁹³, seria evidente, especialmente, nas atuações dos cativos em três frentes: nas transações de compra e venda; nas obtenções de alforrias e na construção de espaços/práticas de autonomia na cidade.

Para Chalhoub, os “negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativo justo, ou pelo menos tolerável”. Entre elas, estavam percepções e atitudes dos escravos diante das “situações de transferência de sua propriedade”. Desse modo, afirma o autor:

havia visões escravas da escravidão que transformavam as transações de compra e venda de negros em situações muito mais complexas do que simples trocas de mercado. (...) havia maneiras mais ou menos estabelecidas dos cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda. O tráfico interno deslocou para o sudeste, a partir de meados do século milhares de escravos que se viram subitamente arrancados de seus locais de origem, da companhia de seus familiares, e do desempenho das tarefas às quais estavam acostumados. Muitos destes negros reagiram agredindo seus novos senhores, atacando os donos das casas de comissões — lojas de compra e venda de escravos —, provocando brigas ou desordens que impedissem sua ida para as fazendas de café, fugindo e procurando retornar à sua província de origem. Interrogados pelos juízes da Corte em processos cíveis e criminais, estes negros maus vindos do Norte — como se dizia na época — explicaram detalhadamente suas atitudes e motivações, e ajudaram a enterrar definitivamente a instituição da escravidão.

(...) foi a insegurança em relação ao comportamento dos negros importados — e a perigosa influência de sua conduta sobre os escravos em geral — que acabou convencendo os deputados paulistas a votar um imposto de importação que estancou imediatamente o tráfico interprovincial.⁴⁹⁴

Os escravos possuiriam, também, seus próprios entendimentos sobre a alforria e lutaram por eles das mais variadas maneiras, incluindo o caminho da batalha nos tribunais, vivamente analisado pelo autor. Indo além, Chalhoub avalia que, em certa medida, as concepções e atuações dos cativos impactaram, até mesmo, a formulação de dispositivos legais decisivos para o fim da escravidão. Assim, o texto final da Lei do Ventre Livre (1871) deveria ser visto como:

o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros. Isso é verdade não só em relação ao pecúlio e à indenização forçada, como também no que diz respeito à ideia mestra do projeto, isto é, a liberdade do ventre — mesmo que essa “liberdade” tenha sido relativizada por um sem número de sutilezas e restrições que não vou desenvolver aqui. Os próprios escravos sempre valorizaram bastante a alforria das mulheres, pois isso significava

⁴⁹³ Dirigindo-se aos “espíritos mais desconfiados, ou ansiosos por divertimento”, o autor anexou “longas transcrições dos depoimentos das principais personagens da história”. Essa decisão indica-nos a existência de questionamentos, na comunidade dos historiadores, sobre o uso das fontes empregadas e/ou sobre as interpretações que elas teriam embasado. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 125 (nota 1).

⁴⁹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 24-25 e 77-78 (respectivamente).

a garantia de uma prole livre. Na verdade, a lei de 28 de setembro pode ser interpretada como exemplo de uma lei cujas disposições mais importantes foram “arrancadas” pelos escravos às classes proprietárias.⁴⁹⁵

Por fim, o autor apresenta o argumento de que os negros, incluindo aqueles na condição de escravos, construíram espaços/práticas de autonomia na cidade, deixando as autoridades policiais crescentemente inseguras sobre sua capacidade de exercer controle social sobre os subalternos se a escravidão fosse mantida⁴⁹⁶. Assim, para entender o processo de Abolição na Corte, seria fundamental levar em consideração que:

Os escravos, libertos e negros livres pobres do Rio instituíram uma cidade própria, arredia e alternativa, possuidora de suas próprias racionalidades e movimentos, e cujo significado fundamental, independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi fazer desmanchar a instituição da escravidão na Corte. Foi tal cidade, portadora da memória histórica da busca da liberdade, que despertou a fúria demolidora das primeiras administrações republicanas: ao procurar mudar o sentido do desenvolvimento da cidade – perseguindo capoeiras, demolindo cortiços, modificando traçados urbanos –, os republicanos tentavam, na realidade, desmontar cenários e solapar significados penosamente forjados na luta da cidade negra contra a escravidão.⁴⁹⁷

Não é difícil constatar que, perpassando a construção e o desenvolvimento dos principais argumentos de Chalhoub, as apropriações de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos desfrutavam de notável centralidade. Antes de mais nada, destaca-se o esforço de apresentar uma leitura do processo da Abolição em que a luta de classes emerge como elemento central, enfatizando-se a agência de senhores e escravos. Com efeito, valendo-se de *A miséria*, Chalhoub criticou as interpretações que explicavam a decadência e extinção da escravidão a partir da “lógica da produção e do mercado”, “como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais”. Apoiado na concepção thompsoniana de processo histórico, Chalhoub recusou a ideia de que teria havido uma “transição”, linear e previsível, da escravidão ao trabalho livre, propondo-se a “recuperar a indeterminação, a imprevisibilidade dos acontecimentos, esforço este que é essencial se quisermos compreender adequadamente o sentido que as personagens históricas de outra época atribuíam às suas próprias lutas”⁴⁹⁸. Nessa direção, a crítica à metáfora base/superestrutura prossegue, por meio de *Senhores e Caçadores* e referências a

⁴⁹⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 232.

⁴⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 287-301.

⁴⁹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 26.

⁴⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 12.

Cornelius Castoriadis, para se afirmar a necessidade de se pensar “os fatos culturais e ideológicos também como instituintes do devir social, e não como fatos subordinados, determinados por outra instância, por fatos de ‘outra natureza’”⁴⁹⁹.

Tendo caracterizado as práticas socioculturais como dimensão importante do processo histórico e da luta de classes, Chalhoub se valerá das reflexões thompsonianas relativas à hegemonia, mobilizadas pelo historiador inglês, de modo mais ou menos explícito, em *The moral economy*; *Anthropology and the discipline* e *Folklore, anthropology*. Tal apropriação permitirá a Chalhoub sustentar a ideia de que, mesmo não contestando certos elementos da escravidão, como o castigo físico ou a prerrogativa exclusiva dos proprietários sobre a alforria, os escravos não os entendiam exatamente do mesmo modo que seus senhores, julgando, inclusive, serem legítimas variadas maneiras de demonstração de descontentamento quando suas visões sobre certos temas eram desrespeitadas⁵⁰⁰. Assim como Thompson revestira de “ambivalência dialética” o suposto paternalismo da *gentry*, evidenciando as apropriações seletivas que a plebe dele realizava para levar adiante suas próprias demandas, Chalhoub argumenta que:

numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede a seu cativo deve ser também analisada como o resultado dos esforços bem sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a seu senhor; no Brasil do século XIX, o fato de que senhores e escravos pautavam sua conduta a partir da noção de que cabia unicamente a cada senhor particular a decisão sobre a alforria ou não de qualquer um de seus escravos precisa ser entendida em termos de uma “hegemonia de classe”; e os castigos físicos na escravidão precisavam se afigurar como moderados e aplicados por motivo justo, do contrário, os senhores estariam colocando em risco a sua própria segurança.⁵⁰¹

Como sugerido na passagem acima e afirmado em outro trecho, Chalhoub, remetendo implicitamente a *The moral economy*, sustenta que os escravos possuiriam uma “economia moral” dos castigos que lhes eram infligidos no cativeiro. Assim, se não contestavam o “castigo físico enquanto tal”, envolviam-se em “lutas e contradições” em torno “do motivo e da intensidade da punição aplicada”, colocando limites às ações dos senhores⁵⁰². Em relação à alforria, especialmente com a promulgação da Lei do Ventre

⁴⁹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 16. Os livros do filósofo greco-francês mencionados são: CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 e CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁵⁰⁰ “(...) a existência de significados sociais gerais que, na formulação provável de Thompson, evidenciariam a presença de uma ‘hegemonia de classe’, não implica necessariamente na esterilização das lutas e das transformações sociais, ou na vigência de um consenso paralisante.” Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 21-22.

⁵⁰¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 17-18.

⁵⁰² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 219. Em outra passagem, o autor menciona, explicitamente, *The moral economy* para salientar a observação thompsoniana sobre os “conflitos

Livre, escravos evidenciaram, nos tribunais, que atribuíam significados distintos de seus senhores à manumissão. Além disso, a análise dessas disputas judiciais levará Chalhoub a concluir, em menção implícita a *Senhores e Caçadores*, que:

o Direito foi uma arena decisiva na luta pelo fim da escravidão, e não se justifica o desdém ou o mecanicismo que a historiografia habitualmente dispensa a esse tema. Nesse sentido, a atuação de pessoas como Perdígão Malheiro e Nabuco, assim como de um sem número de curadores e juízes de vara simpáticos à causa da liberdade, fez uma enorme diferença. Mas, por outro lado, e mesmo nesse jargão legal cujo ideal é anular a voz do escravo e falar por ele, vimos que os negros conseguiam impor pelo menos em parte certos direitos adquiridos e consagrados pelos costume, assim como conseguiam mostrar o que entendiam como o cativeiro justo ou pelo menos tolerável. Vários souberam ainda como conseguir o direito legal à liberdade e, percebendo a possibilidade da alforria, procuraram o auxílio de homens livres, fugiram para a polícia, se apresentaram às autoridades judiciais e, o que é mais surpreendente, perceberam exatamente o que deviam fazer para conseguir transformar em histórias de liberdade alguns daqueles calhamaços que se encontram até hoje nos cartórios e arquivos públicos.⁵⁰³

Essa e outras proposições apresentadas por Chalhoub em *Visões da Liberdade* tinham o objetivo declarado de contestar a “teoria do escravo-coisa”, rótulo atribuído pelo autor às concepções que propugnavam a coisificação objetiva e subjetiva dos escravos, descrevendo-os como “incapazes de produzir valores e normas próprias que orientassem sua conduta social”⁵⁰⁴. Modelo mais completo dessa formulação se encontraria em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, Chalhoub diagnosticava a presença da mesma em outros trabalhos da “escola sociológica paulista” e em influentes historiadores, como Emília Viotti da Costa e Jacob Gorender. A “teoria do escravo-coisa” era confrontada não apenas por postular a passividade dos escravos mas também por indicar que, para se afirmarem como pessoas humanas, restaria aos negros somente o exercício da violência em relação a seus opressores e a fuga. Nessa outra face, a “teoria do escravo-coisa” fomentaria uma produção historiográfica focada na “rebeldia negra” cujo maior expoente seria Zumbi.

Segundo Chaloub, construída a partir de muita teoria (“belas lógicas de gabinete”; “armaduras teóricas inexpugnáveis”), pouca base empírica (“escassas” fontes analisadas) e significativos equívocos de crítica documental (como o fato de admitir, sem questionamentos, os relatos de viajantes sobre a escravidão no Brasil)⁵⁰⁵, a “teoria do escravo-coisa” precisava ser superada. Como alternativa à polarização

originados a partir de diferentes usos e interpretações dados a significados sociais gerais”. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 28 (nota 16).

⁵⁰³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 253-254.

⁵⁰⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 45.

⁵⁰⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 45-46 e 397.

(“coisificação” ou “rebeldia”), Chalhoub ofereceu, em *Visões da Liberdade*, a imagem dos escravos que “escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, este campo de possibilidades”. Ao enfatizar a figura do escravo que decidiu “combater no campo de possibilidades largamente mapeado pelos adversários”, Chalhoub sabia que:

Algumas pessoas ficarão decepcionadas com as escolhas destes escravos que lutaram pela liberdade, resolutamente por certo, mas sem nunca terem se tornado abertamente rebeldes como Zumbi. Essa é uma decepção que temos de absorver, e refletir sobre ela, pois para cada Zumbi com certeza existiram um sem número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. Mais do que isto, pressionaram pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais daquela sociedade. (...) se aqui não há lugar para delírios de grandeza ou ilusões de novidade revolucionária, também não é preciso pensar em rendição; afinal, o que acabamos de ver foram exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram politizar a rotina e, assim, transformá-la.⁵⁰⁶

Ainda que tivesse criticado duramente a “teoria do escravo-coisa”, Chalhoub lembrou que, nos anos 1960 e 1970, ela desempenhou o importante papel de demolir os mitos “do caráter benevolente ou não-violento da escravidão no Brasil” e da “democracia racial”. Igualmente, “em década de sufoco e repressão política”, ela teria inspirado “estudos sérios sobre a rebeldia negra”⁵⁰⁷. Contudo, o autor mostrava-se impaciente e irônico com os “militantes acadêmicos” – isto é, “aqueles que ainda hoje em dia gastam tinta, papel e esforço de pesquisa apenas para ‘provar’ o truísmo de que a escravidão era uma forma extremamente violenta de organização das relações de trabalho”⁵⁰⁸. Segundo Chalhoub, “em fins da década de 1980”, não haveria mais razão para se insistir em certos aspectos da “teoria do escravo coisa”, afinal, “as questões historiográficas e políticas que se impõem são completamente outras. É preciso ir além, e alhures”⁵⁰⁹. Tendo explorado, ao longo do texto, as questões historiográficas que se colocavam, Chalhoub não se aprofundou nas demandas “políticas” impostas pelo presente, deixando-nos espaço para tecermos algumas considerações.

Após a avassaladora irrupção, na passagem dos anos 1970 para os 80, dos novos movimentos sociais na cena pública brasileira, fomentando interpretações/expectativas dos intelectuais sobre a “autonomia” dos trabalhadores e suas organizações frente a um

⁵⁰⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 398-401.

⁵⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 50.

⁵⁰⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 195-196.

⁵⁰⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, p. 196.

Estado autoritário pouco permeável às demandas populares, o quadro se mostrava bastante distinto em fins dos anos 1980, quando Chalhoub concluía sua tese. Na segunda metade dos anos 1980, por exemplo, os trabalhadores pressionaram e participaram diretamente da construção da nova ordem jurídico-política do país, cujo símbolo maior é a promulgação da Constituição de 1988. No mesmo ano em que Chalhoub defendia seu doutorado, os brasileiros voltariam, após quase três décadas, a eleger pelo voto direto seu presidente da República e significativos grupos subalternos da sociedade encontravam-se suficiente organizados para apresentar candidatos próprios ao pleito, inclusive, com chances de vitória⁵¹⁰. Assim, como não ver, nesses acontecimentos, os dominados/subalternos pressionando “pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais daquela sociedade”, buscando “mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam”? Não estaríamos, novamente, diante de um cenário em que, se “não há lugar para delírios de grandeza ou ilusões de novidade revolucionária, também não é preciso pensar em rendição”? Como já vimos nesta tese, quase na mesma ocasião em que Chalhoub finalizava seu doutorado, Cláudio Batalha⁵¹¹, seu colega no PPGHU, ao resenhar as recém-publicadas edições brasileiras de *A formação e Senhores e Caçadores*, não hesitou em afirmar que, para além de seus “aspectos inovadores no campo da historiografia”, as duas obras thompsonianas então lançadas no país “estimulam reflexões sobre o momento hoje vivido no Brasil, onde o direito à cidadania é uma das questões em discussão na Constituinte”.

Sejam essas ou outras as “questões políticas” do presente a que Chalhoub aludiu, o fato é que ele alega serem preocupações dessa natureza, juntamente com outras mais especificamente ligadas à história-disciplina, que lhe levaram a buscar novas maneiras de pensar e investigar a escravidão. Nesse processo, os referenciais teórico-metodológicos thompsonianos mostraram-se cruciais para o autor. Ainda que seu trabalho reitere frequentes apropriações da obra do historiador inglês por parte dos discentes do PPGHU (por exemplo, a retomada das críticas à “metáfora” base/superestrutura), ele também avança de modo sistemático e consistente em terrenos,

⁵¹⁰ Cf. SECCO, Lincoln. *História do PT (1978 – 2010)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011 (especialmente, capítulos 1 e 2) e MARTINEZ, P. H. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado”. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel A. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Unicamp, 2012.

⁵¹¹ BATALHA, Cláudio H. M. “Face obscura: a Inglaterra desvendada por E. P. Thompson”. *Veja*, 27/01/1988, p. 101.

até então, raramente visitados, como o das reinterpretações produzidas por E. P. Thompson sobre a sociedade inglesa do século XVIII *a partir do conceito de hegemonia*. Tal inflexão, como veremos no próximo capítulo, não se limitou ao trabalho de Chalhoub, ganhando espaço na produção discente do anos 1990 que se valeu de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos.

2.7.1. Reunindo fragmentos III

Como vimos, na produção discente do PPGHU sobre escravidão concluída nos anos 1980, não há nenhuma menção a *The Making*, sendo quase todas as citações relativas aos textos thompsonianos que tratam da sociedade inglesa no século XVIII. Tal quadro reforçou a tendência, já bem delineada na produção discente sobre os trabalhadores da Primeira República, de folgada liderança das referências à coletânea de ensaios *Tradición, revuelta y consciencia de classe*.

Uma vez que, desde fins dos anos 1970, os discentes do PPGHU tinham, à sua disposição, edições espanholas de *La formación* (1977) e *Tradición* (1979), é razoável admitir que houve uma maior preferência pela leitura do segundo livro. Aparentemente, tal opção relacionava-se aos modos pelos quais os pesquisadores do período lidavam com demandas do contexto específico de produção historiográfica acadêmica em que atuavam. Sobre este, recordando seu ingresso no PPGHU, Maria Lúcia Caira Gitahy afirma que:

Entrei no Mestrado de História em 1977. Generalizações pouco fundamentadas ou trabalhos demasiado ecléticos ou pouco autoconscientes do ponto de vista teórico despertavam toda a impaciência da nossa crítica de iniciantes. Mas havia um deslize ainda mais imperdoável: “banhos de empiria” ou “relatos ingenuamente positivistas” irritavam especialmente os colegas, e não só os colegas, de 1976-1977. Sobre isso nem sequer havia discussão, bastava o carimbo de um sorrisinho mais irônico.

As “estruturas”, “problemáticas”, “temporalidades”, “níveis”, “instâncias” e “articulações” invadiam não só as cabeças mas muitas das páginas da produção acadêmica nestes anos. Preocupávamos com análise do discurso, e corríamos a pedir socorro aos cursos da nossa vizinha Linguística, enquanto reclamávamos contra as invasões sociológicas ou econômicas (cistas) no nosso terreno. A crítica à teoria filosófica althusseriana começava a ensaiar seus passos ainda mais teóricos e mais filosóficos entre nós.⁵¹²

As palavras de Gitahy estavam em sintonia com aquelas apresentadas, em 1977, por Déa Ribeiro Fenelon, docente do PPGHU, que também se mostrava muita preocupada com “formação metodológica” dos discentes:

⁵¹² Para ambas as citações, GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 5-6.

(...) recebemos alunos na Pós-Graduação oriundos de Cursos de Graduação em História que pouco ou nada ouviram falar de método. Além disto a ausência de sistematização metodológica no tratamento do material histórico pesquisado vem sendo apontado como a grande falha da produção da maioria dos historiadores brasileiros até mesmo na produção mais recente de obras já surgidas, de Cursos de Pós-Graduação em História.⁵¹³

Nesse contexto de produção historiográfica acadêmica com forte demanda por discussões teórico-metodológicas, *The Making* deve ter sido visto como desprovido de recursos necessários para se enfrentar as vertentes mais formalistas do marxismo. Afinal, como vimos no Capítulo 1 desta tese, Thompson, distanciando-se dos infundáveis debates teórico-metodológicos, que a seu ver esterilizavam o marxismo, optou por apresentar poucas considerações explícitas sobre eles em *The Making*. Diante disso, *A miséria* poderia ser uma alternativa aos discentes do PPGHU, o que, entretanto, não se verificou, dada a baixa frequência de menções a esse texto. Provavelmente, nisso pesou a característica oposta de *A miséria*, isto é, a árdua, explícita e volumosa teorização, que, inclusive, foi vista como excessiva e desgastante pelo próprio Thompson. Aparentemente, em fins da década de 1970 e em grande parte da seguinte, buscava-se uma espécie de ponto intermediário. A própria Gitahy, em que pese suas preocupações teórico-metodológicas, declarou, em sua dissertação, que: “*eu queria uma narrativa*. Teoricamente informada, claro; politicamente posicionada, claro; mas isenta de jargão acadêmico ou da última “análise de conjuntura” (arrgh!) dos grupos que atuavam na cena estudantil”⁵¹⁴.

Diante da necessidade de afirmações teórico-metodológicas explícitas – para confrontar diretamente as vertentes mais formalistas do marxismo – e, ao mesmo tempo, de um exemplo de prática historiográfica baseada em ampla pesquisa empírica, a partir da qual se articulassem debates conceituais – para oferecer outro “paradigma” à produção historiográfica –, *Tradición* parece ter sido entendida como a obra thompsoniana que melhor respondia simultaneamente às duas demandas. Em *Tradición*, Thompson, por exemplo, tanto refinou suas noções de classe, luta de classes e formação de classe – no ensaio *La sociedad inglesa* – quanto demonstrou como fazer uma narrativa de “história vista de baixo” – no artigo *La economía moral*.

⁵¹³ FENELON, Déa Ribeiro. “Simpósio sobre problemas da Pós-Graduação em História e Historiografia Brasileira”. *Revista de História*, n. 110, 1977, p. 431.

⁵¹⁴ GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos*, p. 6 (Grifos nossos).

Outro fator que parece ter sido importante para a maior frequência de menções a *Tradición* foi a apropriação, por parte dos historiadores da escravidão, dos debates thompsonianos, presentes em artigos da coletânea, sobre: as noções de paternalismo e hegemonia; o uso heurístico do conceito de classe; o caráter “mais universal” da noção de luta de classes e sua centralidade na dinâmica histórica. No PPGHU, em meados dos anos 1980, houve um aumento dos docentes especializados na temática da escravidão, mas que mantinham discussões regulares com docentes e discentes dedicados a outros setores da história social do trabalho, o que contribuiu para estimular leituras de *Tradición*⁵¹⁵. Sidney Chalhoub, por exemplo, recordando-se de debates travados em torno de seu *Visões da Liberdade* no PPGHU, afirma se lembrar de que, num seminário:

no grupo de história do movimento operário e história do trabalho na Unicamp. Um dos presentes parecia ter uma lista de quesitos para avaliar a política cotidiana dos escravos e nosso diálogo foi mais ou menos assim: *Professor, então você está argumentando que os escravos articulavam e compartilhavam coletivamente visões sobre o tipo de exploração que eles sofriam?* Eu respondi que sim. *Você está argumentando que os atos políticos deles, os coletivos, eram informados por essas experiências coletivas?* Eu disse que sim. Ele fez outras três ou quatro perguntas do mesmo feitio, e depois que eu acabei de dizer sim a todas elas, ele arrematou: *Então você quer dizer que a experiência da escravidão pode ser entendida por meio do conceito de luta de classes?* Eu respondi: *Sim!* Nesse caso, E. P. Thompson nos ajudava muito a pensar. Aquele texto dele, *Luta de classes sem classes*, que circulava muito em espanhol à época, tinha uma correspondência muito importante com o que achávamos sobre escravidão.⁵¹⁶

Assim, a partir dos indícios aqui apresentados e do que vimos na análise qualitativa das dissertações/teses, parece-nos que a maior frequência de referências a *Tradición* no conjunto da produção discente do PPGHU dos anos 1980 deveria ser compreendida em uma dinâmica de apropriação em que a mencionada obra era entendida como mais adequada tanto para confrontar outras linhagens teórico-metodológicas em termos que fossem admitidos/compreendidos por elas quanto para oferecer novos caminhos para elaboração/solução de demandas da pesquisa. Como veremos no próximo capítulo, a análise quantitativa e qualitativa da produção discente dos anos 1990 sugere-nos uma dinâmica similar, mas composta por outros elementos. Nesse período, a maior frequência de citações de *A formação* e dos artigos thompsonianos sobre o século XVIII (basicamente, por meio de *Tradición* e *Costumes em comum*) parece estar relacionada a desafios colocados por teóricos pós-modernos e por diversas vertentes da história da cultura. Assim, nessa ocasião, valorizar e utilizar

⁵¹⁵ Entrevista com Fernando Teixeira da Silva, concedida ao autor em 17/03/2014.

⁵¹⁶ Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Claudia Engler Cury e outros. *Saeculum Revista de História*, n. 20, 2009, p. 194.

elementos constitutivos da estrutura narrativa de *The Making* bem como apropriar-se das diversificadas soluções/indicações thompsonianas para a elaboração de uma história social da cultura, fartamente presentes em *Tradición e Costumes em comum*, parecem ter se mostrado ações bastante importantes.

2.7.2.A nova historiografia sobre a escravidão: olhares divergentes

Em 1989, Laura de Mello e Souza, após resenhar quatro estudos “recentes” sobre o escravismo, concluiu que: “os historiadores brasileiros *começam* a mostrar, *em bloco*, como ler a escravidão sob a luz de métodos renovados”⁵¹⁷. Tais trabalhos, atrelados às linhas mestras que definiriam a historiografia contemporânea, emergiriam na “encruzilhada de perspectivas teóricas renovadoras, da filosofia de Foucault ao marxismo peculiar de Thompson e Linebaugh, valendo-se da história das mentalidades e do cotidiano”⁵¹⁸. De modo geral, a nova produção daria ênfase a um terreno pouco explorado pelos estudos anteriores: as relações entre escravidão e poder, sendo este investigado em suas gradações microscópicas e macroscópicas.

Por “amarrar” questões levantadas nos outros três trabalhos analisados, Souza estendeu-se um pouco mais em *Campos da Violência*, tese defendida, em 1986 na USP, por Silvia Lara, docente do Departamento da História da Unicamp desde a mesma ocasião. Apoiando-se em historiadores estadunidenses (Eugene Genovese e a discussão sobre o paternalismo)⁵¹⁹, em Michel Foucault (*Vigiar e Punir*), em pesquisadores ingleses dedicados ao estudo da criminalidade e classes sociais (especialmente, a coletânea *Albion's Fatal Tree*) e em E. P. Thompson e Peter Linebaugh⁵²⁰ (isto é, seus posicionamentos em relação aos debates teóricos no interior do marxismo), Silvia Lara

⁵¹⁷ SOUZA, Laura de M. “O escravismo brasileiro nas redes do poder”, p. 145-146 (Grifos nossos). As obras resenhadas eram: ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1988; BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Ática, 1986; LARA, Sílvia H. *Campos da violência*. São Paulo, Paz e Terra, 1988 e VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Petrópolis, Vozes, 1986.

⁵¹⁸ SOUZA, Laura de M. “O escravismo brasileiro nas redes do poder”, p. 135.

⁵¹⁹ Sobre a considerável influência que, desde a segunda metade dos anos 1970, as obras de Eugene Genovese exerciam sobre os historiadores brasileiros da escravidão, cf. EISENBERG, Peter L. “A escravidão nas Américas: Genovese em português.” *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, 1983.

⁵²⁰ Além de textos de Linebaugh sobre crime/justiça, circulava entre historiadores brasileiros, desde a primeira metade dos anos 1980, um artigo, traduzido por pesquisadores vinculados ao PPGHU, em que o autor criticava *The Making* pelo relativo abandono do contexto internacional, especialmente o Atlântico, para o crescimento e desenvolvimento da classe trabalhadora inglesa. Cf. LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, 1983, p. 10.

teria produzido um trabalho “corrosivo” com a produção historiográfica das duas décadas precedentes, especialmente aquela da “escola sociológica paulista”. Por meio de processos-crime, de documentos da metrópole portuguesa e de discursos de letrados, Lara, centrada em uma análise do cotidiano, teria repensado a relação entre violência e escravidão, salientando a visão, generalizada na sociedade colonial, do caráter incontestado, mas não incondicional do castigo físico. Afastando-se da ideia de que a escravidão se assentaria no castigo arbitrário e desregrado, a autora teria buscado analisar os instrumentos de controle social, consolidação e perpetuação do escravismo. Dirigindo sua atenção para “fenômenos aparentemente negligenciáveis”, Lara teria demonstrado “a resistência molecular dos atos dos escravos no seio do escravismo”⁵²¹. Assim, antes que optar pelo caráter benevolente ou cruel da escravidão, a autora teria investigado a dialética da luta e da acomodação presente nas relações entre senhores e escravos, em que violência e benignidade se articulariam de modo antagônico e complementar. Ainda que fizesse críticas a aspectos pontuais de *Campos da violência* e dos demais livros resenhados, Souza valorizava as contribuições dos novos estudos, acrescentando, em tom elogioso, que “pesquisa documental cuidadosa, análise detida dos textos, paciência em enfrentar arquivos brasileiros e portugueses e apreço pela narrativa histórica são outros traços comuns destes trabalhos”⁵²².

Posição diametralmente oposta à de Souza era sustentada, em 1990, por Jacob Gorender em seu *A escravidão reabilitada*⁵²³. Como o título já indicava, o autor entendia que boa parte da produção que emergira nos anos 1980 teria o objetivo “explícito ou tácito” de reabilitar a escravidão, representando, portanto, o triunfo acadêmico tardio da obra de Gilberto Freyre. Nesse sentido, ainda que tais estudos se pretendessem uma “nova” historiografia sobre a escravidão, eles não passariam de “ideologia reacionária travestida de historiografia moderníssima do ponto de vista metodológico”. Se, como vimos na dissertação de Célia Azevedo, a “escola sociológica paulista” era acusada de reproduzir acriticamente alguns dos argumentos racistas/imigrantistas do século XIX sobre o negro e a escravidão, a nova produção historiográfica dos anos 1980, sugere Gorender, repetiria descrições elaboradas pelos escravocratas brasileiros do século passado.

⁵²¹ SOUZA, Laura de M. “O escravismo brasileiro nas redes do poder”, p. 145.

⁵²² SOUZA, Laura de M. “O escravismo brasileiro nas redes do poder”, p. 145-146.

⁵²³ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. Nos próximos quatro parágrafos, o que se segue, quando não indicado por nota específica, é uma síntese dos Capítulos 1, 2 e 3 (p. 5-43) e dos Capítulos 7 e 8 (p. 97-132).

A orientação “neopatriarcalista” da “pretensamente nova” historiografia fomentaria a concepção da escravidão como relação mais consensual que coercitiva, na qual os incentivos (parcela de terra para cultivo próprio; espaço relativamente amplo para casamentos e constituição de famílias estáveis; perspectivas de alforria etc.) teriam mais força coesiva que a violência. Dotado de vontade própria (“subjatividade autônoma”), os escravos exerceriam pressões que modelariam o próprio escravismo. Assim, as ações dos cativos que modificariam o sistema (estratégias cotidianas), mas não o negariam, deveriam ser os alvos prioritários das pesquisas. A ênfase no binômio “resistência e acomodação” recuperaria a subjatividade do escravo para fazê-lo “agente *voluntário* da reconciliação com a escravidão”. Segundo Gorender, o “foco mais ativo das novas tendências reacionárias” seria o Departamento de História da Unicamp. Não por acaso, portanto, o autor elaborou boa parte de suas críticas a partir da análise de textos de Robert Slenes, Peter Eisenberg, Ademir Gebara, Maria Lúcia Lamounier e, especialmente, Sidney Chalhoub e Silvia Lara⁵²⁴.

Em relação às matrizes teórico-metodológicas que embasariam os novos estudos, Gorender as via como originárias de três grandes centros: EUA, França e Inglaterra. Do primeiro, provinham os trabalhos de Eugene Genovese e de Fogel e Engerman. Do segundo, as obras de ex-marxistas (Castoriadis e Lefort) e dos adeptos da “nova história” (incluindo Foucault). Do terceiro, a “influência de longe mais notável” foi a obra de E. P. Thompson. Possivelmente, por suas pretensões de atuarem no campo do marxismo, Gorender é especialmente crítico em relação a Genovese e a Thompson. O historiador estadunidense teria forjado a ficção da “escravatura que os próprios escravos queriam” por meio da distorção dos conceitos gramscianos sobre hegemonia e consenso, o que teria lhe permitido sustentar, por exemplo, a tese da “equidade da lei”. Thompson, por sua vez, seria a outra fonte da concepção de lei e direito de que se valeriam os novos historiadores da escravidão para supervalorizar os episódios, frequentemente malsucedidos, em que “escravos recorreram aos pleitos judiciais a fim de reclamar direitos desrespeitados”. Até mesmo para o caso inglês, Thompson teria superdimensionado o direito, postura legalista que estaria relacionada ao seu vínculo

⁵²⁴ SLENES, Robert W. e MELLO, Pedro Carvalho de. “Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888”. In: *IX Congresso Mundial de sociologia*. Uppsala, agosto de 1978 (mimeo); EISENBERG, Peter L. “Escravo e proletário na história do Brasil”. *Estudos Econômicos*, 13 (1), 1983; GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil. 1871-1888*. São Paulo, Brasiliense, 1986; LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei da locação de serviços de 1879*. Campinas (SP), 1988; CHALHOUB, Sidney. “Os mitos da Abolição”. *Trabalhadores*, n. 1, 1989; LARA, Silvia H. *Campos da violência*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

com o reformismo do *Labour Party*. Retomando, declaradamente, boa parte das críticas feitas por Perry Anderson ao historiador inglês, em *Arguments within British Marxism* (e apresentadas no Capítulo 1 desta tese), Gorender conclui que Thompson é praticamente de um “culturalismo eclético” marcado pela “indeterminação do processo histórico”. Por isso, as conclusões que ele extrai da recuperação das lutas dos trabalhadores ingleses não são a renovação, mas a negação do marxismo.

Não eram apenas inconsistências teórico-metodológicas que minariam, segundo Gorender, os novos estudos sobre a escravidão. Eles também pecariam por falta de base empírica – acusação que os adversários de Gorender lhe retribuía – e equívocos de crítica documental, sendo o uso indevido de processos-crime para se aferir o pensamento dos escravos o mais evidente deles. Finalmente, remetendo a texto de Emília Viotti publicado em 1988⁵²⁵, Gorender endossava a proposição de que era válida a tentativa, empreendida pelos novos estudos sobre a escravidão, de resgatar a subjetividade e a liberdade dos agentes históricos. Contudo, ela poderia levar à substituição da história pela memória, transformando o historiador num mero coletor de testemunhos e depoimentos. Na medida em que renunciava ao discurso totalizador, o historiador se tornaria incapaz de conferir às múltiplas subjetividades um significado que as transcendesse. Desse modo, antes que renovação, o que estava em curso era a “destruição da história” devido à sua “pulverização irracionalista”. Como resposta, seria preciso manter aquilo que é específico da historiografia, isto é, “*o estudo do desenvolvimento das formações sociais enquanto totalidades contraditórias*”.

Ainda que em tom mais ameno, os argumentos de Gorender contaram com o apoio e a divulgação de importantes historiadores universitários⁵²⁶. Por sua vez, Sidney Chalhoub e Silvia Lara retrucaram às críticas que lhe foram dirigidas e receberam uma réplica de Gorender: tudo isso nas páginas de um dos maiores jornais do país. Além de nos sugerir a persistência do interesse da sociedade pela temática da escravidão despertado pelas efemérides em torno do Centenário da Abolição, a polêmica travada

⁵²⁵ COSTA, Emília Viotti da. “História, metáfora e memória: a revolta dos escravos de 1823 em Demerara”. *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, v. 9, n. 1, 1988.

⁵²⁶ Com divergências pontuais, eles foram, quase uma década depois, praticamente reiterados, por exemplo, em: QUEIRÓZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

nas páginas da *Folha de São Paulo* explicitava o embate entre distintas concepções sobre a história e o papel dos historiadores vigentes entre os intelectuais⁵²⁷.

A áspera interlocução entre os mencionados contendores teve início com a resenha escrita, em fins de 1990, por Chalhoub sobre *A escravidão reabilitada*⁵²⁸. Como vimos, nessa obra, Gorender não fez economia de adjetivos negativos para qualificar uma parcela da produção do Departamento de História da Unicamp. A ira de Gorender explicava-se, em parte, por ser ele um dos alvos prioritários dos ataques dos “reviscionistas”. Entretanto, ele se mostrara particularmente ofendido com o fato de ter sido aproximado, por historiadores da renovação historiográfica dos anos 1980, àqueles autores que sustentavam a “teoria do escravo-coisa”, isto é, reificado social e subjetivamente. De qualquer modo, importa ressaltar que Chalhoub optou por manter o tom rude do debate, atacando a obra de Gorender pela falta de pesquisa empírica e o caráter estático da proposta do modo de produção escravista colonial. Na réplica, Gorender afirmou que as novas correntes historiográficas pintavam “um quadro da escravidão brasileira diante do qual empalidecem as cores do patriarcalismo de Gilberto Freyre”⁵²⁹. Dias após a publicação do artigo de Gorender, Silvia Lara decidiu entrar no debate para explicitar um componente que lhe parecia fundamental à compreensão do mesmo:

Ao ler os artigos de Sidney Chalhoub e Jacob Gorender (*Letras* de 24/11/90 e 15/12/90) fiquei me perguntando se um leitor afastado dos atuais debates sobre escravidão no Brasil perceberia porque dois estudiosos passam tantas linhas a discutir se os escravos eram, afinal, “coisas” ou sujeitos de sua própria história?

No trabalho de Gorender, deixando de lado questões técnicas, o que interessa evidenciar aqui é que há algo oculto nessa discussão, que diz respeito à política. Não um debate entre direita e esquerda, como Gorender quer fazer crer ao longo de “A escravidão reabilitada”. Mas um debate no interior das esquerdas. O próprio título do livro de Gorender é significativo: reabilitação é uma palavra carregada de sentidos no vocabulário da militância. Para ficar no jargão stalinista poderia simplesmente dizer que se Gorender acusa vários historiadores de “reabilitarem” a escravidão, ele nada mais faz que “renegar” a história. Mas é preciso ir além: recusar o jargão e com eles seus pressupostos e procedimentos.⁵³⁰

Ainda que visse no vocabulário de Gorender ecos do “jargão stalinista”, Lara admite que, em *O escravismo colonial*, o historiador fez críticas a uma “certa tradição marxista, para a qual a ‘Grande Teoria’ obscurece qualquer relação com a

⁵²⁷ QUADROS, Carlos Fernando de. *A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político* – o caso de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Lara. Monografia. Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 2011.

⁵²⁸ CHALHOUB, Sidney. “Gorender põe etiquetas nos historiadores”. *Folha de São Paulo*, 24/11/1990.

⁵²⁹ GORENDER, Jacob. “Como era bom ser escravo no Brasil”. *Folha de São Paulo*, 15/12/1990.

⁵³⁰ LARA, Silvia H. “Gorender escraviza história”. *Folha de São Paulo*, 12/01/1991.

multiplicidade da experiência social”. Contudo, em sua formulação do modo de produção escravista colonial, ele manteria a crença de que “uma boa ‘teoria geral’ substitui com vantagens o diálogo com as evidências”. Segundo Lara, tal concepção e seus desdobramentos na política já haviam sido criticados por E. P. Thompson e outros historiadores britânicos que, em meados dos anos 1950, romperam com o Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB). Igualmente, ela não partilhava da crença de Gorender, o que:

significa também recusar a noção, tão arraigada em parte da esquerda, de que os intelectuais – possuidores de “boa teoria” – detêm o poder de juízes. Sidney Chalhoub, eu e tantos outros abrimos mão dessa arrogância. Não nos preocupamos em saber se os escravos agiam ou não segundo as leis de um bem construído conceito de modo de produção ou qualquer outra modalidade teórica disponível no mercado. Ao estudar a escravidão no Brasil procuramos *encontrar e ouvir os escravos*: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas. Em nossos textos, os escravos, fugitivos e libertos, têm nomes. Suas histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos – diferentes daqueles de seus senhores – e lutaram de diversas formas e conquistaram “direitos”, transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Suas ações e valores só podem ser compreendidos no interior e através das relações sociais tecidas por eles e seus senhores. Deixar de lado noções anacrônicas de violência e liberdade significa apenas *dar voz para esses homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras*.⁵³¹

As proposições de Lara ecoam a oposição, descrita no já mencionado trabalho de Igor Ramos, entre dois papéis distintos para o intelectual: o de “vanguarda” e o de “militante de base”⁵³². Este, nos termos de Lara, não estaria acima das lutas sociais (não é “juiz”), pelo contrário, buscaria “encontrar” e “ouvir” os dominados/subalternos, servindo como canal (“dando voz”) para que pudessem expressar suas experiências. O novo papel do intelectual não significaria o desengajamento político, afinal, “junto com o velho muro, a ‘Grande Teoria’ foi também demolida – mas não a perspectiva de ‘transformar o mundo’, como propunha nosso velho sábio do século 19”⁵³³.

Ainda que Silvia Lara procure indicar o caráter coletivo de seu posicionamento (“Sidney Chalhoub, eu e tantos outros”), não devemos supor que ele fosse consensual nem mesmo no PPGHU. Na mesma ocasião em que ela escrevera seu artigo, Adalberto Marson, seu colega no Departamento de História da Unicamp, por exemplo, mostrava-se bastante crítico ao que denominava “neomilitância” dos historiadores que se

⁵³¹ LARA, Silvia H. “Gorender escraviza história”. *Folha de São Paulo*, 12/01/1991 (Grifos nossos).

⁵³² RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica*, p. 203.

⁵³³ LARA, Silvia H. “Gorender escraviza história”. *Folha de São Paulo*, 12/01/1991 (Grifos nossos).

dedicavam à história operária e, mais amplamente, à história social do trabalho⁵³⁴. Segundo Marson, desde as greves operárias de fins dos anos 1970, ganhara força um “projeto historiográfico” que parecia sugerir a necessidade de que os historiadores forjassem uma identidade com os trabalhadores. Com isso, a historiografia, ao invés de realizar sua tarefa primordial, a crítica dos fundamentos/procedimentos da construção da memória social, tornava-se, simplesmente, uma produtora de memórias dos subalternos/dominados para confrontar/substituir aquelas dos dominantes.

Em termos políticos, como se vê, no dealbar dos anos 1990, praticantes da nova história social do trabalho, com a qual a obra de Thompson era crescentemente identificada, estavam sujeitos a epítetos diversos e, até mesmo, antagônicos, numa variação que ia de “reacionários” a “neomilitantes”. Do ponto de vista epistemológico, sua posição parecia, igualmente, dar margem a juízos plurais, sendo vistos, por exemplo, como adeptos do “culturalismo” (com o que se sugeria a opção pela preeminência da determinação cultural) ou simples compiladores de memórias. Antes que avaliar a justeza dessas proposições, tomemo-las como indício seguro da acirrada conflagração de posicionamentos teórico-metodológicos que, segundo alguns, indo bem além dos estudos sobre o trabalho/trabalhadores, caracterizaria o conjunto da historiografia brasileira na virada dos anos 1980 para os 1990.

Falando em termos bastante amplos, Ciro Cardoso entendia que, em fins da década de 1980, num cenário de crise e recuo do marxismo – e, até mesmo, do racionalismo ocidental –, a historiografia brasileira começava a enfrentar uma disputa que, desde os anos 1970, já se delineava na Europa. De um lado, estaria a concepção de história oriunda do marxismo e de boa parte da produção do grupo dos *Annales* (até fins dos anos 1960) que propugnaria: 1) “o reconhecimento da necessidade de uma síntese global que explique ao mesmo tempo as articulações entre os níveis que fazem da sociedade humana uma totalidade estruturada, e as especificidades do desenvolvimento de cada nível”; 2) “a convicção de que a consciência que os homens de determinada época têm de sua sociedade não corresponde à *realidade* social dessa época”; 3) “o respeito pela especificidade histórica de cada período e sociedade”; 4) a atribuição de “grande importância explicativa ao nível econômico”; 5) “a aceitação da inexistência de

⁵³⁴ MARSON, Adalberto. “Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais”. In: BRESCIANI, M. S.; SAMARA, E. M. e LEWKOWICZ, I. *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992, p. 31-49. O texto original foi apresentado no X Encontro da ANPUH-SP (UNESP-Franca, 1990).

fronteiras estritas entre as ciências sociais”; 6) “a vinculação da pesquisa histórica às preocupações do presente”⁵³⁵. Do outro lado, estariam as posições “pós-estruturalistas”, representadas pelas concepções oriundas do pensamento foucaultiano e de boa parte da produção da Nova História francesa nas quais se acentuaria: 1) o “abandono das totalidades sociais significativas, dos processos sociais integrados”, redundando na “atomização da história humana em compartimentos”; 2) a “valorização do periférico em relação ao central”; 3) o predomínio da “leitura” que “analisa o discurso verbal ou não-verbal (iconografias, por exemplo) partindo do princípio de um divórcio da evolução ideológica em relação à econômico-social”; 4) a “grande pobreza metodológica”, sendo as fontes escolhidas em forma arbitrária, tratadas sem rigor, usadas de maneira pouco crítica e racional⁵³⁶.

Diante do cenário traçado, Cardoso não via espaço para diálogos, insistindo, especialmente, no caráter inócuo e politicamente desmobilizador (ou reacionário) das temáticas mais vinculadas aos novos referenciais teórico-metodológicos⁵³⁷. É certo que, na ocasião, esse importante historiador brasileiro não estava sozinho em suas avaliações⁵³⁸. Entretanto, como nós mesmos demonstramos nesta tese, não foram poucos os historiadores que, na década de 1980, mostraram-se dispostos a combinar referenciais teórico-metodológicos marxistas e não marxistas ou, pelo menos, responder a desafios “pós-estruturalistas” que começavam a emergir em terras tupiniquins com uma visão renovada do marxismo. No que tange a este último fenômeno, a obra thompsoniana assumiria um destaque crescente que, nos anos 1990, acentuar-se-ia mais ainda, aprofundando ou inaugurando possibilidades de apropriações do largo repertório do historiador inglês.

⁵³⁵ CARDOSO, Ciro F. “Uma ‘Nova História’?”. In: *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 96-97.

⁵³⁶ CARDOSO, Ciro F. “Uma ‘Nova História’?”, p. 100. Para Cardoso, E. P. Thompson mantinha-se mais próximo da visão de história propugnada pelo marxismo. Entretanto, no começo dos anos 1990, tal posição não era consensual, como já vimos em Jacob Gorender, de modo que: “ora eles [os “historiadores marxistas ingleses”, com destaque para Thompson] são entendidos como renovadores do marxismo, ora como inspiradores das concepções do gênero da Nova História.” Cf. FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, p.171-172.

⁵³⁷ CARDOSO, Ciro F. “Uma ‘Nova História’?”, p. 107-108.

⁵³⁸ PINTO, Diana B. Corrêa. *A produção do novo e do velho na historiografia*, p. 90-100.

2.8. Reunindo fragmentos – à guisa de conclusão

Neste capítulo, problematizamos as explicações que vinculam a intensificação da recepção da obra de E. P. Thompson na produção historiográfica brasileira à conjuntura sócio-político-cultural nacional da “transição para os anos 1980”. Por meio de um olhar focado nas instituições universitárias de produção historiográfica, especialmente nas dinâmicas internas do PPGHU, sustentamos a tese de que, mais do que “refletir” aspectos da mencionada conjuntura, diversos pesquisadores os “refrataram” nas disputas internas da “comunidade dos historiadores”, buscando obter mais legitimidade e espaço inter/intrainstitucional para posições que, pelo menos desde meados dos anos 1970, já vinham se delineando. Nesse sentido, não negamos o axioma de que as obras historiográficas sempre lidam com questões impostas pelo momento em que são produzidas, mas procuramos demonstrar que esse processo envolve complexas mediações, sendo de grande importância aquelas relacionadas aos contextos institucionais de produção historiográfica em que os pesquisadores atuam.

Como vimos, dinâmicas inter/intrainstitucionais mostraram-se decisivas para compreendermos algumas das razões pelas quais, em um cenário de crescentes apropriações da obra thompsoniana em quase todas as instituições universitárias de produção historiográfica do país, o PPGHU se destacou, nos anos 1980, como o núcleo mais ativo do processo. Imagem que, também, relativizamos ao demonstrar que, apesar do elevado percentual de produções discentes que se valeram de obras do historiador inglês, a maioria das pesquisas do PPGHU nem mesmo as listaram em suas bibliografias, o que afasta qualquer ideia de que, ao longo da década, teria existido um programa de pós-graduação homogeneamente thompsoniano.

A análise quantitativa da produção discente do PPGHU que se valeu de E. P. Thompson revelou-nos que, por ampla margem, houve uma preferência pela leitura dos textos thompsonianos sobre o século XVIII inglês reunidos na coletânea *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, sobressaindo-se o artigo *La sociedad inglesa del siglo XVIII*, publicado, em inglês, em 1978. Isso ocorreu, não poucas vezes, mesmo em estudos dedicados ao operariado, colaborando para o lugar secundário ocupado, nos anos 1980, por *The Making*, cuja edição inglesa datava de 1963. Tal fenômeno, que buscamos explicar por meio das demandas específicas do contexto de produção historiográfica acadêmica em que os pesquisadores atuavam, repercutiu no processo de

recepção da obra do historiador inglês entre os discentes do PPGHU, destacando-se, por exemplo, a limitada apropriação de elementos característicos da escrita thompsoniana, geralmente associados a *The Making*.

Ao analisar qualitativamente as dissertações e teses do PPGHU que mobilizaram referenciais teórico-metodológicos thompsonianos, fomos levados a constatar que estes, mesmo gozando de centralidade na renovação historiográfica que a produção discente do período almejava, não desfrutavam da preeminência que, retrospectivamente, destacados agentes envolvidos no processo tentam lhes atribuir. Como vimos, foram frequentes as combinações que se valeram de Thompson, não raras vezes em posição secundária, juntamente com outros autores, em especial Castoriadis e Foucault, em uma espécie de “frente ampla” contra as vertentes mais formalistas e estruturalistas do marxismo. Tais arranjos teórico-metodológicos despertaram debates, às vezes calorosos, já nos anos 1980, o que, como veremos continuará na década seguinte.

Finalmente, considerando a produção discente do PPGHU que se valeu de E. P. Thompson, as apresentações das edições brasileiras das obras do historiador inglês e resenhas que sobre elas foram escritas, é possível constatar que, nos anos 1980, predominava uma imagem genérica da “história marxista inglesa”, sendo ela entendida, frequentemente, como sinônimo de “história vista de baixo”. Colaborava para tal quadro a quase inexistência de menções a textos que criticassem a obra de E. P. Thompson ou que procurassem situá-la em seu contexto de produção. De modo geral, mais do que qualificar o historiador inglês como marxista nota-se, nas fontes aqui analisadas, o empenho em caracterizá-lo como ativista político engajado em lutas sociais, o que parecia ser um dado importante para que suas críticas às vertentes mais formalistas do marxismo não fossem vistas como falta de compromisso com as ações dos subalternos/dominados para a transformação social. Ainda que, neste capítulo, tenhamos procurado apresentar uma interpretação menos linear e mais matizada do processo de recepção do obra de E. P. Thompson nos anos 1980, reiteramos que ele teve importante papel na renovação da produção historiográfica brasileira do período, particularmente no campo da história do trabalho. Esta, por sinal, demonstrava, no Brasil, uma grande pujança no mesmo momento em que, na Europa e nos EUA, começava a receber duros ataques, os quais não demorariam a reverberar na historiografia brasileira, repercutindo sobre as apropriações da obra thompsoniana empreendidas nos anos 1990.

CAPÍTULO 3

E. P. Thompson na produção discente dos anos 1990

Neste capítulo, exploraremos a recepção da obra thompsoniana na produção discente do PPGHU concluída na década de 1990 e nos três primeiros anos da década seguinte. Como no capítulo anterior, iniciaremos o percurso investigando relações desse processo com as transformações pelas quais então passavam as instituições universitárias de produção historiográfica nacionais (salientando alguns aspectos específicos da dinâmica institucional do PPGHU) e com a conjuntura sócio-político-cultural brasileira do período (ênfatisando seus impactos sobre importantes concepções vigentes entre os historiadores). Na sequência, mapearemos a circulação das edições de obras de E. P. Thompson entre os discentes do PPGHU, passando, depois, a analisar as opções de leitura que realizaram, as apropriações que empreenderam e os resultados destas nos trabalhos historiográficos que produziram.

3.1. Instituições de produção historiográfica e mudanças na historiografia

Nos anos 1990, manteve-se a acelerada multiplicação de programas de pós-graduação *stricto sensu* em História vista no decênio anterior, consolidando a posição da universidade como “*locus* privilegiado, embora não exclusivo, da História brasileira”¹. Se, no fim dos anos 1980, havia, em funcionamento no país, 16 cursos de mestrado e 5 de doutorado, em 1999, os primeiros já chegavam a 26 e os últimos a 14, crescimento de 62,5% e de 180%, respectivamente². Como era de se esperar, o número de dissertações e teses sofreu, também, notável incremento. Assim, por exemplo, se, nos anos 1980, a média anual de dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em História do país foi de 66, no período 1990/1994, o número saltou para 148. Quanto aos doutorados, os dados apontam na mesma direção: dos 17 defendidos em 1990, chegou-se aos 49 em 1995³. No PPGHU, o quadro de rápido incremento da produção não era diferente: das 47

¹ FICO, Carlos. “Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990”. In: ANDRADE, José J. A. (org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. São Paulo: Edusc, 2001, p. 624-625.

² CORRÊA, Maria A. A. *De que lugares fala essa história?: as matrizes teórico-metodológicas na produção discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UFF (1989 – 1996)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 35.

³ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. “Teses e dissertações de História defendidas em 1995”. *Estudos Históricos*, n. 17, 1996, p. 168.

dissertações defendidas nos anos 1980, passou-se às 153 do decênio seguinte, aumento de 225%. No que tange aos doutorados, os números, ainda mais acachapantes, foram 1 e 44, respectivamente.

Diante desse quadro, no começo dos anos 2000, historiadores de algumas das mais importantes universidades públicas brasileiras encarregados pela Capes de produzir a avaliação trienal (1998-2000) dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em História não hesitavam em concluir que, em relação ao biênio 1996-97, emergira “uma área de história muito mais complexa”. Para fundamentar tal juízo, salientavam, por exemplo, a “grande expansão da área geográfica onde os programas se localizam” e o fato de que “programas se tornaram muito mais variados – quanto à dimensão e à experiência dos corpos docente e discente, às temáticas das áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, à produção docente e discente etc”⁴. Entre as principais tendências dos programas de pós-graduação em História brasileiros no fim dos anos 1990, os avaliadores apontavam:

(...) predominância de áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa relacionados à cultura, nas diferentes acepções e facetas com que esta se apresenta; predominância de pesquisas, publicações docentes e teses relacionadas à história do Brasil; concentração de pesquisas, dissertações, teses e publicações relativas ao período contemporâneo; (...) existência de programas com corpos docentes compostos, em sua maioria, por titulados há menos de 5, e às vezes há menos de 2 anos, possível consequência da acelerada política de capacitação docente levada a efeito na última década e da grande massa de aposentadorias na área; surgimento de diversos periódicos ligados aos programas de pós, alguns de muito boa ou de boa qualidade, outros ressentindo-se claramente de densidade acadêmica e/ou de periodicidade (...); o surgimento e/ou fortalecimento de várias editoras universitárias – algumas apresentando já perfil consolidado e condições de competitividade no mercado editorial –, o que facilita o escoamento da crescente produção acadêmica.⁵

Dessas indicações, conclui-se que, tal como nos anos 1980, a expansão das instituições universitárias de produção historiográfica nos anos 1990 esteve associada à multiplicação de objetos de pesquisa e à diversificação dos referenciais teórico-metodológicos⁶. Entretanto, se, em 1988, um historiador brasileiro poderia afirmar que,

⁴ CAPES. *Avaliação Trienal (1998-2000) – História (Documento de Área)*. Disponível em goo.gl/GIXIL5 (Acesso em 02/01/2017), p. 2. Sobre a relação entre a “interiorização” das pós-graduações e a valorização dos estudos classificados sobre o problemático rótulo de “história regional”, cf. CORRÊA, Maria A. A. *De que lugares fala essa história*, p. 111.

⁵ CAPES. *Avaliação Trienal (1998-2000) – História (Documento de Área)*, p. 3.

⁶ No relatório da Capes relativo ao período 2000-2003, os historiadores encarregados da avaliação dos cursos de pós-graduação voltaram a ressaltar esse aspecto: “Embora se detecte *ampla diversificação temática e teórico-metodológica no interior de cada programa, expressão do panorama historiográfico atual*, nota-se o predomínio de áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa vinculados à problemática social e da cultura, com ênfase na contemporaneidade.” Cf. CAPES. *Avaliação Trienal (2001-2003) – História (Documento de Área)*. Disponível em <https://goo.gl/tk8ruZ> (Acesso em 02/01/2017), p. 3 (Grifos nossos).

“muito provavelmente, nove entre dez historiadores consideram-se historiadores sociais hoje em dia”⁷, vemos que, no fim dos anos 1990, a mesma frase não poderia ser repetida, como sugere o relatório dos avaliadores dos programas de pós-graduação em História do triênio 1998-2000. De qualquer modo, ainda que, seja inquestionável a “predominância de áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa relacionados à cultura”⁸, não devemos ver nisso, como discutiremos mais adiante neste capítulo, nenhuma homogeneidade, havendo diversidade e, até mesmo, antagonismo entre as opções teórico-metodológicas praticadas pelos historiadores do período. Indo além e apontando o que lhe pareciam ser tendências crescentes ao longo dos anos 1990, Fico observa que:

Os impasses teóricos e a renovação temática vividos por nossa disciplina, durante os últimos anos, talvez expliquem aquilo que poderíamos chamar de “diluição das abordagens metodológicas estritas”, isto é, há um bom número de pesquisas que não são exclusivamente de História Social, História Política ou História Econômica, mas que – num possível esforço de renovação –, situam-se em áreas de fronteira. De fato, a análise da produção histórica brasileira, nos anos 1990, possibilita caracterizar aquilo que já foi chamado de “crise de identidade do ofício do historiador”, isto é, certa pulverização das especialidades tradicionais e consequente multiplicação de objetos que dificultariam tanto a percepção de uma unidade teórico-conceitual da disciplina quanto a identificação de uma pragmática metodológica do ofício. (...)

O ceticismo quanto às teorizações totalizantes, a opção por objetos discretos, particulares ou mesmo singulares, e a busca por equacionamentos conceituais *ad hoc* seriam os traços que definiriam a maioria dos trabalhos brasileiros recentes (...).⁹

Não bastasse a grandiosidade dos desafios teórico-metodológicos, os historiadores universitários dos anos 1990 tiveram que lidar, também, com uma série de novas exigências institucionais. Como salienta Fico:

Fomos confrontados com demandas de avaliação institucional, com exigências de diminuição do tempo despendido para a obtenção de títulos, com pedidos de definição rigorosa de áreas e linhas de pesquisa e com as costumeiras deficiências de recursos. Nada disso é insignificante para uma análise historiográfica que não se limite à consideração estrita da produção: que conseqüências advirão, por exemplo, do encurtamento do tempo para a redação de teses e dissertações? A tradicional e volumosa tese, que demandava anos para ser feita, acabará por ser substituída por trabalho mais ligeiro – nem por isso, necessariamente,

⁷ BATALHA, Claudio H. M. “A história social em questão”. *História: Questões & Debates*, n. 17, 1988, p. 229.

⁸ Em meados dos anos 1990, um estudioso da historiografia brasileira afirmava: “hoje é praticamente impossível não encontrar um vocabulário marcado pelas noções algo vagas de ‘imaginário’, ‘representações’, ‘práticas’, ‘memória’ etc., ou pela valorização da idéia de cotidiano, suas ‘tramas’ e ‘tensões’.” Cf. FICO, Carlos e POLITO, Ronald. “Teses e dissertações de História...”, p. 170.

⁹ FICO, Carlos. “Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método...”, p. 615-616. Um pouco mais adiante (p. 623-624), Fico arremata sua argumentação afirmando que: “é possível detectar na produção de conteúdo histórico [dos anos 1990] um relativo distanciamento do antiteoricismo que prevaleceu no final dos anos 1980: hoje, em boa parte dos trabalhos, há um esforço de problematização conceitual, uma tentativa de afastamento do empirismo rústico, e a solução mais comum é a adesão a autores tomados como referência, dentre os quais, nos anos 1990, destacam-se (*nessa ordem*): E. P. Thompson, R. Chartier, M. Foucault, R. Darnton, W. Benjamin, N. Elias e P. Ricoeur.” (Grifos nossos).

menos rigoroso –, talvez deslocando, por exemplo, o significado do título de “doutor”, que deve ser o início da carreira do pesquisador autônomo e não o seu fim. Do mesmo modo, os patamares quantitativos e qualitativos da produção brasileira atingidos nos anos 1980 e muito ampliados nos 1990 justificam uma expectativa maior quanto à projeção internacional da História produzida no Brasil.¹⁰

Em que pese as pressões colocadas pelas novas configurações assumidas pelas instituições universitárias de produção historiográfica, não é difícil constatar, como se vê nos relatórios produzidos para a Capes anteriormente mencionados, que predominava entre os historiadores dos anos 1990 uma visão positiva sobre o que era entendido como uma “crescente profissionalização da produção historiográfica brasileira”, isto é, “todo um conjunto de características (rigor teórico-metodológico, forte amparo no material empírico, multiplicidade de temas e enfoques, produção numericamente constante e crescente, razoável repercussão social) que situa esta produção em um patamar qualitativo muito distante de poucos anos atrás”¹¹. Contudo, não faltaram aqueles que viram com ambivalência o padrão de profissionalização que ganhava novo impulso nos anos 1990, apontando, por exemplo, a relação que ele teria com uma “postura ético-política”¹² mais desengajada dos historiadores ou, pelo menos, com um distanciamento de certas formas de intervenção na vida pública que foram recorrentes entre importantes intelectuais brasileiros no fim dos anos 1970 e em boa parte da década seguinte. Tal transformação, sugeriam alguns, seria fomentada tanto por significativas modificações na conjuntura internacional quanto por, especialmente, mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais pelas quais o Brasil passou nos anos 1990 (ou mesmo desde fins dos anos 1980). Vejamos mais de perto esse contexto bem como o debate que nas linhas precedentes apenas esboçamos.

3.2. *Sociedade, historiadores e mudanças na historiografia*

A década de 1990 foi palco de transformações que delinearam um cenário repleto de novos desafios para os movimentos sociais em geral e para o sindicalismo em

¹⁰ FICO, Carlos. “Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método...”, p. 624-625. Sobre a redução do tempo para as defesas, especialmente no fim dos anos 1990, cf. CORRÊA, Maria A. A. *De que lugares fala essa história?*, p. 57-58.

¹¹ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. “Teses e dissertações de História...”, p. 173. Para outra avaliação no mesmo tom, cf. CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. “Apresentação”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹² Cf. Capítulo 2 desta tese.

particular¹³. Em linhas gerais, os governos do período – especialmente o de Collor (1990-1992) e o de Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002) – pautaram-se pela adoção de políticas neoliberais¹⁴, as quais, na prática, desdobraram-se em acelerada abertura comercial, profundo ajuste fiscal (com cortes de recursos para custeio e contratação no serviço público, reforma da Previdência etc.), privatizações (telecomunicações, mineração, bancos etc.) e reforma administrativa do Estado. A partir de 1994, o Plano Real mostrou-se eficiente na contenção da escalada inflacionária que assolava o país desde os anos 1980. Entretanto, a política de juros altos, elemento importante no plano de estabilização econômica implantado, tornou-se obstáculo significativo ao crescimento sustentável do investimento produtivo, o que se refletiu em crescentes taxas de desemprego. Estas eram fomentadas, também, pela aceleração do processo de reestruturação produtiva¹⁵, que, em diversos setores, resultou no fechamento de postos de trabalho.

A conjugação de políticas neoliberais e reestruturação produtiva criou um cenário aterrador para a maioria dos trabalhadores. Em que pese as promessas de crescimento econômico, a taxa média anual de incremento do PIB foi, nos anos 1990, de apenas 1,7%, ainda menor, portanto, que a da década anterior, a qual chegou a 3%. Segundo o DIEESE, o salário médio real do trabalhador caiu, durante o decênio, 18,8% na região metropolitana de São Paulo. A participação dos salários no PIB foi reduzida de 45% para 37% e a distância salarial entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres aumentou, passando a diferença de treze salários mínimos (em 1992) para dezessete (em 1999). Já o número de desempregados cresceu, entre 1989 e 1999, a uma taxa média anual de 15,4%, havendo, no fim dos anos 1990, 7,23 milhões de desempregados no país e um percentual de 14% de desempregados nas regiões metropolitanas (sendo que, em 2000, chegou-se, na Grande São Paulo, à desoladora taxa de 18%¹⁶). Em alguns setores, o cenário era de devastação. No bancário, por exemplo, o número de postos de trabalho foi reduzido em

¹³ Exceto quando indicado por nota de rodapé específica, o que se segue, nos próximos dois parágrafos, é uma síntese de ALVES, Giovanni. “Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da ‘década neoliberal’ (1990-2000)”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 19, 2002, p. 71-91.

¹⁴ Para uma discussão mais aprofundada do conceito de neoliberalismo, cf. ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

¹⁵ Podem ser destacados como traços marcantes da reestruturação produtiva do período: a introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção e o desenvolvimento de novas formas de organização da produção capitalista (*just-in-time*, *kan-ban*, *kaizen*, terceirização, trabalho em equipe, programas de qualidade total, sistemas de remuneração flexível etc.).

¹⁶ SANTANA, Marco A. “O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação”. *Cadernos Adenauer*, n. 2, 2002, p. 40 (nota 7).

40% ao longo dos anos 1990. Já os empregos industriais diminuíram, apenas entre 1991 e 1997, 34%¹⁷. No que tange à participação de trabalhadores com carteira assinada no mercado de trabalho, nota-se que ela retrocedeu de 53,7% em 1991 para 43,6% em 2000¹⁸, sendo que, em 1998, o setor informal chegou a representar cerca de 54% da força de trabalho metropolitana brasileira¹⁹. Não é difícil constatar que, ao longo dos anos 1990, configurou-se um novo mundo do trabalho, marcado pelo aumento da precarização, da fragmentação e da informalidade, colocando desafios colossais ao sindicalismo brasileiro.

Nos primeiros anos da década de 1990, o movimento sindical mostrou-se capaz de empreender fortes mobilizações – grande parte dele engajando-se, inclusive, na luta pelo *impeachment* de Collor, em 1992 –, sugerindo que o acúmulo de forças da década anterior poderia continuar no novo decênio²⁰. No começo do governo de Fernando Henrique Cardoso, importantes categorias (petroleiros, eletricitários, telefônicos e previdenciários) demonstravam, ainda, disposição para se opor a determinadas políticas anunciadas pelo novo governo (privatizações, quebras de monopólios etc.). Contudo, tanto o uso de novos e velhos dispositivos legais pelo Executivo Federal para combater as greves²¹ quanto o quadro desfavorável (anteriormente descrito) fomentado pelas medidas neoliberais e pela reestruturação produtiva começaram a minar, rapidamente, a capacidade de organização e de mobilização do movimento sindical, em especial da vertente mais combativa, organizada em torno da CUT²². Para tal quadro, que se refletia, por exemplo, em significativo declínio das greves por categoria no período, contribuíam, também, outras dificuldades do sindicalismo brasileiro, como a de “articular e generalizar suas lutas e problemas na interiorização de suas práticas para o chão de fábrica” e a de superar divisões entre centrais e sindicatos (e mesmo no interior de cada uma dessas entidades).

¹⁷ RODRIGUES, Iram J. e MARTINS, Heloísa S. “O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 1990”. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, 1999, p. 156.

¹⁸ SANTANA, Marco A. “O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000”, p. 41 (nota 8).

¹⁹ RODRIGUES, Iram J. e MARTINS, Heloísa S. “O sindicalismo brasileiro na segunda metade...”, p. 157.

²⁰ Exceto quando indicado por nota de rodapé específica, o que se segue, nos próximos dois parágrafos, é uma síntese de SANTANA, Marco A. “O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000”, p. 35-49.

²¹ Sobre as duríssimas medidas (como a ocupação de refinarias pelo Exército) tomadas pelo governo FHC, em 1995, contra a greve petroleiros e os significados mais amplos da derrota desta parede (“quebrar a espinha dorsal do movimento sindical”), cf. RODRIGUES, Iram J. e MARTINS, Heloísa S. “O sindicalismo brasileiro na segunda metade...”, p. 159.

²² Em que pese as dificuldades dos anos 1990, a CUT permanecia sendo, em 2001, a maior central sindical do país, congregando 32,5% dos 11.354 sindicatos existentes no Brasil, valendo a pena observar que 62,8% das entidades sindicais não se encontravam filiadas a nenhuma central. Cf. SECCO, Lincoln. *História do PT (1978 – 2010)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011, p. 178.

Em um contexto de desemprego e precarização crescentes, o sindicalismo brasileiro enfrentou, especialmente na segunda metade dos anos 1990, um duro revés²³, mas foi também capaz de se reinventar. Os sindicatos mudaram suas pautas de reivindicação. “Se nos anos 80 a questão econômico-salarial assumia prioridade nas mesmas, nos anos 90 a temática da garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumiram o primeiro plano”. Outros novos temas e demandas – relativos a meio ambiente, gênero e raça, cidadania dentro e fora dos locais de trabalho, educação etc. – também ganharam espaço no debate sindical. Na mesma direção, o movimento sindical procurou reconfigurar suas práticas e estratégias. Assim, além de ampliar os recursos à Justiça do Trabalho²⁴ e de buscar articular-se com outros movimentos sociais (terra, moradia, cidadania etc.):

os sindicatos buscaram intervir em outras alternativas que ampliassem seu escopo de ação, contribuindo para a consolidação de novas institucionalidades [como as câmaras setoriais e/ou regionais]. Isso ocorreu em uma lógica que abrangeu desde o sindicato de base até as estruturas intersindicais. Nesse sentido, as centrais sindicais acabaram por se envolver em projetos de formação profissional e intermediação trabalhador/emprego, através de agências e centros de solidariedade. Em muitos casos, esse envolvimento se deu de forma defensiva, em detrimento de movimentos de mobilização dos trabalhadores.²⁵

Não foi apenas o sindicalismo que sofreu, nos anos 1990, significativas transformações, estendendo-se o fenômeno ao conjunto dos movimentos sociais. Estes, para sermos mais precisos, começaram a experimentar importantes inflexões ainda nos anos 1980, especialmente no fim da década, indicando a nova configuração que assumiriam no decênio seguinte. Nas palavras de Gohn:

No decorrer dos anos 80, os movimentos sociais no Brasil passaram, no plano da atuação concreta e no plano das análises que lhes são feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença. Vários fatores contribuíram para estas mudanças, destacando-se as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam da implementação, gestão e avaliação das mesmas políticas; o consenso, a generalização e o

²³ “É justamente essa imagem de um movimento sindical acuado diante de uma situação de perdas constantes, tentando resistir às propostas da flexibilização dos direitos trabalhistas e de desregulamentação do sistema de relações de trabalho, que caracteriza o período analisado [isto é, 1995-1998].” Cf. RODRIGUES, Iram J. e MARTINS, Heloísa S. “O sindicalismo brasileiro na segunda metade...”, p. 159.

²⁴ ALVES, Giovanni. “Trabalho e sindicalismo no Brasil”, p. 89.

²⁵ SANTANA, Marco A. “O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000”, p. 42-43. Reiterando as linhas gerais do argumento de Santana, outro analista do período salienta que: “(...) no decorrer da ‘década neoliberal’ tendeu a ocorrer uma maior participação dos sindicatos nos fóruns de políticas públicas e fóruns tripartites de discussão sobre capacitação tecnológica e de qualificação profissional, demonstrando uma maior preocupação dos sindicatos em interferir na definição de políticas públicas de maior alcance.” Cf. ALVES, Giovanni. “Trabalho e sindicalismo no Brasil”, p. 90. Para uma análise abrangente das transformações do sindicalismo cutista nos anos 1990, cf. OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações – do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH, 2002.

posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos (...); o surgimento de grandes centrais sindicais; o surgimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia; e, fundamentalmente, o nascimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs (organizações não-governamentais). Acrescenta-se ainda a esse cenário a decepção progressiva da sociedade civil tanto com a política praticada pelas elites dirigentes como com a praticada pelos partidos políticos, que progressivamente foram perdendo a capacidade de articular as contradições das demandas populares e das camadas médias, e se enclausurando em guetos corporativistas. Essas alterações irão desembocar na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista que se observava na sociedade civil nos anos 70. Militantes, assessores e simpatizantes deixam de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais, movidos pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas e valores gerais. A profissionalização ou “liberação” (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Ela criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (...). Fora das agendas dos encontros, a outra grande prioridade eram as eleições. Certamente que foram eficazes porque por duas vezes o candidato apoiado pela quase maioria desses movimentos chegou até às finais das eleições para a presidência do país. Mas a consolidação dos movimentos como estruturas da sociedade civil foi um projeto que, nos anos 90, é reconhecido como não realizado, embora seja apontado não como um fracasso mas sim como um projeto utópico, dentro do cenário político dos anos 70 e 80, quando o Estado era visto como um inimigo. Ao final dos anos 80, quando o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder em várias prefeituras, esta postura foi redefinida, e a problemática principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças populares para atuarem como co-partícipes das políticas públicas locais.²⁶

Desse modo, segundo Gohn, se, no início dos anos 1980, a categoria básica salientada nas análises sobre os movimentos sociais era a da autonomia, marcando-se o distanciamento em relação ao Estado autoritário²⁷, no fim da década, já se destacava uma visão dos movimentos sociais como construtores de “espaços de cidadania, nas novas leis que se estabeleceram no país”, em especial as do capítulo sobre os novos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988²⁸. A postura de intensificação da interlocução com o Estado “se aprofundou porque os movimentos progressistas que sobreviveram à sua crise interna querem participar das políticas públicas, criando uma nova forma democrática, a pública não-estatal”²⁹. Ganharam, conseqüentemente, novo impulso as análises centradas na categoria “cidadania”, salientando-se seu exercício “em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 1988, e que têm de desenvolver um novo aprendizado, pois não se trata apenas de reivindicar, de pressionar ou demandar.

²⁶ GOHN, Maria G. “Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90”. In: *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 28-29.

²⁷ GOHN, Maria G. “Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90”, p. 26.

²⁸ GOHN, Maria G. “Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90”, p. 29-30.

²⁹ GOHN, Maria G. “Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90”, p. 32-33.

Trata-se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada já que o lugar da participação está inscrito em leis, é uma realidade virtual”³⁰.

Importante instância na articulação de movimentos sociais nos anos 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) experimentou, também, significativas reconfigurações na década de 1990³¹. O fim do socialismo real, simbolizado pela queda do Muro de Berlim, exigiu do partido redefinições sobre o socialismo internacional³², o que potencializou cisões internas e contribuiu para expulsões e defecções de tendências durante os anos 1990. Em termos nacionais, delineavam-se, também, outras frentes de pressão que induziam marcantes inflexões. Vitorioso em prefeituras importantes e alargando sua presença no âmbito legislativo, o PT consolidava sua condição de “oposição institucional”, ampliando seu recrutamento entre pessoas profissionalizadas na política. Assim, ao longo dos anos 1990, estabeleceu-se, de acordo com Secco, uma “militância quase que exclusivamente remunerada através do partido (diretamente ou indiretamente via assessorias ou cargos de confiança)”, o que fomentava não apenas a repulsão de militantes voluntários mas também a submissão política e financeira aos dirigentes. Emergia um nova configuração partidária. Entretanto, de modo algum, enfatiza Secco, “tal transformação pode ser lida como uma simples mudança de um partido revolucionário a um reformista; mas sim de uma agremiação predominantemente militante a uma predominantemente burocrática”. Mesmo a posição ocupada por Lula no PT não passou incólume aos anos 1990, tendo suas derrotas nas eleições presidenciais de 1994 e 1998 colocado sérios questionamentos internos à viabilidade de sua candidatura no começo dos anos 2000 e levantado, entre importantes dirigentes do partido, a tese de que o PT nem mesmo precisaria ter candidato próprio à presidência da República nas eleições de 2002.

Evidentemente, a nova conjuntura (nacional e internacional) que se esboçou a partir de fins dos anos 1980 e ganhou contornos mais nítidos ao longo da década seguinte foi tomada como objeto de reflexão de historiadores brasileiros, procurando alguns deles,

³⁰ GOHN, Maria G. “Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90”, p. 38-39. Vale acrescentar que Gohn (p. 45) entendia estar em curso, nos anos 1990, uma “crise interna” dos movimentos sociais brasileiros, mas não em seu conjunto: “Não estamos falando de crise entre os chamados novos movimentos sociais, que lutam por questões de direitos no plano da identidade ou igualdade, embora estes também não caminhem no fluxo das grandes mobilizações. (...) Em síntese, os movimentos que entraram em crise, não apenas de mobilização mas de estruturação, objetivos e capacidade de intervir na esfera da política, foram os movimentos populares, demandatários de bens e serviços para suprir carências materiais básicas.”

³¹ Exceto quando indicado por nota de rodapé específica, o que se segue, neste parágrafo, é uma síntese do Capítulo 3 (“Oposição Parlamentar, 1990-2002”) de SECCO, Lincoln. *História do PT*, p. 145-198.

³² REIS, Daniel Aarão. “Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje”. In: RIDENTI, M. e REIS, D. A. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Unicamp, 2012, p. 446.

inclusive, indicar possíveis repercussões que ela teria sobre a própria produção historiográfica das instituições universitárias. Nesse sentido, por exemplo, como vimos no Capítulo 2 desta tese, Cláudio Batalha, docente do PPGHU, diagnosticou, em meados dos anos 1990, o que seria uma “crise” das investigações sobre o operariado, não hesitando em apontar, entre os fatores que contribuíam para esse quadro, o refluxo do protagonismo político do movimento operário sindical a partir de fins dos anos 1980 e a crise da esquerda, agravada pelo desmantelamento do “socialismo real”³³. Por sua vez, Edgar Salvadori de Decca, outro docente do PPGHU, concluía, em 1991, que: “a revolução dos anos sessenta, enquanto um elemento norteador de nosso imaginário, acabou”³⁴, “seja no campo historiográfico ou no debate político, a revolução não desperta mais um grande interesse”. Entendia ele que, por ter perdido a capacidade de empolgar o debate político, o “imaginário da revolução” teria, ao mesmo tempo, desvanecido-se no campo historiográfico³⁵, assinalando uma clara ruptura com a produção historiográfica de décadas precedentes. Em suas palavras:

Na historiografia dos anos oitenta, a revolução passou por uma profunda revisão e as questões pertinentes ao contexto dos anos sessenta perderam a sua força de atração. Daquele imaginário que empolgou setores significativos das sociedades em escala mundial, talvez os ideais da revolta e da rebelião ainda permaneçam vivos. A presença deste imaginário, pelo menos em termos de nossa experiência política, provavelmente, deve-se ao fato de que viemos a descobrir que em matéria de cidadania os mais amplos setores da sociedade brasileira são os rebeldes primitivos de que falaram Hobsbawm e Edward Thompson. (...) Na crítica à memória histórica da revolução [que se inicia na segunda metade dos anos 1970] descobriu-se a questão da democracia e ao mesmo tempo, a historiografia que floresceu a partir desses novos referenciais, reivindicou no terreno da história os direitos políticos da cidadania para os rebeldes primitivos, que se viram privados de todo e qualquer direito de participação política.³⁶

Doutorando do PPGHU no período 1995-2001, Alexandre Fortes propôs-se, também, a abordar a influência de questões do presente na investigação que empreendeu sobre o passado, postura que, para “alguns grandes mestres do ofício”, seria “parte dos compromissos do historiador com a sociedade em que vive”³⁷. Nesse sentido, Fortes procurou distinguir duas conjunturas político-culturais-intelectuais na recente história do país. Entre fins dos anos 1970 e meados dos anos 1980, teríamos aquilo que o autor

³³ BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 154.

³⁴ DECCA, Edgar S. “A revolução acabou”. *Revista Brasileira de História*, v. 10, n. 20, 1991, p. 74.

³⁵ DECCA, Edgar S. “A revolução acabou”, p. 63-64.

³⁶ DECCA, Edgar S. “A revolução acabou”, 1991, p. 74.

³⁷ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”: a classe trabalhadora porto-alegrense na Era Vargas. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Michael Hall), p. xv.

denomina de “momento da autonomia”. Com mais nitidez a partir do começo dos anos 1990 e se estendendo até o momento em que Fortes conclui sua tese (2001), estaria configurado o “momento da cidadania”. Nesses dois momentos, teriam preponderado concepções distintas sobre formação da classe trabalhadora, institucionalização dos seus direitos sociais e sua incorporação a um projeto político.

Segundo Fortes, a emergência do “novo sindicalismo” em fins dos anos 1970 deu um poderoso impulso à “crítica às visões tradicionais da ‘passividade’ e ‘acomodação’ do operariado brasileiro” (elaboradas, especialmente, sob o impacto do golpe de 1964), fomentando um amplo movimento de revisão historiográfica na década de 1980, marcado pela “ênfase na capacidade de os trabalhadores inserirem sua agência no processo histórico e uma contraposição ao determinismo das análises dominantes então vigentes”³⁸. Nesse momento, “autonomia” tornou-se um conceito-chave nas análises, uma vez que “salientava as semelhanças do ‘novo sindicalismo’ tanto com as tendências obreiristas europeias, surgidas nos anos 60, quanto com o movimento operário do início do século. Ao mesmo tempo, esta forma de identificação buscava consagrar uma ruptura com tradições do sindicalismo comunista e trabalhista hegemônicos entre 1930 e 1964”³⁹. Diferenciando-se destas, o “novo sindicalismo” (auto)definia como elemento central de sua identidade a “defesa da autonomia dos movimentos sociais diante do Estado, padrões e partidos políticos”⁴⁰. Ainda que trouxesse novidades, a revisão historiografia do começo dos anos 1980 mantinha importantes elementos da produção anterior, destacando-se a identificação de uma ruptura profunda entre o movimento operário do pré e do pós-1930 e a genérica classificação de “populista” para o sindicalismo anterior a 1964. Assim, situada ora em 1930, ora em 1945, permanecia a ideia de uma mudança no caráter do movimento operário, a qual marcaria a passagem da “autonomia” para a “heteronomia” que somente seria revertida com a emergência do novo sindicalismo, em fins dos anos 1970⁴¹. Diante do grande volume de estudos dos anos 1980 que demonstravam a “autonomia” e intensidade das lutas do operariado pré-1930, como explicar a “heteronomia” do período subsequente? Entre as novas pesquisas, ganharam terreno as análises que “enfatazaram a confluência entre os discursos disciplinares (característicos

³⁸ FORTES, Alexandre. *“Nós do Quarto Distrito...”*, p. xvii-xviii.

³⁹ FORTES, Alexandre. *“Nós do Quarto Distrito...”*, p. xvii.

⁴⁰ FORTES, Alexandre. *“Nós do Quarto Distrito...”*, p. xvii.

⁴¹ FORTES, Alexandre. *“Nós do Quarto Distrito...”*, p. xix.

do emergente projeto de hegemonia da burguesia industrial) e o binômio centralização/burocratização, impresso aos movimentos sociais pelo PCB”⁴².

A partir de meados dos anos 1980, contudo, o desenvolvimento das investigações já começava a apontar que “os trabalhadores não haviam assistido passivamente à constituição do Estado corporativo e, posteriormente, ao jogo político populista do intervalo democrático (1945-1964)”⁴³. Nesse sentido, Fortes destaca, como indicadores de uma inflexão na historiografia do “momento da autonomia”, dois textos de Maria Célia Paoli⁴⁴. Neles, ao analisar as greves em São Paulo no período 1920 a 1945, a autora teria constatado a existência de importantes elementos de continuidade, estando entre eles a persistência, nos meios operários, da noção de “crença simbólica nos direitos”, isto é, a “crença da proteção de suas condições de vida e trabalho por direitos sociais”⁴⁵. Entreabria-se, assim, na leitura de Fortes, uma nova abordagem em que as oposições do binômio autonomia-heteronomia pareciam não mais se sustentar:

Se lei e ação operária apontavam para diferentes interpretações da idéia de direitos, a experiência histórica as integrava tensa e contraditoriamente, mas não como dois pólos excludentes. Contrapor lei e resistência, movimento e instituição limitava o exercício da agência histórica dos trabalhadores a espaços restritos, como a fábrica ou o bairro. Num extremo, histórias de “resistência”, apartadas do plano institucional dos sindicatos e sua mediação organizativa entre lei e experiência operária, tendem a se dissociar completamente das macronarrativas da história nacional, ao invés de contribuírem para superar a exclusão dos trabalhadores como sujeitos que as caracteriza.⁴⁶

Não apenas o desenvolvimento das pesquisas impulsionava o deslocamento da historiografia sobre o operariado brasileiro para um “momento da cidadania”. Mais uma vez, as questões do presente influenciavam, também, a investigação sobre o passado. Na segunda metade dos anos 1980, à medida que “a crença em um cerco do Estado pela organização popular se esgotava, a natureza das novas lutas sociais e políticas colocava a necessidade de novas elaborações”⁴⁷. Nesse campo de práticas, o binômio autonomia-heteronomia não parecia, igualmente, oferecer “mais respostas aos problemas contemporâneos da institucionalização, da construção de canais de participação

⁴² FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xix.

⁴³ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xx.

⁴⁴ PAOLI, Maria Célia. “O trabalhador urbano na fala dos outros”. In: LOPES, José S. L. (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987 e PAOLI, Maria Célia. “Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno”. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, 1989.

⁴⁵ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xx.

⁴⁶ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xx.

⁴⁷ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxi.

democrática e da negociação”⁴⁸. Em relação ao final dos anos 1970, ocorrera, particularmente entre meados dos anos 1980 e o *impeachment* de Collor, em 1992, uma mudança, da relação dos movimentos populares com a estrutura político-institucional, definindo-se um quadro composto por inéditos elementos:

Pela primeira vez na história, vivíamos mais de dez anos de legalidade da esquerda partidária, que, ainda mais, alcançava sucessos eleitorais sem precedentes. A constituição de centrais sindicais, mesmo quando a lei não a permitia, e seu reconhecimento como interlocutoras legítimas frente ao empresariado e ao governo eram também uma importante novidade histórica. Por sua vez, experiências de participação popular na gestão pública se disseminavam por todo o país, desde a adoção do orçamento participativo em prefeituras do PT até os conselhos de gestão paritária incorporados na Constituição de 1988. Setores sindicais, igualmente, iam além de seu papel reivindicativo defendendo as Câmaras Setoriais. Já o processo eleitoral levava a que muitos dos líderes egressos dos novos movimentos assumissem o papel de gestores públicos. Enquanto isso, lideranças e movimentos emergentes viam-se desde logo envolvidos em espaços de participação institucional inimagináveis durante o período 1964-1985. Disseminada a vitória do *impeachment*, a sensação de incorporação à cidadania deitava raízes em solo fertilizado na evolução anterior da experiência política.⁴⁹

Nesse contexto, em que “cidadania” se impõe como uma ideia central no imaginário sobre as relações entre sociedade e política, estabelecia-se, afirma Fortes, um estímulo à “revisão das abordagens usuais e abria espaço para que desdobramentos teóricos ganhassem papel central na discussão dos rumos da história social no Brasil”⁵⁰. Assim, novos estudos sobre o pós-1930, alguns deles elaborados ainda no fim dos anos 1980, confirmando certos aspectos da experiência contemporânea, indicavam que “o forte relacionamento com o Estado e a incorporação à participação política não representam, automaticamente, a negação tanto de um efetivo exercício da cidadania por setores da classe trabalhadora quanto da profunda alteração histórica daí decorrente”⁵¹. Reiterando seu afastamento do binômio autonomia-heteronomia, conclui Fortes:

Recolocar a agência histórica dos trabalhadores a partir das problemáticas recentes surgidas com o tema da cidadania exige pensá-la numa perspectiva não-essencialista. A autonomia não pode ser concebida como uma resistência contínua à exploração, fechada em si mesma e auto-explicativa. A narrativa historiográfica tem que ser capaz de contemplar a resistência operária, dentro e fora do processo de produção, mas também sua relação com outros atores sociais como empresariado, partidos políticos, Igrejas e Estado. Esta interação possui um papel central na definição tanto dos significados assumidos pela cidadania no Brasil quanto das condições de efetivação dos direitos sociais.⁵²

⁴⁸ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxi.

⁴⁹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxii (Grifos nossos).

⁵⁰ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxiii.

⁵¹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxiv.

⁵² FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxv.

No fim dos anos 1990, Fortes não hesitava, portanto, em ver no fato de que se vivia, no presente, “mais um capítulo da relação entre o processo de recomposição e organização da classe trabalhadora e o tortuoso desenvolvimento da cidadania no Brasil republicano”⁵³ importante elemento fomentador do interesse dos historiadores por outras configurações que processos similares poderiam ter assumido no passado, destacando-se o pós-1930 como um período privilegiado para esse tipo de investigação. Pesquisando a Era Vargas, como veremos mais adiante neste capítulo, Fortes buscou abordar a história da luta dos trabalhadores pela conquista de direitos, enfatizando a centralidade da mesma para os processos de formação de classe e de construção da cidadania. Mais amplamente, indicando o vigor do diálogo entre presente e passado apontado por Fortes, a questão da cidadania emergia aqui e ali em diversos campos de pesquisa. Silvia Lara, por exemplo, docente do PPGHU, em texto de 1998 no qual fazia um balanço de estudos recentes sobre a escravidão, chegou mesmo a sugerir a conquista da cidadania como uma espécie de *télos* unificador de lutas travadas em tempos distintos ao afirmar que:

O sentido da luta secular pela cidadania empreendida por homens e mulheres de pele escura que, *mesmo cativos*, lutaram para ser e foram sujeitos de sua própria história indica caminhos para a reflexão e a ação de pessoas que, independentemente da cor de suas peles, *vivem hoje no Brasil*: um longínquo país no qual a *conquista plena da cidadania permanece* sendo uma questão crucial.⁵⁴

Mais recentemente, outros historiadores retomaram o debate sobre as relações entre aspectos da conjuntura dos anos 1990 e certas características que ganharam força em algumas linhagens da produção historiográfica universitária⁵⁵. Marcelo Badaró Mattos, por exemplo, tratando do “contexto do processo de redemocratização brasileira e dos caminhos trilhados, a partir da década de 1990 especialmente, pelas principais formas organizativas construídas pelos trabalhadores brasileiros nos anos 1980”, delineia uma conjuntura, marcada pelo refluxo das lutas de massa e diretas da classe trabalhadora, avanço do processo de institucionalização de suas organizações e valorização do caminho legal/institucional/eleitoral da atuação de classe. É nessas circunstâncias que, segundo Mattos, ganharam espaço estudos sobre escravidão que enfatizaram os “consensos”, ainda

⁵³ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xv.

⁵⁴ LARA, Silvia H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, n. 16, 1998, p. 38 (Grifos nossos).

⁵⁵ O que se segue neste parágrafo é uma síntese do Capítulo 4 (pp. 205-253) de MATTOS, Marcelo B. E. *P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. O referido capítulo, vale acrescentar, retoma e desenvolve argumentos que haviam sido apresentados em MATTOS, Marcelo B. E. P. “Thompson no Brasil”. *Outubro*, n. 14, 2006.

que ambivalentes, e valorizaram a luta dos escravos mobilizando aspectos institucionais da sociedade escravista, “no interior” da ordem senhorial, o que teria gerado uma consequente “desvalorização das estratégias constrassistêmicas”. Movimento similar, afirma Mattos, teria ocorrido em significativas pesquisas relativas ao período 1930-1964 centradas nas formas pelas quais os trabalhadores entendiam a legislação trabalhista e suas lutas para torná-las direitos efetivos. Tal enfoque, ainda que não negasse conflito, se mostraria, ainda de acordo com Mattos, especialmente interessado nas formas de canalização de suas manifestações “para os mecanismos institucionais no interior da ordem”⁵⁶. Em termos teórico-metodológicos, acrescenta o autor, indicando um debate ao qual voltaremos mais adiante neste capítulo, historiadores brasileiros estariam destacando, nos mencionados estudos, os elementos “reformistas” presentes na obra de E. P. Thompson e secundarizando os componentes “revolucionários” nela também presentes.

Mais do que nos oferecer conclusões definitivas sobre possíveis repercussões da conjuntura dos anos 1990 em produções historiográficas universitárias do período, colocações como as de Batalha, Decca, Fortes e Mattos servem-nos aqui para demonstrar que, assim como nos anos 1980, transformações contextuais mais abrangentes tornaram-se objeto de consideração explícita de historiadores que produziram pesquisas naquele momento e que tal reflexão foi mobilizada para defender ou atacar certas opções (temáticas, teórico-metodológicas etc.) que eram efetivadas em investigações então realizadas⁵⁷.

Conclusivos, por outro lado, podemos ser na refutação do prognóstico de que, em função da conjuntura política dos anos 1990, o futuro da historiografia sobre o operariado seria inexoravelmente marcado pelo declínio⁵⁸. Em 1996, Fico já observava que “a história do movimento operário, que parecia abandonada depois do auge verificado no

⁵⁶ Vale destacar que, na construção dos argumentos de Mattos aqui expostos, ele analisa, fundamentalmente, trabalhos de pesquisadores que fizeram seus doutoramentos no PPGHU ou atuaram nele como docentes.

⁵⁷ Para uma discussão similar relativa à historiografia estadunidense, cf. WEINSTEIN, Barbara. “A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, 1998.

⁵⁸ “Do início dos anos 1990 até pelo menos meados da década qualquer diagnóstico da história do trabalho vinha inevitavelmente acompanhado da palavra crise. Crise dos paradigmas, crise do sindicalismo, crise da esquerda, crise do marxismo (periodicamente decretada) e, portanto, crise de um campo de estudos que parecia indissociável de certos procedimentos e, sobretudo, de certos engajamentos de seus praticantes. *Qualquer olhar sobre esse campo não pode deixar de levar em conta a conjuntura desse período, e mesmo que esteja voltado primordialmente para o Brasil não pode perder de vista a dimensão internacional.*”. Cf. BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”. *História*, n. 21, 2002, p. 73 (Grifos nossos).

princípio dos anos 1980, ressurgiu em 1995 com bom número de trabalhos”⁵⁹. Como explicar essa reversão de expectativas? Cláudio Batalha, para quem a “crise da história do trabalho parecia definitiva no início dos anos 1990”⁶⁰, buscou, em 2002, compreender o fenômeno. Para ele, ainda que não se pudesse desconsiderar o peso “dessa ou daquela mudança no cenário político ou sindical” nos “destinos da história do trabalho”, estes não seriam informados apenas por tais fatores, sendo definidos, também, por elementos como a atuação dos historiadores sociais do trabalho no âmbito da pesquisa e no das disputas institucionais. Em suas palavras:

Há vários indícios, desde fins dos anos 1990, de que os praticantes da história do trabalho estão conscientes de que *para conquistar seu espaço institucional* é preciso não se deixar levar pelas lamúrias sobre a crise e partir para a ação, dando continuidade às pesquisas que vinham realizando, mas abrindo também novas frentes, mediante projetos coletivos (...). As iniciativas em termos de encontros científicos e publicações começam a se multiplicar, mostrando que é possível tanto obter financiamentos como interesse editorial.⁶¹

Para Batalha, um bom exemplo de que os historiadores do trabalho, assim como aqueles que atuam em outras áreas de especialização da História, não dependeriam da “atualidade” de seus temas “para ter direito ao seu espaço institucional”, foi a criação, em âmbito nacional, do GT Mundos do Trabalho, o qual, a partir de 2001, começou a participar dos Simpósios Nacionais bianuais da ANPUH, institucionalizando debates, articulando iniciativas etc⁶². Do ponto de vista do autor, portanto, a estratégia para a história social do trabalho continuar a se fortalecer como campo de pesquisas passava, fundamentalmente, não pela busca de uma legitimidade extra-acadêmica, conferida por vínculos mais ou menos diretos com exitosos movimentos protagonizados por trabalhadores (como alguns argumentaram nos anos 1980), mas pela capacidade de renovação (temas, enfoques, abordagens etc.) e pela ação concertada objetivando a conquista de espaço e poder institucionais⁶³. De modo coerente, arremata Batalha:

⁵⁹ FICO, Carlos e POLITO, Ronald. “Teses e dissertações de História...”, p. 173.

⁶⁰ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 73.

⁶¹ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 82. Em meados dos anos 1990, Batalha já havia salientado que: “Eu diria que, mesmo havendo dificuldades teóricas e metodológicas a serem enfrentadas, *o principal problema* [da produção da história operária] está na *consolidação institucional da área, na afirmação desse campo de especialização no próprio conjunto da produção historiográfica*.” Cf. BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil”, p. 157 (Grifos nossos).

⁶² BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 93.

⁶³ Em 2006, em novo balanço historiográfico, Batalha não hesitava em afirmar que: “(...) as conquistas da história do trabalho foram muitas e muito significativas desde fins dos anos 1990. Houve ganhos no volume e na qualidade da pesquisa produzida, com reflexos evidentes nas publicações, na variedade dos temas abordados, *na construção de espaços institucionais e acadêmicos para a história do trabalho. Sem esta última, dificilmente esse campo de estudos teria o espaço que hoje tem nos periódicos especializados e nos*

Pessoalmente, creio que os historiadores do trabalho, ao mesmo tempo que devem estar atentos para as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e abertos ao diálogo com as organizações de trabalhadores, prestariam maior serviço aos movimentos e setores com os quais simpatizam *não tentando ser intelectuais orgânicos, mas preocupando-se em profissionalizar cada vez mais essa área de estudos*.⁶⁴

Como já vimos neste capítulo, exigências de intensificação de um certo padrão de profissionalização não estavam restritas, nos anos 1990, aos praticantes da história social do trabalho, estendendo-se ao conjunto dos produtores de historiografia universitária. Contudo, no caso da história do trabalho, que “esteve desde sua origem ligada a determinados engajamentos políticos no campo da esquerda e do movimento operário”⁶⁵, propostas como a de Batalha disputavam, claramente, espaço com outros pontos de vista. Assim, em meados dos anos 1990, momento em que Marcos Silva ainda falava de um certo “pavor de setores historiográficos em relação ao fantasma da História Neo-Militante”⁶⁶, autores como Daniel James, por exemplo, externavam, em evento na Unicamp para a comemoração dos vinte anos do AEL, a expectativa de ver um novo engajamento entre historiadores do trabalho para preservar a memória social dos oprimidos⁶⁷. Pouco anos depois, quase ao mesmo tempo em que Batalha publicava seu balanço sobre a produção dos anos 1990, sua própria orientanda, Edilene Toledo, doutoranda do PPGHU entre 1994-2002, assinalava posicionamento distinto do de seu orientador. Inicialmente, apoiando-se em autores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, Toledo prepara seu argumento recusando “o relativismo desenfreado e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica, que interpreta os textos e não os acontecimentos”⁶⁸. Em sentido contrário, afirma acreditar que seu trabalho “recupera fragmentos de uma história que não deveria ser esquecida e de palavras que, mesmo a cem anos de distância, conservam ainda a mensagem de esperança em um futuro melhor”⁶⁹. Coerentemente com tal visão, a autora explicita que:

encontros científicos da disciplina.” Cf. BATALHA, Cláudio H. M. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, 2006, p. 88 (Grifos nossos).

⁶⁴ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 81 (Grifos nossos).

⁶⁵ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 75.

⁶⁶ SILVA, Marcos A. “Mais (e, em certos aspectos, melhores) histórias em periódicos: *Cadernos de História Social* (Unicamp). *Revista de História*, n. 134, 1996, p. 90.

⁶⁷ JAMES, Daniel. “O que há de novo, o que há de velho?” Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Angela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 136-137.

⁶⁸ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha), p. xvii.

⁶⁹ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. xvii.

(...) este trabalho tem também um sentido político. Essa foi a história de um período em que trabalhadores e intelectuais procuraram construir um projeto de uma sociedade mais justa e mais humana, movidos pela esperança ou pela fé na possibilidade efetiva de construí-la. *Esperamos que haja novamente um dia em que isso não soe tão ingênuo ou tão estranho.*⁷⁰

Para Toledo, portanto, no momento em que escreve, não existiria uma convergência entre trabalhadores e intelectuais para “construir um projeto de uma sociedade mais justa e mais humana, movidos pela esperança ou pela fé na possibilidade efetiva de construí-la”. Pelo contrário, em tom de lamento, a autora sugere que, no começo dos anos 2000, tais ideias seriam vistas como ingênuas ou estranhas, restando-lhe apenas o anseio por um quadro diferente no futuro.

Ainda que não nos permitam afirmações conclusivas, considerações como as de Batalha, Silva, James e Toledo indicam-nos que, em relação à década de 1980, o contexto dos anos 1990 colocou novas questões relativas à postura ético-política de historiadores universitários (e intelectuais em geral), destacando-se, por exemplo, as reflexões sobre as reconfigurações das relações entre intelectuais e movimentos sociais, em um quadro de crescente profissionalização de uns e de outros. Possivelmente, ao contrastar os anos 1980 e os 1990, mais do que opor, respectivamente, “engajamento” e “desengajamento”, devemos pensar em distintas modalidades de intervenção dos intelectuais no campo político, sendo que, na década de 1990, acompanhando uma tendência mais geral, elas se tornaram cada vez mais mediadas e institucionalizadas⁷¹. De qualquer modo, tal análise ultrapassaria, largamente, as possibilidades e os objetivos desta tese. Voltemos, então, para o interior das instituições universitárias de produção historiográfica, mais especificamente para o PPGHU, e abordemos algumas das importantes transformações pelas quais ele passou nos anos 1990.

⁷⁰ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. 403 (Grifos nossos).

⁷¹ Tratando de alguns exemplos recentes, mas destacando certos padrões de interação que, ao nosso ver, já começavam a ser delineados nos anos 1990, Silvia Lara salienta, por exemplo, que: “Incluir o ponto de vista dos escravos na história da escravidão é uma atitude ao mesmo tempo analítica e política, que encontra eco nos movimentos sociais que reivindicam inclusão social e racial. Não é à toa que a maioria dos estudiosos que estudam escravidão (histórica ou contemporânea) e o pós-abolição tenha se posicionado de modo favorável às cotas, antes mesmo da decisão do STF de 2012. Esse diálogo entre a produção acadêmica e os movimentos sociais pode ser de dupla mão. Grande parte das conquistas relativas à inclusão da história da África e dos afro-brasileiros no ensino secundário vem do movimento negro, mas desde a promulgação da lei 10.639 em 2003 as universidades aproveitaram para criar ou aumentar esse campo de estudos nos departamentos de História – e isso tem reforçado movimentos historiográficos importantes, como os que mencionei agora há pouco, sobre os significados das diferenças étnicas entre os escravos.” Cf. LARA, Silvia H. “Entrevista”. *Hydra*, v. 1, n. 2, 2016, p. 204.

3.3.O PPGHU nos anos 1990: o deslocamento do lugar institucional da história social do trabalho – de área de concentração única a linha de pesquisa

Como temos visto nesta tese, explicar transformações na produção historiográfica das instituições universitárias como simples reflexos de mudanças dos contextos sócio-político-culturais mais amplos tende a minimizar (e até ignorar) os modos específicos pelos quais a “comunidade dos historiadores” *refrata e responde* a questões colocadas por outras dinâmicas sociais, articulando-as às suas próprias demandas internas. Assim, no capítulo anterior, procuramos explicitar um conjunto de ações e de atores que levaram, em meados dos anos 1980, à institucionalização da história social do trabalho como área de concentração única do PPGHU, indício da posição hegemônica que a mencionada abordagem então desfrutava. Vimos, também, como em fins dos anos 1980, um conjunto de fatores levaram à criação de uma segunda área de concentração no PPGHU: História da Arte e da Cultura. Rememorando esse período, Luzia Margareth Rago, discente do PPGHU (1980 a 1990) e docente do Departamento de História da Unicamp (desde 1985), salienta que viveu, naquele momento (especialmente, a partir de meados dos anos 1980), “um debate que se caracterizou como *uma grande disputa entre grupos* que se alinhavam na *história social* e na *história cultural*, e eles eram dois fortes expoentes: Thompson na história social, e Foucault, segundo uma apropriação dos historiadores, na história cultural”⁷². Prosseguindo em suas recordações, Rago acrescenta que, no PPGHU dos anos 1980:

(...) falava-se de muitos autores, de muitas descobertas, não só do E. P. Thompson, mas também de Claude Lefort, Walter Benjamin, Cornelius Castoriadis, Hannah Arendt, aquele leque de autores que nos deixavam maravilhados de perceber tantas reflexões, tantas coisas, e era aquela descoberta enorme. As conhecidas filósofas Marilena Chauí e Maria Sílvia de Carvalho Franco chegaram a realizar cursos incríveis em nosso Programa de Pós-Graduação em História. *Aos poucos, para um grupo, o debate se polarizou entre Thompson e Foucault, entre História Social e o que aos poucos se configurava como História Cultural*, entre os historiadores, entre uma aposta na concepção de que as relações sociais de produção explicam outras dimensões da vida, constituindo-se como lugar privilegiado de inteligibilidade do real, e outra, muito diferente, segundo a qual a sociedade e o real são conceitos que devem ser desnaturalizados e historicizados. Mas quero destacar que o leque de autores/as que líamos era muito maior, e é ainda.⁷³

⁷² RAGO, Margareth. “Uma imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson”. *Pontos de Interrogação*, v. 1, n. 2, 2011, p. 9-10 (Grifos nossos).

⁷³ RAGO, Margareth. “Uma imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson”, p. 11-12 (Grifos nossos).

Mais de duas décadas depois daquele período de agudas divergências teórico-metodológicas no interior do PPGHU, Rago, que, como já vimos, não listou, em 1990, Thompson na bibliografia de sua tese (diferentemente do que fizera no mestrado, apresentado em 1984) e, pouco anos depois, em 1993, escreveu sobre a incompatibilidade dos pensamentos thompsoniano e foucaultiano, afirma que:

Hoje já não é mais um debate, as questões se aclararam mais, as fronteiras se definiram. Hoje creio que até virou brincadeira, ou já nem nos lembramos mais dessa história. Rimos um pouco disso, porque percebemos que era uma besteira ficar disputando autores como Foucault, um filósofo, e Thompson, um historiador. Teria sido muito mais inteligente descobrir como conectá-los e não estabelecer uma competição entre ambos. Mas eram outros tempos.⁷⁴

Sim. Eram “outros tempos” e as disputas levavam a calorosos debates, fomentando aproximações e distanciamentos entre pesquisadores. É isso o que se pode ver, por exemplo, na controvérsia que, originada nas “discussões teóricas travadas nas aulas de Teoria e Metodologia em História do Trabalho I, no primeiro semestre de 1991, sob a orientação do Prof. Dr. Edgar de Decca”⁷⁵, ganhou as páginas da revista *Resgate*, opondo as posições dos doutorandos Durval Muniz Albuquerque Jr. (1990-1994)⁷⁶ e Gladys Sabina Ribeiro (1990-1997)⁷⁷ sobre os pensamentos de Michel Foucault e Carlo Ginzburg (crescentemente utilizado, desde fins dos anos 1980, em associação com os escritos thompsonianos em diversos trabalhos discentes do PPGHU, como demonstraremos mais adiante).

Em 1991, Albuquerque Jr. publicou o artigo em que confrontava as posturas teórico-metodológicas de Carlo Ginzburg, em *O queijo e os vermes*, e as de Michel Foucault, em *Eu, Pierre, Rivière*. Com isso, objetivava “explicitar os caminhos trilhados pelos dois autores, que são *caminhos que podem ser trilhados por nós historiadores* principalmente ao nos debruçarmos sobre objetos tradicionalmente vinculados à ‘cultura popular’”⁷⁸. Entre os vários tópicos apreciados em seu cuidadoso cotejamento⁷⁹, Albuquerque Jr. destaca que, para Ginzburg, os indícios históricos serviriam para uma aproximação ou apropriação do real, possibilitando a reconstrução do mesmo em sua

⁷⁴ RAGO, Margareth. “Uma imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson”, p. 8.

⁷⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. “Menocchio Rivière: a palavra construída”. *Resgate*, v. 5, n. 6 1996, p. 87.

⁷⁶ ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. *Resgate*, v. 2, n. 2, 1991.

⁷⁷ RIBEIRO, Gladys Sabina. “Menocchio Rivière: a palavra construída”. *Resgate*, v. 5, n. 6 1996.

⁷⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. *Resgate*, v. 2, n. 2, 1991, p. 49 (Grifos nossos).

⁷⁹ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Menocchio e Rivière”, p. 49-55.

totalidade (processo que, entretanto, seria sempre perpassado pela subjetividade do historiador). Já para Foucault, os indícios seriam ponto de partida para construir o real, visto ser este uma construção discursiva. Ginzburg entenderia que o discurso remete ou representa um acontecimento, ao passo que Foucault veria o discurso como um acontecimento histórico em si mesmo. O historiador italiano, por mais que tratasse da diferença e da singularidade, não deixaria de se valer de “uma grade conceitual com pretensão totalizante e que usa categorias homogeneizadoras”, procedimento denunciado por Foucault, que veria nisso uma forma de compactuar com o discurso do vencedor e suas ações para “reinserir o diferente, o desviante, o ‘anormal’, o singular em discursos que lancem mão de grades conceituais que aproximem o diferente do semelhante, o dissidente e anormal do normal, o singular do repetitivo”. Em Ginzburg, o sujeito, mesmo que valorizado em sua singularidade, acabaria sendo explicado pelo contexto. Em Foucault, por outro lado, haveria sempre “algo de estranho e singular que o [isto é, o sujeito] distingue do meio circundante”. Indo além, sublinha Albuquerque Jr., se, em Ginzburg, o sujeito é “resultado de séries históricas diversas”, que “confluem para a formação de um sujeito único e que em alguns momentos é a própria síntese de uma totalidade histórica que representa”; em Foucault, não existiria um “sujeito fundante de seus atos e palavras”, este seria apenas “um ponto de cruzamento de diferentes redes discursivas que falam de experiências as mais diferenciadas”. Ginzburg, por sua postura teórico-metodológica, imporia um limite classista ao discurso de Menocchio, aprisionando-o. Em sentido oposto, Foucault teria buscado resgatar a “liberdade da palavra” de Rivière, recuperando, para isso, “os mecanismos e estratégias” que produziram o silenciamento. Enquanto Ginzburg partiria do pressuposto da universalidade da razão em sua pretensão de tudo explicar, “embora termine por reconhecer o seu limite quando se debruça sobre seu objeto, para na conclusão reafirmar sua crença racionalista”; Foucault procura, exatamente, criticar essa universalidade. Se Ginzburg estaria preocupado em reconstituir um sistema de inclusão, isto é, em “explicar como estas diferentes séries discursivas são apropriadas por Menocchio, como ele as funde, em um único discurso, ou seja, como ele homogeneíza conhecimentos tão díspares”; Foucault enfatiza a reconstrução do sistema de exclusão “que caçou a palavra de Rivière, que produziu o silêncio de Rivière, que procurou apagar toda a denúncia embutida em suas práticas”. Assim, se Ginzburg “toma a palavra para superar os silêncios”, Foucault “toma a palavra para ressaltar os silêncios: o primeiro tenta tornar tais silêncios em palavras ditadas pela razão, o segundo usa a palavra para denunciar os

silêncios produzidos pela razão”. Arrematando sua análise dos pensamentos de Ginzburg e de Foucault (e, ao mesmo tempo, indicando-nos suas preferências pelo último), Albuquerque Jr. lança uma virulenta crítica política ao historiador italiano:

(...) se Ginzburg acusa Foucault de populismo, por este ver no discurso da vítima de exclusão social uma alternativa radical às mentiras da sociedade, talvez Foucault acusasse Ginzburg de permanecer preso a uma visão totalizante e homogeneizadora da história, que desconheceu e desrespeitou a vítima da exclusão social, caminhando em muitas circunstâncias para propostas políticas integradoras e totalitárias, embora baseada num discurso libertário, de alternativa radical à sociedade.⁸⁰

Ainda que com certa demora, Ginzburg não ficou sem defesa (e Foucault sem ataques), encarregando-se Gladys Sabina Ribeiro da tarefa⁸¹. A autora adota o mesmo procedimento comparativo de Albuquerque Jr., mas confere mais espaço à análise de elementos centrais do pensamento do historiador italiano que teriam sido descritos impropriamente por Albuquerque Jr. Nesse sentido, Ribeiro começa apontando que a concepção de discurso de Ginzburg seria muito próxima àquela de Mikhail Bakhtin, sendo ele compreendido como prática e abrindo sua análise o caminho às formas de vivência do real. A enunciação seria dinâmica e produzida pela experiência. Assim, a “apreensão do real, portanto, a construção da realidade por uma determinada classe social, baseia-se na sua experiência, na sua vivência”. Ginzburg reafirmaria, portanto, “uma visão da História que não descarta a experiência dos homens na formação das classes sociais e da consciência de classe”. Isso não significaria, entretanto, que, na obra do historiador italiano, a experiência de Menocchio deixasse de ser única, original, indissolúvel. Ela seria apenas situada socialmente. Segundo Ribeiro, do ponto de vista de Ginzburg, o real existiria, mas somente poderia ser apreendido como construção. “Não se busca a verdade unívoca, porque seria entendê-la emergindo do real. Bem, nem do real nem da realidade. As significações são plurais. As realidades e as verdades também”. Daí a necessidade do uso de muitas e variadas fontes: não para “pintar um quadro mais verdadeiro e próximo do real”, mas “para buscar o caminho para uma verdade ou verdades através dos rastros, como versões do real”. Foucault, na perspectiva de Ribeiro, priorizaria os lugares de produção, mas não colocaria a “questão da circulação e do consumo da escrita ou das leituras que se fazem dos textos”. Consequentemente, o filósofo francês reificaria o enunciado, não voltando “ao contexto e à experiência do indivíduo, dos seus

⁸⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Menocchio e Rivière”, p. 55.

⁸¹ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de RIBEIRO, Gladys Sabina. “Menocchio Rivière”, p. 87-100.

locutores, ou mesmo, ao contexto e à experiência do historiador, para melhor entender o cotidiano e as vivências transmitidas, lidas e relidas”. Recairia, desse modo, em um irracionalismo estetizante (como já afirmara Ginzburg, em *O queijo e os vermes*) e paralisante. Intensificando o ataque, Ribeiro conclui que Foucault desconstruiria a História ao eliminar o sujeito e a classe social. “Para ele, o saber não está situado em uma classe. Seu lugar histórico é *institucional*”.

Diante de artigos como o de Ribeiro e Albuquerque Jr., conseguimos entender melhor o que Rago descreveu como “uma grande disputa entre grupos que se alinhavam na história social e na história cultural”. Evidentemente, congregar posições tão distintas – também rotuladas por Rago, mais amplamente, como “debate do marxismo e do pós-estruturalismo”⁸² – era tarefa difícil, quando não impossível. Sem dúvida, esse é um dos fatores que contribuiu para uma série de transformações pelas quais o PPGHU passou, ao longo dos anos 1990, em suas linhas de pesquisa e áreas de concentração⁸³. Assim, em 1993, as linhas de pesquisa do PPGHU foram redefinidas, passando a ser: Trabalho, Política e Movimentos Sociais; História Social da Escravidão e do Racismo; Cultura e Cidades: políticas urbanas, produção cultural e cidadania; História Social da Cultura; Jogos do Político: conceitos, representações e imaginário; História, Memória e Historiografia⁸⁴. Em 1997, nova linha de pesquisa foi criada: História, Cultura e Gênero, ampliando, desse modo, o número de menções ao termo “cultura” na denominação das linhas de pesquisa do PPGHU, fenômeno que, como já vimos, ocorreu, durante os anos 1990, em muitos programas de pós-graduação em História do país.

Contudo, em que pese a crescente diversificação de temas e abordagens entre os docentes do PPGHU, foi somente em fins de 2002 que uma ampla reorganização institucional foi, formalmente, concluída. A área de concentração única História Social do Trabalho foi substituída por quatro novas: História da Arte; História Cultural; História Social e Política, Memória e Cidade. Cada uma delas contava com suas respectivas linhas de pesquisa. A área de concentração em História Social, por exemplo, veio a abrigar três linhas de pesquisa: História Social da Cultura, História Social do Trabalho e História

⁸² RAGO, Margareth. “Uma imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson”, p. 9-10.

⁸³ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese das informações disponíveis do site oficial do PPGHU. Cf. <http://goo.gl/i9uNaa> Acesso em 03/2012 (Grifos nossos).

⁸⁴ Como vimos no capítulo anterior desta tese, em meados dos anos 1980, as linhas de pesquisa do PPGHU (todas elas congregadas na única área de concentração então existente, História Social do Trabalho) eram: Escravidão e Trabalho Livre; Movimentos Sociais; Processo de Trabalho; Política e Trabalho; Cultura e Cidades.

Social da África⁸⁵. Em entrevista realizada em 2001, Edgar Salvadori de Decca, ressaltando a amplitude das disputas e das divisões intrainstitucionais do presente em relação a um passado em que lhe parecia ter havido maior coesão, admite que: “Talvez hoje eu não fale mais, como antigamente, pelo Departamento de História, mas falo com certeza por uma ala. Outros seguiram outros caminhos e rumos e provavelmente não se identificam com o que digo”⁸⁶. Cláudio Batalha também não deixou de registrar que, na segunda metade dos anos 1990 e princípios da década seguinte, assinalava-se, pelo menos formalmente, algo como o encerramento de uma era, afinal:

(...) o Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho da Unicamp transformou-se simplesmente em Programa de Pós-Graduação em História, e aquela que foi a denominação do programa hoje designa apenas uma das oito linhas de pesquisa existentes. É claro que essas mudanças de denominação buscam adequar essas instituições e programas à realidade que hoje vivem, mas é forçoso reconhecer que o termo “história social do trabalho” chegou a ter prestígio suficiente nos anos 1980 para que pesquisadores os mais diversos pudessem reconhecer-se nele.⁸⁷

Michael Hall, por sua vez, enfatiza o aspecto burocrático das mudanças institucionais então em curso. Elas seriam, simplesmente, a formalização do que “já tinha acontecido na prática”. Contribuiriam, entretanto, para a redução das disputas internas relativas à quantidade de alunos ingressantes, a critérios de distribuição de bolsas, à definição de cursos ministrados na pós-graduação etc⁸⁸. Norberto Ferreras, discente do curso de doutorado do PPGHU entre 1997 e 2001, entendia, também, as transformações que testemunhava como mera formalidade, criticando, inclusive, a postura daqueles que insistiam na:

Nostalgia dos bons e velhos tempos em que os estudos do trabalho eram a principal rama [sic] de estudos dentro da Historiografia brasileira e quando, junto aos historiadores sociais, era hegemônico, a ponto de criar-se programa de pós-graduação que tem as palavras “sociais” e “trabalho” dentro dos diplomas que ainda hoje se outorgam, *mesmo quando muitas das dissertações e teses destes cursos estejam muito longe destas problemáticas*.⁸⁹

Para Ferreras, rearranjos como o ocorrido no PPGHU e o contexto político de grandes dificuldades enfrentado pelos movimentos sociais em geral (e pelo sindicalismo,

⁸⁵ A criação da linha de pesquisa História Social da África deu-se em 2006.

⁸⁶ Entrevista com Edgar de Decca (concedida em 03/2001). In: MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 284.

⁸⁷ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”. *História*, n. 21, 2002, p. 76.

⁸⁸ Entrevista com Michael M. Hall, concedida ao autor em 23/07/2013.

⁸⁹ FERRERAS, Norberto. O. “História e trabalho: entre a renovação e a nostalgia”. *Trajetos*, v. 1, n. 2, 2002, p. 1-2 (Grifos nossos).

em particular) não resultariam, necessariamente, em declínio da história social e, mais especificamente, dos estudos sobre o trabalho. Nesse sentido, avalia o autor, a produção dos anos 1990 sobre classe trabalhadora “não parece ter sido prejudicada grandemente pelas novas tendências se considerarmos a opinião de historiadores do trabalho que desde o exterior manifestam-se surpresos com grande a produção da região”⁹⁰. Tal fenômeno se deveria, em parte, ao fato de que as “pesquisas da década de 1990 recuperaram o objeto, mas modificaram os enfoques revisitando alguns dos conceitos e estudos clássicos, ou avançando sobre novos enfoques e problemas provenientes da História Cultural, da Antropologia, e numa proporção menor da Linguística”⁹¹. O processo envolveria, ainda, a intensificação do uso de certas fontes, como as orais (“utilizadas *ad nauseam*”). Por diversos caminhos de renovação, que tornariam “os nossos estudos o mais multifacético possível para poder ser tão abrangentes quanto à vida dos seres humanos”⁹², a história social do trabalho estaria fortalecendo suas posições e se mantendo como um campo de pesquisas de destaque.

Sem dúvida, o movimento descrito por Ferreras também teve lugar no PPGHU. Entretanto, nesse caso específico, devemos acrescentar que, quase ao mesmo tempo em que ocorria o descentramento da história social do trabalho na organização formal do programa de pós-graduação, importantes ações de docentes dedicados à história social (da escravidão, do trabalho “livre”, da cultura etc.) contribuíam para o estabelecimento de novas condições institucionais que robustecessem a pesquisa nesse campo. Nesse sentido, além da obtenção de novos acervos que alargaram a diversidade temática e documental do Arquivo Edgard Leuenroth⁹³, vale a pena destacar a criação, em meados dos anos 1990, do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT)⁹⁴ que,

⁹⁰ FERRERAS, Norberto. O. “História e trabalho”, p. 2-3.

⁹¹ FERRERAS, Norberto. O. “História e trabalho”, p. 2-3.

⁹² FERRERAS, Norberto. O. “História e trabalho”, p. 11.

⁹³ “Ao mesmo tempo em que reunia novos documentos relativos às suas temáticas tradicionais, o Arquivo incorporou [nos anos 1980 e 1990] fundos e coleções sobre o tenentismo, a história política brasileira do período 1930/70, as iniciativas patronais para a organização do trabalho e a formação profissional, os novos movimentos sociais, com destaque para o movimento feminista e homossexual, os direitos humanos e a violência, as pesquisas de opinião pública, a história intelectual e a história da cultura, principalmente do rádio, do cinema, do teatro e da literatura de cordel.” Cf. ARAÚJO, Ângela M. C. e BATALHA, Cláudio H. M. “Apresentação”. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 13.

⁹⁴ “Em agosto de 1995, como parte do processo de institucionalização dos grupos de pesquisa existentes no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, um grupo de docentes do Departamento de História criou o Centro Interno de Pesquisa em Cultura Popular - CECULT. Em julho de 1997, o CECULT passou a se chamar Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, respondendo a uma ampliação do alcance temático de suas preocupações.” Cf. o site oficial do CECULT em <https://goo.gl/LvAfyh> (Acesso em 06/2016). Salientando o peso de componentes institucionais no fenômeno, Sílvia Lara acrescenta que: “A ideia de criar um centro de pesquisa surgiu de uma avaliação de que esse caminho estava sendo

congregando docentes como Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Maria C. P. Cunha, Robert Slenes e Cláudio Batalha, assentava que:

O principal objetivo desse Centro de Pesquisa é estimular e sustentar a *reflexão sobre as experiências dos trabalhadores* ao longo da história do Brasil: suas práticas e formas de expressão, os significados que conferiram a diferentes aspectos de seu cotidiano, bem como os modos pelos quais se viram e foram vistos por outros sujeitos em situações históricas específicas. Interessa aos pesquisadores do Centro investigar esses temas nos locais de trabalho ou nos espaços de sociabilidade e lazer, no desenrolar de conflitos com senhores, patrões ou autoridades públicas ou ainda nos momentos em que identidades e solidariedades se fizeram mais presentes. (...) Assim, os *procedimentos da história social mantêm um diálogo renovado com a historiografia, buscando explorar os temas da história da cultura a partir das questões colocadas pela história social*.⁹⁵

Negando a ideia de necessária oposição entre história social e história cultural, apresentada (pelo menos, para um dado período), por Luzia Margareth Rago, por exemplo, nota-se no trecho citado, a evidente intenção de disputar uma dada abordagem (a social) para a história da cultura. De acordo com Silvia Lara: “queríamos que ficasse claro que havia entre nós um ponto de partida comum na abordagem da história da cultura, *uma perspectiva que enfatizava os sujeitos como produtores de cultura*, que estávamos longe da história das ideias, da história intelectual, dos movimentos artísticos, da história das representações etc.”⁹⁶. Na sustentação dessa perspectiva teórico-metodológica, E. P. Thompson teria se mostrado “muito importante para todos nós”, estando o modo como a cultura aparece na obra do historiador inglês “diretamente relacionado às críticas ao conceito de ‘cultura popular’ e de ‘nação’ presentes nos primeiros projetos coletivos do CECULT, assim como nos debates sobre a cultura dos trabalhadores (livres e escravos) nos anos seguintes”⁹⁷. Nesse novo contexto, as obras thompsonianas continuaram a ter, como veremos, um amplo público leitor entre os discentes do PPGHU, fenômeno potencializado tanto por novas e bem cuidadas edições brasileiras de escritos do

fortalecido nas agências financiadoras de pesquisa, e havia uma oportunidade institucional no IFCH/UNICAMP, com a proposta da direção do Instituto de criar ‘centros internos de pesquisa’.” Cf. Entrevista com Silvia Lara, concedida ao autor em 19/12/2016.

⁹⁵ Cf. o site oficial do CECULT em <https://goo.gl/LvAfyh> (Acesso em 06/2016) (Grifos nossos).

⁹⁶ Entrevista com Silvia Lara, concedida ao autor em 19/12/2016 (Grifos nossos). Em artigo de 1997, Lara já sustentava que “do ponto de vista das implicações e problemas envolvidos pelo conhecimento histórico, não há separação entre história social e história cultural”. Acrescentava, ainda, que experiência, “uma das noções mais caras a Thompson”, “não pertence à história social *ou* à história cultural, mas interliga necessariamente as duas abordagens.” Cf. LARA, Silvia H. “História Cultural e História Social”. *Diálogos*, n. 1, 1997, p. 26-27.

⁹⁷ Entrevista com Silvia Lara, concedida ao autor em 19/12/2016. A docente do PPGHU lembra ainda que: “O vínculo entre as atividades do CECULT e das linhas de pesquisa no Programa de Pós-Graduação às quais os docentes do CECULT estávamos vinculados foi sempre muito forte. Parte de nossas atividades ocorre nas linhas e envolve diretamente nossos alunos de pós-graduação. Para além dos projetos coletivos, os projetos individuais de pesquisa desenvolvidos no CECULT incluem aqueles dos docentes e de nossos alunos do mestrado e do doutorado.”

historiador inglês que vieram a lume nos anos 1990 quanto pela crescente fortuna crítica produzida por historiadores brasileiros sobre sua obra ao longo da década. Observemos mais de perto essa intensa movimentação.

3.4. Circulação de edições de obras de Thompson entre discentes do PPGHU nos anos 1990

Assim como nos anos 1980, a década de 1990 foi um período de envolvimento de pessoas vinculadas ao PPGHU, fundamentalmente discentes, na produção de edições brasileiras da obra de E. P. Thompson⁹⁸. Nesse sentido, já em 1993, os mestrandos Antonio Luigi Negro e Alexandre Fortes, ambos orientandos de Michael Hall (que, por sinal, atuou como revisor da tradução), transpuseram para o português e prepararam uma edição “doméstica” (isto é, de circulação mais limitada aos alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp) do ensaio *As peculiaridades dos ingleses*⁹⁹ (acompanhado da breve *Nota sobre “As peculiaridades dos ingleses”*¹⁰⁰). De acordo com Sérgio Silva, professor do Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp e responsável pela apresentação da publicação, esta “fazia uma falta muito grande nos cursos em que tentávamos estudar o pensamento e o método de Thompson, além de sua contribuição historiográfica, em parte já traduzida”. Se, provavelmente, o historiador inglês ficaria um pouco inquieto com esse grande interesse em seu “método”, é quase certo que exultaria ao saber que a versão brasileira de seu ensaio foi lançada em evento que reuniu, em agosto de 1993, intelectuais¹⁰¹ e trabalhadores no Instituto Cajamar¹⁰². Tal acontecimento, por

⁹⁸ Nos anos 1990, o único texto thompsoniano publicado no Brasil sem a participação de pessoas vinculadas ao PPGHU foi THOMPSON, E. P. “O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo”. In: SILVA, Tomaz T. (org.). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. Observemos, contudo, que a tradução do artigo de Thompson não foi referenciada em nenhuma das dissertações e teses analisadas em nosso trabalho. Vale a pena mencionar, também, ainda que não seja um artigo ou livro de Thompson, a publicação, em português, da entrevista THOMPSON, E. P. “O espírito *whig* sem o elitismo” (Entrevista). In: BOURDIEU, Pierre e MICELI, Sérgio (orgs.). *Liber – I*. São Paulo: Edusp, 1997.

⁹⁹ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses*. Trad.: Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro. Campinas: IFCH-Unicamp, 1993 (Coleção Textos Didáticos, n. 10). O original em inglês é: THOMPSON, E. P. “The peculiarities of the English”. *Socialist Register*, 1965. A tradução brasileira foi realizada a partir de THOMPSON, E. P. *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978.

¹⁰⁰ A tradução de Ligia Osório Silva foi realizada a partir de THOMPSON, E. P. “A note on the texts”. In: *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978.

¹⁰¹ Participaram da mesa “Tributo a E. P. Thompson”, nome dado ao evento em função do recente falecimento do historiador inglês, Michael Hall, José Sérgio Leite Lopes e Maria Célia Paoli.

¹⁰² FORTES, A., NEGRO, A. L. e FONTES, P. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio L. Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 49. Criado pela CUT em parceria com entidades internacionais, o Instituto Cajamar foi, entre 1986 e 1994, um centro de formação e capacitação política das principais lideranças sindicais, partidárias e de movimentos sociais da esquerda brasileira. Cf. “Retomada do Instituto Cajamar fortalece a formação de novas lideranças sindicais”. *Site da CUT*, 04/03/2014. Disponível em

certo, não deixava de reforçar o aspecto militante/ativista frequentemente associado, desde as primeiras edições nacionais dos anos 1980, a Thompson e sua obra.

Em 1995, *As peculiaridades dos ingleses* ganharia uma segunda edição¹⁰³, incorporando significativos acréscimos. Juntamente com a apresentação da edição anterior, com um texto inédito do professor Sérgio Silva sobre a originalidade do pensamento thompsoniano dentro do marxismo¹⁰⁴ e com um posfácio composto por texto que E. J. Hobsbawm escreveu por ocasião da morte de Thompson¹⁰⁵, a publicação trazia a tradução de quatro artigos de Thompson: *As peculiaridades dos ingleses*, *Nota sobre “As peculiaridades dos ingleses”*, *A história vista de baixo*¹⁰⁶ e *Modos de dominação e revoluções na Inglaterra*¹⁰⁷. Em 1998, nova edição, a terceira, revista e ampliada veio a lume, resultando em uma publicação dividida em dois volumes¹⁰⁸. Aos textos mencionados anteriormente, foram somados o ensaio *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*¹⁰⁹ e o artigo de Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes sobre Thompson e sua obra, intitulado *Peculiaridades de E. P. Thompson*¹¹⁰. A incorporação deste texto ao livro assinalava uma significativa novidade em relação às publicações brasileiras dos anos 1980 de obras thompsonianas. Com efeito, como que para conferir mais legitimidade à leitura que faziam dos artigos da coletânea (em especial, do ensaio *As peculiaridades*), Fortes, Negro e Fontes mobilizam variado conjunto de

<http://goo.gl/C5jvOi> (Acesso em 10/08/2014). Vale acrescentar que, na primeira metade dos anos 1990, quatro mestrandos do PPGHU (Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Hélio da Costa e Paulo Fontes), todos orientandos de Michael Hall, trabalharam no Instituto Cajamar. Cf. Entrevista com Alexandre Fortes, concedida a PAZ, A.; PESSOA, A.; CARDOSO, A.; SANTIAGO, C.; LEAL, D.; CASTRO, L. em 08/2014. Cf. “História Social do Trabalho no Brasil: conversa com Alexandre Fortes”. *Revista Litteris*, n. 14, 2014, p. 3-4.

¹⁰³ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2.ed. (Organização: Antonio L. Negro e Sergio Silva). Campinas: IFCH-Unicamp, 1995 (Coleção Textos Didáticos, n. 10).

¹⁰⁴ SILVA, Sérgio. “Thompson, Marx, os marxistas e os outros”.

¹⁰⁵ A tradução de Antonio Luigi Negro é feita a partir de *The Independent*, 30/08/1993.

¹⁰⁶ A tradução de Antonio Luigi Negro é realizada a partir de *The Times Literary Supplement*, 07/03/1966.

¹⁰⁷ Na edição nacional do texto, observa-se que: “Artigo publicado em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 2-3, 1976. Este texto é o resultado de uma série de respostas de E. P. Thompson a questões colocadas pelos participantes de um seminário ocorrido na École Normale Supérieure (1974-1975) sobre sociologia da cultura e modos de dominação. Esta publicação mantém apenas a exposição de Thompson, eliminando um comentário relativamente longo de um dos tradutores franceses, J. C. Chamboredon. O fragmentos de diversos trabalhos do autor – muitos dos quais fazem partes de obras publicadas em edições brasileiras –, além das perguntas que Thompson respondeu foram eliminados. Tradução: Fernando Teixeira da Silva. Revisão: Sergio Silva.”

¹⁰⁸ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3.ed. (Organização: Antonio L. Negro e Sergio Silva). Campinas: IFCH-Unicamp, 1998 (Coleção Textos Didáticos, n. 10, 2 volumes).

¹⁰⁹ A tradução de Antonio Luigi Negro é realizada a partir de THOMPSON, E. P. “Alcune osservazioni su classe e ‘falsa coscienza’”. *Quaderni Storici*, n. 36, 1977.

¹¹⁰ FORTES, A.; NEGRO, A. L.; FONTES, P. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. 3.ed. (Org.: Antonio L. Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1998 (Col. Textos Didáticos, n. 10, v. 2).

referências bibliográficas¹¹¹ no intuito de delinear os contextos (tanto teórico-historiográficos quanto sociopolíticos) nos quais o historiador inglês escreveu sua obra (particularmente, *The Making* e *The peculiarities*) e com os quais ele buscava dialogar. Desse modo, os autores sustentavam, implicitamente, que uma adequada leitura da obra de Thompson exigiria, pelo menos num primeiro momento, (re)situá-la, cuidadosamente, nos contextos em que foi produzida. Nesse movimento, articularam um significativo repertório de informações para os leitores brasileiros, sendo, contudo, muito parcimoniosos ao tratar da crescente saraivada de críticas que, pelo menos desde meados dos anos 1980, abatiam-se sobre a obra de Thompson e a de seus seguidores¹¹², como vimos no Capítulo 1 desta tese. De qualquer modo, no mencionado artigo, fica claro que, para Fortes, Negro e Fontes, não bastaria a recuperação de algum suposto significado original dos textos thompsonianos. Estes deveriam, fundamentalmente, ser apropriados de modo criativo pelos historiadores brasileiros para lidar com suas próprias questões: como já ensinara E. P. Thompson, era preciso combater “a elevação de experiências históricas à condição de modelo geral”¹¹³.

Ainda em 1998, com a revisão técnica de três então doutorandos do PPGHU (Antonio Luigi Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes), foi publicada, também, a tradução brasileira de *Costumes em Comum*¹¹⁴. A manutenção do subtítulo inglês

¹¹¹ Foram bastante utilizados: HOBBSAWM, Eric. “The historians’ group of the communist party”. In: CONFORTH, M (ed). *Rebels and their causes*. London, Lawrence and Wishart, 1978; BESS, Michael. “E. P. Thompson: the historian as activist”. *American Historical Review*, v. 98, 1993; SEARBY, P., RULE, J. e MALCOMSON, R. “Edward Thompson as a teacher: Yorkshire and Warwick”. In: *Protest and survival*. Londres: Merlin Press, 1993; SCHWARZ, Bill. “The people in history: the Communist Party Historians Group, 1946-1956”. In: JOHNSON, R. (org.). *Making histories*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1985.

¹¹² Fortes, Negro e Fontes listam os textos da polêmica travada entre Thompson e Anderson/Nairn. Por outro lado, citam, apenas de passagem, dois artigos da coletânea KAYE, Harvey and McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990 e nem mesmo mencionam, por exemplo, as duríssimas críticas ao historiador inglês presentes em ANDERSON, Perry. *Arguments within English Marxism*. London: New Left Books; Verso: 1980 e SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”. In: *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University, 1988.

¹¹³ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L.; FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”, p. 40. Nas páginas seguintes (p. 43-45), os autores detalham quais, a seu ver, seriam as principais contribuições de Thompson para a pesquisa histórica no Brasil, discussão que retomaremos mais adiante neste capítulo.

¹¹⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991]. O original em inglês é: THOMPSON, E. P. *Customs in Common*. London: Merlin, 1991. O livro era composto por oito capítulos. Três deles eram basicamente republicações de artigos já conhecidos: *The moral economy...*; *Time, work-discipline...*; e *Rough Music...*. Em resposta aos críticos, Thompson apresentou uma original discussão historiográfica em *The moral economy reviewed*. Ainda que retomasse reflexões anteriores, o texto *Custom, Law and Common Right* também era novo. *The Sale of Wives*, cujas proposições fundamentais já haviam aparecido em *Folklore, Anthropology*, tornou-se um capítulo independente abundantemente amparado em fontes. As principais teses presentes em *Patrician Society...* e *Eighteenth-Century...* foram fundidas e desenvolvidas em dois capítulos de *Customs in Common*: i) *Introduction: Custom and Culture* e ii) *The Patricians and The Plebs*.

(“estudos sobre cultura popular tradicional”) pode ser entendida como indício do público almejado pela editora para a publicação. Afinal, como já vimos, nos anos 1990, multiplicavam-se os interessados em “história cultural” nas instituições universitárias de produção historiográfica. Na orelha do livro, salientando-se a repercussão mundial da obra de Thompson, esclarece-se que “da história do trabalho à da cultura, [ela] tem inspirado pesquisas originais sobre sindicalismo, partidos, movimentos sociais, escravidão, campesinato, crime e motins, entre outras”. O amplo conhecimento e aceitação de que o historiador inglês e a sua obra já gozavam no Brasil fica sugerido pela ausência de necessidade de se reservar a orelha do livro a autor nacional de expressão que agregasse legitimidade à publicação que se lançava.

As resenhas não tardaram, sendo todas elas escritas por historiadores que tiveram ou tinham vinculação com o PPGHU. Sidnei Munhoz, mestrando entre 1983 e 1990, antecipou-se, na verdade, à publicação brasileira e resenhou, já em 1995, uma edição em inglês de *Customs in Common*¹¹⁵. O autor começava se queixando de que “nem mesmo sua [de Thompson] prematura morte [em 1993] motivou a publicação ou mesmo a abertura de maior espaço para a análise de suas obras em cadernos especializados veiculados pela grande imprensa”. Emulando o tom provocativo do historiador inglês, Munhoz, após alertar contra os riscos de transposições mecânicas, afirmava que a leitura de *Customs* seria útil a “certos repetidores da propaganda neoliberal no Brasil”, pois, assim, “talvez, pudessem poupar-nos da tediosa repetição de algumas falácias sobre a capacidade auto-reguladora do mercado”. Em fins de 1998, valendo-se das páginas da *Folha de São Paulo*, foi a vez Michael Hall falar do livro thompsoniano recém-publicado no Brasil¹¹⁶. Logo nas primeiras linhas, já assentava que: “Como todos os livros de Thompson, *Costumes em Comum* mostra como as preocupações políticas do autor podem iluminar a história”. Nesse sentido, aproximando-se de Munhoz, Hall observa que: “Thompson não resiste à oportunidade de espetar a celebração thatcherista dos supostos encantos do mercado capitalista”. Em meio a uma análise cuidadosa dos vários artigos do livro e a recuperações pontuais de informações sobre a militância política de Thompson, Hall não hesitava em afirmar que o historiador inglês: “estabeleceu as bases de uma historiografia profundamente influenciada por Marx, embora visceralmente anti-

¹¹⁵ MUNHOZ, Sidnei. “Resenha de THOMPSON. E. P. *Customs in common* (1991)”. *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 139-143.

¹¹⁶ HALL, Michael. “Costumes do povo inglês”. *Folha de São Paulo*, 12/12/1998. Disponível em: <http://goo.gl/2ozxRH> (Acesso em 18/07/2014).

stalinista”. Déa Ribeiro Fenelon, outra “fundadora” do PPGHU, fez questão de, também, destacar o ativismo político de Thompson, especialmente sua “atuação nas trincheiras e vanguardas do movimento pacifista mundial, particularmente na Inglaterra e na Europa”¹¹⁷. Indo além, afirmava a autora que o próprio Thompson consideraria a “politização” a “razão de ser do trabalho histórico”, o que não prejudicaria sua constante preocupação com fontes e acuradas reflexões teórico-metodológicas. *Costumes em Comum* seria um livro para todos aqueles que “tentam enveredar na compreensão da cultura como categoria abrangente e capaz de nos levar a análises de modos de vida, de trabalho, de lazer, tudo compreendido no embate das situações históricas vivificadas e no campo de forças contemporâneo”. Arrematando as resenhas de *Costumes em Comum*, temos a de Regina Weber¹¹⁸, mestranda do PPGHU entre 1984 e 1989, que, sustentando alguns argumentos similares aos de Fenelon, define Thompson como “marxista certamente não ortodoxo”.

Em 2001, a edição “doméstica” de *As peculiaridades dos ingleses* se tornou uma publicação oficial da Editora da Unicamp¹¹⁹, ampliando muito suas possibilidades de circulação nacional. À terceira edição caseira, foram acrescentadas a tradução, em português, do artigo *Folclore, antropologia e história social*¹²⁰ e uma nova apresentação geral do livro escrita pelos organizadores, Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Nesta, salientava-se que, nos textos da coletânea, Thompson apresenta “preocupações teóricas”, possibilitando que eles sejam “estudados ao lado de outros já traduzidos, como ‘Patrícios e Plebeus’ (*Costumes em comum*), ‘O domínio da lei’ (*Senhores e caçadores*) ou o polêmico ensaio *A miséria da teoria*”. Acrescentava-se, ainda, que o livro “permitiria novas leituras dessas obras [as principais de Thompson] e facilitaria sua contraposição direta às teorias sociais”, permitindo um melhor conhecimento da “tradição marxista abraçada por Thompson”¹²¹. Silvia Lara, docente do PPGHU, não demorou para resenhar a nova publicação do historiador inglês¹²². Além da reconstituição de alguns aspectos da

¹¹⁷ FENELON, Déa Ribeiro. “Costume e cultura na Inglaterra do século XVIII”. *Projeto História*, n. 18, 1999, p. 405-411.

¹¹⁸ WEBER, Regina. “Resenha de THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*”. *Horizontes Antropológicos*, n. 10, 1999, p. 309.

¹¹⁹ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001.

¹²⁰ A versão brasileira foi realizada a partir de THOMPSON, E. P. “Folklore, anthropology and social history”. *The Indian Historical Review*, n. 2, 1977.

¹²¹ SILVA, Sergio e NEGRO, Antonio Luigi. “Apresentação”. THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001, p. 9-10.

¹²² LARA, Silvia H. “Peculiaridades no Brasil”. *Topoi*, n. 3, 2001, p. 174-179.

circulação dos textos de Thompson no Brasil, ocupa largo espaço na resenha da autora a tentativa de compreender as razões pelas quais os artigos de Thompson não teriam sido publicados, a partir dos anos 1980, nas revistas acadêmicas. Segundo Lara, três fatores poderiam ter produzido tal quadro: 1) timidez ou dificuldades na negociação dos direitos autorais; 2) “diferença teórica da maioria dos componentes dos comitês editoriais destas revistas, que se inclinavam para outras escolhas na seleção de temas e artigos” e 3) o “modo mesmo com que Thompson escrevia seus textos: de seu tom extremamente polêmico e de sua argumentação tecida de modo cerrado através das fontes”. Apesar de destacar que o impacto da obra de Thompson foi “enorme”, Lara preferiu enfatizar que a recepção de seu trabalho, particularmente no que tange à disponibilização de publicações nacionais, enfrentou grandes obstáculos, sendo o acidentado caminho percorrido pelos textos reunidos em *As peculiaridades* apenas mais um exemplo. Por sua vez, Nicolau Sevcenko¹²³, docente do Departamento de História da USP, optou por ressaltar que a nova edição de *As peculiaridades* tinha a “dupla intenção de revelar ao público a notável carreira intelectual e política de Thompson”. Quanto ao historiador inglês, apontou sua condição de uma das principais referências mundiais “tanto no que se referia ao desenvolvimento teórico e metodológico da pesquisa em história social quanto no incremento e qualificação da reflexão histórica como um dos instrumentos críticos mais eficazes para o avanço do debate democrático”. Por fim, localizamos a resenha de María V. Secreto¹²⁴, doutoranda em Ciência Econômica na Unicamp entre 1997 e 2001. Talvez, tanto por sua formação quanto para questionar a forte vinculação que se estabeleceu, particularmente depois da publicação de *Costumes em Comum*, entre a obra Thompson e os estudos sobre cultura, Secreto optou por sublinhar que a leitura de *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* deixava claro que, para Thompson: “a economia não pode ser abolida. Ela está presente em todas as construções e explicações dos artigos, na forma de economia cultural e socialmente construída”.

Em 2002, marcando o início de uma série de publicações brasileiras do historiador inglês nas quais, diferentemente do que se vira nos anos 1980 e 1990, seria majoritária a participação de pessoas *não* vinculadas ao PPGHU¹²⁵, veio a lume a edição de *Os*

¹²³ SEVCENKO, Nicolau. “A mais estranha das ilhas: resenha de E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*”. *Folha de São Paulo*, 08/09/2001. Disponível em <https://goo.gl/h7FtSg> (Acesso em 07/2014).

¹²⁴ SECRETO, María Verónica. “Resenha de E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*”. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 46, 2003, p. 299-304.

¹²⁵ Em período posterior ao abarcado por nossa investigação, o processo de tradução e apropriação de obras thompsonianas sofreu importantes acréscimos. Em 2011, foi disponibilizada, na internet, a tradução

*românticos – a Inglaterra na Era Revolucionária*¹²⁶, assinalando o começo da circulação, em português, da produção thompsoniana sobre o romantismo inglês. Como vimos no Capítulo 1 desta tese, ainda que tenha optado por despendar energias para finalizar *Customs in Common*, Thompson considerava, segundo sua esposa e parceira intelectual, “até mais importante” escrever “um estudo do movimento romântico inglês da década de 1790”¹²⁷, tarefa que não pôde concluir. Algumas das razões desse grande interesse de Thompson foram bem exploradas em resenha de Leonardo Pereira¹²⁸, doutorando do PPGHU entre 1994 e 1998, sobre o então recém-lançado livro do historiador inglês em terras brasileiras. Em relação ao processo de recepção das obras thompsonianas no Brasil, Pereira entendia que a edição nacional de *Os românticos* poderia ser vista como marco de um novo momento. Segundo o autor, desde os anos 1980, vinha se definindo “entre os leitores brasileiros um perfil determinado para sua [de Thompson] produção” em que se ressaltava “a imagem de um historiador comprometido com a história dos excluídos, uma história vista de baixo”. A tradução de *Os Românticos* contribuiria para mudar esse quadro, uma vez que traria elementos que permitiriam um “alargamento de tal perfil, resgatando uma parcela da produção de Thompson em geral pouco aproveitada nas suas apropriações brasileiras”. Nesse sentido, Pereira começa destacando o incremento que a obra trazia aos “debates a respeito da relação entre literatura e história social”, afinal, os escritos thompsonianos sobre a produção romântica inglesa de fins do século XVIII não objetivariam uma análise baseada nas experiências dos próprios trabalhadores, mas um estudo de autores que fizeram dessa “gente comum” tema de seus escritos. Nessa “historicização radical da produção literária”, “Thompson assume a preocupação em compreender os pontos de vista de tais literatos nos embates e tensões que marcaram o

brasileira de *Carta Aberta a Leszek Kolakowski*. Acompanhando este texto, Mario Duayer, professor visitante da Faculdade de Serviço Social da UERJ, apresentou, também, uma versão brasileira da resposta de Kolakowski a Thompson e um artigo analisando o confronto de ideias entre os dois autores – DUAYER, Mario (ed.). *Debate Thompson x Kolakowski*. 2011. Disponível em <https://goo.gl/VWabYI> (Acesso em 08/03/2014). Em 2012, os leitores brasileiros já poderiam encontrar, em língua pátria, o pós-escrito que Thompson publicou, em 1976, com a edição revisada de seu *William Morris – romantic to revolutionary*: THOMPSON, E. P. “Pós-escrito: 1976”. Trad.: V. Valdez, T. Blauth e M. S. M. de Moraes. In: MÜLLER, Ricardo G. e DUARTE, Adriano L. (orgs.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó, SC: Argos, 2012. No trabalho de tradução, estiveram envolvidos, fundamentalmente, discentes e docentes da Universidade Federal de Santa Catarina. Mesmo com tais adições, é fácil constatar que grande parte da obra de Thompson ainda não conta com traduções brasileiras, o que parece ir na contramão da ampla e durável influência thompsoniana na universidade brasileira.

¹²⁶ THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era das revoluções*. Trad.: Sérgio Moraes de Rêgo Lins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1997]. O original em inglês é: THOMPSON, E. P. *The Romantics: England in revolutionary age*. New York: New Press, 1997.

¹²⁷ THOMPSON, Dorothy. “Prefácio”. In: THOMPSON, E. P. *Os românticos*, p. 7-8.

¹²⁸ PEREIRA, Leonardo A. M. (Resenha) “THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*”. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 303-311.

período, expondo assim uma outra dimensão de suas análises sobre a relação entre esses diferentes grupos”. Entretanto, assim como “os trabalhadores que analisa em outros livros e artigos, os literatos são também apreendidos a partir de sua experiência”, o que não significa que Thompson se abstinhasse de “discutir o valor estético da obra literária”.

Além de disponibilizar aos leitores brasileiros parte da ampla (mas pouco lida entre nós) produção thompsoniana sobre o romantismo inglês (e os diversos debates teórico-metodológicos nela presentes), a edição nacional de *Os Românticos* teria, de acordo com Pereira, um outro potencial: o de “incrementar” a “forma pela qual tem sido muitas vezes entendida e analisada a obra do próprio Thompson”. Com efeito, o livro recém-traduzido do historiador inglês revelaria aspectos da grande influência do romantismo sobre seu próprio pensamento e do modo como ele mesmo refletia sobre tais conexões, elementos que teriam pouco espaço no modo como os historiadores brasileiros entendiam e analisavam a obra thompsoniana¹²⁹. Assim, enfatizava Pereira: “os autores românticos permitiram a Thompson o estabelecimento de um contraponto à lógica do economicismo do próprio Marx, que teria se enredado na teia da economia política que criticava”¹³⁰. Além disso, a relação que tais autores estabeleceram “com a vida e os costumes dos camponeses ingleses do final do século XVIII” foram, também, bastante importantes para Thompson elaborar seus próprios entendimentos sobre o termo “experiência”, particularmente no âmbito da educação de adultos. Até mesmo significativas considerações de Thompson sobre revolução, utopia, desencantamento e apostasia estariam relacionadas a suas análises do romantismo inglês. Enfim, *Os românticos* visibilizava, muito mais do que outras publicações brasileiras de textos de

¹²⁹ Em texto de 2000, Cláudio Batalha, por exemplo, mostrava-se cético quanto à relevância de Morris para compreender o “método de análise” de Thompson. Discordando do que o próprio historiador inglês afirmara no posfácio à nova edição de seu *William Morris*, Batalha sugere que: “O principal argumento que leva a duvidar do efetivo peso de Morris na análise thompsoniana são os pontos de contato entre as formulações de Thompson com as de outros autores — alguns dos quais influenciam sua obra, enquanto outros dela sofrem influência — como Christopher Hill, Eugene Genovese, Cornelius Castoriadis, Pierre Bourdieu que não atribuem nenhuma importância particular a Morris. Ou seja, é muito provável que Thompson tivesse chegado às posições que chegou sem jamais ter passado por Morris, mas disso nunca se poderá ter certeza...”. Cf. BATALHA, Cláudio. “Thompson diante de Marx”. In: BOITO JR., Armando et al. (orgs.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 200.

¹³⁰ Pereira aproveita esse tópico para reafirmar a coerência entre as diferentes dimensões da produção intelectual de Thompson: “(...) tais estudos sobre a literatura romântica inglesa possuem profunda ligação com as dimensões de sua obra mais reconhecidas no Brasil. Aproximados pelo viés da experiência, o interesse pela cultura popular na Inglaterra do século XVIII e a obstinação pela produção de seus poetas românticos têm, como ponto em comum, a tentativa de compreensão de um momento marcante da crise do paternalismo inglês (...).” Cf. PEREIRA, Leonardo A. M. (Resenha) “THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 308-309.

Thompson até então disponíveis, o quanto o veio romântico repercutia sobre o pensamento do historiador inglês.

Ao nosso ver, Pereira esboça um quadro (cuja constituição entendemos atravessar os anos 1990) de crescente disponibilidade de publicações que fomentavam a ampliação do conhecimento de historiadores brasileiros sobre o contexto (sociopolítico, cultural, teórico-historiográfico etc.) em que Thompson forjou seu pensamento e produziu sua obra. Sem dúvida, as edições de *As peculiaridades* (especialmente, a de 1998) e de *Os românticos* foram marcos significativos nesse processo. Entretanto, não se mostraram menos importantes no fenômeno diversas publicações de historiadores brasileiros e estrangeiros, vindas a lume, nos anos 1990, sobre Thompson, sua obra e mesmo sua recepção entre nós, constituindo uma considerável fortuna crítica¹³¹. Nos anos 2000, nota-se a continuidade desse interesse de situar a obra de Thompson em seu contexto de produção (incluindo, cada vez mais, as críticas a ela dirigidas e as respostas dos defensores do legado thompsoniano), movimento acompanhado de perto pelo incremento das indagações sobre o modo como os textos do historiador inglês foram lidos e apropriados no Brasil¹³². De certo modo, foi esse processo que estabeleceu as próprias condições de possibilidade desta tese. Tal problema, entretanto, já se encontra muito além dos propósitos desta pesquisa. Voltemos às apropriações da obra de Thompson na produção discente do PPGHU dos anos 1990 e do começo da década seguinte, explorando, em um primeiro momento, a frequência com que os discentes do PPGHU utilizaram os textos thompsonianos que tinham à disposição para que, assim, possamos, na sequência, dimensionar mais adequadamente as opções de leitura que efetivaram no período.

¹³¹ Mais adiante, quando debatermos as apropriações da obra de Thompson na produção discente do PPGHU, voltaremos a tratar desses textos.

¹³² Para mencionar somente alguns indícios significativos: 1) a realização, em 2001, da mesa-redonda “E. P. Thompson no Brasil”, coordenada por Sidney Chalhoub, no *XXI Simpósio Nacional de História*; 2) a defesa da tese de MÜLLER, Ricardo G. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002; 3) a defesa da dissertação de CÂNDIDO, Tyrone A. P. *Dos homens sendo e tornando-se: tradição e experiência em E. P. Thompson*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: UFC, 2002; 4) a realização, em 2003, do seminário “Política e Paixão: dez anos sem E. P. Thompson”, promovido pelos programas de pós-graduação em História, Sociologia Política e Educação da UFSC. Os ensaios apresentados foram, posteriormente, reunidos no livro: MÜLLER, Ricardo G. e DUARTE, Adriano L. (orgs.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó, SC: Argos, 2012; 5) a tradução de dois artigos que apresentavam balanços sobre história do trabalho no mundo anglo-saxônico, destacando os renovados diálogos com a obra de Thompson: SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho” e KIRK, Neville. “Cultura: costume, comercialização e classe”. Ambos disponíveis em BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004; 6) a publicação do artigo de MATTOS, Marcelo B. E. P. “Thompson no Brasil”. *Outubro*, n. 14, 2006.

Quando consideramos a frequência de referenciamento de edições brasileiras e estrangeiras de obras thompsonianas nas dissertações e teses defendidas no PPGHU entre 1990 e 2002, constatamos que, dos 346 trabalhos apresentados (240 mestrados e 106 doutorados), 129 (isto é, 37,3%) mencionaram algum texto do historiador inglês, percentual muito próximo ao do período 1980-1989, quando se chegou a 39,6%. Analisando as bibliografias dos trabalhos que listaram textos de Thompson, contabilizamos um total de 299 referências. A edição nacional de *A formação da classe operária* foi arrolada 66 vezes (o que corresponde a 22,07% do total de referências), assumindo a posição de texto thompsoniano mais referenciado do período e ocupando o lugar que, no intervalo 1980 a 1989, coube a *Tradición, revuelta*. Este livro, contudo, estabelecendo-se na segunda posição foi listado 62 vezes (20,74%). Já a edição brasileira de *A miséria da teoria*, arrolada 44 vezes (14,72%), manteve a terceira posição conquistada no período 1980-1989. Na quarta posição, uma das grandes novidades do intervalo 1990-2002 são as 31 vezes (10,37%) que *Senhores e Caçadores* foi listado, afinal, no período anterior, a edição nacional e a inglesa apareceram somente 2 vezes. Lançada em fins dos anos 1990, a edição brasileira de *Costumes em Comum* foi listada 28 vezes (9,36%), ocupando já a quinta posição entre os textos thompsonianos mais referenciados no período 1990-2002.

Assim como no intervalo 1980-1989, as dissertações e as teses do PPGHU defendidas entre 1990 e 2002 raramente listaram, em suas bibliografias, textos thompsonianos em língua inglesa. Isso aconteceu 34 vezes (o que corresponde a apenas 11,37% do total de referências). Tal ocorrência é bastante compreensível: repleto de citações diretas de fontes e densos debates historiográficos britânicos, o texto de Thompson (em que pese suas sempre elogiadas qualidades literárias) pode apresentar obstáculos consideráveis até mesmo para os que têm o inglês como sua primeira língua¹³³. Nesse sentido, é possível afirmar que a edição nacional de *A formação*, lançada em 1987, muito colaborou para que se ampliasse a leitura dessa obra no período 1990-2002, o que, como veremos, parece ter intensificado a apropriação das características da escrita thompsoniana presentes nesse texto (volumosa citação direta de fontes, limitadas considerações teórico-metodológicas explícitas, opção por não conferir grande espaço a dados estatísticos etc.) por parte de historiadores aqui estudados. Em relação a *A formação*, é interessante apontar, também, que, mesmo quando somadas todas as

¹³³ Entrevista com Michael M. Hall, concedida ao autor em 23/07/2013.

referências a edições dessa obra (em português, espanhol e inglês), alcançamos o total de 78 (26,08% do total de referências), número bastante inferior às 117 vezes (51,09%) em que são listados textos thompsonianos relativos à sociedade inglesa do século XVIII disponíveis em português, inglês, francês, espanhol e italiano. Enfim, o Thompson mais apropriado no período 1990-2002 continuou sendo aquele que operou com noções como hegemonia, paternalismo e cultura plebeia, debates intensamente apropriados pelos historiadores aqui analisados, especialmente em seus estudos sobre história social da cultura, escravidão e trabalhadores do período pós-1930. É nesses dois últimos campos de pesquisa que, em boa medida, encontraremos, também, a resposta para o extraordinário aumento das apropriações de *Senhores e Caçadores* durante o intervalo 1990-2002.

De qualquer modo, apenas a análise qualitativa dos trabalhos do período pode nos revelar as nuances das apropriações das obras de Thompson empreendidas pelos discentes do PPGHU. Para levarmos adiante essa tarefa, assim como no capítulo anterior desta tese (mas em ordem distinta a nele adotada), optamos por organizar as teses que se valeram de textos do historiador inglês em quatro agrupamentos: “Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império”, “Trabalho e trabalhadores do pós-1930”, “Trabalho e trabalhadores da Primeira República” e “Estudos diversos em história social da cultura”. Grosso modo, no fim dos anos 1980, cada um desses blocos contava com um conjunto de trabalhos principais que haviam estabelecido tendências teórico-metodológicas dominantes nesses subcampos de pesquisa. Já delineadas no capítulo anterior desta tese, elas serão aqui sucintamente retomadas no início de cada um dos agrupamentos, afinal, a nova produção necessariamente tinha que dialogar com o “saber estabelecido”. Na sequência, dentro de cada bloco, serão analisadas, por ordem cronológica de data de defesa, teses dos discentes do PPGHU que se apropriaram de obras de Thompson, destacando-se, especialmente, os usos de referenciais teórico-metodológicos do historiador inglês e seus efeitos.

3.5. Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império

No final de 1991, em evento realizado na Universidade Federal de Ouro Preto sobre a historiografia brasileira relativa à escravidão, Silvia Lara apresentou um balanço da produção nacional sobre a temática, enfatizando os debates recentes que marcaram o campo de estudos e delineando alguns dos caminhos que se esboçavam para as pesquisas

do novo decênio¹³⁴. Segundo Lara, os grandes confrontos teóricos dos anos 1970 sobre o modo de produção continuaram influenciando a historiografia da escravidão na década de 1980, mas assumiram novos termos:

As teses de Fernando Novais a respeito do Antigo Sistema Colonial são encontradas em diversos livros didáticos, reaparecem em estudos sobre a ideologia escravista, sobre a religiosidade colonial, sobre diversos aspectos da época moderna, feitos em geral na Universidade de São Paulo. As teses que postulam a existência de um Modo de Produção Escravista Colonial (desconsiderando momentaneamente as divergências entre Ciro Cardoso e Jacob Gorender) aparecem em diversos estudos feitos na Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja sobre temas diretamente relacionados com a escravidão e a abolição, seja sobre temas “correlatos” como o da história da agricultura, da formação do Estado Nacional, etc. Não há aqui nenhum “determinismo geográfico”. Trata-se apenas da constatação da importância crescente dos trabalhos desenvolvidos nos programas de pós-graduação – daí, aliás, o caráter monográfico destes estudos – na produção historiográfica brasileira, e da presença de vários dos autores envolvidos diretamente nos debates deste período como professores-orientadores de teses e dissertações no interior destes programas.¹³⁵

Ainda sobre os anos 1980, momento de “revigoramento da produção historiográfica sobre o tema da escravidão e da abolição no Brasil”, Lara salientava que, no período, emergira “um conjunto de textos que se diferenciou da produção das décadas anteriores tanto por seus pressupostos quanto por seus procedimentos, sobretudo pelo questionamento que empreendiam em relação a posições teóricas e linhas explicativas defendidas por diversos estudiosos que publicaram seus livros nos anos 60 e 70”¹³⁶. Esse conjunto de textos recentes, que teria produzido um “novo” debate sobre a temática, estaria, desde fins da década de 1980, sendo alvo de duros ataques de historiadores brasileiros que, em períodos anteriores, produziram importantes trabalhos sobre escravidão e abolição. Nesse sentido, Lara sumariza as críticas, cujas linhas gerais já vimos no capítulo anterior desta tese, de Jacob Gorender¹³⁷, Ciro Flamarion Cardoso¹³⁸ e Emília Viotti da Costa¹³⁹ à nova historiografia sobre a escravidão. Antes de iniciar a defesa dos “novos” estudos sobre a escravidão, Lara procurou desconstruir a ideia, que teria sido apresentada de modo mais explícito por Gorender, de uma suposta homogeneidade entre eles, em particular a tese de uma uniforme “escola unicampista”:

¹³⁴ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”. *LPH – Revista de História*, v. 3, n.1, 1992.

¹³⁵ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 216-217.

¹³⁶ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 217.

¹³⁷ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

¹³⁸ CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

¹³⁹ COSTA, Emília Viotti da. “História, metáfora e memória: a revolta de escravos em 1823”. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, v. 9, n. 1, 1988.

Há grandes diferenças teóricas, metodológicas e historiográficas entre os vários autores criticados por Gorender, mesmo entre aqueles “da UNICAMP”. Ademir Gebara, por exemplo, deve ter dado tão boas risadas quanto eu mesma, ao ver-se identificado como um dos hereges unicampistas que pertencem à seita deste notório anti-marxista que é E. P. Thompson. Talvez ele também tenha se surpreendido ao saber, através Gorender, que entre ele e esta perigosa participante do ativo “foco reacionário” que vos fala, pudesse haver qualquer tipo de afinidade – sobretudo depois de termos debatido duramente, em diversos seminários internos e, publicamente, em uma mesa-redonda ocorrida em 1988, sobre nossas irreconciliáveis diferenças intelectuais e políticas.¹⁴⁰

Feita tal ressaltava, Lara procurou esboçar alguns dos pontos que aproximariam alguns dos mais impactantes trabalhos dentre os novos estudos sobre a escravidão. Retomando e desenvolvendo argumentos que já apresentara, no começo de 1991, contra Gorender, Lara salientava que, na nova produção, antes que a busca por uma boa teoria que substituísse “completamente” o trabalho de pesquisa, seria valorizada a “intimidade com os documentos empoeirados dos arquivos” e com “outros procedimentos básicos para o trabalho do historiador”¹⁴¹. Em vez de “saber se os escravos agiam ou não segundo as leis específicas de um bem construído conceito de modo de produção”, o objetivo seria “encontrar e ouvir os escravos: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas”, assim:

Em nossos textos, os escravos, fugitivos e libertos têm nomes. Suas histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos – diferentes daqueles de seus senhores – e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram – por que não usar a palavra? – certos “direitos”, transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Suas ações e valores só podem ser compreendidos no interior e através das relações sociais tecidas por eles e seus senhores. Deixar de lado noções anacrônicas e absurdamente abstratas de violência e liberdade significa apenas dar voz para estes homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras.¹⁴²

Para Lara, portanto, as pesquisas deveriam avançar, por exemplo, na investigação dos diferentes (e cambiantes) significados assumidos, no âmbito de variados conjuntos de experiências, pela palavra liberdade para senhores, escravos e libertos, enfatizando os conflitos informados por essas distintas visões. As próprias diferenças sociais e políticas no interior das classes dominadas (bem como o modo como as esquerdas se relacionam com aquelas) também deveriam ser pontos de profunda reflexão, o que, de modo algum, significaria o abandono da perspectiva de “transformar o mundo”. Do ponto de vista teórico, assentava Lara:

¹⁴⁰ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 221-222.

¹⁴¹ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 231-232.

¹⁴² LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 232.

(...) os conceitos e categorias com os quais os historiadores trabalham devem ser profundamente históricos, móveis e elásticos, não categorias fixas e definidas “*a priori*”. Trabalhar com empiria, portanto, é ouvir a diversidade, trabalhar com o confronto entre interesses diversos, normas e valores que lutam entre si. Não se trata de postular, em princípio, a existência da luta de classes, mas procurar o modo como as classes se definem neste processo conflituoso e contraditório, como elas se fazem na luta – para retomar a expressão thompsoniana. É assim que devemos construir nossas categorias e conceitos.¹⁴³

Reiterando a importância da pesquisa documental entre os novos estudos sobre a escravidão, Lara afirmava ver de “forma muito positiva o fato de que esta última geração de historiadores seja uma geração de arquivo”. Isso, entretanto, não resolveria a questão, visto que o problema estaria “na relação mesma que o historiador mantém com a documentação, com as evidências que achamos nos arquivos”¹⁴⁴. Tal relação, para Lara, seria, em termos que ecoam aqueles de Thompson, efetivada por meio “do duplo diálogo com as evidências e com a historiografia e na qual a teoria e a empiria não se separam”¹⁴⁵.

Encerrando seu balanço, a docente do PPGHU declarou não acreditar que trabalhos como os de Sidney Chalhoub, João José Reis, Célia Azevedo, Eduardo da Silva, Kátia Mattoso e outros que operaram em linhas teórico-metodológicas similares fossem, no começo dos anos 1990, “dominantes na historiografia, nem em termos acadêmicos, nem em termos políticos mais gerais”. Pelo contrário: teses centrais da Escola de São Paulo (em especial, as formuladas por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Emília Viotti da Costa) sobre escravidão e abolição ainda se manteriam de pé, tanto no âmbito acadêmico quanto entre militantes do movimento negro¹⁴⁶, e mesmo “as posições básicas de Gorender, por exemplo, são referências básicas para muitos trabalhos que estão sendo feitos hoje em dia”¹⁴⁷.

Considerando a produção discente do PPGHU sobre trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império que analisaremos nesta seção, é possível concluir que Lara não estava sozinha em sua avaliação. Nesse sentido, nas teses aqui investigadas, constata-se a persistência do intenso diálogo crítico com a produção da Escola de São Paulo e a busca por contrapor a esta interpretações alternativas não apenas sobre a escravidão, mas também sobre os “homens livres e pobres”. Nesse movimento, além de trilhar caminhos já percorridos por trabalhos da década 1980, discentes do PPGHU lançaram-se, também, a direções apenas esboçadas em pesquisas precedentes. Nesse novo

¹⁴³ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 235.

¹⁴⁴ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 236.

¹⁴⁵ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 234.

¹⁴⁶ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 238-239.

¹⁴⁷ LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”, p. 239.

contexto, a obra de E. P. Thompson continuou como um dos referenciais teórico-metodológicos de destaque, mas em arranjos com significativas inovações em relação àqueles mais frequentes nos anos 1980. Vejamos isso mais de perto.

Começemos por uma orientanda de Lara, Márcia Motta, que, em 1996, defendeu sua tese¹⁴⁸. Além das edições nacionais de *A miséria e Senhores e Caçadores*, a autora lista, em sua bibliografia, a coletânea *Tradición, revuelta y consciencia de clase* e uma tradução argentina do ensaio *Folklore, Anthropology and Social History*¹⁴⁹. O trabalho de Motta aborda os conflitos de terra e o direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Por meio de ampla e variada documentação relativa, em sua maioria, ao município de Paraíba do Sul (situado na Província do Rio de Janeiro)¹⁵⁰, a autora busca, fundamentalmente, oferecer novas interpretações sobre a Lei de Terras de 1850 e sobre o papel dos homens livres e pobres nos conflitos agrários do período (“a maneira pela qual estes indivíduos procuraram assegurar o seu acesso à terra ou a forma pela qual eles se relacionavam com os grandes fazendeiros, no jogo da luta pela posse de uma parcela”¹⁵¹).

Segundo Motta, a lei de 1850, assim como sua regulamentação (estabelecida em 1854), não deveria ser vista apenas como “expressão dos interesses da elite”, a qual, naquela conjuntura, teria buscado encaminhar uma solução da transição do trabalho escravo para o livre criando obstáculos para os trabalhadores acessarem a terra, o que teria se consubstanciado no artigo primeiro da Lei de Terras, o qual definia a compra como única maneira de se adquirir glebas devolutas. Para a autora, essa é uma versão “simplista”, afinal:

As leis agrárias surgidas em um dado período visavam solucionar os conflitos ocorridos naquele período, e não podem ser identificadas unicamente como um produto maquiavélico de uns poucos fazendeiros para dominar os “sem terra”, de ontem e de hoje. Se, *como nos ensina Thompson, as leis expressam a luta entre várias concepções e valores diferentes*, torna-se necessário entendê-las no próprio jogo de sua gestação, compreender sua história, seu parentesco com tentativas anteriores de legislar sobre o tema e associá-las aos debates que fizeram dela o que ela se tornou. Ao agir desta forma, o pesquisador pode vir a compreender como uma lei pode sustentar múltiplas interpretações. Desta maneira, o historiador pode encontrar explicações para a vitória de uma determinada versão em prejuízo de outras.¹⁵²

¹⁴⁸ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1996 (Orientadora: Silvia Hunold Lara).

¹⁴⁹ THOMPSON, E. P. “Folklore, antropologia y historia social”. *Entrepasados. Revista de História*, v. 2, n. 2, 1992.

¹⁵⁰ Processos de embargo, de despejo e de medição de terras; inventários; registros paroquiais de terra; atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul; relatórios de Ministérios e de Presidentes de Província; atas do Conselho de Estado; atas da Câmara dos Deputados e do Senado etc.

¹⁵¹ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 7-8.

¹⁵² MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 17 (Grifos nossos).

Ainda que, no trecho citado, Motta não remeta o leitor a nenhum texto de E. P. Thompson, é no historiador inglês (como diversas menções vindouras explícitas a *Senhores e Caçadores* atestam) que ela fundamenta aspectos importantes de sua concepção sobre a lei. Em conformidade com tais indicações teórico-metodológicas, Motta analisa alguns dos mais importantes projetos de leis agrárias formulados, desde os anos 1820, por membros da elite política nacional, detendo-se nos debates que envolveram a elaboração da Lei de Terras de 1850. Nesse movimento, a autora evidencia significativas divergências entre membros da elite sobre os termos que deveriam orientar a nova legislação fundiária¹⁵³. Estendendo sua investigação à própria implementação da lei de 1850, Motta apresenta vigorosos indícios de que, não poucas vezes, grandes fazendeiros resistiram ao cumprimento de importantes dispositivos legais que, supostamente, seriam a expressão direta de seus interesses. Assim, por exemplo, foi frequente a recusa de grandes fazendeiros em medir e demarcar com precisão suas terras, visto que, para muitos deles, isso poderia dificultar a incorporação de terras devolutas às suas propriedades, prática de longa data entre os “senhores e possuidores de terras”¹⁵⁴.

Motta sustenta, também, que a Lei de Terras, ao admitir a legitimação da posse de terras devolutas que tinham sido ocupadas antes da aprovação da lei, por aqueles que as cultivavam, abriu a possibilidade de que homens livres e pobres (isto é, pequenos posseiros, agregados e arrendatários) vissem no recurso à Justiça um caminho para assegurar o que entendiam como seus direitos. Mais uma vez apoiando seu argumento em Thompson, a autora afirma que:

Ao terem subestimado a contribuição dos juristas, os historiadores não puderam considerar a existência de outras interpretações possíveis sobre a lei [de terras], *deixando de estar atentos para as ambiguidades presentes em alguns de seus artigos (o clássico debate jurídico acerca do artigo oitavo [sobre o direito dos posseiros] é um exemplo)*. Ao contrário da legislação sobre o escravo, bastante revisitada pela *historiografia de ótica thompsoniana* [inserção da Nota 27], *as leis agrárias no Brasil continuam a ser compreendidas apenas como a expressão jurídica da classe dominante*.

[Nota 27] Refiro-me especialmente ao livro de E. P. Thompson. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e aos trabalhos de Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Joseli Mendonça. *A Lei de 1885 e os caminhos da Liberdade*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1995 e Eduardo Spiller Pena. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: UFPR, Dissertação de Mestrado, 1990. Sem negar a função classista da lei, E. P. Thompson considera que existe uma diferença entre o poder arbitrário e o domínio da lei. Neste sentido, “as formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder

¹⁵³ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 193.

¹⁵⁴ Tendo, na América portuguesa, uma longa história como costume, o apossamento tornou-se legal a partir da Lei da Boa Razão de 1769. Cf. MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 165 e 288.

e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder”. Assim sendo, é possível analisar a maneira pela qual “os destituídos de poder” *lutavam no interior do campo jurídico, ao transformar a lei num espaço de conflito*. E. P. Thompson, *idem*, p. 358.¹⁵⁵

Ressaltando o fato de que a “historiografia de ótica thompsoniana”¹⁵⁶ vinha revelando “um mundo mais dinâmico, no qual o escravo passou a ser um sujeito atuante na construção de sua própria história”¹⁵⁷, Motta sugere que haveria bons motivos para, no mínimo, desconfiar da hegemônica imagem de passividade dos homens livres e pobres. Amparada, especialmente, na análise de processos jurídicos, mas também remetendo o leitor às discussões de E. P. Thompson em *La economia “moral”*, Motta afirma que pequenos posseiros, agregados e arrendatários, baseados em “experiências de luta e suas tradições culturais acerca do acesso à terra”, tinham uma interpretação própria da Lei de Terras¹⁵⁸. Por isso, muitas vezes, aproveitando-se das disputas entre grandes fazendeiros sobre os limites de suas propriedades¹⁵⁹, recorreram à Justiça para “defender legal ou juridicamente seus direitos à terra ocupada”¹⁶⁰. Assim como os grandes fazendeiros poderiam legitimar as terras que ocuparam por apossamento, homens livres e pobres entenderam que eles deveriam ter, igualmente, reconhecido “o seu direito à ocupação também pelo sistema de apossamento”¹⁶¹. Desse modo, homens livres e pobres valiam-se, seletivamente, da lei para levar adiante o que julgavam ser seus direitos. Tal concepção fundamentou mais do que ações jurídicas, dando origem, até mesmo, a levantes armados de pequenos posseiros, agregados e arrendatários. Nesse sentido, Motta analisa, minuciosamente, a sublevação, em 1858, de agregados da fazenda do Barão de Piabanha, que pegaram em armas por entenderem, baseados na Lei Terras, que lhes cabia o direito de legitimar a posse dos terrenos que ocupavam, visto que os cultivavam por consenso do proprietário há mais de dez anos¹⁶². Mais do que episódio isolado, a sublevação seria resultado “de um processo de lutas pelo direito à terra, que permitiu a

¹⁵⁵ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 13-14 (Grifos nossos).

¹⁵⁶ Em outra passagem, a autora acrescenta que: “Muitos destes estudos partiram da perspectiva thompsoniana e sua reflexão sobre o paternalismo. Entre outros: Silvia Lara. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.” Cf. MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 8 (nota 17).

¹⁵⁷ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 8-9.

¹⁵⁸ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 51 (nota 45).

¹⁵⁹ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 65.

¹⁶⁰ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 15-16. Nas palavras da autora: “em certo sentido, ela [a Lei de Terras (1850)] abria uma brecha no processo de concentração fundiária em curso, permitindo uma possibilidade de democratizar o acesso à terra, ao salvaguardar os interesses dos lavradores que haviam ocupado pequenas parcelas de terras, antes da aprovação da lei.” Cf. MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 196.

¹⁶¹ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 128 (nota 18).

¹⁶² MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 2 e 274-279.

consolidação de uma comunidade de agregados que se esforçavam por se constituírem como pequenos posseiros”¹⁶³. Contudo, nesse caso, assim como na maioria dos processos judiciais analisados por Motta¹⁶⁴, os grandes fazendeiros saíram vitoriosos. Mesmo assim, reitera a autora, não deveríamos ver a lei como “resultado direto dos interesses dos grandes fazendeiros”. Estes “se ‘apropriam’ da legislação não porque as leis satisfazem inteiramente os seus interesses, mas porque eles possuem recursos para financiar processos custosos, recompensando satisfatoriamente os defensores de sua versão nos tribunais”¹⁶⁵.

Afirmando seguir trilhas abertas por pesquisadores que salientaram a importância¹⁶⁶ (em especial, para a construção de um mercado interno¹⁶⁷) e a diversidade do trabalhador livre nacional¹⁶⁸, Motta procurou oferecer uma alternativa às sólidas linhagens historiográficas que teriam enfatizado tanto a inserção submissa e marginal dos homens livres e pobres em uma sociedade polarizada entre senhores e escravos¹⁶⁹ quanto a ideia de que “a Lei de Terras viera tão somente para assegurar os interesses dos grandes proprietários”¹⁷⁰. Como vimos, em seu enfrentamento da consolidada imagem de que a relação de agregados, arrendatários e posseiros com os fazendeiros (“senhores e possuidores de terras”) seria caracterizada por uma “sujeição sem limites”¹⁷¹, Motta recorreu a E. P. Thompson para a formulação de importantes aspectos de seus argumentos centrais. A própria ideia, por exemplo, de que a Lei de Terras teria significado social específico¹⁷² para pequenos posseiros, agregados e arrendatários foi ancorada pela autora no artigo *La economia “moral”*¹⁷³. Inclusive, particularmente interessada em descrever

¹⁶³ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 281 e 289-290.

¹⁶⁴ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 98-99.

¹⁶⁵ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 16.

¹⁶⁶ EINSEBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1989.

¹⁶⁷ Entre outros, são citados: LINHARES, Maria Yedda L. e SILVA, Francisco C. T. *História da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981; CASTRO, Hebe M. M. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987; LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

¹⁶⁸ A autora menciona estudos que buscaram abordar transições para o trabalho livre distinta da de São Paulo. Cf. MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 6 (nota 13).

¹⁶⁹ A autora remete o leitor a: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1972; FRANCO, Maria S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3.ed. São Paulo: Kairós, 1983; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982 e GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980.

¹⁷⁰ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 9-10. As críticas de Motta são dirigidas, especialmente, a: MARTINS, José de Souza. *O Cativo da terra*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

¹⁷¹ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 13.

¹⁷² MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 279.

¹⁷³ “Os seres humanos não reagem ao estímulo da fome ou da opressão através de nenhuma resposta automática ou estandarizada da revolta. O que eles fazem, deixam de fazer, depende da sua situação entre outros seres humanos, do seu envolvimento, sua cultura, tradição e experiência”, Eric J. Hobsbawm e

as lógicas próprias que orientavam as ações dos subalternos, Motta, dando um passo além de Thompson, afirma que “não cabe ao historiador o papel de juiz”: “Qualquer julgamento dos atos daqueles rebeldes tem a ver com a pretensão de afirmar que há uma, apenas uma, interpretação possível”¹⁷⁴. No Capítulo 1 desta tese, vimos que, em *The Making*, por exemplo, Thompson insiste, com veemência, na necessidade incontornável do historiador lidar com os juízos que os sujeitos por ele estudados tinham sobre suas próprias vivências. Tais juízos seriam constitutivos do fenômeno e, portanto, elemento indispensável para o historiador compreender/explicar a ação daqueles sujeitos. Contudo, após concluir tal “etapa”, o historiador poderia emitir juízos sobre o processo global, do qual, não raramente, ele também era parte. Por fim, adotando um procedimento diversas vezes efetuado por Thompson, Motta explicitamente vincula sua pesquisa a questões do momento em que escrevia sua tese ao destacar que “os sem-terra de nossos dias são, de uma forma ou de outra, herdeiros das lutas dos sem-terra de ontem”¹⁷⁵. Em um contexto de ascensão das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apontar tais conexões ressaltava as potenciais repercussões políticas do trabalho do historiador.

Assim como Motta, Gladys Sabina Ribeiro, que defendeu sua tese¹⁷⁶ em 1997, recorreu, também, diversas vezes a E. P. Thompson, listando, em sua bibliografia as edições inglesa e brasileira de *The Making* e três artigos de *Tradición, revuelta y conciencia de clase* (*La economía “moral”*; *Tiempo, Disciplina de trabajo y capitalismo industrial* e *La sociedad inglesa del siglo XVIII*¹⁷⁷). Como veremos, esses textos thompsonianos têm grande importância na definição das principais opções teórico-metodológicas de Ribeiro, cuja pesquisa:

Problematizando as análises da historiografia sobre a formação da identidade nacional no Primeiro Reinado, (...) contribui para o estudo sobre o que era “ser brasileiro” nesse período. Mostra como se deu a *construção da liberdade* até a Independência total, em 1822, e como

George Rudé. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 58. Para uma visão mais elaborada desta perspectiva de análise vide E. P. Thompson, ‘La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII’ – *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979, pp. 62-134.” Cf. MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 51 (nota 45).

¹⁷⁴ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 281 (nota 59). A autora mostra-se especialmente irritada com as afirmações de Emília Viotti da Costa e Jacob Gorender, que teriam repetido fontes da época (*Jornal do Comércio* e relatório do Presidente da Província) e sustentado que a sublevação de 1858 se deveria a uma interpretação equivocada dos agregados da Lei de Terras. Cf. MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 280 (nota 56).

¹⁷⁵ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*, p. 293.

¹⁷⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1997 (Orientador: Robert W. Slenes).

¹⁷⁷ Este artigo não foi relacionado na bibliografia, mas foi citado ao longo da tese.

esta questão permeou a vida política dos primeiros anos do Brasil emancipado e desembocou no Sete de Abril de 1831, data da Abdicação de D. Pedro I. O País deveria ser livre, autônomo. Este desejo também era compartilhado por “brasileiros”, “portugueses” e africanos. Livres, libertos ou escravos, todos disputavam direitos no espaço público.

“Ser brasileiro” foi-se constituindo como uma construção histórica, oposta ao “ser português”. E, como tal, foi utilizada como poderosa arma política, gerando normas e leis de controle e vigilância dos estrangeiros. Esta normalização produziu material demográfico precioso, através do qual traçamos um perfil do imigrante português. Sua significativa presença no mercado de trabalho, já que chegava em levadas e mais levadas há muito tempo e obedecia a uma política de emigração igualmente antiga e importante, visava à substituição gradual do trabalhador escravo pelo livre.

Mão-de-obra fundamental, o português nato disputava colocações e empregos, ficando habitualmente com a melhor fatia do mercado, criando rivalidades com os chamados “brasileiros” e acentuando as brigas pela sobrevivência. Estas traduziam-se, inevitavelmente, em lutas pelos espaços políticos, muitas vezes travestidas de acentuados preconceitos e rixas raciais.¹⁷⁸

Segundo Ribeiro, ainda que seja bastante extensa e diversificada, a historiografia brasileira dedicada ao fim do século XVIII e princípios do século XIX tem, de modo geral, operado com o pressuposto da “certeza da Independência como destino último”, sancionando a ideia da “inevitabilidade” do 7 de setembro de 1822¹⁷⁹. Na contramão desse procedimento, que teria, muitas vezes, eliminado da “História a noção básica e complexa de *processo*”, a autora, recorrendo a *La sociedad inglesa* e a *The Making*, apropria-se da concepção thompsoniana do processo histórico como “luta”, isto é:

(...) como construção, lenta ou abrupta, realizada por homens de carne e osso, que sofreram os males e os problemas do seu tempo. Homens que elaboraram conceitos no calor da hora, construindo a realidade a partir das suas vivências, das experiências compartilhadas com aqueles que tinham os mesmos interesses e dividida, de forma tensa, com seus oponentes.¹⁸⁰

Abordando o processo histórico dessa perspectiva, Ribeiro propõe-se a tomar como centrais duas questões que teriam sido praticamente ignoradas pela historiografia pautada pela ideia de “inevitabilidade” da Independência: 1) a historicização da “construção da identidade nacional, vinculada a diferentes interpretações sobre o Sete de Setembro” e 2) “a importância da participação popular nos acontecimentos”¹⁸¹. Na abordagem de cada um desses problemas, apropriações teórico-metodológicas de textos thompsonianos serão, novamente, efetivadas por Ribeiro.

¹⁷⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. vii.

¹⁷⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 13. A autora apresenta um extenso balanço bibliográfico que vai de Varnhagen a Emília Viotti da Costa, passando por Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Desse modo, não hesita em afirmar que a visão “evolutiva” que preside a historiografia estudada abarca “tanto os autores que centraram suas análises nos grandes vultos como os que privilegiaram as estruturas e as conjunturas”.

¹⁸⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 13-14.

¹⁸¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 14.

Apoiando-se em um significativo conjunto de autores¹⁸², Ribeiro reafirma a ideia de que o nacionalismo não deve ser analisado como dado “natural”, mas como fenômeno histórico¹⁸³. Nesse sentido, valendo-se de *A formação*, a autora entende que: “Assim como a formação da consciência de classe, a elaboração de uma consciência e de uma identidade nacional seriam gradativas, reinventadas e reinvestidas de novos sentidos a partir de situações históricas específicas”. Ressaltando outras similaridades entre a construção das identidades de classe e nacional, Ribeiro enfatiza que esta, também, forma-se a partir de distintas “experiências”, que articulam a partilha ou a oposição de interesses econômicos e sociais. Desse modo, agora recorrendo a Bakhtin¹⁸⁴ e Ginzburg¹⁸⁵, a autora salienta que “mais do que a pura busca de sentidos impostos pelas classes dominantes, através de uma cultura homogeneizadora”, o historiador deve estar atento para o fato de que a identidade surgiria “como fruto dos embates sociais, podendo ter múltiplos sentidos, de acordo com os momentos e agentes sociais envolvidos”, sendo possível, conseqüentemente, a existência de “diferentes maneiras de ‘ser brasileiro’ e de ‘ser português’ ao longo do período”. Isso não significa, entretanto, que tais concepções fossem construídas a partir de universos culturais incomunicáveis. Por isso, além de apontar o destaque dado por Ginzburg à noção de circularidade cultural, Ribeiro, remetendo o leitor a *La economia “moral”* e *Tiempo, disciplina*, declara que é “na obra de E. P. Thompson que encontramos uma visão da *não bipolaridade entre* a cultura das classes populares e a das classes dominantes, uma vez que este autor privilegia a *mudança* através da reconstrução dos *conflitos e lutas sociais*”.

Coerentemente com suas opções teórico-metodológicas e se amparando em variada documentação¹⁸⁶, Ribeiro demonstra que, somente após declaração de separação total de Portugal (não almejada por quase todos os membros das elites econômicas e

¹⁸² ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. 1ª ed. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989; ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993; HOBSBAWM, Eric. *Nação e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidades*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁸³ Para o que segue neste parágrafo, cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 63-64.

¹⁸⁴ BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o Contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

¹⁸⁵ Especialmente: GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes. O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁸⁶ Declarações de naturalização e petições solicitando cidadania; relatórios de autoridades policiais e judiciárias; documentação relativa à entrada de imigrantes; grande variedade de documentos da Câmara; delações contra suspeitos de serem contra a “Causa da Independência”; jornais; folhetos etc.

políticas da América portuguesa até quase às vésperas da ruptura¹⁸⁷), teve início a construção sistemática do “ser brasileiro” e do “ser português”, identificações então relacionadas, na Corte, menos ao local de nascimento dos indivíduos do que às disputas e adesões políticas, especialmente aquela relativa à “Causa Nacional”¹⁸⁸.

Nesse processo de construção da identidade nacional que marca o período entre a declaração de Independência e a Abdicação de D. Pedro, os “populares” da Corte, isto é, escravos e homens livres e pobres, não se mostraram passivos ou indiferentes envolvendo-se, intensamente, em diversas ações, destacando-se os conflitos de rua¹⁸⁹. Eles tinham suas próprias expectativas em relação à liberdade e construíram uma noção específica de nacionalidade, fortemente assentada em um particular entendimento do “antilusitanismo”¹⁹⁰. Este não estava ausente no discurso das elites, mas ganhava novos significados em razão das experiências singulares da população “de cor” (escravos, forros e negros/pardos livres), a qual, em sua vida cotidiana, mantinha tensas relações com o enorme contingente de portugueses da cidade, em especial com aqueles com os quais eram disputadas certas posições no mercado de trabalho. Nas palavras de Ribeiro:

(...) é preciso compreender os conflitos antilusitanos não apenas como disputas de nacionalidades, mas como rixas e divergências com conteúdo político bem mais amplo. Elas traziam em si, por um lado, propostas e idéias de liberdade e participação ativa; por outro, questões relacionadas ao mercado de trabalho setorizado, segmentado e hierarquizado (...). Evidente está que o problema da cor permeava as disputas pela sobrevivência.¹⁹¹

A experiência da “gente-de-cor”, compartilhada nas ruas do Rio de Janeiro, dava-lhes um caráter de classe. Lutavam contra a escravidão e contra os “brancos”, na sua maioria portugueses de nascimento ou luso-descendentes, que diminuía-lhes ou cerceavam-lhes as possibilidades no mercado de trabalho. Os lusitanos natos constituíam importante força de trabalho na cidade e concorriam com os libertos e com os escravos de ganho em um mercado segmentado e hierarquizado. Sem dúvida esses imigrantes contribuíram para a construção de “barreiras de cor” que circunscreveram os espaços de liberdade e de participação da população “negra”, já que se inseriam em levadas migratórias antigas na cidade e com perfil semelhante à escravidão africana [homens solteiros e majoritariamente na faixa etária de 15 a 25 anos]. (...)

A questão era também nacional e racial. Primeiro, racial; depois, veio a ser “nacional”. Passou-se a entender o “português” como o “outro”, ameaçador da nacionalidade em construção. Desta forma, aproveitou-se uma experiência de conflito anteriormente vivida – uma vez que os lusos sempre monopolizaram setores fundamentais da economia, como o abastecimento de carnes verdes, e concorriam como mão-de-obra – para revigorar o

¹⁸⁷ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 88.

¹⁸⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 109-113.

¹⁸⁹ “A Guerra de Independência, normalmente atribuída somente à algumas províncias distantes, não estava tão longe de ameaçar a Capital. Se não houve combates “reais” com o “inimigo externo”, a ameaça e o medo dos lusos eram menos efetivos do que o pavor da luta interna, nas fronteiras do próprio espaço urbano.” Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 366.

¹⁹⁰ “O antilusitanismo constituiu-se em uma forma de participação política, de luta pela liberdade e por meios para o seu exercício.” Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 9.

¹⁹¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 268.

antilusitanismo. O “ser português” era a nacionalidade antagônica e politicamente produzida.¹⁹²

Episódio bastante revelador – e cuidadosamente analisado pela autora – das dimensões de nacionalidade, classe e raça presentes nos conflitos antilusitanos que mobilizaram grupos “de cor” da Corte contra portugueses, foi a “noite das garrafadas”, verdadeira conflagração urbana que se estendeu durante alguns dias do mês de março de 1831 e se mostrou importante para a Abdicação de D. Pedro.

Na abordagem das mencionadas ações populares, além de retomar referências a Bakhtin, Ginzburg e outros – reiterando que as ideias ao “circularem não são meramente repetidas, são recriadas e reapropriadas”¹⁹³ –, Ribeiro recorre, mais uma vez, a Thompson para reafirmar que:

Tanto em Pernambuco do ano de 1817, como no Rio de Janeiro da Independência e da Abdicação, os populares tinham uma ideologia própria, elaborada a partir das suas vivências e dos conflitos existentes naquelas sociedades. Provavelmente lá e cá as motivações que levavam à participação, às rixas e reivindicações fossem semelhantes. Os escravos e os homens livres pobres não estavam a reboque de ninguém, agiam e interagiam como classe. Como dizia E. P. Thompson, os indivíduos não têm que primeiro entenderem-se como classe só para depois agirem de forma consciente [inserção da Nota 132].

[Nota 132] Esta questão está belissimamente discutida por E. P. Thompson no artigo já citado: “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?” Cf. contra THOMPSON, E. P. op. cit. 1984, pp. 33-39.¹⁹⁴

No trecho citado, constatamos que, para Ribeiro, valendo-se da noção thompsoniana de “luta de classes sem classes”, “escravos e homens livres pobres”, ainda que agissem e interagissem como classe e tivessem uma “ideologia própria” (mais adiante a autora fala em “‘consciência’ popular”¹⁹⁵), não eram uma classe, uma vez que não se entendiam como classe. Confirmando nossa leitura, algumas páginas à frente, a autora afirma que “estes conflitos raciais, ‘nacionais’ e ‘de classe’, que vimos analisando, inserem-se em um contexto maior de CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE na Corte do Rio de Janeiro”¹⁹⁶. O uso da palavra classe entre aspas sugere que a autora está se valendo do conceito em uma acepção mais genérica, que Thompson denominaria de uso heurístico. Como sabemos, quando se debruçou sobre a sociedade inglesa do século

¹⁹² RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 370-371.

¹⁹³ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 297-298.

¹⁹⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 297-298. Na mesmas páginas, a autora aponta que a posição de Thompson é “reforçada” por LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. “The Many-Headed Hydra: sailors, slaves, and the Atlantic working class in the Eighteenth century”. *Journal of Historical Sociology*. v. 3, n. 3, 1990.

¹⁹⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 298-299.

¹⁹⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 336.

XVIII, na qual apenas se delineavam certos aspectos do processo de formação de classe, ele optou por designar os principais polos do conflito social como *plebe* e *gentry*, evitando, assim, a projeção sobre o passado da imagem de classes já formadas em sentido pleno. No trabalho de Ribeiro, em que podemos encontrar, também, empregos do termo classe sem aspas, parece se sugerir, em alguns trechos, que haveria uma classe (composta por escravos e homens livres pobres) já formada nas primeiras décadas do século XIX¹⁹⁷. Nesse sentido, vale acrescentar que, ao deslizar nessa direção, a autora não se apoia, por exemplo, em conceitos como subpolítico, de que Thompson se valeu, em *The Making*, para abordar modalidades de ação e consciência da multidão.

De qualquer maneira, o trabalho de Ribeiro propõe e enfrenta, de modo criativo e original, o desafio de pensar as articulações entre identidades nacional, racial e de classe. Em meados dos anos 1990, a autora teria à sua disposição um largo repertório internacional de leituras que apontava as limitações da obra thompsoniana em lidar com tais imbricamentos identitários. Contudo, textos desse tipo não constam na bibliografia de Ribeiro. Por fim, vale observar que, apesar de, claramente, adotar uma perspectiva *from below* – inclusive, salientando que o antilusitanismo popular antecedia o período da Independência, tendo “raízes mais profundas do que a mera rivalidade entre colonizador e colonizado”¹⁹⁸ –, Ribeiro opera com os marcos cronológicos convencionais, fazendo apenas um ou outro recuo ou avanço pontual.

Em 1997, trazendo inovadoras contribuições à produção discente do PPGHU relativa à escravidão, Flávio Gomes defendeu sua tese¹⁹⁹. O autor listou, em sua bibliografia, a edição brasileira de *A formação* e os artigos *La economia “moral” de la multitud* e *A história vista a partir de baixo*²⁰⁰. Este texto, afirma Gomes, chegou a suas mãos por meio de Antonio Luigi Negro, seu colega de PPGHU e especialista no operariado brasileiro pós-1930, que, poucos anos antes, havia traduzido para o português

¹⁹⁷ Por exemplo: “(...) parece bem provável que estes populares tivessem um “projeto político” bastante evidente e não estivessem defendendo propostas de ninguém. É claro que não falo de uma proposta de uma política partidária, escrita e deliberada em assembléias, mas de uma atuação orquestrada com base na experiência e nas vivências comuns, conferindo-lhes uma ação enquanto classe”. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 298-299.

¹⁹⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 9-10.

¹⁹⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1997 (Orientador: Robert W. Slenes).

²⁰⁰ THOMPSON, E. P. “A história vista a partir de baixo”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva). Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1995. (Coleção Textos Didáticos, n. 10).

o artigo de E. P. Thompson²⁰¹. Além dos textos thompsonianos, ganham destaque na bibliografia de Gomes uma ampla literatura (em boa medida, estadunidense) sobre escravidão e resistência negra nas Américas. Tais leituras, combinadas a uma vastíssima documentação (em que se destacam variados registros elaborados por autoridades coloniais e metropolitanas), foram mobilizadas por Gomes em uma pesquisa de fôlego sobre quilombos no período colonial e imperial, abrangendo uma extensa área geográfica (Amazônia Colonial, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Bahia).

Segundo Gomes, na “historiografia clássica” brasileira sobre quilombos, predominariam duas linhagens. A primeira, surgida nos anos 1930, ofereceria uma interpretação culturalista, vendo o quilombo como uma forma de “contra aculturação”, que permitiria a recriação de uma genuína cultura de origem africana. A segunda teria emergido nos anos 1960 e se basearia em uma interpretação materialista. Da perspectiva marxista, os quilombos eram entendidos como a principal forma de resistência daqueles que foram submetidos ao cativeiro. A existência dos quilombos e suas lutas seriam apresentadas como argumento central para contestar as ideias freyrianas do caráter “brando” da escravidão e da “docilidade” dos escravos²⁰². Apesar de bastante distintas, as duas linhagens interpretativas convergiriam para a proposição de que os quilombos teriam existido às margens da sociedade escravista²⁰³. É, fundamentalmente, contra essa ideia que, ao longo de cerca de setecentas páginas, Gomes apresenta volumoso conjunto de evidências para sustentar a tese de que:

Em todas as áreas das Américas Negras onde se estabeleceram grupos de escravos fugidos, destaca-se a maneira como *se forjaram políticas de alianças entre os fugitivos com outros setores da sociedade envolvente. Assim foi também no Brasil, em todas as regiões escravistas onde quilombolas procuraram se organizar econômica e socialmente em grupos e comunidades*. Tentavam manter a todo custo sua autonomia e ao mesmo tempo *agenciavam estratégias de resistência junto a indígenas, taberneiros, fazendeiros, lavradores, até autoridades coloniais e principalmente aqueles que permaneciam escravos*. A partir de tais estratégias e experiências – permeadas de contradições e conflitos – *os fugitivos determinaram os sentidos de suas vidas como sujeitos de sua própria história*. Nesta tese analisamos as experiências históricas dos quilombolas na Amazônia Colonial, no Maranhão e comparativamente outras áreas coloniais brasileiras, *destacando como eles estavam*

²⁰¹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 725 (nota 3). Reiterando a possibilidade de intercâmbios bibliográficos, no PPGHU, entre historiadores (sociais) da escravidão e do operariado, é também a Antonio Luigi Negro que Gomes agradece pela indicação de GUTMAN, Herbert. *Power & Culture: essays on the American Working Class*. New York: The New Press, 1987. Como vimos no Capítulo 1 desta tese, a mencionada obra de Gutman foi produzida sob marcante influência de obras E. P. Thompson.

²⁰² GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 5-6.

²⁰³ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 6.

*articulados sócio-economicamente à sociedade envolvente mas também representavam uma ameaça para ela.*²⁰⁴

Gomes ressalta não apenas o fato de que os quilombos são parte da história da escravidão, mas também que “as experiências por eles vividas e em torno deles criadas e transformadas é a própria história do Brasil desde a colonização”²⁰⁵. Assim, ao “contrário do isolamento, os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente”²⁰⁶.

Não parece descabido ver, nessas proposições de Gomes, alguma semelhança com aquelas que Thompson faz, em *A formação*, quando insiste na agência dos trabalhadores e na derrubada das “muralhas chinesas” que se interpunham entre a história operária e aquela do “resto da nação”. Contudo, Gomes oferece evidências muito mais diretas sobre suas apropriações da obra do historiador inglês e a centralidade que estas adquirem na conformação de proposições cruciais de sua tese. Nesse sentido, logo nas primeiras páginas, ainda que sem menções específicas a páginas ou a conceitos, é a *A formação* e a *Tradición* que Gomes remete o leitor para apoiar, teórico-metodologicamente, sua proposta de “mergulhar nos universos em que viveram os quilombolas e se formaram quilombos”²⁰⁷. Para o autor, “mergulhar nas profundidades do cotidiano das experiências e visões escravas” significava, especialmente, apreender e evidenciar o fato de que os quilombolas “percebiam” os acontecimentos da sociedade envolvente de acordo com “suas próprias lógicas” e “agiam a partir destas próprias percepções”²⁰⁸. Ainda que os termos empregados por Gomes ecoem aqueles de que Thompson se valeu em *La economía “moral” de la multitud*, não há menção direta ao texto thompsoniano. Por outro lado, em outra passagem, ainda caracterizando a abordagem que empreende na tese, Gomes apoia-se, explicitamente, no artigo *A história vista a partir de baixo*, para ponderar que: “se não podemos generalizar tornando comum experiências semelhantes com significados históricos diferentes, igualmente não precisamos isolá-los e/ou fragmentá-las nos escaninhos da análise. É um pouco disso que E. P. Thompson nos ensina, refletindo sobre a ‘história vista a partir de baixo’ para a Inglaterra dos séculos XVIII e XIX”²⁰⁹. Com tais colocações, Gomes parece nos indicar que crê ser necessário

²⁰⁴ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. ii (Grifos nossos).

²⁰⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 32.

²⁰⁶ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 11.

²⁰⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 15-16 e 36 (nota 22).

²⁰⁸ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 96.

²⁰⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 719.

a produção de uma análise historiográfica em que se opere com a ideia de significados históricos diferentes das experiências sem abrir mão da noção de processo histórico global. Tal concepção está presente em *A formação* e, mais amplamente, na própria ideia de *history from bottom up*, que o autor não entende como uma espécie de “história dos vencidos”, uma vez que se mostra, permanentemente, interessado nas elites e interpreta os quilombos na chave da luta de classes.

Um bom exemplo de como Gomes mobiliza as proposições teórico-metodológicas que descrevemos é o tratamento que dá aos “quilombos de índios” que se multiplicaram na Amazônia colonial na segunda metade dos setecentos. Segundo o autor, os “significados políticos na formação dos mocambos de índios e fugas coletivas no contexto de 1755 a 1780” podem ser constatados quando o fenômeno é situado no contexto do projeto ilustrado pombalino, que se desdobrou na extinção das missões jesuíticas, em diversas mudanças legais sobre o *status* das populações nativas e na criação de novos mecanismos de administração/controle das populações indígenas, as quais se contrapuseram às novas modalidades de domínio articuladas pelo poder metropolitano: “fugir e estabelecer mocambos aqui podia significar resistir às imposições dos aldeamentos”. Atuando em uma região de disputas fronteiriças entre portugueses, franceses, ingleses, holandeses e espanhóis, os indígenas (mas também os negros que constituíram quilombos, às vezes, com indígenas) souberam escolher assentamentos territoriais que lhes traziam vantagens e “perceberam” possíveis alianças daquela conjuntura política para levar adiante sua luta por autonomia e liberdade²¹⁰. Além de arranjos, frequentemente circunstanciais, entre quilombolas (indígenas ou negros) e colonizadores de diferentes nacionalidades, Gomes salienta que mais do que “em qualquer lugar do Brasil Colônia, no Grão-Pará as fronteiras entre quilombolas e grupos indígenas — *envolvendo aqueles tanto do Brasil como de outras áreas coloniais estrangeiras* — estariam borradas”²¹¹. Por isso, o autor não hesita em afirmar que “quilombolas e fugitivos — num processo histórico multifacetado — avançaram fronteiras coloniais internacionais. Sem precisar atravessar oceanos, inventaram espaços próprios de cooperação, solidariedades e conflitos, juntando Américas, Áfricas e Europas”²¹². Com argumentos desse tipo, vemos que Gomes não se limitava a pensar os quilombos no contexto colonial e metropolitano, situando-os numa escala que

²¹⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 69-81 e 121-142.

²¹¹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 93 (Grifos nossos).

²¹² GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 14.

poderíamos chamar de “atlântica”. Nesse movimento, o autor apoia-se em Peter Linebaugh, antigo colaborador de Thompson e crítico do relativo abandono, em *The Making*, do contexto internacional, especialmente o Atlântico, para o crescimento e desenvolvimento da classe trabalhadora inglesa²¹³.

Ao longo de toda a tese, Gomes é parcimonioso nos debates teórico-metodológicos²¹⁴, buscando, mais frequentemente, enfatizar as conclusões derivadas do trabalho empírico com a documentação. Em vaga menção a Thompson, o autor parece apontá-lo como uma inspiração para tal procedimento, o qual, inclusive, é cotejado com o de outros pesquisadores brasileiros. Assim, segundo Gomes, para:

autores [como Décio Freitas e Jacob Gorender], os quilombos se constituíram “à margem” da sociedade ou “fora de seu âmbito”. A principal ênfase nestas análises é a afirmação de que eles não provocaram “nenhuma alteração no modo de produção escravista”, deixando-o mesmo “íntacto”. E foi diferente? Não sei. Ou melhor, neste e em outros trabalhos segui outros caminhos da história. *Parafraseando Thompson, diria que abandonei os “jargões pretenciosos” e optei pela “pesquisa histórica, tediosa e fria”*. Para lugares e períodos diferentes tentei acompanhar algumas experiências históricas dos quilombolas.²¹⁵

Se Gomes mostra-se duro com aqueles que, ao seu juízo, operariam com um categorias generalizantes (“jargões pretenciosos”), carentes, às vezes, de embasamento empírico²¹⁶, sua ira se destina, claramente, àqueles que negam qualquer agência aos subalternos. Nesse caso, o alvo é “escola sociológica paulista” e, mais especificamente, Fernando Henrique Cardoso, ocupante, desde 1995, da Presidência do Brasil.

Tive que escrever mais do que alguns parágrafos – e continuarei escrevendo outros mais – para demonstrar como os quilombolas, escravos e outros personagens não apenas foram “testemunhas mudas de uma história para qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história” [CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, 1975, p. 112]. Eles são a própria história e “mesmo sem destino histórico” – como continuam apontando alguns – não se deixaram atropelar pelo capitalismo que tardava a chegar. Estes personagens e os mundos históricos que criaram foram importantes para as suas vidas ainda na “grandiosa e inoperante

²¹³ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 146-147. O mencionado texto é LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, 1983.

²¹⁴ O caso mais flagrante é o do conceito de experiência. Apesar de insistir que sua pesquisa tem como objetivo produzir uma “outra história” da “experiência negra no Brasil”, Gomes não apresenta nenhuma discussão teórica sobre a categoria por ele mobilizada.

²¹⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 721 (Grifos nossos).

²¹⁶ Revelando uma recusa a abordagens mais formalistas para a História, mesmo reconhecendo o amparo documental de certos trabalhos, Gomes criticaria neles as pretensões de criação de modelos sistêmicos: “Afora as suas [CARDOSO, Ciro Flamarion S. “O trabalho indígena na Amazônia Portuguesa”. *História em Cadernos*, v. 3, n. 2, 1985] análises sobre modelos sistêmicos da economia colonial brasileira – na qual a da Amazônia colonial é classificada de “economia colonial periférica” – Ciro Cardoso faz uma interessante abordagem sobre as formas da atividade camponesa.” GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 49.

negatividade pura”. Espero que não seja heresia falar de luta de classes. Trata-se apenas de uma outra concepção de história? Talvez não só isso.²¹⁷

Para Gomes, como temos visto, em posição antagônica à de Cardoso, era inquestionável que as variadas formas de aquilombamento haviam mudado a história e “não somente a sua própria”²¹⁸. As “complexas relações sociais, econômicas e políticas entre os mundos criados pelos quilombolas e o restante da sociedade envolvente” teriam mesmo levado à “paulatina gestação de uma economia de base camponesa”, não raramente integrada ao abastecimento de mercados locais. Além disso, em muitas áreas e contextos teria havido uma crescente “integração sócio-econômica, envolvendo as práticas camponesas dos quilombolas com a economia própria dos escravos nas parcelas de terras e tempo a eles destinados por seus senhores”²¹⁹. Como se não bastasse, os quilombos foram palcos de reelaborações, reinvenções e recriações da África no Brasil²²⁰.

Por meio de gigantesco e variado conjunto de evidências, mobilizadas em uma narrativa repleta de citações diretas, Gomes fundamenta, solidamente, sua proposta de produzir uma “outra história” da “experiência negra no Brasil”. Tal projeto, como vimos, articulava-se a referências teórico-metodológicas bem definidas. Contudo, estas, segundo Gomes, não foram construídas somente a partir de leituras, mas também de vivências sociais que, desde fins dos anos 1970, vinham marcando sua trajetória:

Tive vários ajudantes, incentivadores e mestres anônimos para refletir sobre os mocambos no Brasil. Poderia falar das influências e inspirações teórico-metodológicas. Quem espera só Thompson, Mintz e outros mais, engana-se. Teria que começar mencionando os bailes de *soul music* e toda a efervescência da juventude negra no final dos anos 70. Ali certamente foi um dos inícios desta caminhada que ainda não terminou. Tenho aprendido muito também nas lutas sociais contra a discriminação racial. Mas o fundamental mesmo nestes últimos anos foi a minha convivência em várias comunidades negras remanescentes de quilombos na região de Macapá, Baixo Tocantins e Inhangapi. (...) Só ali e com eles consegui entender mais um pouco das histórias dos quilombos.²²¹

Ao sugerir vinculações entre experiência social e os modos pelos quais cientificamente se pode conhecer o real, Gomes indica-nos mais um aspecto em que se aproximava de concepções thompsonianas acerca da História.

²¹⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 723-724.

²¹⁸ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 722. O autor chega mesmo a sugerir que: “(...) em alguns momentos, diversos quilombos podem ter buscado a interiorização. *Este processo, em parte, pode ter propiciado a própria interiorização da colonização brasileira até, pelo menos, o final do século XVIII.* (...) Na Amazônia setecentista – com outras lógicas e especificidades – a movimentação dos fugidos, negros e índios e as formações de mocambos acabou expandindo-se, *pelo menos demarcando as fronteiras coloniais internacionais.*” GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 593 (Grifos nossos).

²¹⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 16.

²²⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 629-631.

²²¹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. viii.

Outra produção discente do PPGHU em que se destaca a influência de E. P. Thompson, é a tese defendida em 1998 por Eduardo Spiller Pena²²², que lista, em sua bibliografia, quatro obras do historiador inglês: *Tradicón, revuelta; A miséria; Senhores e Caçadores* e a edição inglesa de *Customs in common*. O objetivo do trabalho é analisar o “discurso jurídico emancipacionista de jurisconsultos, juizes e advogados do Brasil império – que fizeram parte do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, o IAB, fundado em 1843”²²³. Instalado no Rio de Janeiro, o IAB foi criado com o propósito de “estabelecer normas para a prática dos advogados e discutir questões jurídicas surgidas nos tribunais”. Entre meados dos anos 1840 e a primeira metade da década de 1860, “os advogados examinaram questões jurídicas relativas à escravidão. Leis emancipacionistas foram propostas e debatidas, visando melhorar as condições de vida dos escravos e abolir gradualmente a escravidão”. Contudo, as propostas legais que emergiam no IAB, buscavam garantir, também, “a harmonia e a segurança do império brasileiro”, o que passava, fundamentalmente, pelo respeito ao direito de propriedade. Desse modo, em importantes ocasiões, “alguns juristas colocaram de lado seus princípios morais e jurídicos de liberdade, temendo que pudessem perturbar a ordem pública e o domínio dos senhores sobre os escravos”. É sobre as contradições (às vezes, apenas aparentes²²⁴) do discurso jurídico emancipacionista produzido pela elite dos jurisconsultos imperiais que recai o foco de Pena, o qual recorre, explicitamente, a Thompson para embasar a abordagem teórico-metodológica que adotará em suas reflexões sobre a lei. Segundo Pena:

Para o historiador [inglês], a “maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência” [Thompson, *Senhores & Caçadores*, p. 338].²²⁵

(...) as conclusões de Thompson sobre a atitude e comportamento da nobreza Whig – em especial de seus Lordes-Juizes – na *defesa parcial e indiscriminada* dos direitos da propriedade, *adaptam-se com certa naturalidade à atitude dos jurisconsultos emancipacionistas do Brasil imperial no seu respeito subserviente aos interesses da*

²²² PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1998 (Orientador: Robert W. Slenes).

²²³ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 14.

²²⁴ No Capítulo 3 (*Norma jurídica e a “razão de Estado”: a coerência de Perdigão Malheiro*), Pena detém-se, por exemplo, no famoso caso do jurisconsulto que, reputado abolicionista, votou, como deputado na legislatura 1869-1872, contra a Lei de 1871 (frequentemente denominada “Lei do Ventre Livre”). Afirma Pena que: “Seus [de Malheiro] princípios jurídico-morais contrários à escravidão não foram negados. No entanto, tiveram que conviver ou mesmo serem “embalsamados” frente aos imperativos absolutos de segurança e ordem do Estado imperial.” Cf. PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 281-283.

²²⁵ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 12.

*propriedade (mesmo que escravista), em detrimento de seus princípios jurídico-filosóficos favoráveis à liberdade.*²²⁶

Pena sustenta, portanto, que a interpretação da lei está sujeita a “injunções políticas e ideológicas”, sendo influenciada por fatores diversos: desde a noção que advogados, juízes etc. tinham de como lidar com a doutrina do direito, até de como se posicionar frente às questões prementes da política local e nacional e de como se relacionar aos interesses dos litigantes que recorriam à disputa legal²²⁷. No caso do Brasil, em meados do século XIX, o quadro era ainda mais complexo. Devido à não uniformização ou codificação das leis civis que regulavam as relações escravistas no país, “os jurisconsultos ficaram totalmente ‘livres’ na elaboração de suas interpretações jurídicas, apropriando-se, ora do direito positivo, ora dos preceitos jurídico-morais a fim de justificarem suas opiniões”. Assim, por exemplo, “os dispositivos escravistas do direito romano e as ordenações portuguesas que derivavam deles foram manejados, nas discussões do Instituto, tanto para ratificar o estado de escravidão, como para defender o estado de liberdade”. Não foram raros os casos em que um mesmo advogado tanto recorreu a dispositivos romanos quanto negou-lhes qualquer legitimidade. Como demonstra Pena, era extensa a lista de “usos e ‘abusos’ jurídicos praticados pelos jurisconsultos do IAB em relação às cláusulas que regulavam a escravidão no direito romano”²²⁸. Atento a todas essas sutilezas, evidenciadas por meio de ampla documentação²²⁹, Pena, conclui que:

(...) os jurisconsultos do IAB não elaboraram seus pareceres jurídicos a partir apenas de seus ideais ou, como um irônico observador da época afirmou, de sua mera “filosofia social”, mas do exame dessa arena não regulamentada e conflituosa dos litígios entre a escravidão e a liberdade, examinada pela historiografia, que sacudiu os tribunais (e as secretarias ou delegacias policiais) do império. Por outro lado, como “notáveis” da burocracia jurídica de um Estado escravista, os integrantes do IAB fizeram de tudo para adequar suas interpretações favoráveis à liberdade, nas questões levantadas e discutidas internamente, a posições jurídicas que respeitassem igualmente os direitos da propriedade, a fim de não provocarem a desordem e a intranquilidade social à nação. Nesse sentido, seu discurso e suas decisões jurídicas foram bem diferentes dos praticados pelos advogados, solicitadores e rábulas-

²²⁶ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 14-15 (Grifos nossos).

²²⁷ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 6-7.

²²⁸ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 20. Em outra passagem, o autor reitera que: “(...) uma coisa é certa: os dispositivos romanos, como as ordenações e leis extravagantes portuguesas, como, aliás, qualquer dispositivo legal em geral do Brasil império (como também de outras sociedades), foram escolhidos e manipulados pelos jurisconsultos de acordo com seus objetivos jurídico-políticos previamente traçados. A lei neste caso foi realmente uma ficção (com o perdão do trocadilho), ficção utilizada como prova absoluta para satisfazer a argumentação de quem a lembrasse ou citasse em suas reflexões e sentenças. Cf. PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 380 (Grifos nossos).

²²⁹ Compõem as fontes de Pena: periódicos jurídicos (especialmente, a revista do IAB); jornais; textos literários; obras jurídicas; atas da Câmara e do Senado; processos judiciais; correspondências; legislação; dicionários (jurídicos, latinos e portugueses) e arestos do Supremo Tribunal de Justiça.

militantes, que ajudaram os escravos e libertos em suas ações na justiça. Mais ligados às diretrizes do poder imperial, os integrantes do Instituto fizeram da moderação e do *gradualismo* os componentes ideais do comportamento e da reflexão jurídica.²³⁰

Em sua investigação, Pena não se limitou a, acuradamente, descrever e analisar as contradições no discurso jurídico emancipacionista de importantes figuras do IAB. Buscando oferecer ao leitor uma avaliação geral, o autor não hesitou em afirmar que: “alguns juízes e advogados anti-escravistas não foram até às últimas conseqüências de seus próprios ideais”²³¹. Isso não significava, todavia, que os jurisconsultos do IAB tivessem sido “hipócritas”: eles “acreditavam realmente no que falavam”²³². Entendendo ser necessário justificar a emissão de tal juízo, Pena remete o leitor a *A miséria da teoria*, salientando que, nessa obra, Thompson “considerou e legitimou a questão do julgamento de valor como atributo do próprio método ou ‘lógica histórica’”. Mais precisamente, o historiador inglês teria aconselhado que, no processo da pesquisa em si, o historiador mantivesse o controle sobre seus próprios valores. Entretanto, uma vez “reconstituída a história, ele teria a liberdade de produzir o seu julgamento a propósito dela”²³³.

Ainda que tenha, basicamente, analisado “o discurso jurídico produzido pela elite dos jurisconsultos imperiais”, Pena insistiu, ao longo da tese, na ideia de que não desconsiderava “a influência que as lutas judiciais movidas por senhores, escravos e libertos tiveram no surgimento desse mesmo discurso”²³⁴. Segundo o autor, os membros do IAB tiveram que se debruçar sobre questões jurídicas relativas à escravidão “não por uma intenção prévia dos sócios, mas por essa atuação recorrente dos escravos e libertos *diante da lei* e dos tribunais, de promoverem ações de liberdade (ou de defenderem-se de seus proprietários quando estes moviam ações de escravidão)”²³⁵. Nesse sentido, Pena via sua pesquisa em estreita relação com a “intensa corrente da historiografia sobre a

²³⁰ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 11-12.

²³¹ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 14-15

²³² PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 16-17.

²³³ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 15-16. O trecho da obra thompsoniana citada por Pena é: (...) não posso concluir este esclarecimento deixando a impressão de que a atribuição de ‘significado’ como uma significação de valor é apenas uma questão a lamentar, uma conseqüência da falibilidade humana. Creio tratar-se de algo muito mais importante. Não me sinto nada constrangido pelo fato de que, ao apresentar os resultados de minha própria pesquisa histórica, formulo juízos de valor quanto a processos passados, seja de maneira clara e incisiva, seja na forma de ironias e apartes. Isto é adequado, em parte porque o historiador examina vidas e escolhas individuais, e não apenas acontecimentos históricos (processos). E embora possamos não fazer atribuições de valor aos processos, as mesmas objeções não surgem com a mesma força quando examinamos as opções dos indivíduos, cujos atos e intenções podem certamente ser julgados (como foram julgados pelos seus contemporâneos) dentro do devido e relevante contexto histórico”. Cf. E. P. Thompson, *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*: Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 52.

²³⁴ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 5-6.

²³⁵ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 5-6.

escravidão” que, desde os anos 1980, embasada em obras de E. P. Thompson, vinha relativizando “a concepção do direito (incluindo aqui suas duas áreas – a produção política da lei e o exercício, político e jurídico, da jurisprudência), enquanto campo previsível e devidamente orientado para a defesa dos interesses de uma determinada classe, passando a contemplar o direito como um campo possível de indeterminações, como uma arena de conflitos entre interesses de classes diversos”²³⁶.

Abrindo novos campos para a produção discente do PPGHU, a tese de Jaime Rodrigues²³⁷, defendida no ano 2000, lista o volume dois da edição nacional de *A formação* e mais quatro artigos de E. P. Thompson. Do livro *Tradición, revuelta*, o autor menciona *La sociedad inglesa del siglo XVIII*; *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial* e *La economía “moral” de la multitud*. Da edição inglesa de *Customs in common*, o autor se valeu de *The Moral Economy Reviewed*. Concentrando-se no período que se estende de fins do século XVIII a meados do século XIX, a pesquisa de Rodrigues aborda o tráfico de escravos africanos dos portos angolanos para o do Rio de Janeiro. O foco do autor é sobre os múltiplos atores envolvidos no tráfico e a complexa trama de relações estabelecidas entre eles, buscando destacar o amplo conjunto de práticas envolvidas no processo de escravização (“da captura no continente africano até o desembarque nos portos americanos”) e os vários significados atribuídos pelos diversos agentes nele envolvidos. Assim, ao longo de centenas de páginas, o leitor se familiariza com pumbeiros, funcionários dos traficantes em terra, administradores coloniais, tripulantes dos navios, soberanos africanos, piratas e muitos outros personagens. Ainda que Rodrigues tenha interesse nesses múltiplos sujeitos, ele afirma que sua intenção, no início da pesquisa, era salientar “os significados de ‘ser traficado’ para a vida de milhões de homens, mulheres e crianças transportados de Angola para o Brasil através da grande estrada atlântica”, intuito que se deparou com grandes obstáculos, visto que:

(...) as informações que encontrei nas fontes mostraram que nem sempre o desejo ou o método levam ao resultado que almejamos; os silêncios que cercavam a experiência africana eram de tal forma difíceis de romper, que a relativa ausência dessa temática na historiografia sobre a escravidão não se devia apenas ao acaso ou à opção teórica. A barreira lingüística, o desinteresse pela vida dos escravos fora do mundo do trabalho, a legislação e os diferentes objetivos para os quais os documentos foram produzidos estão na raiz desses silêncios.²³⁸

²³⁶ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens...*, p. 6-7.

²³⁷ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos e tripulantes no tráfico negreiro (Angola – Rio de Janeiro, 1780-1860)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2000 (Orientadora: Silvia Hunold Lara).

²³⁸ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*, p. 385.

Compelido a trabalhar com fontes²³⁹ que lhe ofereciam evidências fragmentárias e indiretas, Rodrigues deu grande espaço, em suas discussões teórico-metodológicas, a autores que, em suas obras, lidaram com dificuldades similares, como Natalie Zemon Davis²⁴⁰ e Carlo Ginzburg²⁴¹. Nesse sentido, ainda que se possa supor ressonâncias thompsonianas nos aspectos mais marcantes da abordagem de Rodrigues (a agência/resistência daqueles que estão sendo submetidos à escravidão em todas as etapas do processo; uma “análise que privilegie a experiência dos sujeitos históricos”²⁴² etc.), as referências diretas ao historiador inglês são secundárias e se concentram em um dos nove capítulos da tese, *Cultura marítima: a vez dos marinheiros*.

No mencionado capítulo, Rodrigues explora as práticas culturais das tripulações envolvidas no tráfico negreiro. Segundo o autor, dois confrontos teriam exercido “influência decisiva sobre o desenvolvimento da cultura marítima”: 1) a “luta com os elementos naturais”; 2) a luta travada entre marinheiros e oficiais, “envolvendo o poder, a autoridade, a hierarquia, o trabalho e a disciplina”²⁴³. A primeira estava na base de uma “cultura corporativa”, que diferenciava aqueles que faziam da navegação seu modo de vida daqueles que viviam em terra. A segunda estava articulada às “relações de produção básicas da navegação” e à grande diversidade de relações e atributos existentes entre os marinheiros, sendo mais exato se falar de “culturas marítimas”.

Inicialmente, Rodrigues recorre a Thompson para afirmar que classe é um fenômeno histórico que não decorre automaticamente das condições materiais (tecnológicas) de produção e das relações produtivas (*A formação*, v. 2), sendo necessária a agência humana, que, no processo de formação de classe, assume a forma de luta de classes (*La sociedad inglesa*)²⁴⁴. Na sequência, remetendo o leitor a *Tiempo, disciplina*, mas também a autores que se inspiraram em Thompson para indicar analogias entre o sistema fabril e o trabalho marítimo²⁴⁵, Rodrigues afirma que, nesses dois contextos,

²³⁹ Basicamente: correspondências entre as autoridades coloniais em Angola e a sede da monarquia portuguesa, processos de apreensão de contrabando de escravos (particularmente, aqueles que julgaram tripulações engajadas nas rotas entre Angola e Rio de Janeiro no século XIX), relatos de viajantes sobre suas próprias travessias dos mares e dicionários portugueses de marinharia.

²⁴⁰ DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁴¹ GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘II ritorno de Martin Guerre’”, de Natalie Zemon Davis”. In: *A Microhistória e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

²⁴² RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*, p. 143.

²⁴³ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*, p. 234-235.

²⁴⁴ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*, p. 228-229 (notas 19 e 20).

²⁴⁵ LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983 e REDIKER, Marcus. *Between the Devil and the Deep Blue Sea*. Nova York: Cambridge University Press, 1989.

“*toda a vida era subordinada ao trabalho*”. Assim, “a experiência dos marinheiros precedeu a dos proletários no que se refere ao trabalho disciplinado e ao isolamento, fazendo com que as proximidades entre a fábrica e o navio fossem além de casos pontuais, como o lidar dos marinheiros com a maquinaria e o haver pagamento de salários em dinheiro”²⁴⁶. Finalmente, apoiando-se em *La economia moral* e em *The moral economy reviewed*, Rodrigues sustenta que:

As relações que envolviam o recrutamento, a negociação do salário e as relações hierárquicas a bordo dos navios talvez possam ser definidas como um misto de “economia moral” e economia política. Da economia moral, os marinheiros teriam herdado ou mantido a rede informal de comunicação através da qual obtinham informações sobre a qualidade do tratamento e da ração de bordo e também sobre o salário. Dela viriam ainda as formas de contestação às arbitrariedades a que os oficiais os submetiam, resultando muitas vezes em motins e deserções. Seria uma economia moral peculiar, na qual as obrigações paternalistas que pudessem ser transportadas da terra firme teriam pouca aplicação, uma vez que o navio zarpasse. Por outro lado, a vida de bordo devia à economia política e às relações de mercado capitalistas a erosão do paternalismo, através da mobilidade dos marinheiros e oficiais e da despersonalização advinda do salário monetário [inserção da Nota 24]. Esta última modalidade de pagamento, porém, não era a única aplicada a toda a tripulação: a “soldada a julgar” dos marinheiros (entre os quais muitos escravos), presente em muitos negreiros brasileiros, mantinha a possibilidade de o pagamento se fazer dentro de critérios paternalistas e subjetivos de avaliação pelos oficiais.

[Nota 24] Estas reflexões se inspiraram nos escritos de Thompson, particularmente “La economia moral de la multitud”. In: *Tradición, revuelta...*, pp. 62-134; e “The Moral Economy Reviewed”. In: *Customs in Common*. Londres: Merlin, 1991, pp. 259-351.²⁴⁷

No trecho citado, vemos que Rodrigues recorre à noção de “economia moral” em sentido bastante amplo, vinculando a ela, por exemplo, “as formas de contestação [dos marinheiros] às arbitrariedades a que os oficiais os submetiam”. Dado o caráter indireto e fragmentário das evidências com que lidou, Rodrigues encontrou grandes dificuldades em apresentar indícios que caracterizassem a “economia moral” que alega existir entre os marinheiros. O mesmo problema dificultou a apreensão do confronto entre marinheiros e oficiais por meio da noção thompsoniana de “luta de classes sem classes”. Nesse sentido, é possível afirmar que foi somente o caráter disciplinado e isolado do trabalho marítimo (e, portanto, suas analogias com o trabalho fabril) que contou com mais robustas evidências.

²⁴⁶ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*, p. 229.

²⁴⁷ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*, p. 230-231.

Fechando o bloco da produção discente do PPGHU relativa à escravidão aqui analisada, temos a tese defendida em 2002 por Regina Célia Lima Xavier²⁴⁸, que arrola, em sua bibliografia *A miséria da teoria* e o ensaio *La sociedad inglesa del siglo XVIII*. A autora afirma que o objetivo de seu trabalho foi produzir um estudo biográfico sobre Tito de Camargo Andrade, negro africano alforriado que, no século XIX, teve destacada trajetória na sociedade campineira, especialmente por sua atuação na irmandade de São Benedito, entidade com expressiva presença de negros (africanos e crioulos; escravos, libertos e livres) entre seus membros. Para Xavier, biografar Andrade abriu-lhe diversas possibilidades de “conhecer, de forma mais aprofundada, a sociedade campineira no século XIX”, afinal:

Ao seguir Tito de Camargo Andrade em suas relações sociais, pude interrogar-me sobre as escolhas feitas por seus habitantes [de Campinas], importantes para a formação de suas identidades sociais. Foi acompanhando Tito de Camargo Andrade em sua convivência na cidade e nas fazendas, sucessivamente abaladas pelas revoltas escravas, que pude interrogar-me sobre as alianças construídas entre os escravos e homens livres pobres; perceber os acordos tácitos mantidos entre as autoridades (municipais e provinciais) e senhores e membros do clero local; surpreender os escravos reunidos em batuques ou no interior de irmandades religiosas; perceber suas atitudes frente às doenças e à cura proposta por médicos e curandeiros; enfim, através dos percursos de Tito em diferentes conjunturas, todo o “horizonte social” de Campinas se descortinou.²⁴⁹

Além do constante diálogo com a bibliografia contemporânea sobre escravidão produzida nos EUA (fomentado, certamente, pelo período em que, durante o doutorado, a autora estudou na Universidade de Columbia), ganha destaque, no trabalho de Xavier, a intensa apropriação de referenciais teórico-metodológicos da micro-história. Em Cerutti²⁵⁰, Xavier busca respaldo para sua decisão de enfocar, em detrimento de estruturas e instituições, as interações dos indivíduos em diversos contextos, isto é, as “experiências de vida”. A mesma autora²⁵¹ é mobilizada para defender a proposição de que os conflitos de interesse devem ser explicados, também, por sua inserção na tensa relação entre ações e normas sociais e não apenas pela posição que, formalmente, ocupam em um dada hierarquia social. Já por meio de Ginzburg²⁵², Xavier familiarizou-se com “as

²⁴⁸ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientadora: Sílvia Hunold Lara).

²⁴⁹ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 2-3.

²⁵⁰ CERUTTI, S. “A construção das categorias sociais”. In: BOUTIER, J. e JULIA, D. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

²⁵¹ CERUTTI, S. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

²⁵² GINZBURG, C. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Editora Bertrand Brasil, 1989.

possibilidades analíticas abertas pela abordagem que privilegia o nome próprio como veículo de investigação”, a qual, ao evidenciar vastas e diversas relações em que um dado sujeito está inserido, torna possível “integrar e articular” várias “dimensões do vivido”, compondo uma imagem gráfica do tecido social²⁵³. A partir de Levi²⁵⁴, Xavier sustenta a necessidade de se enfatizar, na análise, a inter-relação entre o indivíduo e o contexto, percebendo “a capacidade dos indivíduos de interagir e de transformar o contexto para que este não seja apenas ‘um pano de fundo imóvel’ a caracterizar os personagens”²⁵⁵. Nesse sentido, amparada em Loriga²⁵⁶, Xavier recusa a ideia de que, ao biografar um indivíduo como Tito de Camargo, interessariam somente suas ações e atributos típicos, isto é, aqueles capazes de ilustrar as características de um grupo ou período. Pelo contrário, para Xavier, tão importante quanto ressaltar o alcance mais geral das experiências de Tito de Camargo seria valorizar os aspectos singulares de sua vida.

Finalmente, após essas muitas referências a micro-historiadores e concluindo a apresentação das principais opções teórico-metodológicas que informam sua pesquisa, Xavier, na única menção explícita que faz a Thompson ao longo de toda a tese, aponta que o historiador inglês salientou que:

(...) as pessoas também lidam com suas experiências como sentimentos, tratados em sua cultura, “como valores”, explicitados na relação com “normas, obrigações familiares e de parentesco ou, em suas formas mais elaboradas, nas convicções religiosas”. Os valores, tanto quanto as necessidades materiais, são “sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos”. Assim, toda a análise que reduz os comportamentos escravos a uma percepção dicotômica que opõe de modo esquemático resistência e dominação, deixa de ser satisfatória, na medida em que tende a não levar em conta outras dimensões que também informam os conflitos vivenciados pelas pessoas naquele período. *Considerar, enfim, como sugeriu Thompson, que toda luta social [inserção da Nota 15] é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores, permitiu-me perceber de forma mais ampla tanto o percurso de Tito e demais escravos quanto compreender o papel desempenhado pelos senhores, autoridades civis e eclesiásticas.*

[Nota 15] Thompson refere-se, especificamente, a luta de classes e não a lutas sociais em geral. Poderíamos, no entanto, guardar uma citação mais literal se considerarmos o conceito de classe em sua acepção heurística, nos termos também propostos pelo autor em seu artigo. Thompson, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, pp. 47-61 ou ainda sobre o conceito de classe, “La sociedad inglesa del siglo XVII: lucha de clase sin clase?” In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1989.²⁵⁷

²⁵³ Para evitar o tratamento da vida de Tito de Camargo como “uma unidade coerente de sentido”, a autora aponta, também, a importância de BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

²⁵⁴ LEVI, Giovanni “Usos da biografia”. In: In: AMADO, J. e FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²⁵⁵ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 6.

²⁵⁶ LORIGA, S. “A biografia como problema”. In: REVEL, J. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

²⁵⁷ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 9-10 (Grifos nossos).

No fragmento citado, verifica-se que, além de admitir o uso da acepção heurística do conceito de classe na análise da sociedade brasileira oitocentista, Xavier vale-se da posição thompsoniana de que os sujeitos não lidam com suas experiências como dado bruto, mas como algo mediado pela cultura (a qual também é terreno de conflitos). Com isso, a autora busca reiterar a negativa (já realizada anteriormente por meio de Cerutti) de que os conflitos e alianças da sociedade oitocentista do século XIX possam ser compreendidas somente por oposições estruturais, como escravos *vs* livres. Consequentemente, a autora se propõe a explorar “outras dimensões que também informam os conflitos vivenciados pelas pessoas naquele período”.

Da interação de seus pressupostos teórico-metodológicos com ampla e variada documentação²⁵⁸, Xavier chega a proposições que, ao seu ver, iam na contramão de teses bastante difundidas na historiografia brasileira sobre a sociedade oitocentista. Nesse sentido, um dos temas que ocupa largo espaço no trabalho de Xavier é o das irmandades de negros. Estas, que seriam apontadas, frequentemente, como *loci* de contestação da ordem ou, em sentido oposto, de dominação social e religiosa (exercida por autoridades civis²⁵⁹ e eclesiásticas²⁶⁰), especialmente porque representariam a adesão ao catolicismo, são vistas por Xavier como espaços permeados por ambiguidades e contradições²⁶¹. Ainda que recorrentemente incidissem sobre as irmandades tentativas mais ou menos bem sucedidas de controle, elas serviram, também, como espaço em que negros puderam desenvolver relações solidárias e identidades importantes para o enfrentamento das dificuldades cotidianas contra as quais lutavam” (doenças, sepultamentos etc.)²⁶² bem como construir, difundir e praticar elementos de suas próprias concepções sobre o catolicismo, as quais poderiam mesmo conter importantes reinvenções baseadas em culturas africanas. Caminhando por trilhas abertas por autores como Robert Slenes²⁶³, docente do PPGHU, Xavier não hesita em afirmar que:

²⁵⁸ Ganham destaque: jornais, processos cíveis e criminais; título de compra e venda de imóveis; registros de cartas de alforria; provisões eclesiásticas; correspondências da Câmara Municipal.

²⁵⁹ Cf. *Capítulo 5 – Um santo que protege e autoridades que vigiam*.

²⁶⁰ Cf. *Capítulo 6 – A irmandade de São Benedito: sob a proteção do vigário*.

²⁶¹ “A irmandade era, pois, um lugar de conflitos. Ali entrechocavam-se estratégias diversas, desde aquelas que pretendiam exercer maior controle e dominação sobre os irmãos até outras que buscavam, ao contrário, abrir um espaço para a liberdade de expressão social, política e, sobretudo, religiosa.” Cf. XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 236.

²⁶² XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 241.

²⁶³ SLENES, Robert W. “Malungu ngoma vem!: África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, n.12 1991/92.

(...) não tem sentido, neste quadro, buscar origens culturais africanas “puras”, até mesmo porque muitos africanos tiveram contato com o catolicismo ainda na África. Os africanos no Brasil não foram, portanto, receptores vazios desta religião européia e tiveram suas próprias formas de entender e viver este catolicismo, permeando a sua cosmologia e tradição. Se considerarmos, como aqui se pretende, que os bantos não perderam sua cultura originária em função da assimilação a dogmas estrangeiros, mas ao contrário, recriaram suas próprias tradições a partir de afinidades culturais reveladas no contexto da escravidão, poderemos, finalmente, deixar de vincular o cristianismo a formas de assimilação. E também estaremos abertos para perceber como esta religiosidade esteve presente, de forma complexa, tanto nas revoltas quanto no interior das irmandades.²⁶⁴

Segundo Xavier, a tese de que os negros (escravos, libertos ou livres) possuíam concepções próprias sobre diversos fenômenos da sociedade campineira oitocentista e de que elas informariam suas ações, seria, também, especialmente constatável na análise das revoltas de escravos. Nestas, afirma Xavier, “diferenças tais como condição, naturalidade, etnia e/ou procedência, sexo, cor e profissão”²⁶⁵ não se mostraram intransponíveis na realização de levantes, sendo necessária a cuidadosa análise das interações e dos contextos para se compreender como alianças foram construídas. Atentando para fatores dessa natureza, Xavier entende, por exemplo, ser “imprescindível destacar como esta ‘união’ era tributária de uma percepção de mundo (que relacionava o mundo natural com o sobrenatural) a qual pesava na superação das diferenças e se traduzia como um grande poder aglutinador entre os escravos. Havia, pois, uma vinculação importante da religiosidade dos escravos com a organização das revoltas”²⁶⁶.

Em que pese o compromisso de Xavier com uma história vista de baixo²⁶⁷, fica evidente que Thompson ocupa uma posição secundária entre os referenciais teórico-metodológicos por ela adotados, cabendo a micro-historiadores o lugar de destaque. Isso é indicado pela grande diferença quantitativa de citações, mas também por outras opções de Xavier. Em importante passagem, já nas conclusões do trabalho, ao invés de mobilizar, por exemplo, as clássicas considerações de Thompson sobre a luta de classes sem classes presentes no ensaio *La sociedad inglesa*, Xavier decide apoiar-se, como em outros momentos, em Geovanni Levi para afirmar que:

(...) um trabalho como o que realizei, que privilegia o estudo das relações sociais a partir das experiências dos sujeitos pode trazer algumas contribuições. Afinal, como nos ensina Levi [LEVI, G. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Reter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 133-161], *os indivíduos constroem suas identidades e os grupos se definem*

²⁶⁴ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, 16-17.

²⁶⁵ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 50.

²⁶⁶ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 98.

²⁶⁷ “(...) parece-me ainda relevante ressaltar a necessidade de parar de pensar os negros apenas como vítimas para recuperá-los enquanto sujeitos da história que pretendemos compreender.” Cf. XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 321.

*de acordo com conflitos e solidariedades que não podem ser presumidos, pois, resultam de dinâmicas que devem ser o próprio objeto de análise.*²⁶⁸

Por fim, vale destacar que, ao efetivar um estudo biográfico por meio de uma abordagem micro-histórica – centrada mais em interações e processos e menos com instituições e estruturas –, Xavier sugere a possibilidade de rupturas com tradicionais compartimentações cronológicas²⁶⁹ e temáticas²⁷⁰. Entretanto, se, no último caso, isso foi bastante explorado, no primeiro, pouco a autora avançou.

3.5.1. Reunindo fragmentos I

Em artigo de 1995, fazendo um balanço das apropriações da obra de E. P. Thompson nos estudos sobre a escravidão africana, o processo de abolição e a história dos negros depois da emancipação no Brasil, Silvia Lara observou que:

Inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de *incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil*. Não se trata apenas e simplesmente de passar a estudar o modo de vida dos escravos ou a visão escrava da escravidão. A “inclusão dos excluídos” vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheia de ambigüidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, *tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos*, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração.²⁷¹

As novas pesquisas produzidas sob influência das obras do historiador inglês integrariam um conjunto de trabalhos denominado por Lara de “historiografia sobre a experiência negra no Brasil”²⁷². Apesar de repetições do termo “experiência” perpassarem o texto de Lara, a autora não desenvolveu considerações mais detidas sobre ele, comentando apenas, de passagem, que “ainda podemos encontrar confusões que

²⁶⁸ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 321 (Grifos nossos).

²⁶⁹ “(...) através dos percursos de Tito em *diferentes conjunturas*, todo o “horizonte social” de Campinas se descortinou.” Cf. XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p. 2-3.

²⁷⁰ “No seu desenrolar, esta tese me permitiu estudar, de forma integrada, temas que em geral tendem a aparecer dissociados na historiografia, tais como as revoltas e as irmandades religiosas, reintegrando-os no processo histórico do qual fazem parte (...)” Cf. XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade*, p.16.

²⁷¹ LARA, Silvia H. “‘*Blowin’ in the Wind*’: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 46 (Grifos nossos).

²⁷² LARA, Silvia H. “‘*Blowin’ in the Wind*’: E. P. Thompson...”, p. 45.

tendem a aproximar a noção thompsoniana de experiência das concepções que fundam a possibilidade de uma história do cotidiano”²⁷³.

Nas teses analisadas no bloco “Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império”, constatamos atitude similar à de Lara. Com efeito, ainda que o termo “experiência” tenha sido empregado com profusão pelos discentes do PPGHU, vimos que somente Xavier esboçou, a partir de *A miséria*, uma brevíssima discussão teórico-metodológica do questionado conceito thompsoniano. Chama, também, a atenção, o fato de que nenhum dos trabalhos resenhados – assim como todo o restante da produção discente do PPGHU concluída no período 1990-2002 – tenha listado, em sua bibliografia, o artigo intitulado *The politics of theory*²⁷⁴, no qual o historiador inglês procurou responder às críticas ao conceito de experiência que apresentou em *The poverty of theory* (obra frequentemente não listada nas bibliografias dos discentes que se valeram de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos). Desse modo, anunciando um procedimento que se repetirá na maior parte da produção discente do PPGHU analisada neste capítulo, é possível concluir que o conceito de “experiência” foi, quase sempre, utilizado como se tivesse um significado autoexplicativo e/ou consensual, algo que, como vimos no início desta tese, críticos de Thompson negaram com veemência e o próprio historiador inglês admitiu, uma vez que buscou defini-lo de modo mais preciso. Iniciativa que, igualmente, não satisfaz seus contendores.

A constatação de que, muitas vezes, discentes do PPGHU não se preocupavam em tecer, pelo menos em suas teses, considerações mais detalhadas sobre o conceito de experiência não significa que ele já não estivesse sofrendo questionamentos em terras tupiniquins, seja por meio da tradução de textos de críticos de E. P. Thompson²⁷⁵, seja por meio de artigos de historiadores brasileiros, alguns deles, inclusive, escritos por discentes do próprio PPGHU²⁷⁶. Albuquerque Jr., por exemplo, doutorando do PPGHU

²⁷³ LARA, Silvia H. “‘Blowin’ in the Wind’: E. P. Thompson...”, p. 50. Em outro artigo sobre a historiografia brasileira recente sobre a escravidão, Lara, oferecendo mais elementos para entendermos seu comentário, afirma que: “O cotidiano não era [nessas pesquisas] um objeto em si mesmo: tratava-se de, através dele, apreender a dinâmica das relações sociais, verificar como se efetivavam relações de dominação e exploração que — até então — haviam sido mais estudadas de um ponto de vista estrutural”. Cf. LARA, Silvia H. “História da escravidão africana no Brasil”. In: ANDRADE, José J. A. (org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2001, p. 391-392.

²⁷⁴ THOMPSON, E. P. “The Politics of theory”. In: SAMUEL, R. (ed.). *Peoples’s History and Socialist Theory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. Os discentes do PPGHU poderiam ter se valido, também, da tradução espanhola: THOMPSON, E. P. “La política de la teoría”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984.

²⁷⁵ SCOTT, Joan W. “A invisibilidade da experiência”. *Projeto História*, n. 16, 1998.

²⁷⁶ Mais adiante neste capítulo, trataremos de artigos como os de: VITORINO, Artur J. R. “Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson.” (Dossiê História Social Inglesa) *História Social*, n. 4/5,

entre 1990 e 1994, buscando ressaltar o que lhe pareciam ser incoerências das proposições do historiador inglês, observou que:

Embora seja confusa sua definição de experiência, já que esta aparece com diferentes acepções em sua obra, Thompson, pelo menos na sua obra de epistemologia histórica, *A miséria da teoria*, apresenta a experiência como a base material da produção do conhecimento e da consciência. A experiência é quase que reduzida ao real, ela é o real que deve ser representado pelo historiador. A experiência é, inclusive, muito de acordo com a tradição marxista predominantemente econômica. A experiência é definida, aí, como o momento em que os homens e mulheres retornam como sujeitos – não como sujeitos autônomos, mas como pessoas que experimentam suas relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos. Só em seguida é que eles tratam desta experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras, ou seja, Thompson divide claramente o momento experiência e da consciência, transformando aquela praticamente numa empiria sem significado humano, num referente anterior à representação, embora fique difícil saber como alguém vive algo como necessidade e interesse sem ter pelo menos uma vaga consciência do que isto significa.

Há, no entanto, momentos na obra de Thompson, em que a consciência parece fazer parte da experiência, tendo ele, inclusive, proposto uma diferenciação entre experiência I e experiência II, para tentar resolver os impasses apontados por seus críticos, sendo a primeira, a experiência anterior à consciência, a experiência que seria material e social, e a segunda, a experiência trabalhada pela consciência e pela cultura (que também parece ter existência separada da experiência e da consciência), que poderia adquirir até o caráter de uma representação individual sobre a experiência material, sendo não-material, discursiva, predominantemente cultural e não social, como se tais divisões fossem possíveis. (...)

Felizmente, Thompson nem sempre é tão esquemático quando instrumentaliza este conceito em suas análises, embora continue mantendo a conotação de ser a experiência, o elemento fundante na História, o elemento essencial a ser apreendido em qualquer análise. Para ele, a experiência é o lugar do ser em contraposição ao lugar da consciência e do conhecer.²⁷⁷

Para Albuquerque Jr. o conceito thompsoniano de experiência continuava, de certo modo, preso ao “economicismo marxista”, sendo a efetiva superação deste possível, por exemplo, por meio do pensamento foucaultiano (“pós-estruturalista”). Neste, a experiência seria entendida a partir de um conjunto bastante distinto de proposições: 1) não é um *a priori* da consciência ou do conhecimento; 2) não se separa da consciência que dela tem; 3) não existe fora da sua representação escritural, de sua transformação em saber; 4) tem sua materialidade conferida pelo saber; 5) é um conjunto de práticas discursivas ou não que produzem uma certa ordem de saber e se articulam em torno de certas demandas de poder; 6) antes de ser fundante, é fundada no ser e na consciência, que são inseparáveis; 7) é o lugar da consciência e do conhecimento (como muitas vezes aparece nas próprias obras historiográficas de Thompson)²⁷⁸. Pouco tempo após

1997/1998 e FERRERAS, Norberto O. “Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson”. *Diálogos*, v. 3, n. 3, 1999.

²⁷⁷ Ainda que a publicação original do artigo seja ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Experiência: uma fissura no silêncio”. *Revista Territórios e Fronteiras*, n. 3, 2002, aqui citaremos a partir ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Experiência: uma fissura no silêncio”. In: *História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 135-136.

²⁷⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Experiência: uma fissura no silêncio”, p. 137.

inventariar os elementos centrais da concepção foucaultiana de experiência e sugerir as possibilidades de renovação para pesquisa historiográfica por eles trazidas, Albuquerque Jr. lançou nova investida contra o modo como Thompson mobilizava o conceito:

Em *A formação da classe operária inglesa*, ao tratar de uma forma específica de consciência, a consciência de classe, novamente a consciência parece ser expulsa da experiência, pois a consciência é a forma como a experiência é tratada em termos culturais. Parece-me que, ao não admitir que ser e consciência não existem separadamente, e que só se é quando e o que se tem consciência de ser, Thompson entra num beco sem saída. E, o mais grave, é constatar que, ele, que se proclama o introdutor do termo cultura no marxismo, termo trazido da Antropologia, fá-lo de forma no mínimo estranha, pois a cultura parece estar, em suas formulações, à margem da experiência e da consciência, ou, às vezes, ser a forma de expressão da consciência, mas nunca da experiência; esta é sempre tratada em termos culturais posteriormente. O que ocorre, na verdade, é que cultura para Thompson, embora muitos de seus trabalhos possam negar isso, é um nível do social, é uma superestrutura. (...) (...) esta [a experiência] é sempre reduzida, em Thompson, a ser experiência de classe, mesmo antes da classe. Existe, pois, para ele, uma experiência essencial, fundamental, ontológica do ser, que é a experiência de ser classe. Nós unificaríamos toda a multiplicidade das experiências que passamos no ser classe. Mesmo que considerássemos isto um fato para a modernidade ocidental, como ficariam as experiências de outras sociedades que nos antecederam e nos margeiam? Parece que o eurocentrismo e o ocidentalismo não passam muito longe do pensamento de Thompson, como nunca passou longe do marxismo clássico.²⁷⁹

Os repetidos ataques de Albuquerque Jr., a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, às concepções thompsonianas de experiência (e, no trecho anterior, cultura) indicam a centralidade que tais proposições teórico-metodológicas do historiador inglês adquiriram, ainda mais amplamente nos anos 1990, na produção historiográfica brasileira. Com efeito, era o fato de ocuparem tal posição que as tornava alvo prioritário. Para Albuquerque Jr., “no momento em que tivemos que enfrentar, na academia e fora dela, uma tradição marxista enrijecida e dominante, Thompson foi um discurso-arma que funcionou”²⁸⁰. Agora, entretanto, seria preciso se “livrar” das concepções do historiador inglês (e de toda a tradição platônica, essencialista do pensamento Ocidental, à qual seu pensamento está ligado) para “abrirmos novas possibilidades de compreensão da condição histórica em que vivemos”, o que seria feito a partir de posições pós-estruturalistas. Assim, era preciso demonstrar que “a obra de E. P. Thompson funciona cada vez menos na hora que precisamos produzir algo inovador em História”. É nesse sentido que difundidas categorias thompsonianas como experiência e cultura, entendidas por muitos historiadores como importantes recursos contra o economicismo, o

²⁷⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Por uma leitura safada de Thompson”. In: *História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 242-243.

²⁸⁰ Para todas as citações deste parágrafo, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Por uma leitura safada de Thompson”, p. 236-237.

teleologismo, o anacronismo e o etnocentrismo precisariam ser, crescentemente, criticadas e ter suas inconsistências exploradas. Brandidas, nos anos 1980 e 1990, contra vertentes mais formalistas/estruturalistas do marxismo e apresentadas como indispensáveis na renovação da produção historiográfica, importantes categorias thompsonianas passavam, agora, a ser apontadas como entraves a serem superados.

O crescimento das críticas e dos questionamentos a conceitos-chave do historiador inglês não refreou o processo de apropriação de seus textos por discentes do PPGHU, como ficou demonstrado na análise quantitativa da produção do período 1990-2002. Especialmente pujantes se mostraram os usos das concepções thompsonianas sobre lei, justiça e direito presentes em *Senhores e Caçadores*. Tal movimento teve grande impacto, como adiante veremos, nas pesquisas relativas ao período pós-1930 e não se mostrou menos importante nos estudos sobre trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império. Nas teses aqui analisadas, vimos que, não se restringindo a investigar os modos de participação de escravos e libertos numa cultura legal – enfatizando as complexas relações desta com dinâmicas do Legislativo e do Judiciário (caminho aberto nos anos 1980 e ampliado na década seguinte) –, novas apropriações dos textos thompsonianos foram levadas adiante. A pesquisa de Motta demonstrou que homens livres e pobres também transformaram a arena jurídica em terreno de luta de classes e o estudo de Pena analisou aspectos do que o historiador inglês descreveu como a lei como “instituição” e “enquanto lei” (lógica, regras e procedimentos próprios). Pesquisas desse tipo fomentavam, geralmente sem abandonar noções thompsonianas como “luta de classes sem classes”²⁸¹, o crescimento das investigações sobre os embates travados pelos subalternos “por objetivos próprios por dentro mesmo dos mecanismos ou instituições que garantiam a continuidade da hegemonia da classe senhorial”²⁸². Cada vez mais, procurava-se, também, evidenciar a pluralidade das relações horizontais e verticais dos subalternos, enfatizando as repercussões que ações nelas envolvidas teriam para processos sociais mais amplos (às vezes, para o conjunto da sociedade). É nesse sentido que devemos ver a tese de Flávio Gomes de que “os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a

²⁸¹ De passagem, vale observar que, nos estudos sobre a escravidão, a “deslizante indagação de Thompson a respeito da luta de classes sem classes” tornou-se quase uma afirmativa. Cf. NEGRO, Antonio L. e GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006.

²⁸² CHALHOUB, S. e SILVA, F. T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 23-24.

sociedade envolvente”²⁸³ ou a de Gladys Ribeiro de que os “populares” da Corte, isto é, escravos e homens livres e pobres, não se mostraram passivos ou indiferentes ao processo de emancipação política da América portuguesa, envolvendo-se, intensamente, em diversas ações, destacando-se os conflitos de rua²⁸⁴. Impossível não ver, nos trabalhos aqui analisados, ecos da proposição feita por Thompson, em *The Making*, de derrubar as “muralhas chinesas” que se interpunham entre a história operária e aquela do “resto da nação”. Outro “muro” que, ao longo dos anos 1990, teve sua derrubada anunciada e reivindicada por discentes e docentes do PPGHU foi aquele que separava os estudos sobre trabalhadores livres daqueles relativos aos escravizados. Uma vez que se reconhecia que os escravos forjaram culturas políticas e que eles perceberam as dimensões políticas coletivas de suas experiências individuais, não haveria razão para se conceber uma história da escravidão apartada da história social do trabalho, a qual, entretanto, permanecia sendo bastante identificada com a história do trabalho livre e assalariado (ou apenas a história do operariado). A simples repetição dessa proposição ao longo de mais uma década é indício seguro tanto da persistência de seus formuladores quanto da existência de significativos obstáculos para se levá-la adiante²⁸⁵.

Muito mais facilmente aceitas, mostraram-se as proposições thompsonianas relativas à noção de “economia moral”. Aprofundando a tendência dos anos 1980, elas foram largamente apropriadas na investigação e compreensão de um amplo e variado conjunto de ações dos subalternos. Nesse sentido, em balanço de fins dos anos 1990, João José Reis salientava que:

(...) a maioria dos novos estudos sobre escravidão no Brasil tem demonstrado o papel dos escravos como sujeitos de sua própria história, como agentes de transformação no interior e além dos parâmetros da escravidão. É imperativo enfatizar que atos de compensação que frequente aparecem como concessões dos senhores são, na verdade, o resultado de ações de escravos que desafiaram os limites da escravidão por meio da conquista de espaço para a negociação e a autonomia. Tais ganhos acabavam tornando-se direitos pessoais que, por sua vez, eram defendidos zelosamente pelos escravos, embora os senhores buscassem, é claro, reduzi-los. *Quando tais direitos não eram respeitados ou os senhores recusavam-se a negociá-los, os escravos levavam adiante, individual ou coletivamente, atos de represália,*

²⁸³ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano*, p. 11.

²⁸⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*, p. 366.

²⁸⁵ Cf., por exemplo: LARA, Sílvia H. “Trabalhadores escravos”. *Trabalhadores*, 1, 1989, p. 4-5; LARA, Sílvia H. “‘Blowin’ in the Wind’: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 54; LARA, Sílvia H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, n. 16, 1998, p. 25; CHALHOUB, Sidney. “O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”. (Mesa “E. P. Thompson no Brasil”). *Livro de Resumos – XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói: UFF, 2001, p. 78; NEGRO, Antonio L. e GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006, p. 240; CHALHOUB, S. e SILVA, F. T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 44-45.

*fugiam ou reagiam com violência. Nesse sentido, existia um tipo de “economia moral” dos escravos, similar à economia moral da multidão sugerida pelo historiador britânico E. P. Thompson para os motins ingleses de alimentos do século XVIII. Não surpreendentemente, Thompson tem inspirado a nova historiografia da escravidão no Brasil e alhures.*²⁸⁶

Na descrição de Reis, vemos que, à medida que historiadores brasileiros da escravidão, seguindo trilhas abertas por Thompson (e, também, por Eugene Genovese e outros), revestiam a análise do paternalismo daquilo que o historiador inglês chamou de “ambiguidade dialética”, elementos das visões escravas da escravidão vinham à tona, sendo eles, muitas vezes, apreendidos a partir da noção de “economia moral”²⁸⁷. Esta assumia, portanto, um papel central na investigação de múltiplas práticas socioculturais que, apesar de partilhadas por senhores e escravos, assumiam significados próprios (mesmo quando construídos a partir reapropriações de retóricas e de práticas elaboradas pelos primeiros) para os últimos, informando diversas lutas destes. Tal apropriação da noção thompsoniana foi recorrente, como vimos, nas teses integrantes do bloco “Trabalho e trabalhadores (livres e escravizados) na Colônia e no Império”. Motta valeu-se do conceito para demonstrar que pequenos posseiros, agregados e arrendatários, baseados em experiências de luta e em suas tradições culturais acerca do acesso à terra, tinham uma interpretação própria da Lei de Terras. Ribeiro evidenciou que os subalternos da Corte tinham suas próprias expectativas em relação à liberdade e construíram uma noção específica de nacionalidade, fortemente assentada em um particular entendimento do antilusitanismo. Já na tese de Flávio Gomes, o conceito de economia moral, juntamente com outros, embasava a proposta de produção de uma análise historiográfica em que se opere com a ideia de significados históricos diferentes das experiências sem abrir mão da noção de processo histórico global. Jaime Rodrigues, por sua vez, apreendeu por meio da noção thompsoniana um certo conjunto de práticas e valores dos marinhaes que estudou.

De modo geral, como continuaremos a ver em outras teses analisadas neste capítulo, discentes do PPGHU fizeram, em suas apropriações, um uso da noção thompsoniana de economia moral muito mais dilatado do que o empreendido pelo

²⁸⁶ REIS, João J. “Slaves as agents in history: a note on the new historiography of slavery in Brazil”. *Ciência e Cultura*, v. 51, n. 5-6, 1999, p. 438-439 (Grifos nossos).

²⁸⁷ Se a noção de economia moral vinculava-se aos debates sobre o paternalismo, as considerações sobre este articulavam-se com a discussão sobre hegemonia. Como lembra Jefferson Cano: “A resposta [para explicar o que levou os historiadores brasileiros a unir Thompson e Genovese em um mesmo paradigma] parece ser, mais do que qualquer outro motivo, a possibilidade de se falar em paternalismo numa linguagem marxista, como já notamos antes, por meio do conceito gramsciano de hegemonia.” Cf. “O mundo que os historiadores criaram: Edward Thompson, Eugene Genovese e o tema do paternalismo”. *Cadernos de História Social*, n. 1, 1995, p. 85.

historiador inglês, o que não foi uma exclusividade brasileira²⁸⁸. Tal movimento não passou despercebido, por exemplo, a Michael Hall. Em fins de 1998, quando resenhou a edição nacional de *Costumes em comum*, após lamentar que, no artigo *A economia moral revisitada*, Thompson não tenha comentado o uso do conceito feito por estudos brasileiros, Hall observou que:

Nos seus próprios escritos, Thompson limita o termo “economia moral” aos confrontos na praça do mercado sobre o acesso aos gêneros de primeira necessidade. “A questão não é apenas que seja conveniente reunir num termo comum o feixe identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez, mas também que as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises e a afronta provocada por alguém lucrando em situações de emergência que ameaçam a vida, conferem um peso ‘moral’ particular ao protesto [THOMPSON, E. P. “Economia moral revisitada”. In: *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 257].”

Thompson encara uma grande parte da história do século 18 como um enfrentamento entre a economia política dominante e a economia moral consuetudinária dos plebeus.²⁸⁹

Fica evidente, portanto, que, quando o historiador inglês falava em “economia moral”, ele se referia a um conjunto bastante preciso de fenômenos atrelados a uma dada concepção sobre a regulação do mercado²⁹⁰. Já nos trabalhos aqui analisados (e em grande parte dos que mais adiante veremos), a noção torna-se, muitas vezes, decisiva para configurar uma certa abordagem da cultura popular, explorando-a como terreno conflituoso, dinâmico, repleto de processos de (re)apropriação nos quais os subalternos são capazes de, a partir de suas experiências, construir significados/sentidos próprios que informam suas lutas sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que, nos estudos aqui investigados, prevalece uma apropriação menos da noção thompsoniana (no sentido restrito em que ele a entende) do que da lógica a partir da qual o historiador inglês construiu seu argumento para compreender os motins de subsistência²⁹¹. Foi esta que, uma vez apreendida, foi mobilizada para explicar um amplo conjunto de práticas

²⁸⁸ Cf., por exemplo, ICHIHASHI, Hideo. “The Reception of E. P. Thompson in Japan: The New Left, *The Making*, and ‘Moral Economy’”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016.

²⁸⁹ HALL, Michael. “Costumes do povo inglês”. *Folha de São Paulo*, 12/12/1998. Disponível em: <http://goo.gl/2ozxRH> (Acesso em 18/07/2014).

²⁹⁰ “Ele [Thompson] usava a ‘economia moral’ para dar significado não a um estilo de vida (ou modo de produção) sistêmico e qualitativamente diferente, mas a uma velha tradição reguladora que operava, em princípio, para assegurar que os pobres fossem ao menos alimentados. E essa diferença (entre uma economia na qual cuidar dos pobres era importante, e outra na qual não) era justamente o que determinava se uma economia era ou não ‘moral’.” Cf. MERRILL, Michael. “A transformação maior: E. P. Thompson, economia moral, capitalismo”. *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014, p. 317-318.

²⁹¹ Isto é, a ênfase em processos de apropriação cultural seletiva (de valores, práticas etc.) por meio dos quais os subalternos constroem uma visão própria (autônoma) dos fenômenos (muitas vezes, contestadora no conteúdo e conservadora na forma – já que se vale, muitas vezes, de retóricas e práticas admitidas na ideologia dominante) que informa suas ações.

socioculturais (autônomas) dos subalternos. Compreendidas a partir da noção de “economia moral”, elas se mostraram fundamentais para levar adiante uma outra proposição thompsoniana: a de que a hegemonia cultural poderia definir os “limites externos do que era política e socialmente praticável e, por isso, influir sobre as formas do praticado”, mas, no interior das linhas desse traçado, “poderiam montar-se muitas distintas cenas e se desenvolver dramas diversos”²⁹² (de resistência – e até oposição – ou de acomodação). Enfim, como vimos no Capítulo 1 desta tese, para Thompson hegemonia implicava luta de classes e não teria nenhum sentido sem esta. Pesquisadores que se engajaram na produção de uma nova historiografia sobre a escravidão brasileira mobilizaram, criativa e intensamente, as noções thompsonianas de “paternalismo”, “hegemonia” e “economia moral”, levando-as a campos de pesquisa e chegando a resultados que, muito dificilmente, o historiador inglês poderia imaginar.

3.5.2.A nova historiografia sobre a escravidão: olhares divergentes

No final dos anos 1990, João José Reis encarregou-se de produzir um balanço da “nova historiografia da escravidão no Brasil”, a qual, por vezes, ele também chama de “nova história social da escravidão”²⁹³. Em tom triunfante, o autor afirma que, ao longo dos anos 1980 e 1990, esse amplo conjunto de estudos, que insistiu na centralidade da experiência escrava, teria produzido uma mudança decisiva na historiografia recente: “uma consciência dos escravos como agentes ativos de sua própria história – uma história que eles fizeram, é claro, junto com senhores e outros setores da sociedade”²⁹⁴.

Como características principais da nova historiografia da escravidão no Brasil, Reis apontava²⁹⁵: 1) uma abordagem teórico-metodológica diversa, que é multidisciplinar e envolve grandes vínculos com a historiografia da escravidão em outras partes das Américas (sem necessariamente ser comparativa); 2) ampla pesquisa empregando fontes primárias, que têm se diversificado enormemente; 3) ferramentas técnicas de pesquisa mais sofisticadas, usando programas de computador avançados para ajudar em história quantitativa; 4) diversificação de temas; e 5) ênfase nas vidas dos escravos.

²⁹² THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”, p. 59.

²⁹³ REIS, João J. “Slaves as agents in history: a note on the new historiography of slavery in Brazil”. *Ciência e Cultura*, v. 51, n. 5-6, 1999.

²⁹⁴ REIS, João J. “Slaves as agents in history”, p. 438.

²⁹⁵ O que se segue, neste parágrafo e no próximo, é uma síntese de REIS, João J. “Slaves as agents in history”, p. 438-440.

Na nova produção, a própria noção de “sistema” tenderia a desaparecer, dando espaço à noção de processo e, principalmente, àquela de vida cotidiana, considerada meio privilegiado para a investigação da experiência escrava. Violência e paternalismo continuariam sendo levados em consideração como formas de controle, mas de modos nuançados. A violência, por exemplo, demonstraria a incapacidade dos senhores controlar os escravos, apontando “a ausência de dominação hegemônica, para usar um conceito gramsciano empregado em estudos recentes da escravidão”. O paternalismo, por sua vez, antes que simples concessão senhorial, seria entendido como resultado de disputas de interesses, uma resposta à resistência escrava à subjugação. Na luta para alargar espaços de negociação e de autonomia, os escravos teriam obtido conquistas que viriam a ser entendidas por eles como “direitos pessoais”. Quando os senhores negavam-se a negociar ou a respeitar tais “direitos”, poderiam ser confrontados com a insubordinação (individual ou coletiva) dos escravos, os quais, como já vimos, agiriam, de acordo com Reis, informados por um tipo de “economia moral”, similar àquela investigada por E. P. Thompson. Além disso, os novos estudos demonstrariam que os escravos lançaram-se, também, às lutas no campo jurídico, conquistando direitos previstos em lei. Desse modo, as novas pesquisas permitiriam concluir que “escravos e libertos moviam-se, mais frequentemente, entre os extremos da acomodação/integração e da rebelião do que se fixavam em um dos dois polos. Mais comum era a tensão cotidiana e os conflitos na relações do dia-a-dia entre senhores e escravos”, sendo que estes possuiriam suas próprias visões da liberdade e da escravidão, decisivas para informar suas lutas.

Segundo Reis, diante da produção da “nova história social da escravidão”, não se poderia mais imaginar que propriedades rurais funcionassem como campos de concentração e prisões, onde escravos residiriam como internos em condição de desespero e anomia social²⁹⁶. Apesar das restrições, o que as novas pesquisas – algumas delas estudos biográficos influenciados pela “descrição densa” de Clifford Geertz ou pela micro-história italiana – estariam demonstrando era que escravos levavam adiante relações amorosas, casavam (às vezes), formavam famílias extensas e lutavam para manter suas próprias regras de parentesco. Além disso, escravos que moravam em propriedades diferentes poderiam, eventualmente, reunir-se para empreender diversas práticas socioculturais, ocorrência ainda mais frequente entre escravos urbanos. Nessas e em outras ações, escravos teriam demonstrado capacidade de julgar o ambiente político

²⁹⁶ O que se segue neste parágrafo é uma síntese de REIS, João J. “Slaves as agents in history”, p. 441-442.

e social, incluindo os momentos em que o mundo dos senhores confrontava uma crise, como teriam revelado, por exemplo, as pesquisas sobre as decisivas ações (individuais e coletivas) dos escravos para a abolição.

O interesse crescente da “nova historiografia da escravidão” por práticas culturais e significados (por exemplo, no que tange ao papel central da religião em vários aspectos da vida escrava) não teria resultado, de acordo com Reis, em menor atenção dos estudiosos a fontes e métodos quantitativos para construir “cenários” nos quais os indivíduos atuaram²⁹⁷. Nesse sentido, recentes estudos sobre diversos temas – tráfico de escravos, trabalho, crime, capoeira, fugas, revoltas, alforrias, demografia, vida familiar etc. – estariam combinando análises quantitativas com o que se poderia chamar de “análises substantivas”. Desse modo, historiadores estariam evitando generalizações a partir de um ou dois casos individuais e não estariam perdendo de vista as estruturas (econômicas, sociais, demográficas etc.) com as quais os indivíduos interagem e que representavam notáveis restrições aos escravos. Não bastasse o que avaliava como enormes ganhos historiográficos trazidos pelos novos estudos, Reis entendia que eles desempenhariam, também, um importante papel fora do mundo acadêmico:

As crianças brasileiras encontrarão, no futuro, nessa historiografia – quando ela se tornar parte dos livros didáticos usados nas salas de aula – um escravo muito diferente do personagem que suporta tudo sobre o qual seus pais e avós aprenderam na escola e nos meios de comunicação. As gerações futuras não encontrarão grandes heróis – embora houvesse alguns – mas homens e mulheres orgulhosos que não perderam a esperança embora enfrentando a dor de viver como propriedade de outros homens e mulheres.

Entretanto, o papel dos historiadores não deve ser superestimado. A História desempenha somente um papel pequeno, embora importante, na construção da consciência política que ajudará a desencadear a mudança social necessária. Os movimentos sociais vão desempenhar um papel muito maior, mesmo no estudo da história. Na verdade, a emergência dos movimentos negros nos anos 1970 e 1980 pode ser contada como uma das influências centrais por trás de muito do que tem sido escrito sobre escravidão no Brasil nos últimos vinte anos.²⁹⁸

As características gerais mais salientes da historiografia brasileira recente da escravidão apresentadas por Reis, foram, sem o tom triunfante adotado por aquele e com algumas diferenças de ênfase, reiteradas em artigo de Stuart Schwartz publicado no Brasil em 2001²⁹⁹. Segundo o experiente brasilianista, as preocupações dos anos 1980 e 1990, largamente centradas na atenção aos escravos como agentes históricos e à natureza da

²⁹⁷ O que se segue neste parágrafo é uma síntese de REIS, João J. “Slaves as agents in history”, p. 443.

²⁹⁸ REIS, João J. “Slaves as agents in history”, p. 443.

²⁹⁹ SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

escravidão (especialmente, a partir da “voz escrava”), teriam se tornado, no começo dos anos 2000, predominantes nos estudos da escravidão brasileira³⁰⁰.

Tratando apenas das pequenas diferenças entre os textos de Reis e de Schwartz, vale apontar que este, conferindo mais espaço aos novos estudos sobre quilombos, destacou a oposição destes trabalhos à caracterização das economias quilombolas como “parasitárias” e “predatórias”, mas não deixou de registrar que, ao seu ver, haveria indícios consideráveis de que muitos quilombos sobreviveram à maneira das guerrilhas, extorquindo proteção e “várias formas do que as autoridades civis chamavam de banditismo”³⁰¹. Se Reis salientou as conquistas obtidas pelos escravos no tribunais, Schwartz apontou, também, os estudos que exploraram o uso da autoridade do Estado e da lei para reforçar os grilhões da escravidão³⁰². Outro ponto explorado mais detidamente por Schwartz foi o da crescente “africanização” dos estudos brasileiros sobre escravidão, isto é, uma preocupação sistemática com questões de etnicidade e de identidades africanas, o que se teria se desdobrado, também, em diversas pesquisas pormenorizadas sobre o tráfico de escravos e as relações entre Brasil e África (incluindo, a perspectiva de pensar certos problemas numa escala atlântica³⁰³). Foram também mais enfatizados por Schwartz os “avanços significativos nos estudos que continuam tomando a escravatura e suas operações, focos gerais, ou que procuram combinar análises sistêmicas com a compreensão da escravidão como sistema de relações sociais e costumes culturais”. Nesse sentido, são mencionadas pesquisas que “examinaram aspectos dos problemas ideológicos e dos temores raciais da sociedade dos escravos”, a “escravatura como sistema econômico”, a “relação entre os ciclos econômicos e os padrões demográficos”³⁰⁴ etc. Por fim, Schwartz abordou mais longamente o grande interesse histórico que estariam despertando, em fins dos anos 1990, os estudos sobre o pós-abolição, isto é, investigações que se debruçavam sobre “o que aconteceu após a escravidão aos ex-escravos”³⁰⁵.

Em que pese sutis divergências de avaliação com Reis, Schwartz tinha, igualmente, uma visão positiva (“amadurecimento”³⁰⁶) das “mudanças significativas de orientação,

³⁰⁰ SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, p. 54-56.

³⁰¹ SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, p. 49-50.

³⁰² SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, p. 51.

³⁰³ SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, p. 53-54. Sobre as “análises em escala imperial e em perspectiva comparada” que ganharam força a partir de fins dos anos 1990, cf. PRECIOSO, Daniel. “A escravidão brasileira no pós-independência: rupturas e continuidades na produção acadêmica recente (1999-2007). *Cadernos de História*, v. 7, n.1, 2009.

³⁰⁴ SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, p. 54-55.

³⁰⁵ SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, p. 56-57.

³⁰⁶ SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, p. 56.

método e interpretação” pelas quais a historiografia da escravidão no Brasil passou nos anos 1980 e 1990, destacando a capacidade dessa produção de expressar tanto questões especificamente nacionais quanto as amplas tendências internacionais dos estudos da escravidão e aquelas mais gerais dentro da disciplina da história³⁰⁷. Tal visão otimista ganhava tons mais fortes – às vezes, laudatórios – em diversos outros balanços historiográficos produzidos ao longo dos anos 2000³⁰⁸, especialmente naqueles escritos por discentes e docentes do PPGHU que tiveram importante papel na produção da nova historiografia da escravidão³⁰⁹.

O crescente espaço ocupado, na produção das instituições universitárias, pela nova corrente de estudos sobre a escravidão não a poupou de duras críticas. Em 1998, Suely Robles de Queiroz, professora do Departamento de História da USP, propôs-se a fazer uma análise das pesquisas que emergiram a partir de fins dos anos 1980³¹⁰. Sua avaliação, baseada em argumentos de sua própria autoria e, fundamentalmente, naqueles apresentados por Jacob Gorender em *A escravidão reabilitada*, mostrou-se cáustica. Para Queiroz, a “matriz do dissenso historiográfico está na caracterização do sistema escravista, tido por alguns como violento e cruel, por outros como brando, benevolente”³¹¹. Os novos estudos sobre a escravidão, aproximando-se da linha interpretativa inaugurada por Gilberto Freyre, pertenceriam ao segundo grupo. De acordo com a autora, a “nova e polêmica corrente historiográfica” propunha-se a repensar o “conceito de violência do sistema, admitindo a existência de espaço para o escravo negociar um cotidiano mais brando. Nesse cotidiano, ele iria lançando mão de ‘estratégias’ para sobreviver, ora curvando-se aos ditames do senhor, ora a eles

³⁰⁷ SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, p. 26-27. Buscando explicar o quadro que delineou, um pouco mais adiante (p. 28), o autor observa que: “Há muitos acadêmicos brasileiros que se formaram no exterior; há inúmeros acadêmicos nascidos no exterior que viveram muito tempo no Brasil e influenciaram uma geração de alunos e, ao mesmo tempo, também receberam, influência dos acadêmicos brasileiros; e muitos historiadores brasileiros também lecionaram nos Estados Unidos e na Europa (...). Essa miscigenação intelectual também se expressa na conscientização cada vez maior das tendências da historiografia da escravidão nos EUA e, em menor grau, dos estudos acerca da escravidão nas Antilhas entre os estudiosos da escravidão brasileira.”

³⁰⁸ Cf., por exemplo, BARBOSA, Renata C. T. *Desvios do olhar: a escravidão na historiografia brasileira recente*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2001.

³⁰⁹ São bons exemplos: LARA, Silvia H. “Na perspectiva dos escravos”. *Teoria e Debate*, n. 45, 2000; LARA, Silvia H. “História da escravidão africana no Brasil”. In: ANDRADE, José J. A. (org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2001; GOMES, Flávio. “História e historiografia da escravidão no Brasil: identidades, caminhos e percursos”. In: *Educação, africanidades*, Brasília: MEC, 2004 e CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

³¹⁰ QUEIRÓZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

³¹¹ QUEIRÓZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”, p. 103.

resistindo”³¹². Desse modo, negando a coisificação dos cativos, a escravidão assumiria um caráter consensual. Tal concepção, elaborada sob influência de obras de E. P. Thompson (*Senhores e Caçadores*), Eugene Genovese (*A terra prometida*) e Herbert Gutman (*The Black Family*), “tem prevalecido em várias obras e autores surgidos nos últimos anos”³¹³. Detendo-se nos novos estudos demográficos sobre a família escrava, embora reconhecesse que eles a tivessem encontrado com frequência maior do que a anteriormente admitida, Queiroz insistia que as fontes qualitativas e quantitativas não permitiriam conclusões taxativas sobre “a expressividade da família escrava estável no Brasil”³¹⁴. Para a autora, portanto, a nova historiografia da escravidão, apesar de seus intentos, não teria produzido estudos capazes de abalar a “face cruel da escravidão” traçada pela produção dos anos 1960 e 1970.

Em 2003, expressando a tendência de crescimento dos estudos de teoria da história e de história da historiografia nos programas de pós-graduação, Diana Pinto defendeu uma dissertação repleta de críticas à nova historiografia brasileira sobre a escravidão ou, mais precisamente, à corrente que defenderia “uma perspectiva que tome o escravo como um sujeito ativo e/ou autônomo no processo histórico”³¹⁵. Partindo das obras da nova corrente que teriam alcançado maior impacto e difusão³¹⁶, Pinto identificou o que seriam os pressupostos comuns dessa produção: 1) oposição entre empiria e teoria; 2) primazia das fontes no processo cognitivo, tornando o debate metodológico mais importante que o teórico; 3) no plano ontológico, postulado da singularidade dos fenômenos históricos; 4) pressuposto de que o real é fragmentário, o que determina a fragmentação do conhecimento produzido sobre ele; 5) adoção do princípio da não-determinação da

³¹² QUEIRÓZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”, p. 108. Um pouco mais adiante (p. 110), Queiroz evidenciava sua especial irritação com os estudos que se propuseram a historicizar o conceito de violência: “A própria documentação utilizada no livro [LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988] oferece inúmeros exemplos desse tipo de violência, sempre reconhecida como tal pelos estudiosos e sobretudo pelos que a sofrem na carne. *Estes, certamente, se indignariam com explicações frias e racionalizadas para a sua dor.*” (Grifos nossos).

³¹³ QUEIRÓZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”, p. 111.

³¹⁴ QUEIRÓZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”, p. 117.

³¹⁵ PINTO, Diana B. C. *A produção do novo e do velho na historiografia: debates sobre a escravidão*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2003, p. 11-12.

³¹⁶ Entre essas “quase que leituras obrigatórias para os que ingressam no campo acadêmico” (p. 60) mais citadas por Pinto estão: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FARIA, Sheila C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

realidade, deslocando a atenção dos aspectos comuns para as diferenças e tomando totalidade e diversidade como categorias excludentes; 6) epistemologia que entende como arbitrária qualquer abstração sobre a realidade e como deformadora qualquer generalização, definindo-se, conseqüentemente, para o historiador o papel de compreender os fenômenos e produzir, por meio de narrações descritivas, uma de múltiplas interpretações possíveis; 7) crítica à categoria modo de produção, visto como estrutura estática/modelo com o que se pretende “enquadrar” os fenômenos históricos; 8) interesse centrado no escravo como agente do processo histórico (ênfase em aspectos subjetivos e particulares e redes de solidariedade horizontais e verticais)³¹⁷.

Para se afirmar como “novidade”, a corrente historiográfica que toma “o escravo como um sujeito ativo e/ou autônomo no processo histórico”, teria construído uma imagem simplificada do “velho”, isto é, da produção sobre escravidão elaborada nos anos 1960 e 1970³¹⁸. Esta, diferentemente do que alegariam os autores e partidários das mudanças interpretativas sugeridas pelos novos estudos, não estaria sendo superada, mas simplesmente deslocada por uma concepção de história “que toma o indivíduo como um ser supra-histórico, autodeterminado, procurando na subjetividade a singularidade histórica” e não mais pensa “o escravo como um ser social, entendido a partir das relações historicamente construídas em que se encontrava imerso, ou seja, como parte de uma *totalidade contraditória*”. Enfim, segundo Pinto, o que de fato estaria em curso seria a passagem “de uma história da *sociedade escravista* para as múltiplas histórias do *ser escravo*”³¹⁹, as quais estariam sendo elaboradas a partir das “contribuições de novas correntes historiográficas, em geral européias (ou norte-americanas), sejam elas ligadas à história da cultura thompsoniana, ou à microhistória, ou à ‘nova história cultural’, como a proposta, por exemplo, por Peter Burke, Lynn Hunt e Roger Chartier”³²⁰.

Tanto a dissertação de Diana Pinto quanto o artigo de Suely Robles de Queiroz indicam-nos que, em fins dos anos 1990 e começos do decênio seguinte, argumentos similares aos brandidos, cerca de dez anos antes, por Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso ainda continuavam a ecoar em debates relativos à historiografia da escravidão.

³¹⁷ Os itens 1 a 8 são uma síntese de PINTO, Diana B. C. *A produção do novo e do velho na historiografia*, p. 60-65.

³¹⁸ Esta, segundo Pinto, estaria sendo, erroneamente, rotulada de, entre outras coisas: ensaísta; excessivamente teorizante (aprimorando o objeto na estrutura de pensamento); economicista; incapaz de perceber os espaços de ação dos escravos (incluindo as possibilidades de criações culturais próprias) devido à ênfase nos limites de dominação etc.

³¹⁹ PINTO, Diana B. C. *A produção do novo e do velho na historiografia*, p. 12.

³²⁰ PINTO, Diana B. C. *A produção do novo e do velho na historiografia*, p. 60.

Entretanto, o cenário já era bastante distinto daquele da virada dos anos 1980 para os 1990. Como vimos, em balanços produzidos no começo do novo milênio, os estudos que enfatizavam os escravos como “agentes ativos de sua própria história” já haviam se tornado a (ou, pelo menos, uma das) corrente predominante na historiografia brasileira sobre a escravidão, assumindo os variados debates e divergências travados em seu próprio interior – como os relativos aos sentidos e reapropriações coletivas do legado africano pelos escravizados no Brasil – uma dimensão crescente³²¹.

3.6. Trabalho e trabalhadores do pós-1930

No Capítulo 2 desta tese, vimos que foram poucos os trabalhos discentes do PPGHU concluídos nos anos 1980 que se valeram de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos para repensar os trabalhadores do pós-1930. Isso não significa, contudo, que não tenha havido interesse na temática. Pelo contrário, na década de 1980, tanto no PPGHU quanto na produção historiográfica nacional foi significativo o crescimento dos estudos que abordaram o período 1930-1964, especialmente o intervalo 1930-1945³²². De modo geral, esses trabalhos não se mostravam satisfeitos com alguns importantes elementos que informaram, entre os anos 1950 e 1970, a produção das interpretações sobre o populismo (a teoria da modernização, o papel do Estado como organizador das classes, a determinação socioeconômica do comportamento político dos trabalhadores etc.). Nos novos estudos, segundo Jorge Ferreira, três vertentes teriam predominado: a

³²¹ Em entrevista de 2009, Sidney Chalhoub, por exemplo, oferece-nos alguns indícios das novas questões que, ao longo dos anos 1990, ganharam terreno em seus debates com seu orientador de doutoramento (e, também, colega de docência no PPGHU), Robert Slenes: “Hoje em dia a coisa está mais complicada, porque as pesquisas sobre africanidade na história da escravidão brasileira, outro caminho aberto por Robert Slenes, em trabalhos sofisticadíssimos, nos obrigam a ponderar as relações entre a África (ou as Áfricas) e a cultura dos escravos no Brasil. É nessa hora que vemos os limites de quadros teóricos alienígenas, por assim dizer, que não contemplam de modo algum os problemas que temos de enfrentar em nossas pesquisas. E tinha aquela piadinha desqualificante que o Bob (Robert Slenes) fazia comigo, ele que fora o orientador da tese, origem de *Visões da liberdade*. Depois que eu acabei o trabalho, um dia ele virou para mim, quando ele estava começando com esse negócio do que havia de africano na escravidão brasileira [p. ex.: SLENES, Robert W. “Malungu ngoma vem!: África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, n.12 1991/92], e disse: *O livro é muito bom, excelente trabalho, o único problema é que seus escravos podiam ser noruegueses*. Bob Slenes é descendente de noruegueses. A gente ri até hoje disso. Hoje eu devolvo a piada para ele, quando acho que ele está exagerando na africanidade: *Bob, o problema é que esses escravos tornavam-se ladinos, ficavam brasileiros também, certo?* Às vezes eu digo isso: *São ladinos Bob, não são apenas africanos não, são ladinos*.” Cf. Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Claudia Engler Cury e outros. *Saeculum Revista de História*, n. 20, 2009, p. 195.

³²² CAPELATO, Maria H. R. “Estado Novo: novas histórias”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-184 e 188.

abordagem que privilegiava o binômio repressão e persuasão, a teoria do controle social e o enfoque totalitário³²³.

Influenciados por diversos autores marxistas – mas com destaque para Gramsci e sua noção de hegemonia (ou, pelo menos, a proposição, associada ao pensador italiano, de que “a dominação de uma classe social sobre outra não se impõe apenas pela força, pelo poder repressivo de Estado, como era comum pensar, mas que sua eficácia ocorre ao se conjugar com as instâncias ‘persuasivas’ da sociedade”) –, os estudos centrados no binômio repressão e persuasão (ou “repressão policial” e “propaganda política estatal”) debruçaram-se, especialmente, sobre o primeiro governo Vargas (e mais ainda sobre o Estado Novo³²⁴). Em sua maioria, tais interpretações explicariam a emergência do populismo (e a adesão dos trabalhadores ao varguismo) a partir de um duplo movimento: 1) a mobilização de um vasto e diversificado aparato repressivo estatal para eliminar os setores mais combativos do movimento operário e sindical; 2) o emprego de modernas técnicas de propaganda e doutrinação políticas que teriam possibilitado a manipulação dos trabalhadores, levando-os a legitimar o Estado populista. Nessa linhagem de pesquisas, vale acrescentar, pouco (ou nenhum) espaço teria sido dado aos ganhos que os assalariados teriam obtido no Estado varguista (como a legislação social, por exemplo). A vertente de estudos que enfocou o controle social, influenciada por autores como Michel Foucault, procurou explorar as novas formas de dominação política implementadas, nos anos 1920 e 1930, diante do ascenso do movimento operário na década de 1910. Não se restringindo às agências estatais, as novas pesquisas teriam demonstrado a emergência de discursos “racionais” (e disciplinares) relativos a múltiplas dimensões da vida dos trabalhadores (saúde, educação, sexualidade, habitação, medicina etc.). Ao se afirmarem detentores de um saber racional, científico e verdadeiro, um amplo conjunto de especialistas fazia de seu conhecimento um elemento central para o controle do operariado, que, em contrapartida, tinha seus saberes desqualificados. Salientando sua neutralidade e competência técnica (e, portanto, a suposta eficácia de seu poder), o discurso científico/racional teria indicado suas pretensões de tomar o lugar da política no

³²³ Exceto quando indicado por nota de rodapé específica, o que se segue, no próximo parágrafo, é uma síntese de FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 82-94. Para um balanço dedicado exclusivamente à produção historiográfica relativa à Revolução de 1930, cf. BORGES, Vavy P. “Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

³²⁴ Para um balanço dos estudos sobre a propaganda política no Estado Novo (incluindo o papel dos intelectuais no fenômeno), cf. CAPELATO, Maria H. R. “Estado Novo: novas histórias”, p. 201-213.

ordenamento social. Já vertente do “enfoque totalitário”, que teria mobilizado menos adeptos que as duas anteriores, ancorando-se em teóricos do totalitarismo, buscou explicar o sucesso de Vargas entre os trabalhadores por meio de uma leitura radical da repressão policial (“terror generalizado”) e da propaganda política no regime varguista, aproximando-o de experiências históricas como o nazismo alemão e o comunismo soviético³²⁵.

Segundo Ferreira, ainda que declarassem antagonismo com aspectos centrais da teoria do populismo elaborada nas décadas de 1950 e 1960, os estudos das três vertentes predominantes, nos anos 1980, nas investigações relativas ao período 1930-1964, mantinham, na prática, importantes continuidades com a produção anterior. Neles persistiria, embora não da mesma maneira, a premissa central de Francisco Weffort, apresentada em textos como *O populismo na política brasileira* (1967), de que o apoio dos trabalhadores aos líderes populistas poderia ser explicado pela tríade repressão, manipulação e satisfação. Nos novos estudos, entretanto, a ênfase recairia, largamente, sobre os dois primeiros elementos, sendo subestimado e até mesmo ignorado o último³²⁶. Nesse sentido, em sua abordagem das relações Estado e sociedade/classe trabalhadora, as novas pesquisas não teriam abalado a imagem de “uma via de mão única, de cima para baixo, à luz do enfoque opressor e oprimido, o Estado, todo-poderoso, pela violência física e ideológica, domina e subjuga a sociedade, os trabalhadores em particular, surgindo, desse modo, uma relação destituída de interação e interlocução entre as partes”³²⁷. Tal avaliação de Ferreira não era, todavia, consensual. Capelato, por exemplo, embora reconheça a “contribuição importante” que textos de Francisco Weffort continuaram oferecendo para as pesquisas realizadas nos anos 1980, entende que elas “recusaram as teses que apontavam para a fragilidade e inconsciência da classe trabalhadora e da classe burguesa, privilegiando o Estado como sujeito do processo histórico”³²⁸. De qualquer modo, Ferreira não negava que premissas fundamentais da

³²⁵ Para uma análise mais detida de pesquisas brasileiras que se valeram do conceito de totalitarismo para pensar o Estado Novo, cf. CAPELATO, Maria H. R. “Estado Novo: novas histórias”, p. 195-199.

³²⁶ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 83-84.

³²⁷ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 94.

³²⁸ CAPELATO, Maria H. R. “Estado Novo: novas histórias”, p. 187. Em outro balanço sobre a produção recente relativa aos trabalhadores do período 1930-1964, os autores afirmavam, no começo dos anos 2000, que: “Apesar de suas severas críticas aos pressupostos até então elaborados pela produção acadêmica sobre a história dos trabalhadores no Brasil, o ‘revisionismo’ do final dos anos 70 e início da década de 80 não alteraria profundamente a compreensão do período de 1930 a 1964 como um longo interregno de estratégias clientelistas de cooptação de classe e relações antidemocráticas entre lideranças e bases operárias.” Cf. COSTA, Hélio da SILVA, Fernando T. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos

teoria do populismo vinham sendo confrontadas por propostas alternativas. Assim, já em fins dos anos 1970, emergiram análises que “apontavam para as interações entre o projeto varguista e as demandas dos próprios trabalhadores antes de 1930” e viam a definição da consciência de classe a partir de “uma complexa interação com o Estado e os empresários”³²⁹. Por trilhas similares, também transitou Angela de Castro Gomes em seu *A invenção do trabalhismo*, obra que, publicada na segunda metade dos anos 1980, foi recebida com “inquietação”, pois “não se rompe com todas as premissas da noção de populismo e, portanto, com uma tradição longamente aceita e compartilhada sem custos”³³⁰. Entretanto, é mais claramente nos anos 1990 que, pouco a pouco deixando de ser vozes isoladas, “historiadores, influenciados pelas abordagens culturais, pelas leituras antropológicas, pela recepção da assim chamada História Política renovada e, particularmente, pelas ideias de Thompson”³³¹ teriam produzido obras que buscaram entender a política brasileira entre 1930 e 1964 a partir de novos enfoques. De autores “identificados com a história cultural”, por exemplo, provinham proposições que levavam a investigação sobre os subalternos a novas direções, afinal, sustentava-se que:

Os trabalhadores, os camponeses e as pessoas comuns também produzem suas próprias crenças, valores e códigos comportamentais, o que, no conjunto, convencionou-se chamar de *cultura popular*. Carlo Ginzburg [*O queijo e os vermes*], por exemplo, sugeriu o conceito de *circularidade cultural* e demonstrou, em um estudo de caso, que as idéias não são produzidas apenas pelas classes dominantes e impostas, sem mediações, de cima para baixo. As pesquisas em história cultural concordam que as idéias, longe de serem instituídas por um grupo e disseminadas por toda a sociedade, *circulam* e, como defende Roger Chartier [*A história cultural: entre práticas e representações*], as camadas populares se *apropriam* das mensagens dominantes, dando-lhes novos e diferentes significados. Peter Burke [*A cultura popular na Idade Moderna*], por sua vez, critica o que chama de “teoria do rebaixamento”, qualificada por ele de tosca e mecânica. Para o autor, as imagens e as histórias não são passivamente aceitas pelos expectadores e ouvintes (...). A noção de *resistência cultural*, assim, tornou-se parte integrante de muitos estudos. Enfim, diversos outros autores, a exemplo de Robert Darnton, Natalie Zemon Davis, Giovani Levi, para citar os conhecidos, afirmam que a “ideologia dominante” de uma sociedade não é tão dominante quanto se pensava.³³²

Escrevendo no começo dos anos 2000, Ferreira ainda via grandes dificuldades para os estudos de “história cultural” relativos aos trabalhadores do pós-1930. O quadro

recentes”. FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 221.

³²⁹ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 105-106. São mencionados por Ferreira: SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979; VIANNA, Luiz W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; ALMEIDA, Maria H. T. *Estado e classe trabalhadora no Brasil (1930-1945)*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 1978.

³³⁰ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 108.

³³¹ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 108-109.

³³² FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 97-98.

não seria muito diferente para as pesquisas que mobilizavam referenciais teórico-metodológicos thompsonianos. No Brasil, “Thompson, ao lado dos historiadores da cultura, em poucas ocasiões ultrapassa a data tabu: 1930”, sendo raro, quando isso ocorre, que o trabalho mobilize “a questão central” da obra do historiador inglês, o processo de formação de classe. Como exemplo de “um grupo de historiadores que, a partir da leitura de Thompson, vêm produzindo trabalhos inovadores sobre a história da classe trabalhadora brasileira”, Ferreira cita um conjunto de trabalhos de discentes do PPGHU³³³ concluídos nos anos 1990. Nas resenhas que se seguem, (re)encontremos os discentes mencionados por Ferreira e outros que se apropriaram intensamente de referenciais thompsonianos para produzir uma imagem bastante distinta da que predominava nos debates sobre o populismo³³⁴.

Defendida no ano 2000, a tese de Fernando Teixeira da Silva³³⁵ lista, em sua bibliografia, as versões brasileiras de *A formação*, de *Costumes em Comum* e do artigo “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, que, como já vimos, foi traduzido do francês pelo próprio Silva e publicado, em 1995, na segunda edição da coletânea *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. A pesquisa aborda os trabalhadores santistas no entreguerras, buscando “estabelecer justamente as conexões entre a organização da produção, aspectos formativos da classe operária e a ação coletiva dos trabalhadores no processo de mudanças verificadas no interior das organizações operárias da cidade de Santos entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais”. Nessa empreitada, o autor não limitou a investigação “a uma categoria de trabalhadores e seu sindicato, a uma única

³³³ SILVA, Fernando T. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos – direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. Santos: Hucitec, 1995; COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995; FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química – a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume/Sindicato Químicos e Plásticos-SP, 1997.

³³⁴ Três outros trabalhos poderiam ser resenhados nesse agrupamento dedicado às teses que abordaram a temática trabalho/trabalhadores do pós-1930 a partir de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos. Entretanto, os três valeram-se de textos do historiador inglês de modo secundário, sem maiores repercussões teórico-metodológicas. Por isso, optamos por não expô-los mais detidamente. As teses são: LAINO, André. *Memória de metalúrgicos*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1991 (Orientador: Ítalo Tronca); MONTENEGRO, Antonio Torres. *História em campo minado: a memória popular revisitada*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1991 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca); GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1999 (Orientador: Alcir Lenharo/Ítalo Arnaldo Tronca). Laino arrolou, em sua bibliografia, a edição brasileira de *A formação* e a coletânea *Tradición, revuelta*. Montenegro listou, em sua bibliografia, as edições nacionais de *A formação* e *Senhores e Caçadores*. Guillen, por sua vez, valeu-se das edições brasileiras de *A formação*, de *A miséria* e do recém-lançado *Costumes em comum*.

³³⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2000 (Orientador: Michael Hall).

empresa, a uma orientação político-ideológica muito delimitada do movimento operário, a um homogêneo corpo documental ou a uma específica conjuntura histórica”³³⁶. Distanciando-se desses recortes, bastante frequentes na produção da história social do trabalho brasileira dos anos 1990³³⁷, o autor mostra-se interessado em “articular alguns dos temas clássicos que fazem parte do ‘núcleo central da disciplina’”³³⁸, o que, como veremos, não o impediu de explorar novas temáticas e integrá-las em seu esforço de síntese.

Propondo-se a “encontrar os elementos constitutivos da cultura de parcelas significativas de trabalhadores”, Silva busca “investigar as experiências dos trabalhadores e como estes as nomeavam em suas relações cotidianas”. Estas, por sua vez, “foram procuradas, essencialmente, nos locais de trabalho, lugar em que eles definiam, em grande medida, suas próprias vidas, seu valor individual e social e nutriam seus desejos de independência em relação a outros grupos sociais”³³⁹. Nesse sentido, enfatizando o predomínio, em Santos, das atividades sazonais e de uma classe trabalhadora majoritariamente ocasional (“à margem dos tradicionais parâmetros disciplinares das empresas fabris”), o autor nos oferece detalhadas análises de múltiplos aspectos relativos ao trabalho de, entre outros, doqueiros, carregadores e ensacadores de café, carroceiros, trabalhadores da construção civil e estivadores. As duas últimas categorias receberam amplo tratamento, especialmente pelo fato de os “artistas” da construção civil terem sido a força mais dinâmica do movimento operário nas duas décadas iniciais do século XX e de os estivadores terem assumido esse papel a partir da segunda metade dos anos 1930. No primeiro período, vale acrescentar, devido ao predomínio, em algumas conjunturas, de anarquistas e sindicalistas revolucionários na direção das organizações operárias, Santos ficou conhecida como a “Barcelona Brasileira”. Já no segundo período mencionado, dada a crescente influência dos comunistas nos sindicatos locais, particularmente com o início da Segunda Guerra, a cidade ganhou o epíteto de “Moscou Brasileira”³⁴⁰.

Em permanente diálogo com ampla bibliografia (em especial, a estadunidense) sobre o tema do “controle operário”, Silva dedica inúmeras páginas à “luta dos

³³⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 3.

³³⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 1.

³³⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 3.

³³⁹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 8-9. Em outro trecho (p. 7), o autor já havia apontado que: “Os locais de trabalho constituem uma das principais bases do comportamento operário e do processo de transformação de suas experiências.”

³⁴⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 9-10.

trabalhadores no processo produtivo, com a finalidade de obter ampla margem de comando da organização do trabalho”. Segundo o autor, não apenas esta luta, que teria se tornado, em Santos, “o coração das ações de amplas parcelas da classe operária”, deveria ser apreendida a partir do conceito de “controle operário”. Utilizado em sentido mais abrangente, ele daria conta, também, de um “conjunto de lutas multifacetadas e destinadas a uma variedade de fins, abarcando melhores condições de vida e trabalho. Assim, engloba as lutas por segurança no emprego, diminuição da jornada de trabalho, aumentos salariais e controle do mercado de trabalho”. Nesse sentido, as diversas ações relativas ao tema do controle operário “são travadas tanto no processo produtivo, quanto na sua [dos trabalhadores] relação com grupos e instituições locais e nacionais, vinculando-se, assim, a eventos políticos em âmbito regional e federal”³⁴¹.

Sempre preocupado em relacionar “diversos aspectos da cultura do trabalho, referida ao processo produtivo, com a organização dos trabalhadores em sindicatos, movimentos reivindicativos e grevistas, disputas eleitorais, conflitos e relações de reciprocidade com autoridades e instituições públicas”³⁴², Silva analisa as “bases do poder e do declínio” da influência dos trabalhadores da construção civil no movimento operário santista. Ganham destaque na explicação, as iniciativas, a partir da conjuntura da Primeira Guerra Mundial, de alguns grandes construtores para redefinir as relações de trabalho nesse setor de atividades, fenômeno associado às “transformações pelas quais passaram o mercado e a indústria da construção”³⁴³. Nesse processo, os operários qualificados da construção (pedreiros, carpinteiros, pintores etc.) tiveram seu poder de barganha reduzido, o que foi crucial para a perda, nos anos 1920 e 1930, da centralidade que desfrutaram (fundamentalmente, por meio do “sindicalismo de ação direta”) no movimento operário local em décadas anteriores³⁴⁴. Contribuíram, também, para o declínio, a repressão patronal e policial (esta, não poucas vezes, camuflada pelo respeito ao Direito) às greves de 1919 e 1920, ocorrida em meio a um crescente nacionalismo xenófobo³⁴⁵. Finalmente, para a perda de influência do sindicalismo de ação direta, Silva não deixa de mencionar as “rivalidades e diferentes concepções políticas sobre o papel

³⁴¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 7-8. Entre os estudos estadunidenses sobre controle operário utilizados por Silva, destacam-se: MONTGOMERY, David. *El control obrero en Estados Unidos*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985 e MONTGOMERY, David. *The fall of the house of labor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

³⁴² SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 9.

³⁴³ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 12-13.

³⁴⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 13.

³⁴⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 19.

dos sindicatos na sociedade” que, em especial na conjuntura grevista 1919 e 1920, opuseram anarquistas, sindicalistas revolucionários e os defensores do sindicalismo amarelo.

Contrariando a difusa suposição de que o movimento operário santista teria sido marcado por um “radicalismo quase sem interrupção”³⁴⁶, em que os adeptos do sindicalismo de ação direta teriam sido sucedidos pelos comunistas, Silva oferece vigorosos indícios de que, nos anos 1920, as práticas e concepções reformistas do “sindicalismo amarelo”³⁴⁷ encontraram significativa adesão de importantes categorias da cidade (estivadores, carroceiros e trabalhadores em armazéns de café). Não foram poucos os que, nesse período, defenderam a “ação operária nos limites ‘da Lei e do Direito’, a necessidade de intermediários na mediação dos conflitos entre trabalhadores e patrões, a exigência de medidas legislativas e governamentais em favor da classe operária, o recurso da greve como ‘último recurso’ e a importância da participação dos trabalhadores na disputa por cargos públicos eletivos, tanto como eleitores quanto como candidatos”³⁴⁸. Os anos 1920 constituíram, portanto, “um período de novos desafios para os trabalhadores e de ensaios no sentido de um novo padrão de relacionamento do governo e dos patrões com o movimento operário”³⁴⁹. Considerando a importante atuação do sindicalismo amarelo entre organizações operárias santistas no pré-1930, Silva propõe uma nova chave interpretativa para a rápida aproximação de significativas parcelas dos trabalhadores locais em relação a aspectos do “corporativismo oficial” e a autoridades e instituições públicas logo após a revolução da Aliança Liberal. Nesse sentido, entende Silva que:

(...) o reconhecimento de vários sindicatos pelo Ministério do Trabalho e a assunção da interferência do Estado nas relações de trabalho por parte de muitos trabalhadores não deixaram de ser o resultado de *escolhas* e propostas conscientes de parcelas significativas do movimento operário. Tratava-se de uma opção racional entre um limitado repertório de alternativas historicamente delimitadas e em acirrada competição na disputa pela liderança da classe trabalhadora.³⁵⁰

Os fatores que levaram à escolha de um alinhamento político com setores do Governo Provisório podem ser brevemente destacados de forma enumerativa: gradual implantação do sindicalismo amarelo, esvaziamento de opções no repertório de forças políticas alternativas (desaparecimento do sindicalismo de ação direta, inexistência de correntes socialistas e fragilidade de inserção dos comunistas no movimento operário), demanda pela intervenção do poder público na institucionalização do controle do mercado de trabalho (o que não se resumia aos estivadores), discursos, práticas e instituições do governo que acenavam para a

³⁴⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 5.

³⁴⁷ Segundo o autor: “os sindicatos amarelos não serão entendidos aqui como organizações formadas e patrocinadas pelos patrões e pelo Estado com o objetivo de controlar o movimento operário organizado.” Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 264.

³⁴⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 18.

³⁴⁹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 346.

³⁵⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 371.

liberdade da organização operária e para a valorização do trabalhador na produção e na sociedade.³⁵¹

(...) tal aproximação, no entanto, foi o resultado não apenas da convergência de interesses materiais, pragmáticos e instrumentais de trabalhadores e do governo. Para além de uma racionalidade política e econômica dos atores sociais envolvidos nesse jogo, foi preciso investigar os valores por eles compartilhados em um específico contexto de grandes transformações. Por que houve uma aproximação com o “miguelismo” [isto é, com os partidários do tenente Miguel Costa, então secretário de Segurança Pública do Governo Provisório de São Paulo] e não com outras forças políticas? Para ser breve, uma das respostas foi procurada na capacidade dos “tenentes” para “refundir o tema da cidadania em um novo contexto social”. Esse tema implicava, entre outros aspectos, no reconhecimento dos trabalhadores como atores legítimos e privilegiados no terreno social e político.³⁵²

Como demonstra Silva, nos anos 1930, “a influência do governo na totalidade da classe operária foi desigual, estabelecendo um jogo de atendimento a determinados anseios e exclusão de outros”. No caso dos estivadores santistas, o Governo Provisório atuou no sentido de apoiar o *closed shop* (isto é, a imposição da contratação exclusiva de trabalhadores sindicalizados e o estabelecimento de mecanismos de controle e fiscalização do processo de trabalho por parte da entidade operária), bandeira pela qual os trabalhadores lutavam há décadas³⁵³. De acordo com Silva, o ocorrido entre os estivadores santistas não é um caso isolado, havendo evidências “a demonstrar que a legislação sindical e trabalhista, logo nos primeiros anos de sua implantação, favoreceu a mobilização e organização de parte importante do movimento operário”³⁵⁴.

Os comunistas, que moveram forte oposição ao projeto corporativista oficial no princípio de sua implantação, encontraram grandes dificuldades em ganhar terreno no movimento operário santista. Somente na segunda metade dos anos 1930 e, mais intensamente a partir do fim da conflagração mundial, eles passaram, especialmente devido à forte presença deles junto aos estivadores, a ser uma influência central no movimento operário santista, quadro que se estenderia até o Golpe de 1964³⁵⁵. De acordo com Silva, a crescente ascensão dos militantes do PCB junto aos estivadores “não foi o resultado puro e simples de suas orientações partidárias, de sua retórica de transformação da sociedade, de sua capacidade no sentido de ‘arrancar direitos’, de sua enorme capacidade organizativa e mobilizadora, ou da instrumentalização do movimento operário

³⁵¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 20.

³⁵² SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 21.

³⁵³ Vale acrescentar que, em 1943, os termos da regulamentação do *closed shop*, na CLT, incorporaram largamente “direitos” costumeiros (resultados de diversas lutas) que, há décadas, regulavam a prática do *closed shop* em diversos portos do país. Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 216-218.

³⁵⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 378.

³⁵⁵ Sobre o decisivo papel dos comunistas para a “pacificação da estiva”, cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 439-461.

para ‘fins políticos’”. Elemento decisivo nesse processo foi, também, “o encontro entre ativistas do PCB e importantes valores presentes na cultura do trabalho na estiva, da qual eram parte os comunistas”³⁵⁶. Entre tais valores (“desigualmente compartilhados pelos estivadores e enraizados em sua cultura do trabalho”), destacavam-se aqueles relativos à “valentia” e ao orgulho de serem “operários sem patrões”³⁵⁷. Essas noções estavam na base da luta que, desde o fim dos anos 1910, os estivadores vinham travando pelo *closed shop*.

Ao apontar a importância das conexões entre “cultura do trabalho”, movimento operário e suas orientações político-ideológicas, Silva insiste na ideia de que não está sugerindo a existência de “homogeneidade profissional e cultural”. Pelo contrário, a “história dos portuários de Santos” foi “pontilhada por experiências desagregadoras, marcadas por conflitos que tinham origem em diversidades profissionais, diferenças étnicas, rivalidades pela conquista dos melhores e mais rendosos serviços, competição pelas oportunidades de emprego”³⁵⁸. Assim, o desenvolvimento do poder da categoria não pode ser explicado somente pelos fatores integrativos da “cultura de trabalho” dos estivadores, mas por sua combinação com elementos “da natureza peculiar da indústria portuária de Santos e de fatores políticos característicos do pós-1930”. Portanto, para explicar o controle operário, era necessário:

(...) mobilizar múltiplas variáveis: o nível de concentração de capital da indústria marítima, o grau de centralização e dispersão das diferentes peças empresariais que compunham o complexo portuário, a capacidade dos mais diversos e competitivos empregadores para criarem uma organização e uma unidade de ação contra as pretensões dos trabalhadores, as diferentes condições do mercado de trabalho, os significados do emprego ocasional e regular para os estivadores, além das escolhas políticas da categoria e seu sindicato.³⁵⁹

Na sustentação das argumentações que desenvolve ao longo da tese, além de se valer de ampla documentação³⁶⁰ e de recente bibliografia internacional relativa à história social do trabalho, o autor recorre a variado conjunto de referenciais teórico-metodológicos. Neste, as apropriações de textos de E. P. Thompson assumem um lugar

³⁵⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 441

³⁵⁷ “Na medida em que trabalhavam para diferentes firmas, não tinham emprego regular e não estavam submetidos a regras disciplinares como as existentes em uma indústria fabril, os estivadores não identificavam sua ocupação como parte de uma empresa em particular.” Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 16.

³⁵⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 15.

³⁵⁹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 17.

³⁶⁰ Livros de memórias de militantes; processos criminais e de expulsão; relatórios de autoridades municipais; prontuários do Deops; entrevistas; documentos da Cia. Docas de Santos; relatórios consulares (Portugal, EUA etc.); jornais operários e da grande imprensa; relatórios de militantes comunistas brasileiros dirigidos à Internacional; atas sindicais; correspondências; séries estatísticas; legislação; obras literárias.

de destaque. Logo nas primeiras páginas, Silva reconhece que, ao “pretender articular a cultura do trabalho com as ações e instituições coletivas”, teve “a intenção de investigar alguns dos *elementos formativos da classe operária* santista e suas conexões com determinadas práticas e orientações ideológicas do movimento operário”³⁶¹. Indo além dessa menção tácita ao conceito thompsoniano de formação de classe, um pouco mais adiante Silva salienta que a ênfase de sua pesquisa:

(...) encontra-se na diacronia [inserção da Nota 25]. Busquei estender a investigação a um longo período que permitisse avaliar as difíceis correlações entre continuidades e descontinuidades históricas antes e depois de 1930. A abordagem em torno do encontro entre cultura do trabalho e movimento operário, duas faces da mesma moeda, permitiu acompanhar o movimento pendular entre rupturas e persistências.

[Nota 25] Na formulação de E. P. Thompson, a classe existe e só pode ser melhor apreendida no tempo, não havendo classe se determos a história em um dado momento, escapando à análise ao tentarmos imobilizá-la em um ponto fixo do tempo para deslindar seus elementos constitutivos. Thompson, E. P. “Prefácio”, in: *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.³⁶²

Diante daqueles que quiseram atribuir a limitada mobilização dos trabalhadores santistas em algumas conjunturas (como a Greve de 1917) à existência de poucas unidades fabris na cidade, Silva recorre a Thompson para citar a crítica do historiador inglês à equação “classe operária = grande indústria”. Assim, afirma que:

Seria um equívoco não considerar a Companhia Docas, a São Paulo Railway, algumas firmas de ensaque de café e a construção civil como empresas industriais pelo fato de não terem as mesmas características, por exemplo, da produção têxtil. Sobre a crítica à referida equação, cf. Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 2.³⁶³

É na combinação de Thompson com importantes autores da micro-história italiana³⁶⁴ (o que não exclui eventuais menções a autores de outras linhagens, como Sahlins³⁶⁵ e Geertz³⁶⁶) que Silva ampara seu entendimento de cultura (popular):

Os sistemas de regras e sanções são pontilhados de incoerências, ambigüidades e porosidades que permitem aos atores sociais a tomada consciente de decisões para agir de acordo com um *quantum* determinado de opções e informações. Como há discrepâncias entre as restrições

³⁶¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 10 (Grifos nossos).

³⁶² SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 26.

³⁶³ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 237-238 (nota 25). Afirma Silva (p. 237) que: “A grande maioria dos trabalhadores portuários, ensacadores de café, ferroviários e carroceiros se via como pertencente à classe operária e agia como tal”.

³⁶⁴ Por sinal, é a partir de textos de micro-historiadores italianos – e não de obras de Thompson – que Silva argumenta sobre a agência humana (“ganha força o problema das escolhas individuais e sociais”) e sobre o “processo histórico como um campo aberto de possibilidades, imprevisível e não necessariamente linear”. Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 28-29.

³⁶⁵ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

³⁶⁶ CLIFFORD, Geertz. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

dos sistemas normativos, “um indivíduo tem um conjunto diferente de relacionamentos que determina suas reações à estrutura normativa e suas escolhas com respeito a ela”. Assim, a ação social resulta de freqüente negociação, escolhas e decisões frente ao poder normativo, oferecendo diferentes possibilidades de interpretação [inserção da Nota 32]. Tais noções de escolha e estratégia de ação talvez guardem um racionalismo exacerbado, mas “introduz um tipo de situação que a historiografia clássica reservava às elites [inserção da Nota 33]”.

[Nota 32] Levi, Giovanni. “Sobre a micro-história”, in: Burke, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Unesp, 1992, p. 149.

[Nota 33] Grendi, Edoardo. “Repensar a micro-história”, in: Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 253. Foi essa a perspectiva de E. P. Thompson em seus estudos sobre a cultura popular inglesa no século XVIII, levando-o a compreendê-la não “como uma formação involuntária à maneira de um dado geofísico”, mas a partir do “aspecto ativo, voluntarista, criador de valores da cultura popular: o povo faz e refaz sua própria cultura”. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, in: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, IFCH/Unicamp, s.d., p. 136.³⁶⁷

A concepção thompsoniana de cultura popular estava, como vimos no Capítulo 1 desta tese, articulada à maneira como o historiador inglês compreendia a hegemonia. Silva, explicitando essa conexão, aponta que:

Vários historiadores têm procurado em um emaranhado de fontes os significados que homens e mulheres anônimos imprimiram às suas vidas, *não os impedindo de criarem e manifestarem representações e atos nem sempre congruentes com os termos dominantes. Sujeitos a rearranjos e submetidos a freqüentes negociações e concessões, tais termos não conseguem plasmar uma visão de mundo com total abrangência e persuasão em todos os aspectos, lugares e experiências da vida dos trabalhadores* [inserção da Nota 35].

[Nota 35] A esse respeito são sugestivas as noções de E. P. Thompson sobre hegemonia. Cf. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 77-9.³⁶⁸

Não é difícil constatar a centralidade da noção thompsoniana de hegemonia na conformação de algumas das principais (e inovadoras) proposições que Silva apresenta em sua tese. Tomemos, por exemplo, a análise do autor sobre a rápida aproximação de significativas parcelas dos trabalhadores santistas em relação a aspectos do “corporativismo oficial” e a autoridades e instituições públicas logo após a revolução da Aliança Liberal. Silva oferece numerosos indícios de que tal ato não significava simplesmente a adesão ao “sindicalismo oficial” nos termos em que este era concebido pelos seus formuladores vinculados ao aparato estatal³⁶⁹. Com efeito, no processo mencionado, os trabalhadores, baseados em suas próprias experiências anteriores, manifestaram representações e atos “nem sempre congruentes com os termos dominantes”:

³⁶⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 29-30.

³⁶⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 31 (Grifos nossos).

³⁶⁹ “O projeto político e sindical dos ‘amarelos’, tal como se apresentou nos anos 1920, e o ‘corporativismo oficial’ certamente não eram idênticos, mas apresentavam flagrantes pontos de convergência (...)” Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 370.

Esses valores foram cruciais para que os trabalhadores atribuísem significados específicos para certos eventos, tal como a mudança do regime político no pós-1930, que não deixou de ser submetido ao escrutínio de seus esquemas culturais. Transformações aparentemente exteriores ao grupo social eram resignificados de acordo com a maneira pela qual eram culturalmente orquestrados. *Assim, certos projetos políticos não tiveram a eficácia aculturante que seus formuladores pretendiam alcançar.*³⁷⁰

A noção thompsoniana de hegemonia era, portanto, elemento central para Silva “escapar às interpretações que operam com categorias normativas de autonomia e heteronomia de classe”. Frequentemente, estudos dessa linhagem só veriam como autônomas as “lutas operárias à margem de qualquer institucionalidade que não seja produto da criação original dos próprios trabalhadores”³⁷¹. Uma das decorrências dessa “enraizada tradição de análise” seria a produção de “blocos cronológicos caracterizados pela dualidade autonomia-heteronomia”. Assim, a Primeira República teria sido um período de “autonomia”. O divisor de águas de 1930 teria aberto um longo intervalo de heteronomia que só começaria a ser rompido em fins dos anos 1970, com a ascensão do novo sindicalismo³⁷². Assim, em certo sentido, é possível afirmar que a própria periodização adotada por Silva (o entreguerras) articulava-se com as noções thompsonianas de cultura (popular) e hegemonia. Enfim, o que “de cima” era construído como ruptura absoluta era visto “sob a perspectiva dos trabalhadores” como marcado por significativas continuidades.

De acordo com Silva, recentes estudos nacionais sobre a escravidão lhe foram, também, importantes na superação da dualidade autonomia-heteronomia. Assim, remetendo o leitor a diversas obras em que os autores se valeram da concepção thompsoniana de hegemonia, Silva aponta que tais trabalhos:

(...) revelam que liberdade e autonomia adquiriam múltiplos significados para os escravos no interior da própria escravidão. Gerir seus próprios negócios e os do senhor, negociar na justiça os termos das relações entre cativos e proprietários de escravos e lutar pela liberdade na arena jurídica *não foram práticas heterônomas de legitimação da escravidão*. Portanto, *seria excessiva heresia sugerir que a opção dos estivadores em se aliarem a personagens, projetos e instituições corporativistas foi uma escolha que, ao invés de limitar, lhes permitiu*

³⁷⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 27 (Grifos nossos).

³⁷¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 25-26. Ao enfatizar as rupturas implementadas pela intervenção estatal no pós-1930, a literatura pautada pela dualidade autonomia-heteronomia “desconsiderou o papel ativo de trabalhadores e sindicatos na conformação do projeto corporativista. ‘Correntes reformistas’ existentes na Primeira República, dispostas a estabelecer alianças com o Estado, defenderam a sindicalização oficial, revelando que houve uma política de alianças entre ‘novos e velhos sindicatos’.” SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 369 (Grifos nossos).

³⁷² SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 426.

*ampliar sua esfera de autonomia em relação ao mundo do trabalho? Ou, como está na moda liberal acusar, tudo isso não passaria de “reabilitação do getulismo”?*³⁷³

Dialogando com temas clássicos da história do trabalho (por exemplo, a relação entre “nível de concentração de capital” e o poder de barganha de uma dada categoria³⁷⁴) e, ao mesmo tempo, demonstrando criteriosa atenção com novas questões (por exemplo, a centralidade da linguagem na construção de identidades coletivas e a importância das noções de masculinidade para se pensar certas categorias de trabalhadores³⁷⁵), Silva produziu uma tese bastante afinada com os debates então travados, por exemplo, na história social do trabalho anglo-saxônica de matriz thompsoniana. Ainda que alguns dos mais conhecidos críticos desta (Joan Scott, Perry Anderson, Gareth Stedman Jones, William Sewell etc.) não sejam mencionados na bibliografia de Silva, diversos elementos por eles apontados não são negligenciados na tese. Finalmente, impossível não destacar os significativos aportes (alguns deles bastante articulados a conceitos thompsonianos) oferecidos por Silva para uma nova interpretação sobre a implantação da estrutura sindical corporativista no Brasil. Segundo o autor, nessa empreitada ele não estava sozinho, sendo que os “eventuais méritos” de sua tese deveriam ser “atribuídos ao trabalho coletivo que, há cerca de uma dezena de anos, venho desenvolvendo com Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro (Gino), Hélio da Costa e Paulo Fontes”. Todos eles, vale destacar, orientados por Michael Hall no PPGHU³⁷⁶. Analisemos mais detidamente os trabalhos mencionados por Silva.

Apresentada à banca em 2001, a tese de Alexandre Fortes³⁷⁷ chama a atenção pelo grande número de textos thompsonianos em sua bibliografia. Além de dois artigos de

³⁷³ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 25-26 (nota 23) (Grifos nossos). As obras citadas por Silva nesse trecho, todas produzidas por autores vinculados ao PPGHU, são: CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999; XAVIER, Regina C. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Unicamp, 1996; LARA, Silvia H. “Trabalhadores escravos”. *Trabalhadores*, n. 1, 1989.

³⁷⁴ Ainda que trabalhe com grande variedade de condicionantes, Silva insiste, repetidas vezes, que : “devemos ter cuidado ao extrair das determinações estruturais da economia e da composição social dos trabalhadores estreitas correlações com o comportamento político e ideológico da classe operária”. Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 236.

³⁷⁵ “(...) os portuários definem, em grande medida, sua própria identidade a partir de um forte senso de masculinidade, cujos desdobramentos se expressam tanto no orgulho da ostentação de sua força física quanto em uma cultura de insubordinação ao poder de mando dos chefes de serviço”. Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. 155-156.

³⁷⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*, p. iv-v.

³⁷⁷ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”: a classe trabalhadora porto-alegrense na Era Vargas. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Michael Hall).

Tradición, revuelta (no caso, *El delito de anonimato* e *La economía “moral”*), o autor lista *Senhores e caçadores; As peculiaridades dos ingleses* (edição de 1993), *A formação* e, em inglês, o livro *Customs in common* e o artigo *Patrician society, plebeian culture*. Como veremos, esses textos foram intensamente mobilizados na pesquisa de Fortes, que se propôs a investigar o processo de emergência da “nova classe operária” (“centralmente fabril”) porto-alegrense no contexto da Era Vargas, entendida pelo autor como o período que se estende do fim dos anos 1920 a meados dos anos 1950. Tal recorte cronológico não é, contudo, uma camisa-de-força para Fortes, que não hesita em realizar eventuais avanços e recuos nos marcos temporais que lhe servem como referência.

Segundo o autor, na primeira metade do século XX, Porto Alegre experimentou um acelerado crescimento urbano “diretamente associado ao desenvolvimento de um complexo econômico que articulava intimamente um parque industrial em expansão e uma rede de transportes de médio e longo curso (navegação fluvial, ferrovia e aviação civil)”. Especialmente a partir dos anos 1920, seria possível constatar “um novo momento na configuração da classe trabalhadora na cidade, com um amplo predomínio do emprego fabril, uma mudança na escala quantitativa (número total e concentração de trabalhadores por unidade) e o desenvolvimento de formas de sociabilidade e estratégias sócio-econômicas familiares bastante distintas das que caracterizavam o operariado porto-alegrense até as primeiras décadas deste século”³⁷⁸. Tais processos mostraram-se particularmente intensos num conjunto de bairros da cidade – reconhecido como “base orgânica de um campo político de centro-esquerda no chamado “período populista”³⁷⁹ – que ficou conhecido como Quarto Distrito, o qual o autor toma como foco prioritário de sua investigação.

Diferentemente de *The Making*, mas como tantos outros estudos que abordam processos de formação da classe trabalhadora, Fortes inicia seu trabalho com uma detalhada descrição da estrutura produtiva instalada no Quarto Distrito, oferecendo ao leitor uma massa de dados quantitativos sobre ramos econômicos principais, tipos de fábricas, número médio de empregados por estabelecimento etc. Na sequência, o autor passa aos fluxos migratórios nacionais e internacionais que fomentaram o crescimento e diversificação do operariado local, detendo-se nos imigrantes do leste europeu (frequentemente chamados pelos membros de outras nacionalidades pela genérica designação de “polacos”). Ao tratar dos moradores do Quarto Distrito, Fortes combina

³⁷⁸ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 1.

³⁷⁹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 174.

dados quantitativos e qualitativos para explorar uma grande variedade de subtemas: estratégias migratórias e ocupacionais (individuais e familiares); relações entre ciclo de vida e trajetória profissional; valores relativos ao trabalho fabril; modalidades e possibilidades de especialização profissional (incluindo repercussões das clivagens étnicas e/ou de gênero no fenômeno); práticas de consumo e de sociabilidade (abarcando detalhadas considerações sobre as muitas e diversas associações existentes na localidade, em especial, as recreativas). Além de, não raras vezes, canalizarem demandas sociais dos moradores, tais associações mostraram-se fator importante nas (re)configurações assumidas pelas múltiplas identidades étnico-nacionais vigentes entre os moradores do Quarto Distrito, as quais sofreram profundas mudanças em algumas conjunturas (como a da Segunda Guerra Mundial)³⁸⁰ e se imbricaram de modos variados com identidades de classe (o que é válido para se pensar tanto os trabalhadores quanto os patrões). Buscando justificar a importância de se investigar tais articulações, Fortes avalia que, enquanto, na academia norte-americana, “a análise desta problemática [das relações entre etnicidade e classe] gerou, e continua a gerar, uma vasta produção dividida em diversas correntes, no Brasil, uma das três grandes nações de destino de imigrantes na América, poderíamos dizer que o problema foi relegado a um espaço marginal nas preocupações da historiografia”³⁸¹. Indo além das questões relativas à etnicidade – às quais se soma a atenção recorrente do autor às construções de gênero –, Fortes insiste, mais amplamente, na necessidade de:

enfocar as diferentes matrizes identitárias que perpassam a experiência da classe trabalhadora como elementos de um processo de troca e construção simbólica em que as mesmas disputam ou se articulam de modo complexo e dinâmico com outros aspectos da existência social, assumindo peso e conotação variada de acordo com o contexto. Este contexto, por outro lado, envolve não apenas as estruturas econômicas, políticas e a cronologia dos fluxos migratórios, mas também elementos da configuração simbólica na qual os atributos identificados com

³⁸⁰ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 99-100.

³⁸¹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 105. Em termos teórico-metodológicos, para pensar as identidades étnicas e nacionais, Fortes ampara-se, largamente, em conceitos como “invenção das tradições” e “comunidades imaginadas”, oriundos, respectivamente, das leituras de HOBBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence. *The Invention of traditions*. 12.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 e ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. 2.ed. London: New York: Verso, 1991. Entretanto, sem referenciar qualquer obra específica de E. P. Thompson, é o historiador inglês que Fortes menciona para afirmar que: “A construção e reelaboração de noções de etnia e nação pode ser considerada como um dos campos em que demandas sociais emergentes recebem seu processamento em termos culturais, gerando noções de comunidade cujo significado será então objeto de disputa e redefinição por parte dos diferentes projetos políticos enraizados neste contexto. Como já demonstrou E. P. Thompson, a histórica [sic] da classe trabalhadora em cada contexto histórico particular exige uma articulação específica entre experiências organizativas e valores compartilhados, assim como o desenvolvimento de uma avaliação relativamente consensual sobre estratégias de luta e de conquista de espaço na sociedade como um todo.” FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 173-174.

“nacionalidades” particulares adquirem seu significado e os principais fatores que influem na sua modificação ao longo do período.³⁸²

Os fenômenos identitários ganham destaque, também, na ampla análise que Fortes empreende de duas das maiores empresas do Quarto Distrito (e mesmo do Brasil, no período estudado): a Renner e a Varig. O autor mostra-se particularmente interessado em investigar o papel das abrangentes políticas de benefícios sociais dessas empresas na configuração das relações entre patrões e trabalhadores³⁸³, salientando os enormes obstáculos que limitaram a atividade sindical entre os operários desses estabelecimentos³⁸⁴. Em boa medida, por meio de seus estudos da Renner e da Varig, Fortes acaba por explorar, também, alguns aspectos do próprio processo de formação de classe da burguesia gaúcha, visto que dirigentes das mencionadas empresas protagonizaram decisivos episódios da organização dos industriais gaúchos³⁸⁵.

Em que pese as dificuldades enfrentadas pelo movimento operário na Renner e na Varig, o sindicalismo porto-alegrense mostrou-se, em algumas conjunturas do amplo período estudado pelo autor, bastante atuante, mobilizando diversos recursos para agir em um cenário marcado “pela combinação de fatores tão distintos quanto a transformação na composição da classe trabalhadora, o desenvolvimento de políticas de ‘capitalismo de bem-estar’ em algumas empresas de grande porte e, finalmente, o novo contexto político-institucional marcado pela regulamentação legal das relações de trabalho, que se estabelece de forma definitiva a partir de 1930”³⁸⁶. Esse último fator e as leis relativas às organizações sindicais são bastante explorados por Fortes, que evita, entretanto, caracterizar 1930 como marco que assinala uma ruptura completa com práticas anteriores. Assim, lembra o autor que, se “os principais elementos da forma de organização do ‘sindicalismo anarquista’ eram a luta pelo controle do mercado de trabalho, a ampla sindicalização, a organização no local de trabalho, a não profissionalização dos dirigentes, a sustentação voluntária das entidades e a mobilização permanente, *perceberemos importantes aspectos de continuidade na ação sindical do início dos anos 30*”³⁸⁷. Além disso, acrescenta Fortes, é preciso considerar que “os instrumentos para o controle e tutela

³⁸² FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 109-110.

³⁸³ Isso não impede Fortes de analisar, em profundidade, processos de trabalho; mecanismos disciplinares; hierarquias internas etc.

³⁸⁴ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 258 e 345.

³⁸⁵ Cf., por exemplo, FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 209.

³⁸⁶ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 349.

³⁸⁷ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 398 (Grifos nossos).

das entidades sindicais foram sendo construídos gradativamente, o que relativiza a ideia de um corte abrupto [em 1930] com a tradição de organização autônoma anterior”³⁸⁸.

As ponderações de Fortes não objetivam refutar a tese de que a legalização dos sindicatos e outros aspectos do projeto corporativista abriam espaço para o controle estatal sobre as organizações operárias. Seu intuito é demonstrar que os trabalhadores não eram passivos nesse processo e exploraram contradições da estrutura sindical corporativa. Assim, se inicialmente:

(...) os decretos de oficialização dos sindicatos e a vinculação de muitos benefícios à sindicalização geraram uma canalização de esforços para o registro legal ou a criação de entidades e uma expectativa favorável em relação às mudanças nas condições de vida e trabalho que a lei deveria proporcionar. Num segundo momento, o descontentamento com o descumprimento sistemático da legislação provoca duas ondas de greves, a primeira em 1933-1934 e a segunda em 1935. Esses movimentos inicialmente levaram à exposição das contradições existentes no projeto corporativista, e abriram espaço para que as organizações de trabalhadores se afirmassem como atores no novo cenário, mas sua evolução foi posteriormente cortada, de forma violenta, pela repressão e pela intervenção nas entidades sindicais. *Desta evolução das lutas operárias no período pode-se concluir que a ênfase geral da estratégia desenvolvida pelo sindicalismo no estado [Rio Grande do Sul] estava na efetivação, ampliação e universalização dos direitos assegurados em lei e da preservação de um papel autônomo na defesa de interesses de classe para o sindicato, apesar da sua oficialização.*³⁸⁹

O movimento operário, apropriando-se, rápida e crescentemente, do “discurso da lei” teria demonstrado, portanto, ampla margem de manobra na medida em que “legitimava e ampliava a repercussão de suas lutas, pautadas agora na cobrança da efetivação da legislação. Embora discursivamente permeada pelas noções corporativas de ‘harmonia social’ e atuação ‘dentro da ordem’, a ação sindical condicionava a efetivação dos direitos à organização dos trabalhadores e usava as conquistas de categorias específicas como precedentes para a sua generalização, avançando na construção de uma identidade classista”³⁹⁰. Não se limitando a contestar a imagem do Estado “demiurgo” que produziria um movimento sindical como expressão direta e exata de decisões estatais, Fortes busca refutar aquela outra que atribui papel similar ao PCB. Assim, depois de lembrar que, no pós-1930, com a generalização dos sindicatos por ramo de atividade ou por indústria, as organizações dos trabalhadores estiveram,

³⁸⁸ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 398.

³⁸⁹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 364-365 (Grifos nossos).

³⁹⁰ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 410-411 (Grifos nossos). Segundo o autor (p. 489), existia um profundo “sentimento de co-participação dos trabalhadores gaúchos em relação à criação da nova legislação social”.

frequentemente, disputadas por militantes de diversas correntes político-ideológicas, o autor pondera que:

É inegável que [nos anos 1930] a estrutura central do PCB estava sofrendo um processo de burocratização que levava à adoção de políticas muitas vezes distantes da experiência operária. (...) Por outro lado, vale a pena recordar que em muitos momentos críticos, como no período entre 1937 e 1943, a repressão levou a que a organização comunista sobrevivesse na forma de células de base sem vínculo com a estrutura nacional, o que possibilitava grande margem de autonomia na definição da sua atuação sindical. (...) Mesmo quando sob a coordenação da estrutura partidária geral, a militância de base do partido estava longe de aplicar cegamente sua “linha sindical” sobre uma base amorfa. Ao contrário, os militantes comunistas reelaboravam as orientações partidárias a partir da sua experiência como operários. Para imprimir um direcionamento às entidades, precisavam ter a capacidade de propor alternativas às questões colocadas na sua agenda coletiva, para as quais muitas vezes o partido não tinha respostas preestabelecidas.³⁹¹

Com a diminuição do rigor da repressão que marca o fim do Estado do Novo e o início da República Populista, as diversas correntes políticas que atuavam no movimento operário porto-alegrense encontraram (não de modo ininterrupto) condições mais favoráveis para levar adiante sua atuação no terreno comum que, desde meados dos 1930, delineara-se: a luta seria travada “centralmente no terreno legal” e a efetivação dos direitos “teria de superar a resistência patronal”³⁹². Enfatizando aspectos peculiares do processo de formação de classe em curso, sintetiza Fortes:

A hegemonia econômica, política e cultural burguesa, etnocêntrica e patriarcal certamente colocava limites ao desenvolvimento do potencial de mobilização e organização dos trabalhadores. Sua superação era buscada no fortalecimento de uma identidade comum, a partir das experiências de exposição aos riscos da condição operária, da solidariedade no local de trabalho, da construção de espaços de sociabilidade e práticas culturais específicas e da reapropriação, exercida no cotidiano, das “benesses” capitalistas, transmutadas em direitos. O movimento operário buscava canalizar este processo para as suas organizações, contrapondo-se às iniciativas eclesiais e patronais, ao mesmo tempo que explorava os potenciais colocados pelo reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos no discurso oficial. *A condição para tanto era definir a ação coletiva como condição para o exercício, generalização e ampliação de direitos, explorando a lógica da lei como fonte de legitimação perante a opinião pública e a própria estrutura institucional estatal.* Ao mesmo tempo, era necessário burlar e enfrentar a repressão, a cooptação e as estratégias visando anular o potencial de conflito decorrente da luta de classes.³⁹³

De acordo com Fortes, o enfoque que adotou em seu trabalho (baseado na cultura operária, em suas formas de ação coletiva e no funcionamento de organizações de classe concretas – enfim, na luta de classes) é elemento crucial em sua decisão de recusar a substituição do conceito de “sistema político populista” pelo de “trabalhismo”, opção que

³⁹¹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 409.

³⁹² FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 506.

³⁹³ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 587 (Grifos nossos).

ganhava espaço entre historiadores no fim dos anos 1990³⁹⁴. Esse último conceito, segundo o autor, tende a acentuar a ideia de que o “fazer-se da classe” teria sido “deslocado definitivamente do espaço da sua [dos trabalhadores] experiência para as mãos do aparato estatal”, configurando-se um quadro marcado pela presença de “líderes carismáticos, capazes de ‘expressar’ os interesses, crenças e valores de suas bases”³⁹⁵. A noção de trabalhismo, portanto, tenderia a “minimizar, ignorar ou justificar os graves limites colocados no período para o exercício da cidadania e da autonomia por parte da classe trabalhadora, que, ao contrário do que se parece supor, não se encontrava completamente subsumida no sistema político e no aparelho de Estado, muito menos ‘expressa’ por lideranças carismáticas”³⁹⁶. Em direção oposta, o conceito de “sistema político populista”³⁹⁷ não negaria as alianças com políticos carismáticos, mas ressaltaria as ambivalências, contradições e conflitos que marcariam a dinâmica relação dos trabalhadores com o Estado, salientando apropriações culturais do discurso estatal e, mais amplamente, os “processos de constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores”³⁹⁸.

Ainda que menções a textos de Thompson possam ser encontradas em diversas passagens do trabalho de Fortes, é, certamente, na formulação do argumento central de sua tese – isto é, que “a intervenção estatal pós-30 possui peso decisivo na definição da forma que assume o exercício da cidadania” no Brasil e que isso *não* nega “aos sujeitos sociais a sua própria autoconstituição”³⁹⁹ – que as apropriações de conceitos do historiador inglês tornam-se mais intensas. Nesse sentido, já nas primeiras páginas, Fortes desenvolve uma extensa análise de diversos textos de Thompson para sustentar a proposição de que, no “cerne da obra” do historiador inglês, está a questão de “como os direitos perpassam a própria formação da classe trabalhadora e a definição de suas

³⁹⁴ Em 1988, Angela de Castro Gomes publicou *A invenção do trabalhismo*. Todavia, segundo Fortes, foi apenas em meados dos anos 1990 que a autora desenvolveu uma “refutação mais explícita do próprio conceito de populismo, o que poderia ser verificado em “O populismo e as ciências sociais no Brasil – notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, v. 1, n. 2, 1996. Acrescenta Fortes que a proposição mais aberta do trabalhismo como uma forma de consciência de classe está em FERREIRA, Jorge. “Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.), *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

³⁹⁵ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 565.

³⁹⁶ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 567.

³⁹⁷ Para maiores detalhamentos do conceito, Fortes remete o leitor ao texto de SILVA, Fernando T. e COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (no prelo).

³⁹⁸ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. 566-567.

³⁹⁹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxx.

características culturais peculiares em diferentes contextos históricos”⁴⁰⁰. Inicialmente, Fortes retoma a concepção de lei apresentada em *Senhores e Caçadores* e enfatiza como, nesse livro, Thompson teria se preocupado com “a questão do Estado de Direito como terreno onde esta luta [a que assinala a formação da classe operária inglesa entre 1790 e 1832] se fez possível, e que por ela tornou a ser revitalizado e aprofundado”. Na sequência, Fortes trata de *A formação*, que ele qualifica como “a epopéia da luta e conquista de direitos descrita como parte da própria constituição da classe operária”⁴⁰¹, afinal:

Uma leitura atenta [de *A formação*] revela sua [do direito] onipresença desde a estrutura da obra, passando pelas fontes utilizadas até, finalmente, a própria narrativa. É a luta pelo direito de representação dos interesses daqueles que não compunham as classes dominantes até o século XVIII que Thompson elege como fio condutor da articulação de diferentes experiências que desembocam finalmente tanto numa vitória – a reforma parlamentar de 1832 – quanto na redefinição do campo de classes à medida que os industriais “reformadores” eleitos a partir daí não tardam a se utilizar dos mesmos expedientes usados anteriormente pela “velha corrupção” a fim de reprimir o emergente movimento operário e a luta por direitos sociais. Esta experiência política de ampliação dos espaços de participação e diferenciação de interesses próprios levará a que o sufrágio universal venha a capitanear a pauta de reivindicações do movimento cartista. Ao mesmo tempo que na periodização encontraremos o direito, já no seu aspecto mais institucional, como forte presença entre as fontes utilizadas. Julgamentos, processos criminais, execuções, promulgações e revogações de leis, com toda a massa documental a eles relacionados constituem as bases tanto para a descoberta de informações inéditas quanto para a reinterpretação de fatos já consagrados como marcos da história da classe operária inglesa. Porém, o aspecto central em que a temática da lei e dos direitos está presente em *A formação da classe operária inglesa* é o da constituição e desenvolvimento da noção de justiça entre os dominados, o papel por ela desempenhados na sua vida, na luta por velhos e novos direitos e a relação de tensão e reapropriação a partir daí desencadeada com a ordem jurídico-político estabelecida.⁴⁰²

De acordo com Fortes, em *A formação* e em artigos como *La economia “moral”* e *El delito de anonimato*, Thompson vincularia as origens da “consciência de direitos” aos costumes (ou, mais precisamente, ao entendimento de que a ruptura deles é “anti-natural”) e aos processos de reapropriação (cultural). Assim, fundamental para a configuração de uma “consciência de direitos”, lembraria Thompson em *Patrician society, plebeian culture*, seria o “desenvolvimento de uma cultura em grande medida autônoma”⁴⁰³. Em *Customs in common*, o historiador inglês retomaria essa questão, abordando o “costume”:

⁴⁰⁰ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxxi. Anteriormente, a problemática já havia sido abordada em FORTES, Alexandre. “O direito na obra de E. P. Thompson”. *História Social*, n. 2, 1995.

⁴⁰¹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxx

⁴⁰² FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxxiii (Grifos nossos).

⁴⁰³ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxxvi-xxxvii.

(...) como um conjunto de recursos e um campo de conflito (mesma definição dada para o direito em “O domínio da lei”) utilizado correntemente à época tanto para se referir ao que hoje costuma ser designado cultura como à *Common Law* (direito consuetudinário ou costumeiro). Portanto, podemos entender que as mesmas características atribuídas à “cultura plebéia” sejam vistas como componentes de uma forma peculiar de consciência e exercício de direitos.⁴⁰⁴

O exercício da hegemonia por meio da lei, elemento marcante no domínio das elites inglesas a partir do século XVIII, repercutiria sobre o próprio discurso da classe trabalhadora, que permaneceria “lutando pela legitimação da sua demanda por direitos com a referência à linguagem legal comum à cidadania inglesa”. Nesse sentido, amparado no ensaio *As peculiaridades dos ingleses*, Fortes sustenta que, para Thompson, no caso inglês, “autonomia não é excludente com hegemonia, e a construção da identidade própria e de interesses particulares não é contraditória com a inclusão progressiva dos trabalhadores como parte da nação, mesmo dentro das regras do sistema capitalista”⁴⁰⁵.

Não é difícil constatar os desdobramentos da leitura que Fortes realiza da obra de Thompson sobre importantes balizamentos teórico-metodológicos que adota em sua própria tese. Nesse sentido, por exemplo, Fortes chega a afirmar que, em seu estudo do “período de recomposição da classe trabalhadora porto-alegrense que se materializou no Quarto Distrito”, coloca-se como importante objetivo a “identificação das formas particulares pelas quais a consciência social de direitos se desenvolveu na experiência histórica nacional”⁴⁰⁶. Como vimos, para Fortes, a luta por direitos (isto é, as demandas dos trabalhadores por efetivação, ampliação e universalização de direitos) é elemento crucial para a compreensão do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil no pós-1930, momento em que a legislação sindical e trabalhista ganha destaque no exercício da hegemonia por parte das elites nacionais.

Além de conferir grande destaque a textos como *Senhores e Caçadores* e de re(ler) livros como *A formação* em chave bastante distinta da que preponderou nos trabalhos do PPGHU concluídos nos anos 1980⁴⁰⁷, o trabalho de Fortes mobilizou diversos estudos

⁴⁰⁴ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxxvii- xxxviii.

⁴⁰⁵ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xl.

⁴⁰⁶ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. xxxi.

⁴⁰⁷ Nas palavras de Fernando Teixeira da Silva:

“Autores e categorias de análise que apresentavam [no fim dos anos 1970 e nos anos 1980] a classe operária como sujeito capaz de impulsão própria encontravam seu espaço na história dos trabalhadores da Primeira República e do final dos anos 1970 [inserção da Nota 11]. No entanto, mais mencionada do que pesquisada, a “era populista” se cristalizava como a encarnação da heteronomia operária que a *autonomia dos ‘novos’ e dos ‘primeiros’ personagens da história trataria de enterrar.*”

[Nota 11] *Era uma espécie de ritual acadêmico mencionar as análises de Thompson sobre a classe operária entendida como fenômeno histórico, presente em seu fazer-se e analisada nos termos de sua própria cultura, consciência e experiência.* Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*: da

contemporâneos produzidos no âmbito da história social do trabalho anglo-saxônica⁴⁰⁸, o que fomentou a recorrente atenção do autor para as questões relativas à linguagem, ao gênero e à etnicidade nos processos de construção de identidades, em especial seus imbricamentos com os fenômenos de formação de classe. Seguramente, o contato com tal bibliografia muito se deveu à “temporada de intercâmbio [intermediada por John French] na Duke University, localizada na cidade de Durham, Carolina do Norte, Estados Unidos, que tanto contribuiu para o aprofundamento teórico-metodológico do projeto quanto possibilitou a realização de diversas visitas ao Nacional Archives and Records Administration II, diversificando e enriquecendo a base documental da pesquisa”⁴⁰⁹. Por fim, vale apontar que, apesar da grande familiaridade de Fortes com a história social do trabalho produzida no mundo anglo-saxônico, não encontramos, na tese, menções a textos dos principais críticos de E. P. Thompson (Perry Anderson, Joan Scott, Richard Johnson, Gareth Stedman Jones, Patrick Joyce etc.).

Outro trabalho discente do PPGHU que se apoia, largamente, em referenciais teórico-metodológicos thompsonianos é a tese defendida, em 2001, por Antonio Luigi Negro⁴¹⁰, que arrola, em sua bibliografia, o artigo *Folklore, Anthropology and Social History* e as edições nacionais de *A formação, As peculiaridades dos ingleses e Costumes em comum* (mais especificamente, o capítulo “Patrícios e plebeus”). Segundo o autor, seu trabalho:

(...) investiga e analisa a *experiência* do povo brasileiro na construção de uma nação industrial. Situando-se entre o pós-guerra e as greves de 1974 [sic], estuda o setor automobilístico – suas fábricas na grande São Paulo –, e a interação das estratégias de industriais, políticos e partidos com o movimento operário. Para tal, aborda a relação entre o avanço da manufatura doméstica e a sindicalização operária nas fábricas durante os governos

Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras). Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2000 (Orientador: Michael Hall), p. 426 (Grifos nossos).

⁴⁰⁸ Entre vários, podemos destacar: KIRK, Neville. *Change, continuity and class: labour in British society (1850-1920)*. Manchester/Nova York: Manchester University Press, 1998; SAVAGE, Mike. “Class and labour history”. Paper prepared for Conference on “*The State of labour and working class history in Europe*”, Fevereiro de 1997; FRENCH, John e JAMES, Daniel (cords.). *The gendered worlds of Latin American women workers: from household and factory to the union hall and ballot box*. Durham/Londres: Duke University Press, 1997. Tais leituras mais atuais não excluíram menções a livros como: SEWELL JR. William. *Work and revolution in France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

⁴⁰⁹ FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”, p. ix. A vasta documentação empregada por Fortes era composta por: atas sindicais; jornais operários, de partidos e da grande imprensa; processos de expulsão de estrangeiros do país; documentos variados de prontuários da Deops; entrevistas; atas da Câmara Municipal de Porto Alegre; manuais de indústrias destinados aos empregados; relatórios do consulado dos EUA em Porto Alegre; boletins de empresas e autobiografias de militantes.

⁴¹⁰ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Michael M. Hall).

Vargas (1951-54) e Kubitschek (1956-60). Demonstra, assim, que a instalação de um cinturão automobilístico de linhas de montagem assentou-se numa rede de alianças patronal, policial, estatal e diplomática dedicada à *neutralização dos esforços dos trabalhadores em instituir um sistema sindical independente da política estatal e dos patrões*. Em vista disso, *as conquistas sociais dessa época são afirmadas no chão das fábricas*, e não benesses de acordos firmados em palácios.⁴¹¹

Já implícita no fragmento citado, a grande influência da obra thompsoniana no trabalho de Negro é destacada, abertamente, em diversas outras passagens da tese. Assim, logo nas primeiras páginas⁴¹², Negro remete o leitor a texto de sua autoria sobre a obra de Thompson no qual levanta a questão do que poderia ser extraído do pensamento do historiador inglês para “se escrever a história de um país como o Brasil”⁴¹³. Inicialmente, aponta a necessidade de se questionar modelos explicativos gerais por meio de pesquisa que vá “ao encontro (e não de encontro às) das fontes depositadas em arquivos e acervos”, evidenciando, assim, “muitas peculiaridades brasileiras desconhecidas”⁴¹⁴. Depois, salientando a importância de se pensar a agência dos trabalhadores, destaca a necessidade de “elaborarmos uma história a partir de baixo capaz de dar conta da alteridade, que não seja evolutivamente contada a partir da voz de um partido único”⁴¹⁵.

Amparado em amplo e variado conjunto de fontes⁴¹⁶, Negro procura confrontar o modelo do “sindicalismo cupulista”⁴¹⁷ que, elaborado, em boa medida, por contraste com uma “imagem idealizada do movimento operário europeu, um parâmetro indevido de comparação a dispor do bom que nos falta ou sem apresentar o que temos de ruim”⁴¹⁸, teria estabelecido a ideia de que, no Brasil, a atuação sindical seria marcada,

⁴¹¹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. iii (Grifos nossos). Durante a leitura da tese, fica claro que o autor estende sua pesquisa até a eclosão das greves metalúrgicas do ABC paulista, em 1978.

⁴¹² NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 21-22 (nota 19).

⁴¹³ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L.; FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (Org.: Antonio L. Negro e Sergio Silva). 3.ed. Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1998 (Col. *Textos Didáticos*, n. 2, v. 10), p. 43.

⁴¹⁴ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L.; FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”, p. 43-44. Mais adiante na tese, o autor remeterá, novamente, a Thompson, agora por meio do ensaio *Folklore*, para reiterar “os perigos da transformação ou consagração de resultados de pesquisa em teoria geral”. Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 301.

⁴¹⁵ Alexandre Fortes; Antonio L Negro; Paulo Fontes. “Peculiaridades de E. P. Thompson”, p. 44.

⁴¹⁶ Periódicos de empresas; impressos variados de grupos de trabalhadores que militaram no espaço fabril; jornais da grande imprensa e operários; documentação policial diversa; atas sindicais; livros de memórias; arquivos pessoais e de empresas; entrevistas; documentação diplomática. Em relação às fontes orais, que abundam na tese, o autor as caracteriza como “um meio de se reconstruir as visões dos trabalhadores sobre sua história”. Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 243.

⁴¹⁷ Baseado nos argumentos que apresentaremos na sequência, o autor entende ser mais adequada a designação “sindicalismo nacional-reformista”. Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 560.

⁴¹⁸ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 246. Ao caracterizar a tese do “sindicalismo populista”, o autor é, particularmente, minucioso no tratamento de obras de Leôncio Martins Rodrigues (por exemplo, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* e *Industrialização e Atitudes Operárias*) e de Francisco Weffort (por exemplo, “Participação e Conflito Industrial: Osasco e Contagem, 1968” e “Origens do Sindicalismo Populista no Brasil”).

especialmente no período 1945-1964, pela manipulação de uma “massa operária” por “militantes profissionais, as correias de transmissão de estratégias desenhadas no alto comando dos acontecimentos. Por causa disto, o sindicalismo brasileiro seria de cúpula, mal representaria suas bases e essas, impotentes, não se comportariam como uma classe verdadeira, tal como ‘aconteciam’ alhures, na Europa e nos EUA”⁴¹⁹. Tal descrição do sindicalismo brasileiro no mencionado período, afirma Negro, seria bastante simplificadora, afinal:

Convidados pelas fontes a percorrer desde a Casa Branca e os colóquios de políticos e empresários, nos seus palácios, hotéis e escritórios, para chegar até os mais informais círculos das “rodinhas” dos operários (assim como aos restritos recintos das células militantes), passando por greves, discussões, assembleias e pelas linhas de montagem do fordismo, veremos que os despossuídos ingressaram com projetos próprios nas relações mais microscópicas e capilares da industrialização, precisamente as que estavam ao alcance de suas mãos (às quais era exigido o pendor para o trabalho duro). (...)

Buscando safar-se dos males de um país subdesenvolvido, lutaram por seu lugar, conquistando-o, defendendo-o, perdendo-o ou expandindo-o. Defrontaram-se com estranhamentos no seio do operariado; enfrentaram sua nova lida, o trabalho industrial, seus feitores e patrões, os políticos e os governos, as seguranças privadas e a polícia. Em acréscimo, tiveram de *sindicalizar as fábricas*.⁴²⁰

Ao buscar explicar como os trabalhadores – particularmente, os não-qualificados e semi-qualificados – tomaram parte no processo de sindicalização das fábricas, fazendo delas um dos espaços privilegiados de sua ação política, Negro recorre ao conceito thompsoniano de subpolítico. Este teria sido utilizado de modo “variável” pelo historiador inglês, sendo empregado, em *A formação*, para “qualificar a ‘consciência’ da ‘maioria menos articulada’, entremeadas de superstição, irreligião passiva, preconceitos e patriotismo” e “para descrever a subordinação da ‘turba’ por autoridades, independentemente de poder *estar a caminho de virar* uma ‘multidão’ consciente e radical”⁴²¹. Partindo dessas colocações e de outras extraídas do ensaio *Patrícios e plebeus*⁴²², Negro esclarece, em seus próprios termos, que:

Subpolítico não significa pré-político nem submundo apolítico. Não é uma anterioridade primitiva cujo sentido se realiza e se revela por intermédio do partido. Tampouco consiste em escalão menor. Instrumento experimental de pesquisa, pode revelar um cruzamento, um substrato ou uma ramificação, ou ainda um espaço menos conhecido (mas não menos político), encoberto pela “Grande Política” – esta última saliente pelo fato de ser um alvo tradicional da observação dos estudiosos.⁴²³

⁴¹⁹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 11.

⁴²⁰ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 21-22.

⁴²¹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 243.

⁴²² NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 243.

⁴²³ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 241.

(...) nesse nível subpolítico, o operariado mantém em separado uma certa margem de autonomia, o suficiente para dotá-lo não só com indiferença mas também de vontade própria defronte às organizações auto-ungidas com a sua representação.⁴²⁴

Alargando, por meio de Thompson, a compreensão do que poderia ser entendido como política – algo que, nos anos 1980, era, recorrentemente, feito com base em textos de Foucault e Castoriadis (que também consta na bibliografia da tese) –, Negro, questionando assertivas sobre a passividade dos trabalhadores, demonstra, por exemplo, que foi a partir da experiência no chão de fábrica (onde não “fugiam da produção” e demonstravam controlar uma parcela do processo de trabalho⁴²⁵) que os operários da indústria automobilística, especialmente os não-qualificados e os semiquualificados, (re)apropriaram-se do discurso nacional-desenvolvimentista de empresários e políticos sobre a dignidade do trabalho para transformá-lo em fonte de legitimidade para a defesa e a conquista de direitos⁴²⁶ (alguns deles, inclusive, já reconhecidos em lei, mas não cumpridos). Foi com esse e outros aspectos da cultura operária gestada no espaço fabril que militantes de variadas correntes políticas tiveram que interagir, fomentando diversas modalidades de organização nos locais de trabalho – que, frequentemente, mantinham algum tipo de contato com os sindicatos⁴²⁷ – e articulações que se mostraram fundamentais nas grandes campanhas de massa do período, em especial a Greve de 1957, na qual milhares de trabalhadores “sem linguagem articulada” tomaram parte, por exemplo, nos massivos piquetes de rua, vendo-os como significativa forma de engajamento.

Para o autor, as evidências de ação autônoma dos trabalhadores por ele encontradas eram convergentes com o debate thompsoniano sobre hegemonia, recuperado por Negro a partir dos textos *Folklore*, *As peculiaridades* e *Patrícios e plebeus*⁴²⁸. Assim, sustentava-se a ideia de que, mesmo que as classes dominantes

⁴²⁴ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 242. Na mesma página, um pouco mais adiante, Negro, citando o historiador inglês mais uma vez, reitera que: “os ‘sem linguagem articulada’, isto é, aqueles grupos cuja história mal dá para ser levantada em atas de reuniões sindicais ‘conservaram certos valores – espontaneidade, capacidade para a diversão e lealdade mútua –, apesar das pressões inibidoras’ vindas de cima [inserção da Nota 453: Thompson, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 61-62]”.

⁴²⁵ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 260 e 262.

⁴²⁶ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 270-271, 275, 284, 293, 298-300 e 552.

⁴²⁷ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 543.

⁴²⁸ “Quanto às relações de hegemonia entre as classes dominantes e subalternas, as incursões de E. P. Thompson por essa problemática gramsciana constituem uma referência. Ver, por exemplo, “Folklore, Anthropology and Social History”. In: *The Indian Historical Review*, vol. III, n. 2, 1977. (Artigo republicado em *Making History*. Nova Iorque, The New Press, 1994.). Do mesmo autor, ver também: “As Peculiaridades dos Ingleses”. In: Thompson, *As Peculiaridades*, op. cit., pp. 79-83. “Patrícios e”, op. cit., p. 78.” Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 246 (nota 458). Na última referência, Negro

estabelecessem certos limites para a contestação dos subalternos, esta não era eliminada, podendo emergir de formas previstas e imprevisas, alcançando, em alguns contextos, notável autonomia. Em termos mais amplos, é possível sugerir que o conceito thompsoniano de hegemonia está na base da interpretação de Negro para o “populismo”⁴²⁹ e o modelo sindical corporativo⁴³⁰ do período 1930-1964. Ainda que tenham sido articulados para, entre outras coisas, subordinar as demandas dos trabalhadores, estes demonstraram ser capazes de agir em seu interior com autonomia, levando-os a novas direções.

Negro destaca que, no período 1930-1964, as classes dominantes não basearam seu exercício da hegemonia apenas “sobre o consenso ou sobre sua moderna faculdade de predeterminar lugares, identidades e atribuições de forma burocrática e racional”⁴³¹, recorrendo, também, à “coerção”. Assim, além do cotidiano fabril despótico, os trabalhadores tiveram que enfrentar a rede “patronal, policial, estatal e diplomática dedicada à neutralização dos esforços dos trabalhadores em instituir um sistema sindical independente da política estatal e dos patrões”. A repressão que se abatia sobre os trabalhadores assumia formas variadas, indo da infiltração de agentes policiais nos locais de trabalho e em partidos políticos à destituição de diretorias sindicais e demissões e prisões de militantes. Segundo Negro, o reconhecimento da aliança empresarial-policial e de sua “invariável dedicação à desmontagem de experiências e percursos [de mobilização operária], mesmo os mais frágeis e incipientes”, levaram-no à:

(...) revisão das ênfases colocadas tanto na origem rural do operariado brasileiro quanto nas escolhas dos seus representantes na Grande Política. Deixar esta pinça analítica de lado possibilitou enxergar a luta de classes, e até a luta de classes sem classes. Isso permite olhar para o período 1945-1968 e divisar outras facetas no sindicalismo trabalhista, o qual era profundamente influenciado pela presença dos comunistas e de outras correntes dentro e fora do PTB.⁴³²

remete o leitor ao bem conhecido trecho: “Ela [a hegemonia] não acarreta que os pobres aceitem o paternalismo da *gentry* nos próprios termos da *gentry* ou segundo sua auto-imagem consagrada. Os pobres podiam se dispor a conceder sua deferência à *gentry*, mas apenas por um preço, que era substancial. E a deferência era frequentemente desprovida de qualquer ilusão: a partir de baixo, podia ser vista em parte como autopreservação necessária, em parte como extração calculada do que podia ser conseguido. Visto dessa maneira, os pobres impunham aos ricos alguns dos deveres e funções do paternalismo, assim como a deferência lhes era por sua vez imposta. Ambos os lados da questão estavam aprisionados num campo de força comum.”

⁴²⁹ “Embora ‘populismo’ seja um termo marcado pela manipulação das ‘massas’ por ‘elites’, a abordagem proposta aqui indica a capacidade da classe trabalhadora em intervir no processo político por meio de instituições como sindicatos e partidos.” NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 4 (nota 6). Cf., também, as páginas 557-559.

⁴³⁰ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 150-151 e 557-558.

⁴³¹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 246.

⁴³² NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 544-545.

Ao abordar o período 1930-1964 de modo inovador, Negro mobilizou um amplo conjunto de evidências na construção de uma interpretação que dava base a questionamentos e relativizações da imagem hegemônica que, desde fins dos anos 1970, militantes e estudiosos vinham elaborando sobre o “novo sindicalismo”. Este, “afora o repúdio ao controle estatal, à intimidade com políticos de carreira, à cooptação patronal e aos chamados ‘pelegos’”, foi, muitas vezes, caracterizado como tendo sido “construído ‘de baixo para cima’ – uma resposta ao ‘vanguardismo’ das esquerdas, ao ‘cupulismo’ do pacto populista e, ainda mais, uma aposta na autonomia dos movimentos populares”⁴³³. Para tal caracterização, na qual, em um movimento de ruptura total e desqualificação, o “novo” sindicalismo aparecia com atributos invertidos do “velho” sindicalismo, muito pesava, segundo Negro, a carência de investigações empíricas sobre o período 1930-1964, algo que seu trabalho procurava confrontar, demonstrando, por exemplo, importantes continuidades, como as relacionadas às disputas em torno da definição do sindicalismo “autêntico”. Mais uma vez, as críticas de Negro não deixavam de guardar, também, alguma relação com o pensamento de Thompson, que, em *As peculiaridades*, por exemplo, atacou as análises da classe trabalhadora inglesa que, baseadas em “inconfessos” modelos teóricos, julgavam a partir de teleologias e produziam generalizações descontextualizadas com base em escasso material empírico⁴³⁴.

Para além das diversas apropriações pontuais da obra thompsoniana até aqui apontadas, é possível sugerir que Negro dela se valeu para definir a própria concepção geral de sua tese. No já mencionado texto que o autor escreveu sobre a trajetória do historiador inglês, *The Making* é apresentado como a retomada do “projeto de articulação de uma *história popular* inglesa, tendo como novo referencial político não mais a identificação de uma organização (o PC) como herdeira desta trajetória de lutas, mas as múltiplas experiências que expressam a classe trabalhadora em seu processo de constituição”⁴³⁵. Elaborada coletivamente no grupo de historiadores do PCGB, a proposta de uma história britânica da perspectiva “nacional-popular” procuraria enfatizar “o modo como estas lutas [dos trabalhadores] tinham contribuído efetivamente para as conquistas materiais e culturais do povo inglês, assim como a permanente ação repressiva das classes dominantes no sentido de alijar as maiorias populares da condução do processo

⁴³³ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 556.

⁴³⁴ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 556.

⁴³⁵ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L.; FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”, p. 35 (Grifos nossos).

histórico”⁴³⁶. Tendo em mente, por exemplo, a citação com que iniciamos nossa análise do trabalho de Negro, como não ver na tese do autor a mesma perspectiva “nacional-popular” que teria animado o clássico thompsoniano? Como enfatiza Negro em outro trecho:

Tal qual ontem, assim como foi preciso para a classe trabalhadora, ainda carecemos de *sindicalizar* a fábrica para *buscar a experiência* operária, *para enxergarmos trabalhadores e trabalhadoras presentes à sua própria formação numa classe social*. Nesse sentido, a proposta é tomar sua perspectiva emprestada – *o olhar das classes subalternas* – para *reconstituir a história em sua complexidade, a participação dos debaixo na disputa pela definição dos rumos do país*.⁴³⁷

Enfrentando estranhamentos inclusive dentro do operariado, mas favorecidos pela abertura de emprego a milhares e milhares de peões nas indústrias dos anos 50, 60 e 70, os trabalhadores sem especialização profissional foram, afinal, uma *nova personagem* que forçaram sua inclusão no palco do próprio movimento operário, rompendo divisões ao reelaborarem sua linguagem de classe. Para tal, trouxeram uma identidade mais abrangente – marcada pela idéia de povo (noção deplorada como antioperária pela universidade) – e afirmativa quanto à defesa da dignidade do trabalho manual, ciosidade que foi, no processo, encontrar respaldo na luta sindical.⁴³⁸

Se Thompson é a influência de destaque na tese de Negro, é preciso dizer que não se trata da única. Nesse sentido, o autor afirma que o “professor Marco Aurélio Garcia, cujos artigos em *Desvios* me atraíram até aqui, atuou decisivamente no delineamento não só desta tese mas também da minha própria concepção do que seja o ofício de historiador”⁴³⁹. Por isso, talvez, à guisa de homenagem, Garcia apareça na página de rosto da tese como dos membros da banca examinadora, papel que não poderia desempenhar, visto que não possuía título de doutor. Além de Garcia, Negro reconhece a inspiração de diversos estudos brasileiros dos anos 1980 e 1990, em sua maioria produzidos por sociólogos e antropólogos, que “foram avistar a classe trabalhadora nas usinas”, recebendo particular destaque a obra do antropólogo José Sérgio Leite Lopes⁴⁴⁰. Negro também não deixa de salientar a influência, em seu trabalho, da micro-história italiana⁴⁴¹ e, ao longo da tese, encontramos, ainda, referências pontuais, entre outros, a Hoggart⁴⁴²,

⁴³⁶ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L.; FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”, p. 24.

⁴³⁷ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 5 (Grifos nossos).

⁴³⁸ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. 552-553.

⁴³⁹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*, p. v. São listados na bibliografia: GARCIA, Marco A., “Os Desafios da Autonomia Operária: São Bernardo a (Auto)construção de um Movimento Operário”. In: *Desvios*, n. 1, 1982; GARCIA, Marco A., “Notas sobre o PCB nos Anos 40”. Campinas, datilografado, 1987; GARCIA, Marco A., “Tradição, Memória e História dos Trabalhadores”. In: CUNHA, Maria C. P. (org.), *O Direito à Memória*. São Paulo: DPH, 1992.

⁴⁴⁰ LOPES, José S. Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na ‘Cidade das Chaminés*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PPGAS/MN-UFRJ, 1986.

⁴⁴¹ GRIBAUDI, Maurizio. *Mundo Operaio e Mito Operaio*. Turim: Einaudi, 1987.

⁴⁴² HOGGART, Richard. *As Utilizações da cultura*. Lisboa: Presença, 1973.

a Perrot⁴⁴³ e a Jones⁴⁴⁴, o mesmo não ocorrendo com textos de críticos de Thompson como Perry Anderson, Joan Scott, W. Sewell e Richard Johnson.

Por fim, vale destacar que, além da ampla e intensa apropriação de categorias de E. P. Thompson (subpolítico, hegemonia, agência, classe e formação de classe etc.), o trabalho de Negro caracteriza-se por ser escrito em “inconfundível estilo ‘thompsoniano’”⁴⁴⁵. Nesse sentido, temos um texto repleto de citações diretas e vívida narrativa permeada de ironias em que as discussões teórico-metodológicas estão sempre integradas ao cotejamento com evidências.

Fechando o bloco “Trabalho e trabalhadores do pós-1930”, temos a tese defendida, em 2002, por Paulo Fontes⁴⁴⁶, que arrola, em sua bibliografia, as edições brasileiras de *A formação, As peculiaridades e Costumes em comum*. Segundo o autor, seu trabalho:

analisa o impacto das migrações internas, em particular a nordestina, e da urbanização no processo de formação da classe trabalhadora brasileira entre os anos 40 e 60. Analisando o caso do bairro paulistano de São Miguel Paulista, considerado um dos primeiros distritos “nordestinos” da cidade e um típico exemplo de expansão urbana periférica, o estudo procura destacar a importância das redes sociais, e das relações comunitárias para a formação da classe. Aspectos da vida cotidiana operária, tais como moradia, lazer e religião também são abordados. São Miguel Paulista constitui um importante campo de estudo para questionar e problematizar as explicações acadêmicas que privilegiaram “a origem rural do proletariado brasileiro” como determinante para entender a sua suposta apatia e ausência de consciência de classe e, ao mesmo tempo, compreender no âmbito deste caso as relações entre especificidades regionais, migração e cultura operária. Por fim, a tese analisa a ação política e o forte associativismo experimentado pelas classes populares naquele período, incluindo além dos sindicatos e partidos políticos, as associações de bairro e outras organizações que claramente expressavam o processo formativo de uma classe multifacetada e dinâmica.⁴⁴⁷

Após delinear seu objeto de pesquisa, assegura-nos Fontes que, na construção e investigação do mesmo, “E. P. Thompson mostrou-se um essencial ponto de partida e uma influência determinante”, destacando-se a “importância central” – evidente, por exemplo, no trecho que citamos anteriormente – da questão da “formação de classe”. Remetendo o leitor a *A formação*, além de retomar a concepção de classe como processo e relação, Fontes salienta que, em sua clássica obra, E. P. Thompson “demonstrou como

⁴⁴³ Michelle, PERROT. “Os Operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX”. In: *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴⁴⁴ Jones, Gareth S. “Working-Class Culture and Working-Class Politics in London, 1870-1900: Notes on the Remaking of a Working Class”. *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, 1974.

⁴⁴⁵ O juízo sobre escrita historiográfica de Negro é de José Ricardo Ramalho e está na quarta capa de NEGRO, Antonio Luigi. *Linha de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.

⁴⁴⁶ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Michael M. Hall).

⁴⁴⁷ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 3.

os trabalhadores foram agentes ativos e conscientes no próprio processo de formação da classe” e “ênfatisou o conceito de experiência como central para o processo de identidade de classe”⁴⁴⁸. Acrescenta ainda Fontes, sem referenciar nenhum texto thompsoniano específico, que uma das “maiores contribuições da revolução historiográfica promovida pelos historiadores sociais britânicos nos anos 60, em particular E. P. Thompson, foi a ampliação da análise da luta de classe para além do exclusivo espaço fabril e das relações de conflito diretas entre industriais e operários”⁴⁴⁹. Por fim, repetindo o procedimento de não direcionar o leitor a uma referência bibliográfica, Fontes afirma que “Thompson traria ainda diversas inovações, tanto no cruzamento entre a narrativa e análise histórica, quanto na reapropriação e reinterpretação feita pelos trabalhadores ingleses de antigas tradições culturais e políticas para contestar a ordem capitalista emergente, demonstrando como a luta de classes estava embebida em uma autêntica guerra de valores e símbolos”⁴⁵⁰.

As proposições thompsonianas destacadas por Fontes têm enorme repercussão na construção de seus principais argumentos sobre as “intrincadas relações entre industrialização, urbanização, migração e formação de classe no contexto brasileiros dos anos 40 e 60”⁴⁵¹. Nesse sentido, sem menosprezar fatores econômicos, climáticos e demográficos, ao analisar a volumosa e intensa migração de nordestinos para São Paulo, Fontes opta por enfatizar “a agência e estratégias de escolha dos migrantes neste processo”, o que o leva a dar destaque tanto para as redes sociais que organizavam e viabilizavam o deslocamento das zonas rurais para a cidade⁴⁵² quanto para as repercussões das relações de gênero na configuração de “diferentes experiências de migração entre homens e mulheres”⁴⁵³. O processo de urbanização é, também, visto a partir da ação dos trabalhadores e trabalhadoras, que o modelaram das mais variadas maneiras, indo da autoconstrução da moradia em bairros periféricos por meio de mutirões às pressões sobre o poder público para a instalação de equipamentos/serviços de consumo coletivo, passando pela constituição de redes de relações informais e associações dos mais diversos tipos, fomentadoras de uma densa e multifacetada sociabilidade local, marcada tanto por solidariedades quanto por antagonismos (relacionados a diferenças étnicas, geracionais,

⁴⁴⁸ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 22-23.

⁴⁴⁹ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 18-19.

⁴⁵⁰ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 23.

⁴⁵¹ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 14.

⁴⁵² Segundo o autor, as redes sociais dos migrantes eram “baseadas no mais das vezes em relações informais entre familiares, amigos, conterrâneos e membros da comunidade”. Cf. FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 14.

⁴⁵³ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 41.

de gênero etc.). Não se limitando às experiências e lutas efetivadas no espaço fabril, Fontes pôde constatar que as “carências de infra-estrutura do bairro e a sua relação com as expectativas de ‘progresso’ dos migrantes” foi importante elemento para a “constituição de um forte senso comunitário”⁴⁵⁴ entre moradores de São Miguel, bairro paulistano visto, frequentemente, por seus habitantes e por outros moradores da cidade como um reduto de nordestinos⁴⁵⁵. Estes, por sua vez, reapropriaram-se da pecha de violentos que, de modo difuso, era-lhes atribuída⁴⁵⁶ para reinterpretá-la como valentia e força de homens dispostos ao trabalho⁴⁵⁷ (especialmente capazes de executar aquelas atividades que demandavam força física), imbricando, desse modo, identidade regional e de classe⁴⁵⁸. Finalmente, o autor procura “fornecer uma visão alternativa e mais complexa da relação entre política, movimentos sociais e trabalhadores migrantes durante a chamada ‘era populista’ (1945-1964)”. Assim, para Fontes, os trabalhadores teriam empreendido ativa participação política no período, pautando uma série de demandas relativas à questão urbana⁴⁵⁹ e articulando, em conjunturas específicas, aproximações entre organizações de bairro e entidades sindicais⁴⁶⁰. Baseado em tais constatações, que sustentam sua proposição da necessidade de superar a dicotomia entre “morador” e “trabalhador”, Fontes posiciona-se, também, acerca de um debate que ganhava espaço na historiografia brasileira de fins dos anos 1990 relativa ao período 1930-1964 e avalia que é:

insuficiente a substituição dos conceitos de populismo por trabalhismo, seja este em qualquer uma de suas versões. A ênfase isolada no aspecto trabalhista das relações políticas e sociais obscurece outras dimensões centrais da experiência dos trabalhadores naquele período e de certa forma repõe uma análise de classe exclusivamente voltada para as relações de trabalho e o mundo sindical. A dimensão urbana, por exemplo, aspecto vital na vida dos trabalhadores, particularmente nas cidades com grande expansão industrial naqueles anos, acaba negligenciada. No entanto, parece-me impossível entender as relações políticas de então sem considerá-la [a dimensão urbana] e mais, sem relacioná-la com outras dimensões, incluindo é claro, a essencial questão das relações trabalhistas e sindicais.⁴⁶¹

⁴⁵⁴ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 42.

⁴⁵⁵ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 122. São Miguel chegou a ser conhecido como “Bahia nova”.

⁴⁵⁶ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 251.

⁴⁵⁷ Sempre atento ao fator gênero, o autor aponta, também, que os migrantes nordestinos destacavam a coragem e a valentia como importantes componentes de seu senso de masculinidade. FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 256.

⁴⁵⁸ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 263-264. O autor acrescenta (p. 266) que: “E foi como trabalhadores que os nordestinos de São Miguel Paulista compartilharam de uma linguagem de classe que reforçava seu papel como dignos produtores de riquezas, construtores de desenvolvimento para a cidade e para o país e, portanto, também como cidadãos portadores de direitos.”

⁴⁵⁹ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 386.

⁴⁶⁰ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 340-341.

⁴⁶¹ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 36.

Não havendo dúvidas sobre o lugar de destaque que a obra de Thompson ocupa no trabalho de Fontes, não podemos negligenciar o fato de que este qualifica aquela como “essencial *ponto de partida*”⁴⁶². Nesse sentido, é preciso destacar que Fontes agregou à sua leitura do historiador inglês uma ampla bibliografia (em sua maioria, dos anos 1980 e 1990) da história social do trabalho produzida, fundamentalmente, no mundo anglófono (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Índia, África do Sul e Austrália). O contato com essa literatura – facilitado e intensificado ao longo dos 15 meses em que, durante o doutorado, o autor esteve no *International Centre of Labour Studies* da Universidade de Manchester⁴⁶³ – permitiu a Fontes ampliar seu conhecimento tanto dos ataques aos quais a obra de Thompson vinha sendo submetida quanto das respostas daqueles que procuraram manter, ainda que o renovando, o legado thompsoniano⁴⁶⁴.

No que tange aos críticos, Fontes retoma, muito brevemente, a polêmica que, nos anos 1960, envolveu Thompson, Perry Anderson e Tom Nairn, remetendo o leitor à edição nacional de *As peculiaridades*. Sucintamente, o autor trata, também, das discordâncias entre Thompson e Hobsbawm acerca da periodização do processo de formação da classe operária inglesa⁴⁶⁵. Por fim, Fontes aponta as críticas que, influenciadas pelas “reflexões desconstrutivistas e pós-modernistas”, emergiram a partir dos anos 1980⁴⁶⁶. Já no que diz respeito aos “historiadores sociais britânicos comprometidos com a tradição thompsoniana”, Fontes salienta que eles:

têm procurado rebater as críticas pós-modernas e, ao mesmo tempo, vêm se empenhando em um esforço de renovação teórica que incorpore na análise histórica a multiplicidade de experiências da classe trabalhadora. Assim, relações étnicas e de gênero, as experiências urbanas e a cultura operária têm ganhado proeminência nos estudos da história do trabalho. Há um evidente empenho em perceber e problematizar a heterogeneidade dos trabalhadores e, simultaneamente, compreender possíveis articulações entre tais diferenciações e os processos de formação de classe e de sua ação coletiva. Se algum tipo de unidade dentro da diversidade da classe trabalhadora é possível, as questões que muitos historiadores do trabalho estão se colocando são qual, onde, porquê e de que forma [inserção da Nota 16].

⁴⁶² FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 22-23 (Grifos nossos).

⁴⁶³ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 6.

⁴⁶⁴ Sem tecer maiores considerações, uma das primeiras obras a que Fontes remete o leitor interessado nos debates em torno da produção thompsoniana é a coletânea de ensaios KAYE, H. and McLELLAND, K. (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. Cambridge: Polity Press, 1990.

⁴⁶⁵ Para essa discussão, os artigos referenciados foram: HOBBSAWM, Eric. “O fazer-se da classe operária, 1870-1914” In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e NEGRO, Antonio Luigi. “Imperfeita ou refeita?: o debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa”. *Revista Brasileira de História*, v.16, n. 31-2, 1996.

⁴⁶⁶ No tratamento desse tópico, são listados por Fontes: JOYCE, Patrick (org.). *Class*. Oxford: Oxford University Press, 1995 e JONES, Gareth Stedman. *Lenguajes de clase: estudios sobre la historia de la clase obrera inglesa*. Madrid, Siglo XXI, 1989.

[Nota 16] Para um balanço da historiografia social britânica mais recente, ver Mike Savage e Andrew Miles. *The remaking of the British working class: 1840-1940*. Londres, Routledge, 1994 e Neville Kirk. *Change, continuity and class. Labour in British society, 1850-1920*, Manchester, Manchester University Press, 1998.⁴⁶⁷

Coerentemente com suas já declaradas filiações thompsonianas, é com essa “recente” historiografia que Fontes manterá um intenso diálogo ao longo de sua tese, lidando com quase todas as questões descritas no fragmento anteriormente citado. Nesse sentido, o autor apropria-se, por exemplo, de: estudos comparativos sobre diferentes processos nacionais de formação de classe⁴⁶⁸; debates sobre as relações entre a esfera do trabalho e da comunidade e, mais especificamente, os imbricamentos entre identidade classista e comunitária⁴⁶⁹; investigações que se propuseram a pensar as dimensões espaciais dos processos de formação de classe, valendo-se, não raramente, de novas ferramentas metodológicas como a análise de redes sociais⁴⁷⁰; textos que advogam uma perspectiva internacional e global da história dos trabalhadores⁴⁷¹ e pesquisas de historiadores indianos que “têm enfatizado no estudo da história operária, a importância da análise de gênero, dos laços familiares e da organização do mercado de trabalho, bem como da relativização de distinções radicais entre o trabalhador urbano e rural”⁴⁷².

Pelo exposto até aqui, não é difícil constatar que a tese de Fontes afasta-se, de modo equidistante, de duas correntes. Por um lado, apoiado em Thompson, o autor, trilhando o mesmo caminho de tantas outras produções discentes do PPGHU dos anos 1980, confronta-se com “o determinismo presente na formulação marxista das relações entre ‘base e superestrutura’”⁴⁷³. Por outro, ainda que não seja indiferente às críticas pós-

⁴⁶⁷ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 25-26.

⁴⁶⁸ Por exemplo: KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide. *Working-class formation: Nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

⁴⁶⁹ Por exemplo: CREW, David. “Class and community: local research on working-class history in four countries”. *Historische Zeitschrift*, v. 15, 1986; YEO, Eileen and Stephen. “On the uses of ‘community’: from Owenism to the present”. In: YEO, Stephen (org.). *New views of co-operation*. Londres: Routledge, 1988; WHIPP, Richard. *Patterns of labour: work and social change in the pottery industry*. Londres, Routledge, 1990; PATMORE, Greg. “Community and Australian labour history” in Terry Irving (org.). *Challenges to labour history*. Sidney: UNSW Press, 1994.

⁴⁷⁰ Por exemplo: SAVAGE, Michael. “Space, networks and class formation”. In: KIRK, Kirk (org.). *Social class and marxism: defences and challenges*. Hants: Scholar Press, 1996; KATZNELSON, Ira. *Marxism and the city*. Oxford: Oxford University Press, 1992 e HALPERN, Rick. “Respatializing marxism and remapping urban space”. *Journal of Urban History*, 01/1997.

⁴⁷¹ LINDEN, Marcel van der. “Global Labour History”. Texto apresentado no XXI Simpósio Nacional de História, Niterói, 2001.

⁴⁷² Entre outros, Fontes cita: CHANDAVARKAR, R. “‘The making of the working class’: E. P. Thompson and Indian history”, *History Workshop Journal*, n. 43, 1997; HAAN, Arjan de e SEN, Samita. “‘New lamps for old?’: debates in Eastern Indian labour historiography.” In: *A case for labour history: the jute industry in Eastern India*. Calcutta: K.P. Bagchi, 1998; CHAKRABARTY, D. *Rethinking working class history: Bengal 1890-1940*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

⁴⁷³ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 22-23.

modernistas à historiografia de matriz thompsoniana – algo bastante visível, por exemplo, no cuidadoso tratamento que Fontes dá à linguagem e aos imbricamentos identitários (classe, gênero, etnia etc.) –, o autor, distanciando-se de concepções que veem a realidade apenas como construção discursiva, mantém-se no terreno da história social, como fica evidente em afirmações do tipo:

Longe de uma comunidade completamente homogênea e harmoniosa, os trabalhadores de São Miguel Paulista eram um grupo diversificado e complexo. *Redes sociais* desenvolvidas e as *experiências comuns* de migração, trabalho e vida no bairro e na cidade criavam, no entanto, *bases para linguagens e identidades comuns*. Ao longo dos anos 50, quando o Nordeste virou uma “questão nacional” no imaginário político e social do país, muitos migrantes reapropriaram-se da idéia de uma “nordestinidade” e associaram sua identidade regional à de trabalhadores.⁴⁷⁴

Por fim, vale observar que o comprometimento de Fontes com a noção thompsoniana de “experiência” – a qual, entretanto, não é definida em termos teóricos pelo autor ao longo do trabalho – repercute em quase todos os aspectos da tese. É a busca contínua pelo “ponto de vista”⁴⁷⁵ dos trabalhadores e moradores de São Miguel que leva o autor, por exemplo, a combinar uma variada documentação escrita⁴⁷⁶ a uma grande quantidade de entrevistas⁴⁷⁷, as quais ganham amplo espaço na construção da narrativa, em que se multiplicam as citações diretas de depoimentos. Até mesmo a periodização pautou-se pela experiência dos migrantes-trabalhadores, sendo o marco inicial definido pela intensificação do fluxo de nordestinos para a cidade de São Paulo e a baliza final caracterizada pelas “grandes demissões realizadas pela Nitro Química em 1966”, que “simbolizam o final de uma era para a comunidade de São Miguel”⁴⁷⁸.

⁴⁷⁴ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 263 (Grifos nossos).

⁴⁷⁵ “Ao analisar densamente o caso dos trabalhadores nordestinos em São Miguel Paulista este trabalho procurou realizar uma ponte entre estas experiências locais e os grandes processos vividos pela sociedade brasileira entre as décadas de 1940 e 1960. Assim, a migração, urbanização e industrialização deixaram de ser processos abstratos e demiúrgicos e foram vistos sob a perspectiva daqueles que o viveram e, dentro de seus campos de possibilidades, procuraram agir sobre eles.” Cf. FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 385 (Grifos nossos).

⁴⁷⁶ Documentos diversos da *Nitro Química* e do acervo do Deops; atas das sessões da Câmara Municipal de São Paulo e da Assembleia do Estado de São Paulo; documentação variada produzida por órgãos da administração municipal; jornais de bairros, sindicatos, partidos e da grande imprensa; variada documentação do PCB; documentos do *Public Record Office* (Londres) e do National Archives (Washington); acervos pessoais.

⁴⁷⁷ Também nas discussões teórico-metodológicas relativas à história oral, Fontes apoia-se largamente nos debates da história social do trabalho do mundo anglófono, sendo citados: HALPERN, Rick. “Oral history and labour history: a historiographic assessment after twenty-five years”. *The Journal of American history*, v. 85, n.2, 1998 e PERJS, Robert e THOMSON, Alistair. *The oral history reader*. Londres: Routledge, 1998.

⁴⁷⁸ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária...*, p. 43-44.

3.6.1. Reunindo fragmentos II

As teses de Silva, Fortes, Negro e Fontes destacam-se, no conjunto da produção discente do PPGHU aqui analisada, pela (grande) amplitude e pela (alta) frequência com que se apropriaram de elementos da obra de E. P. Thompson. Como vimos, tomados em bloco, os quatro trabalhos mobilizam – com notáveis repercussões sobre a configuração/abordagem de seus objetos, a seleção de fontes e as periodizações – quase todas as noções mais comumente associadas ao historiador inglês: indo de experiência a paternalismo, passando por subpolítico, cultura, hegemonia, lei, direito, costume etc. É possível perceber, também, a influência thompsoniana na valorização da pesquisa documental, na visão global do processo histórico (especialmente, sua determinação pela luta de classes) e na escrita do texto historiográfico (em particular, o grande espaço dado às citações diretas das fontes). Finalmente, vale apontar a centralidade que a visão de E. P. Thompson sobre o processo de formação de classe assume nos quatro trabalhos discentes aqui analisados, afinal, é ela que, em boa medida, permite aos autores articular as múltiplas apropriações que empreendem da obra do historiador inglês. Com efeito, a tantas vezes mencionada noção thompsoniana é decisiva para que Silva, Fortes, Negro e Fontes integrem, em uma narrativa, dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas de diversos processos, enfatizando as variáveis interações entre elas ao longo do tempo e o incontornável peso da agência humana nos fenômenos.

Assim como a produção discente do PPGHU dos anos 1980 que se apropriou de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos, Silva, Fortes, Negro e Fontes valeram-se do historiador inglês para confrontar, fundamentalmente, trabalhos produzidos nos anos 1960 e 1970 a partir de pressupostos estrutural-funcionalistas e/ou de vertentes mais formalistas do marxismo. Contudo, nos anos 1990, novos adversários já eram, também, levados em consideração, mesmo que, nem sempre, fossem explicitamente nomeados. Fontes é quem – talvez, pelo considerável período permanência no ambiente intelectual britânico – trata mais abertamente das críticas pós-estruturalistas que a obra de Thompson vinha sofrendo, naquele contexto, desde os anos 1980. Entretanto, elas não eram desconhecidas dos autores dos demais trabalhos analisados neste bloco, os quais, assim como Fontes, procuraram respondê-las a partir do diálogo com uma produção, principalmente anglófona, empenhada em renovar, teórico-metodologicamente, a tradição thompsoniana, o que passava, em larga medida, pela incorporação e/ou ampliação de debates relativos à cultura, ao papel da linguagem na

construção das identidades, à multiplicidade destas (classe, gênero, raça, etnia, geração, nacionalidade etc.) e seus possíveis imbricamentos nos processos de formação de classe (vistos, crescentemente, como fenômenos ainda mais contingentes, instáveis e internamente conflituosos do que até então se admitia). Embora evitassem, muitas vezes, aprofundar-se nos embates travados em torno da obra thompsoniana em suas teses – o que se devia, é certo, a limitações de espaço, mas também, provavelmente, à estratégia de não expor alegadas inconsistências de um autor apresentado como referência central em suas pesquisas –, discentes do PPGHU escreveram, ao longo dos anos 1990, artigos em que abordaram algumas das mais importantes discussões correntes sobre o pensamento do historiador inglês, sugerindo-nos uma nova configuração do processo de apropriação, marcada pelo crescente conhecimento dos contextos em que Thompson produziu sua obra e pela maior sintonia dos historiadores brasileiros com os debates internacionais contemporâneos em torno dela. Ainda que panoramicamente, vejamos alguns desses artigos dos anos 1990 que vieram, já nessa década, mas também na seguinte, a ser mais recorrentemente citados⁴⁷⁹.

Em 1996, Antonio Luigi Negro, mestrando (1990-1995) e doutorando (1995-2001), publicou texto⁴⁸⁰ em que explorou as divergências e convergências entre E. P. Thompson e Eric Hobsbawm sobre a formação da classe operária inglesa, incluindo, também, a hipótese, implícita em Thompson, mas formulada abertamente por Gareth Stedman Jones⁴⁸¹, sobre o “refazer-se da classe” e seus ecos na historiografia britânica dos anos 1990⁴⁸².

Em 1997, em artigo no qual se queixava de que “as críticas a seus [de Thompson] trabalhos não têm alcançado o devido espaço, tanto nos meios editoriais quanto

⁴⁷⁹ Ainda que menos mencionados, foram também escritos, nos anos 1990, por discentes do PPGHU: DOESWJIK, Andreas. “Edward P. Thompson: o ofício de historiador”. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*, n. 2, 1990; BARREIRO, José C. “E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões, críticas e projeções”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995; CANO, Jefferson. “O mundo que os historiadores criaram: Edward Thompson, Eugene Genovese e o tema do paternalismo”. *Cadernos de História Social*, n. 1, 1995; ARANHA, Gervácio B. “Provas e possibilidades à luz de um experimento historiográfico: dialogando com Thompson”. *Arius*, n. 7, v. 8, 1998; FORTUNATO, Maria L. “A política e a história no pensamento de E. P. Thompson”. *Livre Pensar*, n. 1, 1999.

⁴⁸⁰ NEGRO, Antonio L. “Imperfeita ou refeita?: o debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa”. *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 31-32, 1996.

⁴⁸¹ JONES, Gareth Stedman. “Working-class culture and working-class politics in London, 1870- 1900: notes on the remaking of a working class”. In: *Languages of class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

⁴⁸² SAVAGE, Mike e MILES, Andrew. *The remaking of British working class, 1840-1920*. London: Routledge, 1994.

acadêmicos”, Sidnei Munhoz⁴⁸³, mestrando do PPGHU entre 1983 e 1990, fez uma apresentação geral das principais obras thompsonianas, apontando os debates em que se inseriam e os principais conceitos nelas presentes. Além disso, sintetizou alguns dos importantes questionamentos aos trabalhos do historiador inglês elaborados por autores como Perry Anderson, Tom Nairn, Richard Johnson, William Sewell Jr. e Gareth Stedman Jones, posicionando-se, quase sempre, em defesa das posições de Thompson.

Em artigo de 1998, Paulo Fontes⁴⁸⁴, mestrando (1992-1996) e doutorando (1996-2002) do PPGHU, partindo da análise da obra *Languages of class* de Gareth Stedman Jones⁴⁸⁵ e das críticas a esta dirigidas por Dorothy Thompson⁴⁸⁶, traçou as linhas gerais do debate em torno da abordagem proposta pela “guinada linguística” (*linguistic turn*) no âmbito da história social britânica. Ainda em 1998, o tema ganharia mais um texto em português⁴⁸⁷, agora nas páginas da revista *História Social*, publicação dos discentes do PPGHU, em dossiê sobre a história social inglesa. Neste, três artigos, “resultado de um longo debate que se realiza no programa de pós-graduação em História Social da Unicamp”⁴⁸⁸, foram dedicados especificamente à obra de Thompson. Artur Vitorino, mestrando (1992-1995) e doutorando (1996-2002), explorou em seu artigo⁴⁸⁹ as ambivalências e as ambiguidades dos conceitos e noções presentes na teoria da formação de classe social desenvolvida em *The Making*, salientando as contradições das definições de “experiência” apresentadas por Thompson na mencionada obra e em outros escritos. Ana Silva⁴⁹⁰, mestranda (1994-1996) e doutoranda (1996-2000), por sua vez, comparou as principais concepções teórico-metodológicas de Thompson com as dos fundadores dos *Annales*, March Bloch e Lucien Febvre, sobre a disciplina histórica (interdisciplinaridade, totalidade, cientificidade etc.), enfatizando as noções de estrutura e processo e apontando

⁴⁸³ MUNHOZ, Sidnei J. “Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos”. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 2, 1997.

⁴⁸⁴ FONTES, Paulo. “Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of Class* de Stedman Jones”. *Locus: Revista de História*, v. 4, n. 2, 1998.

⁴⁸⁵ O autor se valeu da edição espanhola: *Lenguajes de classe: estudios sobre la historia de la clase obrera inglesa (1832-1982)*. Madrid: Siglo XXI, 1989.

⁴⁸⁶ THOMPSON, Dorothy. “The Languages of Class”. *Bulletin of the Society for the Study of Labor History* v. 52, n. 1, 1987.

⁴⁸⁷ Trata-se da tradução do artigo de TAYLOR, Miles. “As guinadas linguísticas na história social britânica”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.

⁴⁸⁸ BREFE, A. C. F.; NEGRO, A. L.; GRANGEIRO, C. D. et al. “Apresentação”. *História Social*, n. 4/5, 1997/1998, p. 5.

⁴⁸⁹ VITORINO, Artur J. R. “Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson.” (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.

⁴⁹⁰ SILVA, Ana R. C. “Thompson e a primeira geração dos *Annales*: uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em história”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.

os ganhos que poderiam advir da articulação das duas propostas historiográficas. Por fim, arrematando os textos do mencionado dossiê sobre história social inglesa que abordaram a obra de Thompson, temos o artigo de Ana Martins⁴⁹¹, doutoranda entre 1997 e 2000. A autora discutiu as relações entre os conceitos de classe e gênero na análise histórica por meio do estudo do modo como Thompson tratou a questão em seus textos e da consideração de algumas das principais críticas feministas à obra do historiador inglês⁴⁹².

Em 1999, mais um discente do PPGHU se propôs a refletir sobre os debates em torno da obra de Thompson. Norberto Ferreras, doutorando entre 1997 e 2001, situando a produção do historiador inglês “no contexto em que foi produzida”, buscou discuti-la “à luz dos trabalhos de seus críticos, principalmente os estruturalistas e pós-estruturalistas”⁴⁹³, enfatizando dois conceitos (experiência e culturalismo) que se mostraram centrais nas controvérsias. Assim, novamente, leitores brasileiros poderiam se familiarizar com um repertório de autores que, partindo de Perry Anderson⁴⁹⁴ e Richard Johnson⁴⁹⁵ chegava a Joan Scott e outras críticas feministas⁴⁹⁶, passando por nomes aqui já vistos como William Sewell Jr. Ferreras põe em relevo contradições e inconsistências de algumas das principais proposições thompsonianas, mas não deixa de fazer o mesmo com seus críticos, especialmente os que reivindicavam o próprio fim da história social.

De maneira geral, nos artigos em que se propuseram a analisar a obra de Thompson e as críticas a ela dirigidas, discentes do PPGHU buscaram sustentar a permanência da validade de pressupostos centrais da história social e de alguns dos principais aspectos do pensamento thompsoniano, salientando, inclusive, que este disporia de importantes recursos na abordagem da linguagem e da cultura para responder aos desafios pós-

⁴⁹¹ MARTINS, Ana P. V. “Possibilidades de diálogo: classe e gênero”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.

⁴⁹² Entre outros textos, são citados: HALL, C. “The tale of Samuel and Jemima: gender and working class culture in XIX century England.” In: KAYE, Harvey and McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990; SCOTT, Joan. “Women in *The Making of English Working Class*”. In: *Gender and the politics of History*. Nova York: Columbia University Press, 1988; SCOTT, Joan. “Prefácio a *Gender and the politics of History*”. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994; VARIKAS, E. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly- Scott”. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994.

⁴⁹³ FERRERAS, Norberto O. “Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson”. *Diálogos*, v. 3, n. 3, 1999, p. 319.

⁴⁹⁴ ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: un debate con E.P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985.

⁴⁹⁵ JOHNSON, Richard. “Thompson, Genovese and socialist humanist history”. *History Workshop Journal*, n. 6, 1978 e JOHNSON, Richard. “Contra el absolutism”. In: SAMUEL, Raphael (org.). *Historia popular y teoría social*. Barcelona: Crítica, 1984.

⁴⁹⁶ SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”. In: SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988; STEEDMAN, Carolyn. “The price of experience: Women and The making of the English working class”. *Radical History Review*, n. 59, 1994.

estruturalistas⁴⁹⁷. Isso não significa que tais pesquisadores não se mostrassem interessados nas contribuições de autores que entendiam que a continuidade de uma história social de matriz thompsoniana demandava significativas renovações teórico-metodológicas. Textos desse tipo, vale acrescentar, foram, até mesmo, traduzidos e disponibilizados em português graças a esforços de discentes e docentes do PPGHU⁴⁹⁸, sendo um bom exemplo a coletânea *Culturas de classe*, organizada por Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes, que trazia os artigos dos historiadores britânicos Mike Savage⁴⁹⁹ e Neville Kirk⁵⁰⁰. Segundo Michael Hall, que escreveu a orelha do livro, os textos (alguns dos quais escritos por discentes do PPGHU) reunidos na coletânea:

(...) nunca consideram a cultura como uma esfera que operaria por si mesma, sem a ação dos agentes históricos e, portanto, sem relação com a política. A maioria dos capítulos está sempre atenta às maneiras como as práticas culturais sustentam e contestam os sistemas de poder. Dando densidade ao conceito da cultura como uma negociação contínua sobre os processos de dominação, política e luta, apresentam a criatividade dos trabalhadores no estabelecimento de novas formas de atuação e de resistência. *Os autores fazem parte do esforço internacional de redefinição da prática dos historiadores, ao se dedicarem à compreensão das influências recíprocas de gênero, etnia e classe. Demonstram, também, como esse esforço pode subverter as linhas mestras da historiografia convencional.*⁵⁰¹

A maior sintonia de discentes do PPGHU dos anos 1990 com os debates internacionais em torno da obra de Thompson – acompanhada de maior conhecimento sobre o contexto em que ela foi produzida – marca significativo contraste com o que se via na década anterior. Entretanto, assim como nesta, historiadores brasileiros da década de 1990 continuaram se mostrando criativos em suas apropriações da obra do historiador

⁴⁹⁷ A crescente ênfase na análise da estrutura da narrativa thompsoniana (como chave para compreender o método do autor), especialmente em *A formação*, pode ser vista, também, como mais uma maneira de (re)valorizar a obra do historiador inglês frente a novos critérios de avaliação estabelecidos por teorias pós-estruturalistas. Cf., por exemplo, FORTES, Alexandre. “‘Miriades por toda a eternidade’: a atualidade de E. P. Thompson”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006 e FORTES, Alexandre e SILVA, Amanda. M. “Revisitando um clássico da história social: a estrutura narrativa de *A formação da classe operária inglesa*”. *Revista Universidade Rural*, v. 29, n. 2, 2007.

⁴⁹⁸ Não se verificando, contudo, o mesmo empenho na produção de edições brasileiras de textos de críticos de Thompson, como Perry Anderson, Richard Johnson, Gareth Stedman Jones e Joan Scott.

⁴⁹⁹ SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

⁵⁰⁰ KIRK, Neville. “Cultura: costume, comercialização e classe”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004. De acordo com os organizadores (p. 15): “Os artigos de Savage e Kirk traduzem nossa posição: divisão e unidade coabitam a classe, não se excluem, e a análise da relação entre os dois aspectos deve ser sempre contextualizada e submetida à lógica da mudança histórica.”

⁵⁰¹ HALL, Michael. “Apresentação (Orelha do livro)”. BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004 (Grifos nossos).

inglês, incorporando-a com notável originalidade a discussões centrais na historiografia nacional. Se isso já salta aos olhos nas pesquisas sobre escravidão, fica ainda mais patente nos estudos sobre o populismo, tema sobre o qual diferentes maneiras de ler Thompson contribuíram, até mesmo, para a elaboração de interpretações distintas sobre o fenômeno.

Em artigo do começo dos anos 2000, Jorge Ferreira, doutor pela USP (1996) e professor da Universidade Federal Fluminense, tomou Thompson como referência central para, rompendo com o que entendia ser a corrente predominante de estudos sobre o populismo, sustentar (ou, mais precisamente, reiterar⁵⁰²) a tese de que as relações entre “Estado e sociedade [nos pós-1930] não eram de mão única, de cima para baixo, mas, sim, de interlocução, de cumplicidade”⁵⁰³. Remetendo o leitor a *A miséria da teoria*, Ferreira destaca a “advertência bastante contundente” de Thompson sobre os “perigos de enfocar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir de cima, dando ao aparato estatal, ou às classes dominantes, um poder desmedido”⁵⁰⁴. Esse tipo de enfoque, segundo Ferreira, estaria no cerne da noção de “populismo”, a qual caracterizaria os trabalhadores como seres passivos e sem iniciativa própria, visão questionada, crescentemente, por pesquisas que estariam emergindo desde a segunda metade dos anos 1980⁵⁰⁵. Nesse sentido, para Ferreira, “populismo” era uma categoria que deveria ser substituída por trabalhismo, afinal:

a partir de 1942, a formulação do projeto trabalhista pelo Estado contribuiu, de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Mas, em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influências dos contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem. No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. No trabalhismo, estavam presentes idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica. (...)

Por este enfoque, os trabalhadores, “ao viverem sua própria história”, deixam de ser considerados simples objeto de regulamentação estatal. O próprio projeto trabalhista, para ser compreendido e aceito, não pode ignorar o patrimônio simbólico presente na cultura política popular. O sucesso do trabalhismo, portanto, não foi arbitrário, e muito menos imposto pela propaganda política e pela máquina policial.⁵⁰⁶

Recorrendo, mais uma vez, a Thompson, acrescentava Ferreira que a concepção do historiador inglês sobre classe social e consciência de classe seria “*incompatível* com

⁵⁰² Como lembra o próprio Ferreira, importantes proposições suas já estão bem definidas, por exemplo, em FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular, 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

⁵⁰³ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 95.

⁵⁰⁴ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 104.

⁵⁰⁵ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 109-110.

⁵⁰⁶ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 103.

a noção de populismo e de suas inevitáveis consequências, como manipulação das massas, mistificação ideológica e consciências desviadas dos seus interesses ‘reais’”⁵⁰⁷. Tal proposição de Ferreira, como já vimos, não encontrava respaldo, por exemplo, na leitura de Thompson que Silva, Fortes, Negro e Fontes apresentaram em suas teses. Com efeito, embora tenham se apropriado intensamente de formulações thompsonianas (incluindo as relativas à formação de classe), esses autores rejeitaram, de modo explícito, a ideia de substituir a noção de populismo pela de trabalhismo. Reforçando essa posição, em texto de começo dos anos 2000, Silva, juntamente com Costa⁵⁰⁸, mestrando do PPGHU entre 1986 e 1993, insistiram, em termos ainda mais categóricos, na compatibilidade entre uma abordagem das relações entre Estado e classe trabalhadora no período 1930-1964 fundada, largamente, em considerações teórico-metodológicas thompsonianas e a manutenção da noção de populismo⁵⁰⁹. Nesse sentido, os autores observavam que:

(...) a obra de Thompson sobre paternalismo, cultura plebéia e estilo retórico e ritualístico da justiça na Inglaterra do século XVIII demorou a ser um convite para reproblematicar os “anos populistas”. Certamente, são flagrantes as diferenças entre as peculiaridades da sociedade inglesa dos setecentos e as condições históricas do populismo brasileiro. Porém, alguns princípios gerais da noção de hegemonia utilizada por Thompson [inserção da Nota 29] permitem perceber como os trabalhadores retiravam da ideologia formal do “modelo paternalista” os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido. Se tal modelo era mais generalizante, a apropriação que dele era feita pelos “de baixo” tinha um caráter seletivo, aproveitando noções de justiça social e re-significando-as conforme suas experiências e expectativas.

[Nota 29] Note-se, entretanto, que Thompson jamais teorizou sistematicamente o conceito de hegemonia, apropriando-se a seu modo das análises de Gramsci. Cf. *Idem*, “As peculiaridades dos ingleses”. In Antonio L. Negro e Sérgio Silva (orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Unicamp- IFCH, s/d, pp. 98-102. (...)

Pensar o populismo como uma relação de hegemonia significa (...) considerar as ambiguidades que lhe eram constitutivas como “um campo de força comum” no interior do qual os diferentes atores sociais “estavam aprisionados [inserção da Nota 31]”.

[31] E. P. Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 78. (...)

De um lado, as mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e a retórica públicas traçavam muitas vezes os limites do que poderia ser politicamente possível não apenas para os trabalhadores, mas também para as autoridades públicas e os patrões. De outro, a própria luta de classes impunha limites à exploração política e econômica. O populismo visto pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis, impondo ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas. Portanto, o exercício da hegemonia não se define de nenhuma maneira *a priori*, mas está sujeito a constantes

⁵⁰⁷ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, p. 100-101.

⁵⁰⁸ COSTA, Hélio da SILVA, Fernando T. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵⁰⁹ Posição similar, é apresentada, também, em NEGRO, Antonio L. “Paternalismo, populismo e história social”. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004.

rearranjos, submetido a freqüentes negociações e concessões, não impondo uma visão de mundo com total abrangência e persuasão em todos os aspectos, lugares e experiências de vida dos trabalhadores.⁵¹⁰

Marcelo Mattos, também, opôs-se, no começo dos anos 2000, à proposta de Ferreira, seu colega de trabalho na Universidade Federal Fluminense, de substituir a noção de populismo pela de trabalhismo para caracterizar as relações políticas, partidárias e sindicais do pós-1930. Segundo Mattos, tal deslocamento já estaria esboçado em artigos recentes de Angela Gomes – nos quais ela rejeitava, explicitamente, o uso do conceito de populismo⁵¹¹ e chegava a se valer de trabalhismo no lugar de “pacto trabalhista”⁵¹² –, mas teria sido levado muito adiante por Ferreira. Com efeito, enquanto Gomes continuaria salientando as diferenças de recursos de poder presentes na relação entre Estado e trabalhadores⁵¹³, Ferreira, esquecendo a assimetria entre os atores, descreveria “uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns”. Com esse movimento, afirma Mattos, “sai a classe trabalhadora inconsciente e manipulada pelo Estado representado nas lideranças carismáticas, para entrarem em cena trabalhadores conscientes e satisfeitos com a política trabalhista empreendida por políticos efetivamente populares e de esquerda”⁵¹⁴. Para Mattos, a apropriação que Ferreira fazia da obra de Thompson, em sua proposta de abandono da noção de populismo, seria “domesticadora”. Ao invés de se apoiar no historiador inglês, que partilharia de um “referencial marxista assumido”, para “formular propostas interpretativas voltadas para a explicação de modos de dominação social em meio à dinâmica do conflito, da luta de classes”, Ferreira teria se valido de Thompson para substituir “a luta de classes por ‘uma relação’ entre atores – Estado e classe trabalhadora – que identificam interesses comuns”⁵¹⁵. Intensificando suas críticas a Ferreira e sua

⁵¹⁰ COSTA, Hélio da SILVA, Fernando T. “Trabalhadores urbanos e populismo”, p. 223-225.

⁵¹¹ GOMES, Angela C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, v. 1, n. 2, 1996, p. 15.

⁵¹² GOMES, Angela de C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”, p. 55-56. Nessa versão, o texto inclui um pós-escrito ao artigo de 1996.

⁵¹³ “Atribuir aos trabalhadores um papel ativo, vale dizer, uma presença constante na interlocução com o Estado, significava reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las.” Cf. GOMES, Angela de C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”, p. 46-47.

⁵¹⁴ MATTOS, Marcelo B. “Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil”. *Tempos Históricos*, v. 5/6, 2003/2004, p. 24-25.

⁵¹⁵ MATTOS, Marcelo B. “Perspectivas e dilemas da produção...”, p. 31. Em outras partes do artigo (por exemplo, ao tratar do artigo de REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001), Mattos insiste na tese de que o conceito “trabalhismo” ameniza – ou mesmo elimina – aspectos contraditórios das relações políticas, partidárias e sindicais do

denúncia da domesticação de Thompson por alguns historiadores brasileiros, Mattos escreveu, em meados dos anos 2000, novo artigo no qual reiterava que:

Embora reconhecendo a possibilidade quase ilimitada de leituras e iluminações que uma obra tão rica quanto a de E. P. Thompson pode gerar, acreditamos que é muito difícil buscar num autor como ele o arcabouço para análises sobre a classe trabalhadora que desprezam elementos centrais a sua reflexão, como a questão da dominação e a dinâmica da luta de classes. Mas, a tentativa de domesticação de Thompson não é um fenômeno isolado. A estigmatização do marxismo tem sido o tom dominante de estudos recentes sobre a classe trabalhadora brasileira desenvolvidos nos últimos trinta anos, isto não se fez sem que também essa referência fosse atingida pelo vendaval antimarxista. Se descartá-lo seria impossível, pois que alicerçara muito do que fora escrito nos anos anteriores, a saída para alguns foi reduzi-lo a mais um entre tantos pensadores da cultura.⁵¹⁶

Se indícios do movimento descrito por Mattos poderiam ser encontrados, nos anos 1990, em posicionamentos de alguns importantes historiadores nacionais⁵¹⁷, isso, certamente, não ocorreu nas produções discentes do PPGHU analisadas neste bloco dedicado a “Trabalho e trabalhadores do pós-1930”. Nessas teses, a presença de menções a termos como “cultura de classe” ou “cultura de trabalho” não serviram para afirmar a adesão a alguma vertente de culturalismo pós-estruturalista, mas para responder aos questionamentos deste a partir do materialismo histórico e cultural thompsoniano (e de suas renovações teórico-metodológicas recentes), mantendo a centralidade da luta de classes na análise histórica.

3.6.2. A nova historiografia sobre os trabalhadores do pós-1930: olhares divergentes

No começo dos anos 2000, Marcelo Badaró Mattos se propôs a fazer um balanço da historiografia sobre as relações entre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil, enfatizando as obras produzidas nos anos 1990 e dando especial atenção aos estudos sobre

período 1945-1964, secundarizando a dominação política e social e a dinâmica dos conflitos de classe naquele período.

⁵¹⁶ MATTOS, Marcelo B. “E. P. Thompson no Brasil”. *Outubro*, n. 14, 2006, p. 108 (Grifos nossos). A tese da “desmarxização” de Thompson é, também, sustentada por MÜLLER, Ricardo G. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002, p. 17.

⁵¹⁷ Em artigos de meados dos anos 1990, por exemplo, Edgar de Decca falou de um “novo posicionamento” teórico de Thompson em que este apontava para a criação de um “pós-marxismo” e José J. A. Arruda afirmou que, em *Senhores e Caçadores* (e mesmo em publicações anteriores), já seria possível verificar o “progressivo distanciamento do marxismo” por parte de Thompson. Cf. DECCA, Edgar S. “E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 118 e ARRUDA, José J. A. “Experiência de classe e experimento historiográfico em E. P. Thompson. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995, p. 107.

o período 1945-1964⁵¹⁸. Segundo o autor, seria possível identificar alguns pontos comuns na produção recente por ele analisada, sendo eles: 1) o recurso à interdisciplinaridade (característica bastante relacionada ao fato de que os historiadores tinham que dialogar com a produção pioneira de cientistas sociais sobre o tema, a qual estabeleceu certas discussões teórico-metodológicas e problemáticas incontornáveis; 2) a opção por recortes cronológicos cada vez mais próximos do momento em que os historiadores elaboravam suas pesquisas, sendo notável o aumento dos estudos sobre o período 1945-1964; 3) a sólida pesquisa em fontes primárias, destacando-se, nas análises sobre períodos mais recentes, os depoimentos orais, os arquivos das polícias políticas e as fontes produzidas e armazenadas por entidades sindicais e por empresas (nos casos de estudos monográficos centrados em uma fábrica); 4) a penetração de novos referenciais teóricos, salientando-se “a influência decisiva” da História Social britânica e, em especial, de E. P. Thompson; 5) o compromisso social, o que poderia ser verificado, por exemplo, no engajamento da nova geração de historiadores do trabalho e do sindicalismo “nos esforços de formação sindical ou na acolhida que os sindicatos e governos municipais identificados com os trabalhadores dão ao resultado dessas pesquisas”. Por fim, especificamente sobre os estudos relativos ao período 1945-1964 produzidos nos anos 1990, Mattos avaliava que ganhava terreno entre eles uma visão menos marcada pelo contraste absoluto com a imagem que tinha sido criada, por sindicalistas e acadêmicos, a partir de fins dos anos 1970, sobre o novo sindicalismo. Uma vez que este frustrava, mais intensamente na década de 1990, expectativas de ruptura completa com o passado sindical brasileiro, fomentava revisões dos prognósticos otimistas sobre ele lançados nos anos 1980, movimento acompanhado de questionamentos sobre a imagem negativa que se projetara sobre o sindicalismo do período 1945-1964⁵¹⁹.

Uma das contribuições mais significativas dos estudos recentes seria, de acordo com Mattos, o oferecimento de um conjunto de elementos que permitiriam a revisão da noção de “sindicalismo populista”, a qual, largamente influenciada por proposições de

⁵¹⁸ Exceto quando indicado por nota de rodapé específica, o que se segue, neste parágrafo, é uma síntese MATTOS, Marcelo B. “Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil”. *Tempos Históricos*, v. 5/6, 2003/2004, p. 12-17.

⁵¹⁹ Sobre a construção das imagens do “novo” e do “velho” sindicalismo e suas articulações com as disputas políticas, em especial, de fins dos anos 1970 e começos dos 1980, cf. SANTANA, Marco A. “O ‘novo’ e o ‘velho’ sindicalismo: análise de um debate”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 10/11, 1998; SANTANA, Marco A. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999; BRAGA, Ruy e SANTANA, Marco A. “O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil”. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, 2009.

Francisco Weffort, definiria, como principais características da trajetória sindical brasileira, no pós-30 (e mais ainda após 1945):

a) inconsistência organizatória (organizações de cúpula – oficiais ou paralelas – seriam privilegiadas em relação às Organizações no Local de Trabalho); b) falta de questionamento à estrutura sindical, inclusive por parte da direção comunista; c) falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais); d) poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria); e) privilégio ao Estado como interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho.⁵²⁰

À tal imagem, as novas pesquisas que emergiam, mais intensamente nos anos 1990, teriam apresentado, segundo Mattos, sólidas contraposições, tornando impossível a manutenção da “visão da classe operária no negativo e de um sindicalismo totalmente conformado à estrutura sindical”⁵²¹. Diversas investigações teriam demonstrado a ampla difusão de organizações nos locais de trabalho e a forte representatividade das lideranças sindicais nas empresas. Quanto às greves, novos estudos teriam apontado a importância dada à sua preparação a partir do local do trabalho e à integração de demandas políticas gerais e de reivindicações econômicas, evidenciando a fragilidade da caracterização de massivas e organizadas mobilizações do período como “movimentos puxados ‘pelo alto’ ou que viriam ‘de fora para dentro’”. No que tange às lideranças, as pesquisas recentes teriam constatado a “relativa independência com que lideranças sindicais comunistas enfrentavam, em certos momentos, as diretrizes partidárias” (não sendo raros os casos de militantes que desobedeciam certas orientações para manter a representatividade que conquistaram junto a seus colegas de trabalho) e mesmo o impacto da pressão das bases nas oscilações da política sindical do PCB. Assim, para Mattos, os aportes dos novos estudos sobre o sindicalismo do período 1930-1964 – que já estariam a demandar sínteses explicativas que os integrassem (inclusive, mantendo elementos das análises tradicionais que ainda se sustentassem) – possibilitariam a relativização do “contraste tão marcante que as abordagens pioneiras sobre o novo sindicalismo estabeleceram entre o pós-78 e o pré-64”, abrindo caminhos para se perceber significativas continuidades nas experiências organizativas dos trabalhadores brasileiros onde antes somente eram vistas rupturas. De modo geral, portanto, Mattos via com bons olhos o deslocamento da noção de

⁵²⁰ MATTOS, Marcelo B. (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003, p. 47.

⁵²¹ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de MATTOS, Marcelo B. “Perspectivas e dilemas da produção...”, p. 19-21.

“sindicalismo populista”. Contudo, o mesmo não ocorria, como já vimos, com as propostas de substituição da categoria de populismo pela de trabalhismo.

No começo dos anos 2000, Costa e Silva propuseram-se, também, a fazer um balanço com propósitos bastante similares aos do texto de Mattos. Ainda que, em termos gerais, tenham apresentado argumentação semelhante à desse último, Costa e Silva demonstraram algumas diferenças de ênfase e de avaliação. Inicialmente, observaram que, embora se valendo de enfoques, temas e abordagens inovadores, “grande parte da produção acadêmica [recente] voltada para o período 1930 a 1964” manteve, em sua pauta de investigação, “os itens que há cerca de quatro décadas vêm preenchendo a agenda” da historiografia do trabalho: “formação da classe trabalhadora, movimento operário, sindicatos e correspondentes ideologias, ações coletivas, subjetividade e racionalidade operando nas escolhas dos trabalhadores, relações com o Estado, ideologia estatal e empresarial, formas de organização da produção e gestão da força de trabalho, entre outros”⁵²². Em relação às fontes empregadas nos estudos que vinham a lume nos anos 1990⁵²³, acrescentavam, por exemplo, a importância dos processos da Justiça do Trabalho, da correspondência diplomática, dos livros de memórias de militantes e de materiais de arquivos de políticos. Conferindo grande espaço às recentes pesquisas que recusaram “a noção de que os objetivos desmobilizadores do projeto corporativista foram plenamente efetivados na experiência concreta dos trabalhadores”, Costa e Silva destacaram, por exemplo, estudos que teriam demonstrado que a legislação sindical e trabalhista, nos primeiros anos de sua implantação, teria favorecido a mobilização e a organização de parte significativa do movimento operário. Mais amplamente, seria possível afirmar que, embora as leis e o aparato jurídico parecessem ter sido criados para não funcionar com eficácia, eles “nem sempre foram meras amarras diluidoras da ação operária, mas um elemento formador de sua cultura e experiência, que, em certas conjunturas, ameaçavam romper a lógica de reciprocidade entre governo e trabalhadores”. Os próprios tribunais trabalhistas transformaram-se em arenas de disputas em que significativas vitórias foram obtidas pelos trabalhadores. Estes, portanto, demonstraram, em certas conjunturas, capacidade de se apropriar das leis, levando-as a direções e limites não previstos por seus formuladores. Outro elemento marcante dos estudos recentes sobre o período 1930-1964, seria, segundo os autores, o interesse por

⁵²² COSTA, Hélio da SILVA, Fernando T. “Trabalhadores urbanos e populismo”, p. 211.

⁵²³ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de COSTA, Hélio da SILVA, Fernando T. “Trabalhadores urbanos e populismo”, p. 228-269.

novos aspectos do “papel ativo dos trabalhadores na conformação do projeto corporativista”, relativizando a “ênfase nas rupturas implantadas pela impositiva intervenção estatal no pós-1930”. Para Costa e Silva, vista no conjunto, “essa recente produção acadêmica muda profundamente o panorama historiográfico e oferece uma visão alternativa sobre a classe operária nos ‘anos populistas’”. Isso, entretanto, não significava que os autores concordassem, como já vimos, com as propostas de substituição da noção de populismo pela de trabalhismo (posição que se estendia a conceitos como “estatismo” e “estadania”).

Na medida em que se afastavam de tradicionais noções normativas de autonomia e heteronomia de classe, os novos estudos sobre período 1930-1964 – ou, pelo menos, uma certa linhagem entre eles – estariam fomentando, ainda de acordo com Costa e Silva, o repensar sobre a participação política dos trabalhadores, especialmente no que diz respeito à democracia e à cidadania⁵²⁴. Tal movimento, como já vimos no começo deste capítulo, seria, segundo Fortes, bastante influenciado por questões colocadas pela conjuntura sócio-político-cultural brasileira que se configurara a partir da segunda metade dos anos 1980. Em artigo de fins dos anos 1990, Fortes, ainda que se mostrasse também entusiasmado com a emergência de novas problemáticas e abordagens, revelava receios com os rumos que elas poderiam tomar:

A popularidade entre acadêmicos [brasileiros dos anos 1990] de um discurso sobre cidadania não está, de modo algum restrita aos estudos do trabalho e abarca, de fato, um amplo espectro de perspectivas políticas. Do ponto de vista dos historiadores do trabalho, entretanto, é importante enfatizar que o ideal de uma cidadania autônoma, quando separado de uma análise de classe do poder, contém limitações que podem levar à sua instrumentalização como suporte para o *novo* status quo (com seus flagrantes e inalterados déficits sociais). Como nós podemos evitar a falsa separação entre a luta por direitos individuais e participação eleitoral e os desdobramentos das lutas coletivas entre classes sociais? Em resumo, como nós podemos esperar alargar os contornos sociais, econômicos, jurídicos e políticos da cidadania para maioria se a “cidadania” estiver divorciada da distribuição de poder e de riqueza entre as classes sociais? Caso contrário, nós corremos o risco de deslizar para uma aceitação do entendimento liberal clássico que vê a cidadania como uma questão puramente de direitos jurídicos e de participação eleitoral formal, concebidos como atributos de indivíduos.⁵²⁵

As reflexões de Fortes e French evidenciavam algumas das dificuldades enfrentadas pelos novos estudos sobre trabalhadores que buscavam pensar a luta por direitos na chave da luta de classes – ou, em outros termos, as articulações entre o processo de formação de classe e o de construção (conquista) da cidadania e da

⁵²⁴ COSTA, Hélio da SILVA, Fernando T. “Trabalhadores urbanos e populismo”, p. 226.

⁵²⁵ FRENCH, John D. e FORTES, Alexandre. *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil*. USA: The Latin American Institute/ The University of New México, 1998, p. 15 (nota 13).

democracia⁵²⁶. Em que pese as complexidades delineadas pelos autores, o desafio atrairia, nos anos 2000, significativo contingentes de historiadores, o que se desdobrou tanto em inovadoras pesquisas⁵²⁷ quanto em crescentes e virulentas críticas a tal tipo de abordagem⁵²⁸. Esse novo quadro, contudo, já ultrapassa os propósitos desta tese. Permanecemos nos anos 1990, mais especificamente nas teses do PPGHU que se valeram de E. P. Thompson em pesquisas sobre os trabalhadores da Primeira República.

3.7. Trabalho e trabalhadores na Primeira República

Em meados dos anos 1990, Cláudio Batalha, em balanço bibliográfico que se concentrava “majoritariamente na produção referente à Primeira República, que afinal é o período quantitativamente mais representado nos estudos sobre história operária”⁵²⁹, avaliava que “um desdobramento do processo de renovação da área, iniciado nos anos 80, começa a ser perseguido através do aprofundamento de algumas tendências que só haviam sido esboçadas”⁵³⁰. Tal movimento incluiria, fundamentalmente: o modo como as fontes eram usadas, o tratamento dado ao tema e a consolidação dos instrumentos e instituições que contribuíam para a produção da história operária. No que diz respeito às fontes, Batalha propunha novas leituras de documentos tradicionais (como os jornais

⁵²⁶ Para uma delimitação mais explícito dessa perspectiva: FORTES, Alexandre. “O direito na obra de E. P. Thompson”. *História Social*, n. 2, 1995; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L.; FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. 3.ed. (Org.: Antonio L. Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1998; FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999; FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio L. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. *Trajeto*, v. 1, n. 2, 2002.

⁵²⁷ Para um balanço dessa produção, cf. CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

⁵²⁸ Em 2010, por exemplo, Felipe Demier, após vincular, explicitamente, a tese da “luta por direitos” com os autores das teses que analisamos neste bloco, afirma que: “Sem muito esforço, é possível observar nesta corrente historiográfica uma significativa influência da *ideologia da cidadania* que, de origem liberal e há muito presente no marxismo de linhagem social-democrata, foi abraçada entusiasticamente por grande parte da *intelligentsia petista* em meados dos anos 80 e, sobretudo, a partir da década de 1990. (...) Por um viés historiográfico social-democrata, as lutas impulsionadas pelos trabalhadores brasileiros por *dentro da ordem* capitalista de então, a ordem populista, são, por essa *corrente*, demasiadamente valorizadas, tal como as lideranças sindicais e políticas que estiveram à frente delas (...)”. Cf. “Trabalhadores e populismo vistos sobre outra perspectiva: a corrente historiográfica da Unicamp e a tese da *luta por direitos*”. In: *I Seminário Internacional de História do Trabalho*. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 16-17. Na mesma linha do argumento de Demier, cf., também, PESTANA, Marco M. “A centralidade da obra de E. P. Thompson na rediscussão do populismo”. *Caminhos da História*, v. 7, 2011 e MATTOS, Marcelo B. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

⁵²⁹ BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil”, p. 145.

⁵³⁰ BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil”, p. 156. O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese da página mencionada e da seguinte.

operários) e a incorporação de novos (processos judiciais, iconografia etc.). Em relação aos modos de lidar com a temática, o autor apontava a necessidade de: 1) ir além dos paradigmas do Rio de Janeiro e de São Paulo, expandindo os estudos sobre outras regiões do país; 2) dar continuidade às pesquisas sobre setores de produção e categorias de trabalhadores específicos; 3) rediscutir temas clássicos; 4) alargar os recortes cronológicos para melhor compreensão dos processos analisados (incluindo, por exemplo, estudos sobre o operariado que recuem para antes da Abolição); 5) abordar as relações de gênero no interior do operariado; 6) reavaliar antigos binômios, como lideranças/liderados e indivíduo/classe (incluindo, um renovado interesse por estudos biográficos). Por fim, no que tange aos arquivos, ainda que assinalasse o fechamento de alguns, Batalha destacava a expansão dos acervos de outros (CEDEM, AEL etc.).

Em meados dos anos 1990, Silvia Petersen, buscou, também, fazer um balanço da produção historiográfica brasileira recente sobre o operariado⁵³¹. Esta, segundo a autora, seria marcada pelo refluxo no tratamento das manifestações organizacionais e ideológicas dos trabalhadores e das “referências estruturais” com as quais estes têm que lidar. Tais questões, associadas à “história tradicional do movimento operário”, teriam perdido terreno para as “investigações que se voltaram, via Thompson, para os aspectos culturais, o espaço da experiência no fazer-se da classe, a recuperação dos sujeitos e suas ações, as imperceptíveis mas cruciais práticas e representações informais tanto de dominação como de resistência da vida cotidiana ou, via Foucault, à microfísica do poder, à sociedade disciplinar”. Ainda que, seguramente, não fosse hostil a críticas à “história tradicional do movimento operário”, Petersen via como excessivas as pretensões de descontinuidade dos novos estudos. Para autora, o “abandono”, por exemplo, das pesquisas sobre as organizações dos trabalhadores era “injustificado”. Nesse sentido, Petersen entendia que temáticas dessa natureza ainda tinham importância e não estavam esgotadas, desde que fossem abordadas a partir de “ângulos que foram negligenciados, da inspiração que pode receber dos pressupostos teóricos de uma história social do trabalho e da aproximação com a antropologia cultural e com a sociologia dos modos de vida”. Juntamente com esse movimento, a autora apontava a necessidade de outras ações, como: ultrapassar os limites das histórias regionais (articulando nacionalmente as pesquisas produzidas em âmbito

⁵³¹ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de PETERSEN, Sílvia R. F. “Ainda o movimento operário como objeto historiográfico”. *Anos 90*, n. 8, 1997, p. 62-76.

estadual)⁵³²; explorar as relações internacionais construídas pelo movimento operário e as interações entre movimento sindical e política institucional (por exemplo, aquelas do sindicalismo reformista da Primeira República).

Ainda em meados dos anos 1990, Batalha⁵³³ escreveu outro artigo em que diagnosticava problemas, colocava questões e sugeria encaminhamentos de modo muito similar ao que vimos no texto de Petersen. Segundo o autor – que tanto constatava quanto propunha a continuidade e o aprofundamento do fenômeno –, vivia-se uma fase de “retomadas daquilo que parecia abandonado e revalorização daquilo que fora desprezado”. No caso da história operária, isso desdobrava-se, por exemplo, em um novo interesse pelo estudo dos dirigentes/militantes (incluindo a produção de biografias) e das instituições operárias (sindicatos, sociedades de auxílios mútuos, cooperativas, grupos educativos, políticos etc.). Esse “retorno” a tais temáticas não estaria ocorrendo “em termos tradicionais”, mas por meio de “um nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário”, a qual recusaria dicotomias simplificadoras (indivíduo/classe, militante/não-militante, trabalho/não-trabalho, vida cotidiana/vida associativa etc.) e empreenderia novas leituras de fontes “sobejamente conhecidas”, o que não excluiria a incorporação de documentos pouco utilizados como bandeiras e outros símbolos associativos.

Boa parte das tendências e das propostas apresentadas nos artigos de Batalha e Petersen – mas também outras que eles não vislumbraram em meados dos anos 1990 – podem ser verificadas nas teses sobre trabalho e trabalhadores da Primeira República defendidas no PPGHU que se valeram de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos que passamos a analisar na sequência⁵³⁴.

⁵³² Em outro artigo, a autora tratou mais detalhadamente dessa proposta. Cf. PETERSEN, Silvia R. F. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. *Anos 90*, n. 3, 1995.

⁵³³ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de BATALHA, Cláudio H. M. “Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário”. *Anos 90*, n. 8, 1997, p. 91-98.

⁵³⁴ Cinco outros trabalhos poderiam ser resenhados nesse agrupamento dedicado às teses que abordaram a temática trabalho/trabalhadores da Primeira República a partir de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos. Entretanto, por diferentes razões, optamos por não expô-los mais detidamente. O trabalho de FERRERAS, Norberto O. *No país da Cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Michael M. Hall), que se vale de *La economía “moral”, La sociedad inglesa, A formação* (volumes 1 e 2), *As peculiaridades dos ingleses e Economia moral revisitada*, é dedicado à história argentina. Por sua vez, não referenciam textos de Thompson ao longo do trabalho ou os citam de modo bastante marginal: as teses de RIBEIRO, Aureo E. M. *As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1997 (Orientador: Alcir Lenharo e Célia Maria Marinho Azevedo) [*A formação da classe operária inglesa*]; de ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientadora: Maria Stella Martins Bresciani) [*Tiempo*,

Defendida em 1996, a tese de Cristina Lopreato⁵³⁵ lista, em sua bibliografia, os três volumes da edição nacional de *A formação*. O objetivo do trabalho é investigar a Greve Geral de Julho de 1917, enfocando-a “em seu dia a dia, preparação e ato, batalha e drama”. Segundo a autora, ainda que a importância do movimento grevista que parou a cidade de São Paulo por três dias seja ressaltada em vários estudos, há poucas pesquisas sobre ele. Nessas, predominaria a tese do “espontaneísmo”, isto é, o entendimento de que o movimento não teria resultado de um plano, uma coordenação central de objetivos pré-definidos⁵³⁶. Tal visão, afirma Lopreato, derivaria de uma “arraigada concepção” que postula a necessidade de “uma direção, de um órgão diretivo, ou seja o partido” para que a classe operária se firme no cenário político-social⁵³⁷. Na contramão dessas proposições, a autora esclarece que sua pesquisa:

propõe-se a analisar o movimento grevista de 1917 como *efeito de um intenso trabalho conjunto de propaganda e de ação das correntes anarco-comunista e anarquista-sindicalista*, ou seja, um *entendimento e acomodação prévios* que viabilizaram, de forma inusitada na história do anarquismo no Brasil e do jovem movimento operário, a operacionalização política da ação direta, tanto pelas dimensões e alcance do movimento quanto pela forma de articulação dos anarquistas entre si.⁵³⁸

De acordo com Lopreato, a ênfase que atribuída à agência do operariado da Primeira República na configuração daquele que é visto como um dos mais significativos acontecimentos do período assentava-se em “um intenso trabalho de pesquisa, principalmente, em fontes primárias”⁵³⁹. Em apenas um trecho da tese, a autora buscou,

disciplina] e de VARGAS, João Tristan. *Ordem liberal e relações de trabalho na Primeira República*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1999 (Orientador: Adalberto Marson) [edição britânica de *The Making*]. Finalmente, o trabalho de SCHMIDT, Benito B. Schmidt [*O patriarca e o tribuno*: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)]. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Cláudio H. M. Batalha) mobiliza, explicitamente, Thompson de maneira secundária, mencionando-o (*A formação*) apenas uma vez, já na páginas finais da tese (p. 597), somente para reiterar uma proposição teórico-metodológica que, anteriormente (nas páginas iniciais do trabalho), sustentara, com detalhes, por meio de outros historiadores. Com efeito, as mais importantes opções de Schmidt foram construídas a partir de autores vinculados à micro-história e à historiografia francesa, destacando-se, a escola dos *Annales*.

⁵³⁵ LOPREATO, Christina S. R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1996 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

⁵³⁶ A autora aponta como principais representantes da interpretação “espontaneísta”: RODRIGUES, Leôncio M. *Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966 e FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Difel, 1976.

⁵³⁷ LOPREATO, Christina S. R. *O espírito da revolta*, p. 17.

⁵³⁸ LOPREATO, Christina S. R. *O espírito da revolta*, p. 18 (Grifos nossos).

⁵³⁹ As principais fontes da autora são os jornais operários e os da grande imprensa paulistana e carioca. Secundariamente, nota-se o uso de uma variada documentação composta por: anais das câmaras legislativas (estadual e federal); autos de processos; documentos diversos produzidos por órgãos públicos: regulamentos relativos às instalações fabris, relatórios sobre acidentes de trabalho e vistorias a fábricas; acórdãos de tribunais; documentação diplomática e o inédito “Auto defesa de Edgard Leuenroth, apresentado perante o Tribunal do Júri em 8 de março de 1918 (mimeo)”.

explicitamente, fundamentar teórico-metodologicamente suas proposições, lembrando que:

A crítica a essa corrente historiográfica [centrada na tese do espontaneísmo da Greve de 1917] foi feita por Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro [“Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle”, *Coleção Remate de Mates*, n° 5, 1985], que *privilegiaram em suas pesquisas as experiências de luta e de organização do operariado no processo de autoconstituição da classe. Questionaram os autores que viam a classe operária como imatura, apática e desprovida de consciência e fizeram avançar as discussões para além das fronteiras político-partidárias. Na perspectiva desses dois renomados pesquisadores do movimento operário no Brasil, a greve geral de 1917 aparece como um marco histórico no processo do fazer-se da classe operária brasileira.*⁵⁴⁰

Em que pese as ressonâncias thompsonianas de termos como “autoconstituição da classe” e “processo do fazer-se”, o mencionado texto de Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro não remete o leitor, como vimos no Capítulo 2 desta tese, a obras do historiador inglês, o mesmo se repetindo no trabalho de Lopreato. Tal ausência é, talvez, indício de que, em meados dos 1990, conceitos-chaves de E. P. Thompson (como “formação de classe”) tornaram-se tão correntes e difusos entre uma parcela de discentes e docentes do PPGHU que se tornava desnecessário expô-los mais detidamente. De qualquer modo, não é difícil encontrarmos, em *O espírito da revolta*, alguns dos elementos mais característicos de *A formação*. O primeiro deles é, exatamente, a recusa em se deter, de modo explícito, em longos debates teórico-metodológicos. O segundo é a opção por uma narrativa em que se destacam os valores, crenças e práticas dos subalternos, o que não exclui a consideração de fatores estruturais e conjunturais. É, nesse sentido, por exemplo, que a autora aponta a deterioração das condições de vida e de trabalho relacionada à Primeira Guerra Mundial (ampliação das jornadas, crescimento da contratação de menores e mulheres, desemprego, carestia, escassez etc.), mas não vê em tais fenômenos explicação suficiente para a Greve de 1917, optando por enfatizar os discursos e as organizações articulados pelos anarquistas⁵⁴¹. Vale destacar que a autora dedica amplo espaço ao tratamento da linguagem de que se valem tanto os militantes anarquistas quando seus adversários, isto é, os patrões e as autoridades estatais. Esse particular interesse de Lopreato pelo que poderíamos chamar de aspectos do “imaginário” parece ter sido estimulado pelos debates correntes no PPGHU, afinal, já nas primeiras páginas da tese, a autora agradece “aos colegas da linha de pesquisa ‘Jogos da Política’ da

⁵⁴⁰ LOPREATO, Christina S. R. *O espírito da revolta*, p. 17-18 (Grifos nossos).

⁵⁴¹ LOPREATO, Christina S. R. *O espírito da revolta*, p. 38-39 e 59.

UNICAMP, pelas discussões que me permitiram enxergar a política para além do campo racional”⁵⁴².

Situando seu trabalho na esteira dos estudos que, desde os anos 1980, vinham produzindo uma nova imagem sobre o operariado da Primeira República, Lopreato mobiliza o grande volume de pesquisas recentes sobre o anarquismo, especialmente aquelas que abordaram um militante ou jornal operário específico. Por sinal, o interesse por um objeto de análise mais reduzido (no caso, uma greve) está presente na própria tese de Lopreato. Como vimos, nas dissertações defendidas nos anos 1980 no PPGHU, tal ocorrência era incomum. Por outro lado, a autora aprofunda a investigação de diversidades internas da classe trabalhadora que, na produção da década anterior, estavam apenas esboçadas. Assim, ganha centralidade, em *O espírito da revolta*, a distinção entre “anarco-comunistas” e “anarquistas sindicalistas”⁵⁴³, as duas mais expressivas correntes anarquistas existentes entre os trabalhadores paulistanos nas primeiras décadas do século XX. Diferenças dessa natureza, contudo, não teriam sido obstáculos intransponíveis à ação coletiva, podendo ser superados por arranjos discursivos e institucionais, como teria provado a Greve de 1917.

Integrando o crescente campo de estudos sobre os trabalhadores rurais brasileiros⁵⁴⁴, temos a tese de Paulo Pinheiro Machado⁵⁴⁵. Defendida em 2001, ela arrola, em sua bibliografia, *Tradición, revuelta y consciencia de clase* e *Costumes em comum* e define como objetivo:

(...) a análise das origens sociais e da atuação política das lideranças sertanejas da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916. Esta região, uma fronteira agropecuária em expansão, foi alvo de um processo peculiar de apropriação dos solos, que resultou num perfil social heterogêneo e em distintos campos de exercício do poder local. As questões institucionais de disputas de limites entre os estados [Santa Catarina e Paraná] potencializaram a crise social local e aumentaram o impacto da ação da *Brazil Railway* e sua

⁵⁴² LOPREATO, Christina S. R. *O espírito da revolta*, p. v.

⁵⁴³ Grosso modo, os “anarquistas sindicalistas” entendiam o sindicato como o único meio para a realização da revolução social. Os “anarco-comunistas”, por sua vez, além de avaliarem ser necessária uma pluralidade de organizações e ações, criticavam o reformismo que estaria presente na concepção dos anarquistas sindicalistas. Ambas as correntes, contudo, se uniam na defesa da “estratégia da ação direta”, isto é, um “método de ação política baseado na livre iniciativa, na autonomia e na solidariedade” cuja principais modalidades eram a greve, a sabotagem e o boicote. Cf. LOPREATO, Christina S. R. *O espírito da revolta*, p. 1-17.

⁵⁴⁴ Cf. MOTTA, Márcia. “Movimentos rurais nos Oitocentos: uma história em reconstrução”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 16, 2001 e PEDROZA, Manoela. “O debate na historiografia marxista brasileira sobre os trabalhadores rurais no século XX”. *Tempos Históricos*, v. 7, 2005.

⁵⁴⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha).

subsidiária *Lumber and Colonization*. A tradição sertaneja, representada pela figura legendária de João Maria, é retomada com a atuação do monge José Maria. Após a morte deste, ocorreu um processo de reelaboração de sua memória e de criação e de um conjunto de instituições e práticas sociais e religiosas que passaram a vigorar nos Redutos: As “formas”, a organização do “Quadro Santo” e a formação dos “Pares de França” ou “Pares de São Sebastião”. É analisada a concepção sertaneja de Monarquia e a prática do “comunismo caboclo”. Uma segunda fase do movimento sertanejo, a partir de julho de 1914, buscou a expansão das novas relações sociais e religiosas ao entorno da região rebelada.⁵⁴⁶

Buscando confrontar pesquisas que, ao enfatizar os aspectos messiânicos e milenaristas da Guerra Sertaneja do Contestado⁵⁴⁷, entenderam-na como “revolta alienada”⁵⁴⁸ ou como decorrência de um estado de “anomia social”⁵⁴⁹, Machado mobiliza, na construção e investigação de seu objeto, um conjunto de autores que teriam oferecido contribuições fundamentais ao estudo de movimentos urbanos e rurais em sociedade pré-industriais: George Rudé, Eric Hobsbawm, Eric Wolf, Raymond Williams e Giovanni Levi⁵⁵⁰. Outro pesquisador que integraria esse grupo é E. P. Thompson, o qual, contudo, sendo poupado do tom crítico que recaiu sobre os três primeiros autores, é classificado por Machado como aquele que “parece aproximar-se mais da alma dos movimentos anteriores à industrialização”, visto que identificou “na oposição da população trabalhadora [inglesa do século XVIII] às inovações impostas pela modernização, uma atitude consciente de resistência material e cultural, mesmo quando esta atitude significava a revivescência de antigas relações paternalistas”⁵⁵¹.

Baseado em proposições teórico-metodológicas dos autores mencionados e em ampla e variada documentação⁵⁵², Machado sustenta que a Guerra Sertaneja do Contestado deve ser entendida como um movimento social cujas ações e discursos

⁵⁴⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. iii.

⁵⁴⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 6.

⁵⁴⁸ QUEIROZ, Maurício V. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁵⁴⁹ QUEIROZ, Maria Isaura P. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

⁵⁵⁰ RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991; HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976; HOBBSAWM, Eric J. “Movimentos pré-políticos em áreas periféricas”. In: O’DONNELL, Guillermo et all. *O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; HOBBSAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999; WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. 2.ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁵⁵¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 13. O autor, na passagem citada, não faz menção específica, remetendo o leitor a *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*.

⁵⁵² Processos judiciais; documentação diversa produzida por militares e outras forças de segurança que atuaram no conflito; livros de memórias; depoimentos; documentos variados de autoridade públicas estaduais, municipais e federais; registros diversos da *Brazil Lumber and Colonization*; legislação; jornais; inventários; correspondências etc.

revelaram concepções políticas da população pobre (os “de baixo”) e mesmo um projeto de sociedade, evidenciando o potencial político criador do campesinato. Nesse movimento político – que não poderia ser entendido por meio da simples polarização tradicional e moderno, uma vez que, desde fins do século XIX, os camponeses não estavam imunes ao processo de hegemonização das relações capitalistas –, os rebeldes desenvolveram uma linguagem própria (a da “Guerra Santa”) e um quadro organizativo que se difundiram e se mantiveram ao longo de quase todo o conflito. Ainda que o grupo rebelde fosse composto por diferentes segmentos sociais (posseiros e sitiantes expulsos de suas terras, comunidades negras e caboclas do planalto, ervateiros, trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, médios fazendeiros, antigas lideranças federalistas e opositores políticos de coronéis locais⁵⁵³), predominaram, na composição geral e na liderança do movimento, pessoas oriundas dos grupos subalternos daquela sociedade⁵⁵⁴. Desse modo, no conflito do Contestado, “episódio importante na história da luta de classes no Brasil”⁵⁵⁵, seria possível constatar que:

Paralelamente ao discurso religioso da “Guerra Santa” dos “pelados” [os rebeldes] contra os “peludos”, na defesa da “Monarquia Celeste” e da “Santa Religião”, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos “Coronéis” e dos estrangeiros. Estas duas faces do movimento do Contestado (a religiosa e a crítico-social) não foram excludentes, nem mesmo devemos separá-las para efeito didático.⁵⁵⁶

Na construção de importantes teses defendidas ao longo de seu trabalho, Machado vale de aportes teórico-metodológicos thompsonianos. Isso ocorre, por exemplo, na abordagem do paternalismo. Segundo o autor:

É difícil caracterizar a relação de subordinação entre os pecuaristas e seus peões e agregados. Denominações do tipo “relação patriarcal” dizem muito pouco sobre esta forma histórica de relação social. Thompson apropriadamente critica o emprego generalizado desse conceito, que pode ser aplicado a povos desde a antiguidade até o período contemporâneo, de praticamente todos os continentes [inserção da Nota 94].

Sem dúvida, estas relações sociais praticadas no planalto eram sentidas como *costumeiras e naturais* pelas pessoas. Como relações de produção, são experiências socialmente compartilhadas que poderiam possuir tanto aspectos de conformidade, como de rebeldia [inserção da Nota 95].

[Nota 94] “O termo (paternalismo) pouco nos diz sobre a natureza do poder e do Estado, sobre as formas de posse e de propriedade, sobre a ideologia e a cultura e é mesmo por demais ineficiente para distinguir entre modos de exploração, entre o trabalho escravo e o

⁵⁵³ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 4-5.

⁵⁵⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 228-229.

⁵⁵⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 17.

⁵⁵⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 5-6.

livre” ... “é uma descrição das relações sociais vistas de cima”. Thompson, Edward P. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichemberg, São Paulo: Cia. Das Letras. 1998, p. 29. [Nota 95] Thompson, E. P. *Op. Cit.* pp. 20, 21.⁵⁵⁷

Assim como o historiador inglês, Machado preocupa-se em historicizar o “paternalismo” (situando-o em um contexto específico) e em revesti-lo de ambiguidade dialética (destacando seus aspectos tanto de conformismo quanto de rebeldia). Desse modo, o autor aponta que, no planalto serrano catarinense (região que contava com fronteiras agrícolas em expansão), peões e agregados tinham, ao longo da segunda metade do século XIX, várias opções, podendo se tornar tropeiros, sitiantes e posseiros independentes, o que punha limites ao poder dos grandes fazendeiros locais. Tal quadro, por uma série de razões (especialmente, o crescimento da atividade de grilagem dos criadores sobre os lavradores e a atuação da *Brazil Railway* e da *Lumber Company*), começa a se transformar na passagem do século XIX para o XX, sendo possível verificar um “processo de perda de sua [dos subalternos] autonomia e crescente submissão frente ao poder local dos Coronéis e grandes fazendeiros”⁵⁵⁸, estabelecendo-se uma nova configuração das relações paternalistas que fomentava a insatisfação dos subalternos. Em outro trecho, combinando os conceitos de paternalismo e economia moral (ainda que não remetendo este a um texto thompsoniano específico), Machado afirma que:

Para o monge João Maria [liderança religiosa regional fundamental para a compreensão da Guerra Sertaneja do Contestado], caberia aos camaradas [peões e agregados] zelo, trabalho, respeito e cuidado em relação ao patrão, enquanto este deve cuidar do primeiro como um filho. Neste caso, o paternalismo guarda um significado como ponto de partida do exame desta forma de relação, uma relação que nunca existiu. As idéias atribuídas a João Maria significavam uma concepção do que deveria ser considerado como o tradicionalmente correto no trato entre as pessoas, como uma “economia moral”.

É importante ressaltar que os mandamentos do monge procuram recuperar um tipo de sociedade que as pessoas, naquela época, já não identificavam como parte de seu mundo real, ou seja, os patrões não agiam como pais e os camaradas, em contrapartida, não demonstravam zelo nem responsabilidade sobre seu trabalho, havia ódio e mentira entre os homens, existia uma consciência de que a avareza dominava as relações, justamente por isto os mandamentos eram difundidos como necessários a uma vida justa [inserção da Nota 97].

[Nota 97] Para Thompson, *Op. Cit.* [*Costumes em comum*], p. 30-31, o mito do paternalismo e do “calor humano” que ele traz, sempre recua na história, cada época atribui à geração anterior os bons tempos (...).⁵⁵⁹

Na passagem citada, mais do que a já bem conhecida afirmação thompsoniana de que reivindicações paternalistas no presente são, não raramente, reconstruções seletivas de um modelo que teria existido no passado, chama a atenção a compreensão que

⁵⁵⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 90-91.

⁵⁵⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 93-95.

⁵⁵⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 93 (Grifos nossos).

Machado tem do conceito de “economia moral”. Para o autor, esta seria “uma concepção do que deveria ser considerado como o tradicionalmente correto no trato entre as pessoas”. De certo modo, o conceito aparece aqui para designar algo como a moralidade de uma sociedade em sentido amplo, isto é, o conjunto de normas e valores que orientariam as relações interpessoais nos mais diversos âmbitos da vida social. Trata-se, como já vimos neste capítulo, de um uso do conceito muito mais alargado do que aquele que Thompson propõe em *Costumes em comum*. Vale acrescentar, também, que é um entendimento ainda mais dilatado do que a já expandida compreensão que encontramos em outras teses anteriormente analisadas, nas quais o conceito de economia moral é mobilizado para caracterizar quaisquer concepções e práticas socioculturais autônomas dos subalternos (especialmente, as derivadas de processos de reapropriação), servindo, à vezes, como uma espécie de substituto para termos como “cultura popular”⁵⁶⁰.

Ainda que não seja explicitamente indicada, é importante apontar uma última apropriação que Machado parece efetivar da obra de Thompson. Como já vimos, o autor, logo nas primeiras páginas da tese, remete o leitor a *Costumes em comum*, salientando que o historiador inglês apontou o caráter ambivalente dos movimentos sociais do século XVIII, que poderiam ser conservadores em suas formas e rebeldes em seu conteúdo. Em termos similares, Machado procura entender a exaltação da Monarquia feita pelos rebeldes. Segundo o autor, a “idéia de Monarquia já estava associada, por amplas camadas da população pobre do país, a uma defesa paternal dos pobres contra os poderosos”⁵⁶¹. Assim:

Para os sertanejos, a Monarquia é concebida como a Lei de Deus, é a forma divina de organização política do Estado. Colocava-se como um contraponto direto à República, identificada como a “Lei do Diabo” e com o poder dos Coronéis. *Neste contexto, um pensamento ligado à Monarquia não é um projeto reacionário, mas é, antes de mais nada, um projeto de autonomia frente às forças políticas e sociais dominantes.*⁵⁶²

⁵⁶⁰ Em um sentido mais próximo a esse, Machado afirma que: “Os sertanejos do Contestado não estavam recorrendo a uma concepção de vida baseada em uma ‘economia moral’, procurando resgatar relações sociais tradicionais anteriores.” Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 242.

⁵⁶¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 213.

⁵⁶² MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 216 (Grifos nossos). Vale destacar que, em outras passagens, sugerindo uma interpretação que aponta em outra direção, Machado enfatiza as novidades, inclusive formais, da “monarquia cabocla”, que nada teria de projeto restaurador e, a partir de certa altura, teria se tornado “um objetivo revolucionário para modificação de toda a sociedade”. Nas palavras do autor: “A ‘Monarquia cabocla’ não pode ser avaliada apenas como uma ação reativa aos desmandos promovidos pelos representantes da ordem vigente. Não se trata apenas de um movimento defensivo, vingador ou reativo de camponeses. Os ‘pelados’ construíram um projeto de sociedade e defendiam que deveria ser aplicado em todo o Brasil.” Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 242.

Partindo da “reconstrução do contexto político e social do movimento, o que implicou uma análise do povoamento e da organização política da região”⁵⁶³, passando pelo “levantamento e análise das questões institucionais envolvidas no conflito do Contestado”⁵⁶⁴ (disputas de limites entre Paraná e Santa Catarina, legislação e política estadual sobre terras, a nova orientação ultramontana do clero católico etc.) e chegando às práticas e concepções políticas, culturais e religiosas dos rebeldes ao longo de todo o conflito⁵⁶⁵, Machado construiu o que poderíamos chamar de interpretação *from bottom up* para a Guerra Sertaneja do Contestado. A “escassez de fontes sobre a atuação dos comandantes caboclos mais destacados da fase final da guerra”⁵⁶⁶ muito deve ter pesado para que o autor não produzisse uma narrativa repleta de citações diretas, não o impedindo, entretanto, de delinear as características do “projeto distinto e autônomo de sociedade”⁵⁶⁷ elaborado pelos caboclos rebeldes.

Com inovadoras proposições sobre o movimento operário da Primeira República, Edilene Toledo⁵⁶⁸ defendeu, em 2002, sua tese de doutorado. Na bibliografia utilizada pela autora, são arroladas as edições nacionais de *Costumes comum* e *A formação*, sendo apenas esta mobilizada, explicitamente, ao longo do trabalho⁵⁶⁹, o qual, afirma Toledo, tem como objetivo apresentar e analisar:

(...) o sindicalismo revolucionário, uma das correntes do variado panorama político do início do século XX, e a circulação das idéias e práticas deste movimento entre São Paulo e a Itália, país de origem da maior parte dos trabalhadores e militantes que atuavam no ambiente paulista do período. Esse movimento e essa circulação de idéias e práticas sindicais foram estudados na tese através da análise da trajetória de três militantes italianos que atuaram em São Paulo no início do século XX: Alceste De Ambris, Giulio Sorelli e Edmondo Rossoni, cujas vidas estiveram intimamente ligadas aos debates e experiências do sindicalismo revolucionário. O estudo das trajetórias desses líderes sindicais permitiram compreender também a importância da imigração na constituição do sindicalismo revolucionário como um

⁵⁶³ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 18-19.

⁵⁶⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 19.

⁵⁶⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 20.

⁵⁶⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 2.

⁵⁶⁷ “Este projeto autônomo [o “Quadro Santo”], implementado no 2º Taquaruçu, a partir de dezembro de 1913, baseou-se na concepção sertaneja de ‘Monarquia’, na negação do regime republicano dos Coronéis e reelaboração dos ensinamentos de João Maria, com a criação de algo efetivamente novo, as práticas sociais comunitárias, o ‘comunismo caboclo’.” Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo...*, p. 339-340.

⁵⁶⁸ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha).

⁵⁶⁹ Por outro lado, vale apontar que, apesar de não mencionar na bibliografia, a autora se vale, no texto, do ensaio E. P. Thompson. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1979.

movimento transnacional, bem como as relações dessa corrente com outras correntes políticas: o socialismo, o anarquismo e o fascismo.⁵⁷⁰

A tese principal de Toledo, firmemente assentada em largo conjunto de evidências⁵⁷¹, é que a experiência sindical em São Paulo, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foi “profundamente” influenciada pelo sindicalismo revolucionário, não podendo, desse modo, ser reduzida “à experiência anarquista ou ao conceito frequentemente usado do anarco-sindicalismo”. Nas palavras de Toledo: “o movimento operário [em São Paulo] foi em vários momentos muito mais sindicalista revolucionário que anarquista, e mais sindicalista que revolucionário”⁵⁷². Diferentemente dos socialistas, que viam o sindicato como espaço da luta econômica e reservavam ao partido o comando da prática política, e dos anarquistas, que descartavam o sindicato como âmbito de militância (por ser dominado pelo reformismo e por demandas exclusivistas) ou o viam somente como um lugar a mais para as tarefas de propaganda e educação⁵⁷³, o sindicalismo revolucionário:

(...) se constituiu num movimento internacional que tinha como base a defesa da luta de classes, da ação direta dos trabalhadores, da autonomia operária e da neutralidade política do sindicato. Esse projeto *sindicalista revolucionário* procurava conciliar a luta para obter melhorias para os trabalhadores a curto prazo com uma perspectiva a longo prazo da destruição do capitalismo e da instauração de uma sociedade nova, gerida pelos próprios trabalhadores. *O sindicato, para essa corrente, era o veículo tanto da luta econômica quotidiana quanto da luta política, pois ele seria a base da sociedade que se queria construir, ou seja, os trabalhadores reunidos nos sindicatos organizariam a futura sociedade.*⁵⁷⁴

Na construção e investigação de seu objeto de pesquisa, é notável o peso que Toledo confere a proposições teórico-metodológicas thompsonianas. Discutindo, por exemplo, os perigos de um trabalho em que tem grande destaque aspectos biográficos da trajetória de militantes, a autora pondera que:

O primeiro [risco] é o de construir uma imagem, a do inspirador, do porta-voz. Eles são humanos e por isso mesmo dão vida às nossas histórias. O outro perigo é o de usá-los como um exemplo que reitera uma análise já preconcebida, ao invés de concebê-los como *sujeitos de uma experiência capaz de iluminar a compreensão da história da qual fazem parte, porque a subjetividade dos personagens históricos e das classes não é obviamente um mero produto estrutural. Procurei levar em conta as subjetividades sem perder de vista, porém, o processo histórico.* Como afirmou Thompson, o estudo da história do movimento operário

⁵⁷⁰ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. iii.

⁵⁷¹ Na documentação empregada pela autora, destacam-se: fontes policiais; jornais; cartas; correspondência diplomática; processos de expulsão de estrangeiros; resoluções de congressos operários etc.

⁵⁷² TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. 1.

⁵⁷³ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. 400.

⁵⁷⁴ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. xi (Grifos nossos).

“é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos [inserção da Nota 3]”.

[Nota 3] E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987, p. 9.⁵⁷⁵

Vemos que, para apoiar sua defesa da importância dos estudos biográficos e da abordagem que lhe parece mais adequada a eles, Toledo remete o leitor a concepções thompsonianas sobre agência humana e condicionamentos no processo histórico, salientando a interação desses dois elementos na constituição de subjetividades⁵⁷⁶. Nesse sentido, afirma Toledo que “a subjetividade dos personagens históricos e das classes não é obviamente um mero produto estrutural”, assim, é preciso “concebê-los [os militantes operários] como sujeitos de uma experiência capaz de iluminar a compreensão da história da qual fazem parte”. Ao optar por uma abordagem marcadamente biográfica, que, ao seu ver, permitiria explorar, de modos novos, as relação entre história social e política⁵⁷⁷, Toledo somava-se a um grupo de pesquisas do PPGHU que, nos anos 1990, trilhara caminhos similares, rompendo com um certo distanciamento dos estudos biográficos que prevalecera na produção discente dos anos 1980. Os novos trabalhos não eram, de modo algum, uma retomada das “hagiografias” de militantes do movimento operário que *The Making* contribuía para sepultar, a partir de meados dos anos 1960, no mundo anglo-saxônico. Pelo contrário, mantendo afinidades com a nova história política, que ganhava terreno desde fins dos anos 1980, os novos estudos que valorizavam elementos das abordagens biográficas buscavam sempre pensar a ação dos sujeitos em complexos contextos econômicos, culturais, sociais etc. Além do interesse renovado pelas lideranças dos subalternos, Toledo, mais uma vez se afastando de uma tendência da produção discente do PPGHU dos anos 1980, enfatiza a importância dos estudos sobre as instituições (especialmente, os sindicatos) da classe trabalhadora e as disputas doutrinárias em seu interior. Para defender tal proposição, a autora, novamente recorrendo a Thompson, afirma que:

⁵⁷⁵ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. xv-xvi (Grifos nossos).

⁵⁷⁶ Na fundamentação dos ganhos que poderiam advir da adoção de elementos de uma abordagem biográfica, Toledo mobiliza, também, um texto do “micro-historiador” italiano Giovanni Levi (“Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo, Unesp, 1992) para afirmar que: “De certa forma, é também a chamada micro-história que inspirou as escolhas desse trabalho, pois ela tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, acentuando as vidas e os acontecimentos individuais. Ao mesmo tempo, porém, ela tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois considera que fatos aparentemente insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.” Cf. TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. xvii.

⁵⁷⁷ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. xiv.

Não pretendi aqui fazer uma história das idéias ou uma história só de militantes. É claro que não podemos escrever a história das classes trabalhadoras simplesmente em termos de suas organizações de classe. Mas o leitor encontrará aqui, além de idéias políticas e história de militantes, também parte da história dos trabalhadores da Itália e do Brasil (...).

Mas como as idéias também têm história e fazem história, não entendo porque não deveríamos estudá-las, mesmo porque as idéias não estão dissociadas dos agentes sociais que as criam e defendem. Por outro lado, *se aprendemos com Thompson que a classe é uma formação tanto econômica quanto política e cultural, não existe classe sem consciência de classe, então onde encontrar a classe trabalhadora senão nos seus sindicatos e suas organizações políticas?*⁵⁷⁸

Finalmente, é por meio do ensaio *La sociedad inglesa* que Toledo retoma as concepções de E. P. Thompson sobre classe como processo e relação, salientando suas observações de que as classes devem ser “consideradas formações históricas que não aparecem só nos modos prescritos como teoricamente adequados”, o que implicava duras críticas à noção de “falsa consciência”. Desse modo, sintetiza Toledo:

Thompson critica portanto a idéia de classe estabelecida através do lugar no processo produtivo. Para ele, a constituição de uma classe trabalhadora é tanto um fato de história econômica, quanto um fato de história política e cultural. Ele enfatiza que as experiências materiais dos trabalhadores são apreendidas segundo modelos interpretativos que se vinculam às suas próprias tradições políticas e culturais. É claro que esses valores e tradições são mutáveis e o seu peso pode variar consideravelmente de um movimento para o outro.⁵⁷⁹

Sendo coerente com tais proposições thompsonianas, Toledo não classifica, por exemplo, como “falsa” a consciência de sindicalistas revolucionários italianos que aderiram ao fascismo, optando por investigar as experiências e tradições políticas e culturais que os levaram a se engajar na construção do regime comandado por Mussolini. Abordando, por exemplo, o caso de Edmondo Rossoni, ex-sindicalista revolucionário que se tornaria “grande líder do sindicalismo fascista”, Toledo aponta como elemento crucial para a adesão do militante ao regime de Mussolini, a centralidade que o nacionalismo radical passou a ter em seu pensamento após a experiência de atuar politicamente por vários anos nos EUA e constatar que os imigrantes italianos eram tratados com desprezo tanto pelos capitalistas como pelos outros trabalhadores⁵⁸⁰.

Ainda que transite por caminhos abertos por Thompson, Toledo se lança, também, em direções que o historiador inglês pouco ou nada explorou, sendo, inclusive, atacado

⁵⁷⁸ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. xvi-xvii (Grifos nossos).

⁵⁷⁹ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. 38-39.

⁵⁸⁰ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. 364-365. Após discutir a adesão de sindicalistas revolucionários ao fascismo, a autora conclui que: “(...) todo esse quadro que procurei reconstituir do sindicalismo fascista teve por objetivo demonstrar que ele tem pouco a ver com a tradição sindicalista que tinha surgido dos trabalhadores e das formulações de Sorel, enfim com o sindicalismo revolucionário.” Cf. TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. 379-380.

por seus críticos em razão de tais ausências. Nesse sentido, vale destacar que, diferentemente do que ocorre em *A formação*, onde muitos analistas apontam a primazia do recorte nacional na análise, o trabalho de Toledo, que nem mesmo alude à mencionada crítica ao clássico thompsoniano, toma como um de seus principais objetivos a caracterização do sindicalismo revolucionário como um fenômeno “transnacional”, constituído a partir da grande mobilidade geográfica (pela Europa, Estados Unidos e América do Sul) dos militantes do período. Assim, enfatizando aspectos transnacionais do processo de formação de classe, Toledo afirma que “as lutas dos trabalhadores em cada país passaram a exercer uma influência não irrelevante sobre o comportamento dos trabalhadores de outros países”⁵⁸¹. Para a autora, portanto, somente quando abordadas “transnacionalmente”, importantes inflexões nos movimentos operários podem ser adequadamente compreendidas, afinal, como constatou em sua pesquisa: “a circulação de idéias e práticas políticas no contexto da imigração era uma via de mão dupla, ou seja, os imigrantes italianos traziam e levavam experiências políticas e de organização do Brasil”⁵⁸².

Trabalho que caminha por questões similares às colocadas por Toledo, é a pesquisa de Luigi Biondi, concluída em 2002. Na tese, que investiga os trabalhadores italianos da cidade de São Paulo no período 1890-1920⁵⁸³, constam, na bibliografia listada pelo autor, as edições brasileiras de *A formação* e *Costumes em Comum* e a tradução italiana de uma entrevista concedida, no começo dos anos 1990, por Thompson na qual ele trata de diversos aspectos de sua vida e obra⁵⁸⁴. Com esse último texto, Biondi tomava parte na tendência, que ganhou força, ao longo dos anos 1990, entre os discentes do PPGHU, de ampliação das leituras que oferecessem mais informações sobre o historiador inglês e o contexto de produção de seus escritos, incluindo nisso os debates políticos, historiográficos e teóricos em que eles se inseriam. Aos textos mencionados, Biondi acrescentava um grande volume de livros e artigos em que se destacavam aqueles relativos à imigração e ao associativismo italianos em diversas partes do mundo, especialmente nas Américas. Segundo Biondi, sua pesquisa:

⁵⁸¹ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. 4.

⁵⁸² TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário...*, p. 188.

⁵⁸³ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Michael M. Hall).

⁵⁸⁴ CORFIELD, Penelope. “Entrevista a E. P. Thompson”, *Quaderni Storici*, XXXI, n. 2, 1996.

(...) estudou os processos de organização dos trabalhadores italianos em São Paulo a partir do início da imigração de massa para o Brasil (1887-1892) até chegar às vésperas da década de 1920 (lembramos que eles constituíam de 70 a 90% da força de trabalho em São Paulo), focalizando aspectos que até hoje ainda não tinham sido destacados suficientemente pela historiografia sobre o movimento operário paulista durante a Primeira República.⁵⁸⁵

E quais seriam os aspectos insuficientemente tratados pela historiografia e que Biondi enfatiza em seu trabalho? Desviando-se do recorrente foco sobre os anarquistas, o autor centrou sua atenção nos republicanos e, fundamentalmente, nos socialistas italianos. Além disso, sem ignorar os sindicatos, estendeu seu olhar a diversas outras modalidades de associativismo dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo: círculos políticos, grêmios recreativos, cooperativas de produção/consumo, grupos de bairro e, principalmente, sociedades de socorro mútuo (quase sempre organizadas em bases étnicas). Tendo partido desse recorte, Biondi conclui que:

O resultado mais importante deste trabalho é a possibilidade de ver, então, como o mundo associativo dos trabalhadores italianos em São Paulo durante a Primeira República era muito mais complexo e articulado do que parecia e que os socialistas italianos desempenharam um papel tão importante (muitas vezes superior) ao dos anarquistas, exatamente por esta maior capacidade de circular entre diferentes tipos de associações étnicas e de classe.⁵⁸⁶

Biondi sustenta, portanto, a tese de que a ideia do “predomínio do anarquismo sobre outros tipos de grupos políticos entre os trabalhadores paulistanos da época (e sobretudo entre os italianos) tem de ser então descartada, e o aporte do movimento anarquista evidentemente tem de ser reduzido”⁵⁸⁷. Nesse sentido, por exemplo, em relação ao sindicalismo, entre 1898 e 1903, foram os socialistas que “lideraram o surgimento e a organização das ligas de resistência e todo tipo de ação sindical”. Desse modo, um “imaginário operário, socialista e italiano predominou literalmente naqueles anos no mundo organizativo paulistano”⁵⁸⁸. Os militantes socialistas teriam sido fundamentais, também, para conectar, em diversas ocasiões (mas, particularmente, nas greves) sindicatos e sociedades mutualistas italianas, as quais tiveram um papel que, frequentemente, superava suas funções assistencialistas/beneficentes, sendo que, em alguns casos, associações de socorro mútuo transformaram-se nas primeiras organizações sindicais de certos ofícios⁵⁸⁹.

⁵⁸⁵ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 413.

⁵⁸⁶ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 414.

⁵⁸⁷ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 414.

⁵⁸⁸ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 417.

⁵⁸⁹ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 25 e 421-422.

Mesmo depois de 1904-1905, quando os sindicalistas revolucionários predominaram nos meios sindicais, os socialistas continuaram a manter uma multifacetada atuação em diferentes associações de trabalhadores italianos, desempenhando relevante papel, por exemplo, na greve geral paulista de 1917, a qual não deveria ser, segundo Biondi, interpretada na chave “espontaneísta”, uma vez que fora precedida de importante processo de reorganização de associações operárias. Por sinal, Biondi acrescenta, de modo original, à análise da greve de 1917, o viés da etnicidade, o que lhe permite evidenciar os distintos significados que a guerra assumia para operários e empresários da comunidade ítalo-paulistana⁵⁹⁰.

Confrontando outra tese, muitas vezes repetida, sobre o movimento sindical da Primeira República (a de que ele seria exclusivamente dominado por trabalhadores especializados, homens e adultos), Biondi afirma que uma “análise mais aprofundada deste período” revelava a presença nada desprezível de trabalhadores não (ou pouco) especializados e de mulheres⁵⁹¹. Proposição que, igualmente, não se sustentaria era a de que os conflitos étnicos internos teriam colocado obstáculos quase intransponíveis à atuação das organizações dos trabalhadores. Pelo contrário, a “presença dos imigrantes italianos no mundo do trabalho urbano paulista era tão majoritária que nenhum conflito étnico podia levar à paralisação das organizações”, nem mesmo aparecendo “abertamente conflitos regionais entre italianos, como talvez estivéssemos acostumados a pensar”⁵⁹². Se a predominância de italianos “facilitou o processo de organização”, ela também colocou barreiras, especialmente à atuação dos socialistas. Por um lado, dificultou a atração de brasileiros. Por outro, inviabilizou o crescimento dos socialistas nos processos eleitorais (locais e estaduais), uma vez que, por uma série de fatores, boa parte dos italianos hesitava em pedir a naturalização⁵⁹³.

Além da etnicidade, outro elemento que perpassa e estrutura toda a análise de Biondi é a ênfase na “experiência da circulação de idéias e práticas político-sindicais que o mundo da emigração/imigração italiana tinha proporcionado durante o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX”⁵⁹⁴. Nesse sentido, a análise da atuação dos socialistas italianos na cidade de São Paulo ofereceu numerosas evidências sobre o mencionado fenômeno. Fundado em 1902, o partido socialista brasileiro, por exemplo,

⁵⁹⁰ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 420-421.

⁵⁹¹ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 418.

⁵⁹² BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 423-424.

⁵⁹³ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 425-426.

⁵⁹⁴ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 408.

era, de fato, uma federação, no Brasil, do Partido Socialista Italiano⁵⁹⁵, o qual, mais de uma vez, enviou para São Paulo militantes com larga experiência organizativa (na Itália ou em outras comunidades italianas no exterior) para auxiliar seus companheiros que atuavam em terras brasileiras⁵⁹⁶. Estabelecia-se, assim, um fluxo de concepções e práticas relativas a formas de organização, de atuação política etc. que poderia assumir direções e sentidos diversos.

Ao longo de toda a tese, Biondi menciona Thompson apenas uma vez e não remete o leitor a nenhuma obra em particular. O historiador inglês é lembrado para embasar a tese de que a aproximação, no trabalho, entre operários e pequenos empresários nas pequenas e médias oficinas fomentava a existência de relações paternalistas, mas isso não significava que, necessariamente, haveria “uma adequação dos pedidos dos trabalhadores às vontades ou exigências dos patrões”⁵⁹⁷. Em que pese a escassez de menções ao historiador inglês, é possível ver a pesquisa de Biondi como um estudo sobre formação de classe que ressalta a experiência e a agência dos trabalhadores. Aparentemente, entre certos discentes do PPGHU de fins dos anos 1990 e começos dos anos 2000, alguns elementos da concepção thompsoniana já eram tomados como consensuais, não sendo necessário explicitá-los e confrontá-los com aqueles que seriam característicos de outras abordagens distintas (e, eventualmente, antagônicas), como vimos, diversas vezes, na produção discente dos anos 1980.

Em uma narrativa repleta de citações diretas extraídas de vasta documentação⁵⁹⁸, Biondi oferece ao leitor uma espécie de nova abordagem para a história institucional dos trabalhadores italianos em São Paulo. Mesmo não discutindo, explicitamente, essa “novidade”, Biondi incorporou críticas historiográficas dos anos 1980. Assim, não toma os militantes pela classe (ou, em outros termos, não identifica a história do movimento operário com a história operária), optando, sempre, por problematizar as complexas relações que poderiam se estabelecer entre esses polos. Igualmente, mostra-se atento a elementos como etnicidade, gênero, multiplicidade de identidades, práticas culturais e

⁵⁹⁵ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 425.

⁵⁹⁶ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 22-23.

⁵⁹⁷ BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas...*, p. 270-271.

⁵⁹⁸ Jornais editados, no Brasil e na Itália, de associações de trabalhadores, da grande imprensa e de agrupamentos militantes de diversas tendências políticas (republicanos, socialistas etc.); livros e folhetos escritos por militantes; variada documentação produzida por órgãos estatais e patronais; processos judiciais (geralmente, relativos à expulsão de italianos); documentação produzida ou apreendida pelas polícias brasileira e italiana (geralmente, dossiês sobre militantes socialistas ou associações de trabalhadores); documentação diplomática (especialmente, italiana); estatutos de associações de trabalhadores; dados estatísticos produzidos por órgãos do Estado; atas de reuniões e outros documentos de associações de trabalhadores; documentação epistolar de militantes socialistas.

singularidade de trajetórias individuais. Alguns desses aspectos estão presente em *The Making*, onde Thompson trata da pluralidade de formas e espaços da prática política e confere grande destaque às instituições e a aspectos biográficos dos militantes das mesmas. Lembremos, por exemplo, que o livro se inicia com a *Sociedade Londrina de Correspondência* e um de seus diligentes organizadores, Thomas Hardy. Por outro lado, Biondi está claramente empenhado em salientar dois fatores que, segundo críticos, não foram devidamente considerados por Thompson em *A formação*: 1) o componente étnico; 2) a circulação transnacional de ideias e práticas político-sindicais. Biondi, entretanto, não aponta essas alegadas insuficiências *The Making*⁵⁹⁹.

Finalmente, vale ressaltar que o renovado interesse pela institucionalidade presente na tese de Biondi acentua uma significativa distinção em relação à produção discente dos anos 1980 do PPGHU. Ainda que não fossem indiferentes à história institucional das organizações operárias (mesmo porque parte da documentação que utilizavam tinha sido por elas produzida), os trabalhos discentes dos anos 1980 estavam mais interessados em encontrar a política em outros “lugares”. Para fundamentar essa busca, recorriam, frequentemente, a Foucault e Castoriadis, autores nem mesmo listados na bibliografia de Biondi.

Fechando o bloco das teses sobre trabalho e trabalhadores na Primeira República, temos a pesquisa de Álvaro Pereira do Nascimento⁶⁰⁰. Defendida em 2002, a tese lista, em sua bibliografia, *Tradición, revuelta y consciencia de clase* e a edição nacional de *Senhores e Caçadores*. Centrado na revolta dos marinheiros de 1910 (frequentemente, chamada de “Revolta da Chibata”), o trabalho sustenta que ela:

(...) não foi a primeira nem a última a exigir melhores condições de trabalho na Marinha de Guerra. Mas alcançou maior notoriedade por exigir a extinção do castigo corporal e ameaçar a capital federal da República de bombardeio caso suas reclamações não fossem atendidas. *Longe, porém, de entendê-la como uma reação às punições praticadas a bordo, decidimos vasculhar o passado das relações entre marinheiros e oficiais e resgatar os significados que o próprio castigo físico assumia para esses homens*. Enfim, queríamos saber a razão de o castigo permanecer na Marinha de Guerra até o ano de 1910.

(...) Em nossas pesquisas *encontramos conflitos que revelavam o choque de valores e costumes entre marinheiros e oficiais nas diversas atividades diárias das embarcações assim como nos momentos em que pisavam em terra firme*. Desta forma, também encontramos os primeiros sinais de *racismo e homossexualismo* nas guarnições, e de *como estes fatores*

⁵⁹⁹ O autor não trata, explicitamente, do conceito de etnicidade ao longo da tese. No que diz respeito às relações entre identidade nacional e de classe, Biondi remete o leitor a HOBBSAWM, Eric J. “Qual é o país dos trabalhadores?”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁶⁰⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientadora: Silvia Hunold Lara).

*poderiam torná-los diferente aos olhos dos demais, gerando violências, desigualdades e prejuízos na carreira.*⁶⁰¹

Na formulação e investigação das proposições mencionadas, Thompson é referência teórico-metodológica central para Nascimento⁶⁰². Assim, logo nas primeiras páginas, o autor apoia-se no artigo *La economia “moral”* para afirmar que a revolta de 1910 não deveria ser vista como reação “espasmódica” aos castigos corporais⁶⁰³. Pelo contrário, à maneira dos motins de subsistência estudados pelo historiador inglês, ela teria sido uma ação planejada e organizada informada por valores e costumes específicos dos marinheiros forjados, em um processo histórico, a partir do compartilhamento de um conjunto de experiências. Nesse sentido, os crescentes antagonismos entre marinheiros e oficiais (incluindo os distintos e conflitantes significados do castigo corporal) somente poderiam ser adequadamente compreendidos no contexto das transformações que ganharam força no fim da Monarquia e da escravidão e se aceleraram com a implantação da República.

No período imperial, para o qual não foram encontrados registros de revoltas de marinheiros, a existência do castigo físico teria permanecido incontestada por oficiais e marinheiros. Parte dos primeiros, influenciados por novas ideologias europeias (de civilização, de cosmopolitismo, de ilustração, de desenvolvimento científico e tecnológico etc.) e pelos movimentos abolicionista e republicano, buscaram, nas últimas décadas do século XIX, combater os excessos na aplicação dos castigos físicos e, até mesmo, considerar sua eliminação (ainda que não imediata)⁶⁰⁴. Entretanto, a posição generalizada entre os oficiais era que os castigos físicos eram indispensáveis à manutenção do respeito à hierarquia e à disciplina por parte marinheiros, uma vez que estes, em sua maioria, eram recrutados contra sua vontade. Não apenas tal caráter involuntário demandaria o uso da força física, mas também os costumes relacionados à origem social (menores abandonados, pessoas acusadas de mendigagem, vadiagem, embriaguez e outros crimes) e à raça (negros e mestiços) de grande parte dos recrutas. Tais homens só reconheceriam a autoridade por meio da chibata. Frequentemente, na aplicação dos castigos físicos – ato central para a garantia da dominação e, por isso,

⁶⁰¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. iii (Grifos nossos).

⁶⁰² De certo modo, isso já é sugerido no próprio subtítulo da tese por meio do termo “experiência”, o qual, apesar de ser diversas vezes utilizado ao longo do trabalho, não é discutido a partir do historiador inglês ou outro autor.

⁶⁰³ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 1.

⁶⁰⁴ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 137-138 e 151-153.

realizada diante dos demais marinheiros –, “os oficiais abandonavam a letra-da-lei e se baseavam na capacidade física do indivíduo resistir ao castigo: um castigo de chibata no qual o marinheiro não perdesse uma gota de sangue e não fornecesse ao público do ‘ato de amostra’ um grito de desespero, seria, para os oficiais comandantes, o mesmo que uma lição mal dada”⁶⁰⁵.

Entre os marinheiros, o castigo físico teria significados diferentes. Podia ser “uma terrível sentença e um algoz desumano”. Para os mais violentos, ele “podia ser uma prova de que eram valentes e destemidos, afastando possíveis adversários. Para os mais jovens e inexperientes, o castigo e os oficiais representavam alguma proteção e segurança contra indivíduos que os tentassem violentá-los sexualmente ou mesmo admoestá-los em situações diversas”⁶⁰⁶. Em que pese essas distintas concepções, o castigo físico, como já dito, permaneceu inquestionado por marinheiros durante o período imperial, quadro modificado apenas com o advento da República.

Uma das primeiras medidas do novo regime iniciado em 1889 foi a abolição dos castigos corporais para os marinheiros, o que pode ser entendido como forma de obter o apoio destes à República. Entretanto, sob pressão dos oficiais, o governo rapidamente voltou atrás, não apenas restabelecendo o castigo físico (ainda que reforçando a orientação de lhe impor limites), mas o inserindo em um novo instrumento disciplinar (a Companhia Correccional)⁶⁰⁷. Este autorizava, também, uma série de medidas de restrição de liberdade e outras, como a redução dos vencimentos e a perda das gratificações para punir as faltas dos marinheiros. Além disso, ainda em 1890, o governo republicano criou o novo Corpo de Marinheiros Nacionais, regulamento que, entre outras coisas, estabelecia que o comportamento (assim como a alfabetização) se tornariam critérios fundamentais para a ascensão na carreira⁶⁰⁸. Os oficiais passaram a dispor dos novos instrumentos e não abandonaram os castigos físicos, inclusive mantendo os excessos que há tempos praticavam. Desse modo, não foi rara entre os marinheiros a percepção de estavam sendo

⁶⁰⁵ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 148. O autor, nesse ponto, retoma a posição de sua orientadora sobre o castigo “medido, justo, corretivo, educativo, moderado e exemplar”. Cf. LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶⁰⁶ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 195.

⁶⁰⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 155.

⁶⁰⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 203 e 238. Para o autor (p. 157), com a Companhia Correccional, o castigo deixava de incidir apenas sobre o corpo do indivíduo e começava a agir, também, sobre a liberdade. Tal movimento corresponderia, de certo modo, às mudanças nos sistemas penais europeus analisadas por Michel Foucault em *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

duplamente punidos⁶⁰⁹, o que fomentou já em 1893, uma revolta de marinheiros em Porto Alegre⁶¹⁰. Em 1910, com “a chegada de novas embarcações e o aumento do serviço para uma quantidade insuficiente de homens”:

(...) as punições se tornaram mais freqüentes e também mais injustas. A ordem militar a bordo novamente havia mudado, e os marinheiros (...) não sabiam mais lidar com ela, pois os parâmetros estavam sendo modificados com a nova rotina de serviços. Porém, independentemente de todo esse quadro, a lei permitia que os oficiais continuassem a corrigir os erros através dos instrumentos que mais confiavam: o castigo corporal.⁶¹¹

Para os marinheiros sublevados, em 1910, estava em curso uma quebra de suas expectativas em relação às regras e práticas disciplinares, fomentando o sentimento de injustiça e legitimando sua insubordinação. Assim, quando se sublevaram:

Os amotinados exigiam a exclusão dos oficiais “incompetentes”, a reforma do código penal e disciplinar da Armada (a fim de extinguir os castigos corporais), o aumento dos vencimentos (...), a “educação” necessária aos marinheiros “incompetentes” e fazer vigorar uma nova “tabela de serviços” para todos os marinheiros. Estas reivindicações objetivavam mudanças profundas na Marinha de Guerra, e foram formuladas por indivíduos pobres, integrantes das classes mais baixas da hierarquia militar, na maioria — como veremos — negros e analfabetos, que explicitaram o seu próprio ponto de vista sobre as deficiências na Marinha de Guerra. Os amotinados revelaram ainda uma insatisfação com a República. Pois, no decorrer das duas primeiras décadas do novo regime, os sucessivos governos não haviam sido capazes de tratá-los como “cidadãos fardados” e “republicanos” e, por isso, não suportavam mais “a escravidão na Marinha Brasileira”, exigindo, assim, “os direitos sagrados que as leis da República nos faculta”. Assim sendo, resolveram romper “o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo”. Sem sombra de dúvida, eram reivindicações e posições políticas claras e objetivas revelando um nível de consciência muito bem alicerçado frente aos governos republicanos e à própria realidade das relações de trabalho na Marinha de Guerra.⁶¹²

Considerando o projeto dos marinheiros para a reforma da Marinha de Guerra, Nascimento conclui, em termos nitidamente thompsonianos (relativos às concepções de classe e formação de classe), ainda que sem menções ao historiador inglês, que:

Sem sombra de dúvida, naquele momento histórico [a revolta de 1910] os marinheiros se fizeram grupo, quando sentiram e articularam a identidade de seus interesses entre si, devido à convivência de experiências comuns partilhadas em navios e quartéis da Marinha de Guerra, partindo então contra os oficiais cujos interesses e costumes diferiam e se opunham diariamente na rotina do serviço militar. A consciência dos marinheiros no que toca à relação com os oficiais fizera-se nova, outros valores começaram a ser defendidos; eles agora eram uma força que tirava o sono do oficialato.⁶¹³

⁶⁰⁹ “A manutenção do castigo corporal lado a lado com penas de reclusão e outras da Correccional gerava uma extrema confusão em marinheiros (...) Uma parte dos marinheiros, contudo, não aceitou essa situação e começou a reclamar do que estava ocorrendo.” Cf. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 206.

⁶¹⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 217.

⁶¹¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 233.

⁶¹² NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 21.

⁶¹³ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 40.

Vale acrescentar, também, que, na formulação de tais conclusões, foi decisiva, na pesquisa de Nascimento, a mobilização, mais uma vez sem explicitar, das concepções thompsonianas sobre a lei e o direito presentes, por exemplo, em *Senhores e Calçadores*. Nesse sentido, Nascimento afirma que “se ficasse restrito à análise destes corpos de lei [regulamentos, códigos etc.] não entenderia como eles eram interpretados e aplicados pelos comandantes das unidades militares”⁶¹⁴, sendo “esta incursão no cotidiano dos conflitos entre marinheiros e oficiais, assim como a observação de seus respectivos costumes e valores, [aquilo que] permite ir além do que está expresso nos códigos militares”⁶¹⁵.

Ancorado em inédito e extenso conjunto de fontes⁶¹⁶, em sua produção de uma pesquisa/narrativa *from bottom up*, Nascimento não hesitou em tratar das diferenças (cor, comportamento disciplinar, “opção sexual” etc.) que delimitavam fronteiras entre os próprios subalternos. Igualmente, não ignorou as disputas dos “de cima”, as quais os “de baixo” consideravam em suas tomadas de decisão⁶¹⁷.

Finalmente, avalia Nascimento que, mesmo os amotinados não tendo sido beneficiados com suas conquistas, a revolta dos marinheiros de 1910 foi vitoriosa. Ainda que somente em 1923 novos códigos disciplinares tenham sido aprovados, desde o levante, as autoridades militares e públicas começaram a rever suas posições e a ver que não eram intocáveis⁶¹⁸: “os marinheiros participaram politicamente das mudanças na Marinha de Guerra para alcançar seus direitos”⁶¹⁹.

3.7.1. *Reunindo fragmentos III*

Nas teses analisadas no bloco “Trabalho e trabalhadores da Primeira República”, reencontramos algumas das frequentes características das apropriações das obras de Thompson em produções discentes do PPGHU apontadas, anteriormente, neste capítulo. Utilizada em larga escala e desempenhando considerável papel explicativo, a categoria “experiência” não recebe qualquer tratamento mais detido e, quase sempre, nem mesmo

⁶¹⁴ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 140.

⁶¹⁵ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 179.

⁶¹⁶ As mais utilizadas foram: processos-crime, ofícios de autoridades militares e policiais, relatórios ministeriais, imprensa, memórias e romances.

⁶¹⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 2-3.

⁶¹⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 241.

⁶¹⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto*, p. 243.

uma nota de rodapé. Em Pinheiro e Nascimento, deparamo-nos, novamente, com usos (às vezes implícitos) da noção de “economia moral” que em muito extrapolam os empregos que o próprio Thompson admite para o termo. Em todas as teses, o processo de formação de classe é caracterizado como fenômeno contingente, instável e internamente conflituoso, ganhando espaço a ideia de múltiplas identidades e seus variáveis e complexos imbricamentos. No que tange à forma de escrita, vemos que a “narrativa sincrônica cerrada entre as fontes”⁶²⁰, elemento marcante em textos thompsonianos, encontrava crescente número de praticantes, o que, como já dissemos, parece estar associado com a maior frequência, nos anos 1990, da leitura de *A formação*, em virtude da publicação da edição brasileira da obra em fins da década anterior. Vale acrescentar que, assim como no clássico do historiador inglês, alguns discentes, como Nascimento e, em especial, Lopreato e Biondi, evitaram debates teórico-metodológicos abertos, sendo bastante parcimoniosos na explicitação dos referenciais que informavam suas pesquisas, atitude bastante incomum entre os trabalhos discentes dos anos 1980 analisados no Capítulo 2 desta tese. Isso não significa, entretanto, que houvesse, na produção discente analisada neste capítulo, alguma aversão a reflexões teórico-metodológicas, como se pode constatar, por exemplo, pelos diversos textos dessa natureza que são arrolados nas bibliografias da maioria das teses. O que havia, em diversos casos, era uma recusa em enfrentar certos debates em termos aberta e exclusivamente teóricos, optando-se, assim como Thompson, em *A formação*, por incorporá-los à narrativa por meio de uma argumentação largamente baseada na citação direta de fontes. Nesse aspecto, um contraste mais intenso entre recorrentes características de produções historiográficas brasileiras dos anos 1970 e 1990 salta aos olhos. Se, naquela década, consistentes pesquisas empíricas poderiam redundar em uma escrita historiográfica em que se sobressaíam categorias lógico-formais e suas articulações⁶²¹, no último decênio, complexos debates teórico-metodológicos poderiam assumir a forma de narrativas repletas de citações diretas de fontes (criteriosamente selecionadas, analisadas e combinadas). Outro aspecto frequente nas apropriações discentes da obra de Thompson analisadas neste capítulo e que se repete nas teses investigadas neste bloco é a maneira de

⁶²⁰ Como foi caracterizada a escrita thompsoniana por RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica* – as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese (Doutorado). Assis: FCL-Unesp, 2014, p. 258.

⁶²¹ Cf., por exemplo, os comentários de Silvia Lara sobre o clássico de NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: CEBRAP, 1974 em LARA, Silvia H. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”. *LPH – Revista de História*, v. 3, n. 1, 1992, p. 236.

lidar com críticos do historiador inglês. Ainda que eles raramente sejam mencionados, significativos problemas que apontaram são admitidos, incorporados e respondidos por discentes em seus trabalhos. Nascimento, por exemplo, agregou a dimensão racial como elemento de destaque em suas reflexões. Biondi, por sua vez, fez o mesmo com etnia e, secundariamente, gênero. Já Toledo – e o próprio Biondi – colocaram fluxos transnacionais no centro de sua análise do processo de formação de classe. É difícil apontar as razões que levaram diversos discentes do PPGHU a não explicitar e/ou discutir mais detidamente, em suas teses, críticas que a obra thompsoniana e a historiografia nela inspirada vinham sofrendo. Entretanto, parece-nos que duas hipóteses são razoáveis. A primeira, bastante óbvia, é que tais discentes, na medida em que continuavam a se valer de referenciais teórico-metodológicos thompsonianos, sugerem-nos que não concordavam (no todo ou em parte) com os críticos do historiador inglês, não vendo, portanto, motivos para tecer maiores considerações sobre estes. A segunda, menos evidente, é que, em um contexto de crescentes ataques e questionamentos pós-estruturalistas à história social, preservar (e mesmo defender) Thompson, alvo predileto de alguns críticos, tinha um caráter estratégico. Sua obra – e as renovações teórico-metodológicas que vinham sendo elaboradas a partir dela – tornava-se uma espécie de polo aglutinador de historiadores que, mesmo com significativas diferenças entre si, compartilhavam a ideia de que a história social dispunha de recursos para se reconfigurar e responder aos desafios pós-estruturalistas. Enfim, se nos anos 1980, a obra de Thompson foi, como afirma Albuquerque Jr., um “discurso-arma”⁶²² mobilizado contra vertentes mais formalistas e estruturalistas do marxismo, nos anos 1990, ela parece ter assumido papel similar, mas, agora, para defender certas posições da história social de investidas pós-estruturalistas.

Por fim, em teses do bloco sobre “Trabalho e trabalhadores da Primeira República”, como as de Toledo e Schmidt, voltamos a encontrar uma certa apropriação da obra de Thompson que já havia aparecido, por exemplo, nos trabalhos de Regina Xavier, Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva⁶²³ –, mas não foi mais detidamente abordada na ocasião: o uso conjugado de textos do historiador inglês com os de praticantes da micro-história (em especial, italianos). O encontro de afinidades entre

⁶²² ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Por uma leitura safada de Thompson”. In: *História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 236-237.

⁶²³ XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campense oitocentista*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientadora: Sílvia Hunold Lara); NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Michael M. Hall).

Thompson e autores como Carlo Ginzburg remonta, em produções discentes do PPGHU, à virada dos anos 1980 para os 1990⁶²⁴. Entretanto, nesse último decênio, o movimento de aproximação ganhou força na produção discente aqui analisada, fomentando, inclusive, reflexões sistemáticas de discentes do PPGHU. Em artigo de 1997, Antonio Luigi Negro concluía que a “proposta de redução da escala histórica resulta, ao cabo, bastante próxima da ‘história a partir de baixo’, particularmente pela importância que confere à recuperação da história das ‘classes subalternas’ ou da ‘cultura popular’”⁶²⁵. Segundo o autor, outros marcantes elementos presentes em importantes obras de micro-historiadores seriam: a vontade de escrever uma história social (“sensível à relação de hegemonia cultural entre as classes dominantes e subalternas”) e um impulso anti-relativista e anti-irracionalista⁶²⁶. Em que pese certas declarações de Ginzburg de fins dos anos 1990⁶²⁷, as aproximações entre história social inglesa e micro-história italiana encontravam amplo respaldo no fato de que esta, em seu processo de constituição, dialogou intensamente com aquela⁶²⁸. Como aponta Henrique Lima, doutorando do PPGHU entre 1994 e 1999⁶²⁹, “de acordo com seus próprios protagonistas, a micro-história pode mesmo ser vista como um dos caminhos adotados, na Itália, para a constituição de uma *história social* mais elaborada e mais fundamentada teoricamente”⁶³⁰. Nesse sentido, além de poder ser vista como uma aliada contra

⁶²⁴ Por exemplo: CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1989 (Orientador: Robert W. Slenes).

⁶²⁵ NEGRO, Antonio L. “O fragmento como via de acesso à história social”. *Diálogos*, v. 1, n.1, 1997, p. 111.

⁶²⁶ NEGRO, Antonio L. “O fragmento como via de acesso à história social”, p. 125.

⁶²⁷ Em entrevista de 1999, o historiador italiano, buscando se distanciar da “história vista de baixo”, afirmava que: “Não gosto de pregar, e especialmente para pessoas já convertidas. E nada está mais distante de mim do que idéia de ter uma audiência composta de jovens estudantes de esquerda apaixonados pela história vista de baixo e aguardando de mim uma mensagem nessa direção.” Cf. GINZBURG, Carlo. “Entrevista”. *Folha de São Paulo*, 13/06/1999.

⁶²⁸ LIMA, Henrique Espada. “E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social”. *Esboços*, v. 12, 2004, p. 55 e 69. No que diz respeito às trajetórias intelectuais de Ginzburg e Thompson, um aspecto que os distingue e os aproxima é que: “Thompson parte de um marxismo mais convencional (estudo de ideologias, consciência de classe etc.), para um conceito mais elástico e histórico-antropológico de cultura popular, ao passo que Ginzburg chega ao conceito de cultura popular a partir de Bakhtin e por suas reticências em relação à noção de mentalidades. Curiosamente, se o conceito de cultura popular de Thompson exprime, sem deixar de ser marxista, um relativo afastamento do autor em relação à tradição marxista britânica, o conceito de Ginzburg, pelo contrário, indica uma adoção do marxismo ou, quando menos, de uma percepção classista da história — ausente, segundo o autor, do campo das mentalidades.” Cf. VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 157.

⁶²⁹ LIMA FILHO, Henrique E. R. *Microstoria: escalas, indícios, singularidades*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1999 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

⁶³⁰ LIMA, Henrique Espada. “E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social”. *Esboços*, v. 12, 2004, p. 54.

proposições centrais de pós-estruturalistas, a micro-história trazia importantes aportes teórico-metodológicos a pesquisadores que buscavam continuar produzindo uma história social do trabalho de matriz thompsoniana, o que é, especialmente, visível, por exemplo, em estudos, como o de Toledo, que empreenderam renovadas investigações (com um forte viés biográfico) sobre lideranças e militantes da classe trabalhadora⁶³¹.

3.7.2. A nova historiografia sobre os trabalhadores da Primeira República: olhares divergentes

Em texto de final dos anos 1990, Emília Viotti da Costa⁶³² caracterizou a historiografia como um terreno conflagrado, destacando que, provavelmente, era no campo da história do trabalho que o conflito entre o “novo” e o “antigo” seria mais visível. Haveria, segundo a autora, uma polarização entre “aqueles que perseguem de modo não crítico o trabalho de demolição das abordagens tradicionais, adotando novos modos simplesmente porque eles são novos, sem examinar suas limitações e implicações” e “aqueles que vêem as novas tendências com suspeita e reserva e que, não dispostos a estabelecer um diálogo com o novo, continuam a escrever a história como se eles ainda vivessem nos anos 60”. Reafirmando tese que sustentara poucos anos antes, Costa insistia que a nova produção sobre trabalho e trabalhadores apenas invertera a dialética, isto é, cultura, linguagem e significado, “em vez de serem constituídos (determinados), se tornaram constituintes (determinantes)”, passando, novamente, a consciência a ser “vista como determinadora do ser social, em vez do contrário”⁶³³. Desse modo:

Enquanto que no passado os historiadores se concentravam nos conflitos entre capital e trabalho e na macrofísica do poder, e estavam preocupados com as estruturas econômicas e com o papel do Estado e dos líderes sindicais e partidos políticos na formação da classe trabalhadora, a nova historiografia se voltou para o estudo de rituais, linguagem, família, lazer e resistência diária. Enquanto que no passado os historiadores perguntavam qual impacto a mudança industrial e o Estado tiveram no movimento trabalhador, a nova história inverteu a questão e perguntou que impacto teve o movimento trabalhador na economia e na formação do Estado. Enquanto que a historiografia tradicional estava preocupada com a “classe trabalhadora”, que era considerada a classe revolucionária, a nova historiografia

⁶³¹ Cf. SCHMIDT, Benito B. “Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro”. *Projeto História*, n. 16, 1998, p. 238-242 e ARANHA, Gervácio B. “‘Provas e possibilidades’ à luz de um experimento historiográfico: dialogando com Thompson”. *Revista Arius*, n. 7, v. 8, 1998. De passagem, observemos que o revigoramento do interesse de historiadores sociais do trabalho por abordagens biográficas não se refletiu, pelo menos no período aqui analisado, na leitura ou tradução de estudos biográficos thompsonianos como THOMPSON, E. P. *William Morris*. (rev.) London: Merlin, 1976 e THOMPSON, E. P. *Witness Against the Beast: William Blake and the Moral Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

⁶³² COSTA, Emília Viotti da. “Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética”. *Anos 90*, n. 10, 1998.

⁶³³ COSTA, Emília Viotti da. “Novos públicos, novas políticas, novas histórias”, p. 8-9.

problematizou e historicizou noções de classe e de consciência de classe, questionando a visão essencialista da classe trabalhadora, característica da historiografia tradicional. A nova historiografia também levantou dúvidas sobre a alegada solidariedade “natural” da classe trabalhadora, e expôs os conflitos internos que emanaram das muitas e por vezes competitivas identidades – nacional, religiosa, étnica, sexual, e assim por diante, corroendo a solidariedade da classe trabalhadora. Simultaneamente, a nova historiografia repudiou as abordagens teleológicas que no passado consideraram que a história ia inevitavelmente em direção ao socialismo e que cada momento histórico era uma nova etapa nesta direção. O foco da atenção se moveu do movimento trabalhador para os trabalhadores, da fábrica para o lar, do homem trabalhador para a mulher trabalhadora, do trabalhador individual para sua família, e do trabalho para o lazer e a cultura.⁶³⁴

Ainda que se mostrasse dura com os adeptos do “novo”, Costa também não poupava de críticas os apegados ao “antigo”, que estariam “teimosamente insistindo em esquemas teóricos que não servem mais para o mundo à volta dele”⁶³⁵. Nesse sentido, a autora entendia, como já propusera alguns anos antes, que a solução seria uma síntese que, dando origem a uma nova historiografia e a novas estratégias políticas: 1) não recaísse em reducionismos e reificações, fossem eles culturais/linguísticos ou econômicos; 2) articulasse micro e macro-física do poder; 3) reconhecesse que a subjetividade humana é ao mesmo tempo constituída por e constituinte de realidades sociais⁶³⁶.

Em artigo sobre a historiografia brasileira do trabalho dos anos 1990, publicado alguns anos após o texto de Costa, Cláudio Batalha⁶³⁷ delineou um cenário menos conflagrado – aparentemente, por já vê-lo hegemonizado pelos novos historiadores sociais – e indicou que alguns elementos das sínteses sugeridas por Costa já estariam sendo levados adiante em algumas produções. Com efeito, segundo Batalha, ao longo da década de 1990, ampliou-se a tendência de não se opor os novos temas (que continuaram se multiplicando) aos “recortes tradicionais”. Nesse sentido, buscando “contrabalançar os excessos de fragmentação” dos anos 1980, “vários autores propuseram a integração das novas abordagens parciais a uma perspectiva mais totalizante da história que levasse em conta a política, as instituições, a economia e as demais classes sociais”. Evidentemente, não se tratava de “uma simples retomada do que era feito antes, mas novas maneiras de trabalhar com recortes julgados ‘tradicionais’”⁶³⁸.

Para Batalha, outras características salientes da historiografia brasileira do trabalho dos anos 1990 seriam⁶³⁹: 1) ampliação dos limites cronológicos, sendo ainda incipiente o

⁶³⁴ COSTA, Emilia Viotti da. “Novos públicos, novas políticas, novas histórias”, p. 16.

⁶³⁵ COSTA, Emilia Viotti da. “Novos públicos, novas políticas, novas histórias”, p. 8.

⁶³⁶ COSTA, Emilia Viotti da. “Novos públicos, novas políticas, novas histórias”, p. 20.

⁶³⁷ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”. *História*, n. 21, 2002.

⁶³⁸ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 77 (Grifos nossos).

⁶³⁹ O que se segue, nos próximos dois parágrafos, é uma síntese de BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 76-80.

recuo para o período que precede as duas últimas décadas do século XIX, mas notável o alargamento da produção sobre o pós-1945; 2) crescimento da opção por recortes temporais mais extensos, englobando, às vezes, várias décadas em cada estudo particular e rompendo com marcos tradicionais da história política; 3) consolidação da crítica ao paradigma de São Paulo e do Rio de Janeiro na história do trabalho (“isto é, à tendência de reduzir toda a experiência dos trabalhadores no Brasil, às experiências verificadas nesses dois casos”); 4) busca de soluções para complexas questões metodológicas, como, por exemplo, as relativas ao tratamento da linguagem; 5) alargamento da própria noção de história do trabalho.

Essa última característica, apontada por Batalha como mais um desdobramento de tendências esboçadas nos anos 1980, significava que, “a crítica da redução da história do trabalho à classe operária ‘fabril, branca e masculina’ chega ao final dos anos 1990 como algo consagrado dentro da área”. Isso resultava, por um lado, em uma produção cada vez mais sensível a “outros recortes além do de classe, tais como gênero, raça e etnia” e em tentativas de integrá-los na análise. Por outro lado, implicava, também, a afirmação da necessidade de incluir, na história do trabalho, “trabalhadores livres e não-livres, urbanos e rurais, assalariados e eventuais”. Tal movimento, segundo Batalha, tornava possível “ter ideia daquilo que deveria ser a história do trabalho e suas fronteiras”, restando, contudo, grandes dúvidas e incertezas sobre como fazer essa nova história do trabalho⁶⁴⁰.

Ainda que seja inegável a relação que Batalha estabelece entre desdobramentos de pesquisas e de debates teórico-metodológicos com o alargamento da noção de história do trabalho (isto é, a multiplicação de temas, dimensões e sujeitos que deveriam ser englobados por ela)⁶⁴¹, podemos ver, também, nessa maior aceitação da ampliação da

⁶⁴⁰ No que tange à complexidade de incorporar, por exemplo, trabalhadores rurais e escravos à história do trabalho, o autor apontava que: “Em parte, essa dificuldade deriva da perspectiva – em grande parte resultante da influência da obra de E. P. Thompson – de priorizar a experiência e o agir humano (*agency*) em detrimento dos papéis nas relações de produção, perspectiva que tem marcado tanto a história operária como uma parte da história da escravidão. Portanto, nessa abordagem, incluir setores que não se articulam em torno do trabalho dentro da história do trabalho é uma operação complicada, a tal ponto que continua a ser mais fácil para muitos, situados fora desse campo da história, delimitá-lo como o estudo da classe operária ou, na melhor das hipóteses, dos trabalhadores urbanos e das suas formas de ação e organização.” Cf. BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 80.

⁶⁴¹ Analisando a historiografia do trabalho produzida, nos anos 1970 aos 1990, no Rio Grande do Sul, Silvia Petersen, também, salientou que: “Durante os anos 90 este quadro inicial experimentou um notável avanço teórico e temático. Assim, por exemplo, de uma história do movimento operário se avançou para *uma história social do trabalho*, cujos limites cronológicos por outro lado, recuam ao trabalho escravo e à transição para o trabalho livre. Sem deixar de lado a preocupação macrológica, o desenvolvimento da pesquisa tornou necessário e possível o exercício da perspectiva micrológica de análise.” Cf. “Da história do movimento operário à história social do trabalho no Rio Grande do Sul”. In: *Ciclo de Palestras “Caminhos da Lembrança III”*. NPH-DPH-UFRGS, 2003, p. 4.

noção (“algo consagrado” no fim dos anos 1990), uma espécie de opção estratégica para fortalecer um campo pesquisas que, apenas alguns anos antes, foi visto como em declínio (talvez, irreversível). Com efeito, se, em meados dos anos 1990, Batalha diagnosticava “uma perda de interesse acadêmico na *história operária*”⁶⁴², poucos anos depois, o mesmo autor já avaliava que, apesar de “uma relativa diminuição do espaço institucional da *história do trabalho* nos países industrializados, e mesmo no Brasil, não se pode dizer que, do ponto de vista quantitativo (número de teses, publicações etc.) exista uma crise, pelo menos com as proporções que se acreditava em meados dos anos 1990”⁶⁴³. Além de expressar uma reconfiguração de objetos e de abordagens, o uso crescente, ao longo dos anos 1990 e 2000, da denominação “história (social) do trabalho”, em balanços bibliográficos como o feito por Batalha, para designar, entre outros, estudos sobre operários, escravos e trabalhadores rurais parece nos indicar, também, a construção de uma espécie de federação a partir da qual se poderia tecer ampliadas alianças para a conquista de espaço institucional⁶⁴⁴, a qual, de acordo com o próprio Batalha, mostrou-se decisiva para os êxitos que a “história do trabalho” alcançava no início do novo milênio⁶⁴⁵.

De qualquer modo, é importante não superestimar o grau de integração e de adesão dos “entes” a essa espécie de federação que se articulava em torno de uma noção ampliada de história do trabalho. Como já vimos neste capítulo, as periódicas reafirmações, ao longo dos anos 1990 e 2000, da necessidade de se construir “uma” história do trabalho é indício seguro de que a proposição encontrava obstáculos. Em meados dos anos 2000, o próprio Batalha, depois de destacar que “já há pesquisadores da escravidão e do mundo rural que se identificam na história do trabalho”, não hesitava em constatar que “ainda há

⁶⁴² BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil”, p. 154 (Grifos nossos).

⁶⁴³ BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 76. Segundo alguns autores, se houve uma crise da história do trabalho nos anos 1990, ela esteve limitada ao mundo do Atlântico Norte. Cf., por exemplo, FRENCH, John D. e GARRAYO, M. L. F. “El auge de los estudios sobre el trabajo en Latinoamérica”. *Historia Social*, n. 39, 2001, p. 129.

⁶⁴⁴ O texto de apresentação do GT Mundos do Trabalho, que, a partir de 2001, começou a articular a participação de pesquisadores a ele ligados nos Simpósios Nacionais bianuais da ANPUH, é sugestivo desse tom federalista e aglutinador da proposta de uma noção alargada de história (social) do trabalho: “Como grupo de pesquisa, pretendemos congrega pesquisadores da história do trabalho urbano e rural. A proposta permite – e mesmo indica – a possibilidade de abordar o Mundo do Trabalho a partir de diferentes enfoques, tais como as organizações de trabalhadores, cotidiano, relações de gênero, relações interétnicas, processos e tecnologias de trabalho, relações entre trabalho livre e trabalho compulsório, identidades, correntes políticas, entre outros. Essa diversidade de enfoques, em parte oriunda da própria heterogeneidade dos grupos sociais pesquisados, não pode excluir tanto abordagens teóricas e metodológicas quanto a localização e uso de acervos relacionados à temática.” Cf. BATALHA, Cláudio H. M. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”, p. 83.

⁶⁴⁵ BATALHA, Cláudio H. M. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, 2006, p. 88.

um peso majoritário de pesquisas sobre trabalhadores livres urbanos nesse campo e, sobretudo, como veremos, a articulação dentro de uma mesma pesquisa dos diferentes setores do mundo do trabalho ainda é bastante rara”⁶⁴⁶. Enfim, entre enunciar, por exemplo, que a “luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”⁶⁴⁷ e operacionalizar tal proposta em um conjunto sistemático de pesquisas e debates havia uma grande distância a ser percorrida⁶⁴⁸.

3.8. Estudos diversos em história social da cultura

Embora desde o século XIX seja possível identificar obras sobre a história do Brasil em que, de formas muito variadas, aspectos culturais receberam significativa atenção⁶⁴⁹, foi somente nos anos 1980 que se constituiu, nas instituições universitárias de produção historiográfica, um campo de estudos de história da cultura. Na configuração deste, um influxo de grande importância foi a penetração, na historiografia brasileira, da “história das mentalidades” francesa e seu amplo leque temático (sexualidade, religião, sentimentos coletivos, vida cotidiana etc.)⁶⁵⁰. Ainda que, já em 1976, a publicação tida

⁶⁴⁶ BATALHA, Cláudio H. M. “Os desafios atuais da história do trabalho”, p. 89.

⁶⁴⁷ CHALHOUB, Sidney. “O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”. (Mesa “E. P. Thompson no Brasil”). *Livro de Resumos – XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói: UFF, 2001, p. 78.

⁶⁴⁸ Para um balanço dos (escassos) desdobramentos, na primeira metade dos anos 2000, de proposições como as de Sidney Chalhou e outras similares, cf. BITTENCOURT, Ícaro. “O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos”. *Sociais e Humanas*, v. 20, 2007.

⁶⁴⁹ Em artigo no qual trata do que seria a gênese da “tradição” que deu inteligibilidade a história brasileira por meio da análise da cultura (fixando temáticas, sugerindo fontes e estabelecendo orientações teórico-metodológicas), Laura de Mello e Souza destaca, como “estudos precursores ou fundadores”, obras de: Capistrano de Abreu (*Capítulos de História Colonial*, de 1907), Paulo Prado (*Retrato do Brasil*, de 1928), José de Alcântara Machado de Oliveira (*Vida e morte do bandeirante*, de 1929), Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, de 1933), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, de 1936; *Monções*, de 1945; *Caminhos e Fronteiras*, de 1957; *Visão do paraíso*, de 1959); Fernando Azevedo (*A cultura brasileira*, de 1943); Antonio Candido (*Formação da literatura brasileira*, 1959). Cf. SOUZA, Laura de M. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. Ronaldo Vainfas, por sua vez, aponta que a “problemática relacionada à cultura em nossa historiografia” já estaria presente, por exemplo, em memorialistas do século XIX que contribuíram para o resgate da poesia e festas populares de várias regiões ou mesmo em Varnhagen, que, em sua *História Geral do Brasil* (1854-1857), dedicou “capítulos preciosos, em termos de informação etnográfica, à cultura dos índios tupi”. Cf. VAINFAS, Ronaldo. “História cultural e historiografia brasileira”. *História: Questões & Debates*, n. 50, 2009, p. 218-219.

⁶⁵⁰ A “história das mentalidades” foi objeto de análises e avaliações muito distintas, sendo, especialmente, polêmicos os debates sobre seus (variados) pressupostos teórico-metodológicos e suas relações com o movimento dos *Annales*. Cf. VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 129-144; DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo: Ensaio, 1994; BURKE, P. *A revolução francesa da historiografia: a escola*

como o manifesto da *Nova História* contasse com uma edição brasileira⁶⁵¹, seria apenas em meados da década seguinte que um número crescente de pesquisas universitárias (concentradas no período colonial e imperial) elaboradas sob a influência da “história das mentalidades” viria à tona, movimento acompanhado de um *boom* de traduções de obras estrangeiras vinculadas a tal abordagem da cultura. Segundo Vainfas, essa recepção “tardia” da *Nova História* no Brasil – visto que, desde fins dos anos 1960, pesquisas sobre “mentalidades” ganhavam terreno na França – se deveria a razões de natureza acadêmica e extra-acadêmica. Nos anos 1970, a ditadura civil-militar teria estabelecido sérios constrangimentos às ciências humanas e à política editorial no país. Ao mesmo tempo, nas universidades brasileiras, onde a maioria dos cursos de pós-graduação em História apenas começava a se instalar, a resistência ao regime teria se atrelado ao apego a diversas vertentes do marxismo, o que fomentou o interesse predominante por temas socioeconômicos e por outros, como o movimento operário e a revolução.

Na segunda metade dos anos 1980, quase ao mesmo tempo em que a “história das mentalidades” conquistava mais adeptos entre historiadores brasileiros, expandiam-se, também, na historiografia nacional, as apropriações de críticas à *Nova História* elaboradas não tanto por praticantes de vertentes estruturalistas e formalistas do marxismo, mas, fundamentalmente, por pesquisadores que admitiam problemas e temáticas da “história das mentalidades”, oferecendo, contudo, modos alternativos de abordá-los⁶⁵². Tais autores, que compunham um conjunto bastante heterogêneo, foram, de acordo com Vainfas, rapidamente enfeixados sob o rótulo de “nova história cultural”, a qual teria como características principais: 1) “rejeição ao conceito de mentalidades, considerado excessivamente vago, ambíguo e impreciso quanto às relações entre o mental e o todo social”, o que não se desdobrava, necessariamente, em recusa da longa duração, do cotidiano e da aproximação com a antropologia; 2) busca por se distinguir da antiga “história da cultura”, “disciplina acadêmica ou gênero historiográfico dedicado a estudar as manifestações ‘oficiais’ ou ‘formais’ da cultura de determinada sociedade: as artes, a literatura, a filosofia etc.”. Sem recusar as expressões culturais das elites ou classes

dos *Annales* (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1992; ROIZ, Diogo S. e SANTOS, Jonas R. “Da França para o Brasil: leituras e apropriações do marxismo e da ‘nova história cultural’ num departamento de História”. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 4, n. 1, 2011.

⁶⁵¹ LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História*. 3v. (Novos problemas; Novas abordagens; Novos objetos). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”, p. 158-160.

⁶⁵² O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”, p. 148-149.

letradas, a “nova história cultural” demonstrava especial interesse pelas “manifestações das massas anônimas”, isto é, pelo informal e, sobretudo, pelo popular; 3) a preocupação, pelo menos nas principais vertentes da nova história cultural, “em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo do conflito social, característica que sem dúvida a distingue da história das mentalidades, pelo menos daquelas versões limitadas a descrever a vida cotidiana ou a apregoar que a mentalidade é algo comum ao conjunto da sociedade, não importando o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social”; 4) ser uma “história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica, do que resulta, muitas vezes, uma série de desacertos e incongruências”, característica que estava presente, também, na “história das mentalidades”.

Segundo Vainfas, em meados dos anos 1990, os críticos das “mentalidades” pareciam ter triunfado, o que era indicado, por exemplo, pelo notável declínio do uso do conceito, mesmo na França. Nesse novo cenário, três “modelos” tornaram-se proeminentes entre os praticantes da “nova história cultural”:

1. A história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e de circularidade cultural presentes quer em trabalhos de reflexão teórica, quer nas suas pesquisas sobre religiosidade, feitiçaria e heresia na Europa quinhentista.
2. A história cultural de Roger Chartier, historiador vinculado, por origem e vocação, à historiografia francesa — particularmente os conceitos de representação e de apropriação expostos em seus estudos sobre “leituras e leitores na França do Antigo Regime”.
3. A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente na sua obra sobre movimentos sociais e cotidiano das “classes populares” na Inglaterra do século XVIII.⁶⁵³

Evidentemente, como reconhece o próprio Vainfas, os historiadores que se dedicavam, nos anos 1990, ao estudo da cultura tinham à sua disposição um repertório de referenciais teórico-metodológicos que ia muito além dos três modelos apontados pelo autor – os quais, vale acrescentar, já apresentavam, entre si, significativas diferenças (e até antagonismos), como nos indicam, por exemplo, as cambiantes propostas de Chartier de uma história *cultural* do social, sugerindo uma ruptura com a história social⁶⁵⁴. Como

⁶⁵³ VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”, p. 150-151.

⁶⁵⁴ Cf., por exemplo, CHARTIER, Roger. “Introdução: Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. 2.ed. Portugal: Difel, 2002. Cf., também, CARDOSOS, Ciro F. “Introdução: uma opinião sobre as representações sociais”. CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

nos lembra Barros⁶⁵⁵, apenas no âmbito das tendências marxistas ou inspiradas pelo marxismo, os interessados em produzir história cultural poderiam contar, por exemplo, com os aportes de autores vinculados à escola de Frankfurt e com as reflexões de Mikhail Bakhtin (ou mesmo as de Antonio Gramsci). Do universo intelectual francês, despontariam nomes como Michel de Certeau e Pierre Bourdieu – isso sem falar em Foucault, que, apesar de seu “franco questionamento da própria história como forma de conhecimento do real”⁶⁵⁶, foi visto por muitos como um modelo de história cultural a ser seguido. Condição similar à desfrutada por autores como Hayden White e Dominick La Capra, que, igualmente, apontaram limitações nas pretensões “científicas” da história.

Vejamos mais de perto como discentes do PPGHU que se valeram de E. P. Thompson em seus estudos de história da cultura moveram-se nesse vasto panorama de referenciais teórico-metodológicos⁶⁵⁷.

Defendida em 1996, a tese de Martha Campos Abreu⁶⁵⁸ lista, em sua bibliografia, *A formação, Senhores e Caçadores* e o artigo “*Rough Music*” – *le charivari Anglais*, publicado em francês na revista *Annales*⁶⁵⁹. Como na maioria das produções discentes mais próximas ao campo da história (social) da cultura aqui analisadas, o trabalho de Abreu combina referenciais teórico-metodológicos do historiador inglês com os de

⁶⁵⁵ Exceto quando indicado por nota de rodapé específica, o que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de BARROS, João D’Assunção. “História cultural: um panorama teórico e historiográfico”. *Textos de História*, v. 11, n. 1/2, 2003, p. 145-166.

⁶⁵⁶ VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”, p. 150.

⁶⁵⁷ Quatro outros trabalhos poderiam ser resenhados nesse agrupamento dedicado ao estudos diversos em história social da cultura que listaram textos thompsonianos em suas bibliografias. Entretanto, por mobilizarem, explicitamente, o historiador inglês com menor frequência e/ou intensidade, optamos por não expô-los mais detidamente. São eles: VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1994 (Orientador: Maria Stella Martins Bresciani) [*Tradición, revuelta; A formação*, v. 2]; ENGEL, Magali Gouveia. *A loucura na cidade do Rio de Janeiro: ideias e vivências (1830-1930)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1995 (Orientadora: Maria Clementina Pereira da Cunha) [*Tradición, revuelta; Folclore, antropologia e história social* (tradução em espanhol publicada em uma revista argentina)]; RICCI, Magda M. O. *Assombrações de um padre-regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1998 (Orientadora: Silvia Hunold Lara) [*A miséria; A formação*, v. 1]; SILVA, Silvia C. M. S. *As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2000 (Orientador: Sidney Chalhoub) [*Tradición, revuelta*]. Vale acrescentar que, devido ao grande volume e diversidade das teses que poderiam integrar esse bloco, optamos por empregar nele mais um critério de seleção (a existência de referência a textos thompsonianos na “Introdução” da tese), o que nos levou a retirar de nossa amostra inicial mais sete trabalhos.

⁶⁵⁸ ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1996 (Orientador: Robert W. Slenes).

⁶⁵⁹ Em uma das notas do texto, Abreu referencia, também, sem repercussões, o artigo THOMPSON, E. P. “Anthropology and The Discipline of Historical Context”. *Midland History*, v. 1, n. 3, 1972.

diversos outros autores⁶⁶⁰, destacando-se Carlo Ginzburg⁶⁶¹. A partir desse eclético conjunto, Abreu empreende “um estudo sobre as festas religiosas no Rio de Janeiro do século XIX”, centrando-se na maior delas, a do Divino Espírito Santo, e analisando sua “dinâmica relação com os demais gêneros artísticos, as manifestações culturais – o teatro, as músicas, as danças, os jogos e os divertimentos – de segmentos populares da cidade”. Além disso, a autora investiga “as estratégias de controle e as possibilidades de tolerância, empreendidas por autoridades municipais e religiosas, assim como os caminhos de continuidade e renovação das ‘tradicionais’ festas e manifestações culturais populares da cidade”⁶⁶². Logo nas primeiras páginas, buscando explicitar a maneira como abordaria seu objeto, Abreu esclarece que:

(...) a festa – seja religiosa, cívica ou carnavalesca – também emerge desta historiografia [da cultura] como um atraente caminho para se conhecer uma coletividade, suas identidades, valores e tensões, através das atitudes, do imaginário, dos comportamentos e gestos presentes em suas celebrações. Exatamente a partir daí, desnudou-se a questão acerca da dinâmica e do movimento das festas, colocando-se no centro a sua própria historicidade, avaliada através de diferentes variáveis, tais como morfologia, significados e sentidos. Como frisou Michel Vovelle, da mesma forma que não há uma “História imóvel não há uma festa imóvel” [inserção da Nota 14]. Independente da obstinação de permanência e continuidade de determinadas estruturas formais, a festa é sempre recriada e reapropriada, refletindo paixões, conflitos, crenças e esperanças de seu próprio tempo. Desta forma, o desafio do historiador da festa passa a ser a compreensão dos seus significados e mudanças, em sua dinâmica relação com a experiência dos homens e mulheres que tornaram as festas, em qualquer época e local, autênticas, populares e concorridas.⁶⁶³

[Nota 14] Vovelle, Michel, *Ideologia e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 251. Dentre os *autores preocupados com as questões da história da festa*, destacam-se, além de Vovelle: Davis, Natalie (*Culturas do Povo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990); Burke, Peter (*A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo. Cia das Letras, 1989); Thompson. E. P. (“*Rough Music*”: *Le Charivari Anglais*, *Annales*, n. 2, 1972 e *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987); Heers, Jacques (*Fêtes des Fous et Carnavals*. Paris, Fayard, 1983); Bercé, Yves-Marie (*Fête e Revolte. Des Mentalités Populaires du XVI au XVIII siècle*, Paris, Hachete, 1994); Soihet, Rachel, *Subversão pelo Riso. Reflexões sobre Resistência e Circularidade Cultural no Carnaval Carioca*. Tese de Prof. Titular, Uff, 1994. Estes historiadores, em geral, desafiam as noções pré-concebidas

⁶⁶⁰ Com frequência variada, são mencionados, por exemplo: BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989; CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990; DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; DAVIS, Natalie. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1989; DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1993; HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; OZOUF, Mona. “Festa: sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, J. e Nora, P. (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

⁶⁶¹ GINZBURG, Carlo, *A Micro-História e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989; GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987; GINZBURG, Carlo. *História Noturna*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁶⁶² ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. vii.

⁶⁶³ ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. 14.

das festas populares como eternos e estruturais invariantes em termos de “válvulas de escape” ou ritos e jogos de inversão das hierarquias sociais.⁶⁶⁴

Notemos que, no trecho citado, a autora caracteriza Thompson como um dos “autores preocupados com as questões da história da festa”, sendo *A formação* um dos textos do historiador inglês em que isso poderia ser constatado. Tal afirmação de Abreu indica-nos que estamos diante de uma apropriação da obra de Thompson bastante distinta daquela que predominava, nos anos 1980, na produção discente do PPGHU. Se, neste período, preponderava o Thompson historiador do trabalho e da classe operária, agora, em meados dos anos 1990, estamos diante do investigador da cultura popular, podendo, inclusive, seu texto clássico ser (re)lido nessa chave. Essa linhagem de apropriações da obra de Thompson se consolidaria e ganharia novo impulso com a publicação, em 1998, da edição brasileira de *Costumes em Comum*.

Como vimos, ainda que não aponte referências textuais mais específicas, Abreu situa Thompson entre os autores que lhe permitem sustentar as proposições teórico-metodológicas que perpassam e organizam sua pesquisa: 1) a festa é um fenômeno privilegiado para se explorar múltiplas dimensões de uma coletividade; 2) a festa é dotada de historicidade; 3) o desafio do historiador é “a compreensão dos seus [da festa] significados e mudanças, em sua dinâmica relação com a experiência dos homens e mulheres”. Esse último elemento é, particularmente, revelador da opção de Abreu por desenvolver uma história *social* da cultura, o que é bastante visível na contínua preocupação da autora em caracterizar os “diferentes significados atribuídos por seus [da Festa do Divino] organizadores, festeiros, frequentadores e defensores”, sem deixar de fora “a atuação de seus críticos, opositores e perseguidores, fossem autoridades municipais e católicas, médicos, viajantes ou a opinião pública”⁶⁶⁵. Os distintos significados em disputa e suas mudanças são compreendidos por Abreu a partir de transformações econômicas, urbanas, demográficas, culturais e políticas, destacando-se, entre estas, o impacto, por exemplo, de algumas conjunturas particulares, como a do período regencial e aquela da implantação da República. Nas palavras de Abreu, tratou-se investigar:

(...) como a tradicional e popular prática católica colonial continuou renovando-se e, ao mesmo tempo, enfrentou os novos desafios e obstáculos decorrentes das transformações da

⁶⁶⁴ ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. 123 (Grifos nossos).

⁶⁶⁵ ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. 5. Em outra passagem (p. 393), destaca, também, a autora que: “(...) o importante é, então, resgatar a pluralidade de modos de ser e de participar da prática religiosa católica.”

sociedade brasileira, especificamente representativas no Rio de Janeiro, então capital e mais populosa cidade do vasto Império, principalmente a partir da segunda metade do século XIX: o crescimento urbano, a vitalidade econômica cafeeira, o processo de abolição da escravidão, a conseqüente implosão das antigas hierarquias sociais e raciais, o crescente aumento da população livre e pobre, e a “modernidade” liberal de uma corte imperial nos trópicos, sedenta de hábitos, gostos e idéias da “civilizada” Europa. De uma forma geral, grande parte das elites políticas e intelectuais, dentro do espírito liberal e secular do período, assumiu uma posição anticlerical e, progressivamente, associou o catolicismo ao obscurantismo e ao atraso; algumas autoridades policiais e municipais condenaram as festas nas ruas, com suas barracas e diversões, por serem locais de jogo e vagabundagem; os médicos, por sua vez, passaram a considerar as festividades religiosas como bárbaras, perigosas, vulgares e ameaçadoras da “família higiênica”, e, finalmente, a liderança religiosa começou a se preocupar mais sistematicamente com as “deficiências” do catolicismo brasileiro, marcadas pelo despreparo do clero e pela prática religiosa pouco romanizada.⁶⁶⁶

Em que pese o impacto da atuação (nem sempre repressiva e cerceadora⁶⁶⁷) desses múltiplos agentes e concepções sobre as festas de santo e seus complementos profanos populares, Abreu, apoiando-se, mais de uma vez, em *A formação*, procura enfatizar “as sobrevivências e resistências dos costumes e práticas religiosas populares”⁶⁶⁸, salientando, assim, os aspectos ativos, voluntaristas e criadores de valores da cultura popular numa visão que muito se aproxima daquela de Thompson⁶⁶⁹. A tal entendimento, a autora somava uma notável atenção às possibilidades de circularidade cultural⁶⁷⁰, o que ganha corpo, por exemplo, na afirmação de que a “presença e a vivência da festa [do Divino Espírito Santo] por diferentes setores sociais garantiam que ela fosse na cidade um local de convivência e intercâmbio ‘horizontal’ e ‘vertical’”⁶⁷¹. Desse modo, variados

⁶⁶⁶ ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. 12-13.

⁶⁶⁷ Em importante ponderação, a autora lembra que: “Para as autoridades imperiais, e também para a liderança da Igreja, as festas religiosas populares representavam um duplo impasse: ao mesmo tempo que eram símbolos de seu poder, expunham uma prática popular condenada frente à ‘civilização’ e frente a uma ‘correta’ religiosidade. Para o Estado Imperial – e para a Igreja Católica – este impasse dificultava e limitava as ‘policias’ de controle. Como condenar uma manifestação que também legitimava o próprio Império? Como criticar um símbolo que expressava muito de si mesmo? Coerentemente, os caminhos escolhidos não poderiam ter sido excessivamente repressivos ou radicais...” Cf. ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. 420.

⁶⁶⁸ ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. 216 (notas 19). Cf. também p. 216 (nota 22), 200 e 225 (nota 125).

⁶⁶⁹ A autora não hesita em destacar que: “Em plena capital do Império, a população ‘livre’, toda ela abençoada pelo Divino Espírito Santo, constantemente se renovava e desafiava em plena praça pública os poderes constituídos e os padrões estéticos ‘civilizados’, através da liberdade de expressão, irreverência dos diálogos e sensualidade dos movimentos”. Mais adiante, Abreu reitera: “Ao lado do cerceamento das manifestações populares, restritas a certos locais e épocas, e dos limites colocados pelo reformismo católico, esteve presente a constante criatividade dos protagonistas dos gêneros musicais e estilos de divertimento popular, sempre (re)inventando novos ritmos, novas danças e também novas festas.” Cf. ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. 92 e 419 (respectivamente).

⁶⁷⁰ Para apreender tais fenômenos, a autora amparou-se em variada documentação, composta por: relatos de viajantes, contemporâneos e folcloristas; jornais leigos e católicos; centenas de licenças para festas, jogos e divertimentos requisitadas à Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro entre 1830 e 1900; obras literárias; códigos de posturas municipais; compromissos de irmandades.

⁶⁷¹ ABREU, Martha Campos. “*O império do divino*”, p. 82.

foram “os caminhos de aproximação e influência entre as manifestações da(s) cultura(s) popular(res) e do que se convencionou chamar de cultura(s) ‘civilizada’ e ‘erudita’”⁶⁷².

Explorando algumas questões similares às de Abreu, Adriana Romeiro⁶⁷³ defendeu, em 1996, sua tese, que lista, na bibliografia, a edição brasileira de *A formação* e as versões originais de *The moral economy* e de *Time, work-discipline*. A autora aborda o tema das manifestações milenaristas no período colonial. Segundo Romeiro, tal objeto, ao articular religião e política, permitir-lhe-ia explorar importantes aspectos da cultura política popular constituída no Brasil do início do século XVIII.

O trabalho de Romeiro baseia-se, fundamentalmente, na análise do processo inquisitorial movido contra Pedro de Rates Henequim (1680-1744). Nascido em Portugal, Henequim migrara, no começo do século XVIII, para a região das Minas Gerais, onde atuou como minerador e ocupante de cargos na administração colonial. Em 1722, retornou a Portugal e, no começo dos anos 1740, teria conspirado contra a Coroa ao tentar convencer o Infante D. Manuel (irmão do rei português D. João V), a tornar-se imperador da América Meridional. Correspondendo as fluidas fronteiras da região mineradora⁶⁷⁴ (onde, de acordo com Henequim, situar-se-ia, também, o Paraíso Terreal), o novo reino independente seria a realização da profecia do Quinto Império. Processado pelo Santo Ofício por suas heresias religiosas⁶⁷⁵ (mas, muito provavelmente, também pelas crenças políticas a elas articuladas), Henequim, que se considerava um “eleito de Deus”, foi, em meados dos anos 1740, condenado e supliciado. Em que pese a centralidade do processo inquisitorial contra Henequim em sua pesquisa, Romeiro afirma que:

Ao contrário do *case-study*, a orientação que prevaleceu foi a de apreender a dimensão coletiva de todo o material, buscando dissolver, sempre que possível, a aparente atipicidade de seu conteúdo em uma grelha de ressonâncias mais gerais, *detectando aqui e ali os processos mais subterrâneos em curso na sociedade colonial*. Considerar o caso Henequim um acontecimento extraordinário significaria repetir o veredito do Santo Ofício e do Desembargo do Paço, ingenuamente convencidos de que se tratava de uma anomalia momentânea, e não *um índice revelador da cultura política constituída no Brasil do início do século XVIII*.⁶⁷⁶

⁶⁷² ABREU, Martha Campos. “O império do divino”, p. 421.

⁶⁷³ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na Corte de João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1996 (Orientador: Sidney Chalhoub).

⁶⁷⁴ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 249-250.

⁶⁷⁵ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 31.

⁶⁷⁶ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 15 (Grifos nossos).

Em extensas e aprofundadas discussões teórico-metodológicas que perpassam a tese, Romeiro mobiliza ampla e variada literatura relativa à história da cultura⁶⁷⁷. Em que pese as recorrentes menções a Natalie Zemon Davis e a Carlo Ginzburg, é na “historiografia inglesa de inspiração marxista”, especialmente em E. P. Thompson, que Romeiro apoia os elementos centrais de sua abordagem, delineando uma inequívoca opção pela história *social* da cultura. Nesse sentido, após diagnosticar “o relativo desinteresse dos historiadores da cultura pelos temas políticos”⁶⁷⁸, a autora salienta que é da mencionada linhagem historiográfica inglesa que:

(...) vieram à luz as mais brilhantes análises sobre as relações entre a religião e a política. E. P. Thompson elegeu como campo de pesquisa a densa tessitura das tradições populares, das concepções religiosas e da ação política, alargando ao limite o conceito de cultura. *Para ele, o domínio cultural é, antes de tudo, a extensão dos conflitos sociais, inseparável e indissociável de outras modalidades de luta* [inserção da Nota 12].⁶⁷⁹

[Nota 12] Ver, entre outros: Thompson, “Time, work-discipline, and industrial capitalism”, in *Past and Present* no. 38, dez. 1967, pp. 56-97; “The moral economy of the English crowd in the eighteenth century”, in *Past and Present* no. 50, fev. 1971, pp. 76-136; e principalmente, o clássico *A formação da classe operária inglesa*, trad., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.⁶⁸⁰

Em outra passagem, mesmo não remetendo o leitor a Thompson, Romeiro, retomando e desenvolvendo sua defesa de uma abordagem *social* para a história da cultura, enfatiza que:

O que está em jogo aqui é a necessidade de *reconstruir a teia de relações sociais em que a gente e reagem os indivíduos às trocas culturais*, porque estas não explicam as razões de sua reinterpretação, nem iluminam o domínio mais concreto e cotidiano das vivências pessoais. Se as leituras de Menocchio [GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987] e Saccardino [GINZBURG, Carlo. “Os pombos abriram os olhos: conspiração popular na Itália do século XVII. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991] foram decisivas para a organização de suas visões de mundo, não o foram menos *os indivíduos com quem partilharam aquela experiência cotidiana – que é, afinal de contas, o verdadeiro filtro através do qual elaboravam suas idéias*.⁶⁸¹

⁶⁷⁷ Entre as várias citações, destacam-se: BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991; DAVIS, Natalie Z. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; DAVIS, Natalie Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990; DUBY, Georges. *Le dimanche a Bouvines*. Paris: Gallimard, 1985; FEBVRE, Lucien. *Amour sacré, amour profane. Autour de l'Heptameron*. Paris: Gallimard, 1971; LE GOFF, J., ARIÈS, P., LADURIE, E. L. *História e nova história*. Teorema, Lisboa, 1986.

⁶⁷⁸ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 9.

⁶⁷⁹ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 10 (Grifos nossos).

⁶⁸⁰ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 21.

⁶⁸¹ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 212 (Grifos nossos).

Coerentemente, com suas opções teórico-metodológicas, Romeiro, valendo-se de variada documentação administrativa produzida na colônia e na metrópole, busca focalizar Henequim nas Minas, salientando a importância de:

(...) examinar os círculos que frequentou, as pessoas que conheceu, recompondo a complexidade das relações que o ligavam àquela sociedade. Isto talvez nos ajude a *entender por que ele recriou o milenarismo vieriano e o transformou no fundamento de uma ação política subversiva, organizando em linguagem idiossincrática aspirações e expectativas coletivas*.⁶⁸²

Segundo Romeiro, nas Minas Gerais, Henequim tinha partilhado, nas duas primeiras décadas do século XVIII, um cotidiano de resistências às medidas centralizadoras e absolutistas do governo metropolitano. Ele testemunhou e, provavelmente, tomou parte nos levantes de 1708 (Guerra dos “Emboabas”) e 1720 (Revolta de Vila Rica). Logo depois, em 1722, retornou a Portugal, onde, entre outras coisas, avançou na formulação e nas ações para levar adiante a construção do Quinto Império na América portuguesa. Nesse sentido, a crença milenarista de Henequim articulava-se, num determinado contexto, com a política devido à inserção desse personagem em uma teia específica de relações sociais. Desse modo, Henequim tornava-se uma espécie de “porta-voz” não oficial de insatisfeitos reinóis da região das Minas⁶⁸³.

Como demonstra a acurada análise da cosmologia de Henequim⁶⁸⁴, a opção de Romeiro por uma história *social* da cultura não significa menos atenção ao “complexo simbólico das crenças”. Pelo contrário, a autora sustenta que o estudo cuidadoso deste seria fundamental à compreensão das razões pelas quais “valores religiosos conseguem se potencializar em ação política” e “porque tais movimentos assumem certas formas particulares e não outras”. Para tais proposições, mais uma vez, Romeiro remete o leitor a E. P. Thompson e a suas críticas às abordagens pautadas pela:

(...) indiferença à dimensão simbólica das crenças envolvidas nos movimentos milenaristas, entendidas como mero veículo de tensões mais profundas, das quais não passam de organização sintática [inserção da Nota 16].⁶⁸⁵

[Nota 16] A este respeito, escreve E. P. Thompson: “Embora historiadores e sociólogos tenham recentemente se dedicado com maior atenção aos movimentos e fantasias milenaristas, o seu significado se mantém parcialmente obscurecido pela tendência de

⁶⁸² ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 212 (Grifos nossos).

⁶⁸³ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 240-243.

⁶⁸⁴ A autora buscou “perscrutar, na densa cosmologia de Henequim, os traços e indícios que permitem supor como corolário político a legitimidade de uma conspiração destinada a inaugurar uma América independente”. Cf. ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 72-73.

⁶⁸⁵ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 11.

discuti-los em termos de desajuste e ‘paranóia’.” - *A formação da classe operária inglesa*, op., cit., vol. I: “A árvore da liberdade”, pp. 50-51.⁶⁸⁶

As evidências oferecidas pelo caso de Henequim indicariam, segundo Romeiro, a existência, na região das Minas, de uma tradição de revolta dotada de “padrões e rituais específicos, obedecendo a um ordenado código de atitudes” e de “circulação de idéias sediciosas, algumas vezes explicitamente separatistas”⁶⁸⁷. Tais elementos apontariam para a necessidade de se pensar as continuidades de uma cultura política nas revoltas coloniais e de se reavaliar a centralidade dos fatores econômicos que marca a interpretação desses eventos. Novamente, é E. P. Thompson que está na base dessas proposições de Romeiro. Segundo a autora:

Se o clássico *The making of the English working class* é o melhor exemplo de como Thompson resgata a dimensão política da cultura popular, integrando as tradições religiosas, os sistemas de valores e as experiências dos trabalhadores no palco dos conflitos sociais, é, todavia, no artigo intitulado “The moral economy of the English crowd in the Eighteenth century” que estão dadas as *melhores pistas para superar a velha abordagem factual das rebeliões coloniais*. Nele, Thompson dissolve o caráter “espasmódico” dos motins de subsistência da Inglaterra setecentista, procedendo à crítica da idéia de que seriam eles apenas irrupções “compulsivas, mais que auto-conscientes ou auto-ativadas”, como “simples respostas a estímulos econômicos” [inserção da Nota 11]. Reconstituindo o que chama de “economia moral da multidão”, seu percurso oferece uma nova perspectiva em que o motim, longe de um acontecimento ocasional, *exprime o conjunto de valores das classes populares, legitimando assim uma ação racional, compreensível dentro das tradições destas classes*. Não seria esta a estratégia mais adequada para investigar a história política colonial, substituindo o fascínio do factual por uma investigação que privilegie a trama complexa da cultura política, entendida como conjunto de significados simbólicos? Por outro lado, *trata-se também de reavaliar o peso do fator econômico como chave explicativa dos comportamentos sociais, e, neste ponto, cumpre notar que, na historiografia mais recente, as revoltas coloniais definem-se, antes de mais nada, como afloramento de conflitos de ordem econômica*, estabelecendo-se uma relação de causalidade entre o processo de tomada da consciência e as contradições do colonialismo. (...) [inserção da Nota 12].⁶⁸⁸

[Nota 11] E.P. Thompson, “The moral economy of the English crowd in the eighteenth century”, in *Past and Present*. Fev, 1971, no. 50, pp. 76-136.

[Nota 12] Escreve Fernando Novais; “Do início para o fim do século XVIII, entretanto, acentuam-se e se aprofundam as contradições, agora induzidas por mecanismos estruturais que acabam por configurar a crise: os colonos começam a tomar consciência das oposições de interesse, a assimilar idéias revolucionárias que conduzem a atitudes não só de “inovação” mas até abertamente de contestação” – *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 3ª. ed., São Paulo: Hucitec, 1985 p. 143. A análise de Caio Prado Jr. não diverge muito da de Novais, à medida que valoriza a perspectiva econômica (...) *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, s/d., p. 38. Noutra obra, o autor explica a decomposição do sistema colonial como resultado da incapacidade da infraestrutura econômica “para manter a estrutura social que sobre ela se constituíra e desenvolvera; e a isto se chegou sem que fosse preciso a intervenção de fatores estranhos, mas pelo simples desdobramento natural do processo da colonização”. (...) *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*, op. cit., p. 358.⁶⁸⁹

⁶⁸⁶ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 21-22.

⁶⁸⁷ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 248-249.

⁶⁸⁸ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 272-273 (Grifos nossos).

⁶⁸⁹ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 287-288.

Como se vê, Romeiro dirige suas críticas a dois importantes historiadores brasileiros de linhagem marxista. Eles não ignorariam as “mudanças políticas, por assim dizer, ocorridas no plano das mentalidades”, mas as veriam como reflexos de “eventos de ordem econômica”. Além disso, seu foco recairia, destacadamente, sobre o “papel da filosofia das Luzes como o catalisador *par excellence* da tomada de consciência”⁶⁹⁰. Para Romeiro, interpretações desse tipo, pressuporiam a inexistência de uma “cultura política local”. Em direção oposta, a autora entendia que a documentação por ela analisada sugeria uma “cultura política muito mais radical e contestatória do que se supõe ter existido nas Minas durante as primeiras duas décadas do século XVIII”. Assim, mesmo num caso como o de Henequim, marcado por fortes tons milenaristas, seria possível notar que categorias como honra, reputação e reverência (centrais nas sociedades do Antigo Regime) poderiam ser reapropriadas e re combinadas de modos diversos para legitimar revoltas contra o soberano⁶⁹¹.

Lançando-nos em temática bastante diferente da abordada por Romeiro, temos a tese defendida, em 1997, por Beatriz Teixeira Weber⁶⁹², que lista, em sua bibliografia, *A miséria, Tradición, revuelta y consciencia de clase, Senhores e Caçadores, A formação* e a tradução nacional do ensaio *As peculiaridades dos ingleses*⁶⁹³. Centrando-se no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, a autora propõe-se a investigar a “diversidade de práticas de cura de uma sociedade marcada pela intensa desigualdade social que se soma à diversidade étnica”⁶⁹⁴, buscando “entender que significados assumiram essas práticas para os grupos envolvidos”⁶⁹⁵ (médicos, membros do governo positivista, os pobres e os mais abastados) e salientando a dimensão conflitiva do processo (“luta feroz pela posse da verdade”) que culminou, nos anos 1930/40⁶⁹⁶, no triunfo do saberes e práticas médicas relativas à cura. Ao construir seu objeto nesses termos, Weber procurava se contrapor a trabalhos sobre a história da medicina no Brasil elaborados a

⁶⁹⁰ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 274.

⁶⁹¹ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário*, p. 273-274.

⁶⁹² WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1997 (Orientadora Maria Clementina Pereira Cunha).

⁶⁹³ THOMPSON, Edward. “As peculiaridades dos ingleses”. In: *Textos Didáticos*, n° 10. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993.

⁶⁹⁴ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 5-6.

⁶⁹⁵ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 12-13.

⁶⁹⁶ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 173.

partir de uma perspectiva teórica foucaultiana ou de “uma certa perspectiva marxista”, que, com suas “visões reducionistas”:

(...) limitaram a pesquisa em várias direções, pois afirmam que a corporação médica já estaria constituída durante todo o século XIX. Segundo essa visão, a medicina já teria seu poder consolidado e oficializado ao longo do Império, não ocorrendo tensões significativas entre ela e as diversas práticas de cura, já residuais e sem importância numa sociedade plenamente “medicalizada”. Com essa perspectiva, perde-se o movimento fundamental da história, gerado pelas tensões e conflitos próprios das relações entre os homens e entre suas concepções e práticas culturais. Ao mesmo tempo, o enfoque metodológico, privilegiando a análise discursiva, excluiu diversos atores sociais que possuem registros históricos menos consolidados nas fontes oficiais, que não chegaram a elaborar concepções formais e publicá-las. Desta forma, as visões apresentadas só permitem focar a história da medicina no Brasil via discurso de segmentos da própria corporação médica. Outras práticas de cura ficaram fora da circunscrição histórica. Por outro lado a visão dos pacientes, cujo resgate sequer foi considerado possível, mantém-se silenciada nas fontes e nas interpretações. As perspectivas teóricas que nortearam os trabalhos mencionados estiveram marcadas pela reprodução do discurso legitimador que os médicos construíram. Tomaram como verdadeiras e universais as falas típicas dos próprios médicos enquanto buscavam consolidar sua imagem profissional. Assim, esta tese insere-se no esforço historiográfico de rever essa versão da história da medicina, para incluir a experiência das populações envolvidas com práticas de cura, apesar das dificuldades das armadilhas que esta perspectiva acarreta. Fazê-lo significa ampliar o escopo das fontes habituais, mas também buscar novas ferramentas intelectuais para a análise.⁶⁹⁷

Nota-se que Weber aponta, pelos menos, três proposições teórico-metodológicas decisivas para levar adiante seu intento de elaborar uma nova “versão da história da medicina”: 1) a concepção da história como luta (“o movimento fundamental da história, gerado pelas tensões e conflitos próprios das relações entre os homens e entre suas concepções e práticas culturais”); 2) a necessidade de abarcar não apenas as práticas discursivas (segundo Weber, algo frequente nos trabalhos de matriz foucaultiana), mas, também, a “experiência”; 3) a adoção de uma abordagem que poderíamos denominar de *from bottom up*, isto é, em que não seja considerado apenas o “discurso de segmentos da própria corporação médica”, mas também a visão dos pacientes e as práticas discursivas e não-discursivas relacionadas a outras modalidades de cura. Buscando embasar tais proposições, Weber afirma que:

Uma das “chaves” para abordagem das concepções de doença e cura da população é fornecida pela antropologia. *As aproximações recentes da história com essa área de conhecimento têm permitido a identificação de novos problemas e o alargamento de ambos os horizontes de reflexão*, com possibilidades extremamente fecundas para os pesquisadores [inserção da Nota 11].

[Nota 11] *Alguns exemplos*: THOMPSON, Edward P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vols. I, II, III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e

⁶⁹⁷ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 9-10.

Terra, 1990. GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. *O Lado Oculto da Revolução: Mesmer e o final do Iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. *Os Andarilhos do Bem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.⁶⁹⁸

Vemos que, para Weber, Thompson, inclusive já em *A formação*, estaria entre os historiadores que aproximaram a história da antropologia. Assim, mencionado entre diversos estudiosos que, por meio de pressupostos diferentes e, às vezes, até antagônicos, dedicaram-se à investigação da cultura (especialmente, a popular), o historiador inglês – e mesmo seu livro clássico – aparece aqui em chave bastante distinta da que predominava nos trabalhos discentes do PPGHU dos anos 1980, sendo, particularmente, notável a ausência de referência às posições thompsonianas no debate marxista sobre classe social (conceito do qual a autora nem mesmo se vale)⁶⁹⁹. Isso não impede, evidentemente, a constatação de importantes similaridades entre as já apontadas proposições teórico-metodológicas adotadas por Weber na construção de seu objeto e aquelas presentes na obra de E. P. Thompson⁷⁰⁰. Contudo, vale ressaltar que, em apenas uma ocasião, a autora empreende, explicitamente, uma apropriação teórico-metodológica específica de um texto do historiador inglês. Com efeito, quando critica o “reducionismo dos modelos teóricos adotados, que não permitiram perceber nuances históricas importantes para a constituição da sociedade brasileira”⁷⁰¹, é ao ensaio *As peculiaridades dos ingleses* que Weber remete o leitor. Significativamente, o primeiro capítulo da tese é intitulado *As peculiaridades dos gaúchos*, sem as quais, segundo Weber, não se poderia, adequadamente, historicizar a legitimidade do saber médico e investigar a percepção dos pacientes, visto que:

No Rio Grande do Sul não havia tradição de escola médica, como ocorria no Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul inseriu-se tardiamente no restante do Brasil, sofrendo com um certo “descaso” nas políticas oficiais, com uma produção voltada para o mercado interno. Essa região não sofreu um processo de crescimento e “modernização” como do Rio de Janeiro.

⁶⁹⁸ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 10-11 (Grifos nossos).

⁶⁹⁹ Em geral, a autora utiliza termos descritivos como: “pobres”, “mais abastados”, “grupos populares”, “menos favorecidos pela ‘civilização’”.

⁷⁰⁰ É importante lembrar, entretanto, que, no último capítulo da tese, a autora sustentará, abertamente, a abordagem *history from below* para a história da medicina a partir dos textos de: PORTER, Roy. “The Patient’s View: Doing Medical History from Below”. In: *Theory and Society*. Vol. 14, n. 2, mar. 1985 e HOBBSAWM, Eric J. “A outra história: algumas reflexões”. In: KRANTZ, Frederick. *A Outra História. Ideologia e Protesto Popular nos séculos XVIII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. Cf. WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 249-250.

⁷⁰¹ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 19-20.

Apresenta uma tradição cultural marcada pela imigração de vários grupos europeus ao longo do século XIX. Frente a essas circunstâncias, havia ainda menores possibilidades de uma organização médica implantar-se como poder unívoco. Os dirigentes do governo no Estado assumiram uma posição política declaradamente positivista após a República. Essa perspectiva adotou como princípio a liberdade profissional e de cultos, sendo a normalização da prática da medicina apenas o registro e pagamento das taxas ou multas por exercício indevido. Ao mesmo tempo, defendiam a completa liberdade religiosa, o que permitiu o desenvolvimento de práticas de cura alternativas. Em torno delas, até 1928, houve sérios conflitos com os médicos que tentavam organizar-se como grupo e reivindicavam o fim da liberdade profissional, exigindo a regulamentação da medicina.⁷⁰²

Atenta às repercussões de tais “peculiaridades” em seu objeto de estudo e apoiando-se em ampla e variada documentação⁷⁰³ – algo de que careceriam os trabalhos das duas linhagens que critica⁷⁰⁴ –, Weber apresenta um conjunto de conclusões que questiona a visão progressista e linear da medicina que, segundo ela, hegemonizaria a historiografia brasileira sobre o tema. Nesse sentido, afirma Weber que, durante o período estudado, os “próprios médicos envolvidos em pesquisas, e com um discurso ‘progressista’, eram indivíduos profundamente religiosos. Eles acreditavam em ‘milagres’ e na ‘intervenção divina’ para a cura de doenças. (...) Não havia uma distinção nítida entre magia e ciência”⁷⁰⁵. No Rio Grande do Sul, “fracionados por desavenças políticas e filosóficas em torno do positivismo, de opções religiosas ou de procedimentos técnicos, os médicos gaúchos alcançaram tardiamente uma coesão baseada no combate ao princípio da ‘liberdade profissional’, diferentemente do que ocorreu em outras cidades brasileiras”⁷⁰⁶. As pessoas envolvidas com práticas de cura populares (“terreiros de batuques e rituais afro-brasileiros, seitas radicais de imigrantes europeus, benzedeiras, curandeiros, espíritas, parteiras e outras formas de lidar com a doença”⁷⁰⁷) não apenas reagiram a processos de disciplina e dominação, mas também atuaram na

⁷⁰² WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 12.

⁷⁰³ “A documentação pesquisada incluiu processos criminais do Cartório do Júri de Porto Alegre, jornais e revistas que foram publicados na cidade, legislação estadual e municipal, atas, correspondência, relatórios, requerimentos e mensagens do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Negócios do Interior e Exterior. Da cidade de Porto Alegre teve-se contato com documentos diversos da Intendência, da Assistência Pública, da Câmara Municipal, da Faculdade de Medicina e da Santa Casa de Misericórdia. É bastante diversificada a documentação das instituições como a Santa Casa, havendo relatórios da Provedoria, correspondência, relatos individuais, folhetos publicados por membros do conselho administrativo, relatos anuais das irmãs franciscanas que lá atuavam, assim como correspondência das mesmas. Também considerou-se as publicações de cronistas, memorialistas, médicos e membros do governo estadual. Outro conjunto documental extremamente rico são as publicações do Apostolado Positivista, que tratam dos mais variados assuntos, reunidos no acervo da Capela Positivista de Porto Alegre.” Cf. WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 16-17.

⁷⁰⁴ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 325.

⁷⁰⁵ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 14.

⁷⁰⁶ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 101.

⁷⁰⁷ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 247-248.

“produção/articulação própria de saberes”⁷⁰⁸ e “interagiram socialmente com criatividade e participaram ativamente das definições do mundo em que viveram”⁷⁰⁹. Construíram universos explicativos de suas dificuldades a partir de suas respectivas tradições. Não estiveram submissas à imposição de padrões “civilizadores”, mas participaram com criatividade de relações sociais complexas, construindo cotidianamente suas crenças e alternativas⁷¹⁰. Mesmo com o triunfo do saber médico, as práticas populares de cura não foram eliminadas. Elas se reorganizaram e rearranjaram seus “lugares”⁷¹¹.

Contando com a mesma orientadora que Weber, Maria Clementina Pereira Cunha, a tese de Leonardo Affonso de Miranda Pereira⁷¹², defendida em 1998, arrola, em sua bibliografia, *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Centrado nas quatro primeiras décadas do século XX e na cidade do Rio de Janeiro, o trabalho propõe-se a estudar o estabelecimento e difusão social do futebol e relações desse processo com a consolidação do nacionalismo. Tal objeto, afirma o autor, não foi por ele escolhido sem hesitações, afinal: “Escaldado com a experiência de pesquisa [do mestrado⁷¹³] sobre a festa de Momo, que já *rendera as mais diversas ironias de parte de amigos e colegas de profissão*, não me atreveria assim tão facilmente a me entregar a *um tema que aparentemente se mostrava ainda menos respeitável*”⁷¹⁴. Em que pese seus receios, Pereira não desistiu do objeto, buscando construí-lo e investigá-lo de um modo que lhe parecia mais abrangente do que, até então, havia sido feito. Em suas palavras:

(...) o processo de consolidação social do jogo no país depende, assim, de *outro tipo de olhar – que busque não só a lógica que o futebol assumia para aqueles que pensavam ter o controle total sobre ele* [especialmente, “jornalistas e esportistas dos clubes elegantes”], *mas também para os que, em outros espaços, iam entregando-se com afinco ao esporte bretão*. Não se trata, porém, da simples possibilidade de inversão do sinal, que ignore o papel desses jornalistas e esportistas dos clubes elegantes para centrar sua análise somente sobre o modo pelo qual o jogo era praticado nos campos dos subúrbios e nas várzeas. Seguindo os ensinamentos de historiadores que tem há muito se mostrado atentos para a necessidade de

⁷⁰⁸ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 247.

⁷⁰⁹ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 249. Mais adiante, insiste a autora: “os próprios ‘pacientes’ não foram objetos passivos da ação médica: optaram pelos tratamentos que sentiam como os mais adequados e organizaram redes de atendimento de diferentes naturezas e sentidos.” Cf. WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 322.

⁷¹⁰ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 117-118.

⁷¹¹ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*, p. 13-14.

⁷¹² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1998 (Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha).

⁷¹³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: os literatos e as histórias da folia no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 1994 (Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha).

⁷¹⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. i (Grifos nossos).

buscar a “outra história” escondida por sob as construções políticas que tentam apagá-las [inserção da Nota 8], *tenta-se aqui juntar essa preocupação à possibilidade de entender esse processo de forma relacional* – buscando no conflituoso diálogo estabelecido em torno do jogo a explicação para sua rápida consolidação na cidade. *Trata-se assim de contar uma história que não privilegie somente um ponto de vista, seja na constituição de uma versão oficial ou na de uma história vista de baixo, mas de tentar entender esse movimento a partir da relação entre os muitos sujeitos nele envolvidos.*

[Nota 8] Conferir, a respeito, a produção já clássica de historiadores como E. P. Thompson (*Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, Barcelona: Critica, 1979), E. Hobsbawm (*Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987) e G. Rudé (*A multidão na história. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra. 1730-1848*, Rio de Janeiro: Campus, 1991). *Para uma análise mais geral do impulso deste grupo de historiadores marxistas ingleses no sentido de construir uma “história vinda [sic] de baixo”, ver o prefácio de E. Hobsbawm e Frederick Krantz, A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII-XIX*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990; e Jim Sharpe, “A história vista de baixo”, in Peter Burke (org.), *A escrita da história. Novas perspectivas*, São Paulo: Ed. UNESP, 1992.⁷¹⁵

No trecho citado, Pereira afirma, explicitamente, apoiar-se em Thompson, Hobsbawm e Rudé. Contudo, tais autores são identificados por ele a uma “história vista de baixo”, entendida por Pereira como uma história que privilegia “somente um ponto de vista”. Posição julgada insuficiente por ele, uma vez que buscava analisar, simultaneamente, a “constituição de uma versão oficial” sobre o futebol, o que o leva a declarar que adotará uma abordagem “relacional”⁷¹⁶ para o processo investigado. Desse modo, constatamos que, em fins dos anos 1990, Thompson poderia ser, como ocorrera na década anterior, apresentado como um autor centrado, exclusivamente, nas classes subalternas, propositor de uma espécie de história dos vencidos (oposta à história oficial). Entretanto, como vimos no Capítulo 1 desta tese, diversos ensaios de *Tradición* – lembremos, por exemplo, na análise de Thompson sobre o paternalismo – são construídos a partir, exatamente, das dinâmicas relações entre “patrícios” e “plebeus”, numa abordagem “relacional” (*from bottom up*) muito similar àquela que, com grande êxito, Pereira desenvolve ao longo de seu trabalho. Igualmente semelhante, vale acrescentar, é o tratamento dado pelo historiador inglês, no mencionado livro, e por Pereira, em sua tese, à cultura, entendida por este “não como um campo de construção de harmonias e consensos”⁷¹⁷, mas como uma arena “de efetivação de negociações e embates diversos”, um espaço de disputas sociais pela legitimidade de valores e aspirações⁷¹⁸. Assim, como

⁷¹⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 4-5 (Grifos nossos).

⁷¹⁶ “(...) trata-se de buscar o modo pelo qual parcelas diferentes e até antagônicas da sociedade fizeram do futebol um instrumento de expressão e de mediação de seus conflitos. Constituindo-se como um repertório comum a todos que lhes permitia estabelecer suas fronteiras (...)” Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 5-6.

⁷¹⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 10.

⁷¹⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 185-186.

veremos, sustentando a tese de que a consolidação social do futebol e a de um certo sentimento nacional a ele associado deveriam ser compreendidas a partir da ideia de que o jogo configurou-se como terreno de conflituoso diálogo no qual múltiplos e ativos agentes atuaram com lógicas e sentidos diferentes, Pereira poderia, com certa facilidade, ser visto, por contemporâneos seus, como um thompsoniano⁷¹⁹, entendimento com o qual, parece-nos, ele não estaria, plenamente, de acordo.

Segundo Pereira, iniciada em fins do século XIX, a prática do futebol, na cidade do Rio Janeiro, adentrou o século XX como uma “novidade moderna e elegante”, fortemente identificada com seus introdutores no Brasil, isto é, imigrantes europeus (particularmente, os ingleses) e jovens estudantes de famílias brasileiras abastadas que traziam da Europa as novidades do moderno esporte. Nesse período, os próprios admiradores do futebol “que se reuniam nos recém-fundados clubes da zona sul” (Fluminense, Botafogo etc.) esforçaram-se para construir a imagem de “um jogo de elite, um fidalgo esporte inacessível a negros e a trabalhadores em geral”⁷²⁰. Para o restrito grupo de praticantes do futebol, reproduzir a forma “pela qual o jogo era praticado na Inglaterra” configurava-se como critério de excelência⁷²¹, que se expressava, por exemplo, na própria manutenção do vocabulário inglês. Apropriando-se da crescente valorização da educação física, apoiada no, então em voga, discurso higienista, os seletos praticantes do futebol procuraram salientar o papel de destaque que ele teria na regeneração física e moral dos brasileiros⁷²² e, conseqüentemente, da própria nação. Colocando como prioritária a defesa do vigor físico da juventude por meio dos esportes, os sócios dos clubes de elite construía para si próprios a imagem de *sportmen*, afirmando serem secundárias as rivalidades e a paixão pelo time⁷²³. Propunham-se, assim, a ser “modelos que deveriam ser seguidos pelo restante da massa de gente sem força e saúde”⁷²⁴. Isso não significava, contudo, eliminar os mecanismos de exclusão que

⁷¹⁹ Juízo que se fortaleceria quando consideradas proposições tais como: “(...) esse trabalho *procura na experiência de sujeitos diversos as múltiplas possibilidades de significado* que se engendravam no próprio processo de construção da nacionalidade”. Ou: “Preocupados somente com questões ligadas à esfera do trabalho, historiadores e cientistas sociais deixaram nas sombras por muito tempo outras práticas não relacionadas com ele. Atestando a percepção que vê em fenômenos como o futebol assuntos de menor importância, *seu silêncio indica a falta de atenção dedicada à experiência desses sujeitos fora do ambiente de trabalho*”. Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 10 e 3, respectivamente (Grifos nossos).

⁷²⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 7-8.

⁷²¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 31.

⁷²² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 37.

⁷²³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 49.

⁷²⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 52.

procuravam afastar trabalhadores braçais (especialmente, os negros) dos clubes e campeonatos da elite carioca⁷²⁵.

Em que pese tais tentativas de se restringir o futebol aos círculos elegantes da cidade, ele não se manteve como monopólio de um grupo. Assim, já no fim dos anos 1910, a marca elitista que se construía para o futebol não mais se sustentava. Negros, operários, moradores dos subúrbios passaram a se envolver, intensamente, com o novo esporte: praticando-o nas novas associações esportivas populares que, rapidamente, proliferavam-se; engrossando o público dos jogos disputados nas várzeas e mesmo daqueles realizados nos clubes elegantes da cidade; confrontando regulamentos e práticas segregacionistas dos campeonatos controlados pela elite⁷²⁶ e tomando parte nestes. O processo não se deu sem tensões, sofrendo os novos praticantes do futebol e as maneiras específicas como o praticavam severas críticas de cronistas esportivos e sócios dos clubes elegantes da cidade⁷²⁷. De qualquer modo, foi nesse contexto de expansão do futebol que os jogos dos selecionados nacionais passaram a ser acompanhados (às vezes no mesmo estádio) com atenção por sujeitos dos mais diversos perfis, revelando as potencialidades desse esporte para a construção de uma identidade geral entre os brasileiros do Rio de Janeiro⁷²⁸. Contudo, a importância que esse sentimento nacional assumia entre variados segmentos da população carioca não significava nem a atribuição de um sentido único a ele⁷²⁹ nem a eliminação de fissuras e ambiguidades relacionadas à existência simultânea de diversas outras identidades (raciais, socioeconômicas, regionais etc.)⁷³⁰.

O próprio futebol continuou sendo apreendido a partir de sentidos diferentes, relacionados às experiências sociais e aos projetos dos variados sujeitos que dele se apropriavam. Literatos como Coelho Netto e Lima Barreto, por exemplo, tinham posições muito diferentes sobre o futebol. Para o primeiro, o esporte seria uma escola de disciplina e solidariedade, base do civismo e da regeneração nacional. Na visão do segundo, um poderoso instrumento de dominação⁷³¹. Para os patrões que estimulavam a criação de clubes em suas empresas, o futebol era visto como uma forma de atenuar as contradições

⁷²⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 59-63.

⁷²⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 112-122.

⁷²⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 125-129.

⁷²⁸ “Centrando somente neles [intelectuais e escritores que trataram do tema da nacionalidade] sua atenção, a historiografia sobre o período [isto é, a Primeira República] acabou por desconsiderar sujeitos como os muitos grupos de torcedores que envolviam-se com a disputa do selecionado brasileiro – fazendo do nacionalismo nas primeiras décadas do século uma questão que tinha nos intelectuais os seus únicos agentes.” Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 96.

⁷²⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 153-154.

⁷³⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 163-186.

⁷³¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 215.

com os trabalhadores, entendimento bastante presente, também, entre os sindicalistas. Ambos, contudo, não raramente, foram surpreendidos por operários que faziam do futebol um elemento central de sua sociabilidade e da construção de redes de solidariedade entre companheiros de ofício, fomentando, mais amplamente, uma identidade de classe (o que, não tardou a ser percebido pelos próprios sindicalistas)⁷³². Já para os praticantes do futebol nos arrabaldes da cidade, organizados, fundamentalmente, em clubes esportivos, ele assumia, também, diversos significados específicos:

(...) excelente e acessível *meio de diversão*, ele aparecia como um elemento importante na experiência de inúmeros trabalhadores do período. Fosse *organizando as tensões entre os moradores das regiões pobres da cidade*, garantindo a seus participantes um *meio de ascensão social* ou *possibilitando apoio para as atividades de que gostavam*, ele transformava-se em um *modo de legitimar suas práticas recreativas de um modo mais amplo*. (...) Fazendo dele o que bem entendiam, os adeptos do bolapé tinham nos seus centros esportivos um *espaço de efetivação de um sentido para o jogo distante dos ideais projetados sobre ele por muitos de seus defensores na imprensa, na literatura ou na medicina*. No lugar de uma solidariedade que anulasse as tensões, a busca de um *meio próprio de articular identidades e antagonismos*, organizando as diferenças sociais nos bairros pobres; ao invés da disciplina uniformizadora, a *efetivação de suas próprias práticas*; e, onde se esperava regeneração, a *consolidação de tradições recreativas* que transformavam estes pequenos clubes nos *grandes centros de sociabilidade da zona norte e dos subúrbios*. Nem parecia que falavam do mesmo esporte...⁷³³

Encerrando o longo percurso de seu trabalho⁷³⁴, Pereira, concentrando-se nos anos 1920 e 1930, sintetiza, destacando o contexto de construção da ideia de democracia racial e de profissionalização dos atletas, o conflituoso processo de consolidação do futebol como “uma força motriz do sentimento nacional ainda hoje a ele associado”⁷³⁵, dando ênfase à centralidade assumida pela questão racial nesse fenômeno. Com efeito, em meados dos anos 1930, o futebol assumia contornos de esporte autenticamente nacional, sendo o Brasil visto como detentor de um estilo único, fruto da “síntese da mistura cultural e racial” que teria formado a nação. Apagando embates e tensões, a “contribuição” negra era, então, apontada como um elemento positivo na construção da brasilidade⁷³⁶.

Uma opção teórico-metodológica que perpassa a tese de Pereira é a concepção de que as identidades são múltiplas, relacionais, contextuais e dinâmicas. Atento a essa diversidade e se posicionando como um historiador (social) da cultura, o autor não hesita em concluir que: “Embora muitas vezes a identidade classista se sobrepusesse às demais,

⁷³² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 251-276.

⁷³³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 250-251 (Grifos nossos).

⁷³⁴ Em que fontes diversas foram mobilizadas, sobretudo: estatutos e atas de associações esportivas; jornais operários e periódicos da grande imprensa; obras literárias; relatórios policiais.

⁷³⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 9-10.

⁷³⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 320-326.

tornando-se mais visível do que outras, ela tinha em sua base uma infinidade de matizes, desacordos e tensões internas que não podem ser deixados de lado”⁷³⁷.

Lançando-nos em outro universo temático, temos o doutorado, defendido em 2001, por Antônio L. C. Simões Pires⁷³⁸, que arrola, em sua bibliografia, as edições nacionais de *A formação* (volume 1) e de *Costumes em Comum*. Centrando suas pesquisas em Salvador e no Rio de Janeiro, o autor afirma que sua tese:

(...) busca demonstrar que a capoeira contemporânea (angola e regional) é uma tradição inventada nas primeiras décadas do século passado em um contexto específico de construção de identidades nacionais. Tal obra envolveu diversos grupos sociais, como os praticantes do samba, do candomblé, intelectuais de diversas filiações filosóficas, empresários, governantes, membros dos movimentos negros e principalmente os capoeiras. A comprovação dessa tese resultou em um grande trabalho de levantamento de fontes de natureza diversa. O período de abordagem é difuso, apesar de estar centrado entre o final do século XIX e os anos 50 do século passado (1890-1950).⁷³⁹

Do ponto de vista teórico-metodológico, Pires ressalta a influência, em sua pesquisa, dos ensaios presentes na coletânea *A invenção das tradições*⁷⁴⁰. Eles teriam lhe indicado a necessidade de investigar os significados de símbolos e rituais em um contexto de produção em massa de tradições, as quais, mesmo quando sustentadas em sólidos argumentos históricos (apontando para origens distantes) poderiam, quando abordadas por meio de que estudos especializados, revelarem-se amparadas em “lendas e raízes remotas falsificadas”⁷⁴¹. Além dos mencionados ensaios, Pires ressalta que sua pesquisa “apresenta uma filiação epistemológica bastante clara. O caminho escolhido foi o da história social, e as experiências da microanálise”⁷⁴². Nesse sentido, sem deixar de apontar as diversas tendências internas à micro-história⁷⁴³, Pires destaca a importância de se reconstruir, não como algo estático, os contextos micro e macro e alternar as escalas de análise⁷⁴⁴ e de, nas abordagens biográficas, interpretar a rede de relações na qual o

⁷³⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 6.

⁷³⁸ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Sidney Chalhoub).

⁷³⁹ Antônio L. C. Simões Pires. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 4-5. As fontes mais utilizadas por Pires são: processos crime, periódicos, fotografias, iconografias, documentos de cartório, memórias, relatos orais, escritos de viajantes e obras literárias.

⁷⁴⁰ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁷⁴¹ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 2-3.

⁷⁴² PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 7-8.

⁷⁴³ GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989.

⁷⁴⁴ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

personagem investigado se insere e suas possibilidade de escolha frente a sistemas normativos⁷⁴⁵.

Nas considerações teórico-metodológicas iniciais do autor, Thompson, por meio de *A formação*, é mencionado, uma primeira vez, apenas para Pires sublinhar, muito brevemente, que, na investigação, preocupou-se “constantemente com as visões de mundo dos indivíduos e suas experiências sociais”⁷⁴⁶. Contudo, um pouco mais adiante, indicando o caráter secundário dessa menção ao historiador inglês, a mesma proposição é sustentada, mas de maneira muito mais detalhada, a partir de micro-historiadores:

(...) o fundamental da investigação parte do que diz respeito ao comportamento e à experiência humana em contextos sociais diversos. A reconstrução das identidades sociais aparece como tarefa obrigatória, e o enfoque está nas relações entre os indivíduos, nas situações vividas (de concorrência, de aliança, de solidariedade, de conflito etc.) e em seus símbolos sociais [inserção da Nota 20]. Nesta história dos capoeiras busquei conhecer os recursos materiais, cognitivos e culturais dos indivíduos. Esquadrinhei comportamentos sociais e busquei generalizações a respeito da cooperação e da competição. Dessa forma, as ações humanas aparecem como fruto de um processo, em parte consciente, revelador dos usos que os indivíduos fazem de situações experimentadas. Obviamente, este estudo representa uma diversidade de formas de vida social e de pontos de vista dos atores. Esses procedimentos me levaram ao acesso e à análise de certas regularidades nas ações humanas, ao meu ver, fundamentadas em valores culturais [inserção da Nota 21].

[Nota 20] Jacques Revel (organizador). “Microanálise e construção do social”, In *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.17.

[Nota 21] Paul-André Rosental. “Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a microstoria”, In Jaques Revel (Organizador). op. cit., pp.149-172.⁷⁴⁷

Em uma segunda menção a Thompson, ainda nas considerações teórico-metodológicas iniciais, Pires apropria-se da concepção de cultura do historiador inglês, a qual se mostrará, como veremos, decisiva na construção de argumentos centrais do autor. Nesse sentido, afirma Pires que:

(...) como próprio das tradições inventadas, esses estilos [capoeira angola e regional] procuraram laços com o passado e a invariabilidade, mas enfrentam uma luta constante frente ao livre costume de jogar-se a capoeira. Essa tensão entre tradição e costume [inserção da Nota 22], no universo dos capoeiras, criou uma grande diversidade de estilos dentro dos estilos principais. A nova tradição da capoeira já surgiu esfacelada, sob signos e representações diferentes. E é uma tradição diversificada, que revela a pluralidade da sociedade estudada. Os praticantes da capoeira desenvolveram discursos ideológicos que impulsionaram a invenção de tradições para a prática. (...) *Os capoeiras foram ativos no trabalho de articulação dessa tradição à idéia de cultura popular. Para isso eles fizeram as adaptações necessárias à prática da capoeira, recebendo de forma elaborada as influências da tradição escrita, transformando a cultura em símbolo de comunidade e nação.*

⁷⁴⁵ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In. FERREIRA, Marieta. M. e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁷⁴⁶ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 7-8.

⁷⁴⁷ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 8-9.

[Nota 22] Ver E. P. Thompson. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia das Letras, 1998. Para o autor os costumes estão em permanente transformação e cabe ao historiador descrever como eles se apresentam na cultura dos indivíduos. O termo “cultura” surge desprovido de um valor holístico ou ultraconsensual. Pelo contrário, *a cultura humana aparece como agente revelador de interseções ou contradições profundas, com propriedades descritivas*.⁷⁴⁸

É a partir desse entendimento da cultura como terreno dinâmico de trocas e conflitos (que não deve ser investigada “somente em seus significados e valores, mas também por dentro das relações sociais de poder, envolvendo diversos ambientes, ou seja, contextualizada em determinado lugar material”⁷⁴⁹) que Pires põe-se a estudar o processo de invenção da tradição da capoeira contemporânea, fundamental para construção dessa prática sociocultural como “símbolo da cultura nacional”⁷⁵⁰.

Segundo Pires, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a capoeira era uma prática cerceada e punida, sendo explicitamente criminalizada no Código Penal de 1890. Durante boa parte desse período, a capoeira era vista como um elemento da “cultura escrava” ou, mais amplamente, como uma prática sociocultural fortemente identificada com as “camadas sociais mais baixas, de um ponto de vista das relações de produção material”⁷⁵¹, o que não significa a inexistência de praticantes de classe média. Agentes jurídicos e policiais buscaram produzir uma imagem, que se cristalizou enquanto verdade, dos capoeiras como “vadios”, concepção que não encontra base nos dados quantitativos de Pires, os quais demonstram estarem eles “profundamente envolvidos com os procedimentos sociais do trabalho”⁷⁵², indicando ser a capoeira parte da “cultura dos trabalhadores”⁷⁵³. Isso não quer dizer, entretanto, que capoeiras não fossem protagonistas de diversos conflitos urbanos, lutando entre si, contra as forças policiais e mesmo a mando de políticos a quem serviam como braços armados em disputas político-eleitorais⁷⁵⁴. Por fim, outro elemento dessa tradição hegemônica de capoeira vigente até as primeiras décadas do século XX era a frequente participação dos capoeiras em outros

⁷⁴⁸ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 9 (Grifos nossos).

⁷⁴⁹ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 4. Além dos autores principais já mencionados, Pires mobiliza, também, em suas discussões sobre o conceito de cultura (popular): BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec/Editora UNB, 1997; BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; CUNHA, Maria C. Pereria. “A tradução da tradição. Cultura popular, tradições e folclorismo no Brasil do século XIX”. Campinas: Unicamp, CECULT. mimeo.; REVEL, Jaques e CERTEAU, Michel de e JULIA, D. “A beleza do morto: o conceito de cultura popular”. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1989; BORNHEIM, Gerd e outros. *Cultura brasileira: tradição, contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

⁷⁵⁰ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 1.

⁷⁵¹ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 35.

⁷⁵² PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 43-44.

⁷⁵³ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 69.

⁷⁵⁴ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 176-183.

espaços e práticas culturais bastante identificados com a cultura negra, como o samba e o candomblé⁷⁵⁵.

Tal tradição de capoeira teria sido, de acordo com Pires, deslocada por uma outra, ao longo da primeira metade do século XX, em um processo cujos primeiros elementos formativos delineiam-se a partir de inícios dos novecentos. Desde essa época, já haveria, no Rio de Janeiro, um movimento valorizador da capoeira que alcançou diversos grupos sociais (políticos, literatos, militares etc.). Para esses agentes, a capoeira, modelada pelas lutas marciais, seria o esporte “genuinamente brasileiro”⁷⁵⁶ (“ginástica nacional”). Tal processo de “esportivização” da capoeira estendeu-se por décadas, levando à criação de regras desportivas, de indumentária própria e de métodos de ensino/aprendizagem⁷⁵⁷. Se resultou na atração de novos praticantes, incluindo membros da classe média e da elite, e na construção de uma imagem mais positiva para a capoeira, a “esportivização” significou, também, a minimização dos aspectos lúdicos da prática cultural. No caso de Salvador, processo similar de esportivização teve lugar, especialmente nos anos 1930 e 1940, mas sem prejuízo dos componentes lúdicos, folclóricos e artísticos da capoeira, que chegaram mesmo a ser reforçados. Nesse movimento de invenção cultural da tradição da capoeira contemporânea, dois personagens teriam sido fundamentais: Manoel dos Reis Machado, o mestre Bimba, e Vicente Ferreira Pastinha, o mestre Pastinha, principais “inventores”, respectivamente, dos, por longo tempo antagônicos⁷⁵⁸, estilos regional e angola. Assim como no Rio de Janeiro, as modificações introduzidas na capoeira por tais agentes transformaram a prática cultural (e os valores a ela associados) e o próprio perfil dos praticantes (ampliando a participação de membros da classe média e das elites⁷⁵⁹). A capoeira da Bahia, vale acrescentar, tornou-se, em meados do século XX, o principal referencial para os praticantes brasileiros⁷⁶⁰.

⁷⁵⁵ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 83 e 212.

⁷⁵⁶ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 95.

⁷⁵⁷ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 95-106.

⁷⁵⁸ “A capoeira angola foi construída em oposição a outras lutas e ao estilo de capoeira regional. Os angoleiros tiveram que colocá-la como prática única, genuína. Assim, mestre Pastinha atacou a capoeira regional apontando-a como misturada a outras lutas que estavam em evidência na época. A capoeira angola aparece como a prática no seu “estado mais puro”. Mestre Pastinha inventa a capoeira angola dentro de uma nova idéia: a que une a concepção esportiva à ludicidade. A capoeira é apresentada como ímpar, fruto da experiência africana no Brasil (...)” Cf. PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 284.

⁷⁵⁹ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 265.

⁷⁶⁰ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 296 e 307.

A ruptura com a tradição da capoeira do século XIX e a criação de uma nova⁷⁶¹ foi parte de um processo mais abrangente em que a capoeira não apenas deixou de ser crime (1937), mas assumiu a condição de símbolo da cultura nacional. Para que esse fenômeno ocorresse, a atuação de diversos agentes foi decisiva. Intelectuais socialistas, comunistas e nacionalistas (inclusive de direita), por exemplo, participaram ativamente no processo de “reabilitação” simbólica da capoeira⁷⁶², vinculando-a ao conceito de “cultura popular” (brasileira). Especialmente com o advento do Estado Novo, políticos mostraram-se, igualmente, interessados em transformar símbolos étnicos em representativos da cultura nacional⁷⁶³, com evidentes intenções de modelar uma nova identidade nacional mais adequada a seus projetos de poder. Tais elementos, contudo, não significam, como ressalta Pires, que os capoeiristas tenham sido manipulados por setores dominantes. Pelo contrário, salientando a agência dos subalternos bem como a cultura como terreno de trocas e conflitos, afirma o autor que:

Certamente, muitas das transformações implementadas por mestre Bimba e mestre Pastinha foram propostas por membros das classes altas e médias da sociedade. (...) Mas essas visões estiveram submetidas a uma hierarquia social, na qual os indivíduos que lideraram, implementaram e dirigiram as mudanças não foram os oriundos das classes médias e altas da sociedade.

Muito ainda pode ser apreendido através da vida desses personagens [Pastinha e Bimba] principalmente a necessidade de se adquirir mais respeito pelas pessoas simples que *historicamente podem exercer papel fundamental na existência humana e nas melhorias do mundo*.⁷⁶⁴

Segundo Pires, o projeto de pesquisa que deu origem à sua tese surgiu em 1986, ocasião em que tinha se “desligado de um projeto de estudos sobre setores da classe operária na cidade do Rio de Janeiro” e passado a “estudar temáticas relacionadas à cultura popular”⁷⁶⁵. Tal informação parece ser importante para entendermos os juízos do autor sobre a capoeira como parte de uma “cultura operária”⁷⁶⁶ ou da cultura das “classes trabalhadoras”⁷⁶⁷ e, ao mesmo tempo, sua contínua preocupação em evidenciar os limites

⁷⁶¹ “A capoeira é tradição inventada porque ela tem fundamentos ideológicos, não somente técnicos, apesar de que, enquanto jogo, possui suas regras mutáveis. Ela ainda é uma tradição reinventada por ser um processo de formalização e ritualização com referências ao passado.” Cf. PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 310.

⁷⁶² PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 279.

⁷⁶³ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 107.

⁷⁶⁴ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 308-309 (Grifos nossos).

⁷⁶⁵ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. vii.

⁷⁶⁶ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 194.

⁷⁶⁷ PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*, p. 65.

de uma análise classista que não considere identidades, conflitos e solidariedades constituídas a partir de outros referenciais (raça, território, etnia etc.).

Fechando o bloco das teses relativas à história social da cultura aqui analisadas, temos o trabalho de Liane Maria Bertucci⁷⁶⁸, que, defendido em 2002, arrola diversos textos thompsonianos em sua bibliografia: *A miséria da teoria*; *Costumes em comum*; *Senhores e caçadores*; *Tradición, revuelta* e os três volumes da edição espanhola de *La formación histórica de la clase obrera*. Por meio do estudo da epidemia de gripe espanhola na cidade de São Paulo, ocorrida no segundo semestre de 1918, o objetivo da tese é:

(...) recuperar a desestruturação do cotidiano na Capital, a mobilização popular e oficial diante da catástrofe epidêmica e, principalmente, como os doutores agiram (e reagiram) diante do estrondoso fracasso da ciência médica representado pela influenza epidêmica. O texto resgata aspectos de uma época em que “arautos” da medicina científica buscavam, pouco a pouco, se diferenciar e distanciar de maneira mais contundente daqueles que exerciam outras práticas de cura, “especializando” seus pronunciamentos e indicando o local onde eles deveriam ser feitos, tornando-os cada vez mais opacos aos leigos.⁷⁶⁹

Partindo da idéia de que *os caminhos da ciência* são feitos e refeitos por homens em seus relacionamentos sociais, acompanhar um pouco da trajetória de alguns desses indivíduos em uma época singular, marcada pela epidemia, é tentar *resgatar caminhos sinuosos de um conhecimento que é gerado na sociedade e se transforma e sustenta através da interação social das pessoas, inclusive dos chamados pacientes, com suas críticas e reivindicações* [inserção da Nota 20], *e dos portadores de outras formas de saber sobre a saúde e a doença, quer através de discussões e conflitos, quer por meio de aproximações e identificações*. Trabalhos de Carlo Ginzburg, Roger Chartier e, *especialmente*, Edward P. Thompson, com suas reflexões sobre a complexidade das relações entre os homens e suas manifestações sociais, *inspiram essa perspectiva*.

[Nota 20] Roy Porter chama atenção para a necessidade do resgate do ponto de vista dos pacientes, da relação médico-paciente e do aspecto social que envolve a prática médica, para que a história da medicina não seja apenas um encadear de “feitos espetaculares” de médicos e cientistas, veja: PORTER, Roy. “The patients’ view: doing medical history from below”. *Theory and Society*, v. 14, n. 2, p. 175-198, March 1985.⁷⁷⁰

Tais colocações de Bertucci evidenciam sua opção teórico-metodológica por uma história *social* da ciência e/ou da medicina ou, mais amplamente, dos diversos saberes relativos à saúde e à doença, incluindo as práticas de cura. Ainda que faça alusão a “trabalhos” de Ginzburg, Chartier e, “especialmente”, Thompson como inspiradores da perspectiva que adota, Bertucci não remete o leitor, nos fragmentos citados, a nenhum texto e/ou conceito específico desses autores, optando por referenciar, somente, artigo de

⁷⁶⁸ BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha).

⁷⁶⁹ BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza...*, p. iii.

⁷⁷⁰ Para este trecho e o anterior, cf. BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza...*, p. 10-11 (Grifos nossos).

Roy Porter em que se defende a importância de uma abordagem *from below* para a história da medicina.

Apoiando-se em muitas e variadas fontes⁷⁷¹, a autora procura, ao longo de toda a tese, manter-se coerente com as opções que enunciou no começo do trabalho. Assim, Bertucci apresenta ao leitor as instituições médicas/sanitárias existentes na capital paulista às vésperas da epidemia de gripe, destacando tanto as concepções de ciência vigentes na comunidade médica quanto as disputas travadas em seu interior e suas repercussões no desenvolvimento desse saber. Na sequência, a autora explora as muitas e diversas práticas de cura a que puderam recorrer os paulistanos diante da gripe espanhola, ressaltando tanto os imbricamentos quanto os esforços de distinção entre os saberes da medicina “oficial” e os da “medicina popular”. Finalmente, Bertucci investiga o restabelecimento do cotidiano da cidade, enfatizando as ações dos médicos para reforçar sua condição de detentores do saber hegemônico na sociedade sobre a doença e a cura, mesmo tendo fracassado fragorosamente no enfrentamento da epidemia de influenza.

No percurso empreendido por Bertucci, E. P. Thompson só voltou a ser mencionado mais uma vez, tratando-se de referência pontual e sem desdobramentos à concepção do historiador inglês de que a lei deve ser analisada, também, como terreno onde lutas sociais são travadas⁷⁷². Mesmo quando a autora buscou reiterar seu entendimento de história social da cultura, Thompson foi preterido, optando Bertucci por recorrer a Ginzburg, Chartier e Burke, que são mencionados sem observações sobre semelhanças ou diferenças em suas concepções. Assim, segundo a autora:

(...) resultado da diversidade, trocas e novas criações de aspectos culturais entre as pessoas, os valores e crenças presentes em uma sociedade são incorporados e reorganizados de forma singular por indivíduos de classes e grupos sociais diferentes, em um movimento contínuo de idéias que ganham assim significados diversos e inéditos. Criação de novos sentidos para elementos culturais herdados, a existência de permutas e recriações entre pessoas não traduziria ignorância, pouca civilidade (...) ou a existência de uma “mentalidade coletiva”, interclassista, homogênea na sociedade, mas assinalaria o permanente e diferenciado dinamismo da própria cultura – entendida como o conjunto de valores, crenças e práticas diversas de uma sociedade que estão em permanente transformação [inserção da Nota 391]. [Nota 391] Cf.: GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; *História noturna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. CHARTIER, Roger. *A história cultural* Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Especialmente, p. 121-139. Veja

⁷⁷¹ Obras literárias; autobiografias e livros de memórias; jornais operários e da grande imprensa; documentação variada de associações médicas e de órgãos do Estado relativos à saúde pública; anais das casas legislativas estaduais e municipais; artigos, conferências e livros de médicos; correspondência variada (especialmente de autoridades públicas); leis e decretos estaduais e municipais.

⁷⁷² BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza...*, p. 245 (nota 392).

também as idéias de Peter Burke sobre “popular” e “cultura”. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 16-23.⁷⁷³

A postura de não apontar eventuais diferenças teórico-metodológicas entre autores persiste ao longo de toda a tese de Bertucci, que não hesita em se valer de um eclético repertório que, além dos autores já mencionados, inclui, por exemplo, Ariès, Delumeau, Le Goff, Bakhtin, Foucault, Benjamin e muitos outros⁷⁷⁴, com particular destaque para os pesquisadores da história das ciências.

3.8.1. Reunindo fragmentos IV

Nas teses analisadas no bloco “Estudos diversos em história social da cultura”, voltamos a encontrar algumas das frequentes características das apropriações das obras de Thompson em produções discentes do PPGHU apontadas, anteriormente, neste capítulo. Mais uma vez, a onipresença da categoria “experiência” não é acompanhada de quaisquer considerações teórico-metodológicas explícitas sobre a mesma. Voltamos a nos deparar, também, com o uso bastante alargado da noção thompsoniana de “economia moral”, a qual, no trabalho de Romeiro, é utilizada para caracterizar uma espécie de cultura política popular. Novamente, constatamos a apropriação conjugada de textos de micro-historiadores com os de E. P. Thompson, não sendo raro estes assumirem posição secundária nesse arranjo teórico-metodológico, o qual, vale acrescentar, não era comum apenas entre discentes do PPGHU⁷⁷⁵.

Por outro lado, nas teses analisadas neste bloco, deparamo-nos, também, com novidades. Quase sempre mobilizado junto com autores que se reivindicaram, abertamente, pesquisadores da cultura, Thompson assumia, cada vez mais, a condição de historiador (social) da cultura. Como vimos, em meados da década de 1990, Vainfas já apontava a obra de Thompson como um dos mais praticados modelos da “nova história cultural”. Pouco tempo depois, no começo dos anos 2000, em balanço da produção nacional, Barros não hesitou em afirmar que: “Poucos autores como Edward Thompson

⁷⁷³ BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza...*, p. 244 (Grifos nossos).

⁷⁷⁴ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. v. 1. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989; DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente São Paulo*: Companhia das Letras, 1990; LE GOFF, Jacques; LADURIE, E L.; DUBY, Georges e outros. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1983; BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1993; FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984; BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁷⁷⁵ VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”, p. 161-162.

influenciaram tanto a historiografia cultural no Brasil”⁷⁷⁶. O fortalecimento dessa nova imagem do historiador inglês fomentava – e era fomentada por – maneiras de ler Thompson pouco comuns na produção discente dos anos 1980 analisada anteriormente nesta tese. Com efeito, em trabalhos como os de Abreu e Romeiro, verificamos, por exemplo, leituras de *A formação* que foram muito além das proposições thompsonianas sobre classe. Na verdade, classe foi um termo que poucas vezes foi mobilizado nas teses analisadas neste bloco, valendo-se os discentes de grande variedade de termos para designar os sujeitos (individuais e coletivos) que tomavam como foco de suas análises. Seria tal ocorrência indício daquilo que se apontou como a “domesticação” de Thompson pelo culturalismo⁷⁷⁷?

Pelo menos no caso da produção discente do PPGHU aqui analisada, entendemos que não. Afinal, os usos de Thompson nela empreendidos foram sempre para levar adiante uma abordagem social (quando não declaradamente materialista) para a cultura na qual a história, concebida como luta, é apreendida “de baixo para cima”. Contudo, é certo que tal apropriação da obra de Thompson não era a única efetivada nas pesquisas brasileiras em história cultural dos anos 1990. Nestas, segundo Vainfas, seria possível constatar, muitas vezes, “um certo ecletismo teórico”. “Misturas de Ginzburg com Foucault, deste último com Thompson, nada disso é estranho a vários trabalhos realizados na pesquisa universitária brasileira”⁷⁷⁸. Nas diversas formas que tais arranjos poderiam assumir, emergiam, seguramente, leituras de Thompson informadas por pressupostos culturalistas. De qualquer modo, seja pelos caminhos mais encontrados nas teses aqui analisadas ou por outros, é inegável que a obra de Thompson foi largamente incorporada ao crescente campo da historiografia cultural, fenômeno intensificado com a publicação da edição nacional de *Costumes em comum*. Tal movimento significou um novo impulso à recepção da obra do historiador inglês, o que se mostrou decisivo para que esta continuasse desfrutando do lugar de destaque que assumira na historiografia nacional dos anos 1980.

⁷⁷⁶ BARROS, João D’Assunção. “História cultural: um panorama teórico e historiográfico”. *Textos de História*, v. 11, n. 1/2, 2003, p. 151.

⁷⁷⁷ MATTOS, Marcelo B. “Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil”. *Tempos Históricos*, v. 5/6, 2003/2004, p. 31 e MATTOS, Marcelo B. “E. P. Thompson no Brasil”. *Outubro*, n. 14, 2006, p. 103-107. Em trabalho posterior, Mattos explicaria que, baseado em Aijaz Ahmad (*Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo, 2002), entendia o “culturalismo” como “uma ideologia (...) que trata a cultura não apenas como um forte aspecto de organização e comunicação social, mas como uma instância determinante”. Cf. MATTOS, Marcelo B. “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”. In: MELO, D. B. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 70.

⁷⁷⁸ VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”, p. 162.

3.8.2.A nova historiografia da cultura: olhares divergentes

Em setembro de 1988, o *Jornal do Brasil* trouxe extensa matéria sobre as “mudanças silenciosas” que estariam ocorrendo na historiografia brasileira. O subtítulo da manchete que estampava o caderno *Idéias* esclarecia que estaria emergindo no país uma “nova tendência, que privilegia o estudo do cotidiano e das mentalidades, revira as pesquisas de História do Brasil e troca os heróis pelo homem comum”⁷⁷⁹. Em que pese as grandes diferenças existentes entre os livros arrolados na reportagem, sugeridas já por seus títulos, eles foram enfeixados pela jornalista sob o rótulo de “a versão nacional” da “história do cotidiano e das mentalidades”. Ronaldo Vainfas, um dos entrevistados na matéria do *Jornal do Brasil*, recordando-se desta, cerca de duas décadas depois, afirma que:

A matéria era sobre a difusão da Nova História no Brasil e entrevistaram jovens historiadores que praticavam a tal “nova história” e outros que a criticavam. Os críticos da “Nova História” se referiam à micro-história como o exemplo mais completo do pior que se podia fazer em história, sublinhando a pulverização do objeto, a narrativa descompromissada, e houve até quem dissesse que a micro-história não estava baseada em pesquisa. De outro lado, muitos que publicavam livros identificados como sendo da “Nova História” negavam que fizessem micro-história, assumindo, de certo modo, que se era micro era má.

Um total desacerto, um debate de surdos. O mais curioso, embora patético, é que a imensa maioria dos debatedores – historiadores, portanto – não sabia do que estava falando. Tratavam história cultural e história das mentalidades como sinônimos, desconhecendo completamente que a chamada *nova história cultural*, em todas as suas modulações, era um caminho cada vez mais trilhado nos anos 1980 para superar as imprecisões e ambiguidades teóricas da história das mentalidades francesa. E esta confusão vale não só para os críticos das novas correntes como para os mesmos praticantes dela, que muitas vezes anunciavam seus trabalhos inserindo-os na história das mentalidades ou na história cultural, como se tudo desse no mesmo.

A segunda confusão era entre mentalidades, história cultural e micro-história. Neste caso, a confusão era alimentada pelos adversários da chamada Nova História, empenhados em condenar os “novos temas”, a sexualidade, a feitiçaria, o cotidiano, inspirados num paradigma marxista de tipo economicista. E os argumentos eram os que já mencionei, desde a alegação de que os estudiosos destes assuntos se refugiavam em “modismos” até a acusação de que faziam o “jogo da direita”.⁷⁸⁰

⁷⁷⁹ *Jornal do Brasil* (Caderno *Idéias*), 24/09/1988, p. 1. Como exemplos de obras vinculadas à “nova tendência”, foram apresentados os trabalhos de: Célia Marinho de Azevedo (*Onda negra, medo branco*), Robert Slenes (*Padrões de casamento e estabilidade familiar em uma comunidade escrava*), Ronaldo Vainfas (*Trópicos do pecado*), Luiz Mott (*Escravidão, homossexualidade e diabolismo*), Magali Engel (*Meretrizes e doutores*), Maria Odila Silva Dias (*Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*), Sílvia Lara (*Campos da violência*), Laura de Mello e Souza (*O diabo na terra de Santa Cruz*), Kátia Mattoso (*Ser escravo no Brasil*) e Manuela Carneiro da Cunha (*Negros, estrangeiros*).

⁷⁸⁰ VAINFAS, Ronaldo. “História cultural e historiografia brasileira”. *História: Questões & Debates*, n. 50, 2009, p. 233.

À parte o olhar retrospectivo que lamenta o que parecem ser vistas como inadequações na recepção inicial de certas correntes historiográficas europeias (fenômeno para o qual o próprio autor procura dar uma explicação⁷⁸¹), o resumo de Vainfas exprime muito bem o tom dos debates historiográficos em fins dos anos 1980, o qual sugeria que as mudanças em curso tinham pouco de “silenciosas” e muito de ruidosas. Mais do que um “debate de surdos”, o que se viu, em textos como os de Jacob Gorender⁷⁸² e Ciro Cardoso⁷⁸³ discutidos no Capítulo 2 desta tese, foi algo como uma declaração de guerra às novas correntes historiográficas, eliminando, praticamente, o espaço para o diálogo.

Nos anos 1990, especialmente em sua segunda metade, o quadro já se mostrava bastante diferente. Ainda que Leonardo Pereira, discente do PPGHU, pudesse se queixar das “diversas ironias de parte de amigos e colegas de profissão”⁷⁸⁴ de que foi alvo por escolher o samba e o futebol como seus objetos de pesquisa e que Magali Engel⁷⁸⁵, outra discente do PPGHU, pudesse apontar a “relativa interdição” que haveria, no “mundo acadêmico”, sobre o tema da loucura, era inegável que a história da cultura (em suas múltiplas abordagens e temáticas) gozava de significativo (e crescente) espaço na maior parte dos programas de pós-graduação em História do país, incluindo o PPGHU. Nesse novo cenário, a busca de diálogos e entendimentos entre inimigos figadais de outrora mostrou-se mais recorrente. Como ressalta Vainfas, os “que criticavam, exasperados, os novos ventos de nossa historiografia abrandaram o tom”⁷⁸⁶.

Tal abrandamento pode ser visto, por exemplo, no próprio Ciro F. Cardoso. Para esse experiente historiador, na segunda metade dos anos 1990, dois paradigmas, o “iluminista” (ou moderno) e o “pós-moderno”, estariam polarizando a disciplina histórica⁷⁸⁷. Como atributos principais do paradigma “iluminista”, o autor apontava: 1)

⁷⁸¹ “O atraso de 10 ou 15 anos que marcou a difusão dessas correntes [história das mentalidades, micro-história, nova história cultural] no Brasil foi, em grande parte, responsável por tais confusões, pois *todas essas inovações da historiografia, principalmente europeia, chegaram juntas ou, pelo menos, se difundiram juntas nos anos 1980.*” VAINFAS, Ronaldo. “História cultural e historiografia brasileira”, p. 233 (Grifos nossos).

⁷⁸² GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

⁷⁸³ CARDOSO, Ciro F. “Uma ‘Nova História’?”. In: *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

⁷⁸⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: os literatos e as histórias da folia no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 1994 (Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha), p. 1.

⁷⁸⁵ ENGEL, Magali Gouveia. *A loucura na cidade do Rio de Janeiro: ideias e vivências (1830-1930)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1995 (Orientadora: Maria Clementina Pereira da Cunha), p. 1.

⁷⁸⁶ VAINFAS, Ronaldo. “História cultural e historiografia brasileira”, p. 234.

⁷⁸⁷ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de CARDOSO, Ciro F. “História e paradigmas rivais”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 3-20.

corte interpretativo de origem francesa, centrado no conceito de “civilização”; 2) tendências filosóficas fundadoras vinculadas ao “grande âmbito do racionalismo moderno” dos séculos XVIII e XIX (Marx, Hegel, Kant etc.); 3) ápice da hegemonia nos estudos históricos no período 1950-1969, sendo suas “vertentes mais influentes e prestigiosas” o marxismo (com exceções, como a escola de Frankfurt e o althusserianismo) e os *Annales* (de 1929 a 1969, excetuando-se, portanto, o período da *Nova História*); 4) crença na razão e progresso humanos; 5) produção histórica que se pretende científica e racional, adotando métodos hipotéticos e, mais raramente, hipotético-dedutivos; 6) voltado para a inteligibilidade e a explicação, expulsando ou delimitando o irracional, o acaso e o subjetivo; 7) modelos macro-teóricos e teorizantes, que podem, contudo, ser distintos e até opostos entre si (evolucionismo, marxismo, weberianismo e algumas vertentes estruturalistas); 8) história analítica, estrutural (e mesmo macroestrutural) e explicativa. O paradigma “pós-moderno”, por sua vez, teria como características fundamentais: 1) corte interpretativo de origem alemã, centrado no conceito de “cultura”; 2) vinculado a tendências filosóficas semi-racionalistas (Karl Popper, Noam Chomsky) ou irracionalistas (Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e, no campo da filosofia da ciência, P. Feyerabend e Thomas Kuhn); 3) teve como período decisivo no deslocamento do paradigma “iluminista” o intervalo 1968-1989, momento de grande difusão da *Nova História* francesa; 4) críticas às noções de razão e progresso ancoradas em argumentos tirados da história do século XX (armas químicas e atômicas, nazismo, guerras mundiais, usos desumanizador e massificador das tecnologias modernas). Muitas vezes, a ciência (frequentemente confundida com a tecnologia) é caracterizada como um “saber terrorista a serviço do poder” e “evacuador de outros saberes”, não podendo, desse modo, ser vista como fator de libertação e felicidade; 5) os lugares a partir dos quais se afirmam diferentes posturas diante da história-disciplina são entendidos como “ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses que não são universais: são sempre particulares, relativos a grupos restritos e socialmente hierarquizados de poder (em outras palavras: não há História; há histórias ‘de’ e ‘para’ os grupos em questão)”. A subjetividade do observador é constituinte do objeto estudado (não havendo consenso se isso deve induzir ou não à empatia com os indivíduos ou grupos tomados como objeto); 6) ressalta os limites de noções como causalidade, objetividade científica, determinação ou realismo. O conhecimento se reduziria à produção de interpretações múltiplas e igualmente válidas, sendo impossível hierarquizá-las de algum modo que possa pretender ao consenso; 7) recusa de qualquer “metadiscurso”

(metanarrativa), de qualquer teoria global. Destaque ao papel “dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações (imaginário), crenças, valores, desejos”; 8) concepção hermenêutica ou interpretativa das ciências humanas e sociais (defesa de um enfoque baseado na compreensão, salientando-se a impossibilidade da aproximação metodológica dos estudos sociais com as ciências naturais); 9) diversos entendimentos sobre as formas de validação do conhecimento, mas sendo sempre processos hermenêuticos de interpretação (subjetividade do autor individual ou de um leitor implícito; posições de grupos de pessoas diversamente designados: “comunidade interpretativa”, “comunidade textual”, “sociedade discursiva” etc. Em alguns posicionamentos extremos, simples recusa de qualquer validação do conhecimento, vista como impossível, desnecessária ou indesejável; 10) as formas de representação histórica são apontadas como “elemento constitutivo por excelência do pensamento histórico”. Isto é, o saber histórico recebe de sua estrutura literária (a textualidade ideologicamente condicionada) formas anteriores a qualquer conteúdo específico. No limite, a análise destas demonstraria inexistência de um caráter científico, objetivo e racional no conhecimento produzido pelos historiadores e revelaria sua natureza narrativa e literária; 12) aceitação do postulado “de que ‘discurso’ e ‘realidade humana’ (individual ou coletiva) são grandezas incomensuráveis: o primeiro falaria por tal razão sempre sobre si mesmo, a pretexto de falar sobre a segunda”⁷⁸⁸.

⁷⁸⁸ Para uma visão que partilha boa parte da caracterização de Cardoso, mas que sustenta que o estruturalismo deveria ser entendido, até certo ponto, como uma primeira fase do pós-modernismo, cf. REIS, José C. “Da história global à história em migalhas: o que se ganha, o que perde?”. In: *História & Teoria*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Neste texto (p. 71-73), o autor afirma que: “O estruturalismo é pós-moderno porque desconfia do sujeito, da consciência, da Razão; descentra o sujeito e a história, evita a utopia, teme a ação sem controle, opõe-se ao conhecimento especulativo, pois metafísico, vinculado e legitimador de poderes ameaçadores; recusa o raciocínio teleológico. O estruturalismo opõe-se, mas, por outro lado, parece ainda pertencer ao projeto moderno, pois produz ainda um discurso da Razão. Ele quer apreendê-la a contrapelo, onde os iluministas não a tinham ainda observado. Surgindo contra o racionalismo modernista, o estruturalismo parece, paradoxalmente, um hiper-racionalismo: quer buscar um sentido que se esconde, decodificar uma dimensão oculta e fundamental da sociedade, abordar um determinismo inconsciente. (...) A segunda fase pós-moderna seria o pós-estruturalismo: este radicaliza as teses estruturalistas e salta para fora do Iluminismo e do seu projeto moderno. O pós-estruturalismo denuncia o estruturalismo como um discurso ainda da Razão. Os pós-estruturalistas não buscam mais verdades históricas nem aparentes, essenciais, manifestas ou ocultas. Eles recusam essências originais e fundamentais, que se deveriam reencontrar e coincidir. A fragmentação é levada ao extremo. O universal não é pensável. A subjetividade pós-estrutural é antípoda da subjetividade modernista: fragmentada e descentrada, marcada por diferenças e tensões, contradições, ambiguidades, pluralidade, nem sonha mais com a unificação. Não há essência ou finalidade, significado e direção a reencontrar ou realizar. A consciência moderna, a metafísica da subjetividade essencial, construída pelo Iluminismo é desconstruída pelo pós-estruturalismo. (...) O conhecimento histórico pós-estruturalista aborda um mundo humano parcial, limitado, descentrado, em migalhas. Aparece um olhar em migalhas, assistemático, antiestrutural, antiglobal, curioso de fatos e indivíduos”.

Para Cardoso, a emergência e o avanço do paradigma pós-moderno estariam relacionados a um conjunto de fatores bastante diversos. Entretanto, elemento fundamental teria sido a “descoberta”, especialmente ao longo do século XX, de que “o conhecimento humano em todas as suas formas tem a ver com linguagens (no sentido semiótico: verbais tanto quanto não-verbais) e processos de significação (semioses)”. Diante dessa “constatação”, afirma Cardoso, haveria duas reações possíveis:

A mais radical — que é a do pós-modernismo — consiste em afirmar que os processos de semiose e as linguagens são o que de fato existe. Não há, “lá fora”, além deles, uma realidade cognoscível em si; nem há de fato um “sujeito” social ou histórico, seja individual, seja coletivo (o “sujeito” aparece meramente como “topologia estrutural de significantes”). A outra maneira possível de encarar a questão não leva, ao contrário da primeira, a que se descarte o racionalismo e o “eu” individual ou coletivo, o sujeito; mas sim à sua reconstrução à base da consideração da existência das programações, linguagens e semioses, e de sua interpretação. No primeiro caso, ocorre um achatamento culturalista do mundo em “semiose” e em “texto”, relativisticamente (e culturalmente) interpretados: é a posição pós-moderna.⁷⁸⁹

Embora mantivesse o tom crítico em sua análise do paradigma pós-moderno (“cenário por excelência” da “nova história cultural”⁷⁹⁰), Cardoso já não sugeria mais, como em seu texto de fins dos anos 1980, uma luta até a vitória dos partidários do paradigma “iluminista”⁷⁹¹. Nesse sentido, não hesitava em admitir que alguns aspectos da *Nova História* vieram para ficar, “entre eles a ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica”. Reconhecia, também, a existência de excessos (“erros” e “exageros”) do paradigma “iluminista” (por exemplo, “o rigor formal e muitas vezes ilusório do cientificismo” e o comprometimento com “teorias defeituosas da causação e da determinação”). Desse modo, negando a ideia de que estaríamos condenados somente a escolher entre um dos dois paradigmas que então polarizavam o campo histórico, Cardoso apostava na emergência, no curto e no médio prazo, de “um ou mais [novos] paradigmas explicativos globais”. Enfim, ainda que timidamente, as portas (ou, pelo menos, as janelas) abriam-se para algum tipo de diálogo.

⁷⁸⁹ CARDOSO, Ciro. F. “História e paradigmas rivais”, p. 18.

⁷⁹⁰ VAINFAS, Ronaldo. “Caminhos e descaminhos da história”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 443-444.

⁷⁹¹ O que segue, neste parágrafo, é uma síntese de CARDOSO, Ciro. F. “História e paradigmas rivais”, p. 22-23.

3.9. *Reunindo fragmentos – à guisa de conclusão*

Neste capítulo, voltamos a constatar que mais do que “refletir”, mecanicamente, elementos de uma dada conjuntura sócio-político-cultural nacional e internacional, a “comunidade dos historiadores” os “refrata” em suas dinâmicas (e disputas) próprias, sendo fundamental, portanto, atentarmos para os contextos institucionais em que os historiadores atuam e as ações que eles empreendem nesses espaços. Isso ficou evidente, por exemplo, no fato de que, mesmo em um cenário (brasileiro e mundial) como o dos anos 1990, avaliado, na ocasião, como fomentador de crise e acentuado declínio da historiografia do trabalho, esta manteve considerável espaço nas instituições universitárias e na produção historiográfica do país. Se é inegável que, para tal êxito, muito contribuiu a atuação (mais ou menos concertada) de historiadores do trabalho em determinados espaços institucionais, não devemos diminuir o peso das renovadoras reconfigurações (temáticas, teórico-metodológicas etc.), que imprimiram em seus objetos, e da capacidade que demonstraram em dialogar com candentes questões colocadas pelo presente, em especial, os debates sobre a construção (conquista) da cidadania e da democracia e o papel dos subalternos/dominados nesse processo.

No caso do PPGHU, verificamos que, apesar do descentramento burocrático-institucional que a história social do trabalho experimentou ao longo dos anos 1990, rearticulações internas de docentes construíram novos arranjos institucionais fomentadores de pesquisas nesse campo e, também, no âmbito da história social da cultura, estreitando intercâmbios, pelo menos no PPGHU, entre estudos produzidos nessas duas áreas. Como vimos, em um contexto de generalizado crescimento das investigações sobre cultura nas instituições universitárias brasileiras de produção historiográfica e de grande diversidade (e disputa) de referenciais teórico-metodológicos, docentes do PPGHU congregados no CECULT buscaram fortalecer uma dada abordagem para a história da cultura.

Nesse novo cenário, a obra de Thompson continuou ocupando um lugar de destaque na produção discente do PPGHU. Isso ficou indicado, especialmente, pela manutenção, em patamares quase idênticos aos verificados no período 1980-1989, da frequência de referenciamento de edições brasileiras e estrangeiras de textos thompsonianos nas dissertações e teses defendidas no PPGHU entre 1990 e 2002. Uma das novidades deste período foi o grande crescimento da leitura de *A formação* – sendo um dos efeitos mais notáveis desse fenômeno a difusa apropriação de marcantes

elementos da escrita thompsoniana presentes nessa obra – e de *Senhores e Caçadores*, que, além de reforçar a difusão da “narrativa sincrônica cerrada entre as fontes” de Thompson, informou investigações sobre lei, justiça e direito em diversos contextos da história brasileira. De qualquer modo, como vimos, os textos thompsonianos relativos à sociedade inglesa do século XVIII continuaram sendo os mais frequentemente apropriados por discentes do PPGHU, movimento que ganharia novo impulso, na segunda metade dos anos 1990, com a publicação da edição nacional de *Costumes em Comum*, obra que fortaleceria, no momento em que a história cultural expandia-se nas instituições universitárias de produção historiográfica, a imagem de Thompson como historiador da cultura. Nesse sentido, vale observar que, na segunda metade da década de 1990, um importante historiador brasileiro não hesitava em afirmar que a *history from below* “de Thompson ou mesmo de Christopher Hill” tanto “pode ser classificada como uma vertente da moderna história cultural — e muitos assim a classificam pelo apego thompsoniano à antropologia — como pode ser considerada um exemplo de história social de tipo marxista, herdeira da história social inglesa desenvolvida pelos historiadores militantes do Partido Comunista britânico nos anos 50”⁷⁹².

Essa dupla possibilidade de classificação da obra thompsoniana, antes que enfraquecer, parece ter sido central para manter (e mesmo ampliar), nos anos 1990, o vigor do processo de apropriação do pensamento do historiador inglês entre pesquisadores brasileiros, em especial, por aqueles que atuavam nos campos da história social do trabalho e da história social da cultura. Essas diferentes maneiras de classificar a obra de E. P. Thompson fomentavam (e eram fomentadas por) distintas leituras dos textos do historiador inglês. Como vimos, no começo dos anos 2000, já emergiam, em tom de denúncia, afirmações de que Thompson estaria sendo, crescentemente, lido em chave culturalista e esvaziado de seus componentes marxistas (ou, mais precisamente, de seus vínculos com a tradição do materialismo histórico). Proposições dessa natureza estabeleciam, de certo modo, um campo de disputa em torno da leitura adequada (ou correta?) de Thompson, a qual, pelo que sugerem alguns artigos do período, teria sua legitimidade aferida, principalmente, pelo entendimento da obra do historiador inglês a partir de seu contexto de produção. Este, assim como discussões mais recentes em torno da obra de Thompson, tornou-se, em comparação com os anos 1980, muito mais familiar aos historiadores brasileiros dos anos 1990 devido, em boa medida, a um crescente

⁷⁹² VAINFAS, Ronaldo. “Caminhos e descaminhos da história”, p. 442-443.

conjunto de publicações, grande parte dele escrito por discentes do PPGHU, sobre tais temáticas.

Nas teses aqui analisadas e em textos de docentes do PPGHU (como Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Michael Hall e Cláudio Batalha), predominou a classificação que filia Thompson à “história social de tipo marxista”. Isso aparece de modo mais saliente nos doutorados do campo da história do trabalho e, de maneira menos acentuada, nas teses relativas à história da cultura, nas quais Thompson é mobilizado mais para sustentar uma abordagem social – e com ênfase em conflitos – para os estudos culturais. De qualquer modo, o que nos indica o conjunto dos trabalhos analisados neste capítulo é que, nos anos 1990, a obra thompsoniana tornou-se um “discurso-arma” não apenas contra vertentes mais formalistas e estruturalistas do marxismo, como na década anterior, mas também contra os ataques pós-modernos à história social, contando, para essa última tarefa, com o frequente auxílio de micro-historiadores (como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi). O novo papel assumido pela obra de Thompson, no contexto das disputas historiográficas dos anos 1990, parece ter contribuído para que pouco espaço fosse dado, em particular nas teses, aos críticos nacionais e internacionais da obra do historiador inglês e da historiografia produzida sob sua influência, o que não significava que problemas por eles apontados não fossem admitidos, incorporados e respondidos em trabalhos de discentes do PPGHU. Estes continuaram se mostrando, assim como nos anos 1980, criativos em suas apropriações da obra do historiador inglês, incorporando-a, com notável originalidade, a discussões centrais na historiografia nacional e levando conceitos e noções de E. P. Thompson a terrenos e limites que, dificilmente, ele poderia imaginar.

Considerações finais

Em diversas partes desta tese, em especial, nos encerramentos dos capítulos, procuramos reunir, mais organizadamente, o que entendíamos ser as principais achegas proporcionadas por nossa pesquisa. Desse modo, avaliamos que seria mais profícuo aproveitar esta última seção do trabalho para, por meio de um conjunto de artigos internacionais recentemente publicados, situar alguns aspectos do processo de recepção da obra thompsoniana aqui investigado em relação a certos elementos da configuração por ele assumida em outros países¹. Evidentemente, não há, em nosso intento, qualquer pretensão de produzir um estudo comparativo. Trata-se tão-somente da tentativa de esboçar apontamentos que, talvez, possam servir como uma primeira e limitada indicação a interessados em produzir investigações comparativas sistemáticas. Dadas às coisas suas devidas dimensões, prossigamos.

Na apresentação da edição de 2016 da *International Review of Social History* dedicada à recepção da obra thompsoniana, os autores não hesitaram em se referir a E. P. Thompson como o “historiador mais influente de classe social no século XX”² e em ressaltar a notável capacidade da história social thompsoniana em inspirar historiografias de países bastante diferentes entre si. Nelas, a obra de Thompson teria sido apropriada por historiadores locais segundo suas necessidades, adaptando ideias e conceitos do historiador inglês ao contexto das controvérsias e debates nacionais. Em boa medida, acrescentavam os autores, a forma das historiografias nacionais – no interior das quais o trabalho de Thompson era apropriado – teria sido determinada, por um lado, por processos locais de formação de Estado (o que não excluiria a consideração da importância da posição nacional no interior do sistema global de Estados) e de classe (incluindo nisso, as trajetórias cambiantes das lutas sociais e as disputas internas em torno da questão do “povo”) e, por outro, pelas transferências transnacionais de ideias intelectuais e

¹ Selecionamos para esta seção somente artigos que definiram como sua problemática central a recepção da obra de E. P. Thompson, não retomando aqui publicações recentes que trataram da temática apenas indiretamente, tais como: KRIEGLER, Lara. “How It Feels to Be Fifty: E. P. Thompson and Cultural History, Past, Present, and Future”. *Labor*, v. 10, n. 3, 2013; ELEY, Geoff. “Working-Class Agency: Past and Present”. *Labor*, v. 10, n. 3, 2013; VALENZE, Deborah. “E. P. Thompson and the Curricular Turn”. *Labor*, v.10, n. 3, 2013; FORTES, Alexandre. “O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações”. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, 2016; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil.” *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, 2016.

² O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de WINANT, G., GORDON, A., BECKERT, S. and BATZELL, R. “Introduction: The Global E. P. Thompson”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016, p. 1-6.

historiográficas. Vejamos mais de perto como os elementos apontados pelos autores da apresentação, bem como outros não destacados por eles, influenciaram a recepção da obra thompsoniana em alguns países para que, ao final, possamos esboçar algumas comparações com o processo analisado nesta tese.

Jonathan Hyslop³ avalia que, na África do Sul, o impacto do trabalho de Thompson na escrita da história foi “enorme”, tendo o fenômeno começado nos anos 1970 e alcançado seu ápice nos 1980 e começo da década seguinte. Grosso modo, Hyslop busca explicar a recepção da obra do historiador inglês a partir de três eixos (dando grande ênfase ao primeiro deles): 1) contexto sociopolítico nacional; 2) transformações institucionais na universidade sul-africana; 3) disputas teórico-metodológicas no campo das ciências humanas. Entre meados dos anos 1970 e começo dos 1990, a África do Sul experimentou, apesar do desmantelamento das organizações anti-*apartheid* e da prisão ou exílio de suas principais lideranças, um crescente processo de mobilização social em que se destacaram sindicalistas independentes negros, estudantes e ativistas comunitários, que contavam, de modo geral, com a simpatia ou o apoio (e mesmo a militância) de pesquisadores atraídos por uma história social de estilo thompsoniano. Nesse contexto, marcado pelo interesse de intelectuais em entenderem melhor a história e a cultura da classe trabalhadora, foi criado, em 1977, na Universidade de Witwatersrand (“Wits”), situada em Joanesburgo, o *History Workshop*, instituição fortemente inspirada em sua homônima situada na Inglaterra, país onde, vale acrescentar, muitos pesquisadores sul-africanos das humanidades obtiveram seus títulos e travaram contato com o marxismo e a história social britânica. Historiadores vinculados ao *History Workshop* foram os principais responsáveis pela incorporação da obra de Thompson à produção historiográfica sul-africana. Inicialmente, tal movimento teria passado pelas críticas de *The Poverty* às posições althusserianas, as quais, nos anos 1970, encontravam acolhida entre estudiosos sul-africanos. Igualmente significativas foram as considerações de Thompson sobre determinismo econômico e narrativas evolutivas e teleológicas que informavam a concepção dos partidos comunistas stalinistas, algo presente na África do Sul. Como alternativa, Thompson teria oferecido o modelo de um modo mais sensível e flexível de pensar os movimentos de massa tal como, naquele momento, eles estavam emergindo das bases, o que estimulava, também, o interesse por seus antecedentes. Tais

³ O que se segue, nos próximos dois parágrafos, é uma síntese de HYSLOP, Jonathan. “E.P. Thompson in South Africa: The Practice and Politics of Social History in an Era of Revolt and Transition, 1976-2012”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016, p. 95-116.

debates sobre a obra thompsoniana ganhavam terreno em universidades como Wits, na qual, ao longo dos anos 1980, o número de estudantes negros (muitos deles com experiência política prévia) cresceu bastante, em especial em cursos de ciências humanas. Além disso, o comitê do *History Workshop* promovia grandes congressos, os quais, além de reunir muitos pesquisadores e redundar em publicações, promoviam festivais culturais que reuniam estudiosos, trabalhadores, estudantes, ativistas comunitários e simpatizantes dos movimentos sociais. Publicações especialmente voltadas para a classe trabalhadora foram, também, produzidas por membros do *History Workshop* para divulgar resultados das pesquisas que realizaram. O conjunto dessas movimentações tornaria a categoria thompsoniana “experiência” a ideia central da história social sul-africana escrita a partir dos anos 1980, sendo mobilizada até mesmo por aqueles que pouco haviam lido o historiador inglês. Com essas e outras noções thompsonianas, buscou-se, fundamentalmente, demonstrar, em contraposição a teorias sociológicas correntes, que havia racionalidade nas ações dos trabalhadores negros.

Nos anos 1990, contudo, a influência dos historiadores sociais sul-africanos de matriz thompsoniana começaria a declinar. Com o fim do *apartheid*, clivagens – especialmente a relativa à raça – que, até então, haviam sido minimizadas durante a luta comum contra o regime, afloraram com intensidade. A *intelligentsia* radical sul-africana questionaria a ampla predominância de brancos no comitê do *History Workshop* e nos próprios congressos por ele promovidos. Estudantes universitários, apoiando-se, também, em questões raciais, engajaram-se em antagonismos com autoridades universitárias, incluindo professores de esquerda. Mais amplamente, historiadores sociais brancos passariam a ser questionados pela política racial de suas práticas profissionais (relação com os assistentes negros; falta de conhecimento das línguas africanas; ênfase em classe para evitar raça etc.). Em outra frente, os historiadores sociais de matriz thompsoniana sofreriam, mais intensamente a partir de fins dos anos 1990, os ataques de estudiosos filiados às emergentes correntes pós-estruturalista e pós-colonial que os acusavam de: cegueira em relação às questões de representação e poder institucional; tratar a classe trabalhadora como audiência e não como interlocutora; empirismo negligente e aversão grosseira ao engajamento teórico. Nos anos 2000, os praticantes da história social de matriz thompsoniana, ao mesmo tempo em que tentavam manter vivo o legado do historiador inglês, não mostrariam indiferentes às críticas, buscando considerar política racial e novos elementos teóricos em suas análises.

Nos EUA, a “importação” de Thompson foi, praticamente, imediata, já sendo visível, por exemplo, em texto publicado por Herbert Gutman em meados dos anos 1960⁴. Em recente artigo, James Barret⁵, tratando da recepção de *The Making* nos EUA, buscou explicá-la em termos, basicamente, de contexto político-intelectual, sendo a ampla escala alcançada pelos movimentos por direitos civis (negros, mulheres, jovens, pacifistas etc.) apontada como fator decisivo. Abalando a imagem preponderante entre a esquerda radical estadunidense do pós-guerra, na qual os trabalhadores eram, fundamentalmente, caracterizados em termos negativos (destacando-se, por exemplo, o que se via como incapacidade dos trabalhadores imigrantes em construir um movimento operário com consciência de classe), os movimentos dos anos 1960 fomentariam uma nova avaliação sobre os trabalhadores e os subalternos em geral, ganhando terreno noções associadas a um marxismo heterodoxo, como “agência”, “espontaneidade” e “auto-atividade escrava e operária”, “cultura da classe trabalhadora” etc. A influência da obra de Thompson teria sido, profunda e imediatamente, notada nas pesquisas sobre o século XVIII e sobre os primórdios da industrialização nos EUA no século XIX. Publicações relacionadas a essa “história radical” buscariam, já na década de 1960, oferecer espaço para estudos sobre história dos negros e das mulheres, o que não abalou, contudo, o lugar central ocupado por “homens brancos da classe trabalhadora na linha de produção”⁶. Segundo Barret, a leitura de *The Making* vinha ao encontro, no fim dos anos 1960 e começo dos 1970, de certas concepções (em especial, uma certa compreensão “frouxa” do conceito de classe e um interesse pela vida cotidiana) já vigentes entre historiadores estadunidenses dispostos a romper com o liberalismo da Guerra Fria e com vertentes mais estruturalistas do marxismo. Barret salienta, também, que Thompson foi central para a desconstrução e a complexificação do conceito de classe nos EUA, iniciando um processo que seria intensificado pelas teorias pós-modernas. Uma vez que *The Making* apresentaria uma concepção de formação de classe atenta à diversidade das experiências, isso teria aberto espaço para a percepção das agudas clivagens, particularmente as étnico-raciais, que marcariam o processo de formação de classe nos EUA. Contudo, diferentemente do clássico thompsoniano, tendeu a prevalecer, a partir de meados dos anos 1980, na

⁴ WINANT, G., GORDON, A., BECKERT, S. and BATZELL, R. “Introduction: The Global E. P. Thompson”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016, p. 5 (nota 11).

⁵ Exceto quando indicado por nota de rodapé específica, o que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de BARRET, James R. “Making and Unmaking the Working Class: E. P. Thompson and the ‘New Labor History’ in the United States”. *Historical Reflections*, v. 41, n. 1, 2015, p. 7-18.

⁶ WEINSTEIN, Barbara. “A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, 1998.

historiografia estadunidense a ênfase na fragmentação e não na formação de classe, movimento acompanhado pelo crescimento, no presente, da política de identidades e da migração de pesquisadores da história social para a nova história cultural⁷.

Na Alemanha Ocidental, de acordo com Thomas Lindenberger⁸, a recepção sistemática de *The Making* iniciou-se apenas no começo dos anos 1980, sendo a primeira edição nacional do clássico thompsoniano publicada em 1987. Para explicar essa incorporação “atrasada”, Lindenberger aponta diversos fatores, que vão da própria complexidade da obra às diferenças de tradição intelectual (isto é, entre o “idioma empírico britânico” e o “idioma teórico alemão”), passando por juízos de que o clássico thompsoniano seria carente de teoria e recairia em reducionismo subjetivista (algo grave no universo acadêmico alemão, em que predominaria uma história social estrutural-funcionalista). Entretanto, para Lindenberger, o elemento decisivo para o “atraso” seriam as grandes dessemelhanças entre os horizontes de experiência política coletiva do pós-guerra na Grã-Bretanha e na Alemanha. Na primeira, onde *The Making* emergira, preponderava não apenas uma cultura popular antifascista e a ideia que o povo vencera a guerra, mas também muitas esperanças de reformas sociais e democráticas. Na segunda, experimentava-se uma completa derrota militar, política e moral da variante extrema do fascismo como um projeto popular, o que colocava obstáculos à aceitação da aproximação, efetivada na obra e no projeto político de Thompson, entre a formação da classe trabalhadora e seus impactos na política democrática. Além disso, na Alemanha das duas primeiras décadas do pós-guerra, os historiadores, também devido à experiência do Nazismo, viam como negativa (ou bastante ambivalente) a concepção de uma história como prática engajada politicamente, assinalando, desse modo, mais um motivo para se distanciar de obras como *The Making*. Somente no fim dos anos 1970, com uma nova geração de historiadores que se politizaram com os novos movimentos sociais surgidos na esteira das mobilizações de 1968, *The Making* se tornaria significativo. A obra teria se mostrado atrativa para eles por: 1) ser um raro modelo de historiografia marxista alternativo ao monopólio do marxismo-leninismo; 2) demonstrar a possibilidade

⁷ Para uma análise da historiografia dos EUA em que a relação entre (“velha”) nova história social e a nova história cultural é caracterizada em termos não apenas de ruptura, mas também de fortes continuidades Cf. WEINSTEIN, Barbara. “A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, 1998.

⁸ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de LINDENBERGER, Thomas. “From Structuralism to Culturalism: The Protracted German Reception of *The Making of the English Working Class* and its Actuality Reassessed from a Post-Cold War Perspective”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016, p. 12-33.

de uma crítica radical do capitalismo, partindo dos princípios básicos do pensamento marxiano, integrando excelência “científica” e comprometimento político e alcançando uma ampla audiência. Na mesma ocasião, eram publicadas, na Alemanha, coletâneas de ensaios thompsonianos sobre a sociedade inglesa do século XVIII que ganharam grande repercussão, sobressaindo-se um notável interesse por problemáticas similares às do artigo *The Moral Economy*, o que se relacionaria à crescente atenção de pesquisadores alemães a formas de protesto popular e de política fora das tradições do movimento operário organizado. Nesse contexto, as obras de Thompson integrariam um variado conjunto de referências (incluindo, a micro-história de Carlos Ginzburg e Giovanni Levi; a escola dos *Annales* e o pós-estruturalismo francês; a história oral e a antropologia dos EUA) que foram mobilizadas, em meados da década de 1980, na construção da corrente historiográfica alemã conhecida como *Alltagsgeschichte* (cujos principais proponentes estavam vinculados ao Max Planck Institute for History), a qual, nos anos seguintes, desafiaria e deslocaria o predomínio da história social estrutural-funcionalista (bastante associada à Universidade de Bielefeld) até então praticada. Como parte desse movimento, nos anos 1990 e 2000, Thompson seria “canonizado” no campo dos estudos culturais e nas humanidades em geral. Por fim, vale observar que, embora “agência” e “experiência” se tornassem conceitos centrais na nova historiografia alemã, a discussão sobre eles nem sempre se fazia referenciando, explicitamente, a obra thompsoniana. Além disso, no caso alemão, a invenção da noção de *history from below* teria se apoiado, também, em fontes intelectuais alemãs, dando ao conceito uma formatação peculiar.

Na Argentina, segundo Lucas Poy⁹, a recepção de *The Making*, fenômeno intensificado no começo dos anos 1980, poderia ser compreendida, fundamentalmente, a partir do contexto sócio-político nacional em que teve lugar, caracterizado por crise da esquerda política e por recuo do movimento operário. Com o fim do ditadura militar, em 1983, e a transição à democracia, importantes intelectuais argentinos abandonaram projetos de transformação revolucionária da sociedade e revalorizaram reformas parlamentares e democráticas no interior da ordem capitalista, convergindo para o apoio à União Cívica Radical, tradicional partido político criado em fins do século XIX. Em termos de agenda de pesquisa historiográfica, tal opção implicaria uma busca pelos “ninhos” democráticos que teriam existido ao longo da história argentina, ressaltando-se,

⁹ Exceto quando indicado por nota de rodapé específica, o que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de POY, Lucas. “Remaking *The Making*: E. P. Thompson’s Reception in Argentina and the Shaping of Labor Historiography”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016, p. 75-91.

em detrimento do antagonismo de classe, o persistente caráter democrático dos “setores populares”. E. P. Thompson – cuja obra já circulava, durante a ditadura (1976-1983), entre historiadores argentinos exilados e entre aqueles que permaneceram no país atuando em novos centros de pesquisa vinculados a pequenas universidades privadas e às vezes financiados por fundações estrangeiras – teve destaque entre as referências teórico-metodológicas mobilizadas para legitimar o novo programa de pesquisas¹⁰. A partir de sua obra, não apenas se criticaria (como ocorreu em tantos outros países) o determinismo econômico de vertentes do marxismo, mas também seriam operados três importantes deslocamentos conceituais que assinalariam um distanciamento da historiografia argentina do trabalho que então se produzia em relação ao marxismo, quais sejam: 1) de “classe trabalhadora” para “setores populares”; 2) de “consciência” (de classe) para “cultura”; 3) de “luta de classes” para “conflito social”¹¹. Outros elementos marcantes na produção daqueles que se apropriaram de *The Making* nos anos 1980 seriam: 1) ausência de críticas a economistas e a sociólogos que trabalhavam no interior da teoria da modernização; 2) crítica generalizada a organizações revolucionárias; 3) juízo severo quanto a relatos de militantes sobre a história do movimento operário. Em relação a Thompson, pouco destaque seria dado tanto à sua atividade militante e ao seu comprometimento com a política de esquerda quanto à ênfase que ele conferiu às tendências políticas radicais por trás da “formação” da classe trabalhadora. Além disso, as críticas do historiador ao stalinismo seriam tomadas como renúncia tácita ao próprio marxismo. Em que pese a produção de importantes pesquisas nos anos 1980 (especialmente, sobre condições de vida/trabalho e experiências culturais), muitas delas realizadas em universidade públicas – destacando-se, na Universidade de Buenos Aires, o Programa de Estudios de Historia Económica y Social Americana –, na década de 1990, a história do trabalho argentina – e também a recepção de Thompson nesse campo – entraria em profundo refluxo. Esse quadro começaria a se transformar apenas no início

¹⁰ Ainda que não conteste essa centralidade de Thompson, um outro balanço recente sobre a produção argentina dos anos 1980 e 1990 relativa à história do trabalho, afirma que as citações diretas a *The Making* eram escassas. Cf. NIETO, Agustín. “Los usos de E. P. Thompson en la historiografía ‘argentina’: un itinerario posible”. *Rey Desnudo*, n. 3, 2013, p. 372-373.

¹¹ Na mesma linha de Poy, mas em tom mais áspero, outro historiador argentino avalia que, na historiografia social e do trabalho dos anos 1980 e 1990: “encontramos una sutil *domesticación* de algunos conceptos del historiador británico para ser injertados en la trama de un enfoque informado por la transición a la democracia y los valores reformistas de la socialdemocracia en el campo académico. La deseada normalización institucional del país anudó proyectos de normalización en la historiografía, los cuales implicaron usos progresistas y *desmarxizados* de obras y autores medularmente revulsivos, como EPT y su *La formación...*” Cf. NIETO, Agustín. “Los usos de E. P. Thompson en la historiografía ‘argentina’: un itinerario posible”. *Rey Desnudo*, n. 3, 2013, p. 389-390.

do século XXI, sob o forte impulso das amplas e intensas mobilizações populares de massa que tomaram conta do país, que então atravessava a mais grave crise política e social de sua história. Nesse novo contexto, em que se verificaria um novo *boom* argentino de produções sobre história do trabalho e movimentos sociais em geral, as apropriações de Thompson – amplamente difundidas, como indicaria a proliferação de citações do prefácio de *The Making*¹² – tenderiam a criticar os deslocamentos conceituais operados nos anos 1980/1990 e a sublinhar aspectos, antes negligenciados, do perfil do historiador inglês e de suas conexões com o marxismo, o qual voltaria a fornecer uma linguagem partilhada por muitos historiadores.

No Japão, segundo Hideo Ichihashi¹³, Thompson e a *New Left* britânica encontraram, na primeira metade dos anos 1960 (em um contexto de questionamentos do stalinismo do Partido Comunista Japonês e de massivos protestos populares contra a renovação do tratado de segurança entre Japão e EUA), boa acolhida, o que redundou em traduções de números integrais da *New Left Review* e da coleção de textos thompsonianos reunidos em *Out of Apathy*. Por outro lado, até os anos 1970, *The Making*, cuja primeira edição japonesa saía apenas em 2003, teve uma recepção bastante limitada, sendo elementos decisivos para isso: 1) o predomínio da filiação ao marxismo-leninismo de grande parte dos intelectuais japoneses de esquerda; 2) o interesse dos historiadores japoneses dedicados à história do trabalho britânica recairia sobre períodos posteriores aos abordados em *The Making*; 3) a hegemonia de referenciais teórico-metodológicos que (i) baseavam-se na preeminência da análise das estruturas econômicas e que (ii) interessavam-se apenas, em um contexto no qual o Japão parecia marchar para um futuro modernizado inexorável, por elementos considerados “progressivos” da agência humana ativa na história (secundarizando temas como religião popular, costume etc.). Entretanto, já na segunda metade dos anos 1960, independentemente da leitura de Thompson, um grupo de historiadores japoneses (alguns deles ex-membros do partido comunista local) começaria a produzir um tipo de “história popular” (cujas origens poderiam ser remontadas ao “Movimento de História Nacional”, promovido por afiliados do Partido Comunista Japonês entre fins dos anos 1940 e meados dos anos 1950) que apresentava marcantes similaridades com textos emergentes na história social britânica: uma

¹² NIETO, Augustín. “Los usos de E. P. Thompson en la historiografía ‘argentina’: un itinerario posible”. *Rey Desnudo*, n. 3, 2013, p. 380.

¹³ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de ICHIHASHI, Hideo. “The Reception of E. P. Thompson in Japan: The New Left, *The Making*, and ‘Moral Economy’”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016, p. 51-71.

abordagem *history from below*; grande interesse na vida cotidiana, tradição e cultura das “pessoas comuns”; crítica ao marxismo ortodoxo; adesão à esquerda política etc. Parte desses “historiadores populares” teria se especializado na história do trabalho do Japão moderno, dando origem, nos anos 1970, a estudos determinados a conferir lugar central a ações e pontos de vistas dos trabalhadores em suas investigações. Nesse momento, após a fragorosa derrota das revoltas estudantis japonesas de fins dos anos 1960, as dúvidas em relação à visão marxista ortodoxa sobre a mudança revolucionária cresceriam entre a esquerda acadêmica local. Especialistas em movimentos sociais – destacando-se o Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais, que reunia uma nova geração de historiadores (em sua maioria, pós-graduados na Universidade de Tóquio) – definiriam como prioridade explorar a lógica de cada movimento popular a partir de seu interior, o que estimulou uma aproximação com a antropologia e a etnologia. Foi nesse contexto que a obra de Thompson passaria a ganhar espaço na historiografia japonesa, movimento que muito se intensificaria nos anos 1980, período que poderia ser avaliado como a “década da história social” no Japão. Os textos do historiador inglês mais lidos seriam artigos como *The Moral Economy* e *Rough Music* e não *The Making*, fomentando uma imagem de Thompson menos como um historiador político e do trabalho da classe trabalhadora inglesa de começos do século XIX e mais como um historiador social da cultura da sociedade pré-industrial. Aspecto bastante importante na apropriação do conceito de “economia moral” (que permaneceria significativa, mas em declínio, nos anos 1990 e 2000) é que, na historiografia japonesa, seu significado e uso teriam sido bastante alargados em relação ao modo como Thompson os concebia. Para parcela de historiadores japoneses, de modo similar ao conceito gramsciano de hegemonia, o de “economia moral” permitiria um entendimento muito mais amplo de uma sociedade, possibilitando a análise de toda uma ordem social. Nesse sentido, o conceito thompsoniano seria visto como a chave não apenas para o entendimento da vida cotidiana do povo, mas também de sua complexa relação com a sociedade envolvente e com o Estado às vésperas da industrialização.

Na Polônia e ex-Tchecoslováquia, que até hoje não contam com traduções de *The Making*, a obra de E. P. Thompson teve, de acordo com Kucera¹⁴, limitadíssima recepção. Especificidades nacionais do desenvolvimento dessas historiografias teriam colocado

¹⁴ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de KUČERA, Rudolf. “Facing Marxist Orthodoxy: Western Marxism, *The Making*, and the Communist Historiographies of Czechoslovakia and Poland, 1948-1990”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016, p. 35-49.

grandes obstáculos para que os escritos thompsonianos se tornassem um ponto de referência significativo e durável para os historiadores sociais daqueles países. Quando *The Making* foi publicado em inglês, historiadores marxistas britânicos e franceses eram vistos como aliados por muitos de seus colegas na Europa centro-oriental. Entretanto, a intensidade do internacionalismo comunista estaria refluindo em relação ao que se viu na década anterior. Paradoxalmente, a orientação reformista que passou a ganhar terreno nos anos 1960, após os questionamentos ao stalinismo, desdobrou-se em uma virada gradativa das historiografias europeias centro-orientais rumo a narrativas nacionais mais fechadas. Isso seria visível no meio acadêmico relativamente mais aberto da Polônia e ainda mais evidente na Tchecoslováquia da segunda metade dos anos 1960, quando, em busca da legitimação das reformas da Primavera de Praga, seriam enfatizados supostos elementos da singularidade histórica do país no século XX. Embora os conteúdos dessas narrativas nacionais que emergiam nos países da Europa centro-oriental fossem bastante diversificados, elas, de modo geral, fomentariam a falta de interesse em um diálogo transnacional que transcendesse as divisões Leste-Oeste, o que colocava barreiras consideráveis à penetração da obra thompsoniana. Mesmo na Tchecoslováquia, onde havia uma longa tradição de escrita de história social e do trabalho e alguns significativos contatos com a historiografia marxista britânica, o trabalho de E. P. Thompson seria, praticamente, ignorado. Ainda que a ênfase do historiador inglês nas tradições democráticas dos operários e dos artesãos ingleses coincidissem, em muitos aspectos, com a emergente narrativa da Primavera de Praga sobre o socialismo democrático tchecoslovaco, os historiadores reformistas do país demonstrariam mais interesse em períodos históricos e espaços geográficos distintos dos abordados em *The Making*, contribuindo para as raríssimas referências ao clássico thompsoniano. O quadro se agravaria após a supressão da Primavera de Praga, quando os intercâmbios com a historiografia da Europa ocidental teriam se tornado ainda mais difíceis para os historiadores acadêmicos. No caso da Polônia, onde foram publicadas, logo após a primeira edição inglesa, resenhas sobre *The Making*, nas quais se saudava o caráter inovador da obra, a recepção do clássico thompsoniano enfrentaria, como barreiras adicionais, os estreitos vínculos da historiografia local com o mundo acadêmico da França (país cuja primeira tradução de *The Making* data de 1988) e a pequena relevância do campo da história do trabalho.

Arrematando o conjunto de publicações recentes sobre a recepção de Thompson selecionado para esta seção da tese, temos o artigo de Ann Curthois¹⁵ sobre a Austrália, país em que, diferentemente do que ocorreu na Polônia e na ex-Tchecoslováquia, *The Making* foi uma obra influente. O foco de interesse na leitura da obra mudaria ao longo do tempo em razão, principalmente, de transformações específicas do contexto histórico australiano. Nos anos 1960, quando a influência do clássico thompsoniano foi relativamente pequena, a obra fomentaria estudos sobre personagens de *The Making* que foram condenados ao degredo nas colônias australianas. Nos anos 1970, o clássico do historiador passaria a informar um número crescente de pesquisas sobre formação de classe, as quais mobilizavam o entendimento de classe como relação e processo para confrontar trabalhos elaborados a partir do “marxismo vulgar”. Segundo Curthois, a expansão das leituras de *The Making* estaria relacionada a uma série de fatores (rebelião estudantil, emergência da *New Left*, protestos da população aborígine e, principalmente, a crescente oposição ao papel da Austrália na guerra do Vietnã) que, a partir da segunda metade dos anos 1960, inclinariam a balança para a política de esquerda. Entretanto, em dois dos novos ramos que estariam transformando a historiografia australianas, a história das mulheres e a história aborígine, as relações com a obra thompsoniana seriam, fundamentalmente, indiretas, o que se fazia por meio da valorização comum de uma abordagem *history from below* e pela ênfase na agência dos subalternos. Para Curthois, pesquisadores envolvidos nos dois campos mencionados tinham poucos motivos para citar, diretamente, *The Making*, visto que a obra pouco focalizaria a experiência e a cultura das mulheres da classe trabalhadora e mostraria pouco interesse em questões relativas à colonização, raça e império. Na Austrália, verificou-se, também, uma forte conexão entre história social e história do trabalho. Contudo, os principais proponentes locais de uma história social de matriz thompsoniana estiveram menos conectados com história do trabalho do que com esforços de produzir uma etno-história. Nesse sentido, ganhariam ampla repercussão textos thompsonianos como *The Moral Economy*, em que o historiador inglês demonstrou, ao indicar modos de descobrir as perspectivas daqueles que deixaram poucos registros escritos próprios, como deduzir, a partir da análise da ação, a natureza da cultura e da consciência, ou das expectativas e significados partilhados. Nos anos 1980 e começo dos 1990, Thompson atingiria o ápice de sua influência na historiografia

¹⁵ O que se segue, neste parágrafo, é uma síntese de CURTHOIS, Ann. “History from Down Under: E. P. Thompson’s *The Making of the English Working Class* and Australia”. *Historical Reflections*, v. 41, n. 1, 2016, p. 19-39.

australiana, tornando-se as citações de *The Making* (quase sempre do prefácio) um lugar comum. Nesse mesmo período, em especial nos anos 1990, o clássico thompsoniano se mostraria central para o desenvolvimento, na Austrália, da história cultural. Contudo, uma vez que esta incorporaria não apenas o interesse thompsoniano por classe e *history from below*, mas também interesses pós-estruturalistas em representação, linguagem e textualidade, os historiadores do trabalho tenderam a se manter distantes dela. Do ponto de vista destes, a história cultural não daria importância suficiente à análise de classe, demonstrando interesse em diversos processos por meio dos quais grupos tornam-se marginalizados, excluídos e dominados por outros. A partir de meados dos anos 1990, o reconhecimento da influência de Thompson estaria partindo mais de historiadores culturais do que de historiadores do trabalho. Para aqueles, *The Making* teria sido o pioneiro em demonstrar como os trabalhadores constroem o sentido cultural de sua experiência e criam identidades políticas coletivas. Nos anos 2000, a influência do clássico Thompson se tornaria cada vez mais indireta, incorporada como estava aos bem-estabelecidos campos da história social e da história cultural. A frequência das citações e dos reconhecimentos explícitos declinariam, quadro que estaria se intensificando em anos mais recentes, devido à expansão da história das relações raciais e indígenas, da nova história imperial britânica e das abordagens transnacionais.

Partindo do que foi exposto nesta seção e do que foi apresentado ao longo desta tese, podemos, agora, esboçar algumas considerações mais abrangentes sobre processos de recepção da obra de E. P. Thompson. Como era de se esperar, em países anglófonos e naqueles com significativos vínculos com eles (como era o caso, no pós-guerra, do Japão e da Alemanha Ocidental), foi possível constatar a circulação de obras thompsonianas logo após sua publicação no Reino Unido. Nesse sentido, não surpreende, como demonstrado nesta tese, que pesquisadores de países anglófonos (ou com estreitas conexões com estes) tenham desempenhado significativo papel na introdução de textos thompsonianos entre historiadores brasileiros. Entretanto, circulação quase simultânea nem sempre significou, como nos revela, por exemplo, o caso da Austrália, grande repercussão ou apropriação sistemática da obra do historiador inglês. Nos relatos internacionais aqui abordados (e no caso analisado neste trabalho), estas foram, frequentemente, associadas não à simples disponibilidade das publicações, mas a contextos sociopolíticos de intensificação da luta de classes e de ascensão de protestos populares em geral. A ausência de conjunturas com tais elementos (como na Argentina), a derrota dos movimentos sociais (como na Tchecoslováquia) ou certas desconfianças de

intelectuais sobre as relações entre mobilizações de massas e política democrática (de certo modo no Japão e, especialmente, na Alemanha Ocidental) ganharam destaque em explicações sobre recepções restritas da obra thompsoniana ou sobre algum “desvio” que o processo teria sofrido.

Em alguns dos casos aqui relatados, assim como naquele analisado nesta tese, a recepção da obra de E. P. Thompson esteve, pelo menos por um período, fortemente identificada com historiadores vinculados a alguma instituição específica (um programa de pós-graduação, um centro de pesquisa, uma universidade etc.), o que reforça, como já afirmamos, a importância de não desprezarmos fatores dessa natureza. No que tange às apropriações da obra thompsoniana (incluindo questões como os textos traduzidos, a ordem cronológica em que são lidos, os conceitos mais mobilizados etc.), os artigos resenhados nesta seção demonstram, como sustentado nesta tese, que o fenômeno é, largamente, configurado por demandas do contexto de recepção. Salientemos, por exemplo, o caso do Japão, onde a existência, nos anos 1960, de uma nova esquerda foi fundamental para a tradução quase imediata de textos thompsonianos de intervenção política mais explícita, material nunca transposto para o português. Por sinal, o caso japonês, além de outros, indica-nos, também, como apontaram, igualmente, certas evidências desta tese, que, pelo menos por um período, os escritos thompsonianos sobre o século XVIII foram até mais lidos que *The Making*, sendo o conceito de “economia moral” levado, frequentemente, a limites e a direções que em muito ultrapassavam os usos que dele fazia o historiador inglês.

Nos artigos abordados nesta seção, assim como no caso analisado nesta tese, vimos que, frequentemente, a obra thompsoniana foi mobilizada para confrontar vertentes mais estruturalistas e formalistas do marxismo, o que não excluiu significativas contendas com teorias estrutural-funcionalistas e historiografias de matriz liberal. Por sinal, a complexa relação de Thompson com o marxismo fomentou, em quase toda parte, a mesma visão ambivalente sobre o historiador inglês descrita nesta tese. Para alguns, ele teria aberto a porta para um heterogêneo conjunto de posições que buscariam o deslocamento do marxismo. Para outros, teria sido, exatamente, por antecipar certos aspectos das críticas enfileiradas, muitas vezes, sob o rótulo de pós-modernismo, que Thompson teria renovado o marxismo, contribuindo para que este permanecesse relevante no campo das ciências humanas. Nesse quadro, não faltaram, em quase todas as partes, aqueles que, assim como no Brasil, viram Thompson mais como um historiador

da cultura (especialmente, de sociedade pré-industriais) que como um historiador social da classe trabalhadora.

Predominam, nos artigos aqui apresentados, a avaliação de que, desde os anos 1990, mas, especialmente, a partir da década seguinte, as apropriações da obra thompsoniana estariam em declínio, o que, no caso analisado nesta tese, não se confirma. Mais uma vez, fatores diversos estariam influenciando o fenômeno: contextos sociopolíticos (crescimento da política de identidade, enfraquecimento da esquerda etc.); teórico-metodológicos (críticas feministas, pós-colonialistas, abordagens transnacionais etc.), mudanças institucionais (descentramento da história social pela cultural) e outros. Para alguns dos autores, a redução de reconhecimentos explícitos e citações diretas do historiador inglês se relacionaria, também, ao fato de que algumas proposições thompsonianas (como aquelas relativas à “agência”, “experiência” e “formação de classe”) estariam tão profundamente arraigadas em alguns campos historiográficos que pesquisadores neles atuando tomavam-nas como uma espécie de senso comum, raramente buscando evidenciar suas origens. De certo modo, a grande quantidade de eventos e publicações organizados, mundo afora, por ocasião do quinquagésimo aniversário da publicação de *The Making* e dos vinte anos do falecimento do historiador inglês, pode ser vista como um esforço no sentido de restabelecer não apenas a originalidade e o impacto renovador de algumas proposições thompsonianas centrais, mas também as repercussões políticas da obra do historiador inglês, reavaliando-a, reatualizando-a e revitalizando-a como um “discurso-arma” para lidar com os desafios de um presente em que as desigualdades sociais e a exploração do trabalho recrudescem em todas as partes.

Fontes

Obras/fontes

Dissertações (Mestrados)

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Campinas: Unicamp, 1988 (Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes).

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1984 (Orientador: Michael Hall).

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *O negro livre no imaginário das elites: racismo, imigratismo e abolicionismo em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1985 (Orientador: Peter Louis Eisenberg).

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1983 (Orientador: Michael Hall).

CRUZ, Heloísa de Faria. *Os trabalhadores em serviços: dominação e resistência (1900-1920)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1984 (Orientadora: Déa Ribeiro Fenelon).

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1983 (Orientação: Déa Ribeiro Fenelon).

GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores do Porto de Santos (1889-1910)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1983 (Orientador: Boris Fausto).

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1986 (Orientador: Héctor Hernan Bruit Cabrera).

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1986 (Orientador: Michael Hall).

LOPES, Eliane da Silva. *“Fragmentos de mulher”*: dimensões da trabalhadora (1900-1922). Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1985 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

LOPES, Myriam Bahia. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro: 1890-1920*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1988 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A eleição dos excluídos: a resistência do místico Galdino*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1986 (Orientador: Peter Louis Eisenberg).

MARONI, Amnérís Angela. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 78*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1982 (Orientadora: Maria Stella Bresciani).

RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei: liberalismo e experiência anarquista na República*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1984 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1982 (Orientador: Arnaldo Ítalo Tronca).

SILVA, Josué Pereira da. *Três discursos, uma sentença: a duração do trabalho em São Paulo (1906-1932)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1988 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

TENCA, Álvaro. *Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria nos anos 30*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1987 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril: história oral em Ijuí/RS*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1989 (Orientador: Michael Hall).

Teses (Doutorados)

ABREU, Martha Campos. “O império do divino”: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1996 (Orientador: Robert W. Slenes).

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientadora: Maria Stella Martins Bresciani).

BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha).

BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Michael M. Hall).

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1989 (Orientador: Robert W. Slenes).

ENGEL, Magali Gouveia. *A loucura na cidade do Rio de Janeiro: ideias e vivências (1830-1930)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1995 (Orientadora: Maria Clementina Pereira da Cunha).

FERRERAS, Norberto O. *No país da Cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Michael M. Hall).

FONTES, Paulo R. Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Michael M. Hall).

FORTES, Alexandre. *“Nós do Quarto Distrito...”: a classe trabalhadora porto-alegrense na Era Vargas*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Michael Hall).

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e o pântano: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1997 (Orientador: Robert W. Slenes).

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1999 (Orientador: Alcir Lenharo/Ítalo Arnaldo Tronca).

LAINO, André. *Memória de metalúrgicos*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1991 (Orientador: Ítalo Tronca).

LIMA FILHO, Henrique E. Rodrigues. *Microstoria: escalas, indícios, singularidades*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1999 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

LOPREATO, Christina S. R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1996 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha).

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História em campo minado: a memória popular revisitada*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1991 (Orientador: Edgar Salvadori de Decca).

MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1996 (Orientadora: Silvia Hunold Lara).

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientadora: Silvia Hunold Lara).

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Michael M. Hall).

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1998 (Orientador: Robert W. Slenes).

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1998 (Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha).

PIRES, Antônio L. C. Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2001 (Orientador: Sidney Chalhoub).

RIBEIRO, Aureo E. M. *As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1997 (Orientador: Alcir Lenharo e Célia Maria Marinho Azevedo).

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1997 (Orientador: Robert W. Slenes).

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre-regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1998 (Orientadora: Silvia Hunold Lara).

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos e tripulantes no tráfico negreiro (Angola – Rio de Janeiro, 1780-1860)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2000 (Orientadora: Silvia Hunold Lara).

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na Corte de João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1996 (Orientador: Sidney Chalhoub).

SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Cláudio H. M. Batalha).

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2000 (Orientador: Michael Hall).

SILVA, Silvia C. Martins S. *As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2000 (Orientador: Sidney Chalhoub).

TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o*

fascismo. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha).

VARGAS, João Tristan. *Ordem liberal e relações de trabalho na Primeira República*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1999 (Orientador: Adalberto Marson).

VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo da teoria?: história intelectual e a ameaça do pós-modernos nas páginas da American Historical Review*. Tese (Doutorado) Campinas: Unicamp, 2001 (Orientadora: Célia Maria Marinho Azevedo).

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1994 (Orientador: Maria Stella Martins Bresciani).

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 1997 (Orientadora Maria Clementina Pereira Cunha).

XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2002 (Orientadora: Sílvia Hunold Lara).

Entrevistas

Entrevista com Alexandre Fortes, concedida a PAZ, A.; PESSOA, A.; CARDOSO, A.; SANTIAGO, C.; LEAL, D.; CASTRO, L. em 08/2014. “História Social do Trabalho no Brasil: conversa com Alexandre Fortes”. *Revista Litteris*, n. 14, 2014.

Entrevista com Antonio Luigi Negro, concedida a SANTANA, L. C. e SANROS, H. R. *Revista Perspectiva Histórica*, n. 7, 2016.

Entrevista com Benito Bisso Schmidt, concedida a COSTA, Manuela A. *Revista Cantareira*, n. 15, 2011.

Entrevista com Carlo Ginzburg, concedida a MARIA LÚCIA G. PALLARES-BURKE. *Folha de São Paulo*, 13/06/1999.

Entrevista com Ciro Flamarion Cardoso. In: MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Entrevista com Ciro Flamarion Cardoso. *Revista Cantareira*, n. 6, v. 1, 2004-2005.

Entrevista com Edgar de Decca. In: MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Entrevista com Fabiane Popinigis, concedida a Isabelle Pires. *Mosaico*, v. 7, n. 11, 2016.

Entrevista com Fernando Novais. In: MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Entrevista com Fernando Teixeira da Silva, concedida ao autor em 17/03/2014.

Entrevista com Kazumi Munakata, concedida ao autor em 24/05/2014.

Entrevista com Maria Odila Leite Dias. In: MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Entrevista com Maria Stella Bresciani, concedida a DUTRA, F. B.; JACQUES, P. B. e DRUMMOND, W. *Rebobra*, n. 13, 2014.

Entrevista com Michael Hall, concedida a MACEDO, F. e FONTES, P. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, 2016.

Entrevista com Michael M. Hall, concedida ao autor em 23/07/2013.

Entrevista com Robert Slenes, concedida a Maria de Fátima Novaes Pires. In: *Politeia - História e Sociedade*, v. 10, n. 1, 2010.

Entrevista com Silvia Lara, concedida a Regina Célia Lima Xavier em 12/05/2011. Disponível em <http://goo.gl/nVgXAc> (acesso em 15/06/2014).

Entrevista com Silvia Lara, concedida ao autor em 19/12/2016

Entrevista com Silvia Lara. *Hydra*, v. 1, n. 2, 2016.

Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Atílio Bergamini e outros. *Aedos*, v.1, n. 1, 2008.

Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Claudia Engler Cury e outros. *Saeculum Revista de História*, n. 20, 2009.

Entrevista concedida por Sidney Chalhoub a Emanuel Candeia Cavalcante em 2009. In: CAVALCANTE, Emanuel Candeia. *A repercussão do conceito de experiência de E. P. Thompson na historiografia brasileira: um estudo sobre a Unicamp e Sidney Chalhoub (1980-1998)*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2010.

Referências de Audiovisuais

PÁTRIA AMADA ESQUARTEJADA. Direção: Eduardo Ferreira. Brasil, 1992. (32 minutos). Disponível em <http://goo.gl/MYOP3g> (acesso em 08/10/2014).

INSTITUTO CAJAMAR. Direção: n. d. Brasil, 1987. (23 minutos) Disponível em <http://goo.gl/uVskhn> (acesso em 10/08/2014).

Outros

Trabalhadores, n. 1 (“Escravos”) 1989.

Trabalhadores, n. 2 (“Trajetória do movimento operário”), 1989.

Trabalhadores, n. 3 (“Imigrantes”), 1989.

Trabalhadores, n. 4 (“Fábrica e cidade”), 1989.

Trabalhadores, n. 5 (“Eleições”), 1990.

Trabalhadores, n. 6 (“Classes perigosas”), 1990.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. “Fontes Oraís: Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio”. *Resgate*, v. 2, n. 2, 1991.
- ALBUQUERQUE JR., Durval M. “Por uma leitura safada de Thompson”. In: *História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. “Experiência: uma fissura no silêncio”. In: *História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALVES, Giovanni. “Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da ‘década neoliberal’ (1990-2000)”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 19, 2002.
- ANDERSON, Perry. “Diário de uma relação”. *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Trad. Carlos Cruz. Porto: Afrontamento, 1976.
- ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985.
- ARANHA, Gervácio B. “‘Provas e possibilidades’ à luz de um experimento historiográfico: dialogando com Thompson”. *Ariús*, n. 7, v. 8, 1998.
- ARRUDA, José J. A. “Experiência de classe e experimento historiográfico em E. P. Thompson. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995.
- AZEVEDO, Celia M. “Ten Years of Teaching U.S. History at UNICAMP, Brazil: A Memoir”. *The Journal of American History*, v. 96, 2010.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. “A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida”. In: BROCK, Colin e SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.
- BARBOSA, Renata C. T. *Desvios do olhar: a escravidão na historiografia brasileira*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002.
- BARREIRO, José C. “E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões, críticas e projeções”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995.
- BARREIRO, José Carlos. “Temas e debates para a História do Brasil: a contribuição de E. P. Thompson”. *Mediações*, v. 9, n. 1, 2004.
- BARRET, James R. “Making and Unmaking the Working Class: E. P. Thompson and the ‘New Labor History’ in the United States”. *Historical Reflections*, v. 41, n. 1, 2015.
- BARRETO, Álvaro. “Uma avaliação da produção historiográfica: sobre os círculos operários”. *Anos 90*, n. 7, 1997.

BARROS, João D'Assunção. "História cultural: um panorama teórico e historiográfico". *Textos de História*, v. 11, n. 1/2, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. "A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990". *História*, n. 21, 2002.

BATALHA, Cláudio H. M. "A história social em questão". *História. Questões & Debates*, n. 17, 1988.

BATALHA, Cláudio H. M. "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências". In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M. "Da ótica do trabalhador". *Teoria e Debate*, v. 3, 1988.

BATALHA, Cláudio H. M. "Movimento operário: qual história?". In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

BATALHA, Cláudio H. M. "Os desafios atuais da história do trabalho". *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, 2006.

BATALHA, Cláudio H. M. "Thompson diante de Marx". In: BOITO JR., Armando et al. (org.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.

BATALHA, Cláudio H. M. "Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário". *Anos 90*, n. 8, 1997.

BATALHA, Cláudio H. M. e ARAÚJO, Ângela M. C. "Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth". In: SILVA, Z. L. (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1999.

BATALHA, Cláudio. "Face obscura: a Inglaterra desvendada por E. P. Thompson". *Veja*, 27/01/1988.

BATALHA, Cláudio H. M. "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade". *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23-24, 1992.

BESSA, Karla A. M. *(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira (1961-1996)*. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2000.

BEZERRA, Holien G. "E. P. Thompson e a teoria na história". (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995.

BILHÃO, Isabel. "A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local)". *Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, 2010.

BITTENCOURT, Ícaro. "O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos". *Sociais e Humanas*, v. 20, 2007.

BLOOR, David. "O programa forte na sociologia do conhecimento". In: *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Unesp, 2009.

- BORGES, Vavy P. “Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. “As condições sociais da circulação internacional das ideias”. *Enfoques: revista eletrônica*, v. 1, n. 1, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRAGA, Ruy e SANTANA, Marco Aurélio. “O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil”. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, 2009.
- BREFE, A. C. F.; NEGRO, A. L.; GRANGEIRO, C. D. et al. “Apresentação”. *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.
- BRESCIANI, Maria S. M. “Lógica e dissonância, sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária”. *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 11, 1985/1986.
- BRESCIANI, Maria. S. M. “Introdução”. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BURKE, P. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 70*. 2.ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- CANO, Jefferson. “O mundo que os historiadores criaram: Edward Thompson, Eugene Genovese e o tema do paternalismo”. *Cadernos de História Social*, n. 1, 1995.
- CAPELATO, Maria H. R. “Estado Novo: novas histórias”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- CAPES. *Avaliação Trienal (1998-2000) – História (Documento de Área)*. Disponível em goo.gl/GIXIL5 (Acesso em 02/01/2017).
- CAPES. *Avaliação Trienal (2001-2003) – História (Documento de Área)*. Disponível em <https://goo.gl/tk8ruZ> (Acesso em 02/01/2017).
- CARDOSO, Ciro F. “Uma ‘Nova História’?”. In: *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

- CARDOSO, Ciro. F. "História e paradigmas rivais". In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTRO, Hebe. "História social". In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAVALCANTE, Emanuel Candeia. *A repercussão do conceito de experiência de E. P. Thompson na historiografia brasileira: um estudo sobre a Unicamp e Sidney Chalhoub (1980-1998)*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney e FONTES, Paulo. "História social do trabalho, história pública". *Perseu*, n. 4, 2009.
- CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando. T. "Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980". *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. "O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil". (Mesa "E. P. Thompson no Brasil"). *Livro de Resumos – XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói: UFF, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Unicamp, 2001.
- CHANDAVARKAR, R. "'The Making of the Working Class': E. P. Thompson and Indian History". *History Workshop Journal*, n. 43, 1997.
- CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. 2.ed. Trad.: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHARTIER, Roger. "'Cultura popular': revisitando um conceito historiográfico". *Estudos Históricos*, v. 8, n. 16, 1995.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. 2.ed. Portugal: Difel, 2002.
- COLLINS, Harry. "O Sol dentro de um tudo de ensaio – a história da fusão fria". In: *O golem: o que você deveria saber sobre ciência*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- COOPER, Frederick. "Work, class and Empire: an African historian's retrospective on E. P. Thompson". *Social History*, v. 20, n. 2, 1995.
- CORRÊA, Maria Amélia Ayd. *De que lugares fala essa história?: as matrizes teórico-metodológicas na produção discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UFF (1989 – 1996)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. "A dialética invertida: 1960-1990". *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27, 1994.

COSTA, Emília Viotti da. “A nova face do movimento operário na Primeira República”. *Revista Brasileira de História*, v. 2, n. 4, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. “Estrutura *versus* experiência: novas tendências na historiografia do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde o que se ganha”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 29, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. “Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética”. *Anos 90*, n. 10, 1998.

COSTA, Hélio da e SILVA, Fernando T. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CUNHA, Cilaine A. “Resenha de THOMPSON, E. P. *Os românticos - a Inglaterra na era revolucionária*”. *Folha de São Paulo*, 14/06/2003.

CURTHOIS, Ann. “History from Down Under: E. P. Thompson’s *The Making of the English Working Class* and Australia”. *Historical Reflections*, v. 41, n. 1, 2016.

DALAQUA, Renata H. “O debate no interior da *New Left* britânica: o significado da controvérsia entre Perry Anderson e E. P. Thompson”. *História Social*, n. 16, 2009.

DECCA, Edgar S. “A revolução acabou”. *Revista Brasileira de História*, v. 10, n. 20, 1991.

DECCA, Edgar S. “E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995.

DEMIER, Felipe. “Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, 2012.

DEMIER, Felipe. “Trabalhadores e populismo vistos sobre outra perspectiva: a corrente historiográfica da Unicamp e a tese da *luta por direitos*”. In: *I Seminário Internacional de História do Trabalho, V Jornada Nacional de História do Trabalho*. Florianópolis: UFSC, 2010.

DIAS, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. *Projeto História*, n. 17, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. “História, teoria da história e cultura historiográfica: entrevista com Astor Antonio Diehl”. *Saeculum*, n. 21, 2009.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo: Ensaio, 1994.

DUARTE, Adriano Luiz. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940-1950”. *Estudos Históricos*. v. 21, 2008.

DUARTE, Adriano Luiz. “Lei, Justiça e Direito: algumas sugestões de leitura da obra de E. P. Thompson”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.

DUTRA, Eliana e GROSSI, Yonne. “Historiografia e movimento operário: o novo em questão”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 65, 1987.

- DWORKIN, Dennis. "E. P. Thompson: historiador militante, militante historiador". *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014.
- DWORKIN, Dennis. *Class struggles*. Edinburgh (UK): Pearson Longman, 2007.
- EISENBERG, Peter L. "A escravidão nas Américas: Genovese em português." *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, 1983.
- EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Unicamp, 1989.
- ELEY, Geoff. "Adeus à classe trabalhadora?". *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 66, 2013.
- ELEY, Geoff. "Working-Class Agency: Past and Present". *Labor: Studies in Working-Class History of the Americas*, v. 10, n. 3, 2013.
- ELEY, Geoff. *Forjando a Democracia: uma história da esquerda (1850-2000)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- FALCON, Francisco J. C. "História e memória – origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense". *História da Historiografia*, n. 11, 2013.
- FALCON, Francisco J. C.; CARVALHO, José M.; FERREIRA, Marieta M. "Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social — trinta anos". *Topoi*, v. 13, n. 25, 2012.
- FALER, Paul G. "E. P. Thompson and American History: a retrospective view". *The History Teacher*, v. 28, n. 1, 1994.
- FARIA, Sheila C. "História da família e demografia história". In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FENELON, Déa Ribeiro. "Costume e cultura na Inglaterra do século XVIII". *Projeto História*, n. 18, 1999.
- FENELON, Déa Ribeiro. "E. P. Thompson – História e Política". (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995.
- FENELON, Déa Ribeiro. "Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil (1889-1945)". *Revista Brasileira de História*, n. 3, 1982.
- FENELON, Déa Ribeiro. "Programa de Pós-Graduação em História". *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 5, 1983.
- FENELON, Déa Ribeiro. "Simpósio sobre problemas da Pós-Graduação em História e Historiografia Brasileira". *Revista de História*, n. 110, 1977.
- FENELON, Déa Ribeiro. "Trabalho, cultura e história social – perspectivas de investigação". *Projeto História*, v. 4, 1985.
- FERREIRA NETO, Edgard. "História e etnia". In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Antonio Celso. “A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento”. In: GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Jorge. “Introdução”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERRERAS, Norberto O. “Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson”. *Diálogos*, v. 3, n. 3, 1999.

FERRERAS, Norberto. O. “História e trabalho: entre a renovação e a nostalgia”. *Trajeto*, v. 1, n. 2, 2002.

FICO, Carlos e POLITO, Ronald. “A historiografia brasileira nos últimos vinte anos: tentativa de avaliação crítica”. In: MALERBA, J. (org.). *A velha história*: teoria, método e historiografia. Campinas: Papyrus, 1996.

FICO, Carlos e POLITO, Ronald. “Teses e dissertações de História defendidas em 1995”. *Estudos Históricos*, n. 17, 1996.

FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1994.

FICO, Carlos. “A pós-graduação em história: tendências e perspectivas da área”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 22, n. 3, 2015.

FICO, Carlos. “Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990”. In: ANDRADE, José J. A. (org.). *Brasil-Portugal*: história, agenda para o milênio. Bauru, SP: Edusc, 2001.

FLECK, Ludwick. *Gênese e desenvolvimento do fato científico*: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONTANA, Josep. *História*: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: Edusc, 1998.

FONTES, Paulo. “Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of Class* de Stedman Jones”. *Locus: Revista de História*, v. 4, n. 2, 1998.

FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. *Trajeto*, v. 1, n. 2, 2002.

FORTES, Alexandre e SILVA, Amanda. M. da. “Revisitando um clássico da história social: a estrutura narrativa de *A formação da classe operária inglesa*”. *Revista Universidade Rural*, v. 29, n. 2, 2007.

FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

- FORTES, Alexandre. “‘Miríades por toda a eternidade’: a atualidade de E. P. Thompson”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006.
- FORTES, Alexandre. “Formação de classe e participação política – E. P. Thompson e o populismo”. *Anos 90*, v. 17, n. 31, 2010.
- FORTES, Alexandre. “O direito na obra de E. P. Thompson”. *História Social*, n. 2, 1995.
- FORTES, Alexandre. “O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações”. *Estudos Históricos*, v. 29, v. 59, 2016.
- FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L.; FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. 3.ed. (Org.: Antonio L. Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1998 (Col. Textos Didáticos, n. 10, v. 2).
- FORTUNATO, Maria Lucinete. “A política e a história no pensamento de E. P. Thompson”. *Livre Pensar*, n. 1, 1999.
- FRANZINI, F. e GONTIJO, R. “Apresentação - Dossiê ‘Os cursos de história: lugares, práticas e produções’”. *História da Historiografia*, n. 11, 2013.
- FRENCH, John D. e FORTES, Alexandre. *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil*. USA: The Latin American Institute/ The University of New México, 1998.
- FRENCH, John D. e GARRAYO, M. L. F. “El auge de los estudios sobre el trabajo en Latinoamérica”. *Historia Social*, n. 39, 2001.
- FRENCH, John. “A História latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica”. *História-Unisinos*, v. 6, n. 6 2002.
- GARCIA, Fabiano. “Um mapeamento provisório: indícios de E. P. Thompson no Brasil (1990-2014). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História* (Lugares dos Historiadores: Novos e Velhos Desafios). Florianópolis: UFSC, 2015.
- GARCIA, Marco Aurélio. “Os intelectuais e os partidos de esquerda”. In: SOARES, Maria S. Arrosa (org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1985.
- GEARY, Dick. “A ‘virada linguística’: pós-modernismo e história do trabalho”. *Perspectiva*, v. 18, n. 33, 2000.
- GODOY, João M. T. “Alguns desafios dos estudos de historiografia”. *Projeto História*, n. 41, 2010.
- GODOY, João M. T. “Formas e problemas da historiografia brasileira”. *História-Unisinos*, n. 13, v. 1, 2009.
- GOHN, Maria G. “Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90”. In: *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GOMES, Ângela C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela C. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. *Estudos Históricos*, n. 34, 2004.

GOMES, Ângela C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Ângela C. e FERREIRA, Marieta M. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *Estudos históricos*, v. 2, n. 4, 1989.

GOMES, Flávio. “História e historiografia da escravidão no Brasil: identidades, caminhos e percursos”. In: *Educação, africanidades, Brasil*. Brasil: MEC, 2004.

GOENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991.

GUIMARÃES NETO, Regina B. “Historiografia e narrativa – do arquivo ao texto”. *CLIO. Série História do Nordeste*, v. 28, 2010.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões”. In: NEVES, M. P. N. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HALL, Michael e BATALHA, Cláudio H. M. “David Montgomery in Brazil”. *International Labor and Working-Class History*, n. 82, 2012.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo S. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. *Remate de Males*, n. 5, 1985.

HALL, Michael. “Costumes do povo inglês”. *Folha de São Paulo*, 12/12/1998.

HALL, Stuart. “En defensa de la teoría”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984.

HAUPT, G. “Por que a história do movimento operário?”. *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 10, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J. “A formação da cultura da classe operária britânica”. In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWM, Eric J. “A volta da narrativa”. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HOBBSBAWM, Eric J. “As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial”. In: *Níveis de Culturas e Grupos Sociais*. Lisboa: Cosmos, 1974.

HOBBSBAWM, Eric J. “Notas sobre consciência de classe”. In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWM, Eric J. “O fazer-se da classe operária, 1870-1914”. In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. J. “O marxismo hoje: um balanço aberto”. In: HOBBSBAWM, E. J. (org.). *História do marxismo*. v. 11. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HYSLOP, Jonathan. “E. P. Thompson in South Africa: The Practice and Politics of Social History in an Era of Revolt and Transition, 1976-2012”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016.

ICHIHASHI, Hideo. "The Reception of E. P. Thompson in Japan: The New Left, *The Making*, and 'Moral Economy'". *International Review of Social History*, n. 61, 2016.

IOKOI, Zilda M. G. "História social contemporânea". In: ARRUDA José J. e FONSECA, Luís A. (orgs.). *Brasil – Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

IRELAND, Craig. "The Appeal to Experience and Its Consequences: Variations on a Persistent Thompsonian Theme". *Cultural Critique*, n. 52, 2002.

ISER, W. "A interação do texto com o leitor". In: LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JAMES, Daniel. "O que há de novo, o que há de velho?: os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana". In: ARAÚJO, Ângela M. C. *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

JANOTTI, Maria L. M. "Alguns problemas do Curso de Pós-Graduação em História na Universidade de São Paulo". *Revista de História*, n. 110, 1977.

JANOTTI, Maria L. M. e D'ALESSIO, Márcia M. "Produção acadêmica da Pós-Graduação em História da PUC-SP". *Projeto História*, n. 10, 1993.

JANOTTI, Maria L. M. e D'ALESSIO, Marcia. M. "A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)". *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996.

JASMIN, Marcelo Gantus. "História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JOHNSON, Richard. "Contra el absolutismo". In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984.

JOHNSON, Richard. "Thompson, Genovese and socialist humanist history". *History Workshop Journal*, n. 6, 1978.

JOHNSON, Walter. "On agency". *Journal of Social History*, v. 37, n. 1, 2003.

JONES, Gareth Stedman. "Reconsideracion del cartismo". In: *Lenguajes de clase: estudios sobre la historia de clase obrera inglesa (1832-1982)*. Madrid: Siglo XXI, 1989.

KAUCHAKJE, Samira. *Movimentos sociais na academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na Unicamp e na USP entre 1970-1995*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1997.

KAYE, Harvey e McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990.

KAYE, Harvey J. *The British Marxist historians*. Oxford: Polity Press, 1984.

KIRK, Neville. "Cultura: costume, comercialização e classe". In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

- KIRK, Neville. "Fifty years of labour history: challenge, crisis, and renewal? – themes in the labour history of Britain, 1960-2010". *Labour History Review*, v. 75, n. 2, 2010.
- KNIGHT, Alan. "La herencia británica en la historia social de latinoamericana". *Tzintzun, Revista de Estudios Históricos*, n. 54, 2011.
- KNORR-CETINA, Karin. "A comunicação na ciência." In: GIL, Fernando (org.). *A ciência tal qual se faz*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.
- KRIEGLER, Lara. "How It Feels to Be Fifty: E. P. Thompson and Cultural History, Past, Present, and Future". *Labor: Studies in Working-Class History of the Americas*, Volume, v. 10, n. 3, 2013.
- KROPF, Simone P. e LIMA, Nisia T. "Os valores e a prática institucional da ciência: as concepções de Robert Merton e Thomas Kuhn". *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 5, n. 3, 1998/1999.
- KUČERA, Rudolf. "Facing Marxist Orthodoxy: Western Marxism, *The Making*, and the Communist Historiographies of Czechoslovakia and Poland, 1948-1990". *International Review of Social History*, n. 61, 2016.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LAHUERTA, Milton. "Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil". *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14/15, 2001.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1999.
- LAPA, José R. A. *A historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- LARA, Silvia H. "'Blowin' in the wind': E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil". (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995.
- LARA, Silvia H. "Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico". *LPH – Revista de História*, v. 3, n.1, 1992.
- LARA, Silvia H. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". *Projeto História*, n. 16, 1998.
- LARA, Silvia H. "História Cultural e História Social". *Diálogos*, n. 1, 1997.
- LARA, Silvia H. "História da escravidão africana no Brasil". In: ANDRADE, José J. A. (org.). *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- LARA, Silvia H. "Na perspectiva dos escravos". *Teoria e Debate*, n. 45, 2000.
- LARA, Silvia H. "Peculiaridades no Brasil". *Topoi*, n. 3, 2001.
- LARA, Silvia H. "Trabalhadores escravos". *Trabalhadores*, 1, 1989.
- LATOUR, Bruno. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996.
- LIENHARD, Martín. "Los testimonios populares y la cuestión de su lectura". *Cuadernos de Literatura*, v. 38, 2001.

LIMA, Henrique Espada. “E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social”. *Esboços*, v. 12, 2004.

LIMA, Raquel S. “O conceito de cultura em Raymond Williams e Edward P. Thompson: breve apresentação das ideias de materialismo cultural e experiência”. *Cantareira*, v. 10, 2005.

LINDEN, Marcel van der. “História do Trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, 2009.

LINDEN, Marcel van der. “Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial”. *História*, v. 24, n. 2, 2005.

LINDENBERGER, Thomas. “From Structuralism to Culturalism: The Protracted German Reception of *The Making of the English Working Class* and its Actuality Reassessed from a Post-Cold War Perspective”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016.

LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, 1983.

LOBO, Elisabeth Souza. “Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência”. *Tempo Social*, v. 1, n. 1, 1992.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009.

MALERBA, Jurandir. “Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão”. *Varia História*, v. 17, 2003.

MALERBA, Jurandir. “Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990”. *Textos de História*, v. 10, n. 1/2, 2002.

MARSON, Adalberto. “Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais”. In: BRESCIANI, M. S.; SAMARA, E. M. e LEWKOWICZ, I. *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992.

MARSON, Adalberto. “Maquinações satânicas: Edward Thompson e as leituras do sistema fabril”. *Revista de História*, n. 121, 1989.

MARTINEZ, P. H. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado”. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel A. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Unicamp, 2012.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Possibilidades de diálogo: classe e gênero”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.

MARTINS, Ismênia de Lima. “Anotações sobre a história do trabalho no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, 1995.

MARTINS, Suely Aparecida. “As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura”. *Tese*, v. 2, n. 2, 2006.

MATIAS, Lilian S. L. “Reflexões sobre os caminhos da história social do trabalho e o conceito de classe trabalhadora”. *Espaço Plural*, n. 34, 2016.

MATTOS, Marcelo B. “E. P. Thompson no Brasil”. *Outubro*, n. 14, 2006.

MATTOS, Marcelo B. “Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil”. *Tempos Históricos*, v. 5/6, 2003/2004.

MATTOS, Marcelo B. “Referências teóricas da historiografia do trabalho: E. P. Thompson no Brasil em perspectiva comparada”. In: *I Seminário Internacional de História do Trabalho, V Jornada Nacional de História do Trabalho*. Florianópolis: UFSC, 2010.

MATTOS, Marcelo B. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MATTOS, Marcelo. B. “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”. In: MELO, Demian B. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

McNALLY, David. “Língua, história e luta de classes”. In: WOOD, E. M. e FOSTER, J. B. (orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MERRILL, Michael. “A transformação maior: E. P. Thompson, economia moral, capitalismo”. *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014.

MERTON, Robert. “Os imperativos institucionais da ciência”. In: DEUS, Jorge D. (org.). *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MIDDLETON, Stuart. “The concept of ‘experience’ and the Making of the English Working Class, 1924–1963”. *Modern Intellectual History*, n. 13, v. 1, 2016.

MONTAGNER, Miguel A. e MONTAGNER, Maria Inês. “A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura”. *Tempus*, v. 5, 2011.

MORAES, José G. Vinci de e REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOTA, Carlos G. “A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação e crítica”. *Debate e Crítica*. São Paulo, n. 5, 1975.

MOTTA, Márcia. “Movimentos rurais nos Oitocentos: uma história em reconstrução”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 16, 2001.

MOURA, Esmeralda B. B. e SILVA, Marcos A. “Por que dialogar com E. P. Thompson?”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995.

MÜLLER, Ricardo G. “Exterminismo em E. P. Thompson: luta de classe e humanismo”. *Projeto História*, n. 48, 2013.

MÜLLER, Ricardo G. “Revistando E. P. Thompson e a ‘Miséria da Teoria’”. *Diálogos*, v. 11, n. 1-2, 2007.

MÜLLER, Ricardo G. e DUARTE, Adriano Luiz (orgs.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó, SC: Argos, 2012.

MÜLLER, Ricardo G. e MUNHOZ, Sidnei. “Edward Palmer Thompson”. In: LOPES, Marco A. e MUNHOZ, Sidnei (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

MÜLLER, Ricardo G. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002.

MUNAKATA, Kazumi. “O lugar do movimento operário: o lugar e o tempo de ‘O lugar do movimento operário’, 30 anos depois”. *História e Perspectivas*, n. 43, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. “O lugar do movimento operário”. In: *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo/ANPUH – Movimentos Sociais*. Araraquara: Unesp, 1978.

MUNHOZ, Sidnei. “Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos”. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 2, 1997.

MUNHOZ, Sidnei. “Resenha de THOMPSON, E. P. *Customs in common* (1991)”. *Projeto História*, n. 12, 1995.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil.” *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, 2016.

NEGRO, Antonio L. “E. P. Thompson no Brasil: recepções e usos”. *Crítica Marxista*, n. 39, 2014.

NEGRO, Antonio L. “Imperfeita ou refeita?: o debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa”. *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 31-32, 1996.

NEGRO, Antonio L. “O fragmento como via de acesso à história social”. *Diálogos*, v. 1, n.1, 1997.

NEGRO, Antonio L. “Paternalismo, populismo e história social”. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004.

NEGRO, Antonio L. e GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006.

NICOLAZZI, Fernando. “A narrativa da experiência em Foucault e Thompson”. *Anos 90*, v. 11, n. 19/20, 2004.

NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

NIETO, Agustín. “Los usos de E. P. Thompson en la historiografía ‘argentina’: un itinerario posible”. *Rey Desnudo*, n. 3, 2013.

OLIVEIRA, Roberto V. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações – do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH, 2002.

OROZCO, Elena M. L. *Estudo de uma comunidade científica na área das ciências sociais: o caso do IFCH da Unicamp*. Dissertação (Mestrado). Campinas: IG-Unicamp, 1994.

PALMER, Brian D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PALMER, Bryan D. “A História enquanto debate: a análise contestadora de ‘A Formação da Classe Operária Inglesa’”. *Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 10, 2013.

PAOLI, M. C. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira”. In: LOPES, J. S. L (coord.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

PAOLI, Maria Célia. “Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno”. *Estudos Avançados*, v. 3. n. 7, 1989.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Éder e TELLES, Vera da Silva. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983.

PASSIANI, E. e FROTA, Vander N. “Entre caminhos e fronteiras: a gênese do conceito de ‘campo literário’ em Pierre Bourdieu e sua recepção no Brasil”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 1, 2009.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEDROZA, Manoela. “O debate na historiografia marxista brasileira sobre os trabalhadores rurais no século XX”. *Tempos Históricos*, v. 7, 2005.

PEREIRA, Leonardo A. M. “Resenha de THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004.

PERICÁS, Luiz B. e WIDER, Maria C. “Caio Prado Júnior”. In: SECCO, Lincoln e PERICÁS, Luiz B. (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERRUSO, Marco A. “Articulações entre intelectuais e movimentos populares nos anos 1970/80”. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 16, 2011.

PERRUSO, Marco A. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

PESTANA, Marco M. “A centralidade da obra de E. P. Thompson na rediscussão do populismo”. *Caminhos da História*, v. 7, 2011.

PESTRE, Dominique. “Para uma história (social) da prova nas ciências e nas técnicas: reflexões gerais e estudo de dois casos – as experiências de Hertz e a imunização magnética dos navios”. In: GIL, Fernando (org.). *A ciência tal qual se faz*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

PETERSEN, Silvia R. F. “A Pós-Graduação em História: novas e velhas questões”. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, 2006.

PETERSEN, Silvia R. F. “A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.

PETERSEN, Silvia R. F. “Ainda o movimento operário como objeto historiográfico”. *Anos 90*, n. 8, 1997.

PETERSEN, Silvia R. F. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. *Anos 90*, n. 3, 1995.

PETERSEN, Silvia R. F. “Da história do movimento operário à história social do trabalho no Rio Grande do Sul”. In: *Ciclo de Palestras “Caminhos da Lembrança III”*. Núcleo de Pesquisa em História do Departamento de História da UFRGS, 2003.

PETERSEN, Silvia R. F. “Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo”. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). 2v. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Funcamp, 1981.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Trabalho industrial no Brasil: uma revisão”. *Estudos CEBRAP*, n. 14, 1975.

PINTO, Diana B. C. *A produção do novo e do velho na historiografia: debates sobre a escravidão*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2003.

POY, Lucas. “Remaking *The Making*: E. P. Thompson’s Reception in Argentina and the Shaping of Labor Historiography”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016.

PRECIOSO, Daniel. “A escravidão brasileira no pós-independência: rupturas e continuidades na produção acadêmica recente (1999-2007)”. *Cadernos de História*, v. 7, n.1, 2009.

PRICE, Richard. “Histories of Labour and Labour History”. *Labour History Review*, v. 75, n. 3, 2010.

PRIORE, Mary del. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

PRIORE, Mary del. “História do cotidiano e da vida privada”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

QUADROS, Carlos F. *A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político: o caso de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara*. Monografia. Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 2011.

QUEIRÓZ, Suely R. R. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

RAGO, Luzia M. “A ‘nova’ historiografia brasileira”. *Anos 90*, n. 11, 1999.

RAGO, Luzia M. “As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea”. *Anos 90*. v. 1, n. 1, 1993.

RAGO, Luzia M. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia L. (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Unesp, 1995.

RAGO, Luzia M. “Descobrimos historicamente o gênero”. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998.

RAGO, Luzia M. “Uma imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson”. *Pontos de Interrogação*, v. 1, n. 2, 2011.

RAMOS, Igor Guedes e JOANILHO, André Luiz. “Uma história dos historiadores: o messianismo acadêmico”. In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, 2008.

RAMOS, Igor Guedes. “A historiografia brasileira do trabalho: entre Thompson e Foucault”. In: MATA, Sérgio R.; MOLLO, Helena M.; VARELLA, Flávia F. (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009.

RAMOS, Igor Guedes. “Algumas falas sobre Michel Foucault, Edward P. Thompson e sua *apropriação* pelos historiadores brasileiros”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, 2013.

RAMOS, Igor Guedes. “Aproximações entre Thompson e Foucault na historiografia brasileira dos anos 80: alguns apontamentos”. In: SILVA, Zélia L. e ANHEZINI, Karina (orgs.). *A escrita histórica e suas múltiplas faces*. Assis: FCL-UNESP-Publicações, 2011.

RAMOS, Igor Guedes. “As representações de classe operária na produção acadêmica brasileira: um balanço das décadas de 1960 e 1970”. *Antíteses*, v. 2, n. 3, 2009.

RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. Tese (Doutorado). Assis: FCL-Unesp, 2014.

RAMOS, Igor Guedes. *O messianismo acadêmico: a redenção pela classe operária – uma análise da produção acadêmica das décadas de 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado). Londrina: UEL, 2009.

REIS FILHO, Daniel A. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS FILHO, Daniel A. “Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje”. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel A. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

REIS, João J. “Slaves as agents in history: a note on the new historiography of slavery in Brazil”. *Ciência e Cultura*, v. 51, n. 5-6, 1999.

REIS, José C. “Da história global à história em migalhas: o que se ganha, o que perde?”. In: *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RENK, Arlene. “A experiência em Thompson”. *História: Questões & Debates*, v. 13, n. 24, 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “Menocchio Rivière: a palavra construída”. *Resgate*, v. 5, n. 6 1996.

RODRIGUES, Iram J. e MARTINS, Heloísa S. “O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 1990”. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, 1999.

RODRIGUES, Leôncio M. e MUNHOZ, Fábio A. “Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil”. *Estudos Cebrap*, n. 7, 1974.

ROIZ, Diogo S. “As ‘transferências culturais’ no mercado historiográfico: do estruturalismo ao pós-estruturalismo”. *Nucleus*, v. 9, n. 1, 2012.

ROIZ, Diogo S. e SANTOS, Jonas R. “A recepção da ‘nova história cultural’ no Brasil: o caso do departamento de História da Unesp, Campus de Franca. In: DIEHL, Astor A. (org.). *Experiências e ensaios de História: cultura, historiografia e gênero*. Passo Fundo, RS: UPF, 2006.

ROIZ, Diogo S. e SANTOS, Jonas R. “Da França para o Brasil: leituras e apropriações do marxismo e da ‘nova história cultural’ num departamento de História”. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 4, n. 1, 2011.

ROMANI, Carlo M. “Experiências compartilhadas e autonomia popular na história social: aproximações entre E. P. Thompson e Castoriadis”. *Projeto História*, n. 48, 2013.

ROMÃO, Wagner M. *A experiência do CESIT: a sociologia política acadêmica dos anos 1960*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SALES, Eric. *Uma topografia de interesses: a produção do Programa de Pós-Graduação em História da UnB (1979-2006)*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 2010.

SAMUEL, Raphael, “Presentación del debate”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984.

SANTANA, Marco A. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999.

SANTANA, Marco A. “O ‘novo’ e o ‘velho’ sindicalismo: análise de um debate”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 10/11, 1998.

SANTANA, Marco A. “O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação”. *Cadernos Adenauer*, n. 2, 2002.

SANTOS, Wagner G. “A invenção da crítica historiográfica brasileira pós-década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos”. *Revista de Teoria da História*, n. 7, 2012.

SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

SAVAGE, Mike. “Space, networks and class formation”. In: KIRK, Neville (ed.). *Social Class and Marxism: defences and challenges*. Aldershot: Scholar Press, 1996.

SCHMIDT, Benito B. “As referências teóricas, metodológicas e técnicas da pesquisa: observações gerais”. *Diálogo*, v. 5, 2004.

SCHMIDT, Benito B. “Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro”. *Projeto História*, n. 16, 1998.

- SCHUELER, Alessandra Frota. “Marxismo e historiografia no Reino de Vitória: as contribuições de Edward Palmer Thompson”. *Verinotio*, n. 6, 2007.
- SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.
- SCHWARZ, Bill. “Razão e desrazão em E. P. Thompson”. (Dossiê Diálogos com E. P. Thompson). *Projeto História*, n. 12, 1995.
- SCOTT, Joan W. “A invisibilidade da experiência”. *Projeto História*, n. 16, 1998.
- SCOTT, Joan W. “Women in *The making of the English working class*”. In: *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University, 1988.
- SECCO, Lincoln Ferreira. *A recepção das ideias de Gramsci no Brasil*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1998.
- SECCO, Lincoln Ferreira. *História do PT (1978 – 2010)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- SECRETO, María V. “Resenha de E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*”. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 46, 2003.
- SENA JR., Carlos Z. F. “A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea”. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. “A mais estranha das ilhas: resenha de E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*”. *Folha de São Paulo*, 08/09/2001.
- SEWELL JR., “How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson’s Theory of Working-class Formation”. In: KAYE, Harvey, McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990.
- SHAPIN, Steven. *Nunca pura: estudos históricos de Ciência como fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- SILVA, Ana Rosa C. “Thompson e a primeira geração dos *Annales*: uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em história”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.
- SILVA, Eduardo A. “Desafios e perspectivas da história social do trabalho contemporânea”. *Espaço Plural*, n. 34, 2016.
- SILVA, Helenice R. “História intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis”. In: *Fragmentos da história intelectual*. Campinas, SP: Papyrus, 2002.
- SILVA, Helenice R. “Transferência de saberes: modalidades e possibilidades”. *História: Questões & Debates*, n. 53, 2010.
- SILVA, Luiz Fernando da. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003.

SILVA, Marcos A. “Mais (e, em certo aspectos, melhores) histórias em periódicos: *Cadernos de História Social* (Unicamp)”. *Revista de História*, n. 134, 1996.

SILVA, Rogério F. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. SP/Bauru: Edusc, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

SLENES, Robert. “Dizendo adeus a Peter L. Eisenberg”. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1988.

SOARES, Lidiane R. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e ‘um seminário’ (1958-1978)*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2011.

SOIHET, Rachel. “História das mulheres”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOPER, Kate. “Thompson and socialist humanism”. In: TAYLOR, R. and FIELDHOUSE, R. (eds.). *E. P. Thompson and English Radicalism*. Manchester: Manchester University, 2015.

SOUZA, Laura M. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial”. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Laura M. “O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentários de quatro trabalhos recentes sobre escravidão no Brasil colonial”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

SOUZA, Vanderlei S. “Autor, texto e contexto: a história intelectual e o ‘contextualismo linguístico’ na perspectiva de Quentin Skinner”. *Fênix*, v. 5, n.4, 2008.

STEIMBERG, Marc W. “Culturally speaking: finding a commons between post-structuralism and the Thompsonian perspective”. *Social History*, v. 21, n. 2, 1996.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha História”. *Revista de História*, n. 2/3, 1991.

TAYLOR, Miles. “As guinadas lingüísticas na história social britânica”. (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998

TAYLOR, R., FIELDHOUSE, R., KODITSCHKE, T. “E. P. Thompson: a short introduction”. In: *E. P. Thompson and English Radicalism*. Manchester: Manchester University, 2015.

THOMPSON, E. P. *Agenda para una historia radical*. Barcelona: Crítica, 2000.

THOMPSON, E. P. “Anthropology and the discipline of historical context”. *Midland History*, n. 3, v. 1, 1972.

THOMPSON, E. P. “La política de la teoría”. “En defensa de la teoría”. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Crítica, 1984.

THOMPSON, E. P. “O espírito *whig* sem o elitismo” (Entrevista). In: BOURDIEU, Pierre e MICELI, Sérgio (orgs.). *Liber – I*. São Paulo: Edusp, 1997.

THOMPSON, E. P. “On History, Sociology and Historical Relevance”. *The British Journal of Sociology*, v. 27, n. 3, 1976.

THOMPSON, E. P. “Patrician Society, Plebeian Culture”. *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, 1974.

THOMPSON, E. P. “Postscript”. In: *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1980.

THOMPSON, E. P. “William Morris: romantic to revolutionary – Pós-escrito (1976)”. Trad.: V. Valdez, T. Blauth e M. S. M. Moraes. In: MÜLLER, Ricardo G. e DUARTE, Adriano L. (orgs.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó, SC: Argos, 2012.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1: A árvore da liberdade. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 1).

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2: A maldição de Adão. Trad.: Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 5)

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 3: A força dos trabalhadores. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Coleção Oficinas da História, v. 8).

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *Carta aberta a Leszek Kolakowski*. Trad.: Mario Duayer. (Disponível online em <http://goo.gl/zixu17> desde 2011. Acesso em 08/03/2014)

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. 2.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro, 1997.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 2.ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

THOMPSON, Kate. “Algumas palavras”. *História e Perspectivas*. Edição Especial E. P. Thompson, 2014.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. “Caminhos e descaminhos da história”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. “História cultural e historiografia brasileira”. *História: Questões & Debates*, n. 50, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VALENZE, Deborah. “E. P. Thompson and the Curricular Turn”. *Labor - Studies in Working-Class History of the Americas*, v.10, n. 3, 2013.

VIANA, Allyson B. *A historiografia da atuação libertária: a produção dos anos 80*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: UFC, 2002.

VIANNA, Luiz W. “Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 17, 1984.

VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. *Dados*, n. 17, 1978.

VIEIRA, C. E. e OLIVEIRA, M. A. T. “Thompson e Gramsci: história, política e processos de formação”. *Educação Sociedade*, v. 31, n. 111, 2010.

VITORINO, Artur J. R. “Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson.” (Dossiê História Social Inglesa). *História Social*, n. 4/5, 1997/1998.

WEBER, Regina. “Resenha de THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*”. *Horizontes Antropológicos*, n. 10, 1999.

WEINSTEIN, Barbara. “A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, 1998.

WESTPHALEN, Cecília Maria. “Situação da Pós-Graduação em História”. *Revista de História*, n. 110, 1977.

WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário”. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

WINANT, G., GORDON, A., BECKERT, S. and BATZELL, R. “Introduction: The Global E. P. Thompson”. *International Review of Social History*, n. 61, 2016.

WOOD, Ellen M. “Classe como processo e como relação”. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2015.

WOOD, Ellen M. “Falling through the cracks: E. P. Thompson and the debate on base and superstructure”. In: KAYE, Harvey and McCLELLAND, Keith (eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. London: Polity Press, 1990.

WOOD, Ellen M. “Repensar a base e a superestrutura”. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2015.

WOOD, Ellen M. “The politics of theory and the concept of class: E. P. Thompson and his critics”. *Studies in Political Economy*, n. 9, 1982.

ZILBERMAN, Regina. “Recepção e leitura no horizonte da literatura”. *Alea*, v. 10, n. 1, 2008.